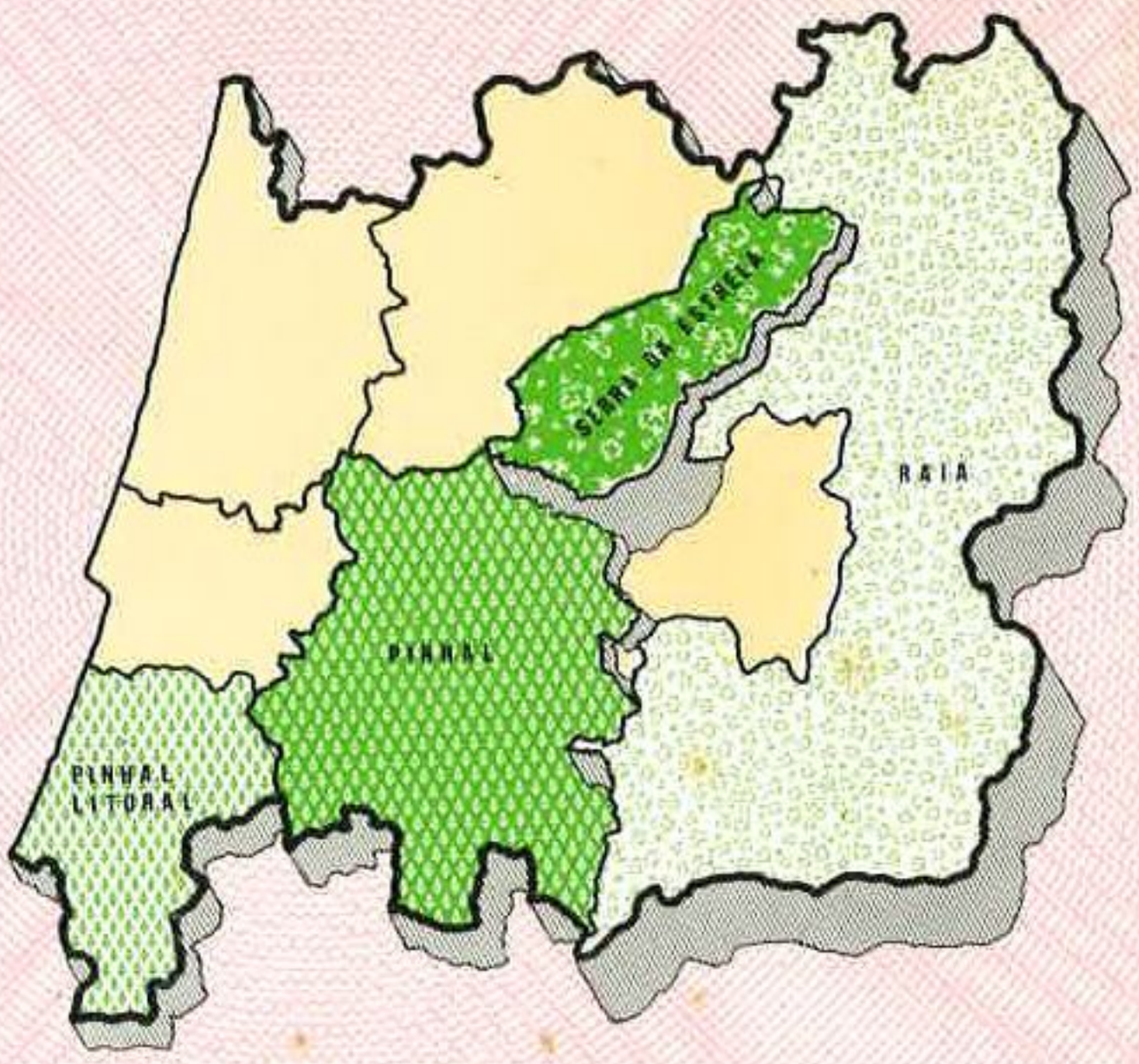
MINISTÉRIO DO PLANO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO





PROGRAMAS SUB-REGIONAIS:

PINHAL

PINHAL LITORAL

RAIA

SERRA DA ESTRELA/ALTO MONDEGO

VOL. III

COIMBRA 1986

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000 COIMBRA

S. R.

Ministério do Plano e da Administração Territorial
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

PROGRAMA

DE DESENVOLVIMENTO

DA REGIÃO CENTRO

PROGRAMAS SUB-REGIONAIS:

PINHAL

PINHAL LITORAL

RAIA

SERRA DA ESTRELA/ALTO MONDEGO

VOL. III

COIMBRA 1986

Secção de Offset:

- **Fotografia:** Adelino Bandeira
- **Paginação e Montagem:** Adelino Bandeira
- **Transporte:** João Carlos
- **Impressão:** Joaquim Felício

Capa:

- Victor Ferreira

ÍNDICE

Pág.

Pinhal

I - ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA 19
1 - Recursos Naturais 19
2 - Demografia 45
3 - Produções 64
3.1 - Agro-pecuária 64
3.2 - Actividade Florestal 104
3.3 - Indústria e Serviços 128
3.4 - Actividades Turísticas e de Artesanato 153
3.4.1 - Actividade Turística 153
3.4.1.1 - Introdução 153
3.4.1.2 - Análise da Situação Existente na Zona do Pinhal 154
3.4.2 - Artesanato 160
4 - Condições de Vida 162
4.1 - Habitação 162
4.2 - Rede Viária 195
4.3 - Ensino 208
4.4 - Saúde 231
5 - Incêndios 235
6 - Finanças Municipais 247

II - OBJECTIVOS 267
1 - Objectivos Gerais 267
2 - Objectivos Sectoriais 268
2.1 - Sector Primário 268
2.2 - Sector Secundário 269
2.3 - Sector Terciário 269
2.4 - Turismo 270

Pág.

Pinhal Litoral

I - ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA 275

1 - Caracterização geral da área: enquadramento regional 277

2 - População 282

3 - Base económica 290

3.1 - Agricultura 290

3.2 - Silvicultura 293

3.3 - Pecuária 294

3.4 - Indústria 296

3.5 - Turismo 301

4 - Comércio e serviços. Hierarquia urbana e áreas de influência 303

5 - Infraestruturas e equipamentos 310

5.1 - Infraestruturas urbanísticas de base ... 310

5.2 - Infraestruturas de transporte e comunicações 311

5.3 - Saúde 314

5.4 - Educação e desporto 314

II - OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO 317

III - ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO 321

IV - ANEXO ESTATÍSTICO 327

Pág.

Raia

INTRODUÇÃO 359

I - CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO..... 365

1 - Esboço Físico do Território..... 367

1.1 - Geologia e Pedologia 367

1.2 - Clima 372

2 - População 378

3 - Actividades Produtivas 381

3.1 - Agricultura 381

3.2 - Indústria Extractiva 392

3.3 - Indústria Transformadora 394

3.4 - Turismo e Comércio..... 398

4 - Infraestruturas e Equipamento 400

4.1 - Infraestruturas de Transporte 400

4.2 - Infraestruturas Básicas 403

4.3 - Equipamento Social..... 404

II - OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO 411

III - ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO 417

1 - Sectores Produtivos 419

1.1 - Agricultura 419

1.2 - Indústria Extractiva 423

1.3 - Indústria Transformadora..... 424

1.4 - Turismo 426

2 - Infraestruturas e Equipamento..... 427

2.1 - Infraestruturas de Transporte..... 427

2.2 - Infraestruturas Básicas..... 431

2.3 - Equipamento Social 432

IV - ANEXO ESTATÍSTICO 433

Pág.

Serra da Estrela/Alto Mondego

I - INTRODUÇÃO 483

II - ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA 489

1 - População e Povoamento 492

1.1 - Evolução da População Residente e Densidade Populacional 492

1.2 - Emigração 498

1.3 - Povoamento (Rede Urbana) 500

1.4 - Estrutura Etária da População 502

1.5 - Estrutura da População Activa e População Activa Desempregada 505

2 - Actividades Económicas 510

2.1 - Agricultura, Silvicultura e Pecuária 510

2.1.1 - A ocupação do solo 510

2.1.2 - Agricultura 510

2.1.3 - Silvicultura 517

2.1.4 - Pecuária 519

2.2 - Indústria Extractiva 522

2.3 - Indústria Transformadora 524

2.4 - Comércio e Serviços 530

2.5 - Turismo e Artesanato 533

3 - Infraestruturas e Equipamentos 536

3.1 - Habitação 536

3.2 - Saneamento Básico e Energia Eléctrica 543

3.3 - Infraestruturas de Transporte 549

3.4 - Saúde 552

3.5 - Educação 557

3.6 - Corporações de Bombeiros 562

Pág.

III - OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO 561
1 - Objectivos Gerais 565
2 - Objectivos Sectoriais 567
2.1 - Infraestruturas..... 567
2.2 - Sector Primário..... 568
2.3 - Sector Industrial 569
2.4 - Equipamentos 570
2.5 - Serviços..... 570
2.6 - Turismo e Artesanato 570

IV - MEDIDAS E ACÇÕES 573

V - ANEXO ESTATÍSTICO..... 579

PINHAL

ÍNDICE

I - ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA — Pág.

1 - Recursos naturais

1.1 - Área 19

1.2 - Altimetria 23

1.2.1 - Declives 29

1.3 - Hidrografia 34

1.4 - Pedologia 36

I - INTRODUÇÃO

II - CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS

1.5 - Recursos mineiros 42

2 - Demografia

2.1 - Evolução da População 45

2.2 - Estrutura etária 50

2.3 - População activa por sectores de actividade 53

2.4 - Algumas conclusões 62

3 - Produções

3.1 - Agro-pecuária 64

3.1.1 - Número de explorações agro-florestais 64

3.1.2 - Produções vegetais 66

3.1.2.1 - Cereais 66

3.1.2.2 - Tubérculos 72

3.1.2.3 - Leguminosas 74

3.1.2.4 - Pomares 76

3.1.2.5 - Vinha 78

3.1.2.6 - Olival 82

3.1.3 - Pecuária 89
3.1.4 - Apicultura 98
3.2 - Actividade florestal 104
3.2.1 - Superfície ocupada 104
3.2.1.1 - Superfície florestal concelhia 104
3.2.1.2 - " ocupada por espécies florestais 108
3.2.2 - Mão-de-obra ocupada (silvicultura e exploração Florestal 109
3.2.3 - Utilizações, a jusante, de produtos florestais 112
3.2.3.1 - Indústria de serração de madeiras 112
3.2.3.2 - " de produtos resinosos 118
3.2.3.3 - " de papel 125
3.3 - Indústria e serviços 128
3.3.1 - Indústrias transformadoras 128
3.3.1.1 - Distribuição concelhia do número de estabelecimentos e pessoal ao serviço 128
3.3.1.2 - Distribuição sectorial do nº de estabelecimentos e pessoal ao serviço 131
3.3.1.3 - Análise de alguns indicadores 132
3.3.2 - Actividades comerciais e de serviços(terciário) 147
3.3.2.1 - Distribuição da população activa do terciário por concelhos e peso do terciário no conjunto da população activa de cada concelho 148
3.3.2.2 - Repartição da população activa do terciário por sub-sectores 149
3.4 - Actividades turísticas e de artesanato 153
3.4.1 - Actividade turística 153
3.4.1.1 - Introdução 153
3.4.1.2 - Análise da situação existente na Zona do Pinhal 154
3.4.2 - Artesanato 160

- Condições de vida

4.1 - Habitação 162

4.1.1 - Caracterização 162

4.1.2 - Alojamentos 175

4.1.2.1 - Condições de alojamento 184

4.2 - Rede viária 195

4.2.1 - Existências actuais 197

4.2.2 - Revisão do Plano Rodoviário 202

4.3 - Ensino 208

4.3.1 - Organograma 208

4.3.2 - Educação pré-escolar 210

4.3.3 - Ensino básico 211

4.3.3.1 - Ensino primário 211

4.3.3.2 - " preparatório 214

4.3.4 - Ensino secundário 217

4.3.5 - Analfabetismo 220

4.4 - Saúde 231

4.4.1 - Equipamento 231

4.4.2 - Recursos humanos 232

5 - Incêndios

5.1 - Introdução 235

5.2 - Áreas queimadas 237

5.3 - Desperdícios de recursos naturais (valores monetários) 239

5.3.1 - Propriedade privada 239

5.3.2 - Propriedade pública 243

5.4 - Algumas conclusões 247

6 - Finanças municipais

6.1 - Introdução 247

6.2 - Evolução das Receitas e Despesas Municipais 248

Pág.

6.3 - Repartição sectorial do investimento 251

6.4 - Evolução das transferências da Administração Central para a Administração Local 261

6.5 - Conclusões 266

II - OBJECTIVOS

1 - Objectivos gerais 267

2 - " sectoriais 268

2.1 - Sector primário 268

2.2 - " secundário 269

2.3 - " terciário 269

2.4 - Turismo 270

A B R E V I A T U R A S

ALVAIÁZERE ..... AVZ

ANSIÃO ..... ANS

ARGANIL ..... AGN

CASTANHEIRA DE PERA ..... CPR

FIGUEIRÓ DOS VINHOS ..... FVN

GÓIS ..... GOI

LOUSÃ ..... LSA

MIRANDA DO CORVO ..... MCV

OLEIROS ..... OLR

PAMPILHOSA DA SERRA ..... PPS

PEDRÓGÃO GRANDE ..... PGR

PENACOVA ..... PCV

PENELA ..... PNL

PROENÇA A NOVA ..... PNV

SERTÃ ..... SRT

TÁBUA ..... TBU

VILA NOVA DE POIARES ..... PRS

VILA DE REI ..... VLR

I - ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA

1 - Recursos naturais

1.1 - Área

A área abrangida pelo "Programa Integrado de Desenvolvimento Regional da Zona do Pinhal" atinge 4161,14 Km2 tal como sinteticamente pode ser visto no quadro seguinte:

Área (Km2)			
Agrupamento	Total	Média (concelhia)	% em relação ao total
Sertã	1551,40	387,85	37,3
Arganil	1194,72	298,68	28,7
F. dos Vinhos	707,42	141,48	17,0
Lousã	407,84	121,96	11,7
Coimbra (Penacova)	219,76	219,76	5,3
TOTAL	4161,14	231,17	100

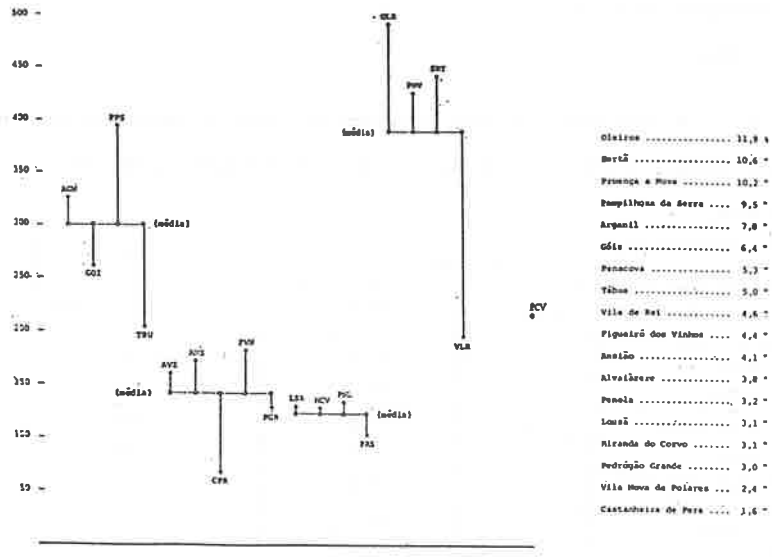
FONTE: Cartas do Instituto Geográfico e Cadastral (esc. 1/100 000)

(trabalho efectuado pelos GAT's envolvidos)

Desde logo, se observa que dois agrupamentos de concelhos detêm a maior parte (66%) da superfície da zona em estudo: os agrupamentos da Sertã e Arganil. Os outros agrupamentos de concelhos - Figueiró dos Vinhos e Lousã - detêm conjuntamente um valor relativamente baixo (28,7%). O concelho de Penacova, detendo 5,3% da superfície total, tem uma dimensão próxima da dimensão média de um concelho do conjunto da zona (219,76 Km2 / 231,17 Km2).

No quadro 1-I referem-se para os agrupamentos de concelhos de Arganil, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Sertã e para o concelho de Penacova, para além da área total, a altimetria e os declives.

O gráfico e quadro seguintes permitem a hierarquização dos concelhos por ordem decrescente do peso da sua superfície na superfície total:



A diferença percentual entre o maior concelho - Oleiros com 11,9%, e o menor - Castanheira de Pera com 1,6% permite uma maior vastidão ao campo da observação preliminar, que se propõe abordar.

Não será o facto da maior área servir de base à maior quantitatividade de problemas sérios que urge resolver, pois que os de menor área revelam-se assaz preocupantes no aspecto qualitativo de soluções que se procuram e desejam. Estes recomendam mesmo, que um Plano Integrado não se vectorize para uma certa e determinada fonte de financiamento.

(Unid: Km2)

QUADRO 1 - I - ÁREAS / ALTIMETRIA / DECLIVES

AGRUP.	CONCELHOS	Área Total	Área Subm.	ALTIMETRIA														DECLIVES			
				0/100	100/200	200/300	300/400	400/500	500/600	600/700	700/800	800/900	900/1000	1000/1100	1100/1200	1200/1300	1300/1400	1400/1500	< 2%	2%a8%	8%a16%	> 16%
ARGANIL	ARGANIL	325,60	5,30	0,30	51,00	70,40	35,58	30,00	28,00	27,00	27,00	18,30	14,50	8,20	5,50	3,60	0,91	0,01	-	42,20	105,70	172,40
	GÓIS	264,76	1,80	-	5,00	20,00	42,16	52,20	54,10	29,50	27,20	18,20	10,40	2,90	1,30	-	-	-	-	36,20	63,00	163,76
	P. DA SERRA	395,12	8,10	-	3,00	32,90	61,21	46,10	87,60	66,20	33,60	32,30	9,20	9,30	2,90	1,30	-	0,01	-	46,30	61,30	279,42
	TÁBUA	209,24	3,50	2,90	29,00	108,95	55,30	9,49	0,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28,30	109,04	45,90	22,50
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	158,64	-	0,89	30,20	84,20	33,47	7,95	1,63	0,30	-	-	-	-	-	-	-	-	26,88	78,08	27,78	25,90
	ANSIÃO	170,80	-	-	1,09	123,19	38,17	7,90	0,45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31,93	107,23	23,43	8,21
	CAST. DE PERA	67,88	-	-	-	-	2,35	14,20	16,30	12,10	7,80	5,30	5,20	3,20	1,43	-	-	-	0,47	12,62	24,82	29,97
	FIGUEIRÓ DOS V.	183,80	0,10	-	8,20	27,75	45,50	45,80	26,30	13,50	8,70	6,35	1,60	-	-	-	-	-	0,52	62,30	46,00	74,79
	PEDRÓGÃO GRANDE	126,30	0,19	-	1,77	16,76	53,76	34,68	13,55	4,51	1,08	-	-	-	-	-	-	-	1,40	57,77	41,47	25,56
LOUSÃ	LOUSÃ	128,12	-	6,82	52,87	24,01	10,75	5,16	5,77	7,43	5,77	4,46	3,76	1,30	-	-	-	-	3,96	41,10	22,08	60,98
	MIRANDA DO CORV.	127,28	-	8,00	53,95	34,00	9,73	4,50	4,80	4,60	4,35	2,85	0,50	-	-	-	-	-	11,75	20,33	22,01	73,19
	PENELA	132,00	-	-	19,20	57,20	20,80	10,00	9,40	8,10	5,50	1,80	-	-	-	-	-	-	13,30	44,10	36,20	38,40
	V.N.DE POIARES	100,44	-	6,14	50,00	27,26	12,74	4,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,96	34,59	15,28	38,61
SERTÃ	OLEIROS	493,12	4,56	-	-	5,89	33,16	85,53	134,31	111,51	76,03	28,62	10,24	3,27	-	-	-	-	-	89,64	217,72	181,20
	PROENÇA A NOVA	424,96	1,44	-	35,72	121,31	113,13	74,55	44,60	21,39	8,91	3,62	0,21	-	-	-	-	-	-	285,42	69,40	68,70
	SERTÃ	439,88	3,96	-	23,90	87,84	139,80	88,22	52,10	23,34	12,64	5,33	2,04	0,71	-	-	-	-	-	203,32	140,00	92,60
	VILA DE REI	193,44	2,48	-	25,08	81,12	61,20	22,43	1,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114,86	55,20	20,90
COIM-BRA	PENACOVA	219,76	5,10	26,46	88,10	66,50	20,70	9,00	3,90											93,86	58,40	62,40
	TOTAL	4161,14	36,53	51,51	478,08	989,30	789,51	522,01	484,12	329,48	218,58	127,13		57,65	28,88	11,13	4,90	2,31	0,0	1478,98	1075,68	1439,49

FONTE: Cartas do Instituto Geográfico e Cadastral (Esc. 1/100.000)

(Trabalho efectuado pelos G.A.T.'s envolvidos)

No mesmo quadro 1-I, apresentam-se os valores das áreas submersas por albufeiras, de aproveitamentos hidroeléctricos, cujos centros de exploração nem sempre se encontram nas respectivas áreas de jurisdição.

A sucessão por áreas inundadas, com a indicação do valor percentual em relação à sua área concelhia será a seguinte:

Pampilhosa da Serra	8,10 Km2	-	2,05 %
Arganil	5,30 "	-	1,63 "
Penacova	5,10 "	-	2,32 "
Oleiros	4,56 "	-	0,92 "
Sertã	3,96 "	-	0,90 "
Tábua	3,50 "	-	1,67 "
Vila de Rei	2,48 "	-	1,28 "
Góis	1,80 "	-	0,68 "
Proença a Nova	1,44 "	-	0,34 "
Pedrógão Grande	0,19 "	-	0,15 "
Figueiró dos Vinhos	0,10 "	-	0,05 "
TOTAL	36,53 Km2	-	0,88 "

Não será por mera curiosidade ocasional que estes valores foram calculados, pois que, quando for julgado mais oportuno, remeter-se-à a eles (estudo na zona da aplicabilidade do Dec. Lei nº 424/83 de 06 Dezembro, que consagra o pagamento de uma renda anual aos municípios cuja circunscrição seja atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica).

É de referir desde já que as áreas alagadas, na sua maioria, correspondem a zonas de menor altimetria (relativa à cota de máxima cheia da albufeira respectiva). Com a inundação de tais áreas destruiu-se a possibilidade de proceder ao cultivo de culturas tradicionais, tais como, a do milho nas várzeas, com o aproveitamento da vaza deixada durante o período de cheias.

1.2 - Altimetria

Sobre cartografia do Instituto Geográfico e Cadastral, à escala 1/100.000, desenvolveu-se o estudo da altimetria considerando intervalos de 100 em 100 metros, para definição das respectivas classes em cada concelho.

Da medição das respectivas áreas obtiveram-se os valores constantes no quadro 1-I que nos permite extrair várias particularidades, tais como:

- os concelhos com maiores altitudes são os de Pampilhosa da Serra e Arganil.

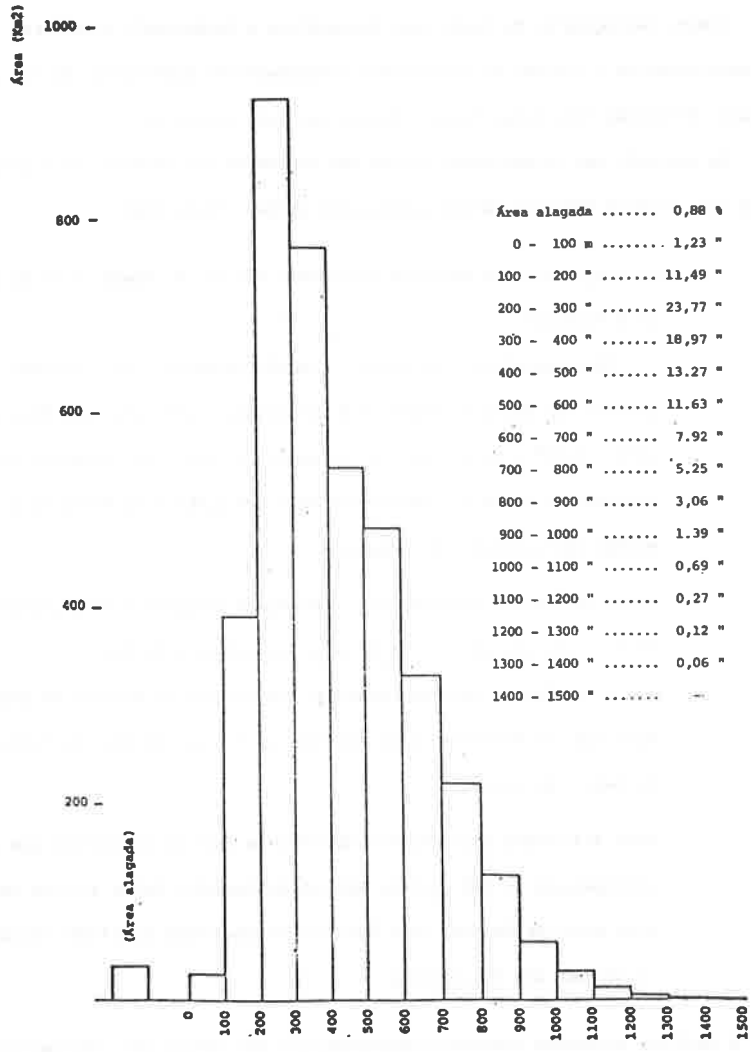
  São concelhos contíguos, e estão inseridos no complexo orográfico da Serra do Açor, com as maiores altitudes em Pico da Cebola - 1418 m na Freguesia de Unhais o Velho do Concelho da Pampilhosa da Serra e S.Pedro do Açor com 1342 m na Fréguesia do Piódão do Concelho de Arganil;

- entre os 1100 e 1200 metros, mantém-se Arganil e Pampilhosa da Serra, contudo agora com Góis e Castanheira de Pera.

  É o próprio desenvolvimento das linhas de altura da Serra do Açor que se estendem para SW, até se incluirem nas do complexo da Serra da Lousã;

- para altitudes mais baixas observa-se que os concelhos que não ultrapassam os 600 metros são os de Ansião, Tábua e Vila de Rei. Vila Nova de Poiares é o único concelho cuja altitude máxima fica abaixo dos 500 metros.

O gráfico seguinte ilustra a distribuição das áreas das sucessivas classes altimétricas, assim como os valores percentuais de cada uma delas relativamente à totalidade da zona. Dever-se-à tomar em atenção que a área alagada é uma das parcelas considerada na totalidade dos 4161,14 Km2.


Área (Km2)
1000
800
600
400
200
(Área alagada)
0
100
200
300
400
500
600
700
800
900
1000
1100
1200
1300
1400
1500
Área alagada ..... 0,88 %
0 - 100 m ..... 1,23 "
100 - 200 " ..... 11,49 "
200 - 300 " ..... 23,77 "
300 - 400 " ..... 18,97 "
400 - 500 " ..... 13.27 "
500 - 600 " ..... 11.63 "
600 - 700 " ..... 7.92 "
700 - 800 " ..... 5.25 "
800 - 900 " ..... 3,06 "
900 - 1000 " ..... 1.39 "
1000 - 1100 " ..... 0,69 "
1100 - 1200 " ..... 0,27 "
1200 - 1300 " ..... 0,12 "
1300 - 1400 " ..... 0,06 "
1400 - 1500 " .....

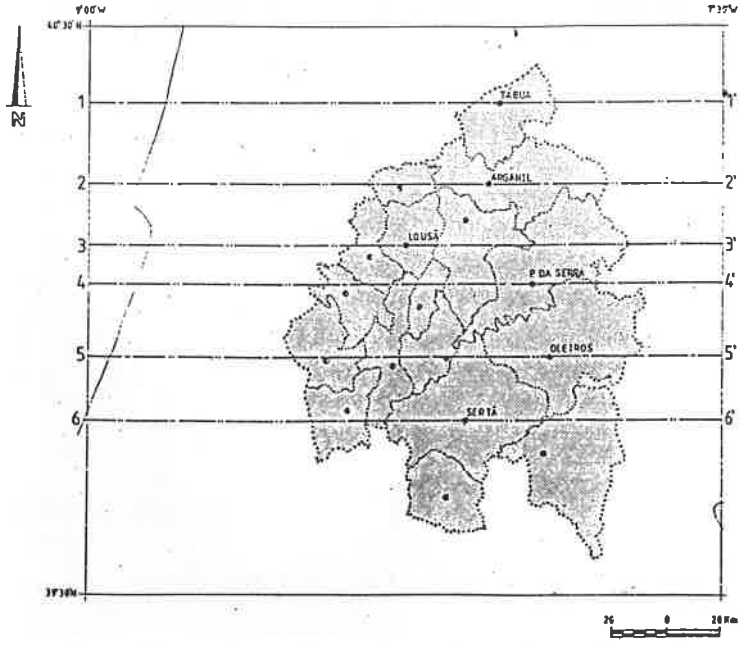
Verifica-se a predominância de altitudes compreendidas entre os 200 e 300 m, sendo relevantes toda a faixa que vai dos 100 aos 900, assim como o salto brusco das áreas com altitudes inferiores a 100 e a classe seguinte.

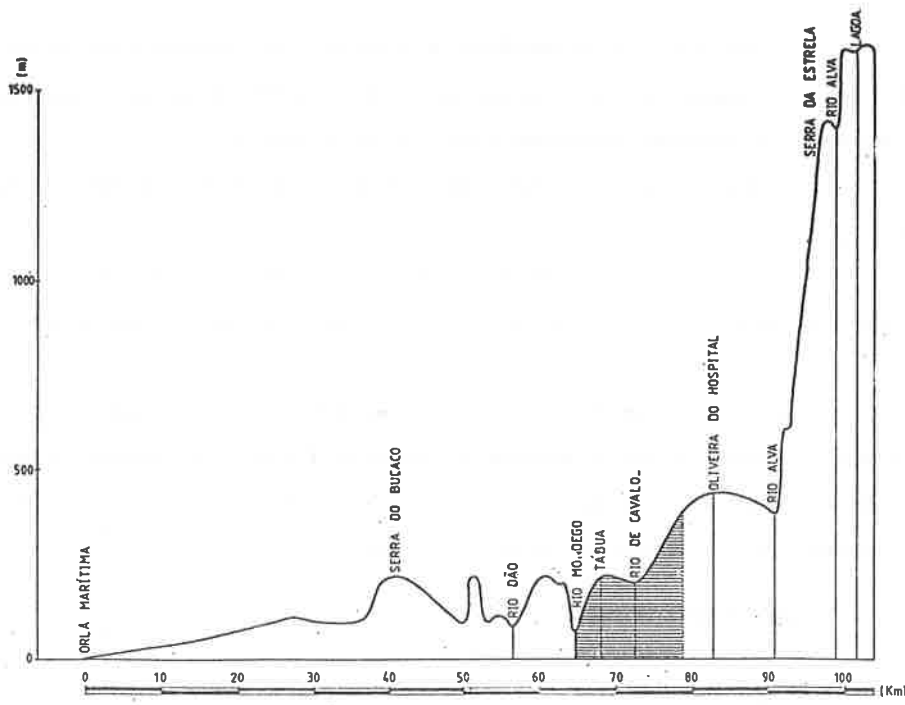
À medida que a altitude aumenta as áreas vão decrescendo dum modo regular.

O facto de se estudar a zona em si e fora da região onde está inserida poderá originar menor exactidão em raciocínios quetomem como base unicamente a altimetria.

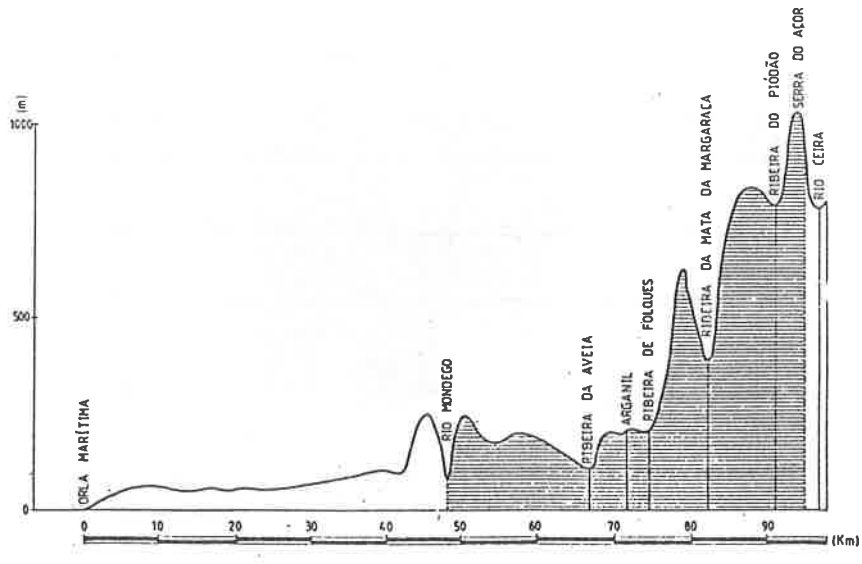
Assim, e numa tentativa de ilustrar melhor o posicionamento da "Zona do Pinhal", entendeu-se que se deveriam apresentar perfis da mesma, segundo os paralelos que passam por Tábua, Arganil, Lousã, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, e que são traçados desde o litoral até ao seu limite Este.

LOCALIZAÇÃO DE PERFIS

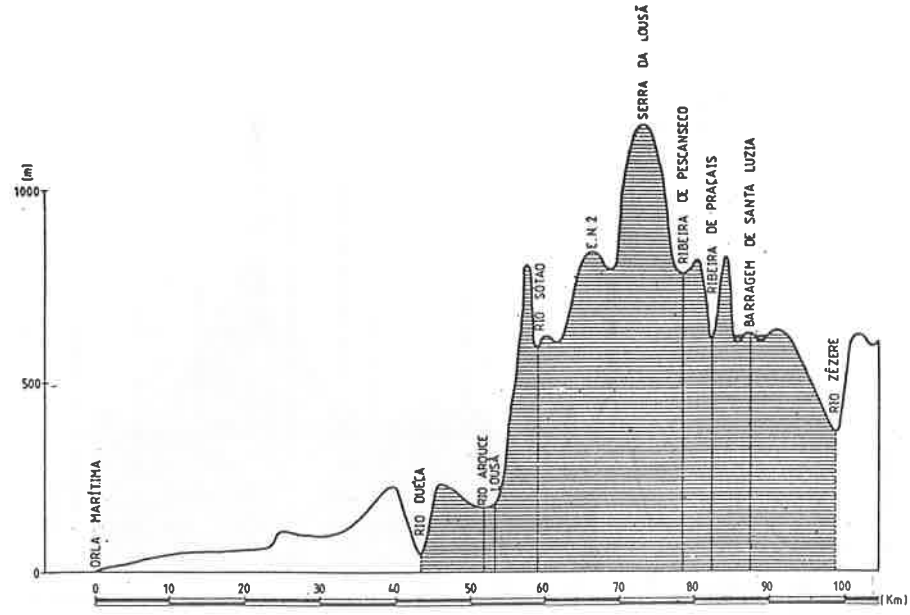




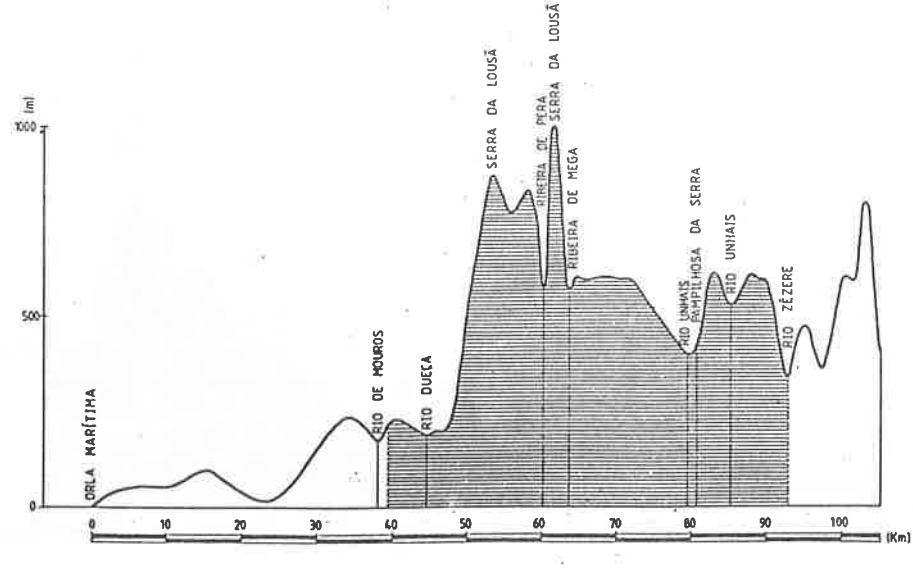
PERFIL 1-1'



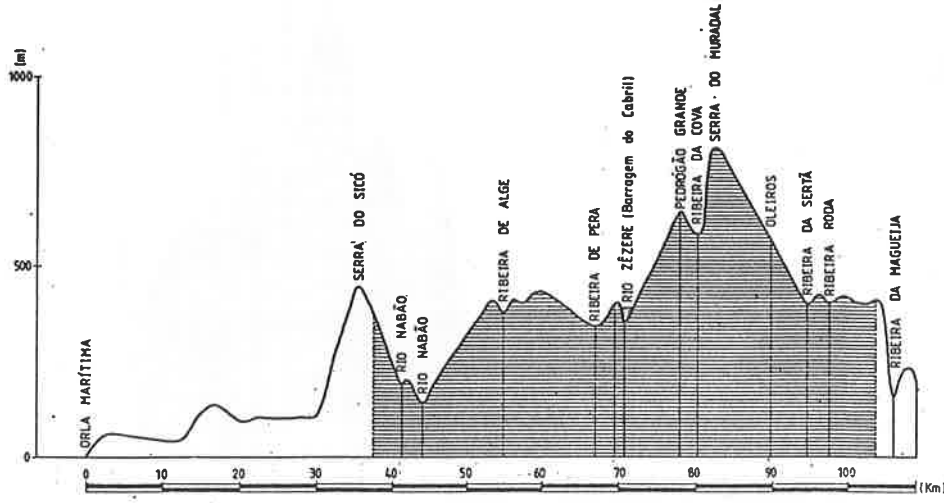
PERFIL 2-2'



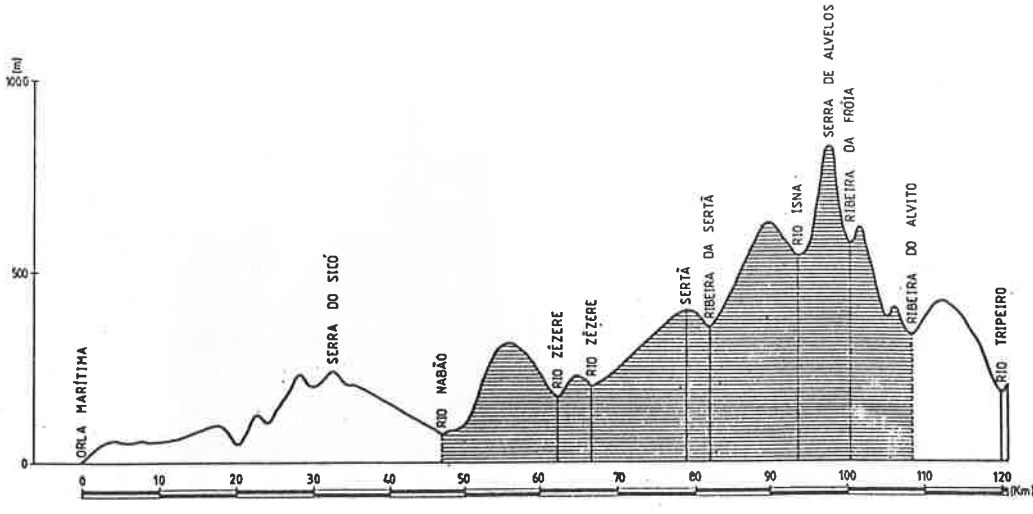
PERFIL 3-3'



PERFIL 4-4'



PERFIL 5-5'



PERFIL 6-6'

1.2.1 - Declives

Num curso de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Coimbra, quando A.J. Pais Antunes, assistente da F.C.T.U.C. se pronunciava sobre "Processos clássicos de análise cartográfica" dizia sobre declives, o seguinte:

..." A elaboração de uma planta de declives é frequentemente indispensável enquanto peça de trabalho, pois o declive condiciona de modo sensível a escolha dos locais de novas implantações, ao encarecer os custos de edifícios e infraestruturas, ao dificultar o tráfego rodoviário ou pedonal, ao impedir a localização de equipamentos exigentes em áreas vastas e planas, caso de escolas e dos campos de jogos, próximo das populações que pretendem servir ..."

Ainda dispondo desse mesmo curso, seguiu-se a metodologia indicada ou seja a expressão geral que permite obter a distância (d) de uma dada inclinação ao zero da cércea a utilizar

$$d = \frac{e.h}{i/100} \quad \text{com "i" dado em percentagem}$$

em que:

e - escala da planta

h - diferença de nível entre pontos da cota conhecida

No caso presente:

e = 1/100.000

h = 100 (diferença entre curvas de nível, visto a finalidade ser o cálculo dos desníveis do terreno).

No curso referido, o autor ao pronunciar-se sobre os valores a considerar, referia:

..." Sob os 2% de inclinação do terreno, a drenagem das águas pluviais, não sendo impossível, exigirá cuidados especiais, com os correspondentes custos.

Identificam-se, pois, entre os 0 e os 2% as zonas sujeitas a alagamento.

As inclinações compreendidas entre 2 e os 5% são as ideais.

Sobre os 5% começam a ser incómodas as deslocações a pé e o regadio natural deixa de ser possível.

O valor seguinte, os 8%, assinalam dificuldades na construção, cujo custo, crescendo sempre com a inclinação passa a crescer de forma bastante mais acentuada. Marca também o limite de conforto em percursos automóveis.

Acima dos 12% é difícil a operação dos meios mecânicos utilizados em movimentos de terra, que aos 16% são impossíveis.

Finalmente 25% define o nível crítico de erosão, zonas a defender em especial se se pretender conservar a configuração do terreno ..."

Por tudo isto, e tendo em vista a finalidade deste trabalho, optou-se pelos seguintes valores:

- $i \leqslant 2\%$ - cuidados a ter com a drenagem;
- $2\% < i \leqslant 8\%$ - valores óptimos para a zona em estudo;
- $8\% < i \leqslant 16\%$ - valores que permitem a mecanização agrícola;
- $i > 16\%$ - valor acima do qual começam a sugir problemas graves.

Efectuou-se o estudo para cada concelho, com a consequente medição de áreas, o que permitiu o preenchimento do quadro 1-I com referência a este tema.

Tal como o indicado anteriormente a área em estudo não compreende a zona alagada pelo que o seu valor é 4161,14 - 36,53 = 4124,61 Km2.

Para facilidade da percepção rápida dos valores encontrados, apresenta-se um quadro com a indicação das percentagens que cada classe de declives assume perante a área total concelhia.

Assim:

- Constata-se que existem concelhos em que mais de metade da sua área tem declives superiores a 16%:

  Pampilhosa da Serra ..... 72,2 %
  Góis ..... 62,2 "
  Miranda do Corvo ..... 57,5 "
  Arganil ..... 53,8 "

- De igual modo pode-se observar que ainda são nitidamente maioritárias as áreas com declives superiores a 16% nos concelhos de:

  Lousã ..... 47,6 %
  Castanheira de Pera ..... 44,1 "
  Figueiró dos Vinhos ..... 40,7 "
  Vila Nova de Poiares ..... 38,5 "

- Para os declives entre os 8 e 16% os concelhos com maiores áreas são:

  Oleiros ..... 44,6 %
  Castanheira de Pera ..... 36,6 "
  Arganil ..... 33,0 "
  Pedrógão Grande ..... 32,9 "
  Sertã ..... 32,2 "

- Na classe dos 2 a 8% a ordem dos concelhos será:

  Proença a Nova ..... 67,4 %
  Ansião ..... 62,8 "
  Vila de Rei ..... 60,2 "
  Tábua ..... 53,1 "
  Alvaiázere ..... 49,2 "

Sertã ..... 46,6 %

Pedrógão Grande ..... 45,8 "

Penacova ..... 43,7 "

- Na classe dos declives menores que 2% surgem:

Ansião ..... 18,7 %

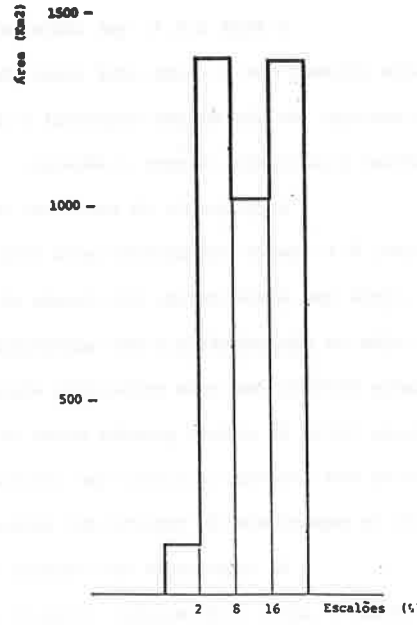
Alvaiàzere ..... 16,9 "

Tábua ..... 13,7 "

Refiram-se as percentagens mais preponderantes nos respectivos concelhos, contudo se se considerar a globalidade da zona há que salientar (veja-se o quadro e gráfico)

AGRUP.	CONCELHOS	< 2%		2% a 8%		8% a 16%		> 16%	
		Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
ARGANIL	ARGANIL			42,20	13,2	105,70	33,0	173,40	53,8
	CÓIS			36,20	13,8	63,00	24,0	163,76	62,2
	P. DA SERRA			46,30	12,0	61,30	15,8	279,42	72,2
	TÁBUA	28,30	13,7	109,04	53,1	45,90	22,3	22,50	10,9
F. DOS VINHOS	ALVAIÀZERE	26,88	16,9	78,08	49,2	27,78	17,6	25,90	16,3
	ANSIÃO	31,93	18,7	107,23	62,8	23,43	13,7	8,21	4,8
	CAST. DE PEÑA	0,47	0,7	12,62	18,6	24,82	36,6	29,97	44,1
	FIGUEIRÓ DOS V.	0,52	0,3	62,30	33,9	46,00	25,1	74,79	40,7
	PEDRÓGÃO GRANDE	1,40	1,1	57,73	45,8	41,47	32,9	25,56	20,2
LOUSÃ	LOUSÃ	3,96	3,1	41,10	32,1	22,08	17,2	60,98	47,6
	MIRANDA DO CORV	11,75	9,2	20,33	16,0	22,01	17,3	73,19	57,5
	PENELA	13,30	10,1	44,10	33,4	36,20	27,4	38,40	29,1
	V.N. DE POIARES	11,96	11,9	34,59	34,4	15,28	15,2	38,61	38,5
SERTÃ	CLEIROS			89,64	18,3	217,92	44,6	181,20	37,1
	PROENÇA A NOVA			285,42	67,4	69,40	16,4	68,70	16,2
	SERTÃ			303,32	46,6	140,00	32,2	92,60	21,2
	VILA DE REI			114,86	60,2	55,20	28,9	20,90	10,9
COIMBRA	PENACOVA			93,86	43,7	58,40	27,2	62,40	29,1
	TOTAL	130,40	3,2	1470,96	35,8	1075,(	26,1	1439,45	34,9

- As classes predominantes são as de 2 a 8% (36,9%) e maiores que 16% (34,9%);
- A classe de declives menores que 2% representa sòmente 3,2% da superfície total;
- Tal como foi dito anteriormente a partir dos 8% "assinalam-se dificuldades na construção... marcando também o limite do conforto em percursos automóveis". Pois bem, a zona em estudo, acima desses 8% comporta 61,0% do seu total.



Como conclusão, pode-se extrair a de que se está perante uma zona assaz difícil com concelhos fortemente marcados por declives elevados. Na verdade, se se considerar que as dificuldades são maiores a partir dos 8%, temos em %'s de áreas nessa classe:

Pampilhosa da Serra	88,0 %
Arganil	86,8 "
Góis	86,2 "
Oleiros	81,7 "
Castanheira de Pera	80,7 "
Miranda do Corvo	74,8 "

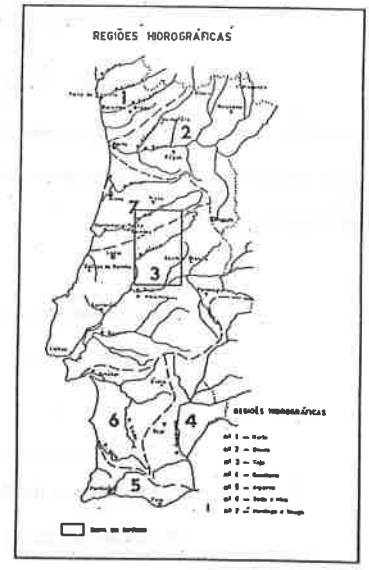
1.3 - Hidrografia

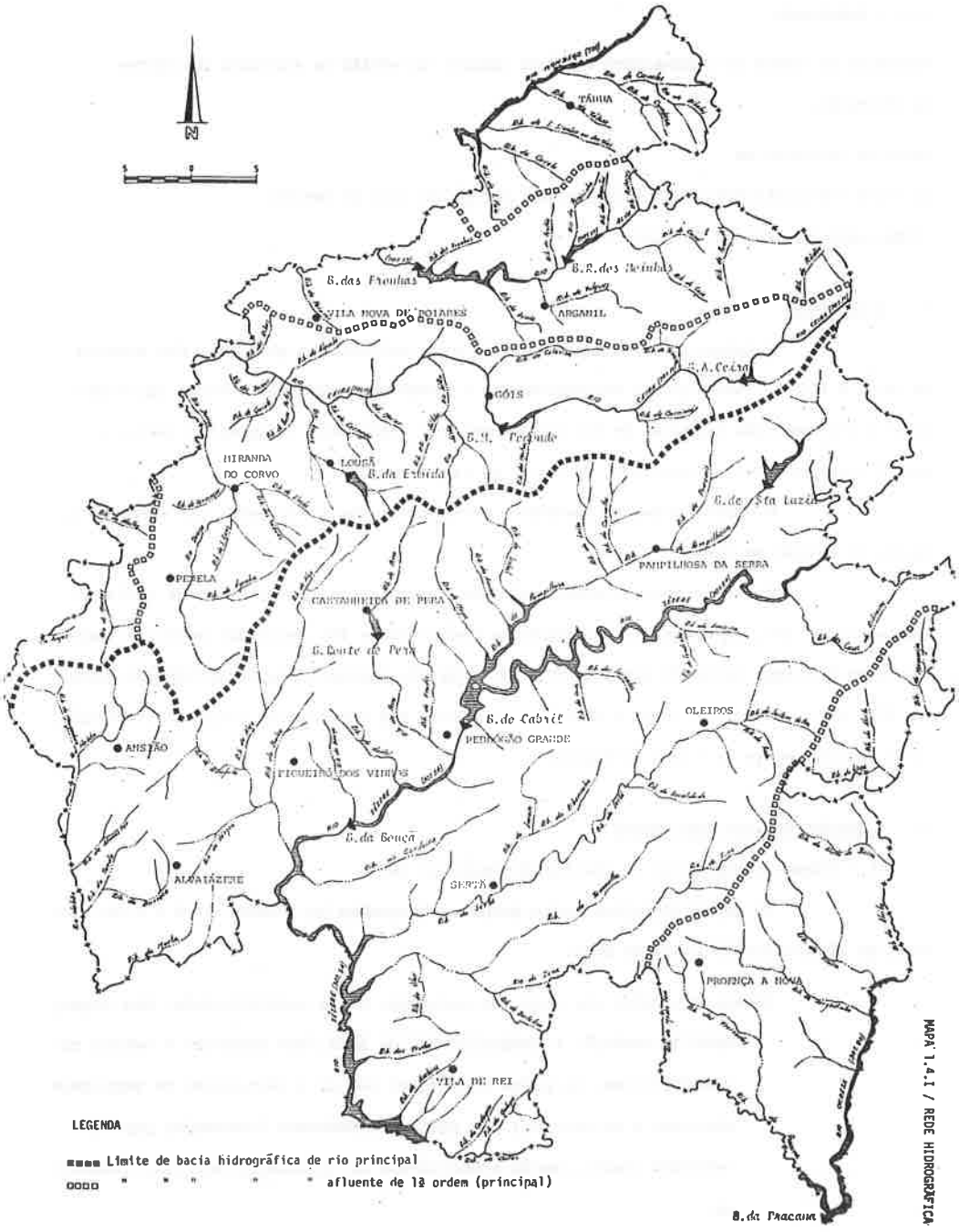
O mapa 1.4.I, que representa a rede hidrográfica da zona em estudo, permite afirmar que a mesma está inserida em duas bacias hidrográficas, importantes, a do Mondego (na sua margem esquerda) e do Tejo na margem direita e enquadrada pelos afluentes principais, Ocreza e Zêzere).

A orografia da zona, tal como já tinha sido evidenciado quando da sua análise, é a grande responsável pela variedade e multiplicidade de bacias hidrográficas, ainda que elementares, com cursos de água de regime torrencial ou invernoso, o que, além de não permitir o seu aproveitamento energético ou hidroagrícola, torna bastante difícil uma rede rodoviária elementar, não só pela necessidade de contornar o relevo (afim de evitar grandes obras de arte), mas também pela permanência da água no leito dos caminhos vicinais que eventualmente existam, originando zonas de fragilidade da capacidade de suporte dos mesmos, durante o período de maior pluviosidade.

Da comparação dos valores das áreas verifica-se a predominância da do ejo (2714,7) sobre a do Mondego (1226,7) e ainda a do Zêzere (2252,9) sobre todos os outros afluentes do Mondego e do Tejo. (Os valores são em Km2)

Noutro estudo, procede-se ao desenvolvimento da hidrografia, com a descriminação dos afluentes, a área da respectiva bacia hidrográfica, etc.





MAPA 1.4.1 / REDE HIDROGRÁFICA

1.4 - Pedologia

EXTRACTO DA CARTA DE ORDENAMENTO AGRÁRIO (SOLOS) DA REGIÃO DA FLORESTA DO CENTRO DE PORTUGAL.

NOTÍCIA EXPLICATIVA

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CAPACIDADE DE USO DO SOLO DA REGIÃO

(COMPILADO DE BESSA E CARDOSO 1969).

I - INTRODUÇÃO

A Carta de Ordenamento Agrário cujo extracto se apresenta foi elaborada pelo S.R.O.A. (Serviços de Reconhecimento e Ordenamento Agrário). Foram aplicadas para a sua execução técnicas de foto-interpretação utilizando fotografias aéreas o que tornou possível a elaboraçãi da carta em tempo oportuno.

O extracto que se apresenta permite dar uma ideia geral das potencialidades da região em causa.

Os solos foram classificados em 3 grupos: os susceptíveis de utilização agrícola (A), os de utilização agrícola condicionada (C) casos dos socalcos implantados em declives naturais acima de 8 - 10% e os não susceptíveis de utilização agrícola (F). Há a considerar aindà o caso dos complexos que representam solos de transição, ou misturas, entre os tipos referidos.

II - CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS

1 - Solos susceptíveis de utilização agrícola (A)

Os solos incluidos neste grupo correspondem às classes A, B e C do sistema de classificação a Sul do Tejo.

Classe A - Solos que pela sua natureza, baixa erodibilidade, boa capacidade de retenção e armazenamento de água, boa drenagem e outras características, se podem considerar por si e abstraindo da espessura efectiva e do declive, com poucas ou nenhumas limitações para as culturas usuais, sendo susceptíveis de utilização agrícola intensiva.

Classe B - Solos que pela sua natureza mediana, erodibilidade no máximo moderada, regular capacidade de retenção e armazenamento de água, boa drenagem e outras características, se podem considerar por si e abstraindo da espessura efectiva e do decilive, com limitações moderadas para as culturas usuais, sendo susceptíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva.

Classe C - Solos que, pela sua natureza fraca, embora ainda tolerável, erodibilidade podendo ser acentuada, capacidade de retenção e armazenamento de água em geral relativamente fracos, boa drenagem e outras características, se podem considerar por si e abstraindo da espessura efectiva e do declive, com limitações severas, embora toleráveis ainda, para as culturas usuais, podendo ser considerados susceptíveis de utilização agrícola pouco intensiva.

2 - Solos de utilização agrícola condicionada
(declives acima de 8 - 10%) (B)

Os solos cartografados neste grupo (B) correspondem a um caso particular que não tem correspondência com o sistema de classificação a Sul do Tejo. Podem pertencer às classes A, B ou C mas situam-se em socalcos com declives acima de 8-10%.

São de utilização agrícola condicionada às características e condições particulares de cada caso, muito variáveis e, no estado actual de conhecimentos, difíceis de ponderar, com vista a uma classificação de capacidade de uso.

3 - Solos não susceptíveis de utilização agrícola (F)

Os solos incluidos neste grupo correspondem às classes D e E do sistema de classificação a Sul do Tejo.

Classe D e F - Solos que pela sua natureza medíocre ou má e independentemente das demais características (apresentando no entanto em geral elevada erodibilidade, baixa capacidade de retenção de humidade e boa drenagem), oferecem limitações suficientemente severas para as culturas usuais, não sendo em geral susceptíveis de utilização agrícola.

Trata-se principalmente de solos extremamente arenosos e grosseiros, nomeadamente os desenvolvidos sobre areias de duna e outros sedimentos arenáceos grosseiros (incluindo aluviões antigas grosseiras, moreais. etc.), sobre arenitos grosseiros (quer pouco consolidados quer compactos), conglomerados, quatzitos, etc.

Admite-se que haja casos de transição entre os vários tipos de solos referidos até aqui e a que caberá igualmente uma classificação intermédia.

Classe E - Solos que, pela sua reduzida espessura efectiva (geralmente inferior a 15 centímetros), independentemente das demais características, oferecem limitações suficientemente severas para as culturas usuais, não sendo em geral susceptível de utilização agrícola. Trata-se, em geral, dos litossolos (solos esqueléticos) das várias formações consolidadas (os mais abundantes são os provenientes do xisto).

4 - Complexos

Nalguns casos não foi possível definir se se trata de solo do tipo A, C ou F. Optou-se por uma classificação mista A + C, A + F e C + F.

5 - Apuramento de áreas

Apresenta-se no quadro I o resultado do apuramento de áreas das várias manchas referentes aos concelhos em estudo. É de referir que o concelho que tem uma área maior com solo tipo A é o de Tábua. E aquele que apresenta uma área mais pequena

deste tipo de solo corresponde ao concelho de Pampilhosa da Serra.

Quanto aos totais verifica-se que a zona de utilização não agrícola (F) com 341.044 ha de área corresponde a 87,8% de toda a área. Trata-se essencialmente de litossolos (solos esqueléticos) provenientes dos xistos e grauvaques do complexo X e dos quartzitos do Ordovícico (O) (ver Carta Geológica).

BIBLIOGRAFIA

Bessa, M.R. Teixeira e Cardoso, J.C. - (1969)

Algumas considerações sobre capacidade de uso do solo e suas relações com o ordenamento agrário.

Esboço da Carta Geral de Ordenamento Agrário.

Boletim de solos do Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário nº 4.

QUADRO I

ÁREAS ATRIBUIDAS ÀS DIVERSAS MANCHAS DE SOLOS CARTOGRAFADAS NA CARTA GERAL DE ORDENAMENTO AGRÁRIO (ZONA DO PINHAL)

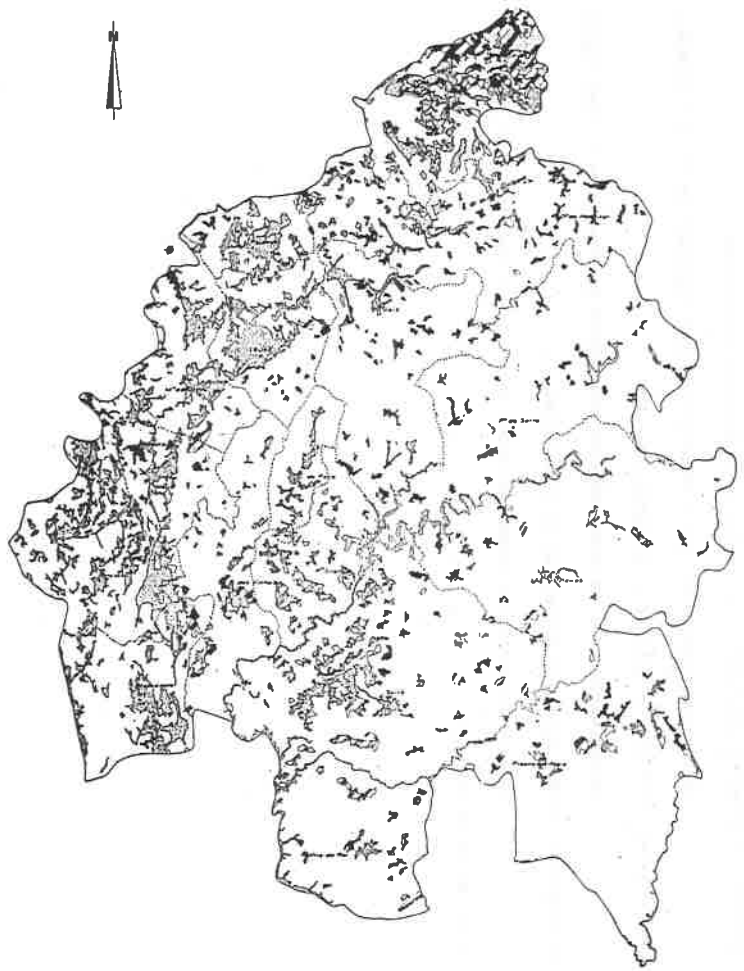
(em Ha)

DISTRITOS	CONCELHOS	A	C	F	A + C	A + F	C + F	TOTAL
Coimbra	Arganil	1 794	1 091	29 116	412	138	224	32 775
	Góis	967	959	24 434	-	12	-	26 372
	Lousã	2 930	223	10 643	120	-	-	13 916
	Miranda do Corvo	2 376	330	9 783	155	24	30	12 698
	Pampilhosa da Serra	97	813	38 683	-	-	56	39 649
	Penela	2 541	326	10 272	85	25	-	13 249
	Tábua	4 331	838	11 935	175	349	2 347	19 975
	Vila Nova de Poiares	1 743	135	6 365	46	93	-	8 382
Castelo Branco	Oleiros	422	513	45 182	-	325	110	46 552
	Proença-a-Nova	205	646	38 038	100	317	175	39 526
	Sertã	2 364	692	40 335	-	772	1 150	45 313
	Vila de Rei	538	20	18 110	-	440	20	19 128
Leiria	Alvaiázere	3 016	121	12 586	-	190	187	16 100
	Ancião	3 406	-	13 369	-	1 141	82	17 998
	Castanheira de Pera	790	6	5 865	-	25	-	6 686
	Figueiró dos Vinhos	1 002	245	15 255	-	395	298	17 195
	Pedrógão Grande	670	60	11 028	54	1 010	37	12 859
	Totais	29 192	7 018	341 044	1 147	5 256	4 716	388 373
	Percentagens	7,5	1,5	87,8	0,3	1,4	1,2	100

A - De utilização agrícola

C - De utilização agrícola condicionada (socalcos armados em declives superiores a 8/10%)

F - De utilização não agrícola



EXTRACTO DA CARTA GERAL DE ORDENAMENTO AGRÁRIO (SOLOS) - S.R.C.A.

P.I.D.R. - ZONA DO PINHAL

LEGENDA

SOLOS

- Susceptíveis para utilização agrícola (A)
- De utilização agrícola condicionada (C) (socalcos implantados em declives naturais acima de 8 - 10%)
- Não susceptíveis de utilização agrícola (F)
- Complexos
- Rios e albufeiras
- Limite da zona
- Limite dos concelhos

1.5 - Recursos mineiros

A informação relativa à situação mineira da zona em estudo foi elaborada pela Direcção de Serviços de Minas e Pedreiras dos Serviços de Fomento Mineiro e Indústria Extractiva - Direcção Geral de Geologia e Minas.

Nas cartas, que foram foram fornecidas à escala 1/50.000, estão implantadas as concessões mineiras referindo-se a sua actual situação jurídica assim como as respectivas substâncias. Também se assinalam as pedreiras licenciadas pela Direcção Geral de Geologia e Minas. Refere-se contudo que nos termos da legislação em vigor o licenciamento das pedreiras pode ser conduzido através das Câmaras Municipais pelo que poderá haver outras explorações deste tipo não incluidas neste levantamento.

Esclare-se, ainda que nos concelhos de Vila de Rei e de Poiares não existem actualmente quaisquer concessões ou pedreiras licenciadas.

Refere-se finalmente que o Decreto-Lei que regulamenta as actividades mineiras tem o nº 1813 e data de 1 de Agosto de 1930

Actualmente está em discussão na Assembleia da República o novo Diploma Legislativo que agrega e actualiza os anteriores.

Quanto às pedreiras regem-se pelos Decretos 227/82 de 14 de Junho e 71/82 de 26 de Outubro.

CONCELHO	FREGUESIA	NÚMERO DE CADASTRO	DENOMINAÇÃO	SUBSTÂNCIA	ÁREA (ha)	CONCESSIONÁRIO	SITUAÇÃO	DATA DO ABANDONO	OBSERVAÇÕES
ALVAIÁZERE	Alvaiázere	576	Horta dos Vales	Fe	34-60-00		Abandonada	10.Fev.1950	Área cativa
		581	Vale do Alcaide	Fe	50-00-00		"	10.Fev.1950	" "
		583	Casal do Morais	Fe	50-00-00		"	10.Fev.1950	" "
		2100	Traz do Monte	Fe	49-29-40		"	23.Dez.1964	" "
	Maçãs de Caminho	585	Lad.de Maçãs de Caminho	Fe	50-00-00		"	10.Fev.1950	" "
		2101	Serrada	Fe	49-14-00		Abandonada	23.Dez.1964	Área cativa
	Pelmá	2014	Casal do Rei	Tripoli	100-00-00	Sociedade Quisselgur, Lda.	Lavra suspensa,ilicita		
	Pussos	577	Ribeira de Almoida	Fe	43-00-00		Abandonada	10.Fev.1950	Área cativa
		578	Olheirão	Fe	50-00-00		"	23.Dez.1964	" "
		579	Vale da Ameixoeira	Fe	50-00-00		"	23.Dez.1964	" "
		584	Fonte do Carvalhal de Pusso	Fe	49-25-00		"	23.Dez.1964	" "
	Rego da Murta	582	Água Travessa	Fe	50-00-00		"	23.Dez.1964	" "
CAST. DE PEIRA	Castanheira de Pera	2849	Fontão	W	50-00-00		Abandonada	06.Jul.1968	Área cativa
GÓIS	Alvares	337	Vale Torto	Sb	50-00-00		Abandonada	02.Abr.1962	Área cativa
		1999	Escádia Grande	Au,Ag	50-00-00	António Xavier de Lima	Lavra suspensa,ilicita		
	Cadafaz	1690	Barroca de Amiais	W,Sn	50-00-00		Abandonada	01.Mar.1979	Área cativa
		1691	Lombo do Gordo	Sn	52-50-00		"	01.Mar.1979	" "
		1692	Vale de Pião	Sn	52-50-00		"	01.Mar.1979	" "
		1794	Frgas de Estanho	Sn	37-50-00		"	01.Mar.1979	" "
		1795	Rabadão nº 1	Sn	49-90-00		"	01.Mar.1979	" "
		1796	Rabadão nº 2	Sn	55-50-00		"	01.Mar.1979	" "
		2404	Cabreira	W	50-00-00	Soc. Mineira de Góis, Lda.	Lavra suspensa,ilicita		
		2405	Vale da Ursa	W	49-02-00	" " " " "	" " "		
		2923	Amiais	W,Sn	49-95-12	Almedina, Lda.	" " "		
	Góis	2228	Ribeira de Piães	W	50-00-00	Almedina, Lda.	Lavra suspensa,ilicita		
		2406	Sandinha	W	50-00-00		Abandonada	01.Mar.1979	Área cativa

CONCELHO	FREGUESIA	NÚMERO DE CADASTRO	DENOMINAÇÃO	SUBSTÂNCIA	ÁREA (ha)	CONCESSIONÁRIO	SITUAÇÃO	DATA DO ABANDONO	OBSERVAÇÕES
GÓIS	Góis	2407	Almas do Liboreiro	W	57-36-85		"	01.Mar.1979	" "
		2417	Vale da Asna	W	50-00-00	Sòc.Mineira da Padrela,Lda	Lavra suspensa,ilícita		
		2422	Ribeiro	W	49-03-35	Minas do Liboreiro, Lda.	" " "		
		3022	Vale Salgueiro	W	49-58-63	" " " "	" " "		
		3283	Alto do Rabadão	W	43-95-75	Almedina, Lda.	" " "		
		3284	Ribeiro nº 1	W,Sn	45-64-25	" "	" " "		
FERREIRA DO ZÊZERE	Arega	580	Mina à Fontinha	Fe	50-00-00		Abandonada	23.Dez.1964	Área cativa
		586	Quinchosos	Fe	50-00-00		"	23.Dez.1964	" "
PAMPILHOSA DA SERRA	Dornelas do Zêzere e (Aldeia de S.Francisco de Assis)	640	Fonte das lameiras	W	50-00-00	Beralt Tin & Wolfram (Portugal), SARL	Actividade produtiva		
	Unhais o Velho e (S.Jorge da Beira)	986	Vale da Ermida nº 2	W	50-00-00	"	" "		
	Unhais o Velho (Aldeia de S.Francisco de Assis e S.Jorge da Beira	988	Curral dos Capados nº 2	W	59-08-03	"	" "		
	Unhais o Velho e (Aldeia de S.Francisco de Assis)	989	Chiqueiro nº 1	W	56-51-31	"	" "		
	Unhais o Velho	3185	Aradas	W,Sn	45-41-50	"	" "		
	Unhais o Velho e Dornelas do Zêzere	3186	Roçadas	W,Sn	55-75-80	"	" "		
	Unhais o Velho e (S.Jorge da Beira)	3187	Portela nº 3	W,Sn	46-61-00	"	" "		
PEDRÓGÃO GRANDE	Podrógão Grande	2658	Mosteiro	Au	60-00-00		Abandonada	18.Nov.1952	Área cativa
	Vila Facaia	2659	Salaborda Velha	Au	50-00-00		"	18.Nov.1952	" "
OLEIROS	Oleiros	727	Fragas nº 1	W	50-00-00	J.Costa & Martins, Lda.	Lavra suspensa,ilícita		
		917	Fragas nº 2	W	50-00-00	" " " " "	" " "		
	Vilar Barroco	2820	Borralhal	Cu	50-00-00	José Lagrifa Mendes	" " "		

2 - Demografia

Desde meados dos anos 60 que nos países industrializados surgiu uma corrente que, em termos de política de população, defende o "crescimento populacional nulo" como objectivo dessa mesma política. Nem sempre tal objectivo seré defensável, principalmente em zonas onde se observa uma regressão contínua da população.

De qualquer modo os estudos populacionais terão o seu lugar privilegiado quando se tem em mente o tratamento de um sistema regional, tanto mais que o seu objecto - a população - constitui um dos recursos mais importantes do sistema económico, porquanto tem a característica de ser simultaneamente mercado de trabalho e de consumo.

Tem então perfeito cabimento que nos detenhamos a observar alguns aspectos da população existente no conjunto regional designado por "Zona do Pinhal".

2.1 - Evolução da população

O período 1864/1981 poderá ser subdividido em quatro grandes momentos:

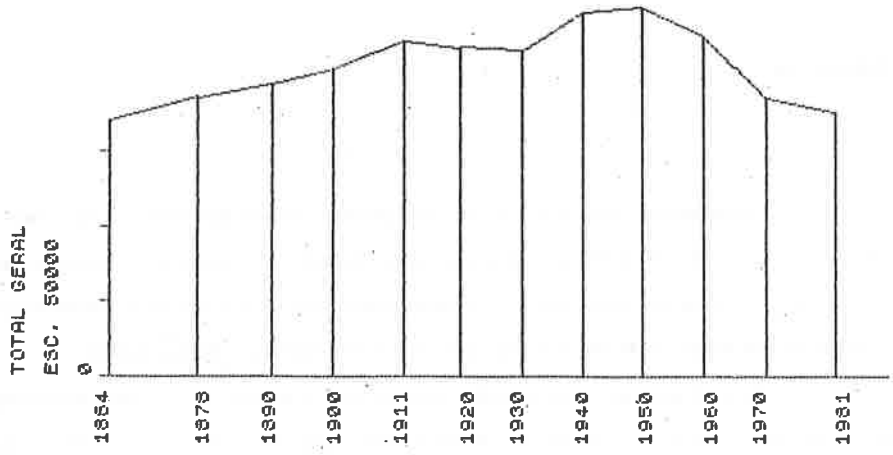
a) 1864 até 1911 - observa-se um acréscimo acentuado da população, que vê os efectivos aumentarem de 30,1%;

b) 1911 a 1930 - observa-se um decréscimo da população, cujo total, entre estes dois anos limite evoluiu a uma taxa de -3,1%;

c) 1930 a 1950 - novamente se observa um acréscimo da ordem dos 13,7%;

d) 1950 a 1981 - observa-se novo decréscimo na população total relativamente acentuado, pois atingiu o valor de -27,1%

tal como se pode observar no gráfico seguinte:



Presumivelmente o decréscimo de 1911 a 1930 poderá ser explicado pelo facto de neste período se ter verificado o primeiro conflito mundial, no qual Portugal participou, bem como se terem verificado alguns surtos epidémicos, da qual a "pneumónica" ainda hoje perdura na mente das pessoas mais velhas. O decréscimo do período 1950/81 encontra a sua justificação no forte surto migratório, quer para o exterior (emigração), quer para os centros urbanos do litoral (Lisboa, Coimbra, etc.).

Naturalmente as evoluções concelhias terão um andamento um pouco diferenciado face à evolução verificada no conjunto regional "Zona do Pinhal". De qualquer modo parece verificar-se, em todos eles, um acréscimo entre 1864 e 1911 (com algumas excepções, por ex. Ansião), um decréscimo até aos anos 30 (ou 20, como no caso de Castanheira de Pera). Nos anos 30 (até 1940) houve um acréscimo populacional em todos os concelhos, que, em alguns se prolongou até 1950, enquanto outros (caso de Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Alvaiàzere, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Penela, Vila Nova de Poiares e Vila de Rei) começaram a perder efectivos populacionais.

O decréscimo referido prolongou-se até aos anos 70 e mesmo 80. Na verdade, entre 1970/81 apenas houve acréscimo de população nos concelhos de Tábua, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Lousã, Miranda do Corvo,

Penela e Vila Nova de Poiares.

A este nível terá interesse observar o comportamento das taxas de evolução. Assim (observe-se o quadro 2-I):

- o período que decorre entre 1868/1911 é de crescimento dos efectivos de população em quase todos os concelhos;
- o período entre 1911/1930 constitui um período regressivo;
- o período entre 1930/50 é de crescimento, embora no sub-período 40/50 tal crescimento tenha sido reduzido, na medida em que existe um grande número de concelhos (Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Alvaiàzere, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Penela, Vila Nova de Poiares e Vila de Rei) com taxas de evolução negativas que, no entanto, não são suficientes para contrair taxas de evolução positivas observadas nos restantes;
- o período entre 1950/1981 é de regressão populacional forte, de tal modo que no sub-período 1950/60 apenas Oleiros conhece uma evolução positiva, no sub-período 1960/70 nenhum concelho conhece uma evolução favorável e com taxas que atingem o seu valor mais baixo em Pedrógão Grande (-37,7%). No sub-período 1970/81 os concelhos de Tábua, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares, conhecem evoluções positivas que não são suficientes, no entanto, para contrabalançar os efectivos negativos observados nos restantes concelhos.

De qualquer modo e em relação ao período 1970/81 constata-se que abaixo da evolução verificada no conjunto regional em análise se situam apenas os concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra, Alvaiàzere, Oleiros, Proença a Nova, Sertã e Vila de Rei. Presumivelmente se terão aqui indícios de uma certa recuperação demográfica.

QUADRO 2-I / EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

TOTAL	COIMBRA	SERTÃ				LOUSÃ				F. DOS VINHOS					ARGANIL				AGRUP.		
	PENACOVA	VILA DE REI	SERTÃ	PROENÇA A NOVA	OLEIROS	V.N. DE POIARES	PEREIRA	MIRANDA DO CORV.	LOUSÃ	PEDRÓGÃO GRANDE	FIGUEIRÓ DOS V.	CAST. DE PEIRA	ANSIÃO	ALVAIÁZERE	TÁBUA	P. DA SERRA	GÓIS	ARGANIL	CONCELHOS		
185899	14966	5363	15976	0842	9091	6557	9110	10453	9635	6230	8040	3972	12177	9002	17207	9359	10305	18806	Valor		1864
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Abs.	Dif.	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	%		
203218	16755	5793	16923	9420	9629	7534	9998	11471	10415	6597	9044	4999	13096	10477	18489	10671	11245	20662	Valor		1878
+17319	+ 1789	+ 430	+ 947	+ 578	+ 538	+ 977	+ 080	+1018	+ 780	+ 367	+ 1004	+1027	+ 919	+ 675	+1282	+1312	+ 940	+1856	Abs.	Dif.	
+ 9,3	+ 12,0	+8,0	+ 5,9	+ 6,5	+ 5,9	+14,9	+ 9,7	+ 9,7	+ 0,1	+ 5,9	+12,4	+25,9	+ 7,5	+ 6,9	+ 7,5	+14,0	+ 9,1	+ 9,9	%		
213152	17825	6462	18332	10350	10476	7601	10180	12643	10060	7333	9127	5959	12961	10676	18733	11274	10895	21449	Valor		1890
+ 9934	+ 1070	+ 669	+ 1409	+ 930	+ 047	+ 67	+ 182	+1172	+ 453	+ 736	+ 81	+ 960	- 135	+ 199	+ 244	+ 603	- 350	+ 787	Abs.	Dif.	
+ 4,9	+ 6,4	+11,5	+ 8,3	+10,0	+ 0,0	+ 0,9	+ 1,0	+10,2	+ 4,3	+11,2	+ 0,9	+19,2	- 1,0	+ 1,9	+ 1,3	+ 5,7	- 3,1	+ 3,8	%		
223735	18253	6701	20380	11451	11203	7900	9954	12751	11685	7944	9702	6213	13662	11936	18371	12426	11891	21232	Valor		1900
+10583	+ 428	+ 319	+2048	+1093	+ 727	+ 299	- 226	+ 100	+ 817	+ 611	+ 575	+ 254	+ 701	+1260	- 362	+1152	+ 996	- 217	Abs.	Dif.	
+ 5,0	+ 2,4	+4,9	+11,2	+10,6	+6,9	+3,9	-2,2	+0,9	+7,5	+8,3	+6,3	+4,3	+5,4	+11,0	-1,9	+10,2	+9,1	-1,0	%		
241843	18094	7638	22617	13044	12060	8226	12305	14206	12622	0561	10630	6523	14601	12870	18169	13944	12974	22004	Valor		1911
+18153	- 159	+ 057	+2237	+2393	+ 857	+ 326	-2351	+1455	+ 937	+ 617	+ 920	+ 340	+ 939	+ 934	- 202	+1518	+1083	+ 772	Abs.	Dif.	
+ 8,1	- 0,9	+12,6	+11,0	+20,9	+7,6	+4,1	-23,6	+11,4	+ 0,0	+ 7,8	+ 9,6	+ 5,5	+ 6,9	+ 7,8	- 1,1	+12,2	+ 9,1	+ 3,6	%		
237136	17645	7236	23280	13620	11977	8343	11197	13455	11944	8541	10686	5039	14832	13098	17354	14040	12616	21417	Valor		1920
+4752	- 449	- 402	+ 671	- 216	- 03	+ 117	-1100	- 751	- 670	- 20	+ 56	- 684	+ 231	+ 228	- 815	+ 96	- 358	- 587	Abs.	Dif.	
- 2,0	- 2,5	-5,3	+ 3,0	-1,6	-0,7	+1,4	-9,0	-5,3	-5,4	-0,2	+ 0,5	-10,5	+1,6	+1,8	-4,5	+ 0,7	-2,8	-2,7	%		
234401	16964	7399	24057	14973	11091	7763	10754	12600	12905	8077	10699	6116	15543	13290	16530	13459	12230	18343	Valor		1930
- 2735	- 681	+ 163	+ 769	+1345	- 06	- 500	- 443	- 047	+ 961	- 336	+ 13	+ 277	+ 711	+ 192	- 824	- 581	- 386	-3074	Abs.	Dif.	
- 1,2	- 3,9	+2,3	+3,3	+9,9	-0,7	-7,0	-4,0	-6,3	+8,0	+3,9	+0,1	+4,7	+4,8	+1,5	-4,7	-4,1	-3,1	-14,4	%		
262933	19340	8010	27103	10103	14020	8390	11000	13550	14525	9250	12031	6411	17391	15047	17673	15527	12488	22002	Valor		1940
+28532	+ 2376	+ 419	+3126	+3210	+ 2129	+ 633	+ 334	+ 950	+1620	+ 373	+1332	+ 295	+1040	+1757	+1143	+2060	+ 258	+3659	Abs.	Dif.	
+12,2	+ 14,0	+5,7	+13,0	+21,4	+17,9	+8,2	+3,1	+7,5	+12,6	+4,2	+12,4	+4,8	+11,9	+13,2	+6,9	+15,4	+ 2,1	+19,9	%		
266408	19926	0407	20623	10927	15137	8210	10625	13025	16442	8955	12300	6330	10309	14950	17790	14800	11103	21736	Valor		1950
3475	+ 586	- 411	+1440	+ 744	+1117	- 100	- 463	+ 264	-1917	- 295	+ 269	- 01	+ 910	- 97	+ 125	- 727	-1385	- 266	Abs.	Dif.	
+ 1,3	+ 3,0	-4,7	+5,3	+4,1	+8,0	-2,1	-4,2	+1,9	+13,2	-3,2	+2,2	-1,3	+5,3	-0,6	+0,7	-4,7	-11,1	-1,2	%		
245641	18704	7563	27997	17552	15563	7510	9438	12010	13900	8239	11545	5739	17260	13503	15069	13372	9744	19237	Valor		1960
-20767	- 1222	- 844	- 626	-1375	+ 426	- 700	-1107	-1012	-2542	- 716	- 755	- 591	-1041	-1363	-1929	-1428	-1359	-2499	Abs.	Dif.	
- 7,8	- 6,1	-10,0	-2,2	-7,3	+2,0	-8,5	-11,2	-7,3	-15,5	-8,0	-6,1	-9,3	-5,7	-9,1	-10,0	-9,6	-12,2	-11,5	%		
202614	17172	6209	23046	13005	13110	6290	7890	12013	12369	5131	9145	4025	15050	11299	12441	9303	6959	15747	Valor		1970
-43027	- 1532	- 2354	- 4151	- 3747	- 2453	- 1222	- 1548	- 797	-1531	- 3100	- 2400	- 914	- 2210	- 2204	- 3428	- 4069	- 2789	-3490	Abs.	Dif.	
- 17,5	- 8,2	-31,1	-14,0	-21,4	-15,8	-16,3	-16,4	- 6,2	-11,0	-37,7	-20,8	-15,9	-12,0	-16,8	-21,6	-30,4	-28,6	-18,1	%		
194146	17351	4654	21503	11953	10103	6640	8023	12231	13020	5042	8754	5137	15446	10510	13456	7493	6434	15507	Valor		1981
-8468	+ 179	-1555	-2345	-1052	- 292	- 353	+ 133	+ 218	+ 651	+ 711	- 391	+ 312	+ 380	- 789	+1019	-1810	- 521	- 240	Abs.	Dif.	
- 4,2	+ 1,0	-25,0	- 9,0	-13,4	-22,3	+5,6	+1,7	+1,8	+5,3	+13,9	- 4,3	+6,5	+2,6	- 7,0	+ 8,2	-19,5	- 7,5	- 1,5	%		

FONTE: INE, Recenseamentos gerais da população (X, XI e XII)

Para este período de tempo constata-se que apenas os concelhos referidos perdem peso no total, ou seja:

População concelhia / População Zona do Pinhal (%)

	1970	1981
Góis	3,4	3,3
P.Serra	4,6	3,9
Alvaiàzere	6,1	5,4
Oleiros	6,5	5,2
P.a Nova	6,8	6,2
Sertã	11,8	11,1
Vila de Rei	3,1	2,4

Como se pode demonstrar através do "método de Dunn" ou das "variações líquidas". Observe-se o quadro abaixo

CONCELHOS	ANOS		$\bar{P}_i^1$ (1) 1981	Δi (2)	
	1970	1981		> 0	< 0
Arganil	15 747	15 507	15 086	421	
Góis	6 955	6 434	6 663		-229
P.Serra	9 303	7 493	8 912		-1419
Tábua	12 441	13 456	11 918	1 538	
Alvaiàzere	12 299	10 510	11 782		-1727
Ansião	15 058	15 446	14 426	1 020	
C.Pera	4 825	5 137	4 622	515	
F.Vinhos	9 145	8 754	8 761		-7
P.Grande	5 131	5 842	4 915	927	
Lousã	12 369	13 020	11 850	1 170	
M.do Corvo	12 013	12 231	11 508	723	
Penela	7 890	8 023	7 559	464	
V.N.Poiares	6 296	6 649	6 032	617	
Oleiros	13 110	10 183	12 559		-2376
P.a Nova	13 805	11 953	13 225		-1272
Sertã	23 846	21 503	22 844		-1341
V.de Rei	6 209	4 654	5 948		-1294
Pampilhosa	17 172	17 351	16 450	901	

(1) $\bar{P}_i^1$ 1981 - Valores estimados de acordo com a expressão seguinte:

$\bar{P}_i^1 = P_i^0 (1 + \delta)$

$\bar{P}_i^1$ - População estimada para o concelho i no ano 1

P_i^0 - População real do concelho i no ano 0

δ - Taxa de evolução entre os dois períodos de tempo.

(2) $\Delta i = P_i^1 - \bar{P}_i^1$

Δi - variação líquida

P_i^1 - população real do concelho i no ano 1.

Surgem então com "variações líquidas" (Δi) negativas os concelhos referenciados, enquanto os outros conhecem "variações líquidas" (Δi) positivas a indicar uma certa recuperação demográfica nestes.

Esta evolução populacional tem-se traduzido, naturalmente, num valor da densidade populacional (hab./Km2) cada vez mais baixo. A evolução da densidade populacional pode ser vista no quadro seguinte:

Densidade populacional (hab./Km2)

Anos	1960	1970	1981
Zona do Pinhal	59,0	48,7	46,7
Região Centro			75,5
Continente			104,9

Fonte: CCRC, "A Região Centro em mapas e números" Coimbra, 1983
INE, XII Recenseamento Geral da População, Lisboa, 1981

No último ano considerado a densidade populacional da Zona do Pinhal era bastante mais baixa que na Região Centro e Continente, constituindo apenas 61,9% da densidade populacional da Região Centro e 44,5% da densidade populacional do Continente.

2.2 - Estrutura etária

Observa-se uma estrutura etária desequilibrada (quadro 2-II).

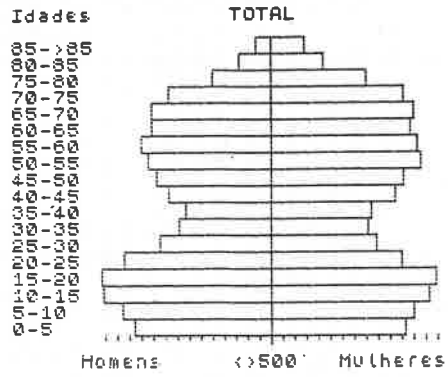
Na verdade o coeficiente de dependência

$$C.D. = \frac{Pop.(0-14) + P(>65)}{pop.(15-64)} \quad (\%)$$

atinge 66,8 %

Deste modo a pirâmide de idades (gráfico 2-II) é distorcida, apresentando um estrangulamento nos grupos de idades situadas entre os 20 e os 54 anos.

Gráfico 2-II



Tal como a pirâmide de idades revela, os efectivos do sexo feminino são superiores aos efectivos do sexo masculino, con, constituindo, respectivamente, 52,2% e 47,8% da população total.

Estas características surgem representadas em cada concelho considerado "de per si". Na verdade, em todos eles os grupos etários (0-14 anos) e (>65 anos), que se podem considerar os "não activos", assumem um peso elevado no grupo etário (15-64 anos), considerada a "idade activa". No fundo, na estrutura etária dos diferentes concelhos surgem mais representados (relativamente) os demasiados velhos e/ou os demasiados novos e este facto condicionará o que se pretende fazer em matéria de educação, emprego, formação profissional, segurança social, etc.

QUADRO 2-II / POPULAÇÃO RESIDENTE E SUA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA

TOTAL	COIMBRA	SERTÃ				LOUSÃ				F. DOS VINHOS					ARGANIL				AGRUPAMENTO		POPULAÇÃO RESIDENTE E SUA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA
	PENACOVA	VILA DE REI	SERTÃ	PROENÇA A NOVA	OLEIROS	V.N.DE POIARES	PENELA	MIRANDA DO CORVO	LOUSÃ	PEDRÓGÃO GRANDE	FIGUEIRÓ DOS V.	CAST. DE PERA	ANSIÃO	ALVAIÁZERE	TÁBUA	P. DA SERRA	GÓIS	ARGANIL	CONCELHOS		
6524	934	86	648	383	337	245	330	435	490	144	266	202	560	309	309	340	198	508	H	0 - 4 Anos	
6409	905	103	678	358	321	269	249	421	510	161	262	175	499	318	378	335	194	515	H		
12931	1681	189	1 326	741	618	514	479	850	1 000	305	528	377	1 059	627	987	675	392	1 033	Total		
9019	931	109	810	401	323	250	260	466	494	155	343	188	573	347	547	282	207	519	H	5 - 9 Anos	
8946	838	116	717	348	298	275	255	466	537	152	313	154	601	328	510	216	222	488	H		
17961	1664	225	1 527	749	621	524	515	932	1 031	310	656	342	1 174	675	1 057	908	439	1 007	Total		
9821	938	170	1 033	468	369	274	286	562	527	179	344	201	601	326	548	367	235	608	H	10 - 14 Anos	
9835	721	170	932	436	406	279	288	442	521	149	304	195	645	302	559	272	184	550	H		
19358	1661	340	1 969	904	775	553	574	1 004	1 048	320	648	396	1 326	700	1 100	539	419	1 138	Total		
9510	758	232	1 019	511	417	265	294	505	545	189	356	166	685	399	491	269	213	614	H	15 - 19 Anos	
9660	903	211	951	474	413	274	296	493	465	186	347	162	630	403	493	302	231	608	H		
19530	1663	443	1 970	985	830	542	570	992	1 010	375	703	349	1 315	802	984	571	443	1 219	Total		
6918	685	167	770	425	417	231	230	478	455	180	329	170	576	377	440	254	185	549	H	20 - 24 Anos	
6151	632	140	669	331	302	237	249	401	463	164	303	172	526	302	383	231	170	469	H		
13069	1317	315	1 439	756	719	468	479	895	943	344	652	342	1 103	679	923	485	355	1 018	Total		
5303	542	113	572	289	246	220	186	306	420	149	230	161	460	260	355	171	141	394	H	25 - 29 Anos	
4811	520	78	449	263	208	180	214	324	338	146	224	169	448	259	262	159	149	403	H		
10114	1062	192	1 021	551	454	400	400	720	826	295	454	330	900	519	717	330	290	797	Total		
4435	432	65	438	245	196	152	197	330	353	117	210	161	393	210	310	137	138	331	H	30 - 34 Anos	
4670	536	76	453	227	210	162	161	354	371	174	225	153	433	245	317	139	133	318	H		
9065	968	141	891	472	406	313	350	664	761	241	439	314	826	463	627	268	251	649	Total		
4113	416	59	417	206	170	144	174	292	344	114	181	124	368	207	305	132	133	339	H	35 - 39 Anos	
4726	469	83	492	253	236	134	215	340	350	144	211	137	427	226	334	151	150	761	H		
8863	885	142	909	459	406	278	389	643	694	258	393	241	788	483	639	283	283	720	Total		
4862	447	106	530	246	266	160	223	353	382	144	217	140	413	260	318	135	146	398	H	40 - 44 Anos	
5721	508	121	631	313	307	195	333	393	301	133	287	161	475	329	357	219	164	444	H		
10581	955	227	1 169	559	573	355	500	746	921	321	504	301	888	589	675	354	310	842	Total		
5320	458	121	644	327	298	169	209	306	365	160	242	150	425	271	357	171	151	402	H	45 - 49 Anos	
6184	560	156	690	419	364	183	254	339	396	207	279	176	460	357	397	234	172	491	H		
11503	1018	277	1 343	746	662	357	483	745	761	375	525	334	875	670	754	405	333	893	Total		
5698	483	152	673	430	345	168	224	324	344	203	255	140	430	276	355	233	190	437	H	50 - 54 Anos	
6812	526	208	766	485	401	211	237	369	393	246	323	170	509	427	421	203	257	540	H		
12508	969	360	1 439	905	746	378	461	693	737	449	578	310	939	803	776	516	447	957	Total		
5956	439	150	715	433	363	193	264	364	324	210	288	145	407	335	387	248	205	494	H	55 - 59 Anos	
6749	536	189	771	483	351	230	310	373	409	261	320	180	488	396	473	348	303	604	H		
12723	997	339	1 486	921	714	423	532	737	733	471	608	333	877	731	860	596	508	1 098	Total		
5478	412	161	606	390	325	189	267	302	303	206	245	116	359	297	404	233	209	462	H	60 - 64 Anos	
6377	504	186	709	434	345	191	264	335	305	225	287	139	434	365	490	283	254	552	H		
11855	916	347	1 315	823	670	378	530	637	608	431	534	255	793	662	894	515	463	1 014	Total		
5448	381	165	633	387	328	169	213	287	309	214	252	149	357	287	390	231	219	488	H	65 - 69 Anos	
6503	486	185	614	417	345	235	262	341	421	243	318	177	401	369	490	299	306	615	H		
11951	865	350	1 246	804	673	404	475	628	729	457	570	326	758	656	888	530	505	1 103	Total		
4442	292	149	499	303	285	188	203	292	250	186	197	101	329	256	295	194	216	391	H	70 - 74 Anos	
6036	430	178	508	361	307	204	282	332	351	230	243	130	440	352	449	277	272	549	H		
10478	722	327	1 007	724	592	392	485	624	609	411	448	264	770	630	844	471	488	940	Total		
2738	180	98	276	216	164	75	114	150	148	90	123	72	190	176	186	115	115	243	H	75 - 79 Anos	
4301	301	139	456	268	195	116	198	240	237	161	174	96	315	270	317	224	179	365	H		
7039	481	227	732	484	359	231	312	390	415	251	296	168	513	446	503	339	294	608	Total		
1466	71	34	149	108	79	37	76	83	83	62	59	34	132	100	83	81	70	93	H	80 - 84 Anos	
2376	151	82	229	130	120	74	163	130	145	100	99	49	201	161	170	106	82	184	H		
3842	228	126	378	238	199	111	239	213	228	162	158	83	333	269	253	187	152	277	Total		
739	25	21	80	53	40	12	45	43	33	26	32	15	56	57	61	35	26	34	H	85 ou + Anos	
1546	93	38	170	80	69	53	88	80	75	32	57	33	140	122	115	88	67	130	H		
2285	120	69	258	133	107	65	137	123	107	58	89	51	204	178	176	133	93	184	Total		

FONTE: INE, Recenseamento geral da população, 1981

2.3 - População activa por sectores de actividade

Observe-se o quadro seguinte:

Pop.activa (não inclui "actividades mal definidas")

Sector / Ano	Primário	Secundário	Terciário	Total
1970	40360	13840	13620	67820
%	59,5	20,4	20,1	100
1981	26710	21324	17060	65094
%	41,0	32,8	26,2	100

FONTE: INE, XII Recenseamento Geral da População, Lisboa, 1981
CCRC, "A Região Centro. Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento", Coimbra, 1981
CCRC, "A Região Centro em Mapas e Números", Coimbra, 1981

Constata-se que no período entre 1970/81 a população activa decresceu 4,0% passando de 67820 pessoas, em 1970, para 65094, em 1981 - este movimento a acompanhar um decréscimo da população global da ordem dos 4,2%. Nota-se que o decréscimo da mão-de-obra activa é inferior ao decréscimo verificado na população global.

Em termos sectoriais a evolução verificada traduziu-se em profundas alterações estruturais. Na verdade, as taxas de evolução sectoriais verificadas foram as seguintes:

	Δ (%) (1970/81)
Primário	-33,82
Secundário	54,08
Terciário	25,26

Constata-se, então, um decréscimo acentuado na população activa do sector primário, a que se contrapõe um acréscimo acentuado na população activa do sector secundário e um acréscimo um pouco mais moderado no sector terciário. Note-se que, em termos absolutos, o sector primário perdeu 13650 efectivos de emprego, enquanto o sector secundário aumentou 7484 os seus efectivos e o sector terciário incrementou os seus efectivos em 3440 pessoas.

Quer isto dizer que, em termos globais, houve uma perda de 2726 efectivos de emprego.

Esta evolução específica poderá querer significar a existência de um determinado processo de industrialização, tímido ainda, mas de qualquer modo já com algum significado.

Este comportamento levou a que entre 1970/81 se tivesse observado uma profunda alteração na estrutura sectorial da população activa. Assim, enquanto em 1970 quase 60% da população se concentrava no sector primário (observe-se o quadro inicial deste sub-capítulo), tal percentagem desceu para 41,0% (um decréscimo de 18,5 pontos percentuais) em 1981. Ao nível do sector secundário a evolução é oposta. De facto, enquanto em 1970 a população activa concentrada neste sector atingia apenas 20,4% da população activa total, em 1981 a população activa deste sector constituia 32,8% da população activa total (um acréscimo de 12,4 pontos percentuais). A evolução ao nível do sector terciário é semelhante à observada no sector secundário. Na verdade, detendo o sector terciário 20,1% da população activa total em 1970, atingiu os 26,2% em 1981 (um acréscimo de 6,1 pontos percentuais).

Vamos analisar seguidamente o comportamento dos agrupamentos de concelhos. Está-se consciente dos riscos que esta opção comporta - em particular, sabe-se que no mesmo agrupamento de concelhos, os concelhos que o constituem têm dinamismos diferenciados. De qualquer modo, ficar-se-á com uma visão da evolução do conjunto.

Entre 1970/81, observaram-se algumas alterações na distribuição sub-regional da população activa traduzidas nas seguintes taxas de evolução verificada nos agrupamentos de concelhos:

Agrupamentos	Δ (%)
Arganil	-12,4
F.Vinhos	3,9
Lousã	1,5
Sertã	-9,1
Penacova (conc.)	0,7

Observa-se que os agrupamentos de concelhos de Figueiró dos Vinhos e Lousã viram a sua população activa aumentar de, respectivamente, 3,9% e 1,5%, sucedendo o mesmo no concelho de Penacova, embora a um ritmo menos acentuado (0,7%). Nos outros dois agrupamentos de concelhos observa-se um decréscimo bastante acentuado. De facto, no agrupamento de concelhos de Arganil a população activa sofreu um decréscimo de 12,4% e no agrupamento de concelhos da Sertã tal decréscimo cifrou-se em 9,1%.

A alteração da estrutura regional da população activa não é tão brusca quanto a alteração sectorial. De qualquer modo observa-se que:

- o Agrupamento de Concelhos de Arganil, que detinha, em 1970, 22% da populaçãp activa da Zona do'Pinhal, vê diminuir o seu peso percentual no conjunto (passa a deter, em 1981, 20,1%);
- o Agrupamento de Concelhos de Figueiró dos Vinhos aumentou o seu peso percentual no conjunto, ou seja, enquanto em 1970 a população activa deste agrupamento constituia 23,5% da população activa da Zona do Pinhal, em 1981 passa a deter 25,4%;
- o Agrupamento de Concelhos da Lousã vê também aumentar o seu peso percentual no conjunto. Assim, enquanto em 1970 detinha 18,5% da população activa da Zona do Pinhal, passa a deter, em 1981, 19,5%;
- o Agrupamento de Concelhos da Sertã conheceu uma evolução desfavorável. Deste modo, enquanto em 1970, 27,9% da população activa da Zona do Pinhal estava concentrada no Agrupamento de Concelhos da Sertã, em 1981, tal peso desceu para 26,5%;
- o Concelho de Penacova vê aumentar o seu peso percentual no con-

junto. Na verdade, detendo 8,1% da população activa total, em 1970, passa a deter, em 1981, 8,5%.

A distribuição da população activa pelos diferentes sectores de actividade fazia-se do seguinte modo:

AGRUP.	CONCELHOS	POPULAÇÃO ACTIVA CONCELHIA (1981)									TOTAL	Pop. activa (total)	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9		1981	1970
ARGANIL	ARGANIL	1171 27,2	28 0,7	920 21,4	41 1,0	850 19,8	389 9,0	222 5,2	40 0,9	638 14,8	4299 100	13065	14915
	GÓIS	999 45,5	4 0,2	439 20,0	15 0,7	261 11,9	194 8,8	49 2,2	5 0,2	229 10,5	2195 100		
	P. DA SERRA	1247 52,7	183 7,7	231 9,8	56 2,4	235 9,9	144 6,1	85 3,6	13 0,5	173 7,3	2367 100		
	TÁBUA	1587 37,8	10 0,2	938 22,3	12 0,3	659 15,7	362 8,6	89 2,1	60 1,4	487 11,6	4204 100		
E DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	2338 53,8	8 0,2	364 8,4	12 0,3	677 15,6	324 7,4	118 2,7	15 0,3	489 11,3	4345 100	16550	15925
	ANSIÃO	1808 35,9	40 0,8	1006 20,0	16 0,3	775 15,4	539 10,7	164 3,3	51 1,0	622 12,6	5031 100		
	CAST. DE PEÃ	140 7,7	0 0,0	1191 65,2	8 0,4	106 5,8	102 5,6	39 2,1	21 1,2	220 12,0	1827 100		
	FIGUEIRÓ DOS V.	1441 45,8	6 0,2	462 14,7	60 1,9	417 13,3	261 8,3	71 2,2	49 1,6	378 12,0	3145 100		
	PEDRÓGÃO GRANDE	1202 54,6	1 0,0	316 14,4	12 0,5	198 9,0	136 6,2	108 4,9	22 1,0	207 9,4	2202 100		
LOUSÃ	LOUSÃ	434 10,4	3 0,1	1355 32,3	267 6,3	706 16,8	436 10,4	171 4,1	74 1,8	747 17,8	4193 100	12719	12525
	MIRANDA DO CORV.	1001 24,4	3 0,1	720 17,6	65 1,6	707 17,2	468 11,4	248 6,0	29 0,7	863 21,0	4104 100		
	PENELA	987 41,1	12 0,5	280 11,7	15 0,6	420 17,6	195 8,1	117 4,9	13 0,5	356 14,8	2403 100		
	V.N.DE POIARES	517 25,6	7 0,4	265 13,1	21 1,0	346 17,1	313 15,5	112 5,6	13 0,6	425 21,1	2019 100		
SERTÃ	CLEINOS	2103 64,1	6 0,2	293 8,6	15 0,4	311 9,1	206 6,0	114 3,4	11 0,3	268 7,9	3407 100	17224	18955
	PROENÇA A NOVA	2996 65,5	0 0,0	324 7,1	16 0,4	417 9,1	262 5,7	141 3,1	31 0,7	385 8,4	4572 100		
	SERTÃ	3728 50,3	3 0,0	912 12,3	73 1,0	858 11,6	495 6,7	304 4,1	41 0,6	991 13,4	7405 100		
	VILA DE REI	1118 60,8	2 0,1	142 7,7	5 0,3	208 11,3	107 5,8	78 4,2	4 0,2	176 9,6	1840 100		
COIMBRA	PENACOVA	1485 26,8	12 0,2	797 14,4	88 1,6	1413 25,5	575 10,4	203 3,7	26 0,5	937 16,9	5536 100	5536	5500
TOTAL		26302 40,5	328 0,5	10955 16,8	797 1,2	9572 14,7	5508 8,5	2433 3,7	518 0,8	8601 13,2	65094 100	65094	67820

SECTORES

1 - Agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pe.
2 - Indústrias extractivas
3 - Indústrias transformadoras
4 - Electricidade, gás, vapor e água
5 - Construção e obras públicas
6 - Comércio por grosso e a retalho, restaurantes, cafés e actividades similares.
7 - Bancos, seguros, parques de campismo e actividades similares
8 - Transportes e comunicações
9 - Locação, compras e operações sobre imóveis. Aluguer de máquinas e equipamento.
9 - Serviços

FONTE: INE, *XII Recenseamento Geral da População (1981)*, Lisboa
CCRC, "A *Região Centro em mapas e números*", (1983), Coimbra
CCRC, "A *Região Centro. Caracterização...*" (1981), Coimbra

facilmente se constata o peso do sector 1 ("agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca") no conjunto da Zona do Pinhal. Na verdade, este sector absorve 40,5% da população activa da região em estudo. Aliás, este sector é o mais importante em todos os concelhos, com excepção dos concelhos de Castanheira de Pera (onde absorve apenas 7,7% da população activa deste) e Lousã (onde os efectivos da população activa do sector 1 atinge apenas 10,4% da população activa total concelhia). Tal como se observa no quadro anterior, a população activa do sector 1 constitui mais de 50% da população activa concelhia nos seguintes concelhos:

P.Serra ..... 52,7 %	Oleiros ..... 64,1 %
Alvaiàzere .... 53,8 "	P.a Nova ..... 65,5 "
P.Grande ..... 54,6 "	Sertã ..... 50,3 "
	Vila de Rei ... 60,8 "

O segundo sector mais importante, em termos de efectivos da população activa, é o sector 3, ou seja, as "indústrias transformadoras". No entanto, estas absorvem apenas 16,8% da população activa da "Zona do Pinhal". De qualquer modo, este sector assume, já hoje, particular relevo nos concelhos de Castanheira de Pera (onde absorve 65,2% da população activa concelhia, a colocar problemas importantes, devido ao carácter da mono-indústria (têxtil), de especialização acentuada, num sector de actividade em crise) e Lousã (onde 32,3% da população activa está concentrada nas "indústrias transformadoras").

O panorama poderá não ser animador, pois, para além dos concelhos de Castanheira de Pera e Lousã, já referidos, apenas em mais outros 4 concelhos a população activa das "indústrias transformadoras" constitui 20% ou mais da população activa concelhia. São eles:

Arganil ..... 21,4 %
Góis ..... 20 "
Tábua ..... 22,3 "
Ansião ..... 20 "

São ainda sectores com algum peso os sectores 6 ("construção e obras públicas") e 9 ("serviços"), absorvendo, respectivamente, 14,7% e 13,2% da população activa da Zona do Pinhal.

Parece, deste modo, ficar demonstrado o carácter essencialmente rural deste conjunto de concelhos. Mostra-se o peso exagerado do sector 1 e a fraca representatividade de sectores como as "indústrias transformadoras" e os "serviços". É de admitir, e na medida em que a produção agrícola (que não a florestal) é relativamente marginal e para auto-subsistência, com fracas produtividades, que o sector 1 venha a perder importância, ou seja, absorva cada vez menor número de efectivos da população activa. Deste modo, se admite como importante toda e qualquer acção tendente a criar emprego nos outros sectores de actividade, em particular nas indústrias transformadoras, bem como no sub-sector florestal (e actividades com este ligadas a jusante: madeira e mobiliário, resinosas, etc.), onde a produtividade é mais elevada e consequentemente mais riqueza se produz.

Na estrutura produtiva dos concelhos em estudo assumem particular relevo certos sectores de actividade, enquanto outros surgem fracamente representados, ou nem sequer são exercidos. Significa isto que há um certo desequilíbrio na distribuição concelhia e sectorial da população activa.

Para analisar este possível desequilíbrio da distribuição (concelhia/ /sectorial) da população activa podemos recorrer a um indicador de análise regional o quociente de localização (QUOL). Se designarmos por:

Pij - a população activa do concelho i no sector j

Pi - a população activa total do concelho i

Pj - a população activa total do sector j

P - a população activa total do conjunto (dos concelhos ou dos sectores)

então define-se:

$$QUOL = \frac{Pij}{Pj} \Big/ \frac{Pi}{P}$$

Assume-se como elemento padrão, aferidor do equilíbrio, a expressão Pi/P, ou seja, o peso que cada concelho tem no total. O grau de equilíbrio ou desequilíbrio vai, então, depender do peso que a população activa de um determinado sector j num determinado concelho i, tem no conjunto da população activa desse mesmo sector j.

Da comparação entre estes dois pesos (comparação em termos de quociente) se concluirá pela existência de uma situação de:

a) Desequilíbrio: quando

$$\frac{Pij}{Pj} = \frac{Pi}{P} \quad \text{se} \quad \frac{-Pij}{Pj} > \frac{Pi}{P}$$

a população activa do sector j no concelho i (Pij) tem um peso na população activa desse mesmo sector (Pj), que supera o peso que a população activa do concelho i (Pi) tem na população activa do conjunto de concelhos (P).

$$\text{se} \quad -\frac{Pij}{Pj} < \frac{Pi}{P}$$

o sector j, no concelho i, está fracamente representado, ou seja, o QUOL é positivo, mas diferente da unidade.

b) Equilíbrio: quando

$$\frac{Pij}{Pj} = \frac{Pi}{P}$$

ou seja, quando o peso da população activa do sector j no concelho i (Pij) na população activa do sector j (Pj) é igual ao peso que a população activa do concelho i (Pi) tem no conjunto da população activa (P) ou seja, quando o QUOL for igual à unidade.

Este instrumento de análise regional assume, então, os seguintes valores:

AGRUP	CONCELHOS	QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO								
		SECTORES								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
ARGANIL	ARGANIL	0,672	1,293	1,272	0,779	1,345	1,069	1,362	1,149	1,123
	GÓIS	1,123	0,362	1,188	0,558	0,809	1,045	0,597	0,286	0,790
	P. DA SERRA	1,300	15,343	0,580	1,932	0,675	0,719	0,961	0,690	0,553
	TÁBUA	0,931	0,472	1,326	0,233	1,066	1,018	0,566	1,793	0,877
F DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	1,328	0,365	0,492	0,236	1,060	0,881	0,727	0,434	0,852
	AVISEÃO	0,887	1,578	1,188	0,260	1,048	1,266	0,672	1,274	0,951
	CASTº DE PERA	0,109	0,000	3,673	0,358	0,395	0,660	0,571	1,444	0,911
	FIGUEIRÓ DOS V.	1,131	0,379	0,673	1,558	0,902	0,981	0,604	1,958	0,910
	PEDRÓGÃO GRANDE	1,347	0,090	0,653	0,455	0,611	0,730	1,312	1,255	0,711
LOUSÃ	LOUSÃ	0,255	0,142	1,955	5,201	1,145	1,229	1,531	2,218	1,348
	MIRANDA DO COR.	0,602	0,145	1,632	1,294	1,172	1,349	1,617	0,888	1,591
	PENELA	1,013	0,991	0,602	1,510	1,211	0,959	1,393	0,680	1,121
	V.N.DE POIARES	0,632	0,698	0,780	0,850	1,165	1,832	1,484	0,809	1,593
SERTÃ	OLEIROS	1,581	0,349	0,511	0,360	0,621	0,715	0,695	0,406	0,545
	PROENÇA A NOVA	1,617	0,000	0,421	0,266	0,620	0,677	0,825	0,852	0,637
	SERTÃ	1,242	0,080	0,732	0,805	0,788	0,790	1,098	0,696	1,013
	VILA DE REI	1,459	0,216	0,459	0,222	0,769	0,687	1,134	0,273	0,724
COIMBRA	PENACOVA	0,662	0,430	0,855	1,290	1,736	1,227	0,981	0,590	1,281

SECTORES

1 - Agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca
2 - Indústrias extractivas
3 - Indústrias transformadoras
4 - Electricidade, gás, vapor e água
5 - Construção e obras públicas
6 - Comércio por grosso e a retalho, Restaurantes, cafés e actividades similares; Hotéis, pensões, parques de campismo e actividades similares
7 - Transportes e comunicações
8 - Bancos, seguros e operações sobre imóveis. Aluguer de máquinas e equipamento
9 - Serviços

Facilmente se constata o carácter desequilibrado da estrutura sectorial e concelhia da população activa. Não querendo ser exaustivo gostar-se-ia de chamar apenas a atenção para dois valores:

- O valor do QUOL (14,500) das "indústrias extractivas" no concelho de Pampilhosa da Serra. Quer isto dizer que 55,8% da população activa do sector "indústrias extractivas" está concentrada, neste concelho, enquanto a população activa do concelho de Pampilhosa da Serra apenas constitui 4% da população activa total. E isto justifica-se pela próximidade das Minas da Panasqueira.
- O valor do QUOL (5,386) da "electricidade, gás, vapor e água" no concelho da Lousã. De facto, enquanto 37,7% da população activa

deste sector se concentra no concelho da Lousã, a população activa deste apenas representava 7% da população activa total da Zona do Pinhal.

Como consequência do que se disse anteriormente pode assumir-se que há concelhos com estruturas produtivas especializadas em alguns sectores de actividade.

A este nível, o de aferir o carácter concentrado, ou diversificado, da estrutura da economia de cada concelho, podemos ainda recorrer a um outro instrumento de análise regional: o Índice de Diversificação Bruta (IDB). Tendo nós uma estrutura económica desagregada num conjunto de sectores de actividade podemos raciocinar dentro dos seguintes parâmetros:

- Toda a população está concentrada num único sector de actividade. Temos aqui referenciado o grau de especialização máximo da economia concelhia. (Designado por limite superior do IDB: $\overline{IDB}$).
- A população activa está igualmente distribuida por todos os sectores de actividade. Temos, então, referenciado o grau de diversificação óptimo da economia concelhia (designado por limite inferior do IDB: $\underline{IDB}$)

Os valores calculados do IDB concelhio hão-de variar netra aquelas duas situações limite. Quanto mais perto estiver do limite superior, mais especializada é a economia concelhia, quanto mais perto estiver do limite inferior mais diversificada é a economia concelhia.

O cálculo deste indicador permitiu obter os seguintes valores:

AGRUPAMENTO	ARGANIL				FIGUEIRÓ DOS VINHOS					LOUSÃ				SERTÃ				COI	TOTAL
CONCELHOS	AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV	
IDB	714,7	771,3	745,3	754,5	788	738,1	812,3	754,2	781	706,3	701,3	749,5	704,4	802,9	807,5	769,7	798,2	722,7	748,3

$\overline{IDB}$ = 900

$\underline{IDB}$ = 500

Facilmente se constata que a "Zona do Pinhal" na totalidade, ou cada concelho individualmente, têm estruturas produtivas "especializadas", ou seja, algum ou alguns (poucos), sector(es) de actividade tem (têm) um peso na economia (da zona ou de cada concelho) importante. Esta conclusão pode ser tirada pelo facto do valor do Índice de Diversificação Bruta se aproximar mais do limite superior ($\overline{IDB}$). Aliás, este facto pode ser facilmente constatado através do quociente IDB / $\overline{IDB}$:

AGRUPAMENTO	ARGANIL				FIGUEIRÓ DOS VINHOS					LOUSÃ				SERTÃ				COI	TOTAL
CONCELHOS	AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV	
$\frac{IDB}{\overline{IDB}}$	0,749	0,857	0,828	0,838	0,876	0,820	0,903	0,838	0,868	0,785	0,779	0,833	0,783	0,892	0,897	0,855	0,887	0,803	0,831

como se verifica todos os valores estão perto da unidade, ou seja, do limite superior ($\overline{IDB}$) do Índice de Diversificação Bruta. Com uma estrutura relativamente mais diversificada surgem apenas os concelhos de Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares, Lousã e Arganil. O grau máximo de concentração vamos encontrá-lo em Castanheira de Pera (onde 65,2 % da sua população activa está concentrada no sector das "indústrias transformadoras".

2.4 - Algumas conclusões

- Trata-se de um conjunto de concelhos onde se observa um certo retrocesso populacional (com algumas excepções), apresentando pirâmides

etárias distorcidas, onde o peso dos muito velhos e dos muito novos é exagerado face ao peso dos grupos etários em idade activa;

- Neste agregado regional as taxas de actividade são bastante baixas (estão 6 pontos percentuais abaixo da média para o país);

- A estrutura produtiva tem vindo a sofrer algumas alterações estruturais, com uma certa diminuição da população activa do sector primário e um incremento da população activa dos sectores secundário e terciário. De qualquer modo o peso do sector primário é ainda extremamente elevado (no conjunto da Zona do Pinhal a população activa do sector secundário constitui 41,8 % da população activa total);

- Observam-se estruturas produtivas bastante "*especializadas*" (concentradas) no sector primário, com algumas excepções (o caso dos concelhos de Castanheira de Pera e Lousã).

3 - Produções

3.1 - Agro-pecuária

O período de crescimento económico acentuado das décadas de 50, 60 e parte da década de 70 foi baseado, em grande medida no crescimento das actividades industriais.

De qualquer modo, o modelo de crescimento económico subjacente parece ter-se esgotado. Assume, desta forma, particular relevo o sector primário, em particular a agricultura e o aproveitamento florestal, como sector a considerar também no processo de crescimento económico. Observa-se aqui uma dupla perspectiva:

i) por um lado, a integração dos sectores produtivos da economia, constituindo o sector primário (agricultura, em especial), um sector privilegiado para o sector secundário, em particular as indústrias transformadoras, colocar os seus "outputs" (a maquinaria os fertilizantes, etc.), ao mesmo tempo que o primário, para além de fornecer produtos alimentares, origina produções utilizadas, como "inputs", pelo sector secundário;

ii) por outro lado, a coerência regional, ou seja, a articulação dos diferentes sectores de actividade deve ser feita onde eles se localizam, obtendo-se assim (1) uma integração sectorial e (2) uma integração espacial/regional

O sector primário, em particular, nesta circunstância, o sub-sector "agricultura, silvicultura e pecuária", deverá constituir um objecto de análise, pois, também ele, poderá permitir um processo de crescimento económico auto-sustentado.

3.1.1 - Número de explorações agro-florestais

Um primeiro ângulo de abordagem deste sector de actividade e a quantificação do número de explorações existentes na área definida. Simultaneamente hão-de

surgir alguns elementos caracterizadores dessas mesmas explorações. A situação pode ser visualizada no quadro seguinte:

Classes área Agro-florestal (ha)	Explorações		Blocos		Dim. médio expl. (ha)	Dim. médio bloco (ha)
	Nº	Área	Nº	Nº médio expl.		
0 < 0,5	4376	1492	21304	4,9	0,34	0,07
0,5 < 1	18790	14514	129057	6,9	0,77	0,11
1 < 2	13768	20843	135149	9,8	1,51	0,15
2 < 20	13456	68819	222457	16,5	5,11	0,31
≥ 20	580	71367	17684	30,5	123,05	4,04
TOTAL	50970	177035	525651	10,3	3,47	0,34

FONTE: INE, Recenseamento agrícola de 1979, Lisboa

Resulta, desde logo, o facto de, em termos médios, serem necessários lo blocos (pedaços) para constituir uma exploração agro-florestal. Não deixa ainda de surpreender a reduzida dimensão de cada bloco (0,34 ha), apenas 3400 Km2, ou seja, um quadrado com cerca de 58,31 m de lado. Apesar de cada exploração ser formada por 10 blocos, como a dimensão de cada um destes é reduzida, a dimensão média da exploração é relativamente diminuta. Na verdade cada exploração tem, em média, 34700 m2, ou seja, um quadrado com 186,28 m de lado.

De qualquer modo, esta análise terá que sofrer alguma desagregação.

Na verdadeo número de explorações, bem como a sua superfície e o número de blocos que a constituem é diferente consoante a classe de dimensão. Considerando 5 classes de dimensão, as constantes do quadro acima, observa-se a seguinte estrutura:

Classes de área agro-florestal (ha)	Explorações			
	Número		Área	
	%	Acumul.	%	Acumul.
0 < 0,5	8,6	8,6	0,8	0,8
0,5 < 1	36,9	45,5	8,2	9,0
1 < 2	27,0	72,5	11,8	20,8
2 < 20	26,4	98,9	38,9	59,7
≥ 20	1,1	100	40,3	100

Constata-se que 72,5% do número total de explorações tem uma dimensão inferior a 2 ha. E não deixa de ser surpreendente que a percentagem de área correspondente ande na ordem dos 20,8% da área total. Observa-se então uma dicotomia acentuada:

- por um lado, há um pequeno número de grandes explorações (com dimensão superior ou igual a 20 ha) que, constituindo apenas 1,1% do número total de explorações, detêm 40,3% da superfície total:
- por outro, há um grande número de pequenas explorações (com dimensão inferior a 2 ha) que, constituindo 72,5% do número total de explorações, detêm apenas 20,8% da superfície total.

3.1.2 - Produções vegetais

3.1.2.1 - Cereais

A nível cerealífero consideram-se as produções de milho, trigo, centeio, cevada e aveia. Não terá sentido falar, em termos absolutos, da área ocupada que qualquer daquelas culturas, ou da produção global (em toneladas), na medida em que é diferente a área afectada em cada concelho a cada uma daquelas produções. Como a fertilidade do solo é diferente de concelho para concelho, também não se revela importante a análise da produção absoluta em cada concelho. Deste modo se justifica que se desenvolva a análise em termos relativos, considerando, por exemplo, o indicador "ton/ha".

Pode, desde logo, relacionar-se o que se passa na Zona do Pinhal e no conjunto do País. Vejamos:

Ton/ha

	Milho	Trigo	Centeio	Cevada	Aveia
Z.P. (1)	1,380	0,581	0,519	0,442	0,378
País (2)	1,220	1,038	0,637	0,691	0,494
(1)/(2)%	143,1	56,0	81,5	64,0	76,5

FONTE: INE, Estatísticas agrícolas 1977, Lisboa

CCRC, "A Região Centro em mapas e números", Coimbra, 1983

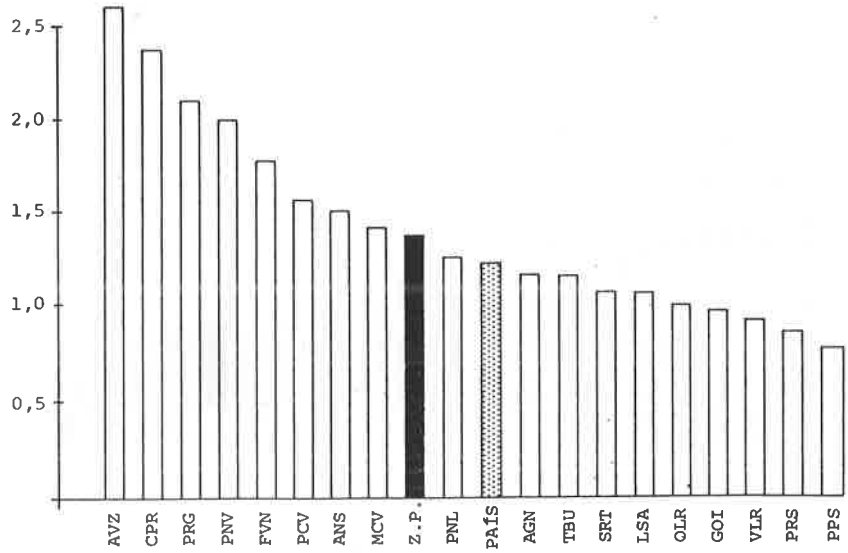
NOTA : Os valores para o País reportam-se aos rendimentos médios (ton/ha) no período 1974-1979.

Constata-se que apenas no caso do milho o rendimento (ton/ha) é superior na Zona do Pinhal do que no País. No caso dos outros cereais o seu rendimento é inferior, e nalguns casos bastante inferior (casos do trigo e da cevada), na Zona do Pinhal do que no País.

Observando o que se passa em cada concelho, em termos de ton/ha, com os valores observados no conjunto da Zona do Pinhal ou do País poder-se-ão cosntruir tipos de concelhos. Assim, observe-se o quadro 3.1 e os gráficos seguintes:

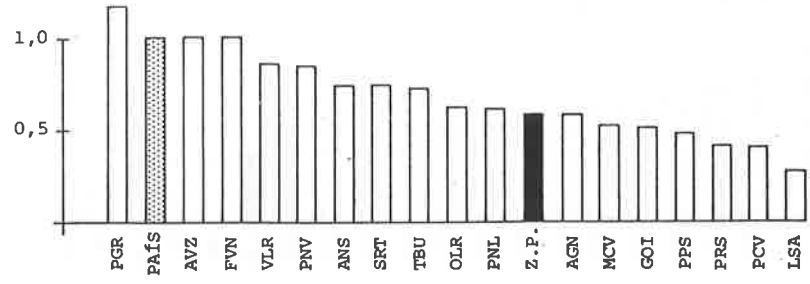
MILHO

Rendimento: ton/ha



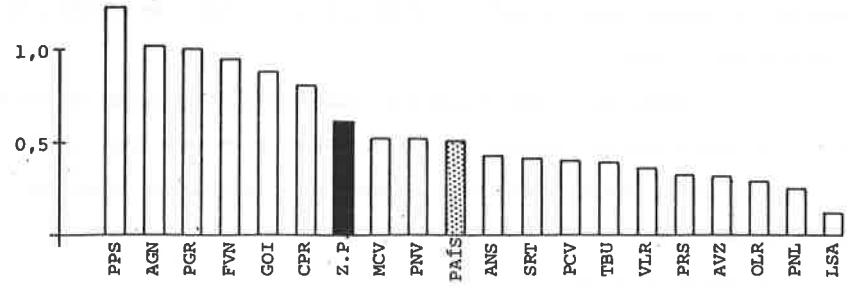
TRIGO

Rendimento: ton/ha



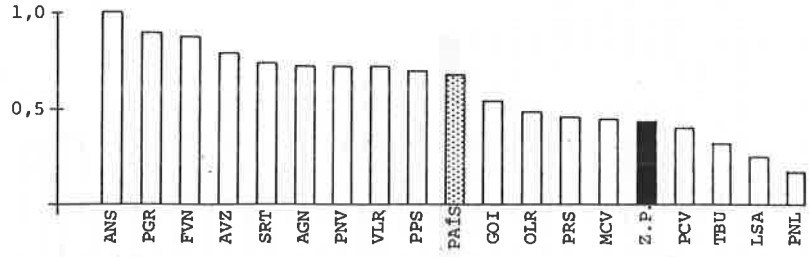
CENTEIO

Rendimento: ton/ha



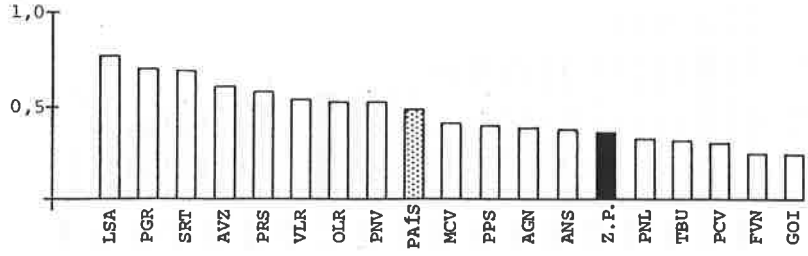
CEVADA

Rendimento: ton/ha



AVEIA

Rendimento: ton/ha



i. para o milho

- entre o valor observado no País e no conjunto da Zona do Pinhal (Z.P.) encontramos apenas o concelho de Penela;
- acima do valor observado no conjunto da Zona do Pinhal encontramos os concelhos de Miranda do Corvo, Ansião, Penacova, Figueiró dos Vinhos, Proença a Nova, Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Alvaiàzere;
- abaixo do valor observado no País encontram-se os concelhos de Arganil, Tábua, Lousã, Sertã, Oleiros, Góis, Vila de Rei, Vila Nova de Poiares e Pampilhosa da Serra.

ii. para o trigo

- entre o valor observado no País e no Conjunto da Zona do Pinhal encontram-se os concelhos de Penela, Oleiros, Tábua, Sertã, Ansião, Proença a Nova e Vila de Rei;
- semelhante ao valor observado no País encontram-se os concelhos de Alvaiàzere e Figueiró dos Vinhos;
- superior ao valor do País encontramos apenas o concelho de Pedrógão Grande;
- igual ao valo observado no conjunto da Zona do Pinhal encontramos o concelho de Arganil;
- abaixo do valor observado na Zona do Pinhal encontram-se os concelhos de Miranda do Corvo, Góis, Pampilhosa da Serra, Vila Nova de Poiares, Penacova e Lousã.

iii. para o centeio

- entre os valores observados no conjunto da Zona do Pinhal e no País encontramos os concelhos de Miranda do Corvo e Proença a Vova;

QUADRO 3- 1 / PRODUÇÕES VEGETAIS

AGRUPAMENTO	CONCELHOS	CEREAIS																											
		-		MILHO			TRIGO				CENTEIO				CEVADA				AVEIA										
		Superf. (ha)	Produção (ton)	V.B.P. (mil)	Preço méd. mil/ton	Ton/ha	Superf. (ha)	Produção (ton)	V.B.P. (mil)	Preço méd. mil/ton	Ton/ha	Superf. (ha)	Produção (ton)	V.B.P. (mil)	Preço méd. mil/ton	Ton/ha	Superf. (ha)	Produção (ton)	V.B.P. (mil)	Preço méd. mil/ton	Ton/ha	Superf. (ha)	Produção	V.B.P. (mil)	Preço méd. mil/ton	Ton/ha	Superf. (ha)	Produção	V.B.P. (mil)	Preço méd. mil/ton	Ton/ha
ARGANIL	Arganil	686	795,7	5098,80	6,4	1,161	105	61,1	299,0	5,89	0,582	161	176,1	921	5,23	1,094	58	43,0	239,90	5,50	0,721	23	9,0	46,80	5,20	0,391				
	Góis	755	723	4677,2	6,4	0,960	17	8,7	51,24	5,89	0,512	84	74,7	390,68	5,23	0,889	4	2,2	12,10	5,50	0,550	2	0,5	2,56	5,12	0,250				
	Pamp.da Serra	674	483,9	3096,96	6,4	0,718	18	8,7	51,24	5,89	0,483	35	43,7	223,32	5,23	1,220	10	7,0	35,50	5,50	0,700	1	0,4	2,05	5,12	0,400				
	Tábua	1352	2071,1	13935,04	6,4	1,154	163	118,9	700,32	5,89	0,729	287	114,1	600,93	5,23	0,400	288	93,4	533,70	5,50	0,324	74	24,2	124,42	5,12	0,328				
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	Alvaiázere	1340	3493,7	24309,19	6,96	2,606	8	8,3	49,22	5,93	1,038	29	9,4	42,49	4,52	0,324	17	13,5	61,46	4,57	0,794	17	10,3	56,24	5,46	0,606				
	Ansião	211	317,1	2207,02	6,96	1,503	41	30,4	182,37	5,93	0,741	19	8,2	37,06	4,52	0,432	30	50,3	284,32	5,65	1,676	48	18,7	102,10	5,46	0,393				
	Cast.de Pera	144	333,7	2323,15	6,96	2,317	-	-	-	-	-	27	11,8	53,54	4,52	0,437	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
	F.Vinhos	933	1667,2	11603,71	6,96	1,787	3	2,1	10,38	5,93	1,033	77	75,3	340,76	4,52	0,953	14	32,4	75,02	6,05	0,886	4	1	5,46	5,46	0,253				
	P.Grande	328	468,9	1872,54	6,96	2,101	9	8,3	49,22	5,93	1,156	93	74,4	336,35	4,52	1,619	5	4,5	27,23	6,05	0,900	1	0,7	3,82	5,46	0,700				
LOUSÃ	Lousã	1529	1474,2	9513,35	6,4	1,083	53	34,7	204,28	5,89	0,297	87	11,8	61,72	5,23	0,714	36	9,2	52,60	5,66	0,256	28	22,3	114,28	5,12	0,789				
	M.de Corvo	936	1288,4	8237,38	6,4	1,476	27	24,4	21,82	5,89	0,933	42	22,3	116,63	5,23	0,531	24	12,9	55,95	5,53	0,534	15	6,3	32,74	5,12	0,413				
	Penela	993	1222,6	7232,42	6,4	1,233	276	170,9	1088,65	5,89	0,619	110	29,7	155,33	5,23	0,272	142	37,2	149,60	5,20	0,188	165	55,2	282,14	5,12	0,335				
	V.N.Poiares	1032	852	5465,64	6,4	0,831	8	3,3	19,44	5,89	0,413	46	15,5	81,07	5,23	0,337	13	6,2	34,10	5,50	0,477	20	11,6	59,39	5,12	0,580				
SERTÃ	Oleiros	1074	1668,2	6516,07	6,10	0,995	5	3,1	18,63	6,01	0,622	230	73,2	343,78	4,69	0,293	15	3,4	35,15	4,75	0,493	4	2,1	10,54	5,02	0,525				
	Proença a Nova	1006	2007,5	12245,75	6,10	1,996	15	12,8	76,93	6,01	0,853	1093	579,5	2717,86	4,69	0,530	20	14,4	68,4	4,75	0,720	24	13,5	67,75	5,02	0,561				
	Sertã	1403	1499,2	9145,12	6,10	1,069	5	3,7	22,24	6,01	0,740	291	166,6	781,35	4,69	0,436	45	33,5	159,13	4,75	0,744	21	14,5	72,79	5,02	0,690				
	Vila de Rei	468	479,6	2616,9	6,10	0,817	5	4,3	25,84	6,01	0,860	66	24,8	116,31	4,69	0,376	20	14,4	68,46	4,75	0,720	21	11,3	56,73	5,02	0,538				
COIM-BRA	Penacova	2343	4464,4				204	82,8			0,405	253	144,7			0,566	134	45,6			0,340	142	67,6			0,477				
TOTAL		17435	32044				940	554,4			0,589	1732	1183,7			0,683	807	449,9			0,558	852	382,1			0,448				

FONTE: INE, Estatísticas Agrícolas, 1977, Lisboa

C.C.R.C. "A Região Centro. Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento", Coimbra, 1981

- com os valores superiores à média do País encontramos os concelhos de Castanheira de Pera, Góis, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Arganil e Pampilhosa da Serra;

- com valores inferiores à média da Zona do Pinhal encontramos os concelhos de Ansião, Sertã, Penacova, Tábua, Vila de Rei, Vila Nova de Poiares, Alvaiàzere, Oleiros, Penela e Lousã

iv. para a cevada

- com valores situados entre os observados para o conjunto da Zona do Pinhal e para o País encontramos os concelhos de Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares, Oleiros e Góis;

- com os valores superiores aos observados no País encontramos os concelhos de Pampilhosa da Serra, Arganil, Proença a Nova, Vila de Rei, Sertã, Alvaiàzere, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Ansião;

- com os valores inferiores aos observados no conjunto da Zona do Pinhal encontramos os concelhos de Penacova, Tábua, Lousã e Penela

v. para a aveia

- com valores situados entre os observados para o conjunto da Zona do Pinhal e para o País encontramos os concelhos de Ansião, Arganil, Pampilhosa da Serra e Miranda do Corvo;

- com os valores superiores aos observados no País encontramos os concelhos de Oleiros, Proença a Nova, Vila de Rei, Vila Nova de Poiares, Alvaiàzere, Sertã, Pedrógão Grande e Lousã;

- com os valores inferiores aos observados no conjunto da Zona do Pinhal encontramos os concelhos de Penela, Tábua, Penacova, Figueiró dos Vinhos e Góis.

3.1.2.2 - Tubérculos

Consideremos aqui a produção de batata (quadro 3.2). Comparando o valor do indicador "ton/ha" observado no País e no conjunto da Zona do Pinhal (ZP) observa-se que o rendimento (ton/ha) é ligeiramente superior na Zona do Pinhal do que no País:

QUADRO 3- 2 / PRODUÇÕES VEGETAIS

AGRUPAMENT.	CONCELHOS	Tubérculos					Lacticínios										Vinho			
			batata				Fêveiro					Ovos								
		Superf. (ha)	Produção (ton)	V.B.P. (mil)	Preço médio (esc/ton)	Ton/ha	Superf. (ha)	Produção (ton)	V.B.P. (mil)	Preço médio (esc/ton)	Ton/ha	Superf. (ha)	Produção (ton)	V.B.P. (mil)	Preço médio (esc/ton)	Ton/ha	Produção (hl)	V.B.P. (mil)	Preço médio (esc/hl)
ARGANIL	Arganil	438	4496,3	32897,87	7,31	10,264	416	97,5	4436,75	44,59	0,230	22	50,5	1811,13	35,84	2,459	0	179,00	19,00
	Góis	231	1707,3	12269,61	7,19	8,150	180	43,8	1941,63	44,50	0,243	6	2,2	99,11	45,24	0,369	10	190,00	19,00
	Pamp.da Serra	208	1522,8	10636,56	7,31	10,620	169	32,8	1456,43	44,39	0,194	3	0,8	35,3	45,24	0,281	174	3496,38	19,96
	Tábua	364	2814,8	20581,56	7,31	7,730	743	134,3	5130,71	44,68	0,155	63	29,8	1348,39	45,24	0,238	133	2631,54	19,78
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	Alvaiázere	204	1467,8	10358,04	7,06	11,049	173	104,8	4677,91	44,63	0,205	31	24,3	1121,84	71,54	0,787	89	1716,43	19,66
	Anstão	199	1998,3	14102,82	7,06	13,830	179	24,5	1114,66	45,83	0,213	143	68,8	4888,75	71,54	0,334	434	8295,84	19,66
	Cast.de Pera	66	474,8	3351,42	7,06	12,543	28	8,2	326,18	41,83	0,236	8,3	5,3	414,96	71,54	1,290	6	117,96	19,66
	F.Vinhos	818	5858,8	41413,27	7,14	10,565	819	111,1	4389,38	41,83	0,248	88	5,3	377,78	71,54	0,275	319	6197,83	19,66
	P.Grande	219	1574,3	11209,17	7,14	10,519	109	9,5	373,37	41,83	0,087	4	1,4	91,31	71,54	0,875	69	1341,27	19,66
LOUSÃ	Lousã	308	2465,8	17414,22	7,06	9,334	339	75,8	4311,8	44,39	0,224	4	2,2	88,11	40,24	0,524	125	2497,35	19,99
	M.do Corvo	142	998,3	7111,38	7,12	8,218	429	104,1	4611,8	44,31	0,244	12	22,3	545,14	40,24	0,415	1564	30679,48	19,99
	Penela	1054	17754,3	83390,76	7,31	11,375	4455	54,8	2118,4	44,59	0,175	246	98,8	3963,29	40,24	0,379	1093	17833,68	19,94
	V.N.Poiares	838	8344,8	59975,11	7,31	8,057	208	21,8	1224,31	44,94	0,125	9	4,8	193,55	40,24	0,111	307	6126,86	19,94
SERTÃ	Oleiros	205	1600,3	10678,79	7,79	11,574	194	33,5	1174,31	44,46	0,211	5	3,0	54,63	18,18	0,024	-	-	-
	Proença a Nova	100	1338,8	10429,21	7,79	13,329	215	87,6	3867,34	44,46	0,304	5	3,0	54,63	18,18	0,546	36	707,46	20,19
	Sertã	834	6503,8	47406,38	7,29	8,576	661	230,3	9618,14	44,46	0,286	21	24,3	444,43	18,18	0,463	888	17448,45	20,19
	Vila de Rei	388	2849,3	19878,81	7,79	8,488	183	39,8	2367,59	44,39	0,276	8	5,8	106,50	18,18	0,622	84	1818,66	20,19
CENTRO-INTER.	Penacova	660	3949,8			6,000	879	836			0,000	77	57			0,836	48			
	TOTAL	8239		387885,5		8,347	6439	2076,6			0,196	688,3	2782,8			0,378	4963,8			

FONTE: INE, Estatísticas Agrícolas, 1977, Lisboa

C.C.R.C., "A Região Centro. Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento", Coimbra, 1981

Ton/ha

Batata

Z.P. (1)	9,377
País (2)	9,306
(1)/(2)%	104,4

FONTE: INE, Estatísticas agrícolas, 1977

CCRC, "A Região Centro em mapas e números"

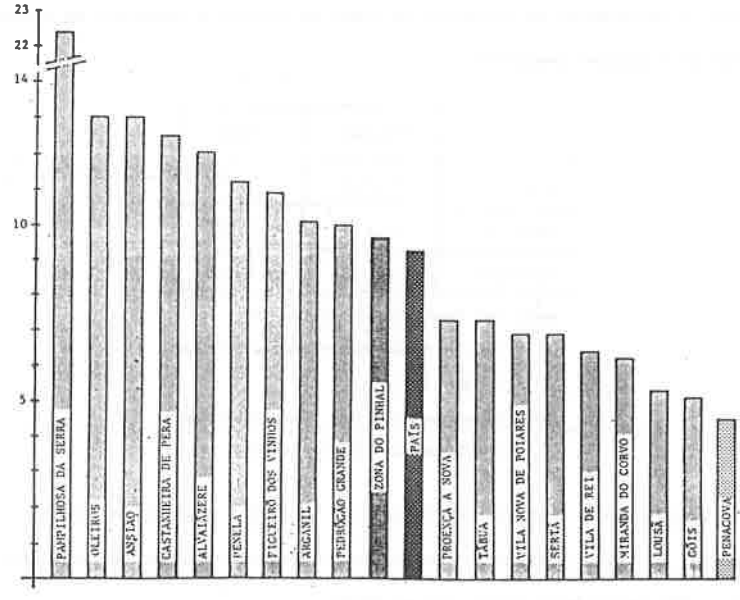
Coimbra, 1983

NOTA: O valor para o País reporta-se ao rendimento (ton/ha) médio no período 1974/1979

Ainda aqui a situação concelho a concelho é relativamente diferente.

De facto, o valor máximo, observado em Pampilhosa da Serra (22,420 ton/ha), é 5,18 vezes mais elevado que o valor mínimo, observado em Penacova (4,330 ton/ha).

A situação específica de cada concelho face ao País e ao conjunto da Zona do Pinhal pode ser observada no gráfico seguinte:



Desde logo sobressai o facto da diferença de rendimento entre a Zona do Pinhal e o País ser pequena. No entanto, tal diferença reverte a favor da Zona do Pinhal.

Com rendimento (ton/ha) superior ao observado quer no conjunto da Zona do Pinhal, quer no País, encontramos os concelhos de Pedrógão Grande, Arganil, Figueiró dos Vinhos, Penela, Alvaiàzere, CastaNheira de Pera, Ansião, Oleiros e Pampilhosa da Serra.

Com rendimento (ton/ha) superior ao observado quer no conjunto da Zona do Pinhal, quer no País, encontramos os concelhos de Proença a Nova, Tábua, Vila Nova de Poiares, Sertã, Vila de Rei, Miranda do Corvo, Lousã, Góis e Penacova.

3.1.2.3 - Leguminosas

Neste âmbito consideramos as produções de feijão e fava (quadro 3.).

Comparando o rendimento (ton/ha) destas duas produções agrícolas no conjunto da Zona do Pinhal (Z.P.) e no País, observa-se que em relação ao feijão o rendimento no conjunto da Zona do Pinhal é superior ao rendimento no País, enquanto que em relação à fava o rendimento no conjunto da Zona do Pinhal é inferior ao rendimento no País. Observe-se o quadro seguinte:

Ton/ha

	Feijão	Fava
Z.P. (1)	0,200	0,394
País (2)	0,137	0,588
(1)/(2)%	146,0	67,0

FONTE: INE, Estatísticas agrícolas, 1977

CCRC, "A Região Centro em mapas e números", Coimbra, 1983

NOTA: Os valores para o País referem o rendimento (ton/ha) médio no período 1974/1979

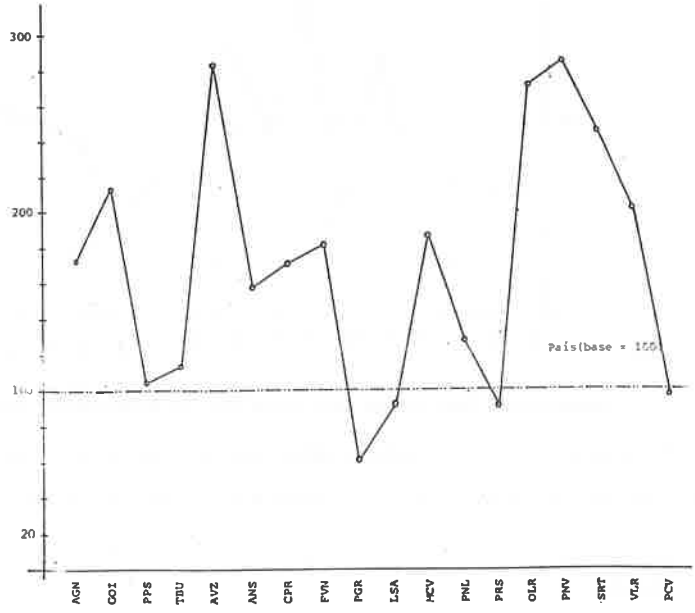
O rendimento (ton/ha) do feijão no conjunto da Zona do Pinhal é 1,416 vezes maior do que no País, enquanto o rendimento (ton/ha) da fava no conjunto da Zona do Pinhal é 1,481 vezes mais baixo que no País.

Tomando como base de comparação o que se passa no País constata-se:

i. em relação ao feijão e de acordo com o quadro

CONCELHOS	AGN	COI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV
Conc/País	172,7	213,1	109,8	113,1	301,0	156,5	170,8	181,6	60,6	97,0	186,9	127,7	91,2	170,8	283,9	245,3	201,8	97,5

e o gráfico:

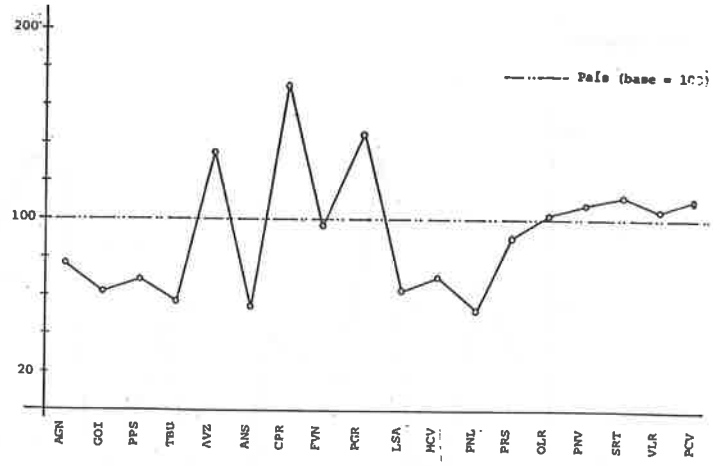


Constata-se que apenas nos concelhos de Pedrógão Grande, Lousã , Vila Nova de Poiares e Penacova o rendimento (ton/ha) do feijão é menor que no País.

ii. em relação à outra leguminosa (fava) e de acordo com o quadro

CONCELHOS	AGN	COI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV
Rend. (ton/ha) Conc/País	77,7	62,4	60,0	57,1	135,5	55,6	170,1	86,9	144,6	61,4	69,7	52,6	90,6	102,0	108,0	112,4	105,8	108,2

e o gráfico:



Constata-se que apenas nos concelhos de Alvaiàzere, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Oleiros, Proença a Nova, Sertã, Vila de Rei e Penacova o rendimento (ton/ha) da fava é maior do que o observado no conjunto do País.

3.1.2.4 - Pomares

Os pomares não constituem na zona em estudo a actividade agrícola fundamental. Na verdade ocupa 4516 explorações (9,9% do número total das explorações) e apenas 661 ha (0,4% da superfície total). No entanto, um concelho - o de Proença a Nova - sobressai neste panorama ocupando 23,8% da superfície que na Zona do Pinhal (ZP) está afectada a pomares e 72,5% do total de explorações.

Por outro lado as espécies de árvores de fruto existentes tem pesos bastante diferenciados, que em termos de número de explorações que têm pomares, quer em termos da área que ocupam. Observe-se o quadro seguinte:

	Nº Explorações		Área: (ha)	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
Citrinos	814	17,7	35	5,2
Macieiras.	1203	26,1	393	58,2
Pereiras	326	7,1	29	4,3
Marmeleiros	201	4,4	6	1,0
Pessegueiros	278	6,0	11	1,6
Cerejeiras	657	14,3	65	9,6
Ameixieiras	158	3,4	2	0,3
Damasqueiros	13	0,3		
Figueiras	390	8,5	3	0,4
Amendoeiras	4	0,1	4	0,6
Castanheiros	233	5,1	63	9,3
Aveleiras	6	0,1	1	0,2
Outros	319	6,9	63	9,3
TOTAL	4602	100	675	100

FONTE: INE, Recenseamento Agrícola, 1979, Lisboa

Constata-se que em termos de número de explorações apenas três espécies - cítrinos, macieiras e cerejeiras - ocupam 58,1% do total de explorações com pomares, enquanto, em termos de superfície, detêm 73,0% da superfície total ocupada por pomares. Deve, no entanto, referenciar-se o papel desempenhado pelas macieiras que existindo em pouco mais do que 1/4 das explorações com pomares ocupam 58,2% da superfície total ocupada com pomares.

Não se poderá deixar de fazer referência aos castanheiros que, existindo apenas em 5,1% das explorações, ocupam uma superfície que constitui 9,3% da superfície total (dupla da superfície ocupada com citrinos e semelhante à superfície ocupada pelas cerejeiras).

Parece poder deduzir-se que em muitas circuntâncias não existirão pomares "puros", de apenas uma única espécie, parecendo haver uma certa cultura conjunta das diferentes espécies de árvores, ou em associação com outras culturas.

Em relação aos pomares deve dizer-se ainda o seguinte: em algumas circunstâncias a sua produção é feita em explorações bem dimensionadas em termos técnicos e económicos, e, portanto, trata-se de uma produção para o mercado e não para auto-consumo. A este nível poderão surgir problemas de distribuição que, em certos momentos de tempo, levam a uma inutilização dos produtos. Deste modo, se deverá equacionar o problema dos pomares conjuntamente com os problemas de abastecimento de mercados, de indústrias alimentares, que façam uma transformação industrial dos produtos, da existência de câmaras frigoríficas que permitam, através da "stockagem" de produtos, regularizar os mercados abastecedores, etc.

3.1.2.5 - Vinha

A importância da vinha na Zona do Pinhal poderá ser avaliada pelos indicadores referidos no quadro seguinte:

	Nº de explorações	Área (ha)
Vinha Z.P.(1)	10264	2330
Total Z.P.(2)	50970	177035
(1)/(2)	20,1	1,3

Observa-se então que a vinha tem uma importância marginal, pois embora existindo em 20,1% do total do número de explorações da Zona do Pinhal, apenas ocupa 1,3% da área total dessas mesmas explorações. O cultivo da vinha parece ser feito com intenções de auto-abastecimento, apenas para os gastos do agregado familiar, como tal ocupará uma pequena superfície das explorações.

Observe-se que tradicionalmente com a videira se delimitaram as parcelas agricultáveis.

Deve observar-se a distribuição da vinha (em termos de números de explorações e de área ocupada) de dois ângulos de abordagem possíveis:

i. distribuição concelhia - observa-se uma concentração relativa quer em termos de número de explorações, quer em termos da superfície, tal como se pode constatar no quadro seguinte:

Concelhos	Nº Explorações	Área %
AVZ	17,3	12,8
ANS	22,3	18,7
FVN	6,7	7,1
MCV	4,9	8,9
PNL	7,8	12,9
PNV	11,3	6,3
SRT	7,2	7,2
PCV	11,7	12,3
TOTAL	89,2	86,2

Assim em apenas 8 concelhos (44,4% do número total de concelhos envolvidos), vamos encontrar 89,2% do número total de explorações, que na Zona do Pinhal cultivam vinha e 86,2% da superfície total ocupada pela vinha na mesma zona. No entanto, um concelho desempenha papel importante: o de Ansião, pois neste concelho estão concentradas quase 1/4 do total de explorações da Zona do Pinhal onde se cultiva vinha, que ocupam 18,7% da superfície que na mesma zona está afectada a esta actividade;

ii. distribuição por classes de dimensão - é natural que as diferentes classes de dimensão tenham importância diferenciada. A situação em termos de distribuição (do número de explorações e da superfície ocupada) por classes de dimensão pode ser observada no quadro seguinte:

Classes de dimensão (ha)	Nº Explorações		Área (%)	
0 < 0,5	6,2		2,0	
0,5 < 1	28,1		13,8	
1 < 2	28,7	91,7	22,8	86,8
2 < 20	34,9		50,2	
≥ 20	2,1		11,2	

Desde logo se destaca o facto de as classes de dimensão 0,5 < 1, 1 < 2 e 2 < 20 ha serem as mais importantes em termos de número de explorações (detêm 91,7% do total) e em termos de área ocupada (86,8% do total da superfície ocupada pela vi-

nha na Zona do Pinhal).

De qualquer modo é interessante observar um comportamento diferenciado do número de explorações e áreas nas diferentes classes de dimensão. Assim:

a) - Classes de dimensão 0 < 0,5, 0,5 < 1 e 1 < 20 ha - nestas classes de dimensão a percentagem de explorações com vinha é maior que o valor correspondente da superfície. Assim, enquanto nestas classes de dimensão se enquadram 63,0% do número de explorações com vinha na Zona do Pinhal, ocupam apenas 38,6% da superfície. Isto a indicar o facto de a exploração da vinha ser feita em pequenas explorações para auto-abastecimento;

b) - Classes de dimensão 2 < 20 e ≥ 20 ha - nestas classes de dimensão o comportamento é diferenciado. Na verdade, nestas classes de dimensão enquadram-se 37,0% do total das explorações que na Zona do Pinhal se ocupam com o cultivo da vinha, enquanto ocupam uma área que constitui 61,4% do total da superfície que na Zona do Pinhal está afectada ao cultivo da vinha. Nestas classes de dimensão admite-se que a produção de vinho seja excedentária para as necessidades de abastecimento da própria exploração e, consequentemente haja produção para o mercado.

A situação específica de cada concelho, em termos de número de explorações e área ocupada pela vinha e por classes de dimensão, pode ser observada no quadro seguinte:

AGRUP	CONCELHOS	0 < 0,5		0,5 < 1		1 < 2		2 < 20		≥ 20		TOTAL			
		Nº EXP.	ÁREA (ha)	Nº EXP.	ÁREA (ha)	Nº EXP.	ÁREA (ha)	Nº EXP.	ÁREA (ha)	Nº EXP.	ÁREA (ha)	Nº EXP.	%	ÁREA (ha)	%
ARGANIL	ARGANIL	2	1	24	3	33	5	84	26	7	14	150	1,5	49	2,1
	GÓIS			3	-	6	1	2		3	4	15	0,2	5	0,2
	P. DA SERRA			8	1	10	2	15	3	3	2	36	0,4	7	0,3
	TÁBUA			30	4	27	5	61	25	8	63	126	1,2	97	4,2
F. DOS VINHOS	ALVALÁBERE	142	11	819	90	569	100	238	93	5	3	1773	17,3	298	12,8
	ARGEÃO	313	21	843	92	672	130	451	187	6	6	2292	22,3	436	18,7
	CAST. DE PENA	1		6	1	11	1	32	8	2	1	52	0,5	11	0,5
	PIGUEINÓ DOS V.	77	5	241	26	191	42	166	63	12	9	687	6,7	165	7,1
	PEDRÓGÃO GRANDE	2	-	14	2	25	4	51	10	2	1	94	0,9	19	0,8
LOUSÃ	LOUSÃ	2		19	2	33	4	29	7	1	4	74	0,7	17	0,7
	SERRA DO CON	4	1	108	16	171	47	215	130	6	14	504	4,9	208	8,9
	PENELA	15	2	209	38	318	88	250	163	2	9	802	7,8	300	12,9
	V.N.DE POIARES	4	1	27	4	46	9	74	26	4	10	155	1,5	48	2,1
SERTÃ	OLEIROS			5	1	9	1	16	5	8	8	34	0,3	15	0,6
	PROENÇA A NOVA	9	1	144	11	190	14	745	102	68	19	1156	11,3	147	6,3
	SERTÃ	15	2	104	8	167	17	411	104	104	44	741	7,2	167	7,2
	VILA DE REI	4		47	2	87	6	218	36	11	11	367	3,6	55	2,3
	PENACOVA	46	2	237	21	384	56	517	163	22	44	1206	11,7	286	12,3
TOTAL		636	47	2080	322	2944	532	3583	1169	213	268	10264	100	2331	100
		6,2	2,0	20,1	13,8	28,7	22,8	34,9	50,2	2,1	11,2	100		100	

FONTE: INE, Recenseamento Agrícola, 1979, Lisboa.

Será de referenciar, neste contexto, o Cadastro Vitícola do Dão (em obediência a legislação própria, em particular o DL nº 519-D/79 de 28 de Dezembro, sobre as Regiões Demarcadas), ao abrigo do qual foram realizados estudos sobre os conce

lhos que constituem a Região Demarcada do Dão, e, como tal, sobre os concelhos de Arganil e Tábua que, legalmente, fazem parte da referida região.

Os estudos referidos foram realizados e editados pelo Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, do Ministério da Agricultura, sediado em Viseu.

3.1.2.6 - Olival

3.1.2.6.1 - Superfície ocupada

A cultura da Oliveira parece ter importância relevante na economia de algunsconcelhos incluídos na Zona do Pinhal. Por outro lado, essa importância parece ter vindo a decrescer. Considere-se o quadro seguinte:

AGRUP	CONCELHOS	ÁREA CONCELHIA	ÁREA DE OLIVAL				
			1954			1979	
		(1)	VALOR (2)	(2)/(1)%	VALOR (3)	(3)/(1)%
ARGANIL	ARGANIL	32 560	4 099	12,58	333	1,02
	GÓIS	26 476	2 305	8,71	167	0,63
	P. DA BEIRA	39 512	2 371	6,00	408	1,03
	TÁBUA	20 924	4 230	20,22	408	1,95
[illegible]	ALVAIÁZERE	15 864	8 720	54,96	1 252	7,89
	ANSIÃO	17 080	9 670	56,62	1 371	8,03
	CAST. DE PEIA	6 788	597	8,79	208	3,06
	FIGUEIRÓ DOS V.	18 380	2 850	15,51	321	1,75
	PEDRÓGÃO GRANDE	12 630	2 245	17,78	505	4,00
[illegible]	[illegible]	12 812	3 128	24,49	65	0,51
	[illegible] DO CAM.	12 728	3 513	27,76	265	2,08
	PENELA	13 200	4 676	35,42	429	3,25
	V. H. DE ROUSSE	10 044	2 269	22,59	126	1,25
SERTÃ	CLETOS	49 312	3 843	7,79	937	1,90
	PROENÇA A NOVA	42 496	9 776	23,00	2 692	6,33
	SERTÃ	43 988	11 282	25,65	2 345	5,33
	VILA DE REI	19 344	4 437	22,94	383	1,98
CENTRAL	PENACOVA	31 976	6 700	21,39	186	0,05
TOTAL		416 114	84 742	20,37	12 401	3,0

FONTE: Área olival - 1979 - INE, Recenseamento Agrícola, 1979

1954 - Boletim da Junta Nacional do Azeite, ano IV nºs 37/38 Jan/Jun 1960, Lisboa.

Observe-se a tendência decrescente da superfície ocupada pelo olival: de 84742 ha ocupados em 1954 passa a ocupar 12401 ha em 1979. Note-se que esta conclusão, quando quantificada, pode estar incorrecta, pois as fontes dos dados são diferentes e este facto pode afectar a comparabilidade dos dados.

De qualquer modo, permanecerá válida a conclusão de que a cultura da oliveira tem vindo a perder importância no contexto económico da Zona do Pinhal. Serão várias as razões para que esta perda de importância se processe - eis algumas:

i. utilização da área ocupada pela oliveira por espécies florestais mais rentáveis, em especial o pinheiro e o eucalip-

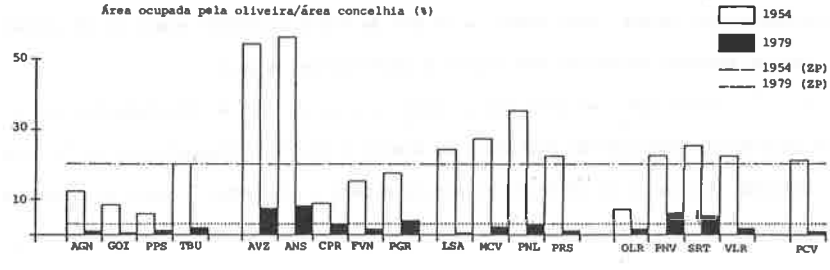
to;

ii. custos crescentes da exploração (mão-de-obra, etc.) a afectarem negativamente o cultivo da oliveira;

iii. a forma de cultivo da oliveira - de encosta - a tornar impraticável a mecanização de algumas fases do processo produtivo da oliveira (declives superiores a 8% existem em 61% da superfície total dos concelhos da Zona do Pinhal, constituindo os declives superiores a 16%, 34,9% da mesma superfície total).

Constata-se que em 1954 a superfície ocupada pela oliveira atingia 20,37% da superfície total do conjunto de concelhos da Zona do Pinhal, enquanto tal percentagem descia, em 1979, para 3,0% a indicar um papel marginal desempenhado pela oliveira na economia agrícola da zona em estudo.

No quadro anterior observam-se situações em que, para o ano de 1954 a oliveira ocupava mais de metade da superfície total do concelho - caso de Alvaiàzere (54,96%) e Ansião (56,62%) - e percentagens inferiores a 10% encontravam-se apenas em 4 concelhos - Góis (8,71%), Pampilhosa da Serra (6%), Castanheira de Pera (8,79%) e Oleiros (7,79%). No ano de 1979, a situação alterava-se radicalmente, com os valores máximos da área ocupada pela oliveira a atingir 7,89% da superfície concelhia em Alvaiàzere e 8,03% em Ansião e os valores mínimos, percentagens inferiores a 1% em Góis (0,63%) e Lousã (0,51%). Esta evolução pode ser observada no gráfico seguinte:



Outro ângulo possível de abordagem é observar o peso que a área ocupada pela oliveira, em cada concelho, tem no conjunto da superfície ocupada pela oliveira. A situação observada pode ser sintetizada no quadro seguinte:

Área ocupada pelo olival (conc.) / Área ocupada pelo olival (total) %

CONCELHOS	AGU	ODI	PRG	TBO	AVR	AMS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PEL	PRS	OLR	PRV	SRT	VSR	PCV	TOTAL
1954	4,9	2,7	3,8	5,0	10,3	11,4	0,7	3,4	3,7	3,7	4,2	5,5	2,7	4,5	11,5	13,3	5,2	5,6	100
1979	2,7	1,3	7,3	3,3	10,1	11,0	1,7	2,6	4,1	0,5	2,1	3,5	1,0	7,6	21,7	18,8	3,1	1,5	100

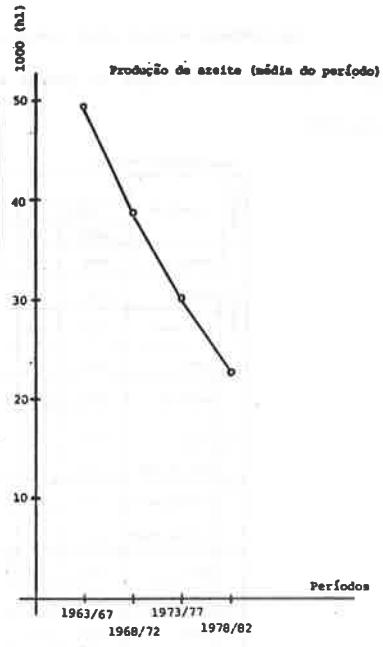
Constata-se que, no período referido (1954/1979), a área concelhia ocupada pela oliveira, em relação à área total ocupada pela oliveira, apenas aumentou nos concelhos de Pampilhosa da Serra (de 2,8% passou para 3,3%), Castanheira de Pera (de 0,7% passou para 1,7%), Pedrógão Grande (de 2,7% passou para 4,1%), Oleiros (de 4,5% passou para 7,6%), Proença a Nova (de 11,5% passou para 21,7%) e Sertã (de 13,3% passou para 18,9%). Em todos os outros concelhos a área ocupada pela oliveira tem vindo a perder importância no conjunto da superfície ocupada pelo olival.

3.1.2.6.2 - Produção de azeite (evolução 1960/83)

A perda de importância do cultivo da oliveira manifesta-se também na diminuição verificada na produção de azeite (quadro 3.3). A produção de azeite no conjunto de concelhos que constituem a Zona do Pinhal conhece uma evolução profundamente errática (quadro 3.3). Na verdade, é natural que tal suceda, pois a produção de azeite processa-se por ciclos, quer dizer, a um ano de forte produção segue-se um conjunto de anos de menores produções até voltar a observar-se um pico.

Deste modo, se deve partir para valores médios de determinados períodos. De acordo com técnicos do Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos de Coimbra a periodização observada na produção de azeite e para o conjunto de anos em causa, é a seguinte:

Período	Produção média (ha)	Taxa de evolução (%)
1963/67	50730,0	
1968/72	39418,8	-22,3
1973/77	31129,3	-16,3
1978/82	23071,0	-25,9



O critério pra a periodização parte da identificação de um ano de safra (de um grande volume de produção) e dos quatro anos seguintes.

Torna-se nítida agora a tendência decrescente observada na produção de azeite, aliás com taxas bastante elevadas. Na verdade, em termos de média do período, a produção de azeite decresceu no período 1978/82, em relação ao período 1973/77, cerca de 1/4 (25,9%). A esta evolução não serão alheios factores como os csutos crescentes do cultivo da oliveira, a substituição, na alimentação, do azeite por outros óleos alimentares (mais baratos), e diminuição da área afectada ao cultivo da oliveira, etc.

A distribuição concelhia da produção de azeite é desigual. Na verdade, constata-se que há concelhos que contribuem acentuadamente para a produção total de azeite da Zona do Pinhal (caso de Proença a Nova, para o período 1978/82, que contribuiu com 22% para a produção total de azeite da Zona do Pinhal), enquanto outros têm produções marginais (caso de Vila Nova de Poiares que, no mesmo período, contribui apenas com 1% para a produção total de azeite da Zona do Pinhal).

Em termos evolutivos nota-se uma certa concentração da produção de azeite em alguns concelhos (é o que se passa no concelho de Proença a Nova). Observe-se o quadro seguinte:

VALOR ACUMULADO (UNID: hl)

AGRUP.	CONCELHOS	PERÍODO							
		1963/67		1968/72		1973/77		1978/82	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
ARGANIL	ARGANIL	16468	6,5	13119	6,7	8097	5,7	6307	5,5
	GÓIS	7622	3,0	6277	3,2	2837	1,8	1286	1,1
	P. DA SERRA	7097	2,8	6853	3,5	3609	2,3	3042	2,6
	TÁBUA	10453	4,1	10865	5,5	2401	1,5	4917	4,3
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	30515	12,0	22745	11,5	13504	8,7	9979	8,6
	ANSIÃO	29798	11,8	25010	12,6	18146	11,8	10363	9,0
	CAST. DE PERA	2756	1,1	2224	1,1	1199	0,8	2177	1,9
	FIGUEIRÓ DOS V.	6958	2,7	6576	3,3	3432	2,2	2486	2,2
	PEDRÓGÃO GRANDE	8111	3,2	6033	3,1	4321	2,8	1992	1,7
LOUSÃ	LOUSÃ	11053	4,4	4327	2,2	3965	2,5	4111	3,6
	MIRANDA DO COR.	11756	4,6	6565	3,3	5331	3,4	3850	3,3
	PENELA	16531	6,5	9934	5,0	5146	3,3	273	2,6
	V.N.DE POIARES	9088	3,6	1977	1,0	11246	7,2	1169	1,0
SERTÃ	OLEIROS	14263	5,6	12448	6,3	11484	7,4	9840	8,5
	PROENÇA A NOVA	34403	13,6	32762	16,7	34537	22,2	31563	27,4
	SERTÃ	23802	9,4	20841	10,6	14853	9,5	13606	11,8
	VILA DE REI	6783	2,7	5244	2,7	4155	2,7	2887	2,5
	PENACOVA	6193	2,4	3294	1,7	6522	4,2	2507	2,2
.. TOTAL		253650	100	197094	100	155648	100	115355	100

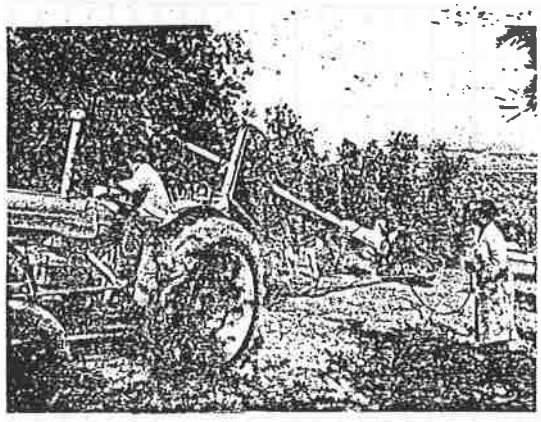
enquanto na distribuição de frequência, relativa à produção de azeite para o período 1963/67, as contribuições percentuais concelhias variam entre um valor mínimo de 1,1% (Castanheira de Pera) e um valor máximo de 13,9% (Proença a Nova), a que corresponde um desvio padrão de 3,83; já na distribuição de frequência, relativa ao período 1978/82, as contribuições percentuais concelhias para a produção total de azeite varia entre um valor mínimo de 1% (Vila Nova de Poiares) e um valor máximo de 28% (Proença a Nova), a que corresponde um desvio padrão de 6,57.

(Unid: Hectolitro)

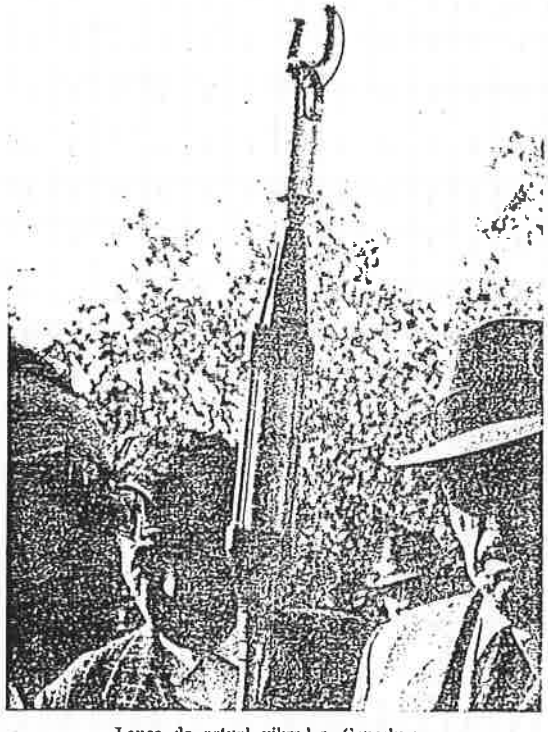
QUADRO 3.3 / PRODUÇÃO ANUAL DE AZEITE (1960/1983)

ASSEMBLEIAS	CONCELHOS	ANOS	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
ARGANIL	ARGANIL		4375	4084	4088	3477	1170	3972	4254	6435	2311	2736	945	3579	2528	2314	2242	912	2410	19	790	2128	810	1664	907	894
	GÓIS		1173	1434	1524	1602	636	1864	1091	2228	1071	1625	473	2101	1007	1380	974	269	576	31	457	297	63	78	412	35
	P.DA SERRA		1403	1210	1772	1843	843	1889	525	2007	1189	1774	916	1365	1609	1071	1034	513	787	199	718	555	263	637	879	199
	TÁBUA		2135	2410	2743	2531	709	4113	2370	728	1970	2514	238	4105	1926	2251	1830	91	1830		429	2210	266	823	1079	470
P. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE		6613	12342	9184	9213	930	9065	3884	8321	4382	3602	4225	2927	7609	6880	4053	1446	3640	80	1440	3113	1488	1733	2202	158
	ANSIÃO		4203	8603	3392	8248	1947	6842	2907	9725	4284	4995	2551	4880	7590	3935	9448	1081	3640	80	1610	3297	1488	2250	2202	703
	CAST. DE PERA		434	274	737	510	359	893	74	930	273	528	112	787	518	895	390	180	144		300	506	262	686	686	44
	F. DOS VINHOS		624	1513	876	1501	357	1931	367	2722	821	1611	698	2134	1242	955	1626	340	507		590	720	192	870	370	259
	PEDRÓGÃO GRANDE		875	1445	1738	1985	724	2379	269	2546	761	1369	507	1936	1460	1349	1537	543	780	90	820	480	204	395	293	83
LOUSÃ	LOUSÃ		1293	3615	1035	1614	3230	2085	1900	2444	1595	547	375	783	1024	649	1702	258	1226		253	1467	441	527	1423	167
	M.DO CORVO		2124	4169	1545	2771	622	3461	2101	2801	1505	895	722	2186	1254	911	1788	782	1050		339	1795	231	793	688	316
	PENELA		3392	5621	1640	4586	1310	4032	2466	4137	1853	1805	1584	2272	2356	1145	2014	624	1225	136	738	978	409	390	758	279
	V.NI.DE POIARES		1172	1848	1017	1009	88	775	350	6865	279	393	409	725	371	7690	2461	621	252		69	593	47	369	921	67
SEIXA	OLEIROS		2513	7091	7935	3912	1499	3630	802	4270	2469	1302	2703	1974	3500	1064	3670	1714	3076	1080	2790	1808	1428	1491	2653	342
	P.A NOVA		7138	11280	3813	12381	1552	7801	1950	10319	5670	8258	4721	6788	7226	5562	8639	7321	7065	5790	5774	6888	9966	8279	8456	972
	SEIXA		2740	6855	3705	7062	624	7879	1026	7313	3122	4950	2190	5069	3442	2252	5794	2286	4367	260	3771	4222	1554	2430	2625	507
	VILA DE REI		432	2464	687	1832	301	2097	362	1991	721	1249	800	1030	1434	479	1532	412	1512	20	410	682	904	393	1000	54
COIM-BRA	PENACOVA		190	2706	1857	1572	347	1612	1069	1542	621	346	337	1941	1744	1481	643	446	640	33	394	1204	788	881	138	378
TOTAL			41704	71461	38446	66811	19628	66825	28144	74227	36180	42588	24986	45890	43882	36861	32165	20210	35696	8188	21482	31726	15546	18844	28170	8501

FONTE: Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos, Lisboa



Vibrador «GOULD BROS»



Lança do actual vibrador «Gonçalves»
(Foto ORTEGA — Jaén)

3.1.3 - Pecuária

Consideramos neste âmbito os efectivos bovinos, suínos, ovinos e caprinos. No ano de 1979 a situação da produção pecuária pode ser sintetizada no quadro seguinte:

CLASSES DE DIM. (ha)		0 < 0,5		0,5 < 1		1 < 2		2 < 20		≥ 20		TOTAL	
		Nº EXP. (1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Bovinos	Abs.	179	368	1082	1719	1636	2702	3080	6444	205	762	6182	11995
	%	2,9	3,1	17,5	14,3	26,5	22,5	49,8	53,7	3,3	6,4	100	100
Suínos	Abs.	1930	8502	6127	16447	6040	14435	7916	22737	334	1780	22347	63901
	%	8,7	13,3	27,4	25,7	27,0	22,6	35,4	35,6	1,5	2,8	100	100
Ovinos	Abs.	1901	7080	5292	16278	4333	15270	3572	15856	91	1707	15189	56191
	%	12,5	12,6	34,9	29,0	28,5	27,2	23,5	28,2	0,6	3,0	100	100
Caprinos	Abs.	2105	6405	7714	19121	6771	18125	7856	29854	312	2469	24758	75974
	%	8,5	8,4	31,2	25,2	27,3	23,9	31,7	39,3	1,3	3,2	100	100

FONTE: INE, *Recenseamento agrícola, 1979*

Observa-se que os bovinos eram criados em 6128 explorações e atingiam 11995 efectivos, os suínos eram criados em 22347 explorações e atingiam 63901 cabeças, os ovinos eram criados em 15189 explorações e atingiam um efectivo de 56191 cabeças e os caprinos eram criados em 24758 explorações e atingiam um efectivo de 75974 cabeças.

O grau de importância da pecuária poderá, indirectamente, ser avaliada pela relação entre o número de explorações onde se criam os efectivos pecuários e o número total de explorações da Zona do Pinhal. Os valores desta relação encontram-se no quadro seguinte:

	Nº expl./Nº total expl. Z.P. %
Bovinos	12,0
Suínos	43,8
Ovinos	29,8
Caprinos	48,6

Surge nítido o papel importante desempenhado pelos suínos e pelos caprinos. De facto, em 43,8 do total das explorações são criados efectivos porcinos, a indiciar o papel desempenhado por este animal na alimentação da população da Zona do Pinhal. Observe-se que esta criação parece

ser feita em moldes tradicionais, ou seja, um, dois, três efectivos por exploração não estando ainda muito divulgada a criação em termos, chamemos-lhe industriais.

Assume ainda particular relevo a criação de caprinos, que é feita em 48,6% das explorações. Tem-se aqui uma indicação do aproveitamento dos recursos naturais, na medida em que os efectivos de gado caprino não são muito exigentes em termos alimentares. Assim sendo, não é de surpreender este peso de gado caprino, importante no fornecimento de carne e leite.

Os efectivos de gado ovino surgem em 29,8% das explorações e é natural que o seu número seja menos elevado do que no caso dos caprinos. De facto, o gado ovino tem maiores exigências em termos alimentares. De qualquer modo estes efectivos pecuários têm importância em termos de fornecimento de carne, leite e produção de queijo.

O gado bovino surge apenas em 12,0% do total das explorações. Talvez se possa concluir por uma certa inaptidão natural para a criação deste tipo de efectivos pecuários. Na verdade, não será a região propícia à produção de alimentos para estes efectivos pecuários, que assim teriam que ser alimentados através de rações (presumivelmente em "explorações sem terra"), cujo custo é demasiado elevado (até porque a componente importada para a produção de rações parece ser elevada). Este factor é, então, limitativo da produção de gado bovino.

Note-se que a produção dos efectivos pecuários é diferenciada de acordo com a dimensão das explorações. Na verdade (observe-se o quadro inicial deste item), constata-se que as classes de dimensão "0 < 0,5" e "≥ 20" hectares têm pouco peso, quer em termos de número de explorações quer em termos de números de cabeças. Por outro lado, as outras classes de dimensão, têm um peso importante, quer em termos de número de explorações, quer em termos de número de cabeças:

%

	0 < 0,5 (ha)		0,5 < 20 (ha)		≥ 20 (ha)	
	Nº de explorações	Nº de cabeças	Nº de explorações	Nº de cabeças	Nº de explorações	Nº de cabeças
Bovinos	2,9	3,1	93,8	90,5	3,3	6,4
Suínos	8,7	13,3	89,8	83,9	1,5	2,8
Ovinos	12,5	12,6	86,9	84,4	0,6	3,0
Caprinos	8,5	8,4	90,2	88,4	1,3	3,2

FONTE: INE, Recenseamento agrícola, 1979

QUADRO 3.4.1 - PECUÁRIA

AGRUP	CONCELHOS	BOVINOS								SUÍNOS							
		0 < 0,5 ha		0,5 < 1 ha		1 < 2 ha		2 < 20 ha		≥ 20 ha		0 < 0,5 ha		0,5 < 1 ha		1 < 2 ha		2 < 20 ha		≥ 20 ha	
		Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças
ARGANIL	ARGANIL	4	6	37	67	106	173	172	304	9	6	49	81	405	496	478	695	426	2 126	10	177
	GÓIS	2	3	21	30	44	75	31	56	2	108	11	13	198	1 904	176	231	95	187	5	35
	P. DA SERRA	1	2	5	9	9	14	32	57	6	10	2	2	124	152	109	151	178	233	22	29
	TÁBUA	-	-	36	55	97	163	239	552	10	52	-	-	253	355	437	630	496	1 093	8	224
7 DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	21	49	70	174	107	300	81	305	1	1	373	1 918	569	2 142	371	1 677	167	984	4	27
	ANSIÃO	69	136	160	292	200	393	196	510	1	55	644	4 596	738	4 578	567	4 664	359	4 644	1	120
	CAST. DE PERA	4	5	14	23	3	4	16	23	-	-	33	80	117	167	47	67	59	95	-	-
	FIGUEIRÓ DOS V.	10	19	34	60	37	69	36	89	3	10	161	534	313	719	231	702	136	921	7	41
	PEDRÓGÃO GRANDE	3	14	12	17	31	78	63	143	-	-	41	82	289	1 198	240	480	306	737	5	12
LOUSÃ	LOUSÃ	4	12	125	188	118	159	68	216	3	48	11	28	320	458	196	300	68	201	2	9
	MIRANDA DO CORVO	2	2	110	131	238	293	225	410	3	8	3	3	150	202	229	325	180	352	5	6
	PENELA	21	30	182	222	259	345	211	400	3	30	37	72	223	313	276	437	173	382	1	5
	V.N. DE POIARES	2	7	37	55	44	73	90	384	4	14	11	15	150	196	127	185	138	301	1	6
SERTÃ	CELEIROS	-	-	23	31	43	66	289	493	36	70	7	10	371	470	423	562	874	1 390	68	243
	PROENÇA A NOVA	1	1	12	35	23	44	276	520	48	96	35	139	421	657	464	658	1 475	3 058	72	180
	SERTÃ	7	17	63	90	119	189	808	1 473	66	207	75	107	601	1 239	892	1 460	1 821	3 998	90	575
	VILA DE REI	4	20	4	11	2	3	21	51	1	5	39	196	172	297	300	530	475	1 160	17	46
COIMBRA	PENACOVA	24	45	137	229	156	261	226	438	9	42	399	626	713	850	477	681	490	875	16	45
	T O T A L	179	368	1 082	1 719	1 636	2 702	3 080	6 444	205	762	1 930	8 502	6 127	16 446	6 040	14 435	7 916	22 737	334	1 780

FONTE: INE, Recenseamento Agrícola, 1979

QUADRO 3.4.2 - PECUÁRIA

AGRUP	CONCELHOS	OVINOS								CAPRINOS							
		0 < 0,5 ha		0,5 < 1 ha		1 < 2 ha		2 < 20 ha		≥ 20 ha		0 < 0,5 ha		0,5 < 1 ha		1 < 2 ha		2 < 20 ha		≥ 20 ha	
		Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças	Nº Exp.	Cabeças
ARGANIL	ARGANIL	28	117	533	1 405	618	2 110	483	1 924	7	690	50	217	672	1 644	653	1 735	463	1 411	6	21
	GÓIS	18	81	356	1 040	230	681	99	315	3	11	26	182	508	1 622	333	1 072	135	675	4	12
	P. DA SERRA	5	15	92	271	81	310	72	283	3	15	9	48	342	1 310	265	1 070	306	1 499	23	164
	TÁBUA	-	-	234	660	408	1 577	448	2 997	6	237	-	-	293	391	469	655	466	903	4	14
E DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	180	521	579	2 086	365	1 455	140	745	7	209	239	708	692	2 361	441	1 814	165	995	4	123
	ANSIÃO	594	2 536	870	4 101	593	3 212	388	3 109	3	61	494	1 312	750	2 216	533	1 739	334	1 312	2	5
	CAST. DE PEDA	17	51	90	177	28	52	56	104	1	2	35	102	111	200	43	96	56	145	-	-
	FIGUEIRÓ DOS V.	121	298	285	683	181	514	107	290	5	26	163	434	435	1 004	285	726	159	488	6	21
	PEDRÓGÃO GRANDE	19	25	158	294	122	222	174	379	2	5	32	42	260	403	221	344	272	457	2	6
LOUSÃ	LOUSÃ	9	21	193	411	91	245	30	63	4	189	22	147	351	642	201	349	74	153	2	12
	MIRANDA DO CORVO	8	21	309	610	314	723	202	540	3	5	12	16	448	695	431	741	295	542	7	10
	PENELA	38	106	359	818	337	851	196	502	1	1	40	55	330	476	355	583	216	404	1	1
	V.N.DE POIARES	14	62	174	383	115	290	91	275	-	-	26	97	246	493	195	428	151	364	-	-
SERTÃ	OLEIROS	2	5	87	267	63	220	81	348	2	15	7	20	387	1 109	383	1 280	813	3 953	63	458
	PROENÇA A NOVA	-	-	15	37	6	25	33	124	5	45	42	160	422	1 027	449	1 577	1 427	8 086	74	829
	SERTÃ	17	25	166	340	268	666	416	1 213	19	109	66	119	493	1 213	747	1 959	1 610	5 868	82	631
	VILA DE REI	7	24	16	26	30	72	66	152	3	7	37	80	205	429	310	780	468	1 256	18	95
COIMBRA	PENACOVA	824	3172	776	2669	483	2045	490	2493	17	90	805	2674	769	1886	457	1177	446	1343	14	67
	T O T A L	1901	7080	5292	16278	4333	15270	3572	15856	91	1707	2105	6405	7714	19121	6771	18125	7056	29854	312	2469

FONTE: INE, Recenseamento Agrícola, 1979

Não deixa de ser curioso observar que nas classes de dimensão "0<0,5" e "≥ 20" hectares a percentagem respeitante ao número de cabeças é superior à percentagem referente ao número de explorações (o contrário se passa nas classes de dimensão intermédias) - o que parece significar uma certa utilização intensiva da exploração (enquanto nas classes de dimensão intermédia parece assistir-se a uma utilização extensiva da exploração). Assinala-se ainda o facto de nas pequenas explorações (0 < 0,5 ha) ter um peso elevado o gado suíno 13,3 do total de efectivos de gado suíno), enquanto nas grandes explorações (≥ 20 ha) tem um maior peso o gado bovino (6,4% do total dos efectivos de gado bovino encontram-se nas explorações com dimensão ≥ 20 hectares).

Em termos regionais nota-se uma distribuição não uniforme dos efectivos de gado pelos diferentes concelhos - observe-se o quadro seguinte:

AGRUP.	CONCELHOS	BOVINOS		SUINOS		OVINOS		CAPRINOS	
		Nº de cabeças	%	Nº de cabeças	%	Nº de cabeças	%	Nº de cabeças	%
ARGANIL	ARGANIL	556	4,6	3575	5,6	6236	11,1	5028	6,6
	GÓIS	272	2,3	2370	3,7	2128	3,8	3863	4,7
	P. DA SERRA	92	0,8	567	0,9	894	1,6	4091	5,4
	TÁBUA	822	6,8	2302	3,6	5471	9,7	1963	2,6
C. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	829	6,9	6748	10,6	5016	8,9	6001	7,9
	ANSIÃO	1386	11,5	18602	29,1	13019	23,2	6584	8,7
	CAST. DE PEIRA	55	0,5	409	0,6	386	0,7	543	0,7
	FIGUEIRÓ DOS V.	247	2,1	2917	4,6	1811	3,2	2673	3,5
	PEDRÓGÃO GRANDE	252	2,1	2509	3,9	925	1,6	1252	1,6
LOUSÃ	LOUSÃ	643	5,4	996	1,6	929	1,7	1303	1,7
	MIRANDA DO CORV	844	7,0	888	1,4	1899	3,4	2004	2,6
	PENELA	1027	8,5	1209	1,9	2278	4,1	1519	2,0
	V.N.DE POIARES	533	4,4	703	1,1	1010	1,8	1382	1,8
SERTÃ	CERNOS	660	5,5	2675	4,2	855	1,5	6820	9,0
	PROENÇA A NOVA	696	5,8	4682	7,3	231	0,4	11699	15,4
	SERTÃ	1976	16,5	7379	11,5	2353	4,2	9790	12,9
	VILA DE REI	90	0,8	2229	3,5	281	0,5	2640	3,5
COIMBRA	PENACOVA	1015	8,5	3131	4,9	10469	18,6	7139	9,4
	T O T A L	11955	100	63901	100	56191	100	75974	100

*ONTE: INE, Recenseamento Agrícola, 1979.

Parece observar-se alguma concentração na distribuição regional dos efectivos pecuários (mais nítido em algumas espécies do que noutras). Na verdade, observe-se que:

. relativamente ao gado bovino, 2 concelhos (Ansião e Sertã) detêm 28% dos efectivos totais;

. relativamente ao gado suíno, 3 concelhos (Alvaiàzere, Ansião e Sertã), detêm 51,2% dos efectivos totais (com particular relevo para o concelho de Ansião com 29,1% dos efectivos totais);

. relativamente ao gado ovino, 5 concelhos (Arganil, Tábua, Alvaiàzere, Ansião e Penacova) detêm 71,5% dos efectivos totais (novamente com particular destaque o concelho de Ansião com 23,2% dos efectivos totais);

. relativamente ao gado caprino, 2 concelhos (Proença a Nova e Sertã) detêm 28,3% dos efectivos totais.

Parece poder deduzir-se que os concelhos de Ansião e Sertã estão particularmente vocacionados para a pecuária (e em relação a todas as espécies consideradas), com manifestações pontuais importantes de outros concelhos em algumas espécies (caso de Arganil com os ovinos e de Proença a Nova com os caprinos).

A criação de gado ovino e caprino arrasta, naturalmente, a fabricação de queijo. No caso específico da Zona do Pinhal, dever-se-à chamar a atenção para:

i. queijo da Serra - a produção deste tipo de queijo é feita nos concelhos de Arganil e Tábua. A evolução dos efectivos pecuários pode ser observada no quadro seguinte:

		ARGANIL				TÁBUA			
Nº de cabeças		1940	1955	1972	1980	1940	1955	1972	1980
Ovelhas		7714	7537	4697	1075	12708	10427	6080	3220
	Δ %		-2,3	-37,7	-17,1		-18,5	-41,7	-47,0
Cabras		4057	4038	3262	791	2083	2913	1011	288
	Δ %		-0,4	-32,6	-75,8		1,0	-37,8	-04,1

FONTE: Alberto Martinho, "O queijo da Serra", C.C.R.C., Coimbra, 1980

Em 1980, para Arganil, os números pecam por defeito, pois, como afirma o autor: "nós inquirimos apenas os detentores de 5 ou mais 'cabeças' (ovelhas e cabras)". Também apenas foram inquiridas algumas aldeias).

Tal como se refere o autor, os valores para 1940, 1955, 72 foram colhidos através dos arrolamentos gerais do gado. Para 1980 foi através de inquérito directo.

Observa-se uma enorme queda nos efectivos pecuários (cabras e ovelhas) nestes concelhos, em particular nas décadas de sessenta e oitenta. Factores vários condicionaram tal evolução, mas atente-se nos movimentos de pessoas destes concelhos, quer para zonas mais ricas do País, quer para o exterior.

A importância da produção de queijo da Serra nos dois concelhos referidos é diferente. Na verdade, e de acordo com os inquéritos realizados pelo autor referido, em Arganil de 193 pastores inquiridos apenas 15 (7,8%) fazia queijo da Serra comercializável, enquanto em Tábua de 186 pastores inquiridos 69 (37,1%) comercializavam a sua produção de queijo da Serra.

A dimensão dos rebanhos também é diferente. Observe-se o quadro seguinte:

Nº de Cabeças (classes de dimensão)	ARGANIL		TÁBUA	
	Nº de pastores	%	Nº de pastores	%
< 11	5	33,3	16	23,2
11 - 20	3	20	29	42,0
21 - 40	4	26,7	16	23,2
41 - 60	0	0	5	7,3
61 - 100	2	13,3	3	4,3
> 100	1	6,7	0	0
TOTAL	15	100	69	100

FONTE: Alberto Martinho, ob.cit.

Enquanto em Arganil predominam (33,3%) os rebanhos com menos de 11 cabeças, em Tábua predominam os rebanhos entre 11 e 20 cabeças de gado. No entanto, enquanto em Arganil existe um rebanho com mais de 100 cabeças de gado, em Tábua não existe nenhum rebanho desta dimensão.

Em termos de produção média (mês) a situação pode ser observada no quadro seguinte:

Nº Quilos (classes)	< 20	20 - 39	40 - 59	60 - 79	80 - 99	120 - 139	140 - 159	160 - 199	Total
Arganil	4	6	2	1		1	1		15
%	26,7	40	13,3	6,7		6,2	6,7		100,1
Tábua	14	36	6	8	2	2		1	69
%	20,3	52,2	8,7	11,6	2,9	2,9		14	100

FONTE: Alberto Martinho, ob.cit.

NOTA: Faltam algumas classes de dimensão para o número de quilos produzidos devido a nelas não se observar produção.

Observa-se que o maior número de pastores, em termos relativos, produz em média, entre 20 e 39 Kg por mês (40% do total de pastores do concelho de Arganil realiza esta produção média, enquanto o correspondente valor para Tábua é de 52,2%). Com produções superiores a 120 Kg (média/mês) surgem apenas 5 pastores (nos dois concelhos), ou seja, apenas 6% do total de pastores que nos dois concelhos produzem queijo da Serra comercializável.

Relativamente ao preço observa-se que, normalmente o seu preço é relativamente elevado em ambos os concelhos - o que pode ser visto no quadro seguinte (preço do queijo da Serra por arroba):

Preço (classe)	< 2000$	2000-2499	2500-2999	3000-3499	3500-3999	> 3999$	Total
Arganil	1			2	6	6	15
%	6,7			13,3	40	40	100
Tábua	4	1	3	12	18	31	69
%	5,8	1,4	4,4	17,4	26,1	44,9	100

FONTE: Alberto Martinho, ob.cit.

Constata-se que no concelho de Arganil, 80% do total de pastores que, no concelho, produzem queijo da Serra comercializável, vendem-no a mais de 3500$ a arroba. No concelho de Tábua, 17% do total de pastores que, no concelho, produzem queijo da Serra comercializável, vendem-no a mais de 3500$ a arroba.

Tratando-se de um queijo de qualidades superiores, fácil se torna então concluir pelo desenvolvimento da sua produção, porquanto será também uma via de aumen-

tar o rendimento dos seus produtores.

ii. Queijo do Rabaçal - a sua produção é feita com leite de ovelha abrangendo os concelhos de

- Penela e Ansião - na totalidade (Rabaçal é uma fréguesia do concelho de Penela)
- Soure, Condeixa-a-Nova, Alvaiàzere e Pombal - apenas em parte destes concelhos.

Estão-se, neste momento, à desenvolver estudos que permitam a demarcação perfeita da zona do queijo do Rabaçal. Trata-se de um problema importante sentido pelos autarcas, produtores e consumidores envolvidos, porquanto se tem assistido a um processo de adulteração das características e consequentemente da qualidade deste tipo de queijo, através da mistura de leite de vaca (por exemplo).

Por outro lado, embora não existindo informação quantificada, tem-se assístido tambám a uma diminuição da sua produção por múltiplas razões, em particular pela diminuição dos efectivos pecuários e pela sua falta de rentabilidade para os produtores directos.

É no sentido de ultrapassar os problemas enunciados, em particular o descrédito que começa a atingir este tipo de queijo, resultante da adulteração do mesmo, que começaram a desenvolver-se os trabalhos referidos de demarcação da zona de produção do queijo, aferição da qualidade do mesmo, etc. Trata-se, também, de preparar a produção de queijo com vista à introdução de Portugal na CEE jogando na sua qualidade.

3.1.4 - Apicultura

É sem dúvida um dos campos mais aliciantes neste estudo, até pelo próprio interesse que o seu desenvolvimento representa no contexto da zona em estudo.

Infelizmente não foi possível acerca dela, obter mais informações que não a que a seguir se transcreve, reservando-se para posteriormente um estudo mais detalhado.

CIRCUNSCRIÇÃO FLORESTAL DE COIMBRA

APICULTURA - RELATÓRIO

A apicultura, tradicionalmente proticada na Zona Centro e, muito especialmente na região montanhosa inferior, encontra-se, hoje em dia, numa fase que - pode-se afirmar - antecede imediatamente um estado pré-industrial.

A institucionalização de uma Cooperativa Apícola na Beira Baixa agrupando os maiores apicultores da região, o alargamento das instalações de outros, um sensível aumento de interesse pela actividade de muitos outros e alguma animação no mercado do sector, indiciam que estão criadas as condições mínimas para que a Apicultura se encaminhe para uma via mais racionalizada e actual.

É certo que muito ainda importa estudar e levar a efeito, obviando actuações pouco fundamentadas, para que essa desejável evolução possa ser desenvolvida sem riscos desnecessários, pelo que se considera oportuna a acção em curso na Comissão de Coordenação da Região Centro.

Nesta perspectiva, com os limitados elementos em poder desta Circunscrição, ordenaram-se alguns dados que poderão ser de utilidade na elaboração de um trabalho necessariamente mais aprofundado.

INVENTÁRIO APÍCOLA

O inventário apícola duma região, parte necessariamente, do recenseamento da flora melífera espontânea, visando a obtenção de zonagem indicadora da qualidade

e quantidade dos recursos nectaríferos e poliníferos à disposição das abelhas. Estes elementos, integrados num conhecimento geral sobre a cultura agrícola e florestal, o clima, a altitude, etc., compõem um inventário apícola, base indispensável para a elaboração de qualquer projecto de desenvolvimento da Apicultura.

Embora o inventário em curso na Circunscrição esteja ainda bastante atrasado, os elementos já colhidos poderão ser postos à disposição da C.C.R.C. face a solicitações específicas que foram do nosso conhecimento.

RECENSEAMENTO DE COLÓNIAS DE ABELHAS

Se bem que uma forte densidade de colmeias em exploração numa determinada zona, possa, eventualmente, ser um indicador prático da existência de condições favoráveis à Apicultura, esse factor não funciona na situação inversa, pois que, regiões onde tradicionalmente se produziu mel de qualidade, estão hoje despovoadas devido à emigração ou viram desaparecer os seus apiários consumidos pelos incêndios ou pelo incremento da florestação.

Estas, raras vezes obedecendo a um ordenamento criterioso onde o estudas consequências ecológicas da substituição da flora e fauna fosse tomado em conta.

Terão de ser, necessáriamente, objecto de estudo, os problemas, por certo graves, que uma diminuição dos processos de polinização poderá acarretar. As abelhas são essencialmente insectos polinizadores e os proventos económicos da exploração apícola ficam muito àquem dos benefícios trazidos pela polinização que elas efectuam.

Como foi dito, o recenseamento dos apiários duma região, não poderá funcionar como indicador seguro, tanto mais que necessitará de actualização constante; frequentemente, por motivos de vária ordem, verificam-se modificações no número de colmeias com aumentos e reduções impossíveis de controlar.

A solução deste problema passará por uma obrigatoriedade na declaração dos efectivos em exploração, com a emissão de um cartão de apicultor, onde, periódicamente, por declaração do próprio, se poderão registar os efectivos. Tal medida, para além de poder transmitir um conhecimento da realidade, funcionará, principalmente, na

defesa sanitária das colónias de abelhas, no apoio às acções de desenvolvimento da Apicultura, na promoção da defesa e expansão da flora melífera natural e na definição duma política nacional, tarefas que incumbem por lei aos Serviços do Ministério da Agricultura.

No Recensemanto Agrícola de 1980 efectuado pelo INE foram recolhidos dados sobre o número de cortiços e colónias existentes nas diversas freguesias do País e, no ano de 1981, a Circunscrição Florestal de Coimbra iniciou um recenseamento de colónias de abelhas em alguns dos concelhos em questão. Embora tal recenseamento não se possa considerar completo incluem-se aqui os dados obtidos.

C O N C E L H O S	Numero de apicultores	Numero de cortiços	Numero de colónias móveis
Arganil (excepto as freguesias de Cepos, S.Martinho e Coja)	108	1372	80
FIGUEIRO DOS VINHOS	339	2 848	107
GOIS (excepto a freguesia de VilaNova do Ceira)	97	3 504	28
PAMPILHOSA DA SERRA (nas freguesias de Fajão e Pessegueiro)	28	479	2
MIRANDA DO CORVO	162	760	299
PENELA	153	940	264
ALVAIAZERE	180	656	84
ANSIÃO	119	412	51
CASTANHEIRA DE PERA	54	1 389	205

Os concelhos de Sertã, Vila de Rei, Oleiros e Proença a Nova estão incluídos na Circunscrição Florestal de Viseu.

Do esmo modo que foi referido para o inventário apícola, os elementos em poder da Circunscrição poderão ser utilizados caso a C.C.R.C. julgue de interesse e a sua solicitação específica.

APICULTURA FIXISTA / APICULTURA MOBILISTA

Na zona em questão, salvo algumas excepções, a exploração apícola tradicional baseia-se no povoamento de cortiços e resp-ctiva cresta anual com o aproveitamento do mel feito por métodos artesanais. No entanto, esta não deixa de ser uma actividade lucrativa pois, embora as produções se possam considerar irrisórias, as despesas e riscos são mínimos. Acresce ainda que, em termos económicos, o apicultor fixista deverá ser protegido porquanto é um fornecedor de cêra e enxames, produtos cuja procura aumenta com o desenvolvimento da apicultura.

A apicultura mobilista, interessando crescentemente aos apicultores fixistas, encontra também hoje em dia grande aderência junto da população citadina como ocupação rendosa e saudável dos tempos livres; e também a moderna agricultura começa a entender a grande vantagem da função polinizadora das abelhas.

Contudo o mobilismo exige novos conhecimentos, tecnologias e investimentos apreciáveis. A colmeia móvel abandonada à sua sorte não dá sequer resposta do cortiço e está condenada a socumbir.

Ela exige um maneio racional e impõe-se nesta área uma verdadeira acção de esclarecimento e sensibilização e, muito especialmente, a formação profissional dos novos apicultores, que os habilite adequadamente para o exercício da actividade.

Dentro duma colaboração desejável, na circunstância, e de acordo com as possibilidades da Circunscrição, poderemos prestar a colaboração que a C.C.R.C. necessitar.

PROBLEMAS DA COMERCIALIZAÇÃO

Inexistentes para o apicultor fixista, muito procurado, e cuja dimi - nuta produção é rapidamente esgotada (não raramente por preços exorbitantes), eles são de facto de difícil solução para o apicultor mobilista proprietário de algumas dezenas de unidades. Nestes casos, a oferta regional excede a procura e o recurso aos canais de distribuição implica um forte abaixamento de preço na produção e um inevitável e, de certo modo contraditório, descrédito junto do consumidor.

Este problema tem ainda uma fraca dimensão na zona agora em análise, por razões óbvias mas o incremento da produção apícola tenderá a aumentá-lo, pelo que se impõem a tomada de medidas imediatas que efectivamente dêem resposta adequada a quem pretenda dedicar-se à Apicultura, pondo à sua disposição um mínimo de infraestruturas Tecnológicas de apoio que tornem este actividade de facto rendivel, até porque, paradoxalmente, o País importa mel com regularidade, o que não se compreende, face ao expresso.

Por isso, é urgente criar circuitos capazes de competir com esse mel que a indústria importa da China, Austrália, Argentina e outros. Quanto mais não fosse, eliminar-se-iam os riscos de introdução de doenças graves, até à pouco inexistentes no País, que se admite terem tido origem no mel importado e fornecido às abelhas na alimentação artificial de inverno. Aliás, a importação de outros produtos destinados à Apicultura, inclusivamente as próprias abelhas, concorre para o agravamento do estudo sanitário das colónias.

Ainda neste capítulo, e no que se refere à Comunidade Económica Europeia, visto que ela própria é deficitária em mel, o incremento agora projectado só poderia influenciar positivamente a economia nacional, já porque, eventualmente, obstava ao prosseguimento das importações, já porque toda a rodução excedentária teria mercado garantido na Comunidade.

Como é evidente uma actuação neste campo necessita ser devidamente e- quacionada.

A concentração, tratamento e comercialização do mel e cêra e, eventual

mente pólen e outros produtos secundários, duma determinada região, não pode ser economicamente rentável para o apicultor e para o País, se prosseguir numa base artesanal muito muito boa vontade que os produtores, tenham mostrado até hoje.

É necessário criar uma estrutura associativa que se encarregue da concentração regional dos produtos da colmeia, instalada em zona central (possívelmente no concelho de Góis ou Pedrógão Grande, no caso em análise), com equipamento adequado e pessoal qualificado que assegure a gestão. Esta estrutura terá ainda a função indispensável de formadora e informadora dos apicultores seus associados, contando para o efeito com a colaboração da estrutura do Estado vocacionada para essas tarefas.

É o que, de momento, me cumpre informa V. Ecª.

Autor: Maria Eduarda Mota de Campos - Engenheiro Técnico Agrário.

3.2 - Actividade florestal

Parece, já hoje, ter esta actividade, na Zona do Pinhal (ZP), as condições particularmente favoráveis ao seu exercício e desenvolvimento. Na verdade ela assume particular relevo em termos de utilização do solo, em termos de criação directa de riqueza, em termos de constituir parte da matéria-prima para diferentes actividades industriais, etc. Aliás, as condições naturais existentes apontam neste sentido, em detrimento do exercício da actividade agrícola, na medida em que os declives superiores a 8% existem em 61,0% da área em estudo - a aconselhar uma utilização florestal.

É neste enquadramento que seguidamente se vão analisar alguns aspectos reveladores da importância do sector florestal no conjunto da Zona do Pinhal.

3.2.1 - Superfície ocupada

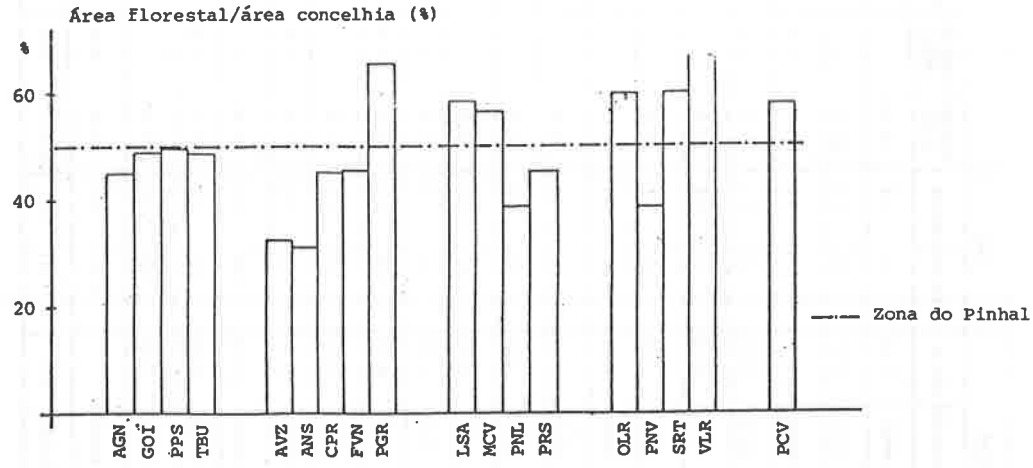
3.2.1.1 - Superfície florestal concelhia

A superfície florestal constitui normalmente uma parte elevada da área total do conjunto dos concelhos que constituem a Zona do Pinhal (ZP) - quadro 3.2. Na verdade, no conjunto da ZP a parea florestal atinge 50,8% da superfície total. Este valor poderá ser mais elevado se assumirmos que a área inculta, que constitui 14,5% da área total do conjunto de concelhos da Zona do Pinhal, poderá vir a ser também uma utilização florestal (pelo menos em parte, na medida em que muitos dos incultos são constituídos por terras marginais à agricultura e que, entretanto, foram abandonadas).

Naturalmente serádiferente a área em que cada concelho está afectada a utilizações florestais - e isto na medida em que também são diferentes as características do solo. No entanto, a superfície ocupada pela floresta não é inferior, em nenhum concelho, a 30%, atingindo mesmo valores superiores a 60%. A situação existente pode ser observada no quadro e gráficos seguintes:

CONCELHOS	AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV	ZP
INDICADOR	45,1	49,0	49,6	48,7	32,5	31,3	45,2	45,8	65,9	58,5	56,6	38,9	45,2	60,0	38,9	60,3	66,9	61,8	50,8

FONTE: D-G do Ordenamento e Gestão Florestal, "Distribuição da Floresta em Portugal Continental. Áreas Florestais por Concelhos, 1980", Lisboa 1981
C.C.R.C., "A Região Centro. Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento", Coimbra, 1981



QUADRO 3.2 - FLORESTA

Unid: 100 ha

AGRUP.	CONCELHOS	ÁREAS			TAXA %	ESPÉCIES FLORESTAIS									
		CONCELHIA	FLORESTADA	INCULTA	ARBORIZAÇÃO	INCULTOS	PINHEIRO BRAVO	PINHEIRO MANSO	EUCALIPTO	SOBREIRO	AZINHEIRA	CASTANHEI.	CARVALHO	CHOUPO	FOLHOSAS DIVERSAS	OUTROS MISTOS
ARGANIL	ARGANIL	325.60	146.90	77.60	45.1	23.8	136.70	-	4.90	-	-	0.70	0.40	0.10	1.60	1.60
	GÓIS	264.76	129.70	96.00	49.0	36.3	110.20	-	6.70	-	-	1.30	0.10	-	2.50	3.50
	P. DA SERRA	395.12	195.90	121.70	49.6	30.8	189.70	0.20	1.20	-	-	0.30	1.20	-	1.70	1.30
	TÁBUA	209.24	102.00	19.50	48.7	9.3	93.70	0.40	7.10	-	-	-	-	0.30	0.20	0.30
E. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	158.64	51.60	17.20	32.5	10.8	36.00	-	8.40	0.50	-	0.70	0.90	-	2.10	3.00
	ANSIÃO	170.80	53.50	7.70	31.3	4.6	35.50	-	2.40	-	-	-	4.10	-	5.80	5.70
	CAST. DE PEIRA	67.88	30.70	25.80	45.2	38.0	24.90	-	5.30	-	-	-	-	-	0.10	0.30
	FIGUEIRÓ DOS V.	183.80	84.10	40.10	45.8	21.8	60.10	-	23.10	-	-	-	-	-	0.20	0.50
	PEDRÓGÃO GRANDE	126.30	83.20	9.20	65.9	7.3	76.30	-	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-
LOUSÃ	LOUSÃ	128.12	74.90	24.60	58.5	19.2	62.30	-	5.00	-	-	-	0.30	-	4.90	2.40
	MIRANDA DO CORV.	127.20	72.10	11.80	56.6	9.3	59.30	-	10.50	-	-	-	0.10	-	1.00	1.20
	PENELA	132.00	51.40	19.40	38.9	14.7	40.00	0.20	6.50	-	-	0.30	0.70	0.10	1.80	1.80
	V.N. DE POIARES	100.44	45.40	8.90	45.2	8.7	37.90	-	7.30	-	-	-	-	-	-	0.20
SERTÃ	OLEIROS	493.12	295.60	57.00	60.0	11.6	288.10	0.40	3.00	-	-	3.50	-	-	0.20	0.20
	PROENÇA A NOVA	424.96	165.40	14.20	38.9	3.3	158.50	-	5.80	-	1.10	-	-	-	-	-
	SERTÃ	439.88	265.20	31.00	60.3	7.0	249.30	0.20	12.40	0.30	-	1.10	-	-	0.20	0.30
	VILA DE REI	193.44	129.40	8.50	66.9	4.4	127.60	-	1.80	-	-	-	-	-	-	-
COIMBRA	PENACOVA	219.76	135.80		61.8	6.0	90.00	0.10	45.00					0.00	0.20	0.30
TOTAL		4161.14	2113.00	603.4	50.8	14.5	1878.10	1.50	161.30	0.80	1.10	7.90	7.80	0.50	22.50	22.6

FONTE: Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal,
"Distribuição da Floresta em Portugal Continental áreas florestais por concelhos 1980", Lisboa, 1981

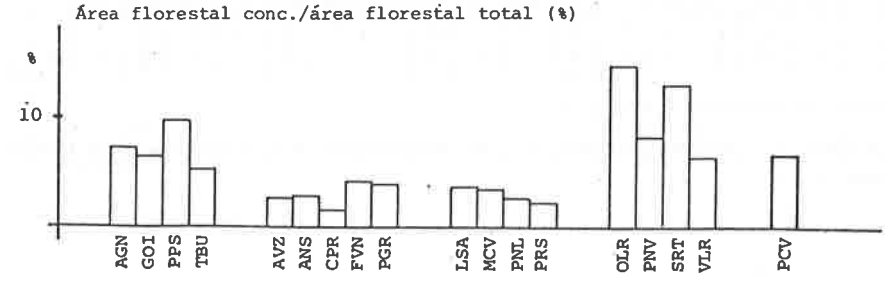
Os concelhos em que a área florestal maior importância relativa (face à superfície do próprio concelho) assume são, por ordem decrescente, os de Vila de Rei, Pedrógão Grande, Penacova, Sertã, Oleiros, Lousã e Miranda do Corvo.

Os concelhos em que a área florestal menos importância relativa assume são os de Ansião, Alvaiàzere, Penela e Proença a Nova.

Poder-se-à agora observar o peso da superfície florestal de cada concelho no conjunto da área florestal da Zona do Pinhal. Considere-se o quadro seguinte:

Conc.	AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV	ZP
Área Flor. Km2	146,90	129,70	195,90	102,00	51,60	53,50	30,70	84,10	81,20	74,90	72,10	51,40	45,40	295,80	165,40	265,20	129,40	136,80	2113
%	7,0	6,1	9,3	4,8	2,4	2,5	1,5	4,0	4,0	3,5	3,4	2,4	2,2	14,0	7,8	12,6	6,1	6,4	100

Constata-se que o concelho com maior superfície florestal é o de Oleiros, a que se segue o da Sertã e o da Pampilhosa da Serra. Trata-se de valores normais, pois são também os concelhos de maior superfície (observa-se um grau de associação elevado entre o peso relativo da superfície de cada concelho na superfície total e o peso da área florestal concelhia no conjunto da área florestal - o coeficiente de correlação entre estas duas distribuições de frequência é de 0,919 - ou seja, quanto maior o peso da superfície de um concelho na superfície tota da ZP, tanto maior o peso da sua área florestal no conjunto da área florestal da ZP e inversamente. O peso da área florestal de cada concelho no conjunto da área florestal da ZP pode ser observada no gráfico seguinte:



3.2.1.2 - Superfície ocupada por espécies florestais

Facilmente se constata que a espécie florestal mais importante é o pinheiro bravo, que ocupa 88,9% da superfície florestal total (e 45,1% da superfície total da Zona do Pinhal). Segue-se-lhe o eucalipto, que ocupa 7,6& da área florestal, o castanheiro (0,4%) e o carvalho (0,4%) (não considerando o conjunto 'folhosas diversas' e 'outros mistos'). Observe-se o quadro seguinte:

Área km^2 Zona do Pinhal		
P. bravo	Eucalipto	Florestal
1878,10	161,30	2113
88,9%	7,6%	100%

A situação em cada concelho é relativamente semelhante: um maior peso da superfície ocupada pelo pinheiro bravo, a que se segue a área ocupada pelo eucalipto. Observe-se o quadro e gráfico seguintes:

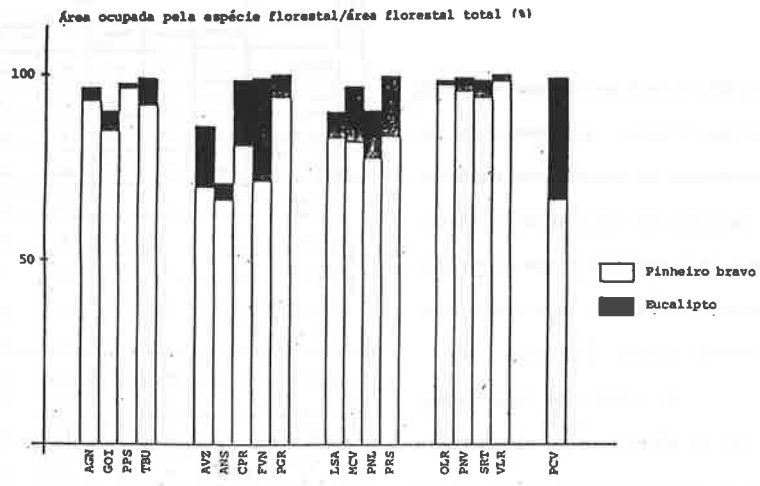
Un: km^2

Conc.	AGN	GOI	PPS	TDU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV	ZP
Pinheiro bravo (1)	136,70	110,20	189,70	93,70	36,00	35,50	24,90	60,10	78,30	62,30	59,30	40,00	37,90	288,10	158,50	249,30	127,60	90,00	1878,10
% 1/3	93,1	85,0	96,8	91,9	69,8	66,4	81,1	71,5	94,1	83,2	82,2	77,8	83,5	97,4	95,8	94,0	98,6	66,3	88,9
Eucalipto (2)	4,90	6,70	1,20	7,10	8,40	2,40	5,10	23,10	4,50	5,00	10,50	6,50	7,30	3,00	5,80	12,40	1,80	45,00	161,30
% 2/3	3,3	5,2	0,6	7,0	16,3	4,5	17,3	27,5	5,9	6,7	14,6	12,6	16,1	1,0	3,5	4,7	1,4	33,1	7,6
Florestada (3)	146,90	129,70	195,90	102,00	51,60	53,50	30,70	84,10	83,20	79,90	72,10	51,40	45,40	295,80	165,40	265,20	129,40	135,80	2113,00

Área pinheiro bravo e eucalipto/área florestal (%)

	96,4	90,2	97,4	98,9	86,1	70,9	98,4	99,0	100	89,9	96,8	90,4	99,6	98,4	99,3	98,7	100	99,4	96,5

FONTE: DGOGF, ob. cit.



Constata-se que o pinheiro bravo é a espécie florestal predominante, detendo percentagens, em relação à área florestal concelhia, que variam entre um valor mínimo d. 66,3%, em Penacova, e um valor máximo de 98,6% em Vila de Rei.

O eucalipto, embora ocupe uma pequena parte da superfície florestal total, assume um particular relevo em Alvaiàzere (16,3%), Castanheira de Pera (17,3%), Figueiró dos Vinhos (27,5%), Miranda do Corvo (14,6%), Penela (12,6%), Penacova 33,1%) e Vila Nova de Poiares (16,1%). Note-se que no concelho de Figueiró dos Vinhos a superfície ocupada pelo eucalipto constitui mais de 1/4 da superfície florestal deste concelho e no concelho de Penacova constituiu cerca de 1/3 da superfície florestal deste concelho.

3.2.2 - Mão-de-obra ocupada (silvicultura e exploração florestal)

A mão-de-obra ocupada directamente nas actividades florestais assume alguma importância. Na verdade, nas actividades de sementeira/plantação de espécies florestais, ordenamento florestal, extracção de resina e de madeira, etc., está ocupado um conjunto de mão-de-obra relativamente importante. Aliás, a importância de mão-de

-obra ocupada directamente nas actividades referidas é maior, porquanto se observam fenómenos de movimentos pendulares casa-emprego de residentes noutros concelhos e que exercem a sua actividade, no sector florestal, nos concelhos que constituem a Zona do Pinhal (ZP).

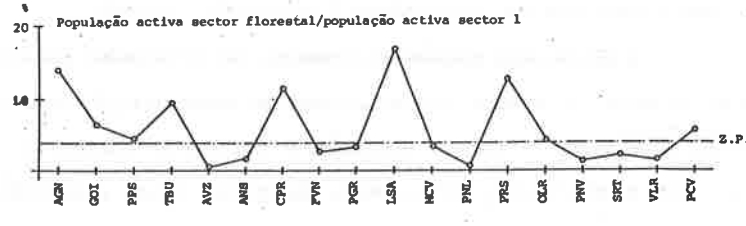
No quadro ao lado podem observar-se os efectivos de mão-de-obra empregues no sector florestal no conjunto da ZP:

AGRUP.	CONCELHOS	1981					
		Silvicul.	Exp.Flor.	Total (1)	%	População act. no sector 1 (2)	(1)/(2)%
ARGANIL	ARGANIL	91	73	164	15,9	1171	14,9
	GÓIS	21	42	63	6,1	999	6,3
	P. DA SERRA	16	37	53	5,1	1247	4,3
	TÁBUA	125	22	147	14,2	1587	9,3
PINHAL VINHAIS	ALVAIÁZERE	4	1	5	0,5	2338	0,2	
	ANSIÃO	18	9	27	2,6	1800	1,5
	CAST. DE PEPA	8	8	16	1,5	140	11,4
	FIGUEIRÓ DOS V.	13	22	35	3,4	1441	2,4
	PEDROGÃO GRANDE	32	6	38	3,7	1202	3,2
LOUSÃ	[illegible]	22	51	73	7,1	424	16,8
	MIRANDA DO CORV	21	11	32	3,1	1001	3,3
	PENELA	3	1	4	0,4	987	0,4
	V.N.DE POIARES	19	46	65	6,3	517	12,6
SERTÃ	CERNOS	21	73	94	9,1	2123	4,3
	PROENÇA A NOVA	3	34	37	3,6	2996	1,2
	SERTÃ	17	66	83	8,0	3728	2,2
	VILA DE REI	6	7	13	1,3	1118	1,2
COIMBRA	PENACOVA	6	78	84	8,1	1485	5,7
	T O T A L	446	587	1033	100	26382	3,9

FONTE: INE, XI Recenseamento Geral da População Lx, 1981

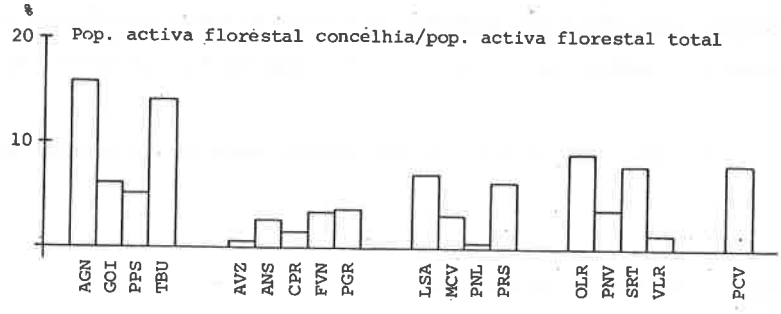
Desde logo se observa que os efectivos de mão-de-obra ocupadas no sector florestal constituem 3,9% da população activa do sector 1. (agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca). Sucede, no entanto que há concelhos em que a mão-de-obra do sector florestal, na mão-de-obra do sector 1, assume uma maior importância.

Observe-se o gráfico seguinte:



Constata-se que a relação entre a população activa do sector florestal e a população activa do sector 1 (agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca) assume valores relativamente importantes em Arganil (14% da população activa do sector 1 trabalha na actividade florestal), Tábua (9,3%), Castanheira de Pera (11,4%), Lousã (16,8%) e Vila Nova de Poiares (12,6%).

Por outro lado, a contribuição de cada concelho para o conjunto da população activa da actividade florestal é bastante desigualitária variando entre um valor mínimo de 0,4% para o concelho de Penela e um valor máximo de 15,9% para o concelho de Arganil. Observe-se a situação relativa de cada concelho no gráfico seguinte:



Observa-se que o maior número de efectivos de mão-de-obra da actividade florestal se encontra nos concelhos de Arganil (15,9% do total de efectivos de mão-de-obra da actividade florestal encontra-se neste concelho) e Tábua (14,2%). Aliás, o Agrupamento de Concelhos de Arganil é o mais importante a este nível, pois nele se encontra 41,3% do total da mão-de-obra que na Zona do Pinhal trabalha na actividade florestal. Seguem-se-lhe os Agrupamentos de Concelhos da Sertã (22%), Lousã (16,9%) e Figueiró dos Vinhos (11,7%) e o Concelho de Penacova (8,1%).

Note-se que a contribuição percentual concelhia dos efectivos de mão-de-obra da actividade florestal, no conjunto da mão-de-obra desta actividade no conjunto da Zona do Pinhal, relativamente diferente, variando entre uma participação mínima de 0,4% (concelho de Penela) e uma participação máxima de 15,9% (concelho de Arganil). O conjunto de concelhos de Arganil, Tábua, Oleiros, Sertã e Penacova contribui

com mais de metade (55,3%) para o total da mão-de-obra ocupada, na Zona do Pinhal, na actividade florestal.

3.2.3 - Utilizações, a jusante, de produtos florestais

Previamente deve dizer-seo seguinte: os dados tratados neste capítulo referem-se ao agrupamento de concelhos. Na verdade, no sentido de não quebrar o sigilo estatístico, o organismo oficial - o Instituto de Produtos Florestais (IPF) - onde os dados foram recolhidos, tomou como base de trabalho o agrupamento de concelhos e não uma desagregação concelhia, porquanto há situações em que, relativamente a um concelho, apenas se verifica a existência de um único estabelecimento, que surgiria então perfeitamente individualizado, quebrando-se a regra do sigilo estatístico. Por isso a base espacial / administrativa com que se vai trabalhar é o agrupamento de concelhos.

Por outro lado não foi possível recolher dados para o concelho de Penacova.

3.2.3.1 Indústria de serração de madeiras

Esta actividade surge um pouco por todo o lado na Zona do Pinhal - e isto no sentido de minimizar os custos de transporte de matéria-prima para a unidade industrial.

3.2.3.1.1 - Número de empresas, pessoal e dimensão média

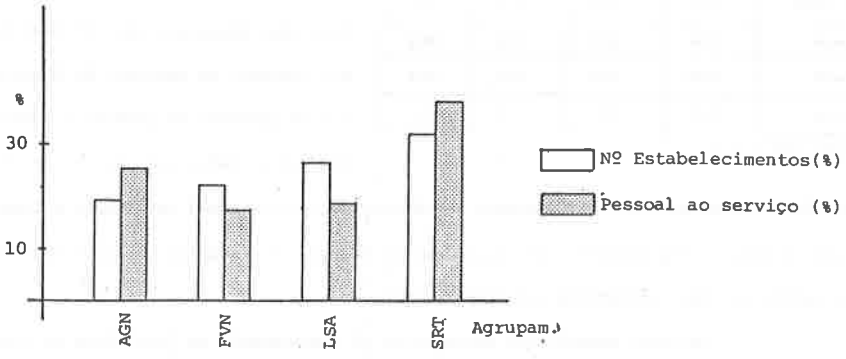
Algumas características específicas deste sector de actividade podem ser vistas no quadro seguinte: 1893

AGRUPAMENTO	ESTABELECIMENTO		PESSOAL				DIMENSÃO MÉDIA	(2) / (1)
	VALOR	%	FABRICAÇ.(1)	GEST.C(2)	TOTAL	%		%
Arganil	14	19,4	374	34	408	25,7	29,1	9,1
P.Vinhos	16	22,2	256	23	279	17,6	17,4	9,0
Lousã	19	26,4	251	44	295	18,6	15,5	17,5
Sertã	23	32,0	561	44	605	38,1	26,3	7,8
TOTAL	72	100	1442	145	1587	100	22,0	10,1

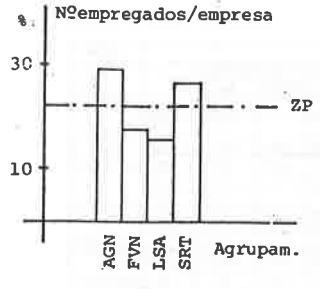
FONTE: Instituto de produtos florestais (IPF), Lisboa

Desde logo se observa que o maior número de estabelecimentos existe no Agrupamento de Concelhos da Sertã, embora a sua distribuição espacial seja relativamente igualitária (variando entre um mínimo de 19,4% no Agrupamento de Arganil e um máximo de 32% no Agrupamento da Sertã).

Já a distribuição espacial do pessoal empregue é mais desigual variando entre um mínimo de 17,6% no Agrupamento de Concelhos de Figueiró dos Vinhos e um máximo de 38,1% no Agrupamento de Concelhos da Sertã. Observe-se o gráfico seguinte:



como consequência a dimensão média das empresas é maior nos Agrupamentos de Concelhos de Arganil e Sertã, com, respectivamente, 29,1 empregados por empresa e 26,3 relativamente superiores à média deste sistema regional, tal como se pode observar no gráfico seguinte:



Por outro lado, observa-se uma relação entre *"pessoal de gestão e comércio"* e *"pessoal de fabricação"* que em alguns casos parece ser relativamente baixa (é o caso do Agrupamento da Sertã em que tal relação é da ordem dos 10,1%). Talvez este aspecto particular reflicta uma relativa desorganização administrativa, ou, pelo menos parece não se dar uma certa importância aos aspec-

tos administrativos e de "marketing" que, no entanto, também eles podem ajudar na obtenção de melhores produtividades e a uma maior rentabilidade.

Ao nível do pessoal empregue merece a pena observar-se o comportamento dos salários pagos. Os montantes atingidos neste sector de actividade neste conjunto regional podem ser vistos no quadro seguinte:

Unid: contos 1983)

AGRUPAMENTO	SALÁRIO (MÊS)		SALÁRIO MÉDIO(MÊS)	
	FABRICAÇÃO	GEST.e COM.	FABRICAÇÃO	GEST.e COM.
Arganil	6211	861	16,6	25,3
F.Vinhos	4423	446	17,3	19,4
Lousã	5051	857	20,1	19,5
Sertã	8540	873	15,2	19,8
TOTAL	24225	3037	16,8	20,9

FONTE: IPF, Lisboa

Apesar de não haver profundas descrepâncias salariais (em termos de salário médio), ainda existem algumas diferenças espaciais que se traduzem em 4,9 contos, no pessoal de fabricação e 5,9 no pessoal de gestão e comércio. Por outro lado, manifestam-se algumas diferenças salariais entre o pessoal de fabricação e o pessoal de gestão e comércio, em particular no Agrupamento de concelhos de Arganil (8,7 contos de diferença salarial entre as duas categorias profissionais).

Um caso específico observa-se no Agrupamento de Concelhos da Lousã, em que o salário médio de um trabalhador da fabricação é ligeiramente superior (0,6 contos) ao salário médio do pessoal de gestão e comércio.

3.2.3.1.2 - Matérias-primas utilizadas e produções

Neste domínio uma síntese dos dados utilizados na análise pode ser observada no quadro seguinte:

Unid.: Contos 1983

AGRUPAMENTOS	MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS					VENDAS						VENDAS	
						MADEIRA SERRADA (1)			ESTILHA E DESPERDÍCIO (2)				
	PINHO	EUCAL.	OUTRA MADEI.	IMP.	TOTAL	MERC.INT.	EXPORTAÇ.	TOTAL	MERC.INT.	EXPORTAÇ.	TOTAL	TOTAL	(1) % / (2) %
Arganil	62040	26	252	426	62744	84490	73560	158050	26290		26258	184356	
%	98,9		0,4	0,7	100	53,5	46,5	100	100		100	100	85,7 / 14,3
F.Vinhos	133347			75	136422	112033	119956	231889	27987	21967	49954	281843	
%	99,9			0,1	100	48,3	51,7	100	56,0	44,0	100	100	82,3 / 17,7
Lousã	113079	18	24		113121	130549	66788	197329	33818		33818	231147	
%	99,96	0,02	0,02		100	66,2	33,8	100	100		100	100	85,4 / 14,6
Sertã	261538	18			261556	183507	290705	475802	70316	28014	98330	574132	
%	99,99	0,01			100	39,0	61,0	100	71,5	28,5	100	100	82,9 / 17,1
TOTAL	573004	62	276	501	573841	512640	550409	1063078	158419	49981	208460	1271478	
%	99,85	0,01	0,05	0,09	100	48,2	51,8	100	76,0	24,0	100	100	83,6 / 16,4

FONTE: IPF, Lisboa

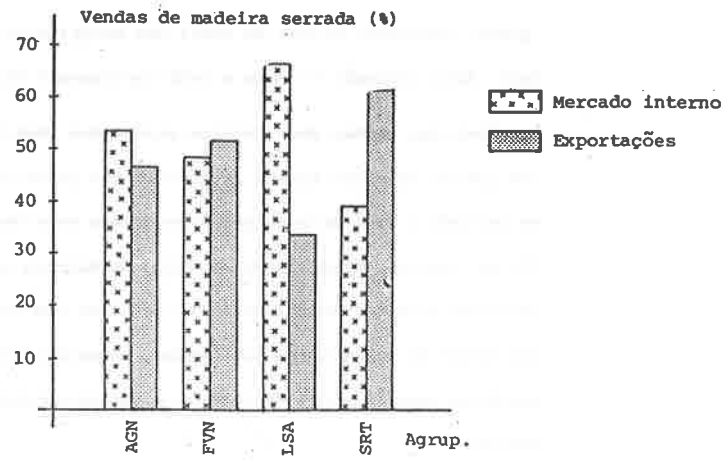
i. ao nível das matérias-primas utilizadas observa-se que estas se resumem ao pinho (no conjunto da Zona do Pinhal a matéria-prima 'pinho' constitui 99,85% do total das matérias-primas utiliza - das). Esta situação é comum a cada agrupamento de concelhos;

ii. ao nível das vendas dos produtos produzidos deve também notar- -se que as receitas totais proporcionadas pelas vendas de madeira serrada e estilha e desperdício atinge mais de 1 milhão e 200 mil contos. Naturalmente a venda de madeira serrada é o conjunto de produtos mais importante ao nível das vendas e constitui 83,6% do valor total das vendas, enquanto a estilha e desperdício constituem 16,4% (isto a nível do conjunto da área em estudo).

Observando o destino das vendas de madeira serrada constata-se que as exportações são mais importantes, absorvendo 51,8% das vendas totais deste conjunto de produtos (ao nível da Zona do Pinhal), enquanto para o mercado interno se dirige 48,2% do total das vendas de madeira serrada. A situação em cada agrupamento de concelhos é diferente e podemos encontrar dois tipos de agrupamentos:

- nos Agrupamentos de Concelhos de Arganil e Lousã as vendas no mercado interno são mais importantes do que as vendas no mercado externo;
- nos Agrupamentos de Concelhos de Figueiró dos Vinhos e Sertã as vendas para o mercado externo são superiores às vendas feitas para o mercado interno.

Observe-se o gráfico seguinte:



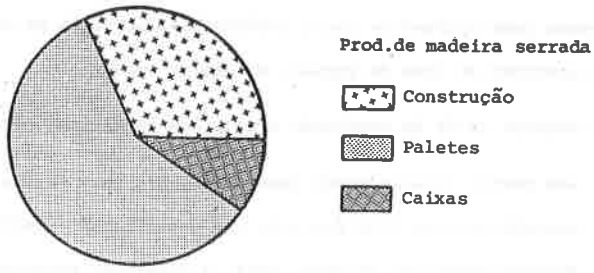
Relativamente à madeira serrada dever-se-à ainda desagregar a su produção por tipos de produtos. Observe-se o quadro seguinte:

Produção de madeira serrada (m3) - 1983 -

AGRUPAMENTO	P/CONSTRUÇÃO	P/PALETES	P/CAIXAS	OUTRA	TOTAL
Arganil	8213	10815	4634	45	23707
%	34,6	45,6	19,6	0,2	100
F.Vinhos	8287	25996	189		34427
%	24,0	75,4	0,6		100
Lousã	16770	6859	6695		30324
%	55,3	22,6	22,1		100
Sertã	13689	52364	3040	59	69152
%	19,8	75,7	4,4	0,1	100
TOTAL	46959	96034	14558	104	157655
%	29,8	60,9	9,2	0,1	100

FONTE: IPF, Lisboa

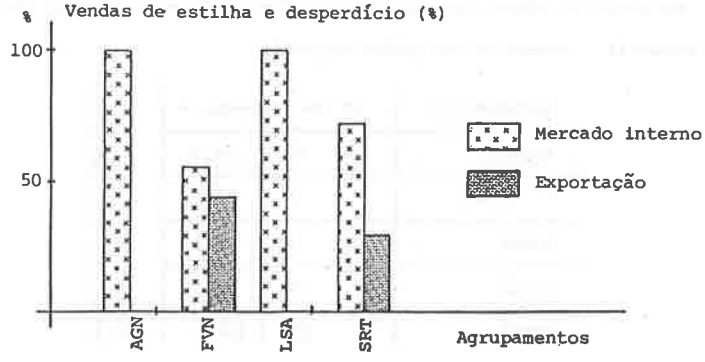
Note-se que a maior parte de produção de madeira serrada é 'para paletes" (60,9%), a que segue a madeira 'para construção' (29,8%). As outras parcelas da produção de madeira serrada têm uma importância relativamente marginal. Observe-se o gráfico seguinte:



A situação em cada agrupamento de concelhos tem uma certa semelhança com a situação observada no conjunto, ou seja, a maior parte da produção de madeira serrada é para paletes (com excepção do Agrupamentode Concelhos da Lousã, em que a produção de madeira para construção é mais importante.

Pelo contrário, as vendas de estilha e desperdícios são feitas principalmente no mercado interno (76,0%), absorvendo o mercado externo apenas 24% das vendas totais de estilha e desperdícios. Também aqui é possível encontrar duas tipologias de agrupamentos de concelhos:

- os Agrupamentos de Concelhos de Arganil e Lousã em que a totalidade das vendas é feita no mercado interno;
- os Agrupamentos de Concelhos de Figueiró dos Vinhos e Sertã, em que uma parte das vendas (a mais importante) é feita no mercado interno e outra parte se destina à exportação. Observe-se o gráfico seguinte:



Em resumo pode afirmar-se que a indústria de serração de madeira é um sector importante no conjunto da Zona do Pinhal, na medida em que:

- emprega 15,6% da população activa das indústrias transformadoras;
- uma parte, relativamente importante, das suas vendas faz-se no mercado externo (tem portanto uma contribuição positiva para a Balança Comercial do País, pois, a nível das matérias-primas, quase não realiza importações).

Por outro lado, parece poder concluir-se que:

- se trata de um sector de actividade cuja dimensão média (22 pessoas/empresa) é relativamente pequena;
- as empresas enfrentam problemas organizativos, gestão e de "marketing";
- as empresas utilizam basicamente como matéria-prima o pinho;
- se verificam variações espaciais nos salários (directos) pagos.

3.2.3.2 - Indústria de produtos resinosos

A análise desta actividade industrial vai desenvolver-se ao nível do conjunto da Zona do Pinhal, na medida em que a necessidade de salvaguardar o sigilo estatístico não permitiu sequer que se pudessem desagregar os dados ao nível de agrupamentos de concelhos, com excepção do número de empresas.

Ao nível do número de empresas observa-se um certo desequilíbrio na sua distribuição espacial - atente-se no quadro seguinte:

Agrupamentos	Nº de empresas	%	Pessoal ao serv.
Arganil	6	50,0	
F. Vinhos	3	25	
Lousã	1	8,3	
Sertã	2	16,7	
Total	12	100	169

O Agrupamento de Concelhos de Arganil detém metade do número de empresas deste sector de actividade industrial, enquanto o agrupamento de concelhos da Lousã, com uma única empresa, detém 8,3% como se constata, um certo desequilíbrio espacial das empresas deste sector de actividade.

3.2.3.2.1 - Dimensão média das empresas, salário médio mensal (pessoal de fabricação e de gestão e comércio)

A dimensão média das empresas deste sector, no conjunto da Zona do Pinhal (não se considera uma desagregação concelho/agrupamento de concelhos devido à já referida necessidade de salvaguardar o sigilo estatístico), é da ordem dos 14,1 empregados por empresa (no número de empregados incluem-se 'o pessoal de fabricação' e 'o pessoal de gestão e comércio'), valor que constitui apenas 59,2% da dimensão média das empresas da indústria transformadora existentes no conjunto da Zona do Pinhal.

Parece tratar-se de um sector de actividade onde predominam as pequenas empresas.

Presumivelmente também este sector conhece problemas de vária índole (administrativos, etc.). No entanto, a percentagem do pessoal de gestão e comércio no conjunto do pessoal é relativamente elevado (27,7%), ou seja, por cada elemento do pessoal de gestão e comércio existem 2,45 elementos do pessoal de fabricação.

Em termos de salários médios pagos a situação pode ser sintetizada no quadro seguinte:

Unid: contos 1983

	Salário Médio (1)	
Concelhos (2)	Pessoal de Fabricação	Pessoal de Gestão e Comércio
Coimbra	18,2	19,7
Leiria	20,3	22,6
C.Branco	15,5	20,0
TOTAL	18,2	20,3

Fonte: IPF, Lisboa

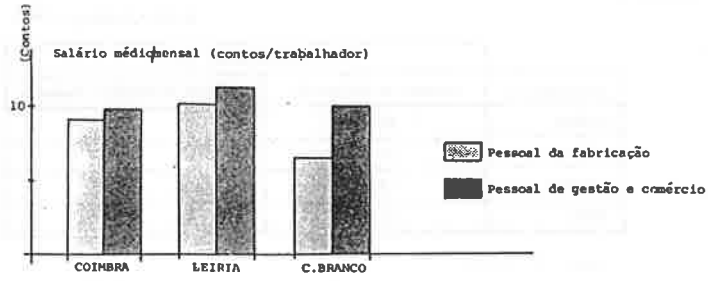
(1) Obtido com base no pressuposto de que aos doze meses se deve juntar o subsídio de férias e de Natal.

(2) Integrados na Zona do Pinhal.

Desde logo se observam algumas diferenças espaciais, relativamente importantes, no salário médio. Na verdade, considerando o pessoal de fabricação, enquanto nos concelhos do distrito de Castelo Branco que integram a Zona do Pinhal (ZP) o salário médio mensal é de 15,5 contos, já nos concelhos do distrito de Leiria que integram a mesma ZP o salário médio atingia 20,3 contos (uma diferença de 4,8 contos em desfavor dos concelhos referidos em primeiro lugar, ou seja, um elemento do pessoal da fabricação dos concelhos do distrito de Castelo Branco que integram a ZP recebe um salário que constitui apenas 76,4% do salário médio pago a um elemento do pessoal de fabricação, da indústria de resinosos, dos concelhos do distrito de Leiria que integram a ZP). Nos concelhos do distrito de Coimbra que integram a ZP observa-se uma situação intermédia (o salário médio do pessoal de fabricação atinge 18,2 contos).

Também ao nível do pessoal de gestão e comércio se observam algumas discrepâncias no comportamento espacial do salário médio, embora não tão acentuadas quanto no caso do pessoal de fabricação (a diferença entre o valor do salário médio mais elevado, observado nos concelhos do distrito de Leiria que integram a ZP, e o valor do salário médio mais baixo, observado nos concelhos do distrito de Coimbra que integram a referida ZP, é de apenas 2,9 contos).

A situação descrita pode ser observada em termos sintéticos no gráfico eguinte:



Concelhos dos distritos de Coimbra, Leiria e C.Branco integrados na ZP

4.3.2.2 - MATÉRIA-PRIMA E PRODUÇÕES

i. A matéria-prima consumida é constituída pela gema (resina) do pinheiro bravo. No ano de 1983, as empresas (12) da indústria de produtos resinosos, existentes na Zona do Pinhal, consumiram 20 264 toneladas de gema (com um valor global de 577 218 contos). A tonelagem média de matéria-prima transformada foi diferente nos concelhos dos diferentes distritos. Do mesmo modo, também foi diferente o preço médio (por tonelada) da matéria-prima consumida. Observe-se o quadro seguinte:

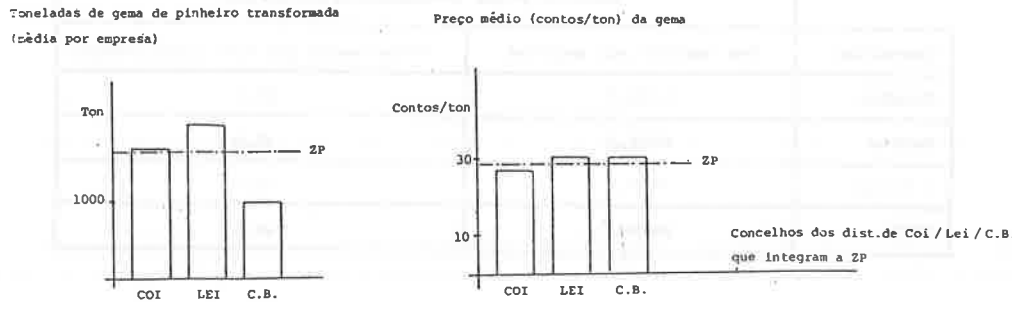
1983

	Matéria-prima consumida/transformada	
Concelhos	Ton (média) por empresa	Preço médio por ton (unid:contos)
Coimbra	1722,4	27,1
Leiria	2073,3	30,6
C.Branco	993,5	30,5
TOTAL	1688,7	28,5

Em termos médios as empresas dos concelhos do distrito de Leiria integrados na Zona do Pinhal (ZP) trataram 2073,3 ton cada, enquanto as empresas dos concelhos do distrito de Castelo Branco, inseridos na Zona do Pinhal, apenas transformaram 993,5 ton. Na hipótese "*tudo o resto constante*" poder-se-ia concluir que as capacidades produtivas (das empresas) instaladas seriam mais elevadas nos concelhos do distrito de Leiria (integrados na ZP), seguir-se-iam as capacidades produtivas instaladas das empresas dos concelhos do distrito de Coimbra que integram a ZP e finalmente as menores capacidades produtivas instaladas (nas empresas) observar-se-iam nos concelhos do distrito de Castelo Branco que se inserem na ZP. Note-se que o que se afirmou foi na hipótese "*tudo o resto constante*", porquanto nem sempre a capacidade produtiva instalada segue de perto a capacidade produtiva utilizada.

O preço médio da tonelada de gema utilizada é espacialmente diferente.

Na verdade, é natural que assim seja, porquanto o preço da gema do pinheiro depende, entre outros factores, da sua qualidade, ou seja, do conjunto de resíduos, água, etc., que nela (gema) existe e a qualidade da gema do pinheiro é diferente de zona para zona. Admitindo que a gema utilizada nas empresas é produzida na zona de localização das mesmas (o que nem sempre é verdade, na medida em que a matéria-prima, gema, se desloca para empresas localizadas fora do local onde é produzida), poder-se-ia concluir que a qualidade da gema do pinheiro é menor nos concelhos do distrito de Coimbra, integrados na ZP, enquanto em todos os outros concelhos, do distrito de Leiria e Castelo Branco, inseridos na ZP, a qualidade da gema é mais elevada e relativamente igual entre si. Observem-se os gráficos seguintes:



ii. As produções originadas são o pez e a aguarrás com um valor superior a 650 mil contos (no ano de 1983). Sabe-se que uma dada quantidade de gema transforma da produz quantidades físicas de pez (80%) e aguarrás (20%) diferentes. Observe-se o quadro seguinte:

Produção dos produtos resinosos (pez e aguarrás)

1983

Conc. da ZP	Valor (contos)	%	Toneladas	%
Dist.Coimbra	350330	53,3	11718	59,9
Dist.Leiria	230339	35,0	5899	30,1
Dist.C.Branco	76981	11,7	1957	10,0
TOTAL	657690	100	19574	100

FONTE: IPF, Lisboa

Note-se o comportamento diferenciado dos concelhos do distrito de Coimbra que integram a Zona do Pinhal (ZP) e os outros. Na verdade, enquanto nos primeiros concelhos referidos se obtém, em termos físicos, 59,9% da produção total dos produtos resinosos, já o seu valor, nos mesmo concelhos, atinge 53,3% do valor da produção total dos mesmos. Contrariamente nos outros concelhos, dos outros distritos, obtêm-se menores produções em termos físicos, mas relativamente mais elevadas em valor.

O que se afirmou traduz-se numa diferenciação espacial do valor médio relativamente acentuada. Na verdade e de acordo com o quadro seguinte

1893

CONC. DA ZP	VALOR MÉDIO (CONTOS/TON)	
	PEZ	AGUARRÁS
Dist.Coimbra	31,4	23,4
Dist.Leiria	41,1	30,8
Dist.C.B.	40,0	36,2
TOTAL	35,2	26,9

o valor médio do pez atinge, nos concelhos do distrito de Coimbra integrados na ZP, apenas 31,4 contos por tonelada, enquanto nos concelhos do distrito de Leiria inseridos na mesma ZP, atinge 41,1 contos (uma diferença de 9,7 contos). O mesmo sucede em relação ao valor médio da aguarrás, que atinge um mínimo de 23,4 contos por tonelada nos concelhos do distrito de Coimbra inseridos na ZP, enquanto atinge 36,2 contos por tonelada nos concelhos do distrito de Castelo Branco integrados na ZP (uma diferença de 12,8 contos, ou seja, o valor médio da tonelada de aguarrás nos concelhos da ZP do distrito de Coimbra é apenas 64,6% do valor médio da tonelada de aguarrás nos concelhos da ZP do distrito de Castelo Branco).

3.2.3.2.3 - Vendas dos produtos resinosos

A maior parte dos produtos resinosos é vendida para o estrangeiro (é exportada, ou directamente pelas unidades produtivas, que são simultaneamente exportadoras, ou indirectamente através de empresas exportadoras). Observe-se o quadro seguinte:

1983

Concelhos da ZP	EXPORTAÇÃO			CONSUMO INTERNO		
	Valor	Tonelada	Preço médio	Valor	Tonelada	Preço médio
Dist.Coimbra	442636	11762	37,6	5055	109	46,4
%	98,9	99,1		1,1	0,9	
Dist.Leiria	271943	5714	47,6	1032	20	51,6
%	99,6	99,7		0,4	0,3	
Dist.C.Branco	66690	1728	38,6	2553	51	50,1
%	96,3	97,1		3,7	2,9	

FONTE: IPF, Lisboa

Valor: contos
Preço médio: contos/ton

Constata-se, então, que a quase totalidade da produção de produtos resinosos se destina à exportação (com valores percentuais, quer em termos físicos, quer em valor, que rondam os 99%). De qualquer modo, o preço médio das exportações é mais baixo que o preço médio dos produtos resinosos que se destinam ao consumo interno, o que de algum modo se justificará pelo facto de os utilizadores de tais produtos resinosos, quer estejam no exterior, quer no País, pagaram o mesmo preço e como para o exterior se têm que suportar custos de transporte (e outros) mais elevados, o preço f.o.b. ("free on board", o preço de fábrica, sem incluir, portanto, os custos de frete e seguro) deve ser mais baixo.

Em termos conclusivos deve referir-se o facto deste sector da actividade industrial exportar a quase totalidade da sua produção (com a correspondente entrada de divisas), produção essa feita em empresas de relativamente pequena dimensão e utilizando uma matéria-prima (gema de pinheiro bravo) natural em princípio facilmente disponível. De qualquer modo, ter-se-à que tomar em consideração que o sector poderá vir a ter problemas ao nível da disponibilidade de matéria-prima, porquanto parece assistir-se a uma utilização do solo florestal para o cultivo de outras espécies, florestais, em alternativa ao cultivo do pinheiro bravo, que produz a gema, matéria-prima utilizada pelo sector, enquanto, por outro lado, se vai destruindo a cultura do pinheiro bravo através dos incêndios florestais (mais à frente se voltará a referir este problema dos incêndios florestais).

3.2.3.3 - Indústria de papel

A indústria de papel é desenvolvida na Zona do Pinhal (ZP) em três empresas, localizadas nos concelhos de Góis (1) e no concelho da Lousã (2). Ainda aqui a necessidade de salvaguardar o sigilo estatístico apenas permite o tratamento de dados em termos médios do conjunto das unidades industriais referidas.

3.2.3.3.1 - Dimensão média das empresas, salário médio mensal.

Observe-se o quadro seguinte:

Concelhos	Nº Empresas	Pessoal ao serviço
Góis	1	
Lousã	2	
TOTAL	3	552

Desde logo, se pode calcular a dimensão média destas unidades industriais e os valores de que se dispõem (fornecidos pelo Instituto de Produtos Florestais para o ano de 1983) permitem afirmar que cada empresa tem, em média, 184 pessoas ao serviço (no conjunto de pessoas ao serviço inclui-se o 'pessoal de fabricação', o 'pessoal à tarefa' e o 'pessoal de gestão e comércio'). Trata-se, por conseguinte de empresas, com uma certa dimensão, na medida em que, em termos médios, a dimensão das empresas da indústria transformadora da ZP não ultrapassa 23,8 pessoas por empresa.

Ao nível do pessoal empregue existe uma determinada estrutura - observe-se o quadro seguinte:

-1983-

	Pessoal fabricação	Pessoal à tarefa	Pess.gestão e comércio	Total
Absoluto	464	32	56	552
%	84,1	5,8	10,1	100

FONTE: IPF, Lisboa

Poder-se-à concluir que a relação entre o 'pessoal de fabricação' e o 'pessoal de gestão e comércio' é da dos "8,29 para 1", ou seja, por cada elemento do 'pessoal da gestão e comércio' existem 8,29 elementos do 'pessoal de fabricação'- relação bastante mais elevada do que a observada na indústria de produtos resinosos, onde tal relação era na ordem dos "2,45 para 1".

Em termos de salários médios pagos o respectivo cálculo pode observar-se no quadro seguinte:

Salário médio (contos/trabalhador/mês) -1983-

Pessoal de fabricação	Pessoal de gestão e comércio
17,0	25,8

NOTA: 1. não se calcula o salário médio do 'pessoal à tarefa', atendendo ao facto da especificidade do seu trabalho (apenas em alguns meses do ano).

2. o cálculo do salário médio foi feito com base no subsídio de férias e de Natal.

Constata-se uma diferença salarial (média mensal) entre o 'pessoal de fabricação' e o 'pessoal de gestão e comércio' de 8,8 contos, ou seja, o salário médio mensal de um elemento do 'pessoal de fabricação' constitui 65,9% do salário médio mensal de um elemento do 'pessoal de gestão e comércio'.

3.2.3.3.2 - Matérias-primas utilizadas e produções

No ano de 1983 o custo total das matérias-primas consumidas atingiu 586 020 contos. A matéria-prima utilizada tem origem em 'pasta de resinosas', 'pasta de folhosas' e 'papeis recuperados'. A estrutura do valor das matérias-primas é a seguinte:

Pasta de resinosos	Pasta de folhosas	Papeis recuperados	Total
160586	418792	6642	586020
27,4	71,5	1,1	100

FONTE: IPF, Lisboa — Unid:contos

Constata-se que a maior parte das matérias-primas utilizadas é a pasta de folhosas (com origem no eucalipto, primordialmente), enquanto os papéis recuperados constituem apenas 1,1%.

3.2.3.3.3 - Vendas

O mercado interno absorve, neste caso, a maior parte das vendas. Na verdade, mais de 3/4 do valor total das vendas é feita no mercado interno. Por outro lado, são diferentes os preços médios (contos/ton) das vendas no mercado interno e no mercado externo, mais elevado no primeiro tipo de mercado (e a justificação poder-se-à encontrar, ainda neste caso, no facto de os utilizadores nacionais e estrangeiros destes produtos pagarem o mesmo preço por eles. Deste modo, e admitindo que se está a trabalhar com preços f.o.b., este deve ser mais baixo quando se trata de considerar o mercado interno, porquanto à que suportar custos de transportes - e outros - mais elevados). Observe-se o quadro seguinte:

1983

	VENDAS		
	Mercado interno	Mercado externo	TOTAL
Valor (contos)	967207	308675	1275882
%	75,8	24,2	100
Preço médio (1)	60,0	58,0	

FONTE: IPF, Lisboa

(1) contos/ton

3.3 - Indústria e serviços

3.3.1 - Indústrias transformadoras

3.3.1.1 - Distribuição concelhia do número de estabelecimentos e pessoal ao serviço

Deve, desde já, notar-se o seguinte: a fonte donde foram obtidos os dados que se irão trabalhar - as Estatísticas Industrias - não cobrem o universo dos estabelecimentos das indústrias transformadoras. Assim sendo, poderá variar o número de estabelecimentos e de pessoal ao serviço (para valores superiores aos apontados).

Aliás, trata-se de uma zona onde predominam as pequenas empresas, com uma organização relativamente deficiente, e em que a resposta aos inquéritos directos, que estão na base das Estatísticas Industriais referidas, não será a mais pronta nem a melhor.

No fundo talvez se possa referir a existência de um sector "industrial informal" da economia relativamente importante. Estes elementos condicionarão a análise que se irá fazer a seguir, análise essa que terá um valor relativo.

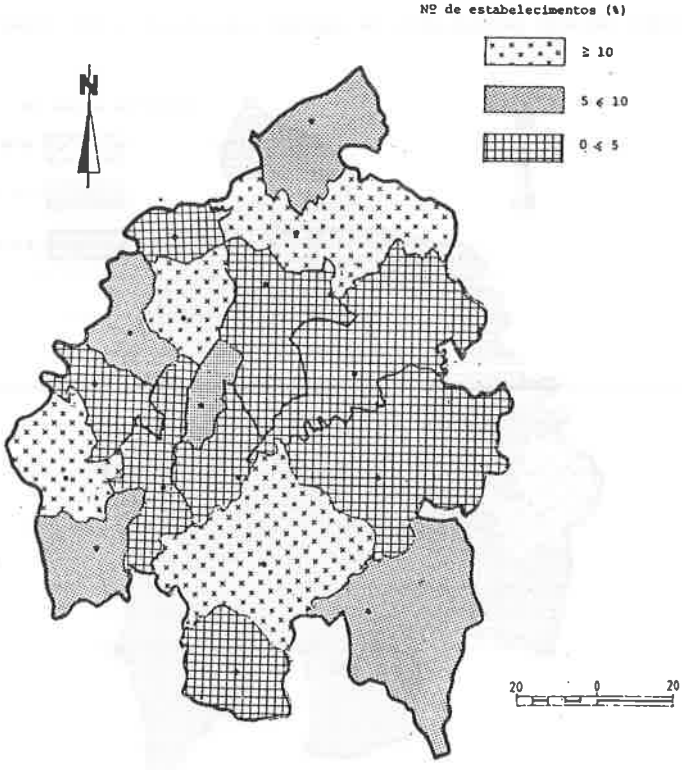
Em termos concelhios o número de estabelecimentos e o pessoal ao serviço pode ser visto no quadro seguinte:

Concelhos	AGN	GOI	PIC	TMI	AVZ	ANS	CTR	VVI	ICH	LSA	MLV	PIR	PRT	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV	TOTAL
Nº Estab.	28	6	8	14	17	27	19	9	8	33	17	9	8	17	17	27	9	16	277
%	10,1	2,2	2,9	5,1	6,1	9,8	6,9	3,2	2,9	11,9	6,1	3,2	2,9	6,1	6,1	9,8	3,5	5,8	100
Pessoal	591	303	76	275	164	992	1160	103	139	1085	301	71	116	102	241	313	35	230	6439
%	9,2	5,9	1,2	4,3	2,6	15,4	18,0	2,9	1,8	16,9	4,7	1,1	1,8	1,6	3,7	4,9	0,5	3,6	100

Relativamente ao número de estabelecimentos a sua distribuição pelos concelhos assume valores próximos uns dos outros. Na verdade, o valor mais baixo encontra-se no concelho de Góis que, com 6 estabelecimentos, detém 2,2% do total. Por outro lado, o valor mais elevado encontra-se no concelho da Lousã que detém 33 estabelecimentos, ou seja, 11,9% do total. Agrupando os concelhos em três classes - 0 < 5%, 5 < 10%, > 10% - observa-se o seguinte:

Classes %	Concelhos
0 ≤ 5	GOI, PPS, FVN, PGR, PNL, PRS, OLR, VLR
5 ≤ 10	TBU, AVZ, ANS, CPR, MCV, PNV, SRT, PCV
> 10	AGN, LSA

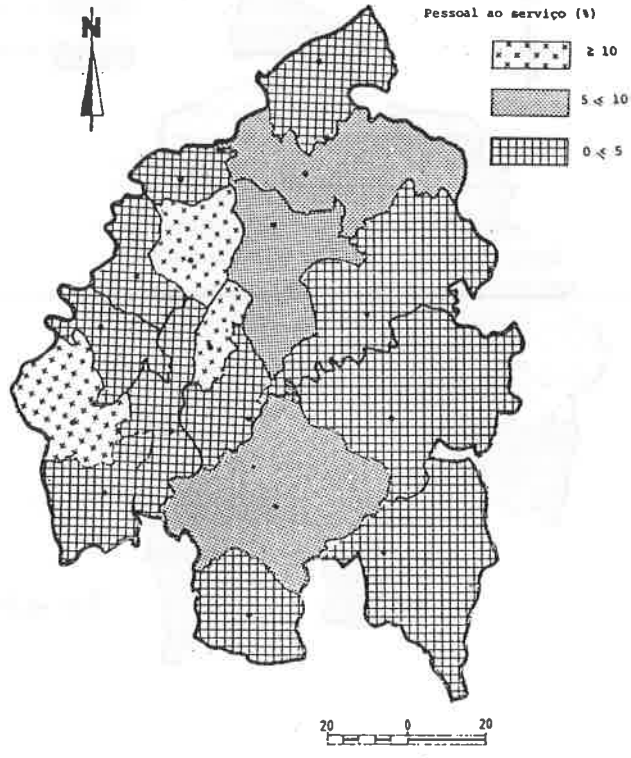
Oito concelhos detém menos de 5% do total de estabelecimentos, enquanto outros oito concelhos detém entre 5 e 10% do número de estabelecimentos. Com percentagens superiores a 10% encontram-se 2 concelhos. Veja-se o mapa seguinte:



A distribuição do pessoal ao serviço é mais desigualitária. Na verdade, observa-se um valor mínimo em Vila de Rei, que detém apenas 0,5% do total do pessoal ao serviço da indústria transformadora da Zona do Pinhal e um valor máximo em Castanheira de Pera, que detém 18,0% do total do pessoal ao serviço da indústria transformadora. Aliás, apenas três concelhos - Ansião, Castanheira de Pera e Lousã - absorvem um pouco mais de metade (50,3%) do total do pessoal ao serviço na indústria transformadora. Considerando as mesmas classes que anteriormente observa-se o seguinte:

Classes %	Concelhos
0 < 5	PPS,TBU,AVZ,FVN,PGR,MCV,PNL PRS,OLR,PNV,SRT,VLR,PCV
5 < 10	AGN,GOI
≥ 10	ANS,CPR,LSA

Detendo menos de 5% do emprego das indústrias transformadoras, encontramos a maioria dos concelhos (12). Detendo percentagens de emprego entre 5 e 10% encontramos apenas dois concelhos, tal como existem apenas três concelhos detendo percentagens de emprego superiores a 10%. Observe-se o mapa seguinte:



Torna-se nítida a concentração do pessoal ao serviço das indústrias transformadoras em apenas três concelhos (Lousã, Castanheira de Pera e Ansião), sendo que um conjunto enorme de concelhos (72,7% do total) detém percentagens inferiores a 5%.

3.3.1.2 - Distribuição sectorial do número de estabelecimentos e pessoal ao serviço

A este nível a situação pode ser sintetizada no quadro seguinte:

Sectores	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	TOTAL
Nº estabelecimentos	86	29	103	16	18	20		5		277
%	31,0	10,5	37,2	5,8	6,5	7,2		1,8		100
Pessoal ao serviço	558	2006	1849	697	415	817		97		6439
%	8,7	31,2	28,7	10,8	6,4	12,7		1,5		100

Em termos de número de estabelecimentos os sectores mais importantes são as "indústrias de alimentação, bebidas e tabaco" (que detêm 31,0% do total do número de estabelecimentos) e as "indústrias de madeira e cortiça" (que detêm 37,2% do total do número de estabelecimentos), que conjuntamente detêm 68,2% do total dos estabelecimentos das indústrias transformadoras existentes na Zona do Pinhal.

Em termos de pessoal em pregue observa-se que apenas dois sectores detêm mais de metade (59,9%) do pessoal ao serviço - são eles as "indústrias têxteis, do vestuário e do couro" (31,2%) e as "indústrias de madeira e cortiça" (28,7%).

Desde logo se constata que as "indústrias de madeira e cortiça" são um dos sectores chave desta região, pois absorve 28,7% do pessoal ao serviço das indústrias transformadoras e representam 37,2% do número de estabelecimentos.

Sectores a considerar como relevantes são ainda as "indústria de alimentação, bebidas e tabaco" (em termos de número de estabelecimentos) e as "indústrias têxteis, do vestuário e do couro" (em termos de pessoal ao serviço).

3.3.1.3 - Análise de alguns indicadores

3.3.1.3.1 - Dimensão média dos estabelecimentos

Em termos globais a dimensão média dos estabelecimentos da indústria transformadora atinge 23,2 pessoas por estabelecimento - enquanto no conjunto da Região Centro tal indicador atinge 40,9 pessoas por estabelecimento (1,76 vezes mais que na Zona do Pinhal). Desde logo se poderá afirmar que a dimensão média dos estabelecimentos na Zona do Pinhal é relativamente pequena.

No entanto, em termos sectoriais, a dimensão em termos de pessoal ao serviço, dos estabelecimentos varia bastante. Na verdade, enquanto nas "indústrias de alimentação, bebidas e tabaco" a dimensão média dos estabelecimentos apenas atinge 6,5 pessoas por estabelecimento, já nas "indústrias têxteis, vestuário e couro" se atinge uma dimensão de 69,2% pessoas por estabelecimento (note-se que na distribuição de frequência relativa à dimensão média de estabelecimentos se observa um desvio padrão de 21,237, ou ainda um coeficiente de variação de 67,73% - bastante elevado). A situação descrita pode ser sintetizada no quadro seguinte:

Dimensão média (pessoal ao serviço/estabelecimentos)								
Sector	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.8	Total
Indicador	6,5	69,2	18,0	43,7	21,8	40,9	19,4	23,2

AGRUP.	CONCELHOS	3. INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS								
		VALORES					INDICADORES			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
ARGANIL	ARGANIL	28	591	43 679	565 011	180 802	21,1	73,9	24,2	305,9
	GÓIS	6	383	68 272	666 916	135 675	63,8	178,3	50,3	354,2
	P. DA SERRA	8	76	9 170	92 511	10 720	9,5	120,7	85,5	141,1
	TÁBUA	14	275	18 255	159 204	64 809	19,6	66,4	28,2	235,7
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	17	165	12 612	129 382	34 718	9,7	76,4	36,3	210,4
	ANSIÃO	27	992	38 796	1119 790	304 681	36,7	39,1	12,7	307,1
	CAST. DE PEPA	19	1 160	12 463	634 111	246 388	61,1	10,7	5,1	212,4
	FIGUEIRÓ DOS V.	9	183	4 840	132 442	68 538	20,3	26,4	7,1	374,5
	PEDRÓGÃO GRANDE	8	119	9 073	256 649	60 971	14,9	76,2	14,9	512,4
LOUSÃ	LOUSÃ	33	1 085	49 820	1184 072	214 153	32,9	45,9	23,3	197,4
	MIRANDA DO CORV	17	301	15 675	169 924	71 511	17,7	52,1	21,9	237,6
	PENELA	9	73	50	32 092	14 254	8,1	0,7	0,4	195,3
	V.N.DE POIARES	8	116	11 948	43 321	26 916	14,5	103,0	44,4	232,0
SERTÃ	OLEIROS	7	102	6 387	162 022	42 097	14,9	61,4	15,2	404,8
	PROENÇA A NOVA	17	241	7 330	107 557	34 939	14,1	30,7	21,0	146,2
	SERTÃ	27	313	13 409	230 187	49 216	11,6	42,7	27,2	156,7
	VILA DE REI	7	35	570	13 961	3 762	5,0	16,3	15,2	107,5
	PENACOVA	16	230	12 867	97 260	50 459	14,4	55,9	25,5	219,4
TOTAL		277	6 439	335 216	5976412	1614609	23,2	52,1	20,8	250,8

1 - Número de estabelecimentos

2 - Pessoal ao serviço

3 - Formação bruta de capital fixo (FBCF) (Unidcontos)

4 - Valor bruto de produção (VBP) (Unidcontos)

5 - Valor acrescentado bruto (VAB) (Unidcontos)

6 - Dimensão média do estabelecimento ((2) / (1))

7 - FBCF/Pessoal ao serviço ((3) / (2))

8 - FBCF/VAB ((3) / (5)) %

9 - VAB/Pessoal ao serviço ((5) / (2))

3.1. INDUSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E TABACO

3.2. INDUSTRIAS TÊXTEIS, DO VESTUÁRIO E DO COURO

AGRUP	CONCELHOS	VALORES (1)	(2)	(3)	(4)	(5)	INDICADORES (6)	(7)	(8)	(9)	VALORES (1)	(2)	(3)	(4)	(5)	INDICADORES (6)	(7)	(8)	(9)
ARGANIL	ARGANIL	10	44	51	15 954	5 493	4,4	1,2	0,9	124,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	GÓIS	2	20	..	10 095	2 603	10,0	..	..	130,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	P. DA SERRA	3	12	..	3 467	1 202	4,0	..	..	100,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TÁBUA	3	54	2 183	24 443	6 667	18,0	40,4	32,7	123,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F. DOS VINHOS	ALVAIAZERE	9	58	..	28 981	6 748	6,4	..	..	116,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ANSIÃO	5	24	1 230	12 399	5 459	4,8	51,3	22,5	227,5	8	686	18 552	880 031	216 860	85,8	27,0	8,6	316,1
	CAST. DE PEÃ	2	16	..	7 222	3 720	8,0	..	..	232,5	14	1 069	5 773	589 567	227 824	76,4	5,4	2,5	213,1
	FIGUEIRÓ DOS V.	4	32	90	16 150	9 152	8,0	2,8	1,0	286,0	1	7	..	596	237	7,0	-	-	33,9
	PEDRÓGÃO GRANDE	3	19	1 390	9 961	5 364	6,3	73,2	25,9	282,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LOUSÃ	LOUSÃ	8	96	1 285	98 293	24 542	12,0	13,4	5,2	255,6	4	235	6 391	528 809	91 809	58,8	27,2	7,0	390,7
	MIRANDA DO CORV	5	21	1 704	8 758	2 572	4,2	61,1	66,3	122,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PENELA	6	32	..	22 295	4 672	5,3	..	..	146,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	VILA DE ROMEU	1	11	..	5 450	3 324	11,0	..	..	302,2	1	7	..	1 590	550	7,0	..	..	78,6
SERTÃ	CELEIROS	2	6	405	1 600	496	3	67,5	81,7	82,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PROENÇA A NOVA	9	47	1 315	32 492	7 535	5,2	25,9	17,5	160,3	1	2	..	90	16	2,0	..	..	8,0
	SERTÃ	4	27	20	17 401	4 156	6,8	0,7	0,5	151,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	VILA DE REI	4	14	60	10 506	2 540	3,5	4,3	2,4	181,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COIM-BRA	PENACOVA	6	25	833	10 475	4 427	4,2	33,3	18,8	177,1	-	-	-						
	T O T A L	86	558	10 566	336 142	100 672	6,5	18,9	10,5	180,4	29	2 006	30 717	2000685	537296	69,2	15,3	5,7	267,8

1 - Número de estabelecimentos

2 - Pessoal ao serviço

3 - Formação bruta de capital fixo (FBCF) (Unid:contos)

4 - Valor bruto de produção (VBP) (Unid:contos)

5 - Valor acrescentado bruto (VAB) (Unid:contos)

6 - Dimensão média do estabelecimento ((2) /.(1))

7 - FBCF/Pessoal ao serviço ((3) / (2))

8 - FBCF/VAB ((3) / (5))

9 - VAB/Pessoal ao serviço ((5) / (2))

FONTE: INE, Estatísticas Industriais, 1980

AGRUP.	CONCELHOS	3.3. INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA								3.4. INDÚSTRIAS DO PAPEL, ARTES GRÁFICAS E ED. PUBLICAÇÕES								
		VALORES					INDICADORES			VALORES					INDICADORES			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
ARGANIL	ARGANIL	11	281	28 085	135 425	62 181	25,5	99,9	45,2	221,3	2	29	..	9 118	6 428	14,5	..	..	221,7
	GÓIS	1	40	1 847	38 236	13 774	40	46,2	13,4	344,4	2	302	65 995	553 137	105 200	151	218,5	62,7	348,3
	P. DA SERRA	4	49	8 607	41 926	3 112	12,3	175,7	276,6	63,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TÁBUA	7	153	14 556	73 091	41 500	21,9	95,1	35,1	271,2	1	4	25	978	640	4	6,3	3,9	160
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	3	29	2 292	14 812	6 097	9,7	79,0	37,6	210,2	1	5	1 782	3 102	839	5	356,4	212,4	167,8
	ANSIÃO	9	59	2 377	18 328	10 066	6,6	40,3	23,6	170,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CAST. DE PEIR.	2	63	6 690	35 449	14 049	31,5	106,2	47,6	223,0	1	12	..	1 873	795	12	..	..	66,3
	FIGUEIRÓ DOS V.	2	9	-	2 678	569	4,5	-	-	63,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PEDRÓGÃO GRANDE	3	52	5 482	36 257	9 954	17,3	105,4	55,1	191,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LOUSÃ	LOUSÃ	13	310	22 713	169 306	60 677	24,5	71,4	37,4	190,8	4	329	3 017	337 742	22 168	82,3	9,2	13,6	67,4
	MIRANDA DO COR.	8	100	7 727	45 553	18 296	12,5	77,3	42,2	183,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PENELA	3	41	50	19 797	9 502	13,7	1,2	0,5	231,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V. NZ DE POIARES	4	43	-	11 509	8 578	10,8	-	-	199,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SERTÃ	OLEIROS	2	64	5 962	58 809	32 257	32	93,5	18,5	504,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PROENÇA A NOVA	6	171	3 645	66 268	25 397	28,5	21,3	14,4	148,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SERTÃ	17	254	12 495	151 470	40 132	14,9	49,2	31,1	158,0	2	6	..	1 461	941	3	..	..	156,8
	VILA DE REI	3	21	510	3 455	1 222	7,0	24,3	41,7	58,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COIMBRA	PENACOVA	5	102	3 069	46 763	24 208	20,4	30,1	12,7	237,3	3	10	..	508	298	3,3	..	..	29,8
	T O T A L	103	1 849	126 132	969 132	381 651	18,0	68,2	33,0	206,4	16	697	70 819	907 919	137 309	43,7	101,6	51,6	197,9

1 - Número de estabelecimentos

2 - Pessoal ao serviço

3 - Formação bruta de capital fixo (FBCF) (Unid:contos)

4 - Valor bruto de produção (VBP) (Unid:contos)

5 - Valor acrescentado bruto (VAB) (Unid:contos)

6 - Dimensão média do estabelecimento ((2) / (1))

7 - FBCF/Pessoal ao serviço ((3) / (2))

8 - FBCF/VAB ((3) / (5)) %

9 - VAB/Pessoal ao serviço ((5) / (2))

AGRUP.	CONCELHOS	3.5.IND.QUÍM.DOS DERIV.DO PETR.E DO CARVÃO E DOS PROD.BORR E PLÁS.									3.6.IND.DOS PROD.MIN.N-MET. C/EXC.DOS DER.DO PET.BRUTO E DO CARVÃO								
		VALORES					INDICADORES				VALORES					INDICADORES			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
ARGANIL	ARGANIL	2	33	2 944	319 657	44 953	16,5	89,2	6,5	1362,2	3	204	12 599	84 857	61 747	68	61,8	20,4	302,7
	GÓIS	1	21	430	65 448	14 098	21	20,5	3,1	671,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	P. DA SERRA	1	15	563	47 118	6 406	15	37,5	8,8	427,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TÁBUA	1	16	702	38 318	2 705	16	43,9	26,0	169,1	2	48	789	22 374	13 297	24	16,4	5,9	277,0
E DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	2	42	8 538	67 548	15 175	21	203,3	56,3	361,3	1	27	..	7 553	4 752	27	..	..	176
	ANSIÃO	1	40	5 281	50 521	14 495	40	132,0	36,4	362,4	3	175	10 649	157 163	56 841	58,3	60,9	18,7	324,8
	CAST. DE PEÃ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	FIGUEIRÓ DOS V.	1	123	7 850	106 850	55 904	123	63,8	14,0	454,5	1	12	...	5 966	2 676	12	..	..	223
	PEDRÓGÃO GRANDE	1	38	226	209 561	44 973	38	5,9	0,5	1183,5	1	10	1 975	1 870	680	10	197,5	290,4	68
LOUSÃ	LOUSÃ	2	24	175	22 645	3 574	12	7,3	4,9	148,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	MIRANDA DO CORV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	179	6 244	115 613	50 643	44,8	34,9	12,3	282,9
	PENELA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	VILA DE POIARES	1	9	325	6 444	2 207	9	36,1	14,7	245,2	1	46	..	11 509	8 578	46	..	..	186,5
SERTÃ	OLEIROS	2	32	..	101 523	9 326	16	..	..	291,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PROENÇA A NOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	19	..	8 680	2 133	19	..	..	112,3
	SERTÃ	3	22	176	58 776	3 790	7,3	8,0	4,6	172,3	1	4	718	1 074	197	4	179,5	364,5	49,3
	VILA DE REI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COIM-BRA	PENACOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	93	8 965	39 514	21 518	46,5	96,4	41,7	231,4
	T O T A L	18	415	27 210	1 093409	217 606	21,8	65,6	12,5	524,4	20	817	41 939	455 978	223 062	40,9	51,3	18,8	273,0

1 - Número de estabelecimentos

2 - Pessoal ao serviço

3 - Formação bruta de capital fixo (FBCF) (Unid:contos)

4 - Valor bruto de produção (VBP) (Unid:contos)

5 - Valor acrescentado bruto (VAB) (Unid:contos)

6 - Dimensão média do estabelecimento ((2) / (1))

7 - FBCF/Pessoal ao serviço ((3) / (2))

8 - FBCF/VAB ((3) / (5)) %

9 - VAB/Pessoal ao serviço ((5) / (2))

AGRUP	CONCELHOS	3.7. INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE									3.8.FAB.DE PROD. MET. E DE MÁQ.,EQUIP. E MAT. DE TRANSPORTE								
		VALORES					INDICADORES				VALORES					INDICADORES			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
ARGANIL	ARGANIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	GÓIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	P. DA SERRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TÁBUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	..	7 386	1 107	4,0	..	..	276,8
	ANSIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	707	1 348	960	8,0	88,4	73,6	120,0
	CAST. DE PEZA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	FIGUEIRÓ DOS V.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PEDRÓGÃO GRANDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LOUSÃ	LOUSÃ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	83	16 234	27 277	11 383	41,5	195,6	142,6	137,1
	MIRANDA DO CORV.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PENELA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V. N. DE POIARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SERTÃ	OLEIROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PROENÇA A NOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	2 370	319	..	2,0	185,0	..	..
	SERTÃ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	VILA DE REI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COIM-BRA	PENACOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	97	19 311	36 328	13 450	19,4	199,1	143,6	138,7

1 - Número de estabelecimentos

2 - Pessoal ao serviço

3 - Formação bruta de capital fixo (FBCF) (Unid:contos)

4 - Valor bruto de produção (VBP) (Unid:contos)

5 - Valor acrescentado bruto (VAB) (Unid:contos)

6 - Dimensão média do estabelecimento ((2) / (1))

7 - FBCF/Pessoal ao serviço ((3) / (2))

8 - FBCF/VAB ((3) / (5))

9 - VAB/Pessoal ao serviço ((5) / (2))

AGRUP.	CONCELHOS	3.9. OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS								
		VALORES					INDICADORES			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
ARGANIL	ARGANIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	GÓIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	P. DA SERRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TÁBUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ANSIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CAST. DE PEDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	FIGUEIRÓ DOS V.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PEDRÓGÃO GRANDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LOUSÃ	LOUSÃ	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	MIRANDA DO COR.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PENELA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	VAL DE PONARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SERTÃ	OLEIROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PROENÇA A NOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SERTÃ	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	VILA DE REI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COIMBRA	PENACOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-

1 - Número de estabelecimentos
2 - Pessoal ao serviço
3 - Formação bruta de capital fixo (FBCF) (Unid:contos)
4 - Valor bruto de produção (VBP) (Unid:contos)
5 - Valor acrescentado bruto (VAB) (Unid:contos)
6 - Dimensão média do estabelecimento ((2) / (1))
7 - FBCF/Pessoal ao serviço ((3) / (2))
8 - FBCF/VAB ((3) / (5)) x
9 - VAB/Pessoal ao serviço ((5) / (2))

Deve observar-se que a distribuição espacial dos sectores de actividade é profundamente desigual. Quer dizer, há um certo número de sectores de actividade que surge um pouco por todo o lado (embora com maior peso nuns concelhos do que noutros), há sectores que apenas surgem em alguns concelhos e sectores que não estão representados na região. Observe-se o quadro seguinte:

Sectores		
Representados em todos os concelhos	Representados em alguns concelhos	Não referenciados na Zona do Pinhal
3.1.ind.alim,beb.e tab. 3.3.ind.mad. e cortiça	3.2.ind.têxt,vest.cou. 3.4.ind.papel art.gráficas e ed.public. 3.5.ind.quim.dos derivados do petróleo e do carvão... 3.6.ind.min.n-metálicos... 3.8.fab.prod.met. e máq...	3.7.ind.met.de base 3.9.outras ind. transform.

3.3.1.3.2 - Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)/pessoal ao serviço

Pretende-se com este indicador referir o montante do investimento realizado por trabalhador (pessoal ao serviço), no sentido de saber se se trata de investimento capital-intensivo (onde se admite que o valor da relação acima seja bastante elevado), ou trabalho-intensivo (circunstância em que o valor da relação referenciada é bastante mais baixo).

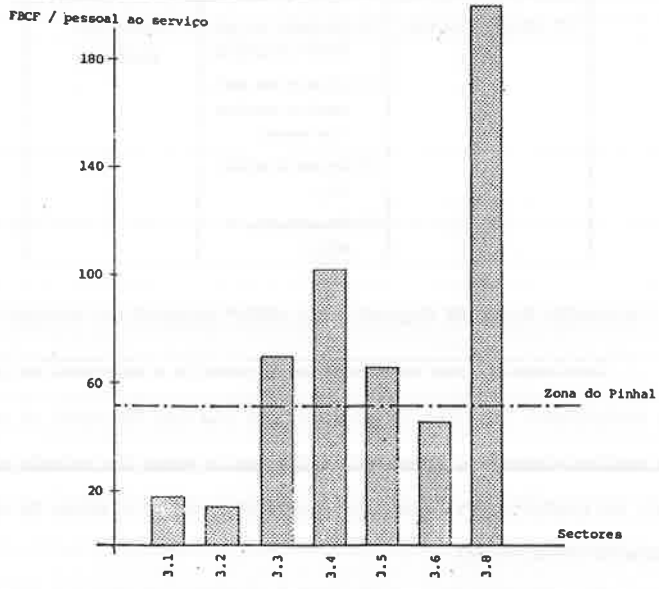
No conjunto da Zona do Pinhal verifica-se que o investimento por trabalhador anda na ordem dos 52,1 contos. Comparativamente na Região Centro tal indicador assume o valor de 83,7 contos (dados referentes ao ano de 1980), ou seja, o investimento por pessoal ao serviço na Zona do Pinhal constitui apenas 62,1% do valor do

mesmo "rátio" para a Região Centro. Talvez se possa concluir pelo carácter trabalho-intensivo das actividades industriais (indústrias transformadoras) desenvolvidas no conjunto da região em análise.

Em termos sectoriais o investimento por pessoal ao serviço baixa, bastante. Observe-se o quadro e gráfico seguinte:

Contos/activo

Sectores	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.8	Z.P.
FBCF/Pess.serv.	18,9	15,3	68,2	101,6	65,6	51,3	199,1	52,1



Constata-se a existência de situações, em termos sectoriais, profundamente dissemelhantes. Na verdade, enquanto no sector 3.8 (fab. de prod.met. e de maq., equip.e mat. de transporte) o investimento por activo anda na ordem dos 200 contos, no sector 3.2 (ind. têxteis, do vestuário e do couro) o investimento por activo apenas atinge 15,3 contos.

O comportamento de cada sector de actividade em cada concelho tem algumas características importantes:

i. sector 3.1 (ind. de alimentação bebidas e tabaco) - predominam as pequenas industrias, normalmente trabalho intensivo e onde portanto o indicador 'FBCF/pessoal ao serviço' assume valores baixos. De qualquer modo, há concelhos onde a situação parece não ser brilhante - é o caso de Arganil (o investimento atinge 1,2 contos por activo), Figueiró dos Vinhos (o investimento por activo anda na ordem dos 2,8 contos), Sertã (onde o investimento neste sector de actividade atinge somente 0,7 contos por activo) Penacova e Vila de Rei (onde se observa um investimento por activo igual a 4,3 contos);

ii. Sector 3.2 (ind. têxteis, vestuário e couro) - o comportamento do indicador 'FBCF/pessoal ao serviço' é aqui surpreendente. Na Verdade , num concelho como Castanheira de Pera, onde o sector em causa absorve 92,2% do 'pessoal ao serviço' das indústrias transformadoras deste concelho, o investimento por activo apenas atinge 5,4 contos.
Parece ser um valor exageradamente baixo a indicar a existência de situações de desinvestimento;

iii. sector 3.3 (ind. da madeira e da cortiça) - esta actividade surge um pouco por todo o lado. Em termos globais, nesta actividade, o indicar 'FBCF/pessoal ao serviço' atinge 68,2 contos. Também aqui parece haver problemas importantes em alguns concelhos, em particular nos concelhos de Góis (46,2 contos de investimento por activo), Ansião (40,3 contos de investimento por activo), Penela (1,2), Proença a Nova (21,3), Sertã (49,2), Vila de Rei (24,3) e Penacova (30,1).

iv. Sector 3.4 (ind.papel artes gráficas e ed. publicações) - referia-se anteriormente que este sector era constituido, na zona primurdialmente por pequenas tipografias (com excepção das fá - bricas de papel de Ponte de Sótão, em Góis e do Prado na Lousã). Assim sendo, há situações em que o investimento por activo é im portante (caso de Góis com 218,5 contos de investimento por activo e de Alvaiàzere, em que, existindo apenas um único estabelecimento, com 5 trabalhadores, se fizeram investimentos que, por activo, atingiu 356,4 contos) e situações em que o investimento por activo parece ser demasiado baixo e talvez nem se reponha o capital fixo entretanto depreciado no processo de produção - é o caso da Lousã (com 9,2 contos de investimento por activo) e Tábua (com 6,3 contos de investimento por activo).

v. Sector 3.5 (ind. quím.dos der. do petróleo e do carvão e dos prod. borracha e plástico) - em termos globais o investimento por activo neste sector de actividade atinge 65,6 contos. No en tanto, há situações que revelam uma clara situação de desinvestimento: Góis (20,5 contos de investimento por activo), Pampi - lhosa da Serra (37,5), Tábua (43,9), Pedrógão Grande (5,9), Lou sã (7,3), Vila Nova de Poiares (36,1) e Sertã (8).

vi. Sector 3.6 (ind. dos prod.min. n-metálicos com excepção dos de rivados do petróleo bruto e do carvão) - trata-se de um sector em que o investimento por activo é relativamente baixo (51,3) contos por activo). No entanto, há comportamentos concelhios profundamente diferenciados: - Pedrógão Grande e Sertã, em que o investimento por activo atingiu, respectivamente, 197,5 contos e 179,5 contos (valores 3,85 e 3,50 vezes superiores, res - pectivamente, ao observado no conjunto da Zona do Pinhal para este mesmo sector de actividade e indicador).

Tábua e Miranda do Corvo, no campo oposto, em que o investimento por activo atingiu apenas, respectivamente, 16,4 contos e 34,9 contos.

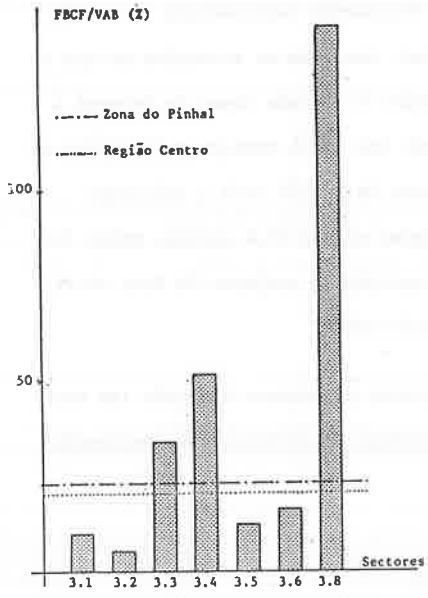
vii. sector 3.8 (fab.de prod. met. e de maq., equip.e mat. transporte) - trata-se de um sector fracamente representado na região (existe apenas em 4 concelhos). Observam-se situações em que o valor do investimento por activo é elevado (caso de Proença a Nova, com 1185 contos e Lousã, com 195,6 contos) e situações em que é relativamente baixo (caso de Ansião onde o indicador 'FBCF/pessoal ao serviço' apenas atinge 88,4 contos, valor 2,25 vezes mais baixo do que o observado no conjunto da Zona do Pinhal e para este sector de actividade.

Talvez se possa concluir que as empresas de pequena dimensão (em termos de pessoal ao serviço), corresponde um fraco esforço de investimento, parecendo mesmo haver situações de desinvestimento.

3.3.1.3.3 - Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)/
/Valor Acrescentado Bruto (VAB) (%)

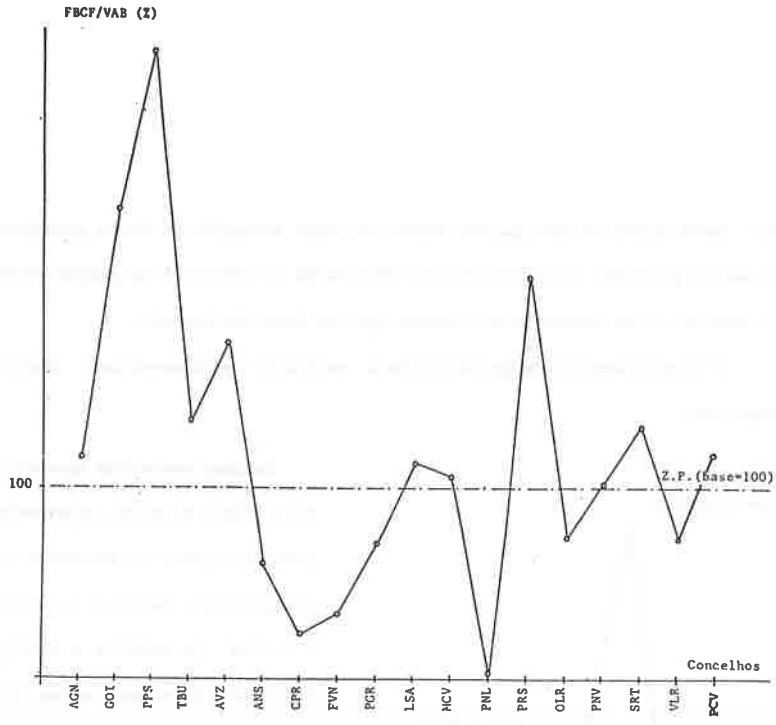
Pretende-se, com este indicador, observar qual o peso que o esforço de investimento tem no conjunto do valor acrescentado nas unidades industriais. O comportamento sectorial deste indicador pode ser observado no quadro e gráfico seguintes:

Sectores	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.8	Z.P	R.C.
FBCF/VAB(%)	10,5	5,7	33,0	51,6	12,5	18,8	143,6	20,1	23,1



Desde logo se constata que os valores observados para o indicador FBCF/VAB na Zona do Pinhal e da Região Centro não são profundamente diferentes (separa-os 3 pontos percentuais em desfavor da Zona do Pinhal). No entanto, aparecem em situação particularmente desfavorável os sectores 3.1 (ind. alimentares, bebidas e tabaco), 3.2 (ind. têxteis, do vestuário e do couro), 3.5 (ind. quím. dos derivados do petróleo e do carvão e dos prod. borracha e plástico) e 3.6 (ind. dos prod.min.n-metálicos com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão), em que o investimento atinge montantes demasiado baixos face ao Valor acrescentado Bruto (o caso do sector têxtil parece ser o mais grave, pois o investimento apenas atinge 5,7% do VAB - o que parece confirmar o eventual processo de desinvestimento observado neste sector).

Em termos concelhios (totalidade da indústria transformadora) o indicador FBCF/VAB (%) tem um comportamento bastante diferenciado. Observe-se o gráfico seguinte:



Desde logo se pode constatar a situação altamente diferenciada dos concelhos de Penela (onde o investimento apenas constitui 0,4% do VAB), Castanheira de Pera (onde o investimento apenas constitui 5,1% do VAB), Figueiró dos Vinhos (em que o indicador referido assume o valor de 7,1%), Pedrógão Grande (14,5), Oleiros (15,2) e Vila de Rei (15,2%).

No campo oposto verifica-se um esforço de investimento importante nos concelhos de Góis (o investimento constitui 50,3% do VAB), Alvaiàzere (36,3%) e Vila Nova de Poiares (44,4%). A situação verificada na Pampilhosa da Serra terá que ser relativizada, pois os dados reportam-se a um único ano e o esforço de investimento realizado foi pontual em termos sectoriais (nas indústrias de madeira e cortiça).

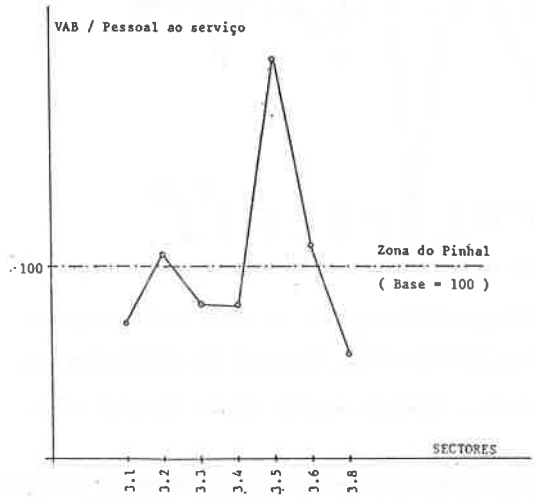
3.3.1.3.4 VAB / Pessoal ao serviço

Pretende-se observar a produtividade em termos sectoriais e concelhios para o conjunto das indústrias transformadoras.

Em termos globais a produtividade média (do trabalhador) atingia 250,8

tos (em 1980). Deve dizer-se que parece estar-se numa situação de fraca produtivida - de, pois, no mesmo período, a produtividade observada no conjunto da Região Centro atingia 361,7 contos (1,44 vezes mais elevada que na Zona do Pinhal).

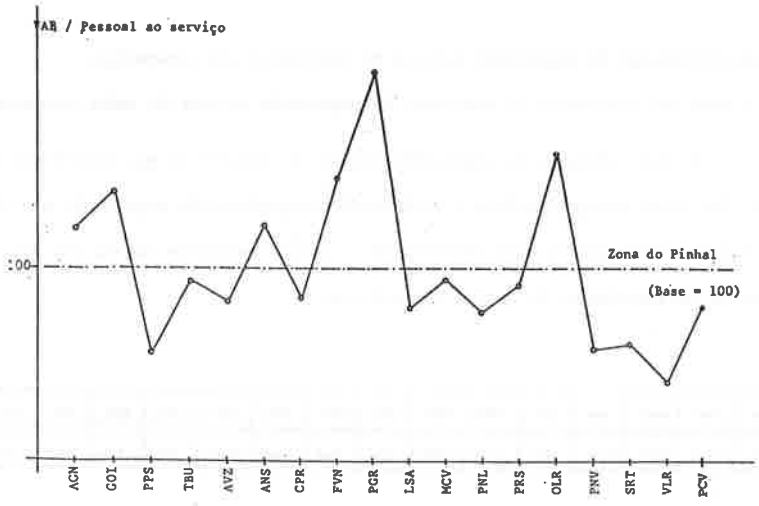
O comportamento da produtividade sectorial é diferenciado. Observe-se o gráfico seguinte:



Surgem assim com produtivida - des abaixo da média observada na Zona do Pinhal os sectores 3.1 (ind. alimentares, bebidas e tabaco), 3.3 (ind. de madeira e cortiça), 3.4 (ind. do papel, artes gráficas e ed.publicações), e 3.8 (fab. de produtos met. e de máq.equip. e mat. transporte). No entanto, existem situações particulares que contrariam esta afirmação: é o caso de "*ind. do papel, artes gráficas e ed. publicações*" no concelho de Góis, onde a produtividade é 1,38 vezes mais elevada do que a observada no conjunto da zona em estudo.

Acima da média destaca-se o sector 3.5 (ind. quím. dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos borracha e plástico), com uma produtividade que é 2,08 vezes mais elevada do que a observada no conjunto da Zona do Pinhal.

O comportamento concelhio da produtividade (totalidade das indústrias transformadoras) também é profundamente diferenciado. Observe-se o gráfico:



Apenas 6 concelhos - Arganil, Góis, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Oleiros - a produtividade é superior à média do conjunto da Zona do Pinhal. Em concelhos como Pampilhosa da Serra, Proença a Nova, Sertã e Vila de Rei a produtividade assume valores bastante baixos, a exigirem, portanto, a existência e implantação de uma política industrial regional diferenciada que lhes permita sair do relativo marasmo económico de alguns deles, de modo a que conheçam um processo de crescimento económico auto-sustentado.

3.3.2 - Actividades comerciais e de serviços (terciário)

Trata-se de um sector importante no processo de distribuição de bens e serviços produzidos. É, então, um sector importante no processo de desenvolvimento económico, entendido este como a acessibilidade física e material das pessoas, independentemente da sua localização, aos bens e serviços produzidos. Deve o seu exercício fundamentar-se numa rede de centros populacionais que permita melhorar tal processo de distribuição. Já anteriormente se referiu que na rede de centros populacionais existentes na Zona do Pinhal predominam os centros de pequena dimensão. Por outro lado, também anteriormente se observava, um relativamente menor desenvolvimento deste sector de actividade no conjunto da economia da Zona do Pinhal e dos concelhos que a constituem.

3.3.2.1 - Distribuição da população activa do terciário por concelhos e peso do terciário no conjunto da população activa de cada concelho

A distribuição da população activa do terciário por concelhos é desigualitária, tal como desigualitária é a dimensão concelhia da população e a distribuição concelhia da população activa observe-se o quadro seguinte (distribuição percentual/concelhia da população do sector terciário):

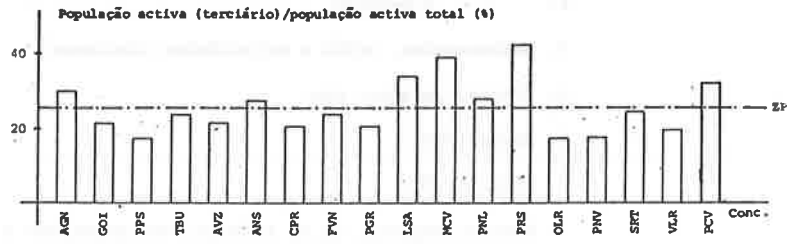
AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV	TOTAL
7,5	2,8	2,4	5,9	5,6	8,1	2,2	4,5	2,8	8,4	9,4	4,0	5,1	3,5	4,8	10,7	2,1	10,2	100

Constata-se que o concelho da Sertã detém o maior número de afectivos da população activa do sector terciário (12%). No campo oposto surge o concelho de Vila de Rei onde se encontram apenas 2,4%. Trata-se de algo perfeitamente natural, porquanto o concelho da Sertã é o mais populoso, enquanto o concelho de Vila de Rei é o menos populoso. Ou seja, os concelhos mais populosos são também aqueles onde existe um maior número de efectivos da população activa no sector terciário; os concelhos menos populosos têm também um pequeno número de efectivos da população activa no sector terciário. Existe, portanto, uma forte associação entre a população total concelhia e o peso que cada concelho tem em termos de população activa do sector terciário do conjunto da Zona do Pinhal (o coeficiente de correlação, variando, em valor absoluto, entre zero e um, atinge, entre estas duas distribuições de frequência, 0,891).

A importância da população activa concelhia do sector terciário no conjunto da população activa de cada concelho é diferenciada. Considere-se o quadro seguinte:

População activa (terciário)/população activa total (%)

AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV	TOTAL
30,0	21,7	17,5	23,7	21,8	27,5	20,9	24,1	21,5	34,1	39,2	28,3	42,7	17,6	17,9	24,7	19,8	31,4	26,2



Observa-se que no conjunto da Zona do Pinhal (ZP) um pouco mais de um quarto da população activa concentra-se no sector terciário. Apenas em 7 concelhos, a importância da população activa do sector terciário no conjunto da população activa era suPerior: Arganil (30,0%), Ansião (27,5%), Lousã (34,1%), Miranda do Corvo (39,2%), Vila Nova de Poiares (42,7%) e Penacova (31,4%). Note-se que os cinco últimos concelhos referenciados estão na área de influência directa de Coimbra, como tal e tratando-se da população residente activa, isso pode significar que as pessoas, embora residindo nos concelhos referidos, trabalham em Coimbra.

Constata-se, mais uma vez, uma certa situação de subdesenvolvimento da Zona do Pinhal, porquanto o sector no qual se baseia o processo de distribuição de bens e serviços está mal representado na zona, a indiciar a existência de estrangulamentos nesse mesmo processo de distribuição.

3.3.2.2 - Repartição da população activa do terciário por sub-sectores

Os diferentes sub-sectores de actividade têm diferentes pesos no conjunto da população activa do sector terciário - observe-se o quadro seguinte:

Sub-sector.	1	2	3	4	5	6	7	8	Total
Pop.activa	967	3343	522	101	1625	605	495	7662	15320
%	6,3	21,6	3,7	0,7	10,4	3,8	3,1	50,4	100

FONTE: INE; Recenseamento Geral da População, 1981, Lisboa

Sub-sectores 1. Comércio por grosso

2. " a retalho

3. Restaurantes, cafés e actividades similares

4. Hóteis, pensões, etc.

5. Transportes

6. Comunicações

7. Bancos, seguros, op.s/ imóveis, ser.prestados a empresas

8. Serviços (de saúde, educação, etc.)

Desde logo se observa que os serviços (de saúde, educação, etc.) absorvem a maior parte (50,4%) da população activa do sector terciário. Será natural que assim suceda, porquanto é através destes serviços que são satisfeitas algumas das necessidades mínimas da vida das populações: o acesso à saúde, à educação/ensino, etc.

Em termos de importância segue-se-lhe o sub-sector de comércio a retalho (21,6%). Constituído por um grande conjunto de mercearias, etc. é nele que se baseia o processo de distribuição de um conjunto de bens alimentares (e outros), em particular os não produzidos localmente.

No campo oposto, em termos de representatividade, situa-se o sub-sector 4. (hóteis, pensões, etc.). Significa isto que talvez não exista disponível uma certa capacidade de alojamento com finalidades turísticas. Poder-se-à tratar de um sub-sector capaz de absorver alguma mão-de-obra, na medida em que se reconhece na Zona do Pinhal a existência de um bom 'produto' turístico para oferecer (em termos de paisagem natural). Não será, portanto, de supreender que no futuro e se o turismo a zona conhecer um processo de desenvolvimento, haja um certo crescimento da população activa deste sub-sector.

O que se afirmava sobre o peso dos diferentes sub-sectores do terciário no conjunto da Zona do Pinhal pode extrapolar-se para o que se passa em cada concelho e sem grande margem de erro. Qualitativamente em todos eles o sub-sector dos serviços (saúde, educação, etc.) é o mais importante, seguido pelo comércio a reta-

lho e em alguns concelhos pelos transportes. No campo oposto, observa-se que o sub--sector 4. (hóteis, pensões, etc.) tem uma importância reduzida (inferior a 1%, com excepção do concelho de Arganil, onde o peso é exactamente 1% e de Tábua, onde o peso deste sub-sector é de 1,9%) no conjunto da população activa do terciário residente no concelho. A situação específica, em termos relativos (e absolutos) pode ser vista no quadro seguinte:

EMPREGO NO SECTOR TERCIÁRIO (1981)

AGRUP.	CONCELHOS	1	2	3	4	5	6	7	8	TOTAL
ARGANIL	ARGANIL	67 5,7	277 23,5	32 2,5	13 1,0	123 9,5	99 7,7	40 3,1	638 45,5	1289 100
	GÓIS	77 16,1	106 22,3	9 1,9	3 0,4	26 5,5	23 4,8	5 1,1	229 48,0	477 100
	P. DA SERRA	15 3,6	114 27,5	14 3,4	1 0,3	56 13,5	29 7,0	13 3,1	172 41,6	414 100
	TÁBUA	55 5,5	252 25,3	36 3,6	19 1,9	61 6,1	20 2,8	60 6,0	407 40,8	998 100
P. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	94 9,9	197 20,7	30 3,2	3 0,3	86 9,1	32 3,4	18 1,9	489 51,5	949 100
	ANSIÃO	134 9,7	346 25,0	52 3,7	7 0,5	120 8,6	44 3,2	51 3,7	632 45,6	1386 100
	CAST. DE PEIRA	8 2,1	87 22,8	6 1,6	1 0,2	29 7,6	10 2,6	21 5,5	220 57,6	382 100
	FIGUEIRÓ DOS V.	78 10,3	142 18,7	38 5,0	3 0,4	40 5,3	31 4,1	49 6,4	378 49,8	759 100
	PEDRÓGÃO GRANDE	32 6,6	84 17,6	19 4,0	1 0,2	92 19,2	17 3,6	22 4,6	207 43,8	473 100
LOUSÃ	LOUSÃ	81 5,1	294 20,6	53 3,7	8 0,6	119 8,3	52 3,6	74 5,2	747 52,5	1425 100
	PENACOVA (P. DO CEV)	69 4,1	338 21,0	47 2,9	14 0,9	191 11,9	57 3,5	29 1,8	863 53,7	1608 100
	PENELA	38 5,6	146 21,4	7 1,0	4 0,6	91 13,4	26 3,8	13 1,9	356 52,3	681 100
	V.N. DE POIARES	93 10,4	158 18,1	57 6,6	8 1,0	91 10,6	21 2,4	13 1,5	424 49,2	862 100
SERTÃ	CALEIROS	18 3,0	170 28,4	14 2,3	4 0,7	79 13,2	35 5,9	11 1,8	268 44,7	599 100
	PROENÇA A NOVA	22 2,7	210 25,8	26 3,2	4 0,5	107 13,1	34 4,1	31 3,8	385 47,3	819 100
	SERTÃ	66 3,6	349 19,1	71 3,9	9 0,5	247 13,5	57 3,1	41 2,2	991 54,4	1831 100
	VILA DE REI	23 6,3	73 20,0	11 3,0		68 18,6	10 2,8	4 1,1	176 48,2	365 100
COIMBRA	PENACOVA	144 6,6	333 19,1	103 5,9	25 1,4	156 9,0	47 2,7	26 1,5	937 53,8	1741 100
TOTAL		1081 6,3	3676 21,6	625 3,7	126 0,7	1781 10,4	652 3,8	521 3,1	8599 50,4	17061 100

FONTE: INE, XII Recenseamento Geral da População, 1981, Lisboa

Em termos conclusivos poder-se-à afirmar que o terciário está relativamente mal representado na região, a denotar o carácter de subdesenvolvimento estrutural da Zona do Pinhal. Pelo menos parecem observar-se alguns estrangulamentos no processo de distribuição de bens e serviços (o fraco peso do sub-sector comércio por grosso).

Observa-se, no entanto, a possibilidade de crescimento, em termos de absorção da população activa do sector terciário, de alguns sub-sectores, em particular o sub-sector 4. (hóteis, pensões, etc.) se houver um incentivo ao turismo, e consequentemente a necessidade de se oferecer alojamento ao turista.

De qualquer modo, observe-se que de pouco valerá o processo de criação de alojamentos turísticos se não existir uma boa rede de vias de comunicação, que permita reduzir/minimizar os custos de deslocação. Aliás, o crescimento económico dos sectores directamente produtivos (agricultura, indústria, etc.) arrastará o crescimento de sub-sectores do terciário de apoio a ta pr cesso de crescimento - é o caso do sub-sector 7. (bancos, seguros, op,s/ imóveis, ser.prestados a empresas), gebericamente a actividade bancária e outras de apoio ao sector produtivo, hoje fracamente representados na zona (apenas 3,1% no conjunto do ector terciário).

Parece poder deduzir-se que haverá um processo de crescimento económico, urgente no contexto da Zona do Pinhal no sentido de evitar o êxodo populacional e a consequente desertificação da zona, èla também se há-de basear na evolução do sector terciário.

3.4 - Actividades turísticas e de artesanato

3.4.1 - Actividade turística

3.4.1.1 - Introdução

O desenvolvimento da actividade turística (no sentido de ela abranger um maior número de pessoas) tem por causa última o próprio crescimento económico das sociedades. Na verdade, poder-se-à afirmar, sem grande margem de erro, que o aumento do investimento em capital fixo, possibilitando incrementos elevados da produtividade, vai permitir (1) diminuir o tempo necessário ao exercício de uma determinada actividade (diminuição do horário de trabalho), aumentando o tempo de lazer e (2) aumentar o nível de rendimento disponível dos indivíduos.

Por outro lado, melhorias no campo social, como sejam a institucionalização do mês de férias para o trabalhador e o correspondente subsídio de férias, conjugam-se aos elementos referidos anteriormente para o desenvolvimento da actividade turística.

Como elemento afectador, em sentido positivo, do desenvolvimento turístico, surge ainda a evolução rápida observada nos meios e sistemas/redes de transportes, que se traduz numa cada vez maior mobilidade das pessoas e bens.

Todos estes elementos contribuem para que exista uma cada vez maior procura de um "produto" específico: o "produto" turístico

No processo de desenvolvimento das actividades turísticas ter-se-à que atender à "outra face da moeda": a oferta de "produto turístico". Este "produto turístico" tem diferentes componentes. Desde logo se poderiam agrupar em dois grandes tipos:

(a) condições naturais

(b) " criadas pela actuação humana)

Relativamente ao primeiro aspecto (a) dever-se-à referir que a existência de paisagens naturais com determinadas características poderão atrair, por si só, fluxos de turistas que "consumam" essas mesmas paisagens. Nas características referidas poderão incluir-se a diversidade, a não-poluição, etc.

Relativamente ao segundo aspecto (b) dever-se-à referir a intervenção humana (1) no sentido de alterar as próprias paisagens naturais - arborizações com espécies florestais não-autóctones, construção de lagos artificiais, etc. - e (2) no sentido de criar condições de fixação temporária dos turistas - criação de capacidade de alojamento (hóteis, parques de campismo, etc.), de serviços (bancários, etc.) necessários à vida actual, de equipamentos culturais e desportivos, etc.

Eventualmente se poderá considerar que as fronteiras entre o "natural" e o "criado", neste contexto, não são nítidas e no limite, em muitas circunstâncias, não existirão, porquanto na maioria das paisagens naturais já se deu alguma forma de intervenção humana.

3.4.2.1 - Análise da situação existente na Zona do Pinhal
e perspectivas de evolução

3.4.1.2.1 - Tal como se referia anteriormente a problemática da oferta do "produto turístico" poderá ser vista numa dupla perspectiva:

- condições naturais: neste campo poder-se-à afirmar, sem grande margem de erro, que existem excelentes condições. Na verdade, a natureza encarregou-se de dotar a zona de paisagens diversificadas - do granito, ao xisto e ao calcário; do planalto, às escarpas dos montes e aos vales encravados dos rios; etc. - e extraordinàriamente bonitas;
- condições criadas: neste âmbito poder-se-ão referir os seguintes aspectos:
  (i) organização da paisagem - resultante da intervenção do homem na natureza ela revela-se, por exemplo, na existência de alfufeiras de barragens - que existem na Zona do Pinhal com relativa abundância - óptimos locais para a prática de desportos náuticos; nos processos de florestação e de orga

nização da paisagem agrícola, etc.;

(ii) vias de comunicação - merece particular destaque, porquanto nas vias de comunicação se fundamente a mobilidade das pessoas. No caso particular da Zona do Pinhal apenas se poderá fazer referência à rede rodoviária (a rede ferroviária apenas existe em dois concelhos - Lousã e Miranda do Corvo - e com características de rede suburbana, ligações casa/emprego). Ora a rede rodoviária - e a sua análise foi feita noutro ponto de estudo - parece ter características desadequadas, com as estradas a terem um traçado desajustado em relação às necessidades actuais, com mau piso, demasiado estreitas, onde, consequentemente, a velocidade de circulação é baixa e as condições de segurança da circulação são manifestamente más.

Por outro lado, parece não haver o desenvolvimento de um conjunto de serviços - telecomunicações, serviços bancários, de saúde, etc. - que tornem mais agradável e estável a permanência de um turista, em particular se ele é estrangeiro;

(iii) capacidade de alojamento - as disponibilidades existentes na Zona do Pinhal podem ser sintetizadas no quadro seguinte

-1976-

AGRUPAMENTOS	CAPACIDADE DE ALOJAMENTO							Nº DE HÓSPEDES		TOTAL DE DORMIDAS	TAXA (1) DE OCUPAÇÃO
	TOTAL	H5	H3 + H4	H1 + H2 P3 + P4	P1 + P2	ESTALAGEM	POUSADA	NACIONAIS	ESTRANGEIROS		
Arganil	81			31	50			4 384	4	4 286	14,5
P. Vinhos	91			26	65			2 722		8 291	24,9
Lousã	84				84			1 468	42	5 254	17,1
Góis	50				50			964		3 077	11,4
Coimbra (Penacova)	83			55	28			969	3	3 645	12
Total Z.P.	389			104	285			10 507	49	23 553	16,6
Região Centro	13 100	146	2 618	5 005	3 949	414	156	429 644	50 373	1 537 107	32,0
Continente	77 780	6 218	22 870	26 763	18 523	2 740	608	2 493 518	685 379	15 009 380	52,9

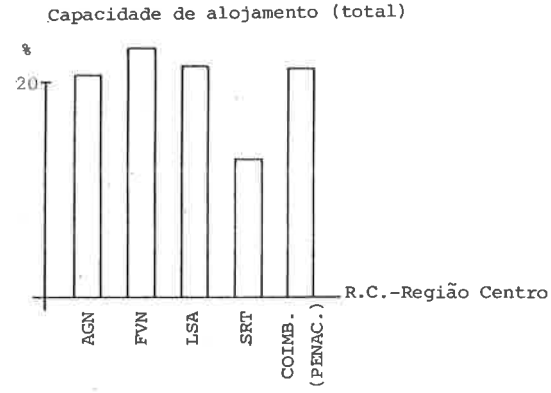
FONTE: CCRC, "A Região Centro. Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento", Coimbra 1981
CCRC, "A Região Centro em mapas e números", Lisboa 1981

(1) Taxa de ocupação = $\frac{\text{total de dormidas}}{\text{total capacidade}} \times 100$

No contexto da Região Centro, a Zona do Pinhal detinha apenas 3% do total da capacidade de alojamento (389 quartos em 13180). Por outro lado, a qualidade dos mesmos não será melhor, porquanto dos 389 quartos, 104 (26,7%) pertenciam a hóteis de 1 ou 2 estrelas e a pensões de 3 ou 4 estrelas e a grande maioria (73,3%) pertenciam a pensões de 1 ou 2 estrelas. Constata-se, assim, que a capacidade de alojamento tradicional (hóteis, pensões, pousadas, estalagens, móteis e móteis apartamentos), no conjunto da Zona do Pinhal e face à própria Região Centro, é diminuta.

Sucede, por outro lado, que a oferta de capacidade de alojamento se encontrava (em 1976) desigualmente distribuída pelos diferentes agrupamentos de concelhos. observe-se o quadro e o gráfico seguintes:

Agrupamento de concelhos	Capacidade de alojam.(total)%
Arganil	20,8
F.Vinhos	23,4
Lousã	21,6
Sertã	12,9
Coimbra (Penacova)	21,3
TOTAL	100



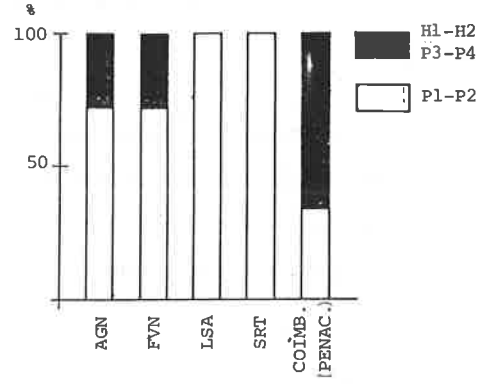
O agrupamento de concelhos com melhor (em termos quantitativos) capacidade de oferta era o de Figueiró dos Vinhos (23,4% da capacidade total de alojamento da Zona do Pinhal encontrava-se neste agrupamento de concelhos), enquanto o agrupamento de concelhos pior equipado era o da Sertã, com apenas 12,9% da capacidade total de alojamento da Zona do Pinhal (a diferença entre os agrupamentos de concelhos pior equipado e melhor equipado, em termos quantitativos, cifra-se em 10,5 pontos percentuais).

Presumivelmente hoje a situação poderá estar um pouco alterada, porquanto se tem observado o desenvolvimento de aproveitamentos turísticos, em particular no

agrupamento de concelhos da Sertã.

Relativamente à qualidade da oferta de alojamento, fácil se torna concluir que essa mesma oferta caía na classificação mais baixa, ou seja, nas pensões de 1 ou 2 estrelas. Na verdade, se para o conjunto da Zona do Pinhal, tal como se referia anteriormente, 73,3% dos quartos caiam neste tipo de alojamento, agrupamentos de concelhos havia em que a totalidade de alojamentos, caía nesta classificação (pensões de 1 ou 2 estrelas) - caso dos agrupamentos de concelhos da Lousã e Sertã. observe-se o quadro e gráfico seguintes:

Capacidade alojam. por tipos		H1 - H2 P3 - P4	P1 + P2	Total
Arganil		23	58	81
	%	28,4	71,6	100
F.Vinhos		26	65	91
	%	28,6	71,4	100
Lousã			84	84
	%		100	100
Sertã			50	50
	%		100	100
Coimbra(Penacova)		55	28	83
	%	66,3	33,7	100
Z.P.		104	285	389
	%	26,7	73,3	100

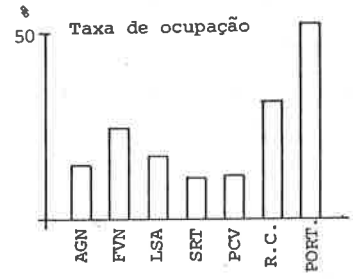


Esta oferta de capacidade de alojamento - que para além de pequena é de qualidade duvidosa - parece trazer como consequência a atracção de um pequeno número de turistas. Na verdade, os turistas ("hóspedes") que visitaram a região (Zona do Pinhal) constituiram apenas 2,2% do total de turistas (nacionais e estrangeiros) que visitaram a Região Centro.

Seria bastante redutor considerar apenas a reduzida capacidade de alojamento turístico tradicional e a sua má qualidade, as razões únicas para a reduzida procura turística. Na verdade, hão-de também constituir causas as vias de comunicação existentes, inadequadas e consequentemente originando más acessibilidades; a eficácia duvidosa da prestação de serviços bancários, de seguros, correios e telecomunicações, etc.; a não publicitação do "produto turístico"; etc.

Tudo isto se traduz em taxas de utilização da capacidade de alojamen-

to instalada baixas - tal como se pode observar no quadro inicial e no gráfico seguinte:



Na verdade, embora os dados se reportem a 1976, período no qual se manifestaram causas próprias que afectaram negativamente o movimento turístico, em termos de turistas nacionais e estrangeiros, a diferença entre os valores das taxas de ocupação observadas na Região Centro e no País foi acentuada - observe-se o quadro seguinte:

Taxas de ocupação (diferença em pontos percentuais)

Agrupamento	R.C.	País
Arganil	-17,5	-38,4
F.Vinhos	-7,1	-28,0
Lousã	-14,9	-35,8
Sertã	-20,6	-41,5
Coimbra (Penacova)	-20,0	-40,9
Z.Pinhal	-15,4	-36,3

A diferença, em pontos percentuais, entre as taxas de ocupação dos agrupamentos de concelhos referidos e do País é enorme (o valor menos mau, observado, em termos de diferença, foi de 28 pontos percentuais para o agrupamento de concelhos

de Figueiró dos Vinhos; enquanto no caso do agrupamento da Sertã a diferenciabilidade é a mais acentuada: - 41,5 pontos percentuais).

Deve referir-se, ainda, o facto de análise ao nível do agrupamento de concelhos esconder situações em que não existe nenhuma capacidade de alojamento tradicional (em termos de hóteis, pensões, estalagens, pousadas, móteis e móteis apartamentos).

3.4.1.2.2 - A resposta ao conjunto de problemas que têm vindo a ser apontados tem passado e continuará a passar, por actuações ao nível de:

- construção de novos alojamentos (aldeamento turístico do Pinhal, na Sertã, da Sª da Confiança em Pedrógão Grande-Sertã - residencial de Tábua, etc.) e melhoria/beneficiação dos existentes;
- melhoria da rede viária, o que exigirá rectificação e melhoria da rede existente e construção de novas vias;
- manutenção das qualidades paisagísticas actualmente existentes e melhoria das que, entretanto, sofreram alterações negativas;
- manutenção da qualidade e variedade gastronómica existente (o "folar" em Maçãs de D. Maria em Alvaiàzere, o "bolo de noiva" em Ansião, a "tigelada" em Arganil, o "rancho à figueiró" e o "pão do ló" em figueiró dos Vinhos, as "arrufadas" de Góis, a "chanfana à Senhor da Serra" em Miranda do Corvo, o "cabrito assado" e o "bolo de panela" da Pampilhosa da Serra, o "bucho" de Pedrógão Grande, a "chanfana" e o "queijo do Rabaçal" em Penela, os "maranhos" e o "bucho" da Sertã, etc.);
- construção de parques de campismo. De qualquer modo, existem hoje na Zona do Pinhal os parques de campismo de:

Localização	Lotação(campista)	Proprietário
Arganil	400	C.Municipal
Coja	200	FPCC(1)
P.Grande	180	C.Municipal
Penacova	?	Privado

(1) Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo

FONTE: Roteiro Campista (1985)

cuja procura, nos meses de férias, é intensa, quer por parte de turistas nacionais, quer de turistas estrangeiros, o que se justifica pelos baixos custos desta forma de alojamento, pelo contacto imediato com condições naturais, etc.

3.4.2 - Artesanato

As actividades de artesanato surgem representadas por toda a zona e abrangem um amplo leque de artefactos. Constituem, presumivelmente, os últimos vestígios de uma produção não-mercantil, cujos produtos serviam para troca directa com os produtos agrícolas.

Talvez devido a dificuldades de difusão dos produtos mercantis, as produções artesanais foram subsistindo até hoje, assumindo agora aspectos qualitativos importantes, tornando elevado o seu valor de troca. Aliás, poderão (as actividades artesanais) constituir os últimos elementos comprovativos da não homogeneidade de mercados, da existência de mercados fragmentários, ainda não há muitas décadas.

As actividades de artesanato constituem manifestações de formas culturais e de estruturas económicas (de produção e troca) de antanho, o que, junto com os aspectos qualitativos referidos acima, não só permitem que os produtos artesanais tenham o elevado valor de troca referenciado, mas também que devem ser preservados, porquanto constituem a memória colectiva das populações.

No quadro identificam-se as actividades artesanais (e os seus produtos) desenvolvidas nos agrupamentos de concelhos de Arganil, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Sertã e no concelho de Penacova do agrupamento de concelhos de Coimbra:

AGRUP.	PRODUÇÕES ARTESANAIS
ARGANIL	Carpintaria/marcenaria, ferraria, tanoaria, rendas, linho, olaria, cestaria, instrumentos musicais, fabrico de colheres de pau, objectos de cera, calçado, moagem, etc.
F. VINHOS	Tecelagem de linho, olaria, mantas de retalho, cestaria, barretes, cestaria de vime, trabalhos em cortiça, etc.
LOUSÃ	Olaria, talha e escultura em madeira, bordados, cabouqueiros (mós de moinhos), rendas, linho, tecelagem, estatuária, cestaria, olaria de barro preto, artefactos de madeira, palitos, etc.
SERTÃ	Tecelagem, cestaria, bordados, carpintaria, artigos de folha de flandres, etc.
COIMBRA (PENACOVA)	Fabrico artesanal de palitos, olaria, cestaria, etc.

Desde logo, se pode constatar a enorme diversidade de produções artesanais desenvolvidas. Por outro lado, surge também nítido que se trata de produções necessárias - imediatamente necessárias- - à satisfação de necessidades básicas, quando não se tinha observado o desenvolvimento de infraestruturas em abastecimento de água, etc. (a olaria para transporte e conservação de água necessária ao consumo doméstico, a moagem aproveitando as quedas de água, para fazer farinha e consequentemente o pão, a cestaria necessária ao transporte dos produtos agrícolas dos locais de cultivo para os locais de residência etc.).

Está-se perante um conjunto de actividades que é necessário acautelar e evitar o seu desaparecimento, porquanto não só constituem elementos de cultura e memória colectivas, mas também constituem o melhor exemplo do aproveitamento dos recursos naturais.

4 - Condições de vida

4.1 - Habitação

4.1.1 - Caracterização

A caracterização da habitação julga-se ser extraordinàriamente relevante porquanto, ainda que ela fique sempre imcompleta, por falta do estudo de um ou outro pormenor, pode evidenciar como as populações vivem.

Assim o quadro 4.1 - evidencia a longevidade das construções, e nos tipos de referência seguintes:

Elementos resistentes: betão armado
alvenaria
madeira
outros materiais

Paredes exteriores: alvenaria de tijolo corrente
" " blocos
madeira
outros materiais

Cobertura: terraço
telha (inclinada)
outros materiais (inclinada)
mista

Pelos totais obtidos nos períodos considerados tem-se, para o total de construções, os seguintes valores:

até	65 097
de 1971 a 1975	7 015
de 1976 a 1979	8 625
de 1980 a 1981	2 884
TOTAL	83 621

Donde a "idade" das habitações ser, em relação a 1981 e em percentagem, a seguinte:

com 1 ano ..... 3,4 %

entre 2 e 6 anos ..... 10,3 "

" 7 e 10 anos ..... 8,4 "

com mais de dez anos ..... 77,9 "

Por falta de referenciais à idade das construções anteriores a 1970, poder-se-ão comparar só os valores de:

		média anual	diferenças em %
1971 a 1975	7 015	1 403	-
1976 a 1979	8 625	2 156,25	+53,7
1980 a 1981	2 884	1 442	-33,1

o que evidencia um aumento do ritmo de construção considerável entre 1971 e 1979.

Se se observar por outro lado a evolução ao longo dos períodos considerados de cada um dos tipos de "elementos resistentes" tem-se:

Betão armado

	totais	%	média anual	diferencas %
antes de 1970	2 173	35,5		-
de 1971 a 1975	1	19,5	239,2	-
de 1976 a 1979	1 983	32,4	495.75	+107,3
de 1980 a 1981	771	12,6		-22,2
TOTAIS	6 123	100		

QUADRO 4.1 / EDIFÍCIOS, SEGUNDO A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO E MATERIAIS UTILIZADOS

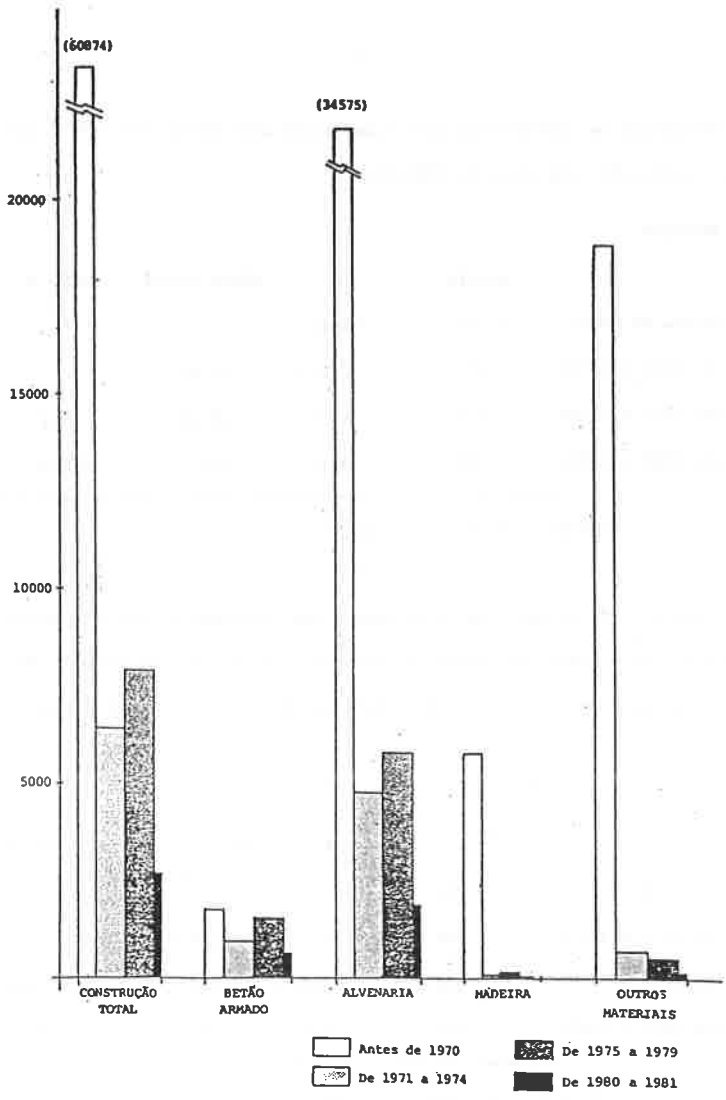
TOTAL	COIMBRA	SERTÃ				LOUSÃ				F. DOS VINHOS					ARGANIL				AGRUPAMENTO		
	PENACOVA	VILA DE REI	SERTÃ	PROENÇA A NOVA	OLEIROS	V.N. DE POIARES	PENELA	MIRANDA DO CORVO	LOUSÃ	PEDRÓGÃO GRANDE	F. DOS VINHOS	CAST. DE PEIRA	ANSIÃO	ALVAIÁZERE	TÁBUA	P. DA SERRA	GÓIS	ARGANIL	CONCELHO		
2 173	448	7	189	33	220	33	37	07	193	77	57	15	174	163	304	25	42	69	1	Elementos resistentes	ANTERIOR A 1970
38 024	3 449	1 254	4 526	3 019	1 299	1 125	2 397	2 869	1 230	1 306	1 204	947	2 934	1 014	2 565	2 231	706	3 949	2		
5 761	26	247	1 155	190	478	1	67	268	7	494	269	167	294	38	981	272	1	806	3		
19 139	300	627	837	312	1 070	712	527	531	2 517	146	1 279	602	1 712	2 420	969	627	2 778	1 165	4		
10 781	889	169	1 137	312	425	292	296	600	749	360	505	331	946	629	849	281	397	1 614	5	Paredes exteriores	
7 883	1 756	179	628	682	296	553	635	489	105	129	120	34	1 216	114	382	227	95	235	6		
425	12	8	73	18	79	2	86	3	5	10	10	6	13	7	58	7		28	7		
45 958	1 566	1 779	4 869	2 542	2 275	1 024	2 011	2 603	3 008	1 524	2 096	1 360	2 939	2 885	3 530	2 640	3 035	4 112	8		
147	8	10	9	16	9	3	2	6	6	6	7	3	9	7	16	3	10	17	9	Cobertura	
63 556	4 188	2 116	6 623	3 511	2 998	1 864	2 970	3 716	3 910	1 993	2 793	1 717	5 001	3 611	4 783	3 048	3 101	5 533	10		
811	4	2	7	12	6		1	2	11	8	1		2	3	8	92	344	328	11		
587	23	7	68	15	62	4	59	51	20	16	8	11	22	14	12	12	72	111	12		
1 196	292	2	128	32	58	21	54	51	103	67	35	12	115	62	72	17	21	54	1	Elementos resistentes	DE 1971 A 1974
5 058	296	102	495	341	302	246	226	257	294	186	229	133	351	207	326	405	188	474	2		
137	51		18	1	7		1	3		19	2	5	2		7	13		8	3		
624	8	20	14	9	55	27	27	25	90	12	52	51	34	33	48	18	91	10	4	Paredes exteriores	
4 241	365	63	427	175	197	161	164	244	347	146	175	125	365	236	247	214	179	411	5		
1 173	201	20	59	100	119	99	65	34	39	67	68	12	82	30	60	72	18	28	6		
61	51		2	2	1		3							1	1				7		
1 540	30	41	167	106	105	34	76	50	101	71	75	64	55	35	145	167	103	107	8		
41	2		5	3	3	1	4	1		2	1	1	2	2	5	2	2	4	9	Cobertura	
5 808	617	123	629	374	390	289	290	328	485	274	317	196	494	299	445	449	288	519	10		
32	21		3	1	1		1			1			1	1				2	11		
137	7	1	18	5	28	4	13	7	3	7		4	5		3	2	10	21	12		
1 953	435	14	192	44	72	29	98	111	159	126	27	17	257	135	122	21	53	71	1	Elementos resistentes	DE 1975 A 1979
6 025	313	124	491	410	281	320	279	303	322	145	258	140	394	200	472	541	209	743	2		
113	1		8	6	11	1	11	1	17	13	3	8	2		11	9	12	4	3		
504	4	17	7	10	24	21	20	14	63	7	32	28	40	51	39	10	98	20	4		
5 473	473	101	536	190	175	106	187	323	395	164	105	118	501	365	361	321	224	670	5	Paredes exteriores	
1 745	252	28	65	189	143	152	130	51	70	77	72	18	122	49	128	118	29	52	6		
47	1			1	4		13	1	12				1		2	1	12		7		
1 358	27	26	97	90	66	33	79	54	70	50	63	57	69	52	153	141	107	116	8		
43	5		5			3		2	2	3			2	2	11	1	4	5	9	Cobertura	
9 315	738	153	682	462	373	367	363	419	527	279	318	191	678	452	618	576	344	775	10		
99	5	2	1	3	2	1	12		20		1		5	11	12		15	9	11		
166	5		10	5	13		33	8	6	9	1	2	8	1	3	4	9	49	12		
772	145	2	68	25	34	15	15	65	75	56	21	11	71	57	52	6	24	29	1	Elementos resistentes	DE 1980 A 1981
1961	82	43	123	120	88	113	90	125	111	63	139	28	84	113	207	140	60	232	2		
25	1	1	2	1	3				1	7	1	2			2	1		3	3		
127	2	2	4	1	10	3	4		20		8	3	6	12	14	14	21	3	4		
1 899	142	32	160	56	56	80	52	157	142	51	126	21	130	154	165	84	65	218	5	Paredes exteriores	
604	80	10	19	67	54	46	41	13	35	46	28	5	12	12	65	40	5	26	6		
6	1	1	1		1				1	1									7		
359	7	5	17	24	18	5	16	20	29	28	15	18	11	16	45	37	25	23	8		
33	2		2		1	2	2	2	3	2	3	1	1	1	8		2	1	9	Cobertura	
1 764	227	47	190	146	123	120	90	187	203	121	159	41	158	180	262	160	87	247	10		
17	1	1	2					1	1		1				4	1	1	4	11		
54			3	1	5	1	9			3	6	2	2	1	1		5	15	12		

FONTE: INE, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981

El.resist. 1 - Betão armado; 2 - Alvenaria; 3 - Madeira; 4 - Outros

Par.ext. 5 - Alv. tijolo rebocada; 6 - " blocos; 7 - Madeira; 8 - Outros

Cobertura 9 - Terraço; 10 - Telha (inclinada); 11 - Outros materiais (inclinada); 12 - Mista



Alvenaria

	totais	%	média anual	dif. %
antes de 1970	38 024	74,5	-	-
de 1971 a 1975 ...	5 058	9,9	1 011,6.....	-
de 1976 a 197 ...	6 025	11,8	1 506,25.....	+49,1
de 1980 a 1981 ...	1 961	3,8	980,5	-34,9
TOTAIS	51 068	100		

Novamente se observa um acréscimo acentuado entre 1971/79 e uma travagem no ritmo de construção nos anos de 1980/81.

Madeira

	totais	%	média anual	dif. %
antes de 1970	5 761	95,4	-	-
de 1971 a 1975 ...	137	2,3	27,4	-
de 1976 a 1979 ...	113	1,9	28,25.....	+3,1
de 1980 a 1981 ...	25	0,4	12,5	-55,8
TOTAIS	6 036	100		

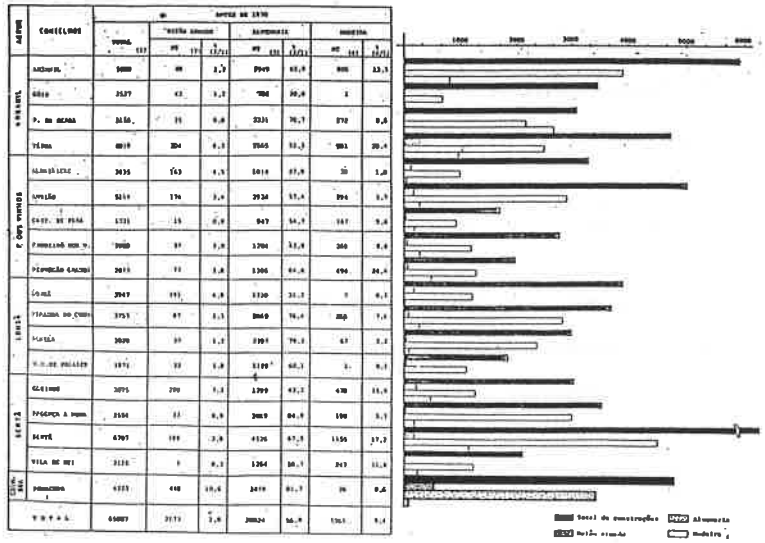
Neste tipo de material é evidente uma recessão o que se poderá justificar pela sua pouca longevidade. Saliente-se contudo o acréscimo no período de 1976/79 que eventualmente poderá ter conexões com o retorno das ex-colónias e o desejo de possuir um lar.

Outros materiais

	totais	%	média anual	dif. %
antes de 1970	19 139	93,8	-	-
de 1971 a 1975 ...	624	3,1	124,8	-
de 1976 a 1979 ...	504	2,5	126	- 1,0
de 1980 a 1981 ...	127	0,6	63,5	- 49,6
TOTAIS	20 394	100		

A diminuição do número de habitações com este tipo "outros materiais" é flagrante, devido eventualmente à falta de artistas especializados na sua utilização.

Apresenta-se em seguida as observações julgadas mais pertinentes, nos períodos considerados, e relativamente a betão armado, alvenaria e madeira.



A análise deste quadro permite-nos inferir que tomando as percentagens relativamente aos totais concelhios de construções e posicionamento dos primeiros cinco concelhos é o seguinte:

Betão armado		Alvenaria	
Penacova	10,6 %	Proença a Nova	84,9 %
Oleiros	7,2 "	Penacova	81,7 "
Tábua	6,3 "	Penela	79,2 "
Lousã	4,9 "	Miranda do Corvo	76,4 "
Alvaiàzere	4,5 "	Pampilhosa da Serra	70,7 "

Madeira

Pedrógão Grande ..... 24,4 %

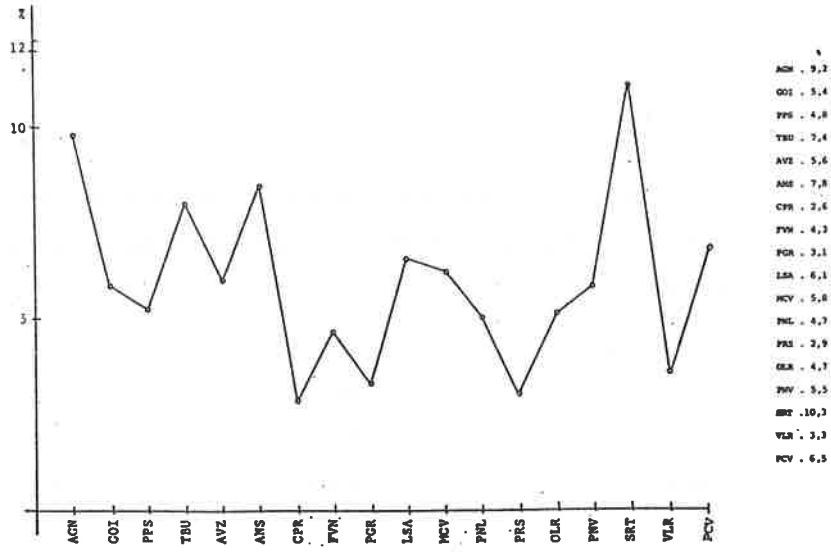
Tábua ..... 20,4 "

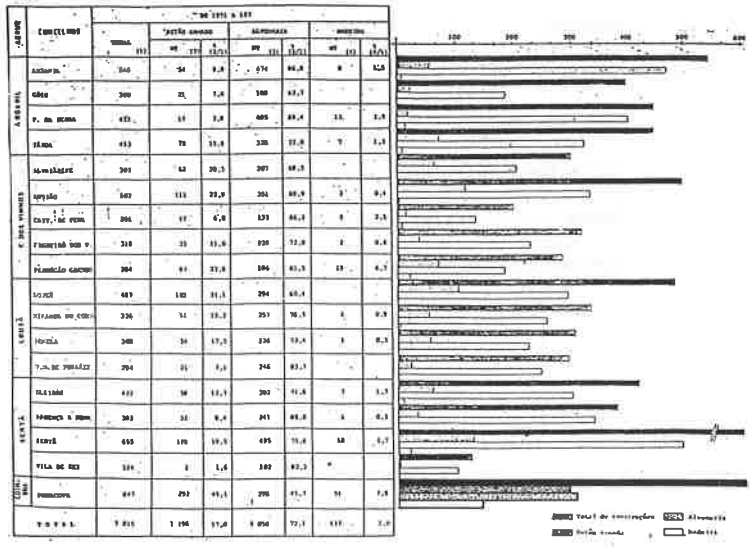
Sertã ..... 17,2 "

Oleiros ..... 15,5 "

Arganil ..... 13,5 "

No que se refere ao número de construções relativamente à totalidade da zona em estudo e em valores percentuais pode extrair as conclusões julgadas mais convenientes do gráfico seguinte:





Com indêntico raciocínio ao do período anterior, no que vai de 1971 a 1975 tem-se

Betão armado		ALvenaria	
Penacova	45,1 %	P.da Serra	89,4 %
Pedrógão Grande	23,6 "	Proença a Nova	89,0 "
Ansião	22,9 "	Arganil	86,8 "
Lousã	21,1 "	V.N.Poiares	83,7 "
Alvaiàzere	20,5 "	Vila de Rei	82,3 "

Madeira

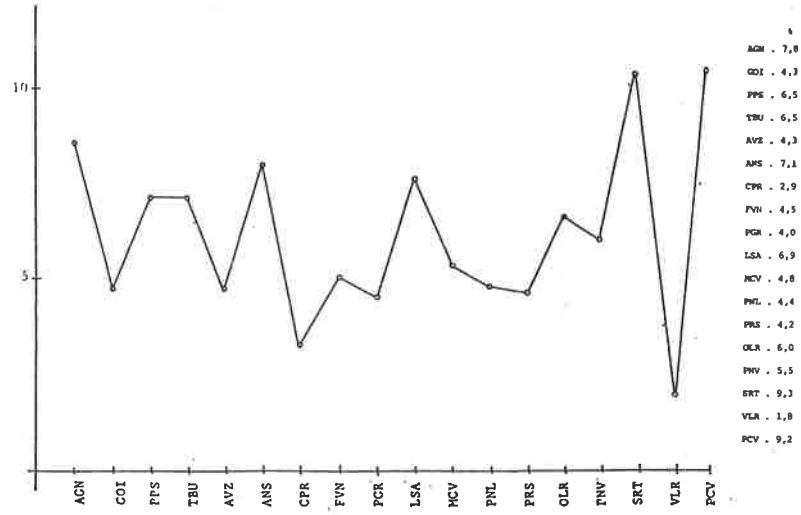
Penacova ..... 7,9 %

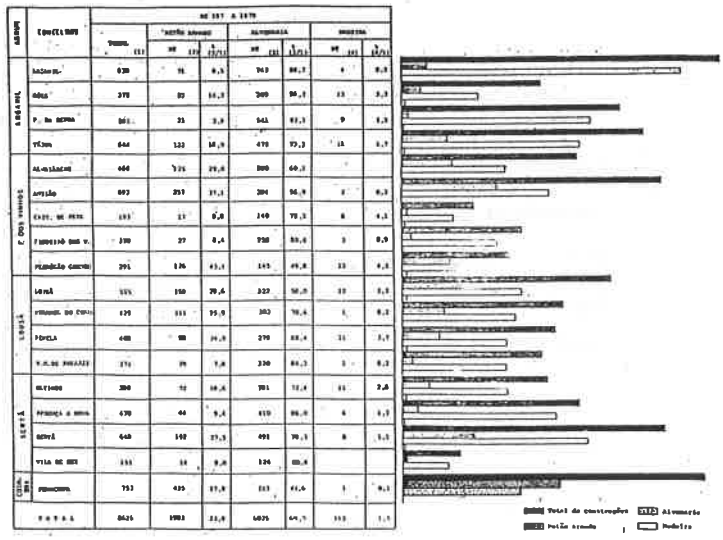
Pedrógão Grande ..... 6,7 "

Pampilhosa da Serra ..... 2,9 "

Sertã ..... 2,7 "

Castanheira de Pera ..... 2,5 "





Do mesmo modo que, anteriormente, e agóra para o período de 1976/1979 tem-se:

Betão armado		Alvenaria	
Penacova	57,8 %	P.da Serra	93,1 %
Pedrógão Grande	43,1 "	Arganil	88,7 "
Ansião	37,1 "	V.N. de Poiares	86,3 "
Alvaiàzere	29;0 "	Proença a Nova	86,0 "
Lousã	28,6 "	F.Vinhos	80,6 "

Madeira

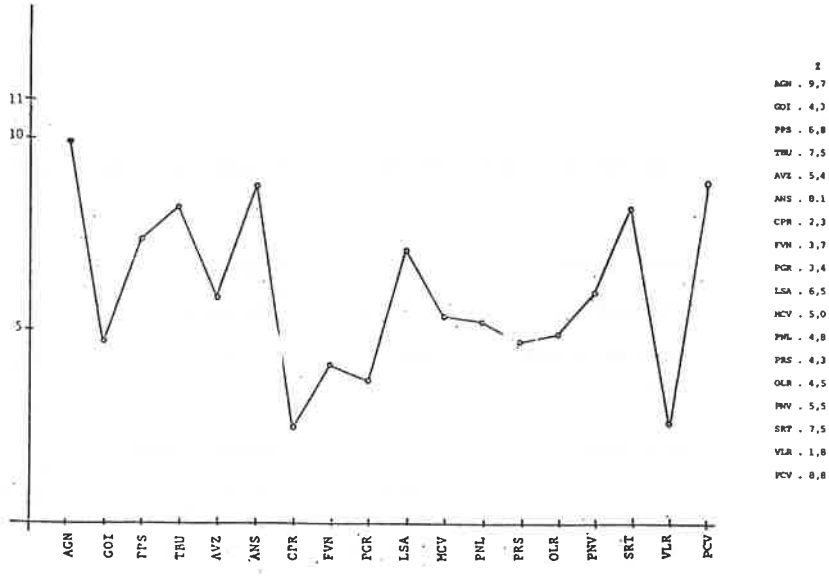
Pedrógão Grande ..... 4,5 "

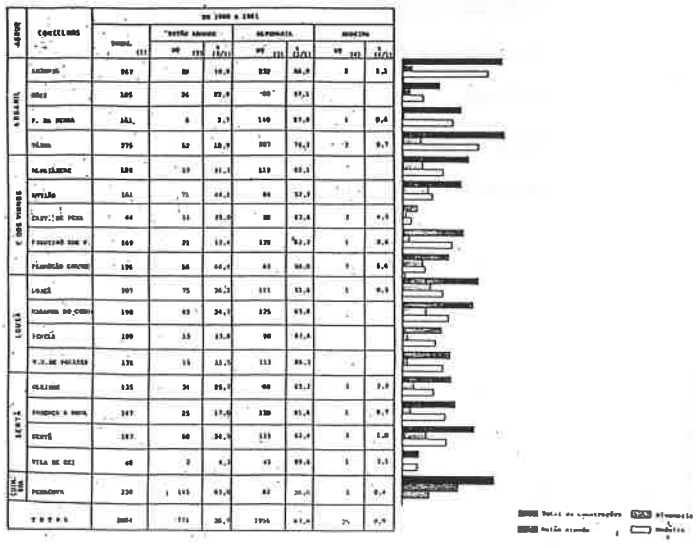
Castanheira de Pera ..... 4,1 "

Góis ..... 3,2 "

Oleiros ..... 2,8 "

Lousã ..... 2,2 "





Para o período de 1980/1981 tem-se:

Betão armado

Penacova	63,0 %	Vila de Rei	89,6 %
Pedrógão Grande	44,4 "	P.da Serra	87,0 "
Ansião	44,1 "	Arganil	86,9 "
Lousã	36,2 "	V.N. Poiares	86,3 "
Sertã	34,5 "	Penela	82,8 "

Madeira

Pedrógão Grande ..... 5,6 %

Castanheira de Pera ..... 4,5 "

Oleiros ..... 2,2 "

Vila de Rei ..... 2,1 "

Arganil .....



4.1.2 - Alojamentos

Antes de se fazer a análise dos alojamentos julga-se ser conveniente definir os conceitos nela expressos.

Assim, e por transcrição, do que vem enunciado nos "antecedentes, metodologia e conceitos" do II Recenseamento Geral da habitação (1981), ter-se-à:

ALOJAMENTO:

O local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, amplificado ou transformado, se destina a habitação humana, na condição de, no momento do Recenseamento, não estar a ser utilizado para outros fins.

Nota: Os locais construídos para habitação, què no momento censitário se encontravam afectos a outros fins, (escritórios, consultórios, etc.), não foram considerados.

ALOJAMENTO CLÁSSICO: (FOGO)

A divisão ou o conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de caracter permanente, ou uma parte distinta do edifício do ponto de vista estrutural, que, dado o modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a servir de habitação familiar e que no momento do Recenseamento não esteja a servir totalmente para outros fins.

ALOJAMENTO CLÁSSICO SUPERLOTADO:

Alojamento com déficit de divisões em relação às pessoas que nele residem e de acordo com o cálculo apresentado em ÍNDICE DE LOTAÇÃO.

ALOJAMENTOS COLECTIVOS:

Compreendem os hóteis, pensões e similares e as conveniências.

ALOJAMENTO COM OCUPANTE AUSENTE:

Aquele cujo(s) morador(es) se tenha(m) ausentado do País (emigrante, p.ex.) ou se tenha(m) deslocado temporariamente para outro local do País (ausência por motivos profissionais, p.ex.) desde que à data do Recenseamento tenha decorrido um ano de ausência.

ALOJAMENTO IMPROVISADO EM CONSTRUÇÃO NÃO DESTINADA À HABITAÇÃO:

Unidade de alojamento situada numa construção permanente (moinho, celeiro, garagem, escritório, loja, etc.) que não foi reconstruída, transformada ou adaptada para habitação e que estava efectivamente ocupada no momento censitário.

ALOJAMENTO MÓVEL:

Toda a instalação destinada à habitação humana, que tenha sido construída de modo a ser transportada (tenda p.ex.) ou que constitua uma unidade móvel (barco, iate, caravana, etc.) e que se encontre habitada no momento do Recenseamento.

Nota: Os acampamentos de ciganos entram nesta categoria.

ALOJAMENTOS SITUADOS NOUTROS LOCAIS QUE NÃO DESTINADOS À HABITAÇÃO:

São aqueles que localizados em grutas ou em outros abrigos fornecidos pela natureza, isto é sem intervenção humana, se encontravam habitados à data do momento censitário.

BARRACA:

A construção de acaso destinada a ser habitada, feita geralmente com materiais velhos e usados, sem plano determinado, e efectivamente habitada no momento censitário, (ex: "bairros de lata" nas periferias citadinas).

CASA RUDIMENTAR DE MADEIRA:

É uma habitação que se diferencia da barraca pelo facto de ser construí-

da obedecendo a um plano determinado e utilizando madeira aparelhada, oferecendo melhores condições de habitabilidade que as barracas, e que se encontrava ocupada no momento censitário.

FAMÍLIA:

A pessoa independente que ocupa uma parte (hóspede p.ex.) ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

O grupo de pessoas ligadas por união de factos, de direito ou de parentesco, que ocupam uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

RESIDÊNCIA HABITUAL:

Local onde a pessoa vive a maior parte do ano.

RESIDENTE AUSENTE:

A pessoa que, vivendo no alojamento, se encontrava ausente do mesmo à data do momento censitário.

RESIDENTE PRESENTE:

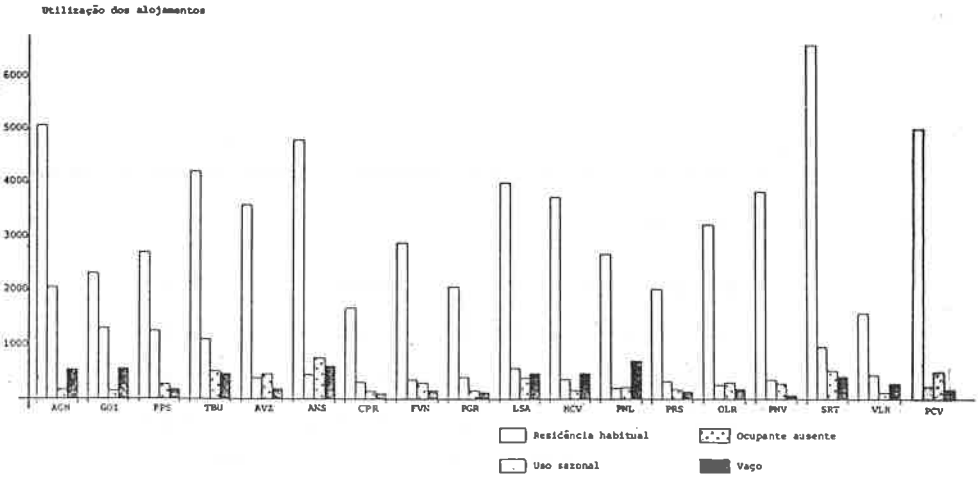
A pessoa que, vivendo no alojamento, se ecntrava presente no mesmo à data do Recenseamento.

Com base nestas definições foi possível organizar o quadro seguinte, a partir do qual se fará a análise dos alojamento na "Zona do Pinhal" (ZP).

QUADRO 4.2 - Nº DE ALOJAMENTOS, FAMÍLIAS E RESIDENTES

AGRUP.	CONCELHOS	Nº DE ALOJAMENTOS						Nº DE FAMÍLIAS						Nº DE RESIDENTES					
		CLÁSSICOS				Bar-racas	Outros	Colectivos	CLÁSSICOS				Bar-racas	Outros	Colectivos	CLÁSSICOS				Bar-racas	Outros	Colectivos
		Res. hab.	Uso sazonal	Ocup. ausente	Vagos				Res. hab.	Uso sazonal	Ocup. ausente	Vagos				Res. hab.	Uso sazonal	Ocup. ausente	Vagos			
ARGANIL	ARGANIL	5 113	2 060	146	532	19	42	7	5 172	-	-	-	5	15	1	15 419	-	-	-	7	37	44
	GÓIS	2 350	1 302	141	557	-	8	4	2 398	-	-	-	-	4	2	6 417	-	-	-	-	11	6
	P. DA SERRA	2 725	1 251	271	163	-	3	4	2 743	-	-	-	-	1	-	7 492	-	-	-	-	1	-
	TÁBUA	4 224	1 117	505	447	102	34	8	4 363	-	-	-	1	13	6	13 416	-	-	-	1	33	6
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	3 615	387	454	166	1	6	2	3 654	-	-	-	1	5	-	10 462	-	-	-	2	7	39
	ANSIÃO	4 802	440	766	600	14	12	6	4 987	-	-	-	2	9	2	15 402	-	-	-	2	29	13
	CAST. DE PEIRA	1 694	310	125	115	6	3	3	1 718	-	-	-	5	3	-	5 071	-	-	-	24	3	39
	FIGUEIRÓ DOS V.	2 894	356	305	153	3	5	2	3 004	-	-	-	3	3	2	8 737	-	-	-	7	7	3
	PEDRÓGÃO GRANDE	2 096	408	151	137	6	8	-	2 200	-	-	-	-	5	-	5 822	-	-	-	-	13	-
LOUSÃ	LOUSÃ	4 061	590	306	477	2	14	3	4 136	-	-	-	2	7	5	12 966	-	-	-	2	23	29
	MIRANDA DO CORVO	3 795	382	162	487	3	11	7	3 806	-	-	-	1	6	1	12 058	-	-	-	8	19	146
	PENELA	2 734	217	220	724	-	4	2	2 757	-	-	-	-	5	-	7 905	-	-	-	-	10	28
	V.N. DE POIARES	2 064	340	197	138	4	9	5	2 117	-	-	-	4	10	1	6 606	-	-	-	11	30	2
SERTÃ	CELEIROS	3 271	271	319	203	0	18	-	3 296	-	-	-	5	10	-	10 145	-	-	-	16	22	-
	PROENÇA A NOVA	3 882	371	286	61	-	3	4	3 885	-	-	-	-	3	-	11 913	-	-	-	-	5	35
	SERTÃ	6 604	967	330	421	2	6	4	6 690	-	-	-	-	4	1	21 480	-	-	-	-	6	17
	VILA DE REI	1 610	442	119	306	2	9	2	1 613	-	-	-	1	-	-	4 652	-	-	-	1	-	1
COIM-BRA	PENACOVA	5 021	270	452	210	1	5	8	5 048	-	-	-	1	4	6	17 319	-	-	-	2	12	18
TOTAL		63 555	11 401	5 545	5 897	173	200	71	63 597	-	-	-	31	107	27	193 364	-	-	-	83	268	426

FONTE: INE, II Recenseamento geral da habitação, 1981



Verifica-se que na totalidade dos alojamentos existentes à data do Recenseamento tinha a seguinte distribuição:

Clássicos		
- Residência habitual	62 555	72,8 %
- Uso sazonal	11 481	13,4 "
- Ocupante ausente	5 545	6,4 "
- Vagos	5 897	6,9 "
Total dos clássicos	85 478	99,5 %
Barracas	173	0,2 %
Outros	200	0,2 "
Colectivos	71	0,1 "
Total	85 922	100

A predominância dos clássicos é flagrante - 99,5% sobre os outros tipos de utilização.

Considerando unicamente os alojamentos clássicos (85 478) a sua distribuição é feita como se segue:

Residência habitual	62 555	73,2 %
Uso sazonal	11 481	13,4 "
Ocupante ausente	5 545	6,5 "
Vagos	5 897	6,9 "
Total	85 478	100 %

Saliente-se o facto de 6,9% (5 897) da totalidade estarem vagos.

Ainda que tendo sempre um aspecto subjectivo, dependente do critério usado pelo recenseador, verifica-se que Tábua só por si tem 59,0% de barracas, em relação à totalidade da Zona do Pinhal.

Pelos valores anteriormente citados, as anotações que se seguem referem-se unicamente aos clássicos.

Assim o quadro seguinte mostra detalhadamente a distribuição destes.

No caso de residência habitual os cinco primeiros concelhos são:

Penacova	84,4 %
Proença a Nova	84,4 "
Oleiros	80,5 "
Miranda do Corvo	78,6 "
Alvaiàzere	78,2 "

AGRUP.	CONCELHOS	CLÁSSICOS									
		TOTAL (1)	RES. HABIT. Nº (2)	RES. HABIT. % (2)/1	USO SAZONAL Nº (3)	USO SAZONAL % (3)/1	OCUP.AUSENTE Nº (4)	OCUP.AUSENTE % (4)/1	VAGOS Nº (5)	VAGOS % 5/1
ARGANIL	ARGANIL	7851	5113	65,1	2060	26,2	146	1,9	532	6,8
	GÓIS	4350	2350	54,0	1302	29,9	141	3,3	557	12,8
	P. DA SERRA	4410	2725	61,8	1251	28,4	271	6,1	163	3,7
	TÁBUA	6293	4224	67,1	1117	17,7	505	8,0	447	7,2
E. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	4622	3615	78,2	387	8,4	454	9,8	166	3,6
	ANSIÃO	6608	4802	72,7	440	7,0	766	11,2	600	9,1
	CAST. DE PEIRA	2244	1694	75,5	310	13,8	125	5,6	115	5,1
	FIGUEIRÓ DOS V.	3708	2894	78,0	356	9,6	305	8,2	153	4,1
	PEDRÓGÃO GRANDE	2792	2096	75,1	408	14,6	151	5,4	137	4,9
LOUSÃ	LOUSÃ	5524	4061	73,5	590	10,7	396	7,2	477	8,6
	MIRANDA DO CORV.	4826	3795	78,6	382	7,9	162	3,4	487	10,1
	PENELA	3895	2734	70,2	217	5,6	220	5,6	724	18,6
	V.N. DE POIARES	2739	2064	75,3	340	12,4	197	7,2	138	5,0
SERTÃ	CASTANHEIRA	4064	3271	80,5	271	6,7	319	7,8	203	5,0
	PROENÇA A NOVA	4600	3882	84,4	371	8,1	286	6,2	61	1,3
	SERTÃ	8522	6604	77,5	967	11,3	530	6,2	421	5,0
	VILA DE REI	2477	1610	65,0	442	17,8	119	4,8	306	12,4
COZ.	PENACOVA	5953	5021	84,4	270	4,5	452	7,6	210	3,5
TOTAL		85478	62555	73,2	11481	13,4	5545	6,5	5897	6,9

e os mais baixos índices de ocupação nesta vertente são precisamente:

Góis ..... 54 %

Pampilhosa da Serra ..... 61,8 "

Vila de Rei ..... 65,0 "

Arganil ..... 65,1 "

Tábua ..... 67,9 "

Relativamente ao uso sazonal os cinco primeiros concelhos são:

Góis ..... 29,9 %

Pampilhosa da Serra ..... 28,4 "

Arganil ..... 26,2 "

Vila de Rei ..... 17,8 "

Tábua ..... 17,7 "

e os com índices mais baixos

Penacova ..... 4,5 %

Penela ..... 5,6 "

Oleiros ..... 6,7 "

Ansião ..... 7,0 "

Miranda do Corvo ..... 7,9 "

Numa comparação entre os valores do uso sazonal e os da residência habitual verifica-se que os primeiros atingem os valores mais elevados precisamente onde os segundos tinham valores mais baixos. Trata-se de um assunto a merecer um estudo mais profundo, contudo julga-se poder associar a esta complementaridade o fenómeno das migrações (para o exterior e no interior do País) e o princípio da ancestralidade, que impele o emigrante a fazer a sua casa no local donde é oriundo.

Relativamente ao ocupante ausente o ordenamento dos cinco primeiros concelhos é o seguinte:

Ansião ..... 11,2 %

Alvaiàzere ..... 9,8 "

Figueiró dos Vinhos ..... 8,2 "

Tábua ..... 8,0 "

Oleiros ..... 7,8 "

e os de menor percentagem

Arganil ..... 1,9 %

Góis ..... 3,3 "

Miranda do Corvo ..... 3,4 "

Vila de Rei ..... 4,8 "

Pedrógão Grande ..... 5,4 "

Relativamente a vagos o ordenamento é como se segue:

Penela..... 18,6 %

Góis ..... 12,8 "

Vila de Rei ..... 12,4 "

Miranda do Corvo ..... 10,1 "

Ansião ..... 9,1 "

e os de menor percentagem

Proença a Nova ..... 1,3 %

Penacova ..... 3,5 "

Alvaiàzere ..... 3,6 "

Pampilhosa da Serra ..... 3,7 "

Figueiró dos Vinhos ..... 4,2 "

É de notar que os vagos, tal como se depreende da definição, constituem uma reserva do parque habitacional e que pelos valores que apresentam é considerável.

Decorrente ainda do quadro 4.2 e da comparação das três alíneas em foco (número de alojamentos, número de famílias e número de residentes) podem-se extrair várias conclusões:

- Relação 'famílias / alojamentos (residência habitual)'

AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV
1,01	1,02	1,00	1,03	1,01	1,04	1,01	1,04	1,05	1,02	1,00	1,00	1,03	1,00	1,00	1,00	1,02	1,01
																Valor médio ZP	1,02

Constata-se fàcilmente que cada família tem o seu alojamento o que é satisfatório.

- Relação residentes / alojamento (residência habitual)'

AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV
3,0	2,7	2,7	3,1	2,9	3,2	3,0	3,0	2,8	3,2	3,2	2,9	3,2	3,1	3,1	3,3	2,9	3,4
																Valor médio ZP	3,1

Conclui-se facilmente que cada alojamento tem uma média de 3,1 residentes

- Relação 'residentes / famílias (residência habitual)'

AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV
3,0	2,7	2,7	3,1	2,9	3,1	3,0	2,9	2,6	3,1	3,2	2,9	3,1	3,1	3,1	3,2	2,9	3,4
																Valor médio ZP	3,0

4.1.2.1 - Condições de alojamento

Tal como já foi feito anteriormente, apresentam-se em seguida algumas definições extraídas do mesmo documento que se relacionam com esta alínea.

CASA DE BANHO:

Conjunto das instalações sanitárias e de banho ou duche.

COZINHA:

O local destinado, equipado e utilizado para preparar as refeições, ainda que possa simultaneamente servir a outros fins, como: sala de jantar, quarto de dormir, etc.

INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE:

Toda a instalação que está ligada de modo permanente a um sistema de canalização de água e a um sistema de esgotos que sirva para o fim em vista e que permita a evacuação da água utilizada no banho para fora da unidade de alojamento.

INSTALAÇÕES DO ALOJAMENTO:

Conjunto de instalações existentes no alojamento (electricidade, retrete, água e banho).

O quadro 4.3 evidencia as condições do alojamento na zona em estudo.

Para a sua elaboração houve que efectuar várias opções nos indicadores a seleccionar dentre os vários de que dispunha.

O critério adoptado foi o do mínimo para uma vida condigna, isto é, água, electricidade e esgotos.

Para o caso da água se os edifícios a tinham ou não, e ainda com um ou outro pormenor nos dois casos. Existe um terceiro que é o de água canalizada só no edifício que se julga ser um indicador válido para uma melhor análise da evolução da construção.

Um dos indicadores observados foi o da existência de cozinha pois que dentro da análise da evolução das construções, significará no caso de existência um certo cuidado no projecto de acabar com a divisão comum sala de jantar / cozinha.

O mesmo se poderá dizer das instalações de banho.

Quanto à retrete, julga-se que o quadro é suficientemente explícito, de molde a evitar qualquer outra explicação quese tornaria supérfula.

Refira-se nesta nota introdutória, que os valores foram obtidos a partir dos números de II Recenseamento Geral da Habitação de 1981, pelo que é de admitir, e quási com conhecimento exacto, de que a situação em 1984 não é a mesma, em virtude de modificações, principalmente no que se refere a abastecimento de água e de electricidade.

a) - Abastecimento de água

O quadro seguinte, feito a partir do anterior, permite uma análise global dos edifícios com água de rede, água só canalizada no edifício e sem água.

Julga-se que estes são os três aspectos que efectivamente podem surgir.

Os valores e as respectivas percentagens relativa à totalidade das construções apresentam uma grande variação, que por certo não poderá deixar de ser influenciada pela grande dificuldade devida aos recursos hídricos, já de si fracos por questões de geologia, mas depauperados pelas agressões a que têm sidos sujeitos ultimamente.

AGRUP.	CONCELHOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA						
		TOTAL (1)	ÁGUA DE REDE		CONS. SÓ FONTES.		SEM ÁGUA	
			Nº (2)	% (2/1)	Nº (3)	% (3/1)	Nº (4)	% (4/1)
ARGANIL	ARGANIL	5130	3483	67,9	40	0,8	1607	31,3
	GÓIS	2354	1279	54,3	82	3,5	993	42,2
	P. DA SERRA	2726	1311	48,1	27	1,0	1388	50,9
	TÁBUA	4238	2319	54,7	109	2,6	1810	42,7
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	3615	1813	50,2	73	2,0	1729	47,8
	ANSIÃO	4802	2222	46,3	131	2,7	2449	51,0
	CAST. DE PERA	1694	1081	63,8	163	9,6	450	26,6
	FIGUEIRÓ DOS V.	2894	1215	42,0	103	3,5	1576	54,5
	PEDRÓGÃO GRANDE	2096	997	47,6	75	3,5	1024	48,9
LOUSÃ	[illegible]	4070	2819	69,3	156	3,8	1095	26,9
	[illegible]	3802	1768	46,5	144	3,8	1690	49,7
	[illegible]	2728	904	33,0	78	2,9	1755	64,1
	VILA DE POIARES	2077	1188	57,2	42	2,0	847	40,8
SERTÃ	OLEIROS	3186	1295	39,5	63	2,9	1925	58,6
	PROENÇA A NOVA	3285	1972	50,8	16	0,4	1697	48,8
	SERTÃ	6608	2421	36,6	107	1,7	4080	61,7
	VILA DE REI	1611	685	42,5	25	1,6	901	55,9
	PENACOVA	5026	2348	46,7	68	1,4	2610	51,9
TOTAL		62652	31123	49,7	1503	2,4	30026	47,9

Chama-se a atenção para este facto, visto que as soluções, sejam elas de que natureza forem, terão, de ser encontradas e materializadas para evitar num futuro próximo situações de verdadeiro conflito humano e de vida.

Os concelhos onde a rede de abastecimento de água abrange um maior valor percentual do número de alojamentos são:

Lousã ..... 69,3 %

Arganil ..... 67,9 "

Castanheira de Pera ..... 63,8 "

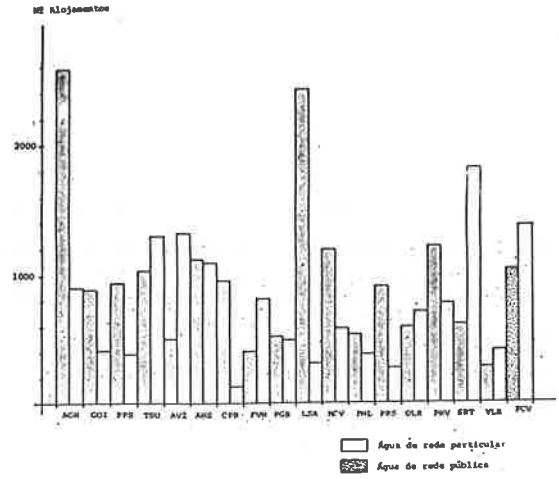
Vilá Nova de Poiares ..... 57,2 "

Tábua ..... 54,7 "

Salientem-se os valores demasiadamente baixos determinados para Penela (33,0%), Sertã (36,6%) e Oleiros (39,5%).

Para uma melhor visualização no referente a redes pública e privada

apresenta-se o gráfico seguinte:



Facilmente se constata que, no caso da rede de abastecimento de água-pública ou particular -, a rede de abastecimento público abrange um maior número de alojamentos que a rede de abastecimento particular. No entanto, esta assume um maior valor percentual em Tábua (55,8% dos alojamentos abastecidos por rede de abastecimento de água, são abastecidos por rede particular), Alvaiàzere (72,8%), Figueiró dos Vinhos (66,5%), Oleiros (54,5%), Sertã (74,6%), Vila de Rei (59,3%) e Penacova (55,8%).

Relativamente à água canalizada só no edifício o posicionamento dos primeiros concelhos é o seguinte:

Castanheira de Pera ..... 9,6 %, ou seja dos alojamentos do concelho de Castanheira de Pera 9,6% têm água canalizada apenas no edifício

Lousã e
Miranda do Corvo ..... 3,8 %

Figueiró dos Vinhos, Góis
e Pedrógão Grande ..... 3,5 "

Penela e

Oleiros .... 2,9 %

Ansião ..... 2,7 "

Quanto aos alojamentos sem água canalizada, e cuja população tem de solucionar o problema à custa do seu transporte de fontanários, de poços ou furos particulares e de poços públicos com ou sem bomba, constata-se, que os concelhos onde o seu número (alojamentos sem água canalizada) é mais elevado são os seguintes:

Penela ..... 64,1 %

Sertã ..... 61,7 "

Oleiros ..... 58,6 "

Vila de Rei ..... 55,9 "

Figueiró dos Vinhos ..... 54,5 "

e os concelhos onde é menor o número de alojamentos sem água canalizada são os seguintes:

Castanheira de Pera ..... 26,6 %

Lousã ..... 26,9 "

Arganil ..... 31,3 "

até como contrapartida do facto de serem estes concelhos aqueles onde é maior o número de alojamentos abastecidos por rede de abastecimento de água.

Como que conclusão desta alínea indicam-se a seguir os valores que se verificam a nível de construções abastecidas por rede pública.

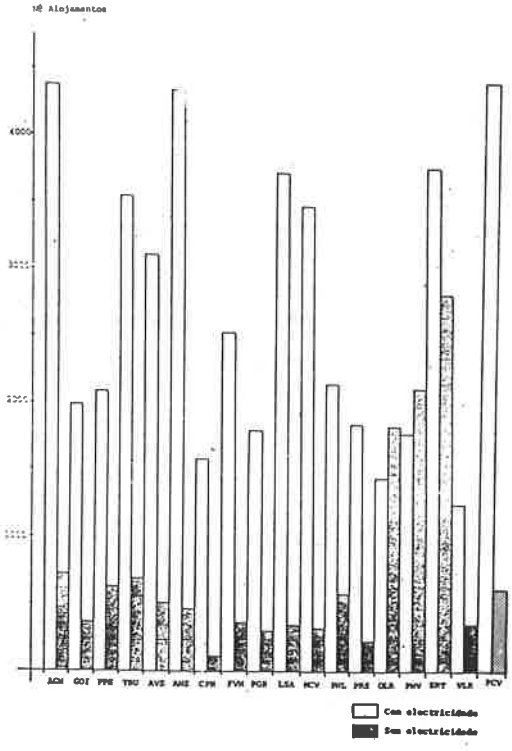
CONCELHOS	AGN	GOI	PFS	TBU	AVZ	ANS	CFR	FVN	FGR	LSA	MVC	PML	PRS	OLR	PMV	SRT	VLR	PCV
Total de Construção (1)	5130	2354	2726	4238	3615	4802	1694	2894	2096	4070	3002	2738	2077	3286	3885	6608	1611	5026
Rede pública (2)	2593	875	930	1026	493	1318	957	407	501	2501	1189	525	918	590	1210	615	279	1037
% (2/1)	50,5	37,2	34,1	24,2	13,6	27,3	56,5	14,1	23,9	61,4	31,3	19,2	44,2	18,0	31,1	9,3	17,3	20,6

b) - Electricidade

Mesmo com a indicação de que os valores observados são de 1981 e com a reserva de a situação ter evoluído, as percentagens de alojamentos electrificados são as seguintes (obtidas a partir do quadro 4.3)

AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MVC	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV
85,7	84,6	76,7	83,6	86,3	90,5	94,0	87,7	85,8	91,6	91,3	78,8	88,8	44,2	45,6	57,3	78,1	86,8

Em termos absolutos, o número de alojamentos com e sem electricidade pode observar-se no gráfico seguinte:



Os valores atingidos são bastante satisfatórios salientando-se, no entanto os concelhos de:

Castanheira de Pera ..... 94,0 %

Lousã ..... 91,6 "

Miranda do Corvo ..... 91,3 "

Ansião ..... 90,5 "

Vila Nova de Poiares ..... 88,8 "

onde o número de alojamentos com electricidade abrange a quase totalidade do número de alojamentos.

c) - Cozinha

Dos valores globais do quadro 4.3, é possível percentuar os mesmos em relação ao total dos alojamentos.

Os valores percentuais dos alojamentos com cozinha são os seguintes:

AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MVC	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV
98,7	98,5	98,5	97,9	98,7	99,0	98,8	98,4	98,8	97,4	97,9	98,1	90,3	98,1	99,0	98,8	99,5	98,7

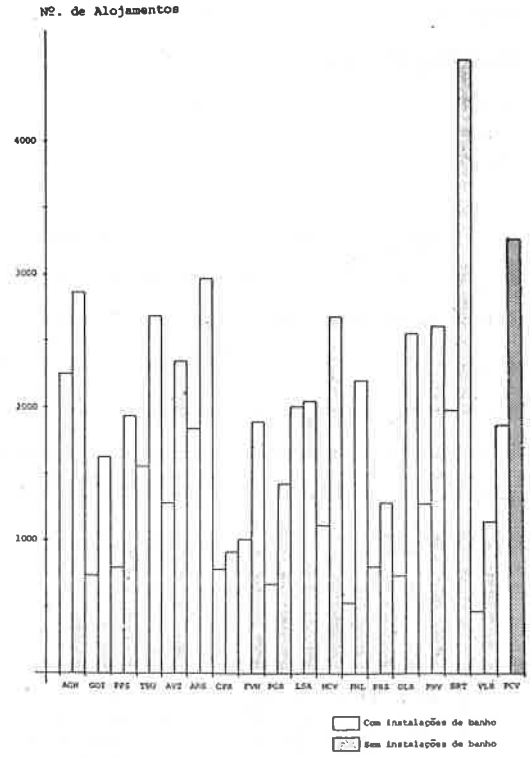
Dum modo genérico constata-se que práticamente todos os alojamentos possuem cozinha. Significa este facto, uma evolução da própria construção, o que é demonstrativo do cuidado com que as mesmas são feitas.

d) - Instalações de banho

Após a definição dada no início e dos valores extraídos do quadro 4.3 os valores percentuais dos alojamentos que possuem esta instalação são:

AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MVC	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR	PCV
43,9	30,9	29,1	36,3	35,2	38,2	45,0	34,8	31,7	49,5	29,1	19,2	38,3	22,1	32,7	29,8	20,6	35,2

Em termos absolutos a situação pode ser observada no gráfico seguinte:



Relativamente às instalações de banho, o número de alojamentos com tais instalações não atinge, em nenhum concelho, sequer metade do número total de alojamentos existentes.

No entanto, observam-se comportamentos concelhios profundamente diferenciados. Na verdade, enquanto no concelho da Lousã 49,5% do alojamento tinha instalações de banho - e é o concelho mais favorecido - no concelho de Penela apenas 19,2% do total de alojamentos dispunha das instalações de banho referidas (uma diferença de 30,3 pontos percentuais).

Os concelhos onde a percentagem de alojamentos com instalações de banho é mais elevada são os seguintes:

Lousã ..... 49,5 %

Castanheira de Pera ..... 45,8 "

Arganil ..... 43,9 "

Vila Nova de Poiares ..... 38,3 "

Ansião ..... 38,2 "

e) - Retrete

Tal como o quadro 4.3 mostra, foram considerados os casos de existên - cia ou não de retrete. Na existência, e como metodologia, consideraram-se os casos de haver ou não dispositivos de descarga (autoclismos, fluxómetros, etc.) e ainda uma outra especificidade que é a de existir ligação e nesta se é à rede pública ou sistema particular ou outra solução que não as anteriores.

A desagregação dos valores está feita no quadro referido, contudo para uma observação mais fácil, apresentam-se em seguida os valores percentuais dos alojamentos que, em cada concelho, têm retrete - com e sem dispositivo de descarga - e os que não têm. Observe-se o quadro seguinte:

CONCELHOS	ACH	GOI	PPS	TMU	AVE	AMS	CFR	FVM	FIR	LSA	MVC	PML	PRS	OLR	PMV	BAT	VLR	PCV
C/disp.de descarga	46,5	32,6	28,4	35,6	35,8	37,7	45,6	36,3	31,9	51	31,7	23,3	38,9	30,5	32,5	29,3	28,9	35,1
S/disp.de descarga	18,8	20,3	9,2	16,9	13,1	10,5	11,8	10,.	14,8	20,8	29,7	15,8	32,5	12,9	15,2	12,1	16,5	12,9
Sem	34,7	47,1	61,4	47,5	51,1	51,8	42,6	53,6	53,3	28,1	38,6	61,9	28,6	66,6	52,3	58,6	54,6	52,0

Constata-se que em onze (61,1%) concelhos o número de alojamentos sem retrete constitui a maior parte dos alojamentos.

Os cinco concelhos com piores condições são os seguintes:

Oleiros ..... 66,6 %

Penela ..... 61,9 "

Pampilhosa da Serra ..... 61,4 "

Sertã ..... 58,6 "

Vila de Rei ..... 54,6 "

No campo oposto, os cinco concelhos com melhores condições são os seguintes:

Lousã ..... 28,1 %

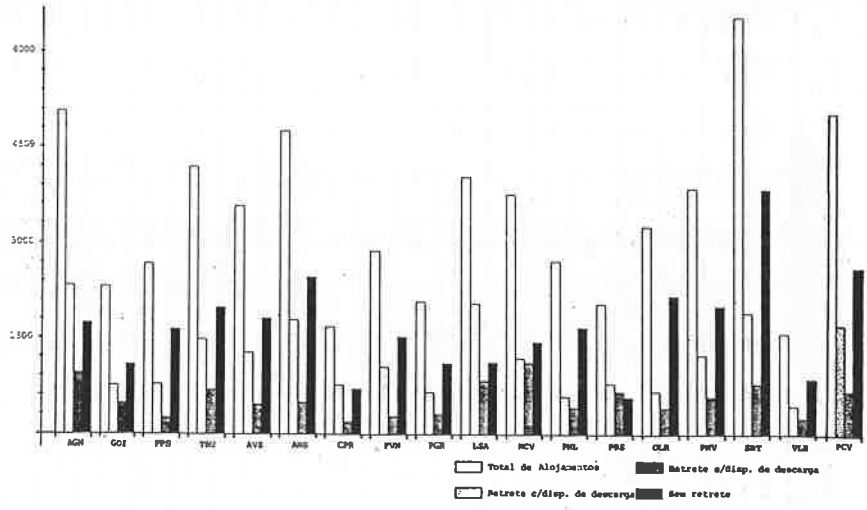
Vila Nova de Poiares ... 28,6 "

Arganil ..... 34,7 "

Castanheira de Pera .... 42,6 "

Góis ..... 47,1 "

Em termos absolutos, o número total de alojamentos, aqueles que têm retrete com dispositivo de descarga, os que, tendo retrete, não têm dispositivo de descarga e os que não têm retrete, podem ser vistos no gráfico seguinte:



QUADRO 4.3 – CONDIÇÕES DO ALOJAMENTO

AGRUP.	CONCELHOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA							ELECTRICIDADE		COZINHA		INSTALAÇÕES DE BANHO		RETRETE						
		Tem água de rede		Água canalizada só no edifício	Não tem água canalizada										Com dispositivo de descarga			Sem dispositivo de descarga			
															Ligação		Outros	Ligação		Outros	Sem
		Pública	Particular		Fontenário	Poço/furo particular	Poço público c/bomba	Poço público s/bomba	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Rede pub.	Sist. part.		Rede pub.	Sist. part.		
ARGANIL	ARGANIL	2 593	890	40	1 431	142	7	27	4 394	736	5 061	53	2 252	2 878	320	1 836	228	70	569	327	1 780
	GÓIS	875	404	82	878	51	5	59	1 992	362	2 319	31	727	1 627	22	694	54	2	324	153	1 108
	P. DA SERRA	930	301	27	1 255	60	24	49	2 087	639	2 684	41	793	1 933	113	678	9	37	191	24	1 674
	TÁBUA	1 026	1 293	109	1 184	436	100	90	3 541	697	4 149	75	1 553	2 685	–	1 436	72	–	405	312	2 013
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	493	1 320	73	614	980	58	77	3 118	503	3 568	47	1 274	2 341	–	1 281	20	–	145	128	1 847
	ANSIÃO	1 118	1 104	131	532	1 693	144	80	4 348	465	4 754	48	1 836	2 966	389	1 369	65	28	193	281	2 488
	CAST. DE PERA	957	124	163	405	29	1	15	1 593	109	1 674	20	776	918	195	542	44	17	114	69	721
	FIGUEIRÓ DOS V.	407	808	103	1 154	387	5	30	2 537	363	2 848	46	1 006	1 888	323	700	32	27	171	95	1 552
	PEDRÓGÃO GRANDE	501	496	75	521	402	17	84	1 798	303	2 070	26	664	1 432	135	523	14	27	215	69	1 118
LOUSÃ	LOUSÃ	2 501	318	156	903	120	28	38	3 729	341	3 964	97	2 016	2 054	63	1 944	73	4	466	378	1 142
	MIRANDA DO CORV.	1 189	579	144	1 684	96	31	79	3 471	331	3 722	73	1 108	2 694	72	1 013	119	24	411	695	1 460
	PENELA	525	379	79	1 300	352	22	21	2 154	584	2 685	49	525	2 213	119	463	28	22	308	102	1 696
	V.N.DE POIARES	918	270	42	663	132	19	13	1 844	233	2 042	22	796	1 281	132	643	33	8	212	436	593
SERTÃ	OLEIROS	590	708	63	1 706	162	3	54	1 452	1 834	3 224	47	726	2 560	211	413	48	57	242	125	2 190
	PROENÇA A NOVA	1 210	762	16	1 513	175	139	70	1 773	2 112	3 847	35	1 270	2 615	–	1 176	84	–	460	124	2 033
	SERTÃ	615	1 806	107	2 090	1 897	26	67	3 767	2 821	6 528	76	1 971	4 637	413	1 426	95	61	634	106	3 873
	VILA DE REI	279	406	25	681	196	2	22	1 258	353	1 603	7	460	1 151	67	378	21	9	238	19	879
COIMBRA	PENACOVA	1 037	1 311	68	2 404	195	3	8	4 363	663	4 958	63	1 767	3 259	44	1 573	145	18	418	216	2 612
TOTAL		17 764	13 359	1 503	21 004	7 505	634	883	49 269	13 469	61 700	855	21 520	41 132	2 618	18 088	1 184	411	5 944	3 659	30 787

FONTE: INE, II Recenseamento geral da habitação, 1981

4.2 - Rede viária

Julga-se ser uma das vertentes mais importantes do estudo em curso.

Com efeito, a rede de comunicações evidencia um valor extraordinário na contribuição para o desenvolvimento zonal ou regional que não podia nem deveria deixar de ser analizada.

Assim e para se seguir uma ordem sequencial, começar-se-à por índicar quais as disposições legais que têm vindo a ser o suporte da rede actualmente existente.

Do preâmbulo do Decreto-Lei 34593 tem-se:

"A primeira referência a uma classificação de estradas, é a lei de 1862. Em 1889 foi aprovada uma nova classificação (estradas reais e distritais) com uma rede de 18.427 quilómetros.

Mais recentemente o plano elaborado de harmonia com a lei de 22 de Fevereiro de 1913, aprovado pelo Decreto nº 13969, de 20 de Julho de 1927, e rectificado pelo Decreto nº 16075, de 30 de Setembro de 1928, agrupou as vias de comunicação terrestres em: estradas nacionais de 1ª e de 2ª classes, estradas municipais e caminhos públicos. Pelo Decreto-Lei nº 23239, de 20 de Novembro de 1933, essa classificação foi alterada para: estradas nacionais de 1ª e de 2ª classes, estradas municipais e caminhos vicinais.

A extensão da rede de estradas nacionais classificadas por estes e outros diplomas que se foram publicando é actualmente de cerca de 16900 quilómetros."

Surge então o Decreto-Lei nº 34593 com um novo "Plano Rodoviário - classificação das estradas nacionais e municipais e dos caminhos públicos e fixação das respectivas características técnicas" em 11 de Maio de 1945, no qual, se tinham:

"As comunicações públicas rodoviárias são divididas em estradas nacionais, estradas municipais e caminhos públicos.

A primeira categoria compreende três classes (1ª, 2ª e 3ª), considerando-se na de 1ª classe os itinerários principais, como sendo as linhas de comunicação

de maior interesse nacional e que, constituem, por assim dizer, a base de apoio a toda a rede.

As duas primeiras classes (1ª e 2ª) constituem a rede fundamental do País, que é complementada pelas estradas de 3ª classe. Estas últimas destinam-se a servir as diversas regiões por forma a provocar o seu desenvolvimento económico e abrangem também as estradas de interesse turístico.

Seguem-se as estradas municipais, que dizem respeito a um ou mais concelhos, devendo haver na sua classificação a preocupação de constituir percursos de certo interesse económico. Contraria-se, assim, o mau hábito de os diferentes municípios só pretenderem obras dentro dos respectivos concelhos, sem se importarem grandemente com as ligações interconcelhias e de interesse geral.

Por último, consideram-se os caminhos públicos, nos quais se estabelece a divisão em caminhos municipais e caminhos vicinais.

Os primeiros destinam-se a permitir o trânsito automóvel e, como o seu nome indica, ficam a cargo das respectivas câmaras.

Os segundos destinam-se ao trânsito rural e só xcepcionalmente permitirão o trânsito automóvel. Ficam a cargo da Junta de Fréguesia."

As estradas municipais acabam por constituir um Plano que é aprovado pelo Decreto-Lei 42271, publicado no Suplemento do "Diário do Governo", I série nº 115 de 20 de Maio de 1959 e que ainda é a base de classificação adoptada.

Através do Decreto-Lei nº 45552, publicado no Suplemento do "Diário do Governo", I série nº 25 de 30 de Janeiro de 1964 é "aprovado a título provisório o Plano dos caminhos municipais do continente, tornando extensivas aos planos das vias municipais de qualquer natureza, as atribuições da comissão a que se refere o artigo 2º do Decreto-Lei 42271" anteriormente referido.

4.2.1 - Existências actuais

De acordo com estes diplomas as redes nas suas diferentes categorias e classificações foram-se desenvolvendo, englobando obras novas, rectificações em obras mais antigas e pavimentações (indistintamente, de macadame a aplicação de emulsões betuminosas).

As cartas que a seguir se apresentam, têm metodologias diferentes, mas fundamentalmente, decorrentes da própria filosofia que os diplomas legais consideraram na classificação EN's de 1ª classe e de 2ª classe.

Para as E.N.'s de 1ª classe (itinerários principais), E,N.'s de 1ª e de 2ª classe, a zona de inserção referenciou-se à Região Centro uma vez que a rede por elas traçadas constituem (ver Decreto-Lei) "a rede fundamental do País".

A não inserção num espaço, como o da Região Centro, poderia originar uma visão mais estreita da importância vital que elas desempenham para uma área - "Zona do Pinhal" - completamente interior e, como tal, com a necessidade primordial de poder receber o que precisa e drenar o que produz.

Entende-se, assim, que esta rede é o suporte que, complementando o existente com outras construçoes novas, determina qual o "aparelho circulatório" da zona, entendido este "aparelho" como devendo funcionar bem pois desempenha uma acção importante na revitalização que urge fazer, afim de se poder rentabilizar melhor, os financiamentos de que eventualmente se venham a dispor.

Do mapa 4.2.1 constata-se, que a zona em estudo se situa em longitude, entre dois grandes eixos rodoviários:

- E.N. 1 (Lisboa - Porto)
- E.N. 18 (Guarda - Ervidel)

e, em latitude, a Norte, pela

- E.N. 16 (Aveiro - Vilar Formoso)

Na zona, assim encaixada, existem contudo, eixos viários, com uma importância extraordinàriamente relevante

a) - A nível de E.N.'s de 1ª classe (itinerários principais)

- E.N. 2 é como que a "espinha dorsal" de toda a zona. Rasgada através de zonas montanhosas por vezes com uma directriz sinuosa com grandes inclinações em certos troços constitue uma drenante com débito a Norte para a E.N. 17, como para Sul para a E.N. 3.

- E.N. 112 - como sucedânea da E.N. 2, avança para Este na ligação com a E.N. 18 em Castelo Branco. Na observação do mapa é simples, por ser demais evidente, constatar o poder de visão de quem a projectou, não só pela ligação do interior com o acesso fácil ao litoral. Ela por si garante a ligação entre os eixos viários que se desenvolvem no sentido N-S.

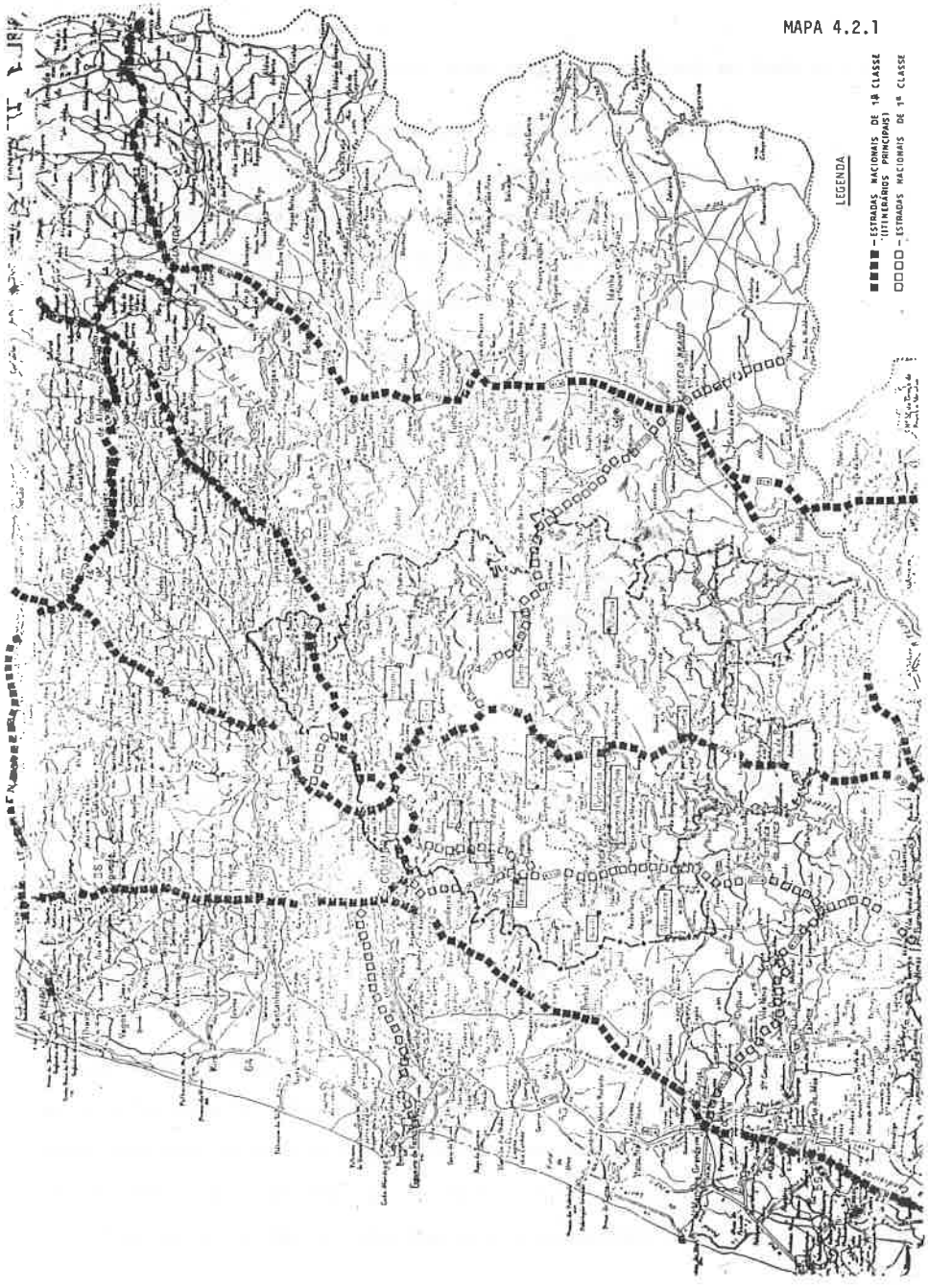
- E.N. 110 - que pode constituir um paralelismo desnecessário com a E.N. 2, tal não o é tendo em atenção a orografia da zona. O seu desenvolvimento permite uma alternativa para atingir Lisboa com vantagens de vária ordem.

- E.N. 17. Se se considerou a E.N. 2 como a espinha dorsal da zona, a E.N. 17 constitui uma linha de drenagem valiosíssima para as fronteiras, marítima e terrestre:

  O seu traçado, que praticamente assegura a ligação entre o litoral e a fronteira, apresenta por vezes pontos de conflito, não só em directriz como nas inclinações de um ou outro trainel em virtude de obstáculos que tem de transpor (caso da Serra de S. Pedro Dias entre Catraia dos Poços e Vila Nova de Poiares).

  Não é difícil de sublinhar da elevada importância que a mesma representa para a parte Norte da zona em estudo.

MAPA 4.2.1


LEGENDA
- ESTRADAS NACIONAIS DE 1ª CLASSE (ITINERÁRIOS PRINCIPAIS)
- ESTRADAS NACIONAIS DE 1ª CLASSE

b) - A nível de E.N.'s de 2ª classe (mapa 4.2.2)

- E.N. 233. Constitui a ligação da zona a Castelo Branco, com continuação para Penamacor, Sabugal e Guarda e daí para a fronteira.

  É sem dúvida uma rodovia que no contexto da zona em estudo desempenha um papel preponderante, tanto mais que vai absorver o tráfego que resulta da E.N. 238 que mais adiante é referida.

- E.N. 236 - ligando a E.N. 17 com a E.N. 2 assegura a continuidade do tráfego pela Lousã e Castanheira de Pera. Para estas duas redes concelhias torna-se, como é fácil de constatar ser fundamental.

- E.N. 237 - numa rápida observação do mapa infere-se sa sua importância, porquanto saindo de Cernache do Bonjardim, passa por figueiró dos Vinhos, Ansião, seguindo depois para Pombal para encontrar a E.N. 1.

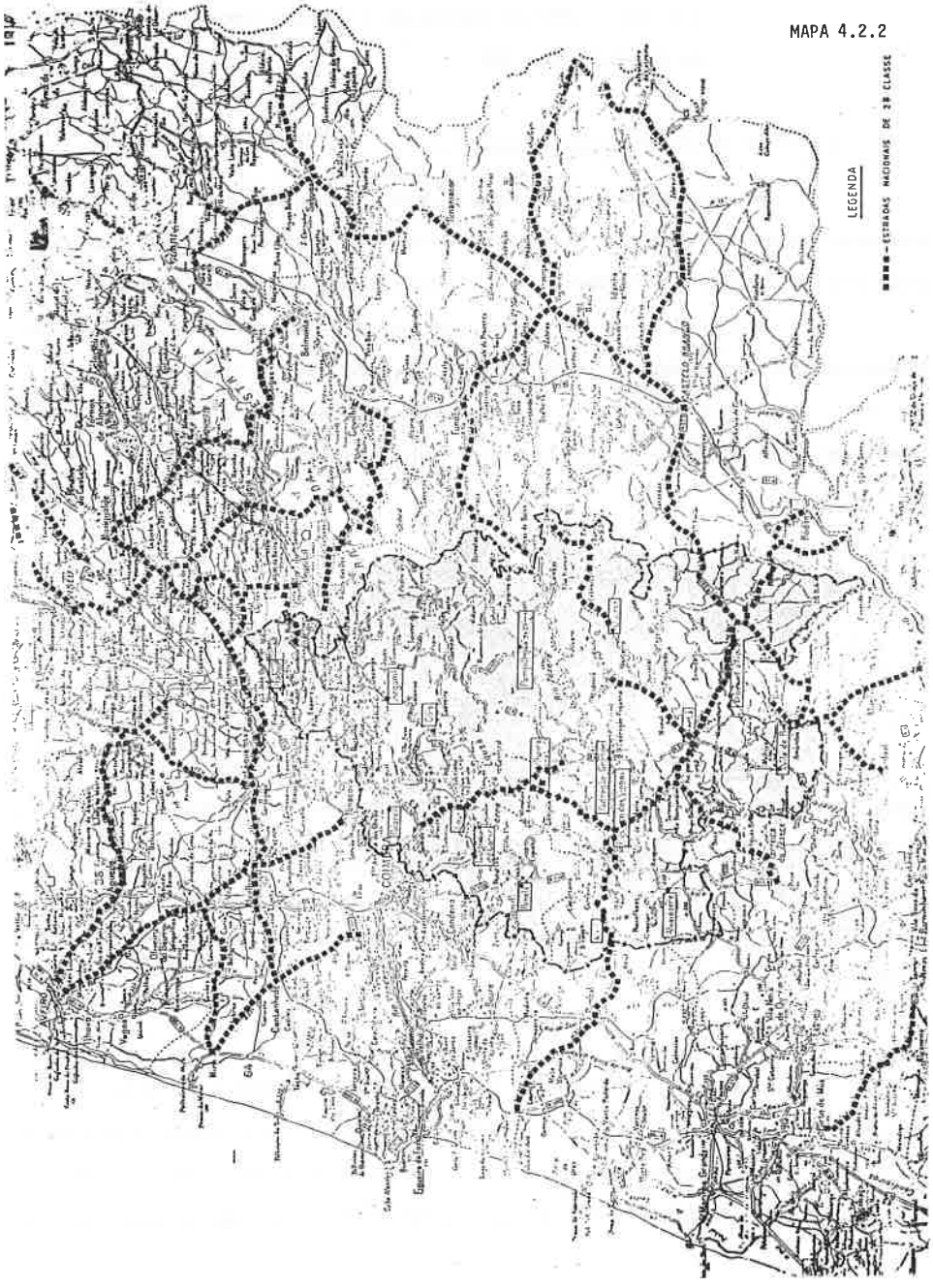
  Sob o ponto de vista económico constitue por si só e em conjunto com a rede que nela desagua uma via de relevo capital.

- E.N. 238 - vinda do Fundão interceta a zona em estudo, passando por Orvalho, Oleiros, Sertã, Cernache do Bonjardim dirigindo-se depois para Tomar.

  Se a 237 adquiria um relevo especial, esta é como que um seu prolongamento. A malha SE tem efectivamente uma drenante com continuidade fácil em cada um dos seus extremos.

- E.N. 241 - parte da Sertã, passando por Proença a Nova seguindo para Vila Velha do Ródão. A ligação entre as sedes de concelhos além da aproximação das populações se efectuar mais rápidamente, permite em termos económicos uma maior facilidade. Esta rodovia vem complementar a rede existente nas outras categorias.

MAPA 4.2.2



- E.N. 244 - idêntica explicação à anterior com um desenvolvimento de directriz para Sul.

c) - E.N.'s de 3ª classe e ramais (mapa 4.2.3)

Como a própria classificação o determina, constituirão por si uma complementarização, mais dentro de cada concelho como que sucedâneos naturais duma rede principal constituída à custa das de 1ª e 2ª classes, que por motivação própria.

Numa análise ao seu traçado pode-se constatar que constituem o prolongamento natural aos aglomerados concelhios da rede principal já referida.

Será de mencionar a importância extraordinàriamente grande que algumas delas adquirem numa perspectiva de desenvolvimento regional que mais adinate se voltará a referir.

4.2.2 - Revisão do Plano Rodoviário

1 - Antecedentes

Em Novembro de 1980 a JAE apresentou uma proposta da revisão do Plano Rodoviários.

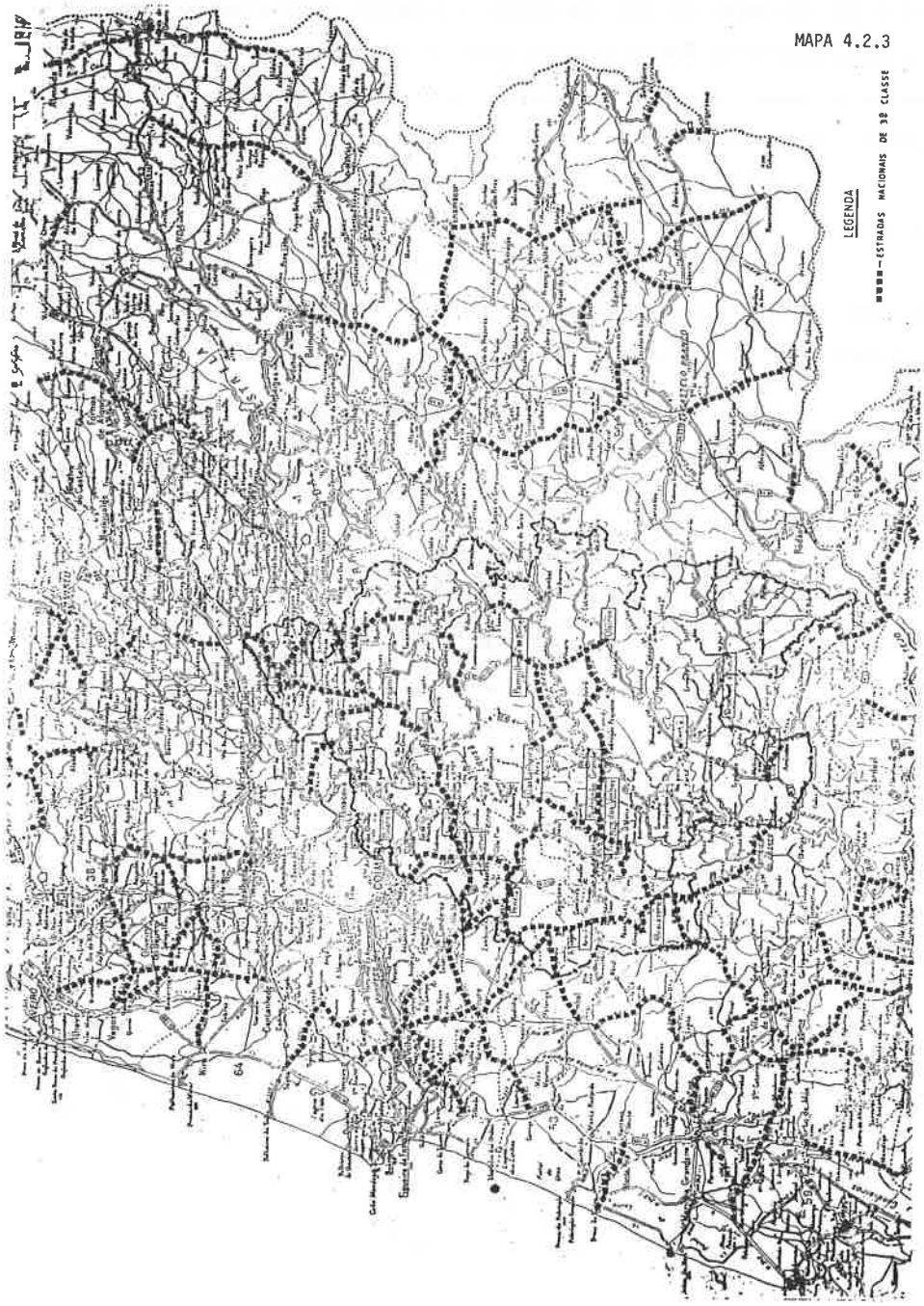
Na sua essência consta fundamentalmente de um reajustamento de classificação e como consequência imediata a desanexação de responsabilidade de construção e manutenção de todas as vias que não as que constituam a Rede Fundamental (RNF) e a Rede Complementar (RNC).

Às razões invocadas podem extrair-se do próprio documento (Revisão do Plano Rodoviário).

"Pág. 5.

Considerando a extenção actual das redes rodoviárias deste País, não restam quaisquer dúvidas quanto à necessidade de reclassificar as estradas nacionais, isto é, da revisão do Plano Rodoviário. Aliás, julga-se que a exagerada extensão da rede nacional e a enorme disparidade de características técnicas, são as principais cau-

MAPA 4.2.3



sas da sua degradação contínua. Com efeito, a dispersão de meios humanos e materiais, e a disparidade de exigências de conservação, não tem permitido adoptar os equipamentos nem a formação de pessoal indispensáveis à manutenção de uma rede utilizada por grandes volumes de tráfego.

Esta situação foi ainda agravada nos anos sessenta pela intervenção da JAE na rede municipal.

A situação actual só poderá portanto ser resolvida satisfatóriamente se a JAE se ocupar unicamente de uma rede nacional devidamente dimensionada, função esta para a qual está vocacionada."

Esta proposta no que se refere à definição da rede nacional e de uma forma esquemática considera-a como:

Rede Fundamental (RNF)

Itinerários principais

a) - Longitudinais

3 (três) - IP1, IP2 e IP3

b) - Transversais

6 (seis) - IP4 a IP9 (inclusivé)

Rede Complementar (RNC)

a) - Longitudinais

4 (quatro - IC1 a IC4, inclusivé

b) - Transversais

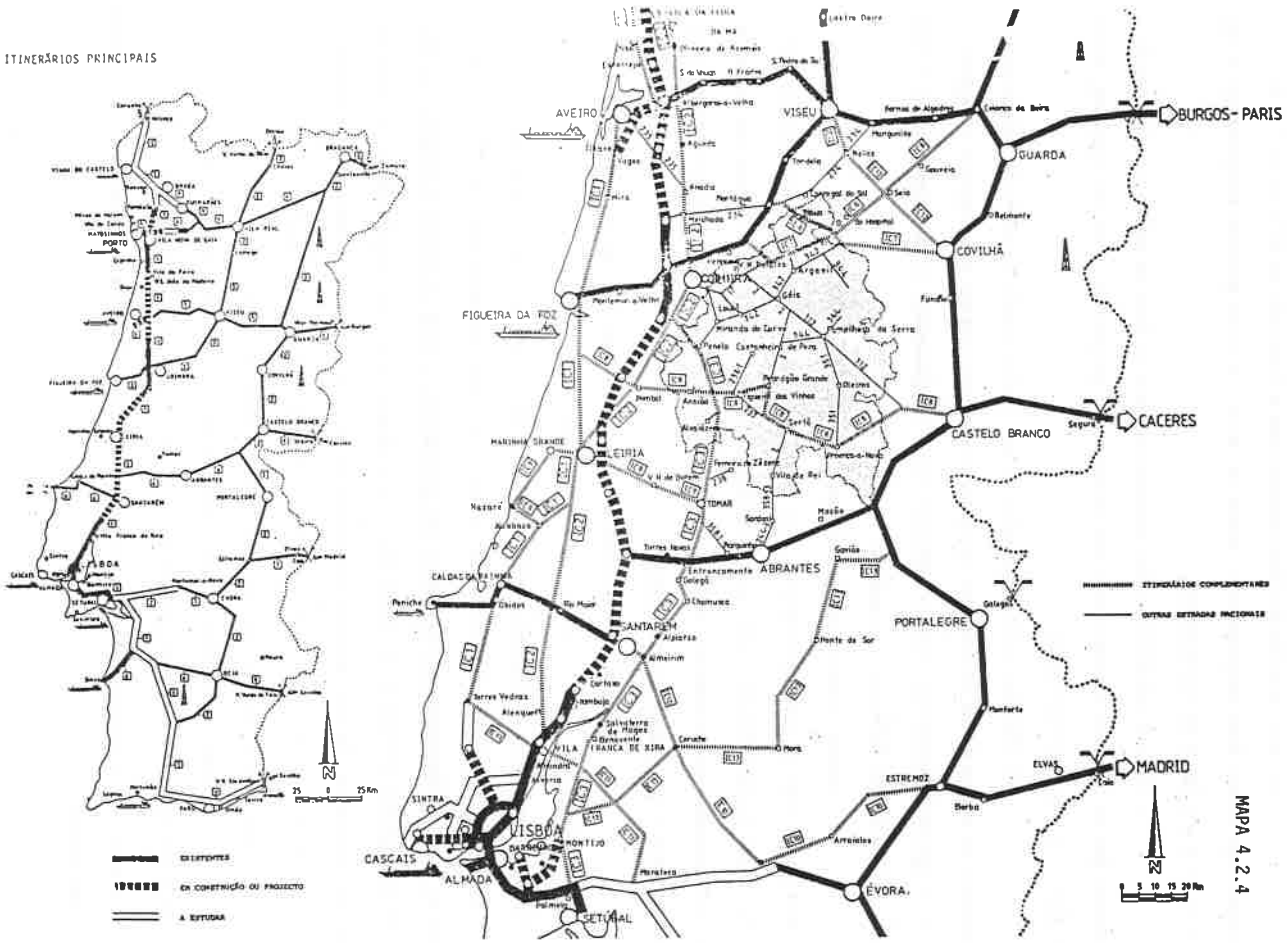
9 (nove) - IC5 a IC13, inclusivé

2 - Análise sumária da proposta em relação à Zona do Pinhal

Por observação do traçado dos I.P.'s e I.C.'s no mapa 4.2.4 constata-se que os que estão directamente ligados à zona em estudo são:

IP's: 1, 2, 3, 5 e 6

IC's: 3, 6, 7, 8 e eventualmente 9.


ITINERÁRIOS PRINCIPAIS
AVEIRO
VISEU
BURGOS - PARIS
GUARDA
COVILHÃ
FIGUEIRA DA FOZ
COIMBRA
CASTELO BRANCO
CACERES
LEIRIA
ABRANTES
PORTALEGRE
SANTARÉM
CALDAS DA RAINHA
MADRID
ESTREMOZ
ELVAS
SINTRA
VILA FRANCA DE XIRA
LISBOA
CASCAIS
ALMADA
SETÚBAL
ÉVORA
ITINERÁRIOS COMPLEMENTARES
OUTRAS ESTRADAS NACIONAIS
EXISTENTES
EM CONSTRUÇÃO OU PROJECTO
A ESTUDAR
0 5 10 15 20 Km
MAPA 4.2.4

Os que interferem directamente com a Zona são os IC's 3, 6 7 e 8, riando uma vasta área desprotegida, entre os IC's 7 e 8 no sentido longitudinal e en re o IC 3 e o IP 2 no transversal.

Dado a importância que assumem perante a área em estudo, tornar-se-à urgente que se proceda à elaboração dos respectivos projectos, caso não existam, e se lê início à sua materialização.

Ao efectuar esta afirmação, a sua justificação resulta da necessidade premente de que a mesma se reveste, porquanto qualquer estudo das futuras ligações (com o aproveitamento das vias existentes) terá forçosamente de decorrer do que tenha sido inicialmente definido e proposto.

Assim julga-se ser pertinente que seja estudada a rede viária na sua globalidade, com ou sem desanexação, afim de não criar ou originar situações de conflito cujas consequências serão imprevisíveis, mas que sem dúvida passam por aumento de dificuldades no escoamento do tráfego, situação oposta ao "leit-motiv" originário dos estudos e projectos preconizados.

As razões que conduziram ao documento "Revisão do Plano Rodoviário" são extraordinàriamente válidas e coerentes, contudo, por vezes, os referenciais tomados noutros países e adoptados para a análise da valência duma solução em zonas forte mente deprimidas podem não pressupor diferentes graus de desenvolvimento ou conservação em que uma desanexação, do género da preconizada, pode originar situações de verdadeira ruptura económica da parte dos novos responsáveis ou incapacidade de manutenção do existente. Se tal suceder ter-se-ão os IP's e IC's completamente operativos contudo as "tromboses" nas redes adjacentes não permitirão dar continuidade ao esforço económico para materializar aqueles, ou seja, a rede nacional.

Tema, concordar-se porventura controverso, mas que tem de ser convenientemente estudado e discutido, porquanto dos três intervenientes: JAE, novos responsáveis e público, é sem dúvida este último o melhor ajuizador das soluções eventualmente concretizadas.

3 - Análise dos novos traçados propostos em relação à área do pinhal.

Numa antevisão do traçado dos IC's que interessam à zona, pode-se constatar que se apoiam, fundamentalmente, em rodovias já existentes, desconhecendo-se, contudo, quais as alterações que as directrizes em planta que as mesmas sofrerão. Mesmo, após esta nota, com o apoio do mapa 4.2.4 e no sentido W-E, indicam-se esses mesmos apoios:

IC3 - EN's 347 - 110

IC6 - EN's 337-4 e 17

IC7 - EN's 17-2, 17 e 230

IC8 - EN's 109, 237, 238, 241 e 233

IC9 - EN's 242 e 113

Relativamente aos IP's pelo tratamento especial que requerem não se mencionam os apoios, porquanto os pontos intermédios são conhecidos.

4 - Características técnicas

Com as razões explícitas na referida "Revisão do Plano Rodoviário" compreende-se, fácilmente, da necessidade das características técnicas da rede nacional, serem alteradas para, de acordo com as novas tecnologias do transporte rodoviário, se evitarem situações embaraçosas que consequentemente provocariam aumento do custo ton/ /Km e daí modificações na gestão de qualquer circuito comercial seja ele de que natureza for ou venha a ser.

As características técnicas que vão desde a velocidade-base, raios mínimos, desenvolvimento a inclinações máximas dos traineis são importantíssimas para que o transporte se processe de molde a rentabilizar no máximo o custo quilómetro, aliás já considerado aquando do projecto do próprio veículo, uma vez que este foi estudado tendo em atenção que na sua "vida activa" se verificariam certas condições ou pelo menos similares.

À guiza de sublinhar o exposto, recordem-se as dificuldades dos grandes transportes, género TIR's, se inscreverem nas curvas que certas rodovias ainda

possuem.

4.3 - Ensino

A informação quantificada necessária ao desenvolvimento deste capítulo foi difícil de obter. Na verdade, em termos de instituição - Ministério da Educação - - nem sempre a informação pedida existia disponível e quando existia, os diferentes departamentos forneciam valores diferentes para a mesma variável - isto para além do tempo de resposta ter sido, em alguns casos, bastante demorado. Preste-se, no entanto, justiça ao conjunto de pessoas que, esforçando-se ao máximo, nos forneceram os dados a que tiveram acesso.

Por este facto, fomos abrigados a reter a informação da fonte que nos pareceu mais credível. Mesmo assim, encontram-se "buracos" não preenchidos nos quadros que sintetizam a informação obtida.

Não se poderia deixar de referenciar estas situações, porquanto o ensino está na base da formação humana, profissional, moral, etc. de um povo. Trata-se, portanto, de um tema com suficiente acuidade e importância a merecer um tratamento cuidado e actualizado.

4.3.1 - Organograma

O sistema de ensino em Portugal encontra-se sintetizado no organograma 4.3.1.

Desde logo se constata a existência de três grandes graus de ensino:

- ensino básico
- ensino secundário
- ensino superior

Prévio a estes três graus de ensino existe ainda a educação pré-escolar.

O ensino básico, que inclui o primário e o preparatório, constitui a escolaridade obrigatória, ocupando as crianças entre os 6 e os 12 anos.

O ensino secundário dará, desde logo, alguma formação profissional e constituirá a via de acesso ao ensino superior.

O ensino superior permitirá a licenciatura num conjunto vasto de ramos (Letras, Direito, Ciências Sociais, Ciências Médicas, etc.).

Um aluno que, entrando na escola primária com 6 anos, percorra todos estes graus de ensino sairá licenciado com 23 anos (ou 24 no caso das Ciências Médicas), ou seja, terá dispendido nos bancos da escola 17 anos (ou 18 no caso das ciências Médicas).

Observe-se que ao nível da formação profissional se da a intervenção de estabelecimentos de ensino particular, ou sob a tutela de outros ministérios, que não o da Educação.

No conjunto da Zona do Pinhal vamos encontrar:

- a educação pré-escolar
- o ensino básico
- o ensino secundário

tal como se pode constatar pelo desenvolvimento seguinte.

4.3.2 - Educação pré-escolar

A informação que foi possível obter encontra-se no quadro 4.3.1 (apenas estabelecimentos dependentes do Ministério da Educação, não se entrando com a actividade desenvolvida por outras instituições particulares, por exemplo).

Constata-se a existência do fenómeno a partir do ano lectivo 1979/80 abrangendo, no entanto, apenas 5 concelhos (Arganil, Alvàzere, Figueiró dos Vinhos, Lousã, e Miranda do Cor-o). Neste ano lectivo encontram-se abrangidos pela educação pré-escolar 391 crianças, que ocupam 21 salas, originando uma relação de 19 alunos por sala (com o valor mais elevado a ser atingido na Lousã, com 50 alunos e o mais baixo em Arganil com 13).

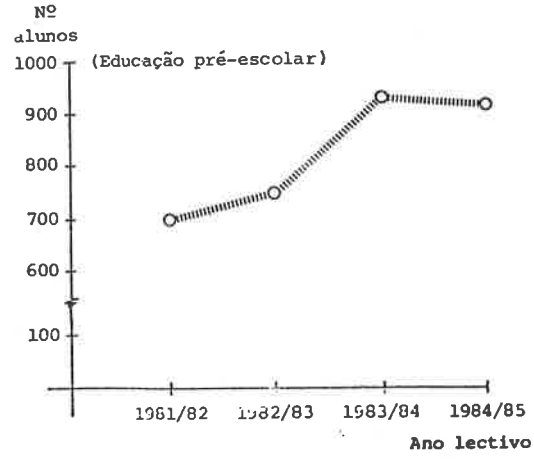
No ano lectivo seguinte - 1980/81 - a educação pré-escolar estende-s

já a 10 concelhos e abrange 586 alunos que ocupam 32 salas (uma média de 18 alunos por sala, sendo o valor mais elevado observado no concelho da Lousã - 50 alunos por sala - e o mais baixo na Sertã - 8 alunos por sala).

A partir do ano lectivo 1981/82 a educação pré-escolar manifesta-se em 12 concelhos, mantendo-se este número e a sua composição, até ao ano lectivo de 1984/85. Por este facto a análise subsequente é feita para este conjunto de concelhos para o período 1981/82 a 1984/85. Observe-se o quadro seguinte:

ANO LECTIVO	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85
Nº de alunos	696	748	927	916
Δ %		7,5	23,9	-1,2
Nº de salas	39	39	46	46
Nº alunos/salas	18	19	20	20

O número de alunos abrangidos conhece um acréscimo acentuado (23,9%) no ano lectivo de 1983/84, relativamente ao ano lectivo anterior. No ano lectivo seguinte - 1984/85 - observa-se uma certa estabilização no número de crianças abrangidas (apenas menos onze do que no ano lectivo anterior), o que pode ser visualizado no gráfico seguinte:



Deve fazer-se notar o seguinte: a educação pré-escolar abrage um maior número de crianças (num maior número de concelhos) e um maior número de salas, pois se encontram em actividade na Zona do Pinhal estabelecimentos de ensino pré-escolar ependentes de ministérios diferentes do da Educação e outros pertencentes mesmo a instituições particulares - Santa Casa da Misericórdia, Fundação Bissaia Barreto, etc.

4.3.3 - Ensino básico

4.3.3.1 - Ensino primário

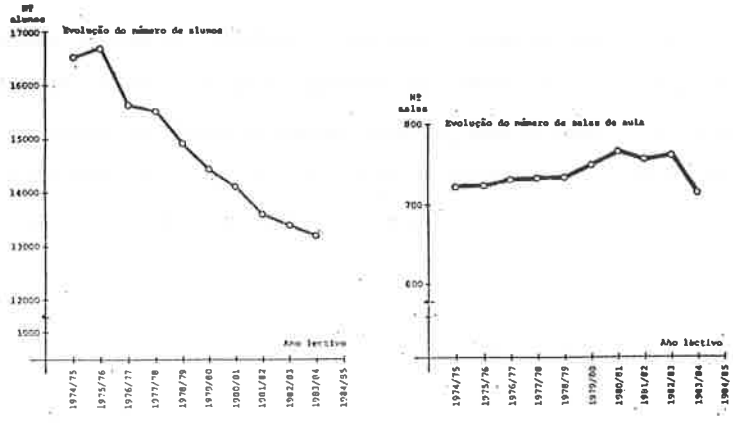
A informação disponível sobre o ensino primário encontra-se no quadro 4.3.2 .

Constituindo o primeiro nível do ensino obrigatório a informação disponível é a mais abundante e completa, tendo-se retido a informação para os anos lectivos de 1974/75 a 1984/85, no que diz respeito ao "número de alunos", "número de salas de aula" e relação "número de alunos/sala". Relativamente à relação "número de alunos/professor" apenas se conseguiu informação para os anos lectivos 1978/79 a 1982/83 e encontra-se no quadro 4.3.5.

Relativamente ao "número de alunos", "número de salas de aula" e relação "número de alunos/sala" observe-se o quadro e gráfico seguintes:

ANO LECTIVO	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85
Nº de alunos	16537	16681	15633	15417	14933	14409	14109	13604	13370	13202	12996
Δ %		0,9	-6,3	-1,4	-3,1	-3,5	-2,1	-3,6	-1,7	-1,3	(*)
Nº salas aula	723	724	730	723	734	747	764	755	761	713	651
Nº alunos/sala	23	23	21	21	20	19	18	18	18	19	19

(*) Não figuram os cálculos correspondentes a esta taxa de acréscimo, porquanto, faltando os dados do concelho de Oleiros, ela viria falseada.



A primeira constatação importante reside no decréscimo do número de alunos. Na verdade, com excepção do ligeiro acréscimo observado entre os anos lectivos de 1974/75 e 1975/76, em todos os anos lectivos a evolução do número de alunos é negativa. Este fenómeno parece atingir uma dimensão importante: entre os anos lectivos de 1974/75 e 1983/84 o decréscimo do número de alunos no ensino primário atingiu (-) 20,2%. No entanto, a situação observada em cada concelho é diferenciada - observe-se o quadro seguinte

74/75 a 83/84	ACN	GOI	PPS	TBU	[illegible]	[illegible]	CPT	FVN	[illegible]	LSA	MCV	P-L	[illegible]	OLR	[illegible]	[illegible]	VLN
	-17,7	-20,9	-33,6	4,8	-[illegible]	-21,5	-16,8	-15,1	-22,5	6,2	-7,4	-15,4	-2,5	-39,7	-28,5	-34,8	-52,9

Apenas em dois concelhos - Tábua e Lousã - se observa crescimento no número de alunos. Em todos os outros concelhos os acréscimos são negativos - merece particular realce a situação observada nos diferentes concelhos do agrupamento da Sertã (onde o concelho de Vila de Rei vê diminuido o número de alunos para menos de metade) e no concelho de Pampilhosa da Serra (onde o decréscimo do número de alunos atinge um pouco mais de 1/3).

Chamar-se-ia, finalmente a atenção para a relação "alunos/professor".

Ela surge desagregada por concelhos no quadro 4.3.5. No entanto, para o conjunto da Zona do Pinhal a relação referida assumia os seguintes valores:

Relação alunos/professor — Primário

ANO LECTIVO	1978/79	79/80	80/81	81/82	82/83
ZONA DO PINHAL	19,0	17,0	17,0	16,0	16,0

Observe-se que tem vindo a diminuir o número de alunos por professor, consequência da diminuição do número total de alunos, a que não corresponde uma diminuição proporcional do número de professores - até por razões de ordem sócio-económica (trata-se de professores que dão aulas num conjunto enorme de pequenos aglomerados populacionais que não podem ficar sem professor, sob pena de o analfabetismo aumentar, porque as crianças não vão "à procura do ensino", antes o ensino é que tem que ir "à procura das crianças").

Para o concelho de Penacova e no período de tempo para o qual foi possível encontrar informação quantificada, o número de alunos também tem conhecido uma evolução crescente. Atente-se no seguinte quadro

	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1983/84
	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1978/79
Taxas de evolução "número de alunos/prof.	-2,3	+6,4	-9,2	-0,8	-0,7	-7,0

Constata-se que apenas no ano lectivo 1980/81, face ao ano lectivo anterior, houve acréscimo do número de alunos. Em particular, o decréscimo observado entre os dois anos lectivos limite atingiu sete pontos percentuais.

Relativamente à evolução do rácio "número de alunos/professor" observe-se o quadro seguinte:

	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83
Nº de alunos / / professor	17,8	16,2	16,0	13,8	14,0

Trata-se de uma normal, quando comparada com a evolução observada nos outros concelhos, porquanto vai diminuindo o número de alunos por professor.

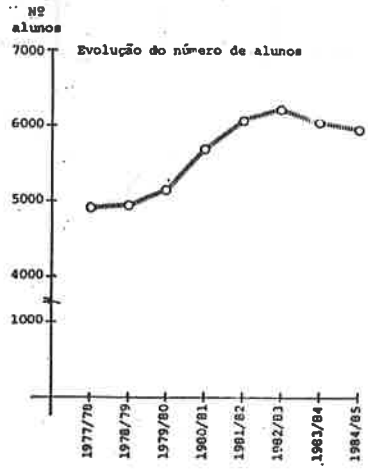
4.3.3.2 - Ensino preparatório

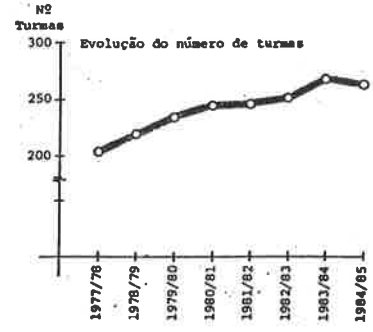
4.3.3.2.1 - Preparatório directo

A informação disponível sobre este grau de ensino encontra-se no quadro 4.3.3.1 embora sendo ensino obrigatório o preparatório constitui-se como primeira barreira, até em termos de tradição, à prossecução dos estudos por parte das crianças que acabam o ensino primário.

Relativamente ao número de alunos, "número de turmas" e relação "numero de alunos/turma" a informação disponível pode sintetizar-se no quadro e gráfico seguintes:

ANO LECTIVO	1977/78	78/79	79/80	80/81	81/82	82/83	83/84	84/85
Nº de alunos	5180	5260	5494	6018	6414	6601	6434	6350
Δ %		1,4	4,4	9,5	6,6	2,9	-2,5	-1,3
Nº de turmas	215	236	251	259	260	268	285	281
Nº alun./tur.	24	22	22	23	25	25	23	23

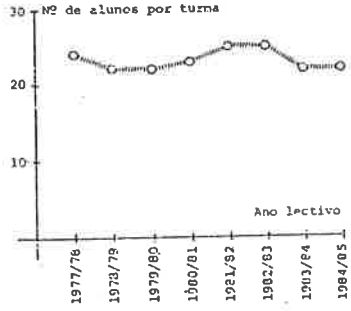




Contrariamente ao observado no ensino primário, o número de alunos no ensino preparatório directo tem vindo a aumentar. De qualquer modo, a partir do ano lectivo de 1983/84 observa-se uma inversão de tendência e o número de alunos começa a decrescer. Serão várias as razões para tal evolução. Desde logo, o facto de haver um cada vez menor número de crianças à procura de ensino (logo na escola primária); depois, os acréscimos observados foram obtidos por meio de melhorias de acessibilidades no sentido de trazer à escola preparatória um cada vez maior número de crianças que acabavam a escola primária, etc.

Por outro lado, observa-se um aumento do número de turmas.

A conjugação destes dois andamentos traduz-se numa certa redução tendencial do número de alunos por turma, tal como se pode constatar no gráfico seguinte:



As taxas de evolução do número de alunos entre os anos lectivos de 1977/78 a 1984/85 são as seguintes:

A % de 1977/78 a 1984/85	AGN	CDI	PPS	TRU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PCR	LSA	MCV	PRI	PRS	OLR	PNV	SRT	VNL	PCV	TOTAL
	90,7	0,0	1,0	122,4	23,6	32,5	-4,2	52,9	-8,2	29,0	85,6	53,6	60,1	-17,7	-16,8	-14,2	-58,3	43,4	22,4

Tal como anteriormente se referiu, se entre os dois momentos de tempo referidos, o número de alunos aumentou (22,4%), este acréscimo baseou-se em situações concelhias profundamente diferentes. De facto, enquanto nos concelhos do agrupamento de Sertã se observaram decréscimos acentuados (com particular realce para o concelho

de Vila de rei que viu a população escolar, no ensino preparatório, diminuir para menos de metade). Já nos concelhos de Arganil, Tábua, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares se observaram acréscimos superiores a 50% (com especial relevo no concelho de Tábua onde o acréscimo se cifrou em 122,4).

Finalmente, poder-se-à observar o comportamento do rácio "número de "alunos/professor" no quadro seguinte:

lação alunos/professor — Preparatório

ANO LECTIVO		79/80	80/81	81/82	
ZONA DO PINHAL		14,0	13,0	14,0	

NOTA: Apenas surgem valores para os anos lectivos 1979/80, 80/81 e 81/82 porque só para estes foi possível encontrar informação sobre o número de professores do ensino preparatório para todos os concelhos.

Poder-se-à afirmar que o número de alunos por professor é relativamente baixo e constante: na ordem dos 13/14 alunos por professor.

4.3.3.2.2 - Preparatório TV

A informação quantificada sobre este tipo de ensino surge sintetizada no quadro 4.3.3.2. Note-se a particularidade deste tipo de ensino que, utilizando um meio específico - a televisão, tem um carácter supletivo do ensino preparatório directo, atingindo uma população estudantil localizada fora da área de influência das escolas preparatórias existentes.

O ciclo preparatório TV não surge em todos os concelhos, em particular não surge nos concelhos de Góis, Alvaiàzere, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares.

No quadro seguinte pretende-se mostrar o que se passa relativamente ao "número de alunos", "número de postos de TV" e ainda a relação "número de alunos/postos de TV:

ANO LECTIVO	1978/79	79/80	80/81	81/82	82/83	83/84
Nº de alunos	908	1015		1032	879	845
Δ %		11,8			-14,8	-3,9
NºPostos TV	30	29		30	30	29
Nºalunos/p.TV	30	35		34	29	29

Desde logo se pode observar que o número de alunos abrangidos por este tipo de ensino tem vindo a decrescer (entre 1978/79 e 1983/84 o decréscimo atingiu 6,9%). Por outro lado, o peso dos alunos do ciclo preparatório TV no ensino preparatório directo para além de ser pequeno tem vindo a diminuir, tal como se pode observar no quadro seguinte:

ANO LECTIVO	1978/79	79/80	80/81	81/82	82/83	83/84
Alunos do preparatório TV (1)	908	1015		1032	879	845
Alunos do preparatório directo (2)	5260	5494		6414	6601	6434
(1) / (2) %	17,3	18,5		16,1	13,3	13,1

O "número de postos de TV" tem-se mantido constante (variando entre 29 e 30 postos) o que, conjugado com a evolução do "número de alunos", se traduz numa tendência para diminuição do "número de alunos por posto" (de 35 alunos por posto no ano lectivo de 1979/80 para 29 alunos por posto no ano lectivo 1983/84.

4.3.4 - Ensino secundário

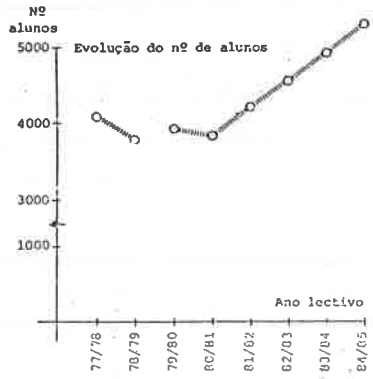
A informação quantificada disponível sobre este tipo de ensino encontra-se no quadro 4.3.4.

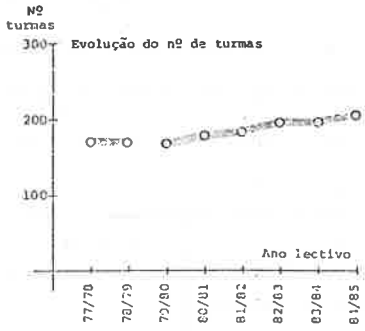
O primeiro conjunto de informações sobre o "número de alunos", "número de turmas" e "número de alunos/turma" pode encontrar-se no quadro e gráfico seguintes:

ANO LECTIVO	1977/78	78/79	79/80 (*)	80/81	81/82	82/83	83/84	84/85
Nº de alunos	4087	3884	3942	3809	4202	4554	4928	5303
Δ %		-5,0		-3,4	10,3	8,4	8,2	7,6
Nº de turmas	169	169	169	179	182	195	195	205
Nº alunos/turma	24,0	23,0	23,0	21,0	23,0	23,0	25,0	26,0

(*) Inclusão do concelho de Vila de Rei

NOTA: Não incluí o concelho de Penacova





NOTA: A descontinuidade dos traçados justifica-se pelo facto de entre os anos lectivos de 1978/79 e 1979/80 se ter alterado a base de incidência regional com a inclusão do concelho de Vila de Rei.

O "número de alunos" do ensino secundário tem vindo a aumentar, depois de nos anos lectivos iniciais considerados haver uma certa tendência para decréscimo.

A partir do ano lectivo 1980/81 o crescimento é contínuo (entre 1980/81 e 1984/85 o acréscimo observado no "número de alunos" atinge 39,2%), embora pareça haver uma certa desaceleração no ritmo de crescimento.

A evolução do "número de turmas" acompanha, de algum modo, a evolução observada no "número de alunos", ou seja, o "número de turmas" vai crescendo, embora mais lentamente que o "número de alunos". Deste modo o "número de alunos por turma" vai aumentando (passa de 24 alunos por turma no ano lectivo de 1977/78, para 26 alunos por turma no ano lectivo 1984/85).

Se é verdade que se observa uma tendência crescente, embora em desace

leração, no "número de alunos" o ensino secundário no conjunto da Zona do Pinhal, tal tendência não se observa em todos os concelhos. Considere-se o quadro seguinte:

Δ % de 77/78 a 84/85	AGN	GOI	FFS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVW	PGR	LSA	MCV	PML	PRS	OLR	PMV	SRT	VLR (1)	TOTAL
	86,1	25,6	-17,5	50,5	5,1	59,9	-13,9	6,8	6,3	26,2	266,3	34,4	50,0	-1,8	-10,6	19,2	59,5	29,8

(1) Entre 1979/80 e 1984/85

Desde logo se constata que, entre os dois anos lectivos extremos referidos, o "número de alunos" decresce em alguns concelhos - caso da Pampilhosa da Serra (-17,5%), Castanheira de Pera (-13,9%), Oleiros (-1,8%) e Proença a Nova (-10,6%).

Por outro lado, em alguns concelhos os acréscimos são superiores, ou iguais, a 50%, caso de Arganil (86,1%), Tábua (50,5%), Ansião (59,9%), Miranda do Corvo (266,3%), Vila Nova de Poiares (50,5%) e Vila de Rei (59,5%).

Considerando a relação "número de alunos/professor", a informação concelhia encontra-se no quadro 4.3.5 . Deve referir-se que surgem aqui dois valores anormais: um relação de 26,1 alunos/professor no concelho de Figueiró dos Vinhos, no ano lectivo de 1980/81 e de 46,7 alunos/professor no concelho de Miranda do Corvo, no ano lectivo de 1979/80. Talvez a explicação resida na sub-avaliação do número de professores.

No conjunto da Zona do Pinhal esta relação "aluno/professor" assumia os seguintes valores:

Relação alunos/professor — Secundário

ANO LECTIVO		79/80	80/81	81/82	
ZONA DO PINHAL		12,0	11,0	11,0	

NOTA: Referem-se os valores para estes anos lectivos, na medida em que apenas para eles se conseguiu obter uniformidade espacial - todos os concelhos - na obtenção de dados (número de alunos e número de professores).

Observa-se, então, que um professor, em média, se ocupa de 11/12 alunos. Parece ser um valor relativamente pequeno que, para além do mais, se tem mantido mais ou menos constante.

Optou-se por um tratamento separado do concelho de Penacova, porquanto não foi possível obter, para este concelho, e para o ensino secundário, informação sobre o número de turmas para os anos lectivos 1977/78, 1981/82, 1983/84 e 1984/85. Tornava-se, então, impraticável o cálculo da relação "alunos/turma" para o conjunto da Zona do Pinhal.

Relativamente ao número de alunos do ensino secundário no concelho de Penacova ele teve a seguinte evolução:

ANO LECTIVO	1977/78	78/79	79/80	80/81	81/82	82/83	83/84	84/85
Nº de alunos	264	291	234	246	255	301	351	354
Δ %		10,2	-19,6	5,1	3,7	18,0	16,6	0,9

Trata-se, portanto, de uma evolução crescente (entre os dois anos lectivos limite a taxa de evolução atingiu 34,1%), embora se processe por variações bruscas.

No que diz respeito à relação "alunos&professor" (quadro 4.3.5) observa-se que esta relação assume valores baixos na ordem dos 9/12 alunos por professor.

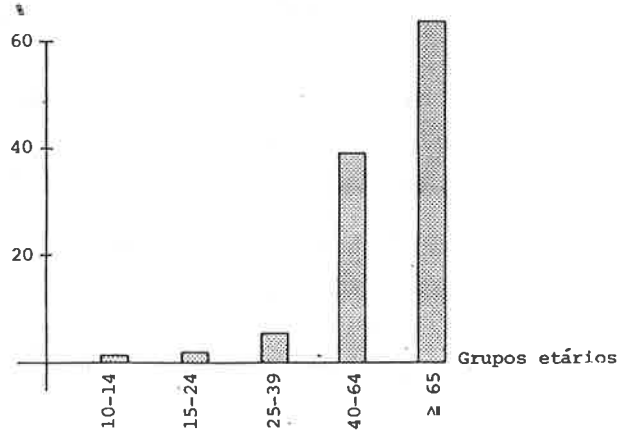
4.3.5 - Analfabetismo

Valores relativos ao ano de 1981 (quadro 4.3.6) mostram-nos que o fenómeno do analfabetismo existe por toda a Zona do Pinhal a assume valores relativamente elevados.

Deve notar-se que o conceito de "analfabetismo" é, neste contexto, meramente estatístico e trata-se do conjunto de pessoas que "não sabem ler nem escrever"

(não se considera em termos analíticos, mesmo aqueles que, estatísticamente, não tendo frequentado a escola, "sabem ler e escrever"). No entanto, talvez sociologicamente o conceito tenha uma amplitude e conteúdo diferentes, de tal modo que, aplicado ao conjunto da zona, a situação seja ainda mais grave do que aquela que os números, que a seguir se referem, pretendem traduzir.

Desde logo, se pode observar o número de analfabetos nos diferentes grupos etários e compará-los com a população total do mesmo grupo etário. O resultado pode ser sintetizado no gráfico seguinte:



ou seja, 1,2% da população do grupo etário 10-14 anos "não sabia ler nem escrever". No grupo etário 15-24 anos a percentagem do número de analfabetos, situados neste grupo etário, subia para 1,9%. A percentagem de pessoas que, no grupo etário 25-39 anos, "não sabia ler nem escrever" atingia já 5,4% do conjunto de pessoas situadas neste grupo etário. Nos grupos etários 40-64 anos e ≥ 65 anos a percentagem dos que "não sabem ler nem escrever", no conjunto da população destes grupos etários, atinge valores elevados: 38,4% das pessoas situadas no grupo etário 40-64 anos "não sabem ler nem escrever" e 63,2% das pessoas com idade igual ou superior a 65 anos também "não sabem ler nem escrever".

Por outro lado, a situação em cada concelho não difere muito da situação observada nos outros. De facto, os desvios padrões das distribuições de frequên-

cia relativos às percentagens de "analfabetos", nos diferentes grupos etários, no total da população destes, são pequenos, a denotar um comportamento concelhio semelhante. Aliás, basta atender aos coeficientes de variação (1), como medida de dispersão relativa, que são normalmente baixos (em particular nos grupos etários '40-64 e '≥ 65 anos')

GRUPO ETÁRIO	10-14	15-24	25-39	40-64	≥ 65
Coeficiente de variação %	46,96	34,35	32,42	19,67	12,92

(1) Coeficiente de variação = $\frac{\text{desvio padrão}}{\text{média}}$ (%)

Dada a distribuição de frequência

$X = (X_1, \ldots, X_n)$ define-se a média $\bar{X} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^{n} X_i$

e o desvio padrão $\sigma = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^{n} (X_i - \bar{X})^2}{n-1}}$

a significar que os valores observados em cada concelho são relativamente semelhantes aos valores médios de cada distribuição de frequência.

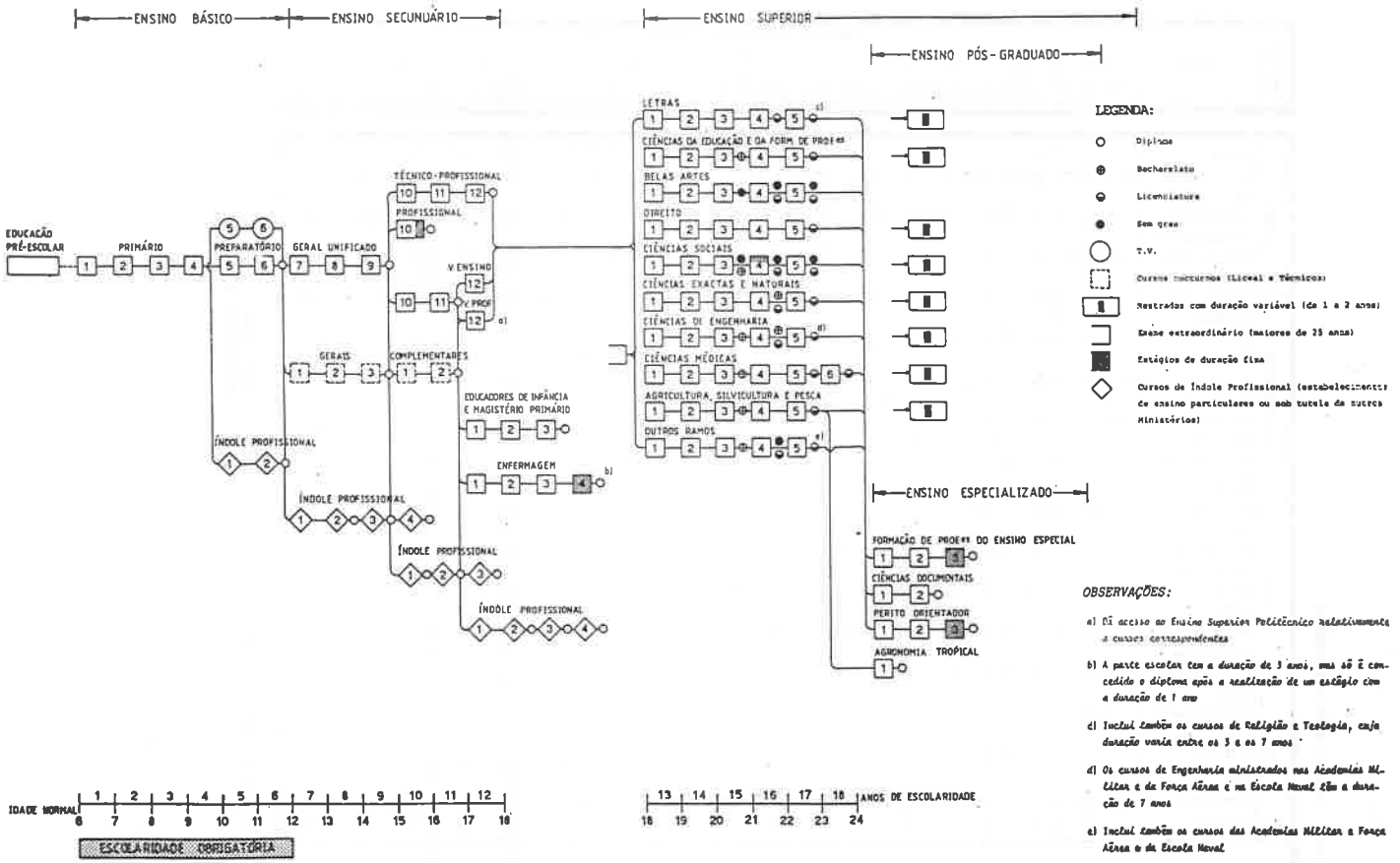
Gostar-se-ia de chamar a atenção para o seguinte:

- o facto de, mesmo nos grupos etários situados na escolaridade obrigatória, haver percentagens de analfabetos relativamente elevadas;

- no grupo etário 40-64 anos há concelhos onde a população analfabeta situada neste grupo etário atinge mais de 50% do total da população do referido grupo etário (caso da Pampilhosa da Serra - 50,8% - e Proença a Nova - 52,5%);

  no grupo etário ≥ 65 anos, os concelhos onde a percentagem de população que "não sabe ler nem escrever", relativamente ao total da população deste grupo etário, atinge valores superiores a 70% são os seguintes: Pampilhosa da Serra (72%), Alvaiàzere (70,1%), Oleiros (74,8%), Proença a Nova (79,4%), Sertã (72,8%) e Vila de Rei (70,4%).

Também no campo do analfabetismo a Zona do Pinhal surge bastante desfavorecida, podendo, de facto, a dimensão do analfabetismo atingir outras proporções, se o



ORGANOGRAMA 4.3.1 - ENSINO DEPENDENTE OU RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GRAUS, RAMOS E ACESSOS - ANO LECTIVO DE 1983-1984

QUADRO 4.3.1 GRAU DE ENSINO: PRÉ-PRIMÁRIO

TOTAIS	SERTÃ				LOUSÃ				FIGUEIRÓ DOS VINHOS					ARGANIL			
	VILA DE REI	SERRÉ	PROENÇA A NOVA	OLEIROS	VILA NOVA DE POIARES	PENELA	MIRANDA DO CORVO	LOUSÃ	PEDROGÃO GRANDE	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	CASTANHEIRA DE PERA	ASSÍO	ALVAIÁZERE	TÁBUA	PAMPILHOSA DA SERRA	PAÍS	ARGANIL
							103	50		22			16				200
							3	1		1			1				15
							34,5	50		22			16				13
		25	41	19	24		110	50		22			13	75			207
		3	2	1	1		5	1		1			1	3			14
		8	21	19	24		22	50		22			13	25			15
	15	25	30	23	62		113	50		50			27	73	22		198
	1	3	2	1	4		5	1		2			2	3	1		14
	15	0	19	23	16		23	50		25			14	24	22		14
	23	46	31	25	60		122	50		50			33	50	39		211
	1	4	2	1	4		5	1		2			2	2	2		13
	23	12	16	25	17		24	50		25			17	25	20		16
	19	47	26	25	77		113	100		50			38	61	36		247
	1	4	2	1	4		5	5		2			2	3	2		15
	19	12	13	25	19		23	30		25			19	20	18		16
	20	92	20	25	71		95	163		50			39	66	40		245
	1	6	2	1	4		4	5		2			2	3	2		14
	20	15	10	25	10		21	33		25			20	22	20		18

AGRUPAMENTOS / CONCELHOS

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR E DO NÚMERO DE SALAS DE AULA

1974/75			1975/76			1976/77			1977/78			1978/79			1979/80			1980/81			1981/82			1982/83			1983/84			1984/85		
(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)

FONTE: Delegações Escolares, a pedido dos GAT's

(1) - NÚMERO DE ALUNOS
(2) - NÚMERO DE SALAS DE AULA
(3) - RELAÇÃO ALUNOS/SALAS DE AULA

QUADRO 4.3.2 - GRAU DE ENSINO: PRIMÁRIO

AGRUPAMENTOS / CONCELHOS		TOTAIS	COI.	SERTÃ				LOUSÃ				FIGUEIRÓ DOS VINHOS					ARGANIL			
			PENACOVA	VILA DE REI	SERTÃ	PROENÇA A NOVA	OLEIROS	VILA NOVA DE POIARES	FOZ DE ARouce	PENCHARROS DE CIMA	LOUSÃ	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	CASTANHEIRA DE PERA	ARGANIL	ALMALAGUE	TOJAL	PAMPILHOSA DA SERRA	GÓIS	ARGANIL
1974/75	(1)	16537		488	2508	1130	1081	610	612	1090	1009	303	786	431	1409	865	1224	779	537	1427
	(2)	723		26	97	55	60	24	24	41	39	20	41	15	48	30	49	48	33	65
	(3)	23		19	26	21	10	25	26	27	20	19	19	29	39	23	25	16	16	22
1975/76	(1)	16601		531	2574	1167	1066	677	642	1030	1156	366	763	456	1567	907	1319	424	548	1480
	(2)	724		26	97	55	60	24	23	41	39	20	41	15	48	38	49	50	32	66
	(3)	23		20	27	21	10	28	20	25	30	18	19	30	33	24	27	8	17	22
1976/77	(1)	15633		432	2357	1050	934	639	615	992	1120	343	761	438	1434	820	1295	548	494	1353
	(2)	730		26	97	55	60	24	23	44	39	20	41	15	48	40	49	50	32	67
	(3)	21		17	24	19	16	27	27	23	29	17	19	29	30	21	26	11	15	20
1977/78	(1)	15417		366	2224	975	875	635	570	993	1165	354	758	446	1463	807	1300	697	473	1316
	(2)	733		23	97	55	60	24	23	44	39	20	41	15	48	40	55	50	32	67
	(3)	21		16	23	18	15	26	25	23	30	18	18	30	30	20	24	14	15	20
1978/79	(1)	14933	1620	322	2100	912	829	637	509	1017	1169	347	726	446	1375	701	1300	569	480	1326
	(2)	734		26	101	54	61	24	25	47	42	20	40	15	49	36	55	42	32	65
	(3)	20		12	21	17	14	27	24	22	20	17	18	30	20	22	24	14	15	20
1979/80	(1)	14409	1583	293	1908	884	797	625	548	960	1207	376	726	387	1342	753	1300	518	477	1308
	(2)	747		26	101	54	60	24	25	47	42	21	40	15	50	36	52	58	31	65
	(3)	19		11	19	16	13	26	22	20	29	18	18	26	27	21	25	9	15	20
1980/81	(1)	14109	1685	275	1805	853	748	618	537	1030	1174	355	709	376	1306	760	1346	520	463	1234
	(2)	764		26	103	51	61	20	25	47	51	21	40	15	50	36	52	58	35	65
	(3)	18		11	18	17	12	22	21	22	23	17	18	25	26	21	26	9	13	19
1981/82	(1)	13604	1530	247	1704	843	697	616	525	1011	1105	326	674	349	1264	721	1296	525	441	1190
	(2)	755		26	103	55	60	27	24	47	52	20	40	15	49	36	55	47	32	67
	(3)	18		10	17	15	11	23	22	22	23	16	17	23	26	20	24	11	14	18
1982/83	(1)	13370	1517	246	1628	778	664	613	535	1037	1175	335	663	360	1212	719	1306	527	425	1152
	(2)	761		26	101	55	60	27	31	50	49	21	40	14	49	36	57	44	35	66
	(3)	18		9	16	14	11	23	17	21	24	16	17	26	25	20	23	12	12	17
1983/84	(1)	13202	1507	230	1632	800	656	595	518	1017	1157	297	666	350	1169	707	1203	527	425	1175
	(2)	713		26	91	55	47	27	24	49	46	19	30	14	46	34	53	45	31	68
	(3)	19		9	18	15	14	22	22	21	25	16	18	25	25	21	24	11	14	17
1984/85	(1)	12396		229	1677	808	[illegible]	560	509	979	1171	303	667	367	1150	682	1246	494	432	1131
	(2)	651		26	91	55	[illegible]	26	23	44	40	19	30	14	46	34	42	44	31	70
	(3)	19		0	18	15	[illegible]	22	22	22	24	16	18	26	25	20	30	11	14	16

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR E DO NÚMERO DE SALAS DE AULA

FONTE: Direcção Geral do Equipamento Escolar para 1974/75 a 1982/83

- Direcção Escolar de Coimbra para 1983/84 e 1984/85
- Delegações Escolares dos distritos de Castelo Branco e Leiria para 1983/84 e 1984/85.

(1) - NÚMERO DE ALUNOS
(2) - NÚMERO DE SALAS DE AULA
(3) - RELAÇÃO ALUNOS/SALAS DE AULA

(a) Os totais não incluem os valores referentes ao concelho de Penacova, porque, não sendo comum a base temporal para o concelho de Penacova e os outros, a comparabilidade dos dados viria afectada.

Aliás, viria ainda afectada a análise porquanto não foi possível obter, para o concelho de Penacova, o número de salas de aula.

QUADRO 4.3.3.1 - GRAU DE ENSINO: PREPARATÓRIO

TOTAL	COI.	SERIA				LOUSÃ				FIGUEIRÓ DOS VINHOS					ARGANIL			
	PENACOVA	VILA DE REI	SERIA	PROENÇA A NOVA	OLEIROS	VILA NOVA DE POIARES	PIEDADE	MIRANDA DO CORVO	LOUSÃ	PEDROGÃO GRANDE	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	CASTANHEIRA DE PÊRA	ARGANIL	ALMALAGUES	TÁBUA	PAMPILHOSA DA SERRA	GÓIS	ARGANIL
5189	272	115	381	400	265	138	138	153	359	316	416	313	950	411	143	101	124	194
215	12	10	15	13	1	11	11	6	10	12	13	14	33	13	5	4	6	8
24	23	12	25	31	24	13	13	26	20	26	32	22	29	32	29	25	21	24
5060	315	96	380	414	240	157	123	225	350	316	409	295	901	305	151	103	113	191
236	16	10	15	13	11	11	11	17	10	12	13	14	37	13	5	5	6	9
22	20	10	26	32	22	14	11	13	20	26	31	21	27	30	30	21	19	21
5494	341	78	431	366	109	201	126	230	371	300	479	316	903	480	205	93	104	201
251	17	10	15	13	11	11	11	17	18	12	19	14	37	20	0	4	5	9
22	20	8	29	20	17	10	11	14	21	33	25	23	27	24	26	23	21	22
6018	325	75	507	368	193	225	191	245	450	300	494	314	1106	409	310	113	133	252
259	14	10	15	13	11	11	14	17	10	12	19	14	37	20	12	5	6	11
23	23	0	34	28	10	20	14	14	25	26	26	22	30	20	26	23	22	23
6414	357	60	459	359	233	265	231	254	460	300	553	337	1206	402	351	86	139	282
260	14	10	15	13	11	11	14	17	10	12	19	14	37	20	13	4	6	12
25	26	6	31	20	21	24	17	15	26	25	29	24	33	24	27	22	23	24
6601	384	72	412	381	233	235	226	270	436	302	621	336	1225	493	317	97	147	424
268	16	10	15	13	11	11	14	17	10	12	19	14	37	20	11	4	7	19
25	24	7	27	29	20	21	16	16	24	25	33	24	33	25	29	24	21	22
6434	404	53	335	315	199	220	214	295	450	304	629	323	1212	491	322	97	148	385
285	16	10	15	13	11	23	14	17	10	12	22	16	37	20	11	4	7	19
23	25	5	22	27	10	10	15	17	25	25	29	20	33	25	29	24	21	20
6350	390	48	327	333	165	221	212	204	463	290	636	300	1259	500	310	102	124	370
281	15	10	15	13	11	23	14	17	13	12	22	16	40	20	12	4	6	18
23	26	5	22	26	15	10	15	17	36	24	29	19	31	25	27	26	21	21

AGRUPAMENTOS

CONCELHOS

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR E DO NÚMERO DE SALAS DE AULA

	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85
(1)											
(2)											
(3)											

FONTE: Delegações Escolares.

Para os concelhos do agrupamento de Arganil a Fonte foi:
- Ministério da Educação, Divisão de Estatística.

(1) - NÚMERO DE ALUNOS
(2) - NÚMERO DE SALAS DE AULA
(3) - RELAÇÃO ALUNOS/SALAS DE AULA

QUADRO 4.13.2 - GRAU DE ENSINO: PREPARATÓRIO T.V.

TOTAL	COI.	SERTÃ				LOUSÃ				FIGUEIRÓ DOS VINHOS					ARGANIL			
	PENACOVA	VILA DE REI	SERTÃ	PEDRÓGÃO A NOVA	OLEIROS	VILA NOVA DE POISO	PEDRÓGÃO GRANDE	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	CASTANHEIRA DE PÊRA	ANSIÃO	ALVAIÁZERE	TÁBUA	PAMPILHOSA DA SERRA	ÉRIS	ARGANIL
908	135	52	94	89	59			04	43				40		42	107		155
30	3	2	5	2	3			1	1				2		1	7		3
30	45	26	18	45	20			04	43				24		42	15		52
1015	150	53	118	94	81			76	43				82		38	114		166
29	3	2	5	2	3			1	1				2		1	6		3
35	50	27	24	47	27			76	43				41		30	19		55
						Não existe	Não existe			Não existe	Não existe	Não existe		Não existe			Não existe	
1032	198	36	115	72	45			70	52				93		30	111		202
30	3	2	5	2	3			1	1				2		1	7		3
34	66	10	23	36	8			70	52				47		30	16		67
879	172	42	113	76	50			01	40				79		34	109		75
30	3	2	5	2	3			1	1				2		1	7		3
29	57	21	23	38	27			01	40				40		34	16		25
845	177	39	113	72	40			74	44				83		28	114		61
29	3	2	5	2	3			1	1				2		1	7		2
29	59	20	23	36	13			71	41				42		14	16		31

AGRUPAMENTOS / CONCELHOS — EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR E DO NÚMERO DE POSTOS DE T.V.

1974/75			1975/76			1976/77			1977/78			1978/79			1979/80			1980/81			1981/82			1982/83			1983/84			1984/85		
(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)

FONTE: Ministério da Educação
Divisão de Estatística.

(1) - NÚMERO DE ALUNOS
(2) - NÚMERO DE POSTOS DE T.V.
(3) - RELAÇÃO ALUNOS/POSTOS DE T.V.

QUADRO 4.3.4 - GRAU DE ENSINO: SECUNDÁRIO

TOTAIS	COÍ.	SERTÃ				LOUSÃ				FIGUEIRÓ DOS VINHOS					ARGANIL			
	PENACOVA	VILA DE REI	SERTÃ	PROENÇA A NOVA	SICÓ	VILA NOVA DE POIARES	POIARES	MIRANDA DO CORVO	LOUSÃ	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	CASTANHEIRA DE PERA	ASSISTÊNCIA	ASSISTÊNCIA	ARGANIL	PAMPILHOSA DA SERRA	GÓIS	ARGANIL
4351	264		409	661	169	120	120	06	539	120	220	150	424	214	212	126	82	323
169			16	24	6	0	6	3	20	6	11	7	10	10	8	6	5	15
24			31	28	28	16	21	29	27	21	20	23	24	21	: 27	21	16	22
4175	291		402	640	187	114	132	155	440	130	107	149	436	175	188	124	67	351
182	13		16	24	7	8	6	7	20	6	9	6	19	9	8	6	3	15
45	22		26	27	27	14	22	22	22	22	21	25	: 23	19	24	21	22	23
4176	234	42	423	564	197	113	124	200	351	133	173	143	440	171	157	106	79	438
179	10	2	15	22	7	6	5	10	18	5	10	7	20	8	6	5	4	19
46	23	21	20	26	20	13	25	20	20	27	17	20	22	21	26	21	20	23
4055	246	62	470	573	189	134	111	191	342	139	183	134	344	167	165	81	78	446
200	21	3	10	23	7	7	6	10	17	6	8	7	20	10	6	4	4	22
33	12	21	25	25	27	19	19	19	20	23	23	19	17	17	28	20	20	20
4457	255	71	480	565	190	176	114	220	370	133	198	151	520	163	176	113	72	474
182		3	19	23	7	7	9	10	17	5	9	6	23	9	6	5	4	20
23		24	26	25	27	25	13	22	22	27	22	25	23	10	29	23	18	24
4855	301	72	503	624	101	180	120	245	490	140	100	154	571	162	211	113	88	496
207	12	3	20	21	7	9	7	10	22	6	9	7	25	8	8	6	4	23
48	25	24	25	30	26	20	10	25	22	25	21	22	23	20	26	19	22	22
5279	351	64	560	607	179	180	144	247	602	142	216	130	655	106	277	111	89	523
195		3	22	20	7	7	6	10	21	6	9	7	28	7	9	5	5	20
25		21	26	30	26	26	24	25	29	24	24	20	23	27	31	22	18	26
5657	354	67	503	591	166	192	172	315	680	136	235	136	670	225	319	104	103	601
205		4	22	20	7	9	7	13	22	6	11	7	29	8	9	5	6	20
26		17	27	30	24	31	25	24	31	23	21	19	23	28	35	21	17	30

AGRUPAMENTOS

CONCELHOS

- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR E DO RÁCIO DE SALAS DE AULA

1974/75		1975/76		1976/77		1977/78		1978/79		1979/80		1980/81		1981/82		1982/83		1983/84		1984/85		
(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(3)
4351	264		409	661	169	120	120	06	539	120	220	150	424	214	212	126	82	323				
169			16	24	6	0	6	3	20	6	11	7	10	10	8	6	5	15				
24			31	28	28	16	21	29	27	21	20	23	24	21	: 27	21	16	22				
4175	291		402	640	187	114	132	155	440	130	107	149	436	175	188	124	67	351				
182	13		16	24	7	8	6	7	20	6	9	6	19	9	8	6	3	15				
45	22		26	27	27	14	22	22	22	22	21	25	: 23	19	24	21	22	23				
4176	234	42	423	564	197	113	124	200	351	133	173	143	440	171	157	106	79	438				
179	10	2	15	22	7	6	5	10	18	5	10	7	20	8	6	5	4	19				
46	23	21	20	26	20	13	25	20	20	27	17	20	22	21	26	21	20	23				
4055	246	62	470	573	189	134	111	191	342	139	183	134	344	167	165	81	78	446				
200	21	3	10	23	7	7	6	10	17	6	8	7	20	10	6	4	4	22				
33	12	21	25	25	27	19	19	19	20	23	23	19	17	17	28	20	20	20				
4457	255	71	480	565	190	176	114	220	370	133	198	151	520	163	176	113	72	474				
182		3	19	23	7	7	9	10	17	5	9	6	23	9	6	5	4	20				
23		24	26	25	27	25	13	22	22	27	22	25	23	10	29	23	18	24				
4855	301	72	503	624	101	180	120	245	490	140	100	154	571	162	211	113	88	496				
207	12	3	20	21	7	9	7	10	22	6	9	7	25	8	8	6	4	23				
48	25	24	25	30	26	20	10	25	22	25	21	22	23	20	26	19	22	22				
5279	351	64	560	607	179	180	144	247	602	142	216	130	655	106	277	111	89	523				
195		3	22	20	7	7	6	10	21	6	9	7	28	7	9	5	5	20				
25		21	26	30	26	26	24	25	29	24	24	20	23	27	31	22	18	26				
5657	354	67	503	591	166	192	172	315	680	136	235	136	670	225	319	104	103	601				
205		4	22	20	7	9	7	13	22	6	11	7	29	8	9	5	6	20				
26		17	27	30	24	31	25	24	31	23	21	19	23	28	35	21	17	30				

FONTE: Ministério da Educação
Divisão de Estatística

(1) - NÚMERO DE ALUNOS
(2) - NÚMERO DE SALAS DE AULA
(3) - RELAÇÃO ALUNOS/SALAS DE AULA

QUADRO 4.3.5 - RELAÇÃO ALUNO / PROFESSOR

AGRUP.	CONCELHOS	ENSINO PRIMÁRIO									ENSINO PREPARATÓRIO									ENSINO SECUNDÁRIO									OBSERVAÇÕES
		1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85		
ARGANIL	ARGANIL	16,9	17,7	15,6	14,9	13,2	INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL		9,6	10,6	11,0	12,8	INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL		15,4	9,8	11,2	9,5	10,3	11,3	14,1			
	GÓIS	16,0	15,4	13,6	16,3	15,7				5,8	7,0	8,2			6,2		4,6	4,6	3,6		7,9			
	P. DA SERRA	19,0	12,6	12,7	13,1	11,3				7,8	7,5	8,6			7,8		7,6	11,6	8,1		6,9			
	TÁBUA	18,3	20,6	18,7	19,3	18,4			11,6	12,1	14,8	14,6			15,1	12,5	11,2	11,8	9,8	12,4	12,0			
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	20,0	17,9	17,3	19,5	18,0				9,4	11,0	14,1			11,8		10,7	9,8	9,6		11,8			
	AUSÃO	21,8	21,6	19,8	18,6	19,2				10,1	10,5	9,5			23,0		21,3	14,3	14,1		22,6			
	CAST. DE PEIA	17,2	15,5	11,1	19,4	18,9				8,7	8,6	11,5			8,2		13,0	12,2	13,7		9,1			
	FIGUEIRÓ DOS V.	18,2	15,8	18,2	17,3	17,4				8,7	7,3	8,4			10,1		7,9	26,1	12,4	11,8	9,0			
	PEDRÓGÃO GRANDE	16,5	17,9	13,1	15,5	14,6				10,9	8,0	10,1			10,3		13,3	9,9	9,5		9,7			
LOUSÃ	LOUSÃ	22,5	21,9	18,3	19,4	18,1			12,6	11,2	11,6	11,5			11,1	10,2	9,5	9,5	9,0	9,8	10,6			
	MIRANDA DO CORV.	21,2	19,2	20,2	16,9	17,0				7,0	8,2	8,5			10,9		46,7	7,3	16,9		13,1			
	PENELA	19,6	20,3	14,9	14,6	16,4				11,4	15,3	11,4			11,8		15,5	10,1	5,7		12,3			
	VAL. DE PORCOS	23,6	21,6	22,9	18,7	13,0				7,1	7,2	7,5			8,2		4,5		7,3		10,1			
SERTÃ	CASTANHEIRA	16,3	13,7	13,9	11,5	11,4				16,6	15,0	14,3			9,7		16,4	14,5	15,8		12,8			
	PROENÇA A NOVA	17,5	13,2	17,1	15,1	11,5			14,7	15,2	14,2	14,5			12,3	17,8	13,4	13,0	16,1	16,4	16,0			
	SERTÃ	19,3	17,2	17,9	15,4	18,1			17,5	17,1	14,0	13,8				13,6	15,1	14,2	17,4	15,2	15,8			
	VILA DE REI	14,0	8,9	11,0	9,9	11,2				7,1	11,4	7,8			5,3		3,8	8,9	5,9		6,1			
COIM-BRA	PENACOVA	17,8	16,2	16,0	13,8	14,0			9,8	10,3	11,6	11,5				11,6	10,2	9,8	9,8	10,4	11,7			

FONTE: Ministério da Educação, Divisão de Estatística

QUADRO 4.3.5 - ANALFABETISMO (NÃO SABE LER NEM ESCREVER)

AGRUP.	CONCELHOS	GRUPOS ETÁRIOS														
		10 - 14			15 - 24			25 - 39			40 - 64			≥ 65		
		TOTAL (2)	ANALFA- (1)	(1)/(2) %	TOTAL (2)	ANALFA- (1)	(1)/(2) %	TOTAL (2)	ANALFA (1)	(1)/(2) %	TOTAL (2)	ANALFA (1)	(1)/(2) %	TOTAL (2)	ANALFA- (1)	(1)/(2) %
ARGANIL	ARGANIL	1158	13	1,1	2237	48	2,1	2166	120	5,5	4804	1665	34,7	3112	1757	56,5
	GÓIS	419	4	1,0	798	18	2,3	823	45	5.5	2051	796	38,8	1532	846	55,2
	P. DA SERRA	539	5	0,9	1056	17	1,6	879	72	8,2	2386	1212	50,8	1650	1188	72,0
	TÁBUA	1100	23	2,1	1807	66	3,7	1983	151	7,6	3959	1443	36,4	2563	1428	55,7
F. DÓS VINHOS	ALVAIÀZERE	708	8	1,1	1481	34	2,3	1425	99	6,9	3413	1305	38,2	2187	1533	70,1
	ANSIÃO	1326	9	0,7	2417	41	1,7	2492	129	5,2	4372	1657	37,9	2586	1510	58,4
	CAST. DE PERA	396	6	1,5	690	9	1,3	887	21	2,4	1533	498	32,5	912	504	55,3
	FIGUEIRÓ DOS V.	648	11	1,7	1335	32	2,4	1285	50	3,9	2749	1002	36,4	1553	931	59,9
	PEDRÓGÃO GRANDE	328	5	1,5	719	19	2,6	794	56	7,1	2047	870	42,5	1339	820	61,2
LOUSÃ	LOUSÃ	1048	11	1,0	1927	20	1,0	2284	59	2,6	3642	884	24,3	2088	1131	54,1
	MIRANDA DO CORV	1004	18	1,8	1873	28	1,5	2051	76	3,7	3558	1124	31,6	1957	1176	60,1
	PENELA	574	3	0,5	1049	19	1,8	1147	46	4,0	2667	844	31,6	1652	935	56,6
	V.N. DE POIARES	553	14	2,5	980	30	3,1	899	49	5,5	1885	625	33,2	1153	666	57,8
SERTÃ	CELTROS	775	9	1,2	1608	27	1,7	1266	100	7,9	3365	1643	48,8	1939	1444	74,8
	FENIX A NOVA	904	6	0,7	1741	28	1,6	1482	86	5,8	3953	2076	52,5	2383	1891	79,4
	SERTÃ	1969	15	0,8	3409	63	1,8	2821	214	7,6	6750	3106	46,0	3701	2696	72,8
	VILA DE REI	348	1	0,3	758	12	1,6	475	27	5,7	1550	555	35,8	1109	781	70,4
COI.	PENACOVA	1461	19	1,3	2782	35	1,3	2933	124	4,2	4849	1569	32,4	2416	1410	58,4
TOTAL		14858	180	1,2	28667	546	1,9	28092	1524	5,4	59533	22874	38,4	35823	22647	63,2

FONTE: INE, XII Recenseamento Geral da População, 1981

conceito utilizado, por facilidade de obtenção de dados, fosse outro, que não o estatístico.

4.4 - Saúde

4.4.1 - Equipamento

A análise do equipamento de saúde deverá ser feita tomando em consideração que algum desse equipamento - em particular determinados hospitais - tem um raio de alcance máximo elevado, podendo mesmo abranger o próprio País, justificando-se a sua existência através de um limiar mínimo de "procura", para o qual a população da zona onde está inserido não chega, necessitando-se da "procura" de outras razões.

Quer dizer, há uma inter-relação necessária entre os diferentes níveis de exercício da mesma função saúde, e para tal exercício nem todos os equipamentos tem que estar presentes na zona em estudo, sem que tal signifique que tal função seja exercida com estrangulamentos e consequentes deseconomias.

Não significa o que se disse anteriormente que o exercício da função saúde seja o melhor, talvez nem sequer o desejável, na zona em estudo. De facto, se algum equipamento existe disponível - edifícios, etc. - outro não existe - raios X, etc., tal como não existem alguns recursos humanos - obrigando as pessoas a deslocar-se à procura de tais equipamentos.

No quadro 4.4.1 - pode ver-se o esquema de estabelecimentos de saúde existentes na Zona do Pinhal (ZP) e outros existentes no conjunto da Região Centro e que servem de apoio às populações da ZP. Uma análise sumária de tal esquema evidencia a localização em Coimbra de um grande número de hospitais-gerais e especializados - que prestam cuidados de saúde diferenciados e outros estabelecimentos que prestam cuidados de saúde mental (aqui surge representado o concelho de Penacova, onde se localiza o Hospital Psiquiátrico do Lorvão).

Ao nível dos concelhos prestam-se os cuidados de saúde primários através dos Centros de Saúde e das suas extensões, normalmente nas sedes de fréguesia.

Ao nível das extensões deve dizer-se que nem todas as freguesias estarão cobertas, porquanto existindo cerca de 112 extensões as freguesias são em número de 138.

4.4.2 - Recursos humanos

Uma síntese dos recursos humanos encontra-se no quadro 4.4.2. Os elementos constantes no quadro referido evidenciam a quase total inexistência de pessoal de saúde (laboratório, sanitário e de farmácia), bem como de técnicos auxiliares de diagnóstico/terapêutico.

Por outro lado, embora se manifeste a existência de quadros médicos e de enfermagem eles parecem ser demasiado exíguos, ao menos quando se comparam com os valores observados quer na Região Centro, quer no Continente. Observe-se o quadro seguinte:

	Nº hab/médico	Nº hab/enfermeiro
(1) ZP	1493	1286
(2) RC	713	
(3) Continente	522	
(1) / (2)	2,02	
(1) / (3)	2,75	

Constata-se que o número de habitantes que, em média, cada médico tem a seu cuidado na Zona do Pinhal é mais que duplo do número observado na Região Centro e é 2,75 vezes mais elevado do que para o conjunto do País.

Observe-se, ainda, que o número de habitantes por enfermeiro não se afasta muito do indicador 'número de habitantes/médico'.

Em termos conclusivos poder-se-à afirmar que existem na Zona do Pinhal alguns equipamentos - em termos de instalações físicas - onde se prestam os cuidados de saúde primários. Ao nível dos cuidados de saúde diferenciados e de saúde mental ganham particular relevo os equipamentos existentes na cidade de Coimbra.

QUADRO 4.4.1- ESQUEMA DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

	CUIDADOS DE SAÚDE DIFERENCIADOS								CUIDADOS DE SAÚDE MENTAL		AGRUPAMENTO	CONCELHOS	CENTROS DE SAÚDE	DISTÂNCIA AO HOSPITAL (KM)	CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
	HOSPITAIS GERAIS				HOSPITAIS ESPECIALIZADOS										
	CENTRAIS		DISTRITAIS		CENTRAIS		DISTRITAIS								EXTENSÕES
	DESIGNAÇÃO	CAMAS	DESIGNAÇÃO	CAMAS	DESIGNAÇÃO	CAMAS	DESIGNAÇÃO	CAMAS	DESIGNAÇÃO/ ESPECIALIDADE	CAMAS					
CASTELO BRANCO			R. Castelo Branco	306					CSM-C.Branco UEP-" - DISP-C.Branco CIMG-" "	120	SERTÃ	Oleiros		60	Alvaro, Amieira, Cambas, Estreito, Foz do Giraldo, Isna, Madeira, Mosteiro, Orvalho, Sarnadas de S.Simão, Sobral e Vilar Barroco (Bogas de Baixo e Janeiro de Cima Conc:Fund.
			R. Covilhã	204								Proença a Nova		51	Alvito da Beira, Isna de Oleiros, Montes da Senhora, Peral, S.Pedro do Esteval e Sobral Formosa.
			H. Fundão	117					CSM-Covilhã CIMG- "	50		Sertã		71	Cabeçudo, Carvalhal, Castelo, Carnacha do Bonjardim, Cumeada, Figueiredo, Marmeleiro, Pedrógão Pequeno, Troviscal, Valongo e Várzea.
TOTAL			3	627					DISP- "			Vila de Rei		60	S. João do Peso
COIMBRA	H. Covões	397	E.Cantanhede	90	H. Rovisco Pais (lepra)	220			7	170	ARGANIL	Arganil		65	Benrio, Barril de Alva, Lagarias, Casal Novo, Celavisa, Cepos, Coja, Folhadosa, Gabinete, Pomares, Pinheiro de Aldeia, Pinheiro de Coja, Serpins, Sobral de Alva e Vila Cova de Alva.
	H.Pediátrico do Celas	145	H. Figueira da Foz	160	I.P.O.	111			H.PS-Coimbra	735		Góis		41	Alvares, Cadafaz, Cabreira, Colmeal, Cozes, Ponto do Sôito e Vila Nova do Ceira.
	F. Universidade	1243							H.PS-Penacova	330		P.da Serra		85	Dornelas do Zêzere, Santa Luzia e Unhais o Velho
	M. Bissaya Barreto	109							CSM-Coimbra	60		Tábua		65	Azere, Candosa, Carapinha, Ceves, Covelo, Espariz, Pedo de Mentes, Midões, Mourondo, Pinheiro de Coja, Póvoa da Midões, Sinde e Vila Nova do Oliveirinha.
									CSM-Coimbra	50	LOUSÃ	Lousã		28	Casal do Ermio, Fontanhas, Foz de Arouce,
									DISP-Coimbra			Miranda do Corvo		22	Papel do Prado, Serpins e Vale de Maceiras.
									DISP-Penacova			Penela		37	Lamas, Rio de Vide, Semide, Soraves e Vila Nova.
									CRA-Coimbra			V.N. Poiares		22	Espinhal e Rabaçal
TOTAL	4	1894	2	250	2	331			7	1175	COI.	Penacova		20	Carvalho, Moura Morta e Ribas.
LEIRIA			H. Alcobaça	74					CA-Condeixa-a-Nova	139	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	Alvaiázere		58	Carvalho, Figueira do Lorvão, Friúmes, Gondolim, Lorvão, Miro, S.Pedro d'Alva.
			H. Rainha D. Leonor	163								Ansião		50	Almostor, Maçãs de D. Maria, Pelmá e Zaga da Murta.
			H. Caldas da Rainha	94								Cast. Pera		90	Alvorge, Avelar, Chão de Couce, Santiago da Guarda
			H. Leiria	183								F.dos Vinhos		73	Cóentral
			H. Pombal	88								P. Grande		91	Aguda, Arega e Campelo
TOTAL			5	602					1	139					Graça, Vila Facaia

FONTE: Ministério da Saúde/DEPS/Divisão de Estatística Geral, Outubro 1984
A.R.S.-Castelo Branco, Coimbra e Leiria.

CA - Colónia Agrícola CIMG - Clínicas de Internamento em Hospitais Gerais CRA - Centro de Recuperação de Alcoólicos CSM - Centro de Saúde Mental
CSMI - Centro de Saúde Mental Infantil DISP - Dispensário H - Hospital HD - Hospital Distrital HPS - Hospital Psiquiátrico

QUADRO 4.4.2 - DISPONIBILIDADES DOS CENTROS DE SAÚDE

AGRUP.	CONCELHOS	POPULAÇÃO	PESSOAL SUPERIOR						PESSOAL TÉCNICO PROFISSIONAL				VALÊNCIAS				
			Médicos			PESSOAL DE SAÚDE			TÉC. AUXIL.	ENFERMEIROS	TÉCNICO SANITÁRIO	CAMAS		DEMORA MÉDIA DIA DE INTERNAMENTO	TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO %	ATENDIM. PERMANENTE/URGENTE
			SAÚDE PÚBLICA	CLÍN. GERAL E OUTROS	/1000 hab.	LABORATÓRIO	SANITÁRIO	FARMÁCIA	DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO			NÚMERO	/1000 hab.			
ARGANIL	ARGANIL	15507		10	0,6	2			1	8	1	30 a) 78 b)	1,9 5,0	11,7	4,9	0-24H
	GÓIS	6434	1	7	1,3					5	1	14	2,2	9,5	49,1	0-24H
	P. DA SERRA	7493		5	0,7					10		14	1,9	28,9	56,0	0-24H (3 dias/semana)
	TÁBUA	13456	1	9	0,7					16	1	82	6,1	17,8	52,0	0-24H
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	10510		6	0,6					5	1	Tem 25 camas inoperativas pelo que não há valores				Em regime de chamada
	AUSTÃO	15456		9	0,6					7	1	25	1,7	f)	f)	-
	CAST. DE PEDR	5137	1	2	0,6					4	1	17	2,8	f)	f)	8H-20H nos dias de aberta
	FIGUEIRÓ DOS V.	8754	1	6	0,8					5		30	3,6	f)	f)	
	PEDRÓGÃO GRANDE	5842		3	0,5					3	1					
LOUSÃ	LOUSÃ	13020	1	12	1,0					15	1	5 41 c)	0,4 3,2	10,0	46,0	8H-20H
	MIRANDA DO CORVO	12231	1	11	1,0					16	1	22	1,8	16,2	0,52	0-24H
	PENELA	8023	2	5	0,9					8	1	16	2,0	12,2	0,73	0-24H
	V.N. DE POIARES	6649	2	5	1,1					10	1	16	2,4	14,7	63,6	0-24H
SERTÃ	GOEIROS	10183		3	0,3					4	1	Tem 10 camas inoperativas pelo que não há valores .				e)
	PROENÇA A NOVA	11953	1	5	0,5					7	1	28	2,5	10,5	34,4	0-24H
	SERTÃ	21503		9	0,4	1			1	10	1	36	1,7	30,0	28,0	0-24H
	VILA DE REI	4654		2	0,4					3	1	Tem 16 camas inoperativas pelo que não há valores				
COI	PENACOVA	17351	1	9	0,6					15	1	12	0,7	12,5	26,89	8H-20H
TOTAL		194146	12	118	0,7	3			2	151	16	347	1,8			

FONTE: A.R.S. de Coimbra, Castelo Branco e Leiria.

Note-se, por outro lado, a falta de equipamentos auxiliares de diagnóstico - raios X, etc. Também parecem não abundar os recursos humanos. Na verdade, desde logo se constata que cada médico tem, em média, ao seu cuidado um número elevado de habitantes, o mesmo sucedendo em relação ao pessoal de enfermagem. No entanto, é particularmente sentida a falta de certo tipo de quadros intermédios: pessoal de saúde (laboratório, sanitário e farmácia) e pessoal auxiliar de diagnóstico e terapêutico.

5 - Incêndios florestais

5.1 - Introdução

O problema dos incêndios florestais, em particular na floresta de pinheiro que cobre a região designada por Zona do Pinhal (ZP), surge a partir do momento em que o seu número e a sua amplitude, em termos de área ardida, não podem ser justificados apenas por causas naturais. Ou seja, incêndios florestais, em particular na floresta de pinheiro bravo, têm causas naturais e outras causas. Aliás, sendo o pinheiro uma resinosa, fácilmente combustível e explorado em sistema de monocultura, propicia o surgimento e o desenvolvimento dos incêndios por meios naturais (um raio que cai e incendeia, etc.). Por outro lado, admite-se que outras causas originam incêndios, (1) negligência e (2) acto premeditado. No primeiro caso, o descuido de uma queimada mal realizada, um fósforo mal apagado que se lança fora, uma fogueira que não se apagou convenientemente, etc. No segundo caso, hão-de estar diferentes motivações - desde o pirómano até ao diferencial do preço entre material lenhoso verde e queimado, etc.

Por outro lado, a estrutura fundiária das explorações florestais parece não ser a melhor para essa mesma exploração florestal: explorações de pequena dimensão e altamente parcelizadas

Acresce ainda o facto de a exploração florestal desempenhar um papel particular nesta zona: o de reserva de valor, quer dizer, algo que está mais à mão, fácilmente materializável, para concorrer a qualquer "acidente de percurso" dos seus

detentores (uma doença mais prolongada, as obras a realizar na casa, etc.). Ou seja, a racionalidade tradicional da exploração florestal é outra, e diferente da produção para mercado dos produtos florestais. Aliás, a extracção de resina vai proporcionando um rendimento monetário regular, talvez baixo, mas de qualquer modo efectivo.

Deve também referir-se a circunstância de a falta de mão-de-obra, a estrutura fundiária, etc. originarem o facto de as florestas não serem limpas de pequenos arbustos, ramos, mato, etc. que tornam mais fácil a propagação dos incêndios.

Um raciocínio demasiado simplista tenderia a ver como causas dos incêndios, em termos de premeditação (1) a necessidade de abastecimento de matéria-prima, a baixo preço, as serrações de madeira e (2) a necessidade de ir deixando espaço liberto para se plantarem eucaliptos. Talvez um pouco de tudo isto, mas no fundo está uma característica própria do povo português: prefere ter hoje tudo, mesmo à custa de amanhã não ter nada, do que ter um pouco hoje e um pouco amanhã, mas ter sempre, no fundo a nossa não capacidade para planear, mas a nossa capacidade para improvisar, por vezes mal. De qualquer modo tenha-se em atenção que os recursos florestais são recursos naturais renováveis, mas com ritmos de renovação específicos (um pinheiro para a construção civil demorará 30-50 anos a formar-se) que é necessário acautelar sob pena de se poderem vir a conhecer rupturas importantes no tecido económico-social.

Algumas notas sobre a análise numérica que se vai fazer a seguir:

1. considera apenas o período 1980/83 (inclusivé), o que é redutor, porquanto grandes incêndios, em termos numéricos e de dimensão, ocorram, por exemplo, em 1975/76;
2. a análise não abrange todos os concelhos, porquanto para alguns - - os do agrupamento da Sertã e de Penacova - os serviços oficiais competentes não nos forneceram os dados em tempo útil;
3. apenas foram considerados incêndios cuja dimensão atingiu 10 ha ou mais, não se levando em consideração o grande número de peque-

nos incêndios normalmente verificado na zona em estudo;

4. os preços utilizados são preços médios para cada um dos anos, diferenciados por espécies, obtidos junto das empresas utilizadoras / transformadoras de material lenhoso;

5. cometem-se algumas incorrecções formais, porquanto se procede ao somatório de áreas ardidas entre 1980/83, correndo-se o risco de se considerar duas, ou mais, vezes a mesma área, bastando, para tal, que tivesse ardido em dois anos.

5.2 - Áreas queimadas

A quantificação das áreas queimdas, por si só, não explicita a dimensão do problema que os incêndios constituem. Na verdade, haverá que relativizar os valores das áreas queimadas com qualquer outro elemento que nos apreender a real dimensão do problema, através da construção de um conjunto de indicadores. Os indicadores construídos foram os seguintes:

- (a) "área total queimada / área concelhia total" (%)
- (b) "área queimada arborizada / área florestada". (%)

Os resultados obtidos podem ser observados no quadro 4.2.1, gráfico 4.2.1, mapa 4.2.1, quadro 4.2.2, gráfico 4.2.2 e mapa 4.2.2.

Relativamente ao indicador (a) podemos fazer uma hierarquização dos concelhos por ordem decrescente, ou seja, partindo daqueles cuja percentagem de área concelhia ardida é mais elevada até àquele cuja percentagem de área concelhia ardida é mais baixa. Tal hierarquização é a seguinte:

Miranda do Corvo	38,2 %	Góis	19,0 %
Pampilhosa da Serra	36,0 "	F.Vinhos	18,4 "
Vila Nova de Poiares	35,0 "	Tábua	18,4 "
Arganil	31,0	Lousã	18,1 "
Pedrógão Grande	28,9 "	Castanheira de Pera.	9,6 "
Penela	28,1 "	Alvaiàzere	3,9 "
		Ansião	0,8 "

Apesar de se referirem apenas 4 anos (1980/1983) a situação surge já crítica em relação a alguns concelhos (Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Poiares). De qualquer modo, a situação será ainda mais crítica, porquanto outros períodos não foram considerados (1974-79), tendo-se, no entanto, observado neles grandes incêndios que destruiram recursos florestais importantes.

Relativamente ao indicador (b), que mais directamente indiciam o ritmo de destruição dos recursos florestais, porquanto se relacionam as áreas arborizadas que arderam, com as áreas de floresta. Nesta perspectiva também se pode hierarquizar os concelhos por ordem decrescente, ou seja, partindo daquele onde se verificar, no período em análise, um maior valor percentual da área queimada arborizada em relação à área florestal, até ao concelho onde a área queimada arborizada, na área florestada, tem pouco significado. A hierarquização é, então, a seguinte:

Vila Nova de Poiares	68,2 %	Góis	30,9 %
Penela	66,2 "	Tábua	29,5 "
Miranda do Corvo	64,8 "	Lousã	27,2 "
Arganil	56,9 "	Cast. de Pera	11,7 "
Pampilhosa da Serra	55,9 "	Alvaiàzere	10,1 "
Pedrógão Grande	39,6 "	Ansião	2,4 "
Figueiró dos Vinhos	36,6 "		

As situações mais críticas observam-se nos agrupamentos da Lousã e

Arganil. Na verdade, concelhos onde mais de metade da área florestada desapareceu consumida pelo fogo existem três no agrupamento da Lousã e dois no agrupamento de Arganil.

. Está-se perante uma situação bastante crítica, porquanto os recursos florestais constituem matéria-prima para um conjunto diversificado de actividades industriais - indústria de produtos resinosos, madeira, papel, etc. sendo os recursos florestais recursos naturais têm riscos de renovação diferenciados, que é necessário acautelar, porque, caso contrário, a partir de certa altura deixa de haver possibilidade de abastecer as actividades industriais referidas com os recursos em causa. Ora os incêndios florestais, destruindo sistematicamente os povoamentos florestais, de diferentes idades, contribuem decidida e negativamente para (1) romper de ciclos ecológicos e (2) destruir recursos utilizados numa enorme gama de actividades industriais.

5.3 - Desperdício de recursos naturais (valores monetários).

5.3.1 - Propriedade privada

Relativamente aos preços utilizados para avaliar os prejuízos causados pelos incêndios deve dizer-se o seguinte:

- trata-se de preços médios vigentes para um determinada zona (a de Arganil). Ora é de admitir que, neste âmbito, se verifiquem variações espaciais nos preços praticados;
- enquanto preço médio não leva em conta os preços diferenciados pagos consoante a utilização do material lenhoso (para a pasta de papel, serração, etc.).

A informação quantificada, que permitiu a elaboração da análise subsequente, encontra-se no quadro 4.3.1 e gráfico 4.3.1.

Como conjunto de dados é bantante vultuoso optou-se pelo tratamento sintético de alguns dele Assim sendo, podemos começar por observar o comportamento

dos preços médios (por m3), ao longo do período (1980/83) considerado, pára o pinheiro verde e queimado; e para o eucalipto, verde e queimado. Considere-se, então, o quadro seguinte:

UNID: CONTOS/m3

ANOS	Pinheiro					Eucalipto					Taxa de inflacção %
	Verde (1)	Δ % (2)	Queimado (3)	Δ % (4)	3/1 % (5)	Verde (6)	Δ % (7)	Queimado (8)	Δ % (9)	8/6 % (10)	
1980	1,23		0,86		69,9	0,80		0,72		90,0	
81	1,45	17,9	1,00	16,3	69,0	0,90	12,5	0,81	12,5	90,0	20,0
82	1,74	20,0	1,20	20,0	69,0	1,00	11,1	0,90	11,1	90,0	22,4
83	2,03	16,7	1,4	16,7	69,0	1,10	10,0	0,99	10,0	90,0	25,5

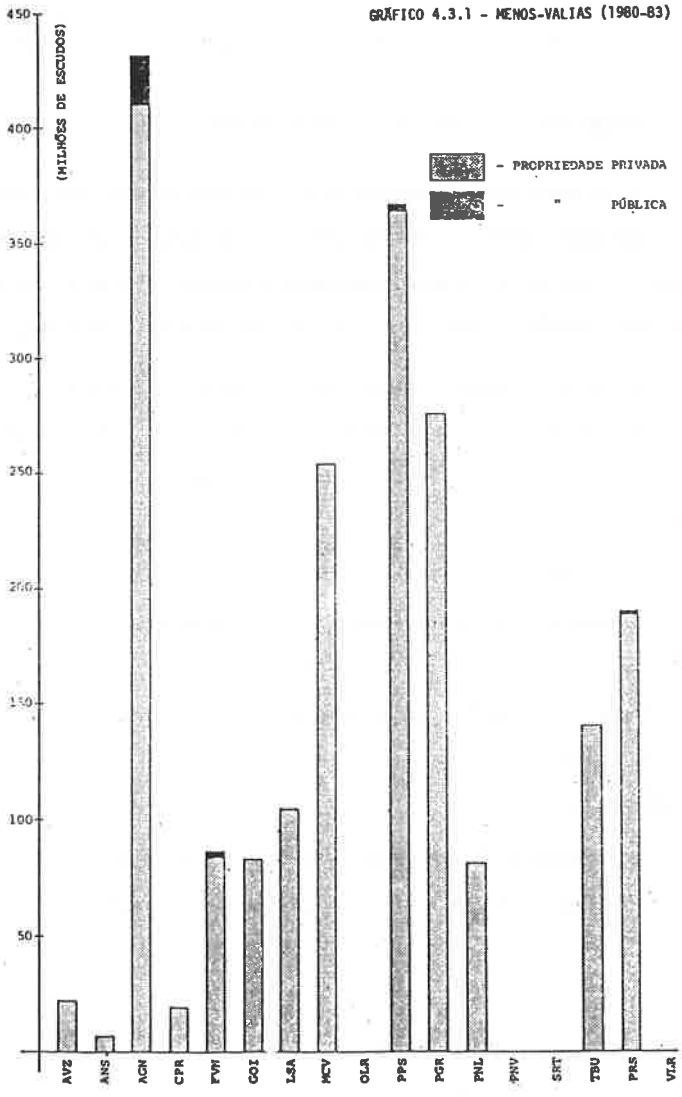
Unid: contos

QUADRO 4.3.1 - MENOS-VALIAS

CONCELHO		AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MCV	PNL	PRS	OLR (1)	PNV (1)	SRT (1)	VLR (1)
Valor em verde	Privado	1227799,3	299008,1	1172510,6	485061,3	83008,4	27163,4	65997,5	353605,0	867601,5	372187,7	943982,0	318463,8	669181,7				
	Público	69822,6	17643,3	10589,2				1321,8	10405,8		693,1			6394,8				
Valor queimado	Privado	917388,9	221289,2	809281,0	345449,7	61040,1	20559,0	46730,7	269887,7	599671,5	268346,2	690090,2	237211,6	480736,0				
	Público	48293,6	12167,8	7324,8				911,4	7174,4		478,0			4379,2				
Menos-valias	Privado	410410,4	77718,9	363249,6	139611,6	21968,3	6606,4	18892,8	83717,3	267928,0	103841,5	253891,8	81232,7	188445,7				
	Público	21529,0	5475,5	3264,4				410,3	3229,4		215,1			1970,4				

(1) - Falta de dados

GRÁFICO 4.3.1 - MENOS-VALIAS (1980-83)



Desde logo se pode concluir o seguinte:

i. a maior desvalorização dá-se ao nível do pinheiro, porquanto o preço do pinheiro queimado constitui 69% do preço do pinheiro verde (uma desvalorização de 31%), enquanto o preço do eucalipto queimado constitui 90% do preço do eucalipto verde (uma desvalorização de 10%), tal como se pode observar nas colunas (5) e (10);

ii. os acréscimos do preço médio do pinheiro (coluna (2)) são superiores aos acréscimos do preço médio do eucalipto (coluna (7)) - para além dos acréscimos dos preços médios serem iguais dentro da mesma espécie florestal (2) e (4) e colunas (7) e (9);

iii. parece assistir-se ainda a uma desvalorização dos próprios recursos florestais, na medida em que os acréscimos dos preços médios são inferiores à taxa de inflacção observada (calculada a partir do Índice de Preços no Consumidor - IPC - sem rendas de habitação), fenómeno particularmente nítido no período 1983/82, em que o acréscimo do preço médio do pinheiro foi de 16,7%, e do eucalipto 10,0%, enquanto a taxa de inflacção atingiu 25,5%.

Da comparação entre o valor do material lenhoso - pinheiro e eucalipto - enquanto verde e depois de queimado pode construir-se o quadro seguinte.

AGRUP.	CONCELHOS	PERDAS - VALIAS	
		PROPRIEDADE PRIVADA	
		ABSOLUTO	%
ARGANIL	ARGANIL	410410,2	20,3
	GÓIS	77718,9	3,9
	P. DA SERRA	362249,6	18,0
	TÁBUA	139611,6	6,9
F. DOS VINHOS	ALVAIÀZERE	21968,3	1,1
	ANSIÃO	6006,4	0,3
	CAST. DE PERA	18093,8	0,9
	FIGUEIRÓ DOS V.	83717,3	4,2
	PEDRÓGÃO GRANDE	267928,0	13,3
LOUSÃ	LOUSÃ	103841,5	5,2
	MIRANDA DO CORV	253891,8	12,6
	PENELA	81232,2	4,0
	V.N.DE POIARES	188445,1	9,3
SERTÃ	OLEIROS		
	PROENÇA A NOVA		
	SERTÃ		
	VILA DE REI		
TOTAL		2017514,9	100

Quer dizer, aquilo que valia 6 985 191,7 contos acabou por valer apenas 4 967 676,8 contos. O prejuízo atingiu então, 2 017 514,9 contos. Trata-se, de facto, de um desperdício de recursos naturais absurdo - atente-se que este valor constitui 66,5% do investimento total (sem "outros investimentos") realizado no conjunto de concelhos referidos - o conjunto da Zona do Pinhal com excepção do agrupamento de concelhos da Sertã - no período 1981/83.

Naturalmente que o carácter absurdo deste desperdício é ainda maior, porquanto não é possível quantificar, em termos monetários, por exemplo, os ciclos e cadeias ecológicas quebradas.

Neste conjunto de concelhos nem todos são afectados do mesmo modo. De facto, o concelho onde o prejuízo causado pelos incêndios atingiu o seu valor mais elevado foi o de Arganil (cujo prejuízo acumulado atingiu 20,3% do total do prejuízo acumulado no conjunto de concelhos referido no quadro anterior). Seguem-se-lhes os concelhos de Pampilhosa da Serra (18,0%), Pedrógão Grande (13,3%) e Miranda do Corvo (12,6%).

Valores marginais encontram-se nos concelhos de Ansião (0,3%), Castanheira de Pera (0,9%) e Alvaiàzere (1,1%).

5.3.2 - Propriedade pública

Os prejuízos referidos no ponto anterior são ainda mais elevados, na medida em que matas da propriedade pública foram também objecto de destruição. Neste caso específico a situação pode sintetizar-se no quadro seguinte:

Neste caso o valor do prejuízo acumulado 1980-83) é bastante menor. Desde logo, porque menores são as áreas afectadas, maiores cuidados têm os povoamentos florestais neste tipo de propriedade, bem como é diferente à própria estrutura da propriedade (menores blocos e com dimensão média mais elevada que na propriedade particular, a permitirem uma cultura racional dos povoamentos florestais, o que origina um menor ritmo de destruição pelos incêndios).

No entanto, o prejuízo acumulado causado pelos incêndios nas matas da propriedade pública atingiu 36 094, 2 contos. Deve dizer-se que, ainda neste âmbito, os prejuízos são mais elevados do que o valor monetário apontado. Na verdade, tratando-se de matas de propriedade pública, foram nelas investidos montantes que poderiam ter tido aplicações alternativas e que assim foram destruídos.

AGRUP.	CONCELHOS	MENOS - VALIAS	
		PROPRIEDADE PÚBLICA	
		ABSOLUTO	%
ARGANIL	ARGANIL	21529,0	59,6
	GÓIS	5475,5	15,2
	P. DA SERRA	3264,4	9,0
	TÁBUA		
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	ALVAIÁZERE		
	ANSIÃO		
	CAST. DE PERA	410,2	1,1
	FIGUEIRÓ DOS V.	3229,4	9,0
	PEDRÓGÃO GRANDE		
LOUSÃ	LOUSÃ	215,1	0,6
	MIRANDA DO CORV		
	PENELA		
	V.N. DE POIARES	1970,6	5,5
SERTÃ	ALEIROS		
	PROENÇA A NOVA		
	SERTÃ		
	VILA DE REI		
TOTAL		36094,2	100

Por outro lado, trata-se também de matas comunitárias onde as pessoas iam buscar alguma parte - a lenha - da energia que consumiam nos seus agregados domésticos, etc. Ou seja, há todo um conjunto de custos que a comunidade suporta e que não são monetarizáveis, e que fazem aumentar os prejuízos que os incêndios causam.

No conjunto de sete concelhos onde o fenómeno dos incêndios em matas de propriedade pública se manifesta, a intensidade do fenómeno é diferente. Na verdade, os prejuízos acumulados no concelho de Arganil representam 59,6% do total dos prejuízos acumulados, seguem-se-lhe os concelhos de Góis, com 15,2% do total do prejuízo acumulado, Pampilhosa da Serra e Figueiró dos Vinhos, com 9,0% do total dos prejuízos referidos, Vila Nova de Poiares com 5,5% do total dos prejuízos. Os concelhos de Castanheira de Pera e Lousã têm pesos pequenos no conjunto, respectivamente, 1,1% e 0,6% no total dos prejuízos.

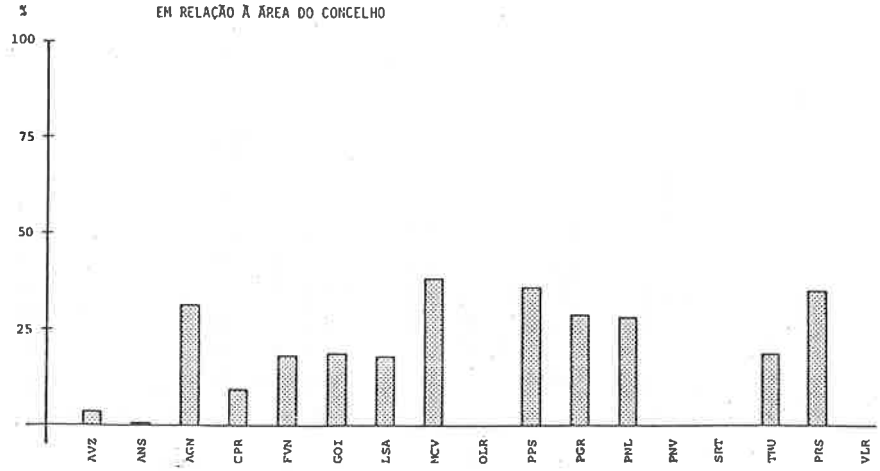
Unid: ha

QUADRO 4.2.1 ÁREAS TOTAIS QUEIMADAS (1980-83)

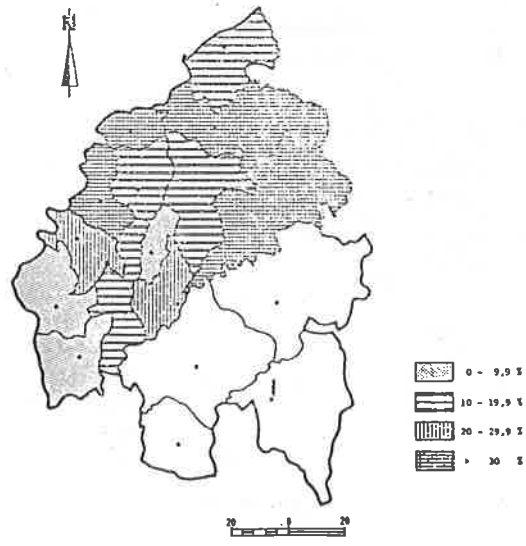
CONCELHOS	AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MVC	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR
Área total (1)	32560	26476	39512	20924	15864	17080	6788	18380	12630	12812	12728	13200	10044	49312	2496	43988	19344
Área total queimada (2)	10246	5028	14209	3848	623	132	655	3377	3650	2315	4866	3709	3520				
% (2/1)	31,5	19,0	36,0	18,4	3,9	0,8	9,6	18,4	28,9	18,1	38,2	28,1	35,0				

FONTE: DGOGF
GAT's

GRÁFICO 4.2.1 DE ÁREA QUEIMADA (1980-83)
EM RELAÇÃO À ÁREA DO CONCELHO



MAPA 4.2.1 DE ÁREA QUEIMADA EM RELAÇÃO À ÁREA DO CONCELHO (1980-83)



Unid: ha

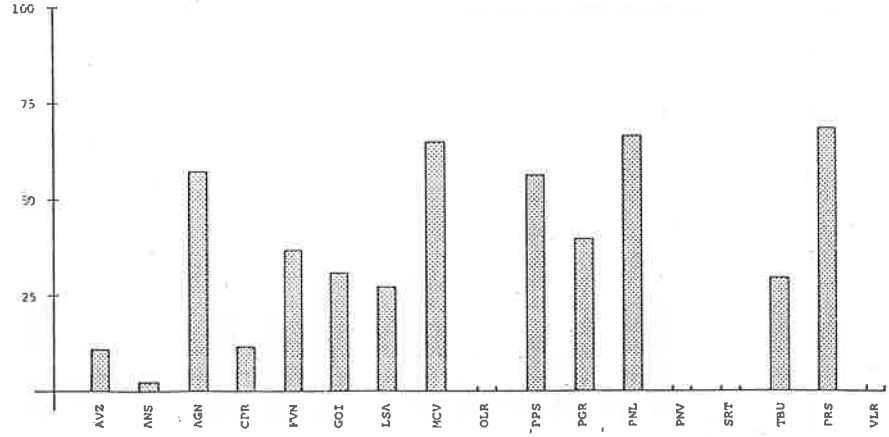
QUADRO 4.2.2 - ÁREAS QUEIMADAS ARBORIZADAS (1980-83)

CONCELHOS	AGN	GOI	PPS	TBU	AVZ	ANS	CPR	FVN	PGR	LSA	MVC	PNL	PRS	OLR	PNV	SRT	VLR
Área florestada (1)	14690	12970	19590	10200	5160	5350	3070	8410	8320	7490	7210	5140	4540	29580	16540	26520	1294(
Área queimada arborizada (2)	8353	4010	10952	3007	522,5	129	359	3081	3291,5	2036	4674	3404	3095				
(2/1)	56,9	30,9	55,9	29,5	10,1	2,4	11,7	36,6	39,6	27,2	64,8	66,2	68,2				

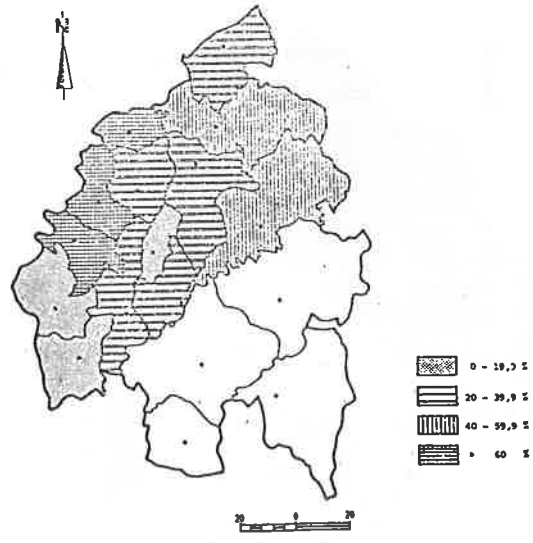
FONTE: DGOGF, "Distribuição da Floresta em Portugal Continental. Áreas Florestais por Concelhos, 1980", Lisboa, 1981

GRÁFICO 4.2.2-% DE ÁREA QUEIMADA (1980-83)

EM RELAÇÃO À ÁREA FLORESTADA (1980)



MAPA 4.2.2-% DE ÁREA QUEIMADA EM RELAÇÃO À ÁREA FLORESTADA (1980-83)



5.4 - Algumas conclusões

i. O fenómeno dos incêndios tem um carácter endémico no conjunto da Zona do Pinhal (nos concelhos para os quais se obteve informação);

ii. a intensidade do fenómeno é tal que apenas causas naturais e de descuido não chegam para o explicar;

iii. o desperdício de recursos é de tal ordem - 2053,6091 milnares de contos - que representam 67,7% do conjunto de investimentos realizados em "infraestruturas" e "equipamento" pelos municípios dos agrupamentos de concelhos de Arganil, Figueiró dos Vinhos e Lousã (aqueles para os quais foi possível obter dados sobre incêndios);

iv. existe uma desvalorização real de recursos florestais, em particular do pinheiro, porquanto o incremento do preço do m3 de madeira de pinho cresce menos, e bastante menos, que a taxa de inflacção.

6 - Finanças Municipais

6.1 - Introdução

A autonomia financeira das autarquias locais, em particular das Câmaras Municipais, ficou consagrada na lei nº 1/79, de 2 de Janeiro, também conhecida por "lei das Finanças Locais" (revista pelo DL nº 98/84, de 29 de Março). Trata-se de um processo natural e normal, porquanto se trata de promover uma melhor alocação de recursos, na medida em que quem mais perto está dos problemas, melhor os conhece e consequentemente melhor os pode solucionar. Constitui então esta autonomia financeira o melhor meio de satisfazer, a custos mais baixos, algumas necessidades básicas da população do País e de tal modo que costuma afirmar-se que nos últimos anos a actuação das Câmaras Municipais tem modificado a face do País.

Estabelece a lei referida os elementos que constituem receita dos municípios afirmando que a gestão destas "finanças próprias"(...) compete aos respectivos órgãos". Existe então, disponível, por parte das Câmaras Municipais, um volume de recursos financeiros importante, que as torna um dos grandes investidores nacionais, primordialmente dos investimentos sociais, ou de satisfação das necessidades básicas da população. Aliás, os efeitos desta actuação municipal são ainda importantes (1) pela via do emprego, ou seja, pela criação/manutenção de postos de trabalho das empresas de construção civil (e outras) que realizam os projectos de investimentos municipais, ou ainda pela criação/manutenção/ocupação de efectivos de emprego das próprias Câmaras Municipais, quando estas realizam as obras por administração directa e (2) pela via da redistribuição de rendimento que proporciona.

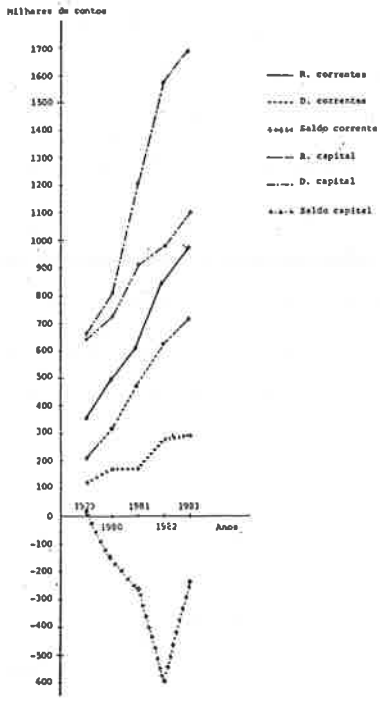
O que se afirma acima é particularmente verdade no caso das Câmaras Municipais (C.M.) integradas na designada Zona do Pinhal (ZP), ou seja, C.M. inseridas no interior da Região Centro, onde muita coisa ainda hoje falta, mas muita coisa faltaria se não fosse a actuação municipal. Torna-se, então, particularmente importante o papel destas Câmaras Municipais porquanto (1) satisfazem necessidades básicas das populações (abastecimento de água, rede de esgotos, rede viária, etc.), (2) criam emprego e (3) redistribuem rendimento.

6.2 - Evolução das Receitas e Despesas Municipais

Para o período 1979/83 a evolução das receitas e despesas municipais do conjunto da Zona do Pinhal pode ser sintetizada no quadro e gráfico seguintes (a partir dos quadros 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4 e 6.1.5)

	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983
CORRENTES	Receitas	349479	493652	607623	849539	907920
	Δ %		41,3	23,1	39,8	16,3
	Despesas	222084	307921	444034	582772	701015
	Δ %		38,7	44,2	31,2	20,3
	Saldo	127395	185731	163589	266767	206905
CAPITAL	Receitas	676070	714181	1003103	1057730	1156252
	Δ %		5,6	40,5	5,4	9,3
	Despesas	667373	854257	1275686	1691804	1690795
	Δ %		28,0	49,3	32,6	-0,1
	Saldo	8697	-140076	-272583	-634074	-534543
Saldo total		136092	45655	-108994	-367307	-247638
	Δ %		66,5	-338,7	-237,0	-32,6

FONTE: Contas de Gerência para os anos referidos



Algumas ilacções importantes se podem tirar:

- a formação de um saldo corrente positivo, ou seja, as receitas correntes são mais elevadas que as despesas correntes e este saldo vai financiar despesas de investimento, porquanto (quadro 6.2)

- as recitas de capital atingem montantes mais baixos que as despesas de capital, o que se traduz na formação de um saldo de capital negativo (quadro 6.2)

- há lugar à formação de um saldo global positivo nos anos de 1979 e 1980 e negativo nos anos seguintes (quadro 6.2).

Parece poder deduzir-se daqui que no período imediatamente a seguir à publicação da lei nº 1/79, de 2 de Janeiro ("Lei das Finaças Locais") houve uma ligeira hesitação na utilização das disponibilidades financeiras colocadas à disposição dos municípios, que eles aproveitaram para criar aforro, utilizado nos anos seguintes, conjuntamente com as citadas disponibilidades financeiras, na realização de investimentos, a maior parte, se não mesmo a totalidade, das despesas de capital, que cresceram a taxas extraordinàriamente elevadas (49,3%) no ano de 1981, em relação a 1980; 32,6% no ano de 1982, em relação a 1981). O ano de 1983 constitui um ano de retracção com a evolução das receitas e despesas (correntes e de capital) a conhecer taxas reduzidas, em particular as receitas de capital (diminuem mesmo - -0,1% - relativamente a 1982).

Deve observar-se que, com a exclusão do ano de 1983, as receitas correntes crescem a taxas que superam as taxas oficiais de inflacção a significar um crescimento real destas mesmas receitas. Comportamento contrário tiveram as receitas de capital, cuja evolução se deu a taxas mais baixas que a taxa de inflacção. Como as despesas (correntes e de capital e com excepção de 1983), cresceram mais rápidamente que o acréscimo verificado no sistema de preços isto significou que houve que recorrer à formação do aforro corrente e ao crédito para realizar as despesas de capital.

O andamento das receitas e despesas, e consequentemente da formação de aforro, é diferente num concelho quando analisado em termos de evolução temporal, bem como é diferente quando se comparam os diferentes concelhos para o mesmo ano. Na verdade, enquanto no ano de 1979 há concelhos que conseguem realizar aforro mesmo na parte de capital, já em 1983 nenhum deles realiza poupança de capital. Por outro lado, verifica-se para todos os concelhos e para todos os anos, a formação de aforro corrente (com apenas três excepções: no ano de 1979, o concelho de Penela tem um saldo corrente nulo; no ano de 1981, o concelho de Vila Nova de Poiares apresenta um défice corrente de 410 contos e o de Penacova 6108 contos;e nos anos de 1982 e 1983, os concelhos da Sertã e Penacova surgem também com dáfices correntes). Sucede o contrário em termos de capital, ou seja, há normalmente lugar à formação de défices de capital (e em alguns casos em que tal não sucede, a formação de 'superavit' de capital ficar-se-à a dever

à não existência de projectos a implementar, mais do que à não existência de necessidades básicas a satisfazer). A situação observada no conjunto de concelhos que constituem a Zona do Pinhal e no período 1979/83 pode ser vista no quadro seguinte (quadro 6.2/contas de gerência).

Parece poder concluir-se que o 'superavit' da parte corrente tem sido canalizado para financiar despesas de capital, em particular o investimento, a traduzir, o imenso campo de necessidades a satisfazer e a falta de recursos financeiros para as satisfazer em tempo oportuno.

6.3 - Repartição sectorial do investimento

Devido às condições de subdesenvolvimento prevalecentes na chamada Zona do Pinhal o grande esforço de investimento dos respectivos municípios tem-se dirigido principalmente para as infraestruturas, no sentido de a tornar atractiva para a localização de unidades produtivas e para a fixação de populações. O esforço de investimento em equipamento tem sido mais reduzido, naturalmente porque faltando infraestruturas e equipamento uma melhor alocação de recursos se consegue criando primeiro as infraestruturas.

Observe-se o quadro seguinte (e o quadro 6.3)

INVESTIMENTO ACUMULADO %

RUBRICAS	1982/83
INFRAESTRUTURAS	
Arruamentos	10,2
Viação Rural	33,1
Saneamento Básico	29,5
Electrificação	0,9
Urbanização	0,5
Aquisição de terrenos	1,9
TOTAL PARCIAL	76,1
EQUIPAMENTO	
Edifícios	8,6
Habitação	1,8
Equipamento Escolar, Desportivo e Cultural	2,5
Equipamento Social	0,5
Equipamento Rural e Urbano	4,1
Equipamento mecânico	6,4
TOTAL PARCIAL	23,9
TOTAL DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO	100

FONTE: *Contas de Gerência*

1. Não foi considerada a rubrica "outros investimentos", porquanto se trata de uma rubrica residual e com fraco peso no conjunto dos investimentos.

Observa-se que as infraestruturas absorveram, nos anos de 1982 e 1983, mais de 3/4 do esforço de investimento municipal. No entanto, trata-se de um esforço de investimento dirigido para alguns sub-sectores, em particular a 'viação rural', o 'saneamento básico' e os 'arruamentos', que conjuntamente absorveram 72,8% do esforço de investimento total realizados pelos municípios da Zona do Pinhal nos anos referidos.

O equipamento absorveu, nos anos em causa, apenas 23,9% do investimento total. Assumiram, neste contexto, particular realce os investimentos os investimentos em "edifícios" e em "equipamento mecânico", que absorveram, conjuntamente, 15% do investimento total.

Presumivelmente à medida que as necessidades básicas das populações -- saneamento básico, rede viária, etc. - forem directa ou indirectamente, satisfeitas haverá uma deslocação do esforço de investimento das infraestruturas para o equipamento, a denotar o facto de a partir do momento em que são satisfeitas as necessidades materiais, haverá lugar à satisfação de outro tipo de necessidades a que poderemos chamar culturais e de lazer.

Observando cada concelho "de per si" o investimento em infraestruturas é maioritário em todos eles e para os anos em causa, com excepções pontuais - o caso de Castanheira de Pera. Deve mesmo referir-se o facto de em alguns concelhos - Pampilhosa da Serra e Vila de Rei - a percentagem do investimento em infraestruturas ser igual ou superior a 90% do esforço total de investimento (tal como se pode observar no quadro 6.3).

Facilmente se constata que mesmo no campo das infraestruturas há sub-sectores que são privilegiados na actuação municipal - estão neste caso os arruamentos, a viação rural e o saneamento básico onde o investimento em algumas das infraestruturas referidas, para alguns concelhos atingiu mais de 50% do esforço de investi-

QUADRO 6.1.1- RECEITAS / DESPESAS / POUPANÇAS MUNICIPAIS DE 1979 (Unid: mS)

AGRUP.	CONCELHOS	RECEITAS				DESPESAS				POUPANÇA TOTAL	
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	% em relação à REGIÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	% em relação à REGIÃO	VALOR	% em relação à REGIÃO
CONTINENTE		18206001	17610295	35896296	491,76	12976478	20720485	33696963	523,77	2199333	253,93
REGIÃO CENTRO		3358407	3941193	7299600	100	2162089	4271405	6433494	100	866106	100
A.RANIL	ANCANIL	27379	56667	84046	1,15	18994	66421	85415	1,33	- 1369	- 0,16
	GÓIS	14013	35044	49057	0,67	7699	28500	36199	0,56	12858	+ 1,48
	P. DA SERRA	13063	38826	51889	0,71	6254	26429	32683	0,51	19206	+ 2,22
	TÁBUA	33226	38015	71241	0,98	29951	37815	67766	1,05	3475	+ 0,40
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	24144	33412	57556	0,79	15450	42250	57700	0,90	- 144	- 0,02
	ANSIÃO	22619	29515	52134	0,71	14602	31132	45734	0,71	6400	+ 0,74
	CAST. DE PERA	17427	16547	33974	0,47	10130	19803	29933	0,47	4041	+ 0,47
	PEMBEIRÃO DOS V.	17984	69526	87510	1,20	8689	68693	77382	1,20	10128	+ 1,17
	PEDRÓGÃO GRANDE	14115	19991	34106	0,47	6166	25133	31299	0,49	2507	+ 0,32
LOUSÃ	LOUSÃ	24211	26049	50260	0,69	17111	32092	49203	0,76	1057	+ 0,12
	CASTANHEIRA DO CER.	17354	30151	47505	0,65	9927	33746	43173	0,67	4332	+ 0,50
	PENELA	10665	40615	51280	0,70	10665	39185	49850	0,77	1430	+ 0,17
	V.N.DE POIARES	14838	26839	41677	0,57	12347	29632	41979	0,65	- 302	- 0,03
SERTÃ	CASTANHO	16925	35614	52539	0,72	8031	45875	53906	0,84	- 1367	- 0,15
	FIGUEIRA A NOVA	18452	46217	64669	0,89	5442	43353	48795	0,76	15874	+ 1,83
	SERTÃ	34961	63653	98614	1,35	21566	44636	66202	1,03	32412	+ 3,74
	VILA DE REI	7264	30383	37647	0,52	3572	32299	35871	0,56	1776	+ 0,21
COI	PENACOVA	20839	39006	59845	0,82	15480	20879	36367	0,57	23478	+ 2,71
TOTAL		349479	676070	1025549	14,05	222084	667373	889457	13,83	136092	+15,71

FONTE: Administração Local em números - 1984

Publicação do M.A.I.

QUADRO 6.1.2 - RECEITAS / DESPESAS / POUPANÇAS MUNICIPAIS DE 1980 (Unid: m$)

AGRUP.	CONCELHOS	RECEITAS				DESPESAS				POUPANÇA TOTAL	
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	% em relação à REGIÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	% em relação à REGIÃO	VALOR	% em relação à REGIÃO
REGIÃO CENTRO		4388254	4605070	8993324	100	3237007	6223689	9460696	100	- 467372	100
- ARGANIL	ARGANIL	132900	55579	88479	0,98	131518	58158	89676	0,95	- 1197	- 0,26
	GÓIS	25397	34244	59641	0,66	14549	45426	59975	0,63	- 334	- 0,07
	P. DA SERRA	18849	45006	63855	0,71	10080	35998	46078	0,49	+ 17777	+ 3,80
	TÁBUA	45881	47703	93584	1,04	29665	54152	83817	0,89	+ 9767	+ 2,09
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	34431	41794	76225	0,85	15306	60827	76133	0,80	+ 92	+ 0,02
	ANSIÃO	29906	44529	74435	0,83	23920	39501	63421	0,67	+ 11014	+ 2,36
	CAST. DE PEIRA	27369	18430	45799	0,51	10266	29398	39664	0,42	+ 6135	+ 1,31
	FIGUEIRÓ DOS V.	22532	43792	66324	0,74	12415	52276	64691	0,68	+ 1633	+ 0,35
	PEDRÓGÃO GRANDE	21100	27691	48791	0,54	11939	26887	38826	0,41	+ 9965	+ 2,13
LOUSÃ	[illegible]	41706	29947	71653	0,80	25232	47356	72588	0,77	- 935	- 0,20
	MIRANDA DO COR.	20592	30426	51018	0,57	11870	54460	66330	0,70	+ 15312	- 3,28
	PENELA	14431	34254	48685	0,54	12684	38635	51319	0,54	- 2634	- 0,56
	VILA DE ROSARES	17415	30259	47674	0,53	13940	36466	50406	0,53	- 2732	- 0,58
SERTÃ	CELTROS	19906	61927	81833	0,91	12425	52077	64502	0,68	+ 17331	+ 3,71
	PROENÇA A NOVA	25434	46681	72115	0,80	11526	67158	78684	0,83	- 6569	- 1,41
	SERTÃ	35559	82451	118010	1,31	20452	69585	90037	0,95	+ 27973	+ 5,99
	VILA DE REI	9566	38437	48003	0,53	4940	35987	40927	0,43	+ 7076	+ 1,51
COI.	PENACOVA	70698	1011	71709	0,79	35194	49910	85104	0,90	-13395	- 2,87
TOTAL		493652	714101	[illegible]	11,65	[illegible]	[illegible]	[illegible]	12,38	[illegible]	[illegible]

FONTE: Contas de Gerência dos Municípios
(C.C.R.C.)

QUADRO 6.1.3 - RECEITAS / DESPESAS / POUPANÇAS MUNICIPAIS DE 1981 (Unid: m$)

AGRUP.	CONCELHOS	RECEITAS				DESPESAS				POUPANÇA TOTAL	
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	% em relação à REGIÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	% em relação à REGIÃO	VALOR	% em relação à REGIÃO
REGIÃO CENTRO		5510026	5919976	11430802	100	4169100	8675328	12844428	100	+ 14005626	100
ARGANIL	ARGANIL	43304	74052	117356	1,03	40951	75464	116415	0,91	+ 941	+ 0,01
	GÓIS	28618	53713	82331	0,72	21995	71172	93167	0,73	- 10836	+ 0,77
	P. DA SERRA	28106	66978	95084	0,83	13348	60589	73937	0,58	+ 21147	+ 1,50
	TÁBUA	57746	54917	112663	0,98	49814	66530	116344	0,91	- 3201	+ 0,26
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	43071	40676	83747	0,73	24703	68418	93121	0,72	- 9374	- 0,67
	ANSIÃO	37153	45856	83009	0,71	22228	80967	103195	0,80	- 20186	- 1,44
	CAST. DE PENA	33601	22469	56270	0,49	13982	47387	61369	0,48	- 5099	- 0,36
	FIGUEIRÓ DOS V.	32131	42692	74823	0,65	15605	61026	76631	0,60	- 1808	- 0,13
	PEDRÓGÃO GRANDE	26469	33711	60180	0,53	15650	51999	67649	0,53	- 7469	- 0,53
LOUSÃ	LOUSÃ	55053	54017	109070	0,95	36350	70015	106365	0,83	+ 2705	+ 0,19
	PENHA DA GUIA	26955	44885	71840	0,63	20679	58071	78750	0,61	- 6910	- 0,49
	PENELA	19169	57214	76383	0,67	18622	57134	75756	0,59	+ 627	+ 0,04
	V.N.DE POIARES	26843	64699	91542	0,80	27253	106821	134074	1,04	- 42532	- 3,03
SERTÃ	CASTANHEIRA	23835	54709	78544	0,69	13782	82539	96321	0,75	- 17777	- 1,26
	PROENÇA A NOVA	31297	58302	89599	0,78	17214	83662	100876	0,79	- 11277	- 0,80
	SERTÃ	42690	89796	132486	1,16	40006	102209	142215	1,11	- 9729	- 0,69
	VILA DE REI	12018	44006	56824	0,50	6980	58312	65292	0,51	- 8468	- 0,60
COI.	PENACOVA	38764	100211	138975	1,21	44832	73371	118243	0,92	20732	1,47
TOTAL		607623	1003103	1610726	14,08	444034	1275686	1719720	13,39	-108994	-7,76

FONTE: Contas de Gerência dos Municípios (C.C.R.C.)

QUADRO 6.1.4 - RECEITAS / DESPESAS / POUPANÇAS MUNICIPAIS DE 1982 (Unid: m$)

AGRUP	CONCELHOS	RECEITAS				DESPESAS				POUPANÇA TOTAL	
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	% em relação à REGIÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	% em relação à REGIÃO	VALOR	% em relação à REGIÃO
REGIÃO CENTRO		7279458	6037159	13316617	100	5411878	10287151	15699029	100	- 2302412	100
ARGANIL	ARGANIL	59527	92252	151779	0,99	57390	135133	192523	1,22	- 40744	- 1,71
	GÓIS	76414	56354	132768	0,87	26107	71488	97595	0,62	+ 35193	+ 1,48
	P. DA SERRA	37242	80214	117456	0,77	17439	100605	118044	0,75	- 588	- 0,02
	TÁBUA	80089	54388	134477	0,88	45694	148242	193936	1,23	- 59459	- 2,50
F. DOS VINHOS	ALVARÃZERE	61269	41741	103010	0,67	34810	84903	119313	0,76	- 16303	- 0,68
	ANSIÃO	50523	52894	103417	0,68	28094	77575	105669	0,67	- 2252	- 0,09
	CAST. DE PEÃ	43773	22982	66755	0,44	20463	53565	74028	0,47	- 7273	- 0,31
	FIGUEIRÓ DOS V.	46938	41911	88849	0,58	20635	74274	94909	0,60	- 6060	- 0,25
	PEDRÓGÃO GRANDE	33346	41285	74631	0,49	21612	72748	94360	0,60	- 19729	- 0,83
LOUSÃ	[illegible]	62279	53301	115580	0,76	50110	107675	157785	1,00	- 42205	- 1,77
	[illegible] DO CONDE	37277	63167	100444	0,66	31696	82074	113770	0,72	- 13326	- 0,56
	PENELA	25070	39612	64682	0,42	22460	51517	73957	0,47	- 9275	- 0,39
	VILA DE ROSSAES	33672	53484	87156	0,57	32624	100470	133056	0,84	- 45929	- 1,93
SERTÃ	CELEIROS	30753	80429	111182	0,73	16556	91490	108046	0,69	+ 3136	+ 0,13
	PROENÇA A NOVA	45613	65663	111276	0,73	22424	98422	120846	0,77	- 9570	+ 0,40
	SERTÃ	60874	95616	156490	1,02	69269	147204	216473	1,37	- 59983	- 2,52
	VILA DE REI	18351	41165	59516	0,39	9995	73832	83827	0,53	- 24311	- 1,02
COI	PENACOVA	46529	81272	127801	0,96	55814	120607	176421	1,12	- 48620	- 2,04
TOTAL		849539	1057730	1907269	14,32	582772	1691804	2274576	14,48	- 367307	-15,42

FONTE: Contas de Gerência dos Municípios

(C.C.R.C.)

QUADRO 6.1.5 - RECEITAS / DESPESAS / POUPANÇAS MUNICIPAIS DE 1983 (Unid: m$)

AGRUP.	CONCELHOS	RECEITAS				DESPESAS				POUPANÇA TOTAL	
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	% em relação à REGIÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	% em relação à REGIÃO	VALOR	% em relação à REGIÃO
REGIÃO CENTRO		8470322	6402190	14872512	100	6205909	9921438	16127347	100	-1254835	100
ARGANIL	ARGANIL	75290	152485	227775	1,5	68386	153276	221662	1,4	+ 6113	0,5
	GÓIS	43046	61667	104713	0,7	38516	69417	107933	0,7	- 3220	-0,3
	P. DA SERRA	50481	55423	105904	0,7	28846	173624	202470	1,3	- 96566	-7,7
	TÁBUA	64383	50341	114724	0,8	52119	76476	128595	0,8	- 13871	-1,1
F DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	75099	37416	113315	0,8	33462	80413	113875	0,7	-560	-0,0
	ANSIÃO	63511	52917	116428	0,8	33147	84503	117650	0,7	-1222	-0,1
	CAST. DE PEIA	57495	21670	79165	0,5	27715	51230	78945	0,5	220	0,0
	FIGUEIRÓ DOS V.	54572	65180	119752	0,8	22610	89605	112215	0,7	7537	0,6
	PEDRÓGÃO GRANDE	44251	49200	93451	0,6	32071	74565	10636	0,7	-12185	-1,0
LOUSÃ	[illegible]	85106	71105	156211	1,1	55C01	127578	182579	1,1	-26368	-2,1
	[illegible] DO CAMPO	46081	42209	88290	0,6	36626	79076	116702	0,7	-27412	-2,2
	PENELA	30233	41963	72196	0,5	20239	50165	78404	0,5	-6208	-0,5
	VILA DE REBARES	47795	78656	126451	0,9	36827	94410	131237	0,8	-4786	-0,4
SERTÃ	CLEIROS	38650	60586	99436	0,6	19527	80708	100235	0,6	-799	-0,1
	PROENÇA A NOVA	56334	64355	120689	0,8	27327	90028	117355	0,7	+ 3334	+0,3
	SERTÃ	75382	130327	205709	1,4	84138	172353	256491	1,6	- 50783	-4,0
	VILA DE REI	21348	57192	78540	0,5	15387	66834	82221	0,5	-3681	-0,3
COI	PENACOVA	57863	63560	121423	0,8	61071	76534	137605		-16182	-1,3
TOTAL		987920	1156252	2144172	14,4	701015	1690795	2391810		-247638	-19,7

FONTE: Contas de Gerência dos Municípios
(C.C.R.C.)

QUADRO 6.2 AFORRO CORRENTE, DE CAPITAL E TOTAL

Unid: Contos

AGRUP.	CONCELHOS	1979			1980			1981			1982			1983		
		SALDO			SALDO			SALDO			SALDO			SALDO		
		CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
ARGANIL	ARGANIL	8385	-9754	-1369	1382	-2579	-1197	2353	-1412	941	2137	-42881	-40744	6904	-791	6113
	CÓIS	6314	6544	12858	10848	-11182	-334	6223	-17459	-10836	50307	-15114	35193	4530	-7750	-3220
	P. DA SERRA	6809	12397	19206	8769	9008	17777	14758	6389	21147	19803	-20391	-588	21635	-118201	-96566
	TÁBUA	3275	200	3475	16216	-6449	9767	7932	-11613	-3681	34395	-93854	-59459	12264	-26135	-13871
P. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	8694	-8838	-144	19125	-19033	92	18368	-27742	-9374	26859	-43162	-16313	42437	-42997	-560
	ANSIÃO	8017	-1617	6400	5986	5028	11014	14925	-35111	-20186	22429	-24681	-2252	30384	31586	-1222
	CAST. DE PEIRA	7297	-3256	4041	17083	-10948	6135	19619	-24718	-5099	23310	-30583	-7273	29760	-29560	230
	FIGUEIRÓ DOS V.	9295	833	10128	10117	-8484	1633	16526	-18334	-1808	26303	-32363	-6060	31962	-24425	7537
	PEDRÓGÃO GRANDE	7949	-5142	2807	9161	804	9965	10819	-18268	-7449	11734	-31483	-19729	12180	-25365	-13185
LOUSÃ	LOUSÃ	7100	-6043	1057	16474	-17409	-935	18703	-15998	+2705	12169	-54374	-42205	30105	-56473	-26368
	MIRANDA DO CORV	7427	-3095	4332	6722	-24034	-15312	6276	-13186	-6910	5581	-18907	-13326	9455	-36567	-27112
	PENELA	0	1430	1430	1747	-4381	-2634	547	80	627	2630	-11835	-9275	1994	-8262	-6268
	VILA DE REI	2491	-2793	-302	3475	-6207	-2733	-410	-42122	-42532	1048	-46986	-45938	10968	-15754	-4786
SERTÃ	OLEIROS	8874	-10241	1367	7481	9850	17331	10053	-27830	-17777	14197	-11061	3136	16323	-20122	-799
	PROENÇA A NOVA	13010	2864	15874	13908	-20477	-6569	14083	-25360	-11277	23189	-32750	-9570	29067	-25673	3334
	SERTÃ	13395	19017	32412	15107	12866	27973	2684	-12413	-9728	-8395	-51588	-59983	-8756	-42026	-50782
	VILA DE REI	3692	-1916	1776	4626	2450	7076	5838	-14306	-8468	8356	-32667	-24311	5961	-9642	-3681
COIMBRA	PENACOVA	5351	18127	23478	35504	-48899	-13395	-6108	26840	20732	-9285	-39335	-48620			
TOTAL		127395	8697	136092	170227	-91177	79050	169697	-299423	-129726	276052	-594739	-318687			

FONTE: Contas de Gerência para os anos referidos.

QUADRO 6.3 - INVESTIMENTO ACUMULADO 1982/83

(Unid: mil)

AGRUP	CONCELHOS	ARRUAMENTOS		VIAÇÃO RURAL		SANEAMENTO BÁSICO		ELECTRIFICAÇÃO		URBANIZAÇÃO		AQUISIÇÃO DE TERRENOS		TOTAL	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
REGIÃO CENTRO															
ARGANIL	ARGANIL	31616	11,1	1691	0,6	8401	3,0	15009	5,3	13630	4,8	37269	13,1	107616 (1) 283980 (2)	37,9
	GÓIS	19872	14,2			1060	0,7			1367	1,0	7478	5,3	29777 140275	21,2
	P. DA SERRA	39	0,0			95	0,0			1068	0,7	25212	9,3	27214 271443	10,0
	TÁBUA	23180	10,4			3345	1,5	1137	0,5	1897	0,9	10086	4,5	39645 222343	17,8
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	15481	12,4	778	0,6	3292	2,6			24	0,0	1316	1,1	20893 124992	16,7
	AUSIÃO	11375	7,2			865	0,6			3974	2,5	6707	4,3	22921 156953	14,6
	CAST. DE PEIA	26625	27,5	330	0,3	10357	10,7			9861	10,2	5535	5,7	52708 96970	54,4
	FIGUEIRÓ DOS V.	14481	10,0			2615	1,8			616	0,4	3968	2,7	21680 145460	14,9
	PEDRÓGÃO GRANDE	233	0,2			8872	6,7			26379	20,1	6485	4,9	41959 131590	31,9
LOUSÃ	LOUSÃ	57482	24,8			3885	1,7			20505	8,8	15178	6,5	97050 232231	41,8
	[illegible]	684	0,4	20118	12,5	4698	3,0			600	0,4	4315	2,7	30415 160394	19,0
	PENELA	1608	1,7	6172	6,5	3564	3,7			3404	3,6	12846	13,4	27594 95533	28,9
	V.N.DE POIARES	5016	2,8	26308	14,6	12306	6,8			16886	9,4	13108	7,3	73624 179960	40,9
SERTÃ	CLEIROS	11168	6,6			1217	0,7			3938	2,3	2123	1,3	18446 169247	10,9
	PROENÇA A NOVA	22055	11,9	1856	1,0	108	0,0			21159	11,5	12111	6,6	57289 184724	31,0
	SERTÃ	20550	6,9			3308	1,1			2976	1,0	25473	8,6	52307 296829	17,6
	VILA DE REI	56	0,0			1589	1,1			1427	1,0	9230	6,6	12302 140454	8,8
COI	PENACOVA	17175	8,7			12120	6,2			2089	1,1	5822	2,9	37206 196620	18,9
TOTAL		278688	8,6	57253	1,8	81697	2,5	16146	0,5	132600	4,1	204362	6,4	770646 3289998	23,9

FONTE : Contas de Gerência dos Municípios
(C.C.R.C.)

(Unid: m3)

QUADRO 6.3 - INVESTIMENTO ACUMULADO 1982/83

AGRUP	CONCELHOS	ARRUAMENTOS		VIAÇÃO RURAL		SANEAMENTO BÁSICO		ELECTRIFICAÇÃO		URBANIZAÇÃO		AQUISIÇÃO DE TERRENOS		TOTAL	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
REGIÃO CENTRO															
ARGANIL	ARGANIL	42508	15,0	44248	15,6	79315	27,9	17	0,0	650	0,2	9626	3,4	176364	62,1
	GÓIS	4444	3,2	81826	58,3	23655	16,9					573	0,4	110498	78,8
	P. DA SERRA	29862	11,0	95717	35,3	116589	43,0	2061	0,7					244229	90,0
	TÁBUA	40850	18,4	72130	32,4	59447	26,7	6000	2,7			4271	2,0	182698	82,2
F. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	12110	9,7	22829	18,3	61698	49,3	5478	4,4			1984	1,6	104099	83,3
	ANSIÃO	1863	1,2	35652	22,7	95876	61,1	641	0,4					134032	85,4
	CAST. DE PEIA	25584	26,4	3416	3,5	13196	13,6	1451	1,5	540	0,5	75	0,1	42262	43,6
	FIGUEIRÓ DOS V.	5229	3,6	104795	72,0	9257	6,4	299	0,2			4200	2,9	123780	85,1
	PEDROGÃO GRANDE	2665	2,0	45804	34,8	31010	23,6	380	0,3	713	0,5	9059	6,9	89631	68,1
LOUSÃ	LOUSÃ	10342	4,5	43207	18,6	63465	27,3	951	0,4	160	0,1	17056	7,3	135181	58,2
	[illegible]	28384	17,7	32912	20,5	59966	37,4	497	0,3	1935	1,2	6285	3,9	129979	81,0
	PENELA	4202	4,4	16957	17,7	44100	46,2	760	0,8	742	0,8	1169	1,2	67939	71,1
	V.N.DE POIARES	5775	3,2	32712	18,2	64741	36,0	390	0,2			2717	1,5	106336	59,1
SERTÃ	CLEINOS	60144	35,5	59370	35,1	30549	18,1	218	0,1			520	0,3	150801	89,1
	PEDRÓGÃO A NOVA	20270	11,0	85303	46,2	20834	11,3	579	0,3			449	0,2	127435	69,1
	SERTÃ	[illegible]	[illegible]	108887	63,6	44963	15,2	8438	2,8	1099	0,4	1145	0,4	244522	82,4
	VILA DE REI	12335	8,8	51040	36,3	54676	38,9	189	0,1	9538	6,8	365	0,3	128152	91,2
CDI	PENACOVA	24279	12,4	52942	26,9	79160	40,3	1377	0,7			1656	0,8	159414	81,1
TOTAL		330846	10,2	1069747	33,1	952488	29,5	29814	0,9	15537	0,5	61741	1,9	2460173	76,1

FONTE : Contas de Gerência dos Municípios
(C.C.R.C.)

mento - é o caso de Góis, Figueiró dos Vinhos e Sertã, onde o investimento nos anos referidos, em viação rural atingiu, respectivamente 58,3%, 72,0% e 63,6% do esforço total de investimento realizado nos citados concelhos e para os anos em causa. O mesmo sucede no concelho de Ansião com o saneamento básico, que constitui 61,1% do esforço de investimento total neste concelho e para o período em causa.

6.4 - Evolução das Transferências da Administração Central para a Administração Local

Deve referir-se que o enquadramento legal para estas transferências é dado pela lei nº 1/79, de 2 de Janeiro e pelo DL nº 98/84, de 29 de Março. Relativamente ao primeiro diploma foram consideradas as transferências realizadas ao abrigo das alíneas b) e c) do artº 5º e em relação ao segundo diploma, foram consideradas as transferências realizadas através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (não incluindo as verbas da Acção Social Escolar).

Observe-se que houve outras transferências para os municípios, realizadas segundo os "compromissos de MHOP" e "compromissos da D.G. Energia" (em 1979), ou ainda através das "comparticipações" da Administração Central nos "investimentos intermunicipais", ou seja, as transferências da Administração Central são mais elevadas do que as traduzidas pelos valores do quadro (a). No entanto, pretendeu-se assegurar uma base comum a todos os municípios, nos diferentes momentos de tempo, de modo a tornar possível quaisquer comparações. Os montantes das transferências da Administração Central para a Administração Local encontram-se no quadro 6.4.

As taxas de evolução das transferências da Administração Central para a Administração Local encontram-se no quadro 6.5, assim como as taxas de inflacção observadas nos mesmos períodos de tempo, de modo a permitir concluir se houve ou não um crescimento real das transferências em causa.

i. Para o conjunto da Zona do Pinhal as taxas de evolução das transferências da Administração Central (AC) para a Administração Local (AL) foram as seguintes:

Período	1980/79	1981/80	1982/81	1983/82	1984/83	1985/84
Taxas de evol.transf.	59,1	22,1	21,4	15,8	14,1	24,9
Taxas de inflacção	16,6	20,0	22,4	25,5	29,3	22,0

No contexto da comparação das taxas de evolução das transferências da A.L. para a A.C. com a taxa de inflacção parecem distinguir-se três períodos diferentes. Na verdade,

. até 1981 a taxa de inflacção foi inferior à taxa de evolução das transferências, o que traduz um crescimento real destas mesmas transferências, em particular no primeiro período (1980/79), em que a taxa de acréscimo das transferências foi 3,56 vezes mais elevada que a taxa de inflacção;

. entre 1982 e 1984 a taxa de inflacção foi superior à taxa de acréscimo das transferências, e, como tal, houve uma perda do "poder de compra" das autarquias em causa, perda essa que foi aumentado. De facto, enquanto no período 1982/81, a diferença entre as duas taxas foi apenas de 1 ponto percentual, no período seguinte (1983/82) a diferença aumentou para 9,7 pontos percentuais e finalmente no período 1984/83, a diferença atingiu 18,2 pontos percentuais, o que pe natural, porquanto os anos de 1983 e 1984, em particular este último, foram anos de recessão da economia portuguesa;

. finalmente, no último período em análise (1985/84), presume-se que se volte a verificar um crescimento real das transferências da AC para a AL, ou seja, que a taxa de acréscimo das transferências seja superior à taxa de inflacção. No entanto, poder-se-ão pôr dúvidas sobre o objectivo fixado para o valor a atingir em 1985, relativamente a 1984, pela taxa de inflacção, admitindo-se que tal valor seja superior ao fixado como objectivo, podendo mesmo ser superior à taxa de acréscimo das transferências - e nesta circunstância o crescimento real das transferências pode

rá não acontecer.

ii. As taxas observadas ao longo dos períodos referenciados são profundamente diferenciadas quer intra-concelho, quer inter-concelhos.

Observe-se no quadro 6.5, o que sucede à taxa de evolução das transferências nos diferentes concelhos, para o mesmo momento de tempo:

. período 1980/79 para uma taxa de inflacção de 16,6% as taxas de evolução das transferências são bastante superiores a esta taxa de inflacção, a denotar um crescimento real elevado.. Observam-se mesmo situações em que o volume das transferências mais que duplica (casos dos concelhos da Lousã, Vila Nova de Poiares e Vila de Rei);

. período 1981/80 - observando-se uma taxa de inflacção de 20% houve já concelhos que viram o seu "poder de compra" diminuir - é o caso dos concelhos de Tábua, Ansião, Castanheira de Pera, Proença a Nova e Sertã. O caso destes dois últimos concelhos é particular, porquanto se observam taxas de evolução negativas. Sucede que, se contabilizarmos todas as transferências da A.C. para a A.L.,ao nível destes dois concelhos, e não apenas as realizadas ao abrigo das alíneas b) e c) do artº 5º da lei 1/79, as taxas de evolução dessas mesmas transferências são positivas: 30,4% para Proença a Nova e 34,2% para a Sertã;

. período 1982/81 - a taxa de inflacção observada neste período foi de 2,4%. Neste período a maioria dos concelhos viu reduzido o seu "poder de compra", porquanto os concelhos dos agrupamentos de Arganil, Lousã e os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, do agrupamento de concelhos de Figueiró dos Vinhos e Penacova do agrupamento de concelhos de Coimbra (um conjunto de 12 - 66,7% - concelhos em 18), conheceram taxas de acréscimo das transferências da A.C. inferiores à taxa de inflacção. Os concelhos

do agrupamento da Sertã e ainda os concelhos de Alvaiàzere e Ansião, do agrupamento de concelhos de Figueiró dos Vinhos, conheceram taxas de acréscimo das transferências da A.C. superiores à taxa de inflacção, observendo-se neles um aumento do "poder de compra";

. período 1983/82 - tendo a taxa de inflacção atingido 25,5% apenas três concelhos viram o seu "poder de compra" aumentar: Oleiros, Proença a Nova e Sertã. Em todos os outros as taxas de acréscimo das transferências foram inferiores à taxa de inflacção observada, com diferenças acentuadas nos casos dos concelhos de Penela (20,9 pontos percentuais de diferença), Alvaiàzere (20,5 pontos percentuais), Pampilhosa da Serra (16,5%), Tábua (16,2%) e Vila de Rei (15,6%);

. período 1984/83 - para uma taxa de inflacção de 29,3%, em nenhum concelho a taxa de acréscimo das transferências da A.C. atingiu tal valor, tendo sido bastante mais baixa, em particular nos concelhos de Góis (27,3 pontos percentuais de diferença), Castanheira de Pera (27,3), Pedrógão Grande (27,3), Lousã (27,3), Vila de Rei (27,3), Penela (23,1), Miranda do Corvo (21,7), Tábua (20,2) e Pampilhosa da Serra (19,7);

. período 1985/84 - para uma taxa de inflacção prevista de 22,0% o comportamento das taxas de evolução das transferências da A.C. para a A.L. é bastante diferente.

Os concelhos podem ser agrupados em dois tipos:

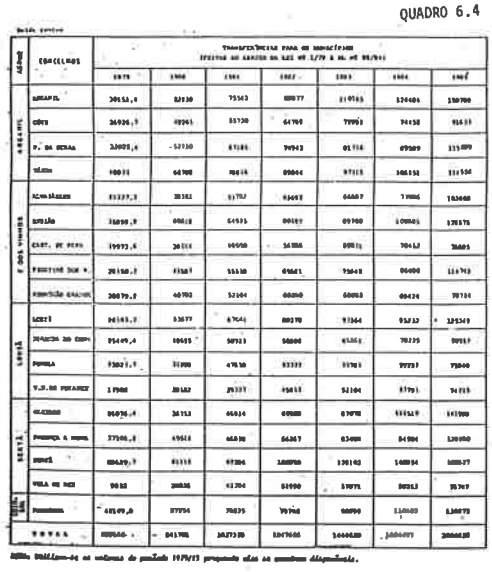
- aqueles em que a taxa de acréscimo das transferências da A.C. é superior a 22%. Estão neste caso os concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra, Alvaiàzere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares, Oleiros, Proença a Nova,

Vila de Rei e Penacova;

- aqueles em que a taxa de acréscimo das transferências da A.C. é inferior a 22%. Estão neste caso os concelhos de Arganil, Tábua, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Sertã (em particular a diferença é elevada nos concelhos de Tábua - 14,1 pontos percentuais de diferença - e Castanheira de Pera - 13,2 pontos percentuais de diferença).

Poder-se-à afirmar, em síntese, que as transferências da A.C. para a A.L. tem acompanhado a evolução global da economia do País. Na verdade, os períodos de evolução relativamente favorável da economia do País, pelo menos em algumas componentes, correspondem períodos de taxas de acréscimo de transferências da A.C. para a A.L. elevadas e superiores à taxa de inflacção (anos de 1980 e 1981); a períodos de evolução relativamente desfavorável da economia do País, pelo menos em certas componentes (inflacção, decréscimo do produto, etc.), correspondem períodos em que as taxas de acréscimo das transferências da A.C. para a A.L. são relativamente baixas e inferiores à taxa de inflacção observada (anos de 1983 e 1984).

QUADRO 6.4



QUADRO 6.5

AGRUP	CONCELHOS	TAXAS DE EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA A.C. PARA A.L. (FEITAS AO ABRIGO DA LEI Nº 1/79 E DL Nº 98/84)					a 5
		1980/79	1981/80	1982/81	1983/82	1984/83	1985/84
ARGANIL	ARGANIL	73,3	44,6	19,0	22,6	13,0	21,1
	GÓIS	56,9	31,9	16,2	12,7	2,0	23,1
	P. DA SERRA	64,7	27,4	11,5	9,0	9,6	28,7
	TÁBUA	40,9	14,6	13,0	9,3	9,1	7,9
C. DOS VINHOS	ALVAIÁZERE	79,8	35,6	23,0	5,0	15,2	34,5
	ANSIÃO	69,0	5,6	25,3	11,8	12,2	27,7
	CAST. DE PEFA	92,8	19,4	22,3	23,8	2,0	8,8
	FIGUEIRÓ DOS V.	47,7	33,5	18,2	15,2	13,8	33,3
	PEDRÓGÃO GRANDE	94,9	38,0	15,7	12,9	2,0	13,4
LOUSÃ	LOUSÃ	105,1	24,9	19,7	16,1	2,0	31,6
	MIRANDA DO CORV	59,4	25,6	15,3	11,2	7,6	29,0
	PENELA	31,8	51,7	12,0	4,6	6,2	28,0
	V.N. DE POIARES	102,7	39,2	16,8	13,7	10,9	26,4
SERTÃ	CLEIROS	39,4	29,1	40,6	32,0	28,1	27,0
	PROENÇA A NOVA	33,5	-5,4	41,5	25,9	13,8	35,2
	SERTÃ	33,8	-14,5	45,4	27,0	16,2	21,3
	VILA DE REI	105,2	51,2	22,5	9,9	2,0	31,8
COI	PENACOVA	35,8	22,7	13,5	14,0	21,1	24,3
TOTAL		59,1	22,1	21,4	15,8	11,1	24,9
TAXA DE INFLACÇÃO		16,6	20,0	22,4	25,5	29,3	22,0

Taxa de inflacção calculada através do índice de Preços no Consumidor (IPC) - total com exclusão das rendas de habitação.

FONTE: 1980,81 - *Relatórios do Banco de Portugal*

1982 - *Boletim Trimestral do Banco de Portugal* (Vol 5, nº 3, Set 83)

1983,84 - INE, "Índice de Preços no Consumidor"

nº 12, Dez 83

nº 12, Dez 84

1985 - *Grandes Opções do Plano para 1985.*

6.5 - Conclusões

- A primeira conclusão a retirar do que se disse anteriormente é o enorme esforço de investimento desenvolvido pelos municípios em causa na satisfação das necessidades básicas dos seus municípios;

- a segunda conclusão é o facto de os problemas serem de tal modo graves que a actuação dos municípios teve (tem) que ser complementada com a ajuda financeira concedida (a conceder) pelo Estado;

- a terceira conclusão reside na constatação de que os problemas sentidos pelas populações da ZP se mantêm, em grande parte e como têm que ser solucionados se deverá esperar que o Estado conceda ajudas financeiras suplementares, tanto mais que aquilo que

hoje contituem "receitas próprias / autónoma" dos municípios - Contribuição Predial Rústica e Urbana, imposto sobre veículos, imposto para o serviço de incêndio, imposto de turismo, imposto de mais-valias e taxa municipal de transportes - têm uma reduzida expressão nas receitas totais destes.

II - OBJECTIVOS

1 - Objectivos gerais

Os objectivos gerais para a Zona do Pinhal resultam de dois factos:

(i) o seu carácter de interioridade e (ii) o seu graus de pobreza relativa, porquanto a maior parte da população dedica-se à produção agrícola, de subsistência. Assim sendo, como objectivos gerais surgem:

- criação de empregos nos sectores secundário e terciário, que permitam absorver a mão de obra excedentária libertada pelo sector primário. Na verdade, desenvolvendo-se a actividade agrícola em solos relativamente pobres, com declives acentuados e por uma população envelhecida, observam-se fracas produtividades. Deste modo, assistir-se-à a uma libertação progressiva de mão de obra do primário que deverá ter ocupações alternativas nos sectores secundário e terciário;
- aumento do nível de rendimento disponível das famílias. De facto desenvolvendo-se na Zona do Pinhal actividades com baixas pro

dutividades, fácil se torna concluir pelo relativamente baixo nível de rendimento disponível das famílias;

- melhoria das acessibilidades.Na verdade,a acessibilidade constitui elemento fundamental no processo de desenvolvimento da zona, por um lado, porque permitindo diminuir os custos de transporte, incentiva o aparecimento de actividades produtivas e, por outro lado, permite o acesso mais fácil dos residentes aos bens e serviços produzidos, quer na zona, quer fora dela.

2 - Objectivos sectoriais

2.1 - Sector primário

- Incentivar o associativismo, porquanto se assiste a uma fragmentação execessiva da propriedade (de reduzidas dimensões), de modo a conseguir-se uma exploração racional da terra;
- desenvolvimento do sub-sector florestal. Com condições naturais este sub-sector poderá constituir uma enorme fonte de riqueza, maior do que já hoje constitui. Atendendo à destruição sistemática de que tem sido objecto (através dos incêndios) dever-se-à proceder à reflorestação das florestas destruídas e dos solos com aptidão florestal (actualmente utilizados para fins agrícolas) e dever-se-à, ainda, evitar a destruição das florestas existentes;
- redimensionamento da propriedade agro-florestal, de modo a permitir acréscimos de produção e consequentemente de produtividade;
- aproveitamento dos pequenos regadios existentes;
- apoio a jovens empresários agro-florestais.
- fomento da agricultura, como sector de grandes potencialidades nesta zona

2.2 - Sector secundário

- diversificação das actividades produtivas a nível das indústrias transformadoras, actualmente muito concentradas num pequeno número de sub-sectores de actividades (indústrias de alimentação, bebidas e indústrias de madeira e cortiça);
- formação profissional, no sentido de melhorar a qualificação de mão de obra, por forma a permitir acréscimos acentuados de produtividade;
- integração vertical de processos produtivos com origem em produções do sector primário (aproveitamento florestal - resinosas/ /madeira - derivados da resina/mobiliários);
- adensamento do tecido industrial da Zona do Pinhal;
- melhoria do nível organizativo das unidades industriais, de forma a permitir a circulação mais rápida de informação, que torne eficaz o processo de tomada de decisão;
- introdução de novas tecnologias.

2.3 - Sector terciário

- melhoria e desenvolvimento do sistema de telecomunicações;
- melhoria dos serviços de apoio à actividade produtiva (serviços bancários, de seguros, etc.);
- melhoria dos serviços de saúde, em particular aumentar a disponibilidade de técnicos de saúde (auxiliares de diagnóstico e terapêutica, etc.);
- alterações no sistema de ensino de modo a permitir uma melhor adequação entre a formação dada pelo sistema escolar e o desenvolvimento de actividades produtivas.

2.4 - Turismo

- Aumento da capacidade de alojamento tradicional e melhoria de qualidade da capacidade já instalada;
- criação de novos parques de campismo, com localizações convenientemente seleccionadas;
- criação/melhoria de locais onde se desenvolvam actividades lúdicas.

A prossecução deste conjunto de objectivos - gerais e sectoriais - articulados entre si, permitirá, sem dúvida, que a Zona do Pinhal, saia do actual estádio de subdesenvolvimento a atinja o nível de desenvolvimento adequado, que permita ganhos reais no nível e qualidade de vida dos seus habitantes.

PINHAL LITORAL

ÍNDICE

	Pág.
I. ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA	275
1. Caracterização Geral da Área: Enquadramento Regional	277
2. População.....	282
3. Base Económica	290
3.1. Agricultura.....	290
3.2. Silvicultura	293
3.3. Pecuária	294
3.4. Indústria	296
3.5. Turismo	301
4. Comércio e Serviços. Hierarquia Urbana e Áreas de Influência	303
5. Infraestruturas e Equipamentos	310
5.1. Infraestruturas Urbanísticas de Base	310
5.2. Infraestruturas de Transporte e Comunicações ...	311
5.3. Saúde	314
5.4. Educação e Desporto	314
II. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO	317
III. ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	321
IV. ANEXO ESTATÍSTICO	327

I. ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA: ENQUADRAMENTO REGIONAL

1. A área abrangida por este programa situa-se no sector Sul da Região Centro, ocupa 7,5% do seu território (1.740,83 km^2) e detêm 12,3% da população (215.816 hab).

Na última década o agrupamento apresenta uma evolução demográfica positiva (11,6%), superior à da região (6,0%), registando os concelhos da Marinha Grande e de Leiria os índices de crescimento mais elevados, 33,4% e 20,3% respectivamente. Porto de Mós (6,3%) e Batalha (3,4%), embora de uma forma mais tênue ainda seguem a tendência do agrupamento, sendo Pombal o único concelho a perder população (-5,9%).

2. A distribuição da população por concelho evidencia o peso de Leiria com 44,7% da população do agrupamento, sendo ainda importante a contribuição de Pombal (24,9%). Seguem-se-lhe a Marinha Grande (14,5% do total), Porto de Mós (10,0%) e Batalha (5,8%).

A população residente em centros com características urbanas (sedes de concelho e outros com mais de 2.000 hab) é variável de concelho para concelho e representa 21.5% da população do agrupamento. Marinha Grande é o concelho que detêm maior percentagem de população urbana (52,7%) seguindo-se-lhe Porto de Mós e Leiria com 21,8% e 21,3%, respectivamente. Nos restantes é insignificante o peso de população dos centros urbanos no total da população concelhia: Batalha (4%) e Pombal (7,7%).

Note-se, entretanto, a importância do fenómeno da urbanização difusa, que acompanha o processo de industrialização, permitindo a articulação entre o trabalho industrial e a agricultura em tempo parcial.



LEGENDA

Limite da REGIÃO CENTRO

Limite de AGRUPAMENTO DE CONCELHOS

Limite de CONCELHOS

CONCELHOS DA SUBREGIÃO – PINHAL LITORAL –

3. A área do Pinhal Litoral com 39% da população activa com profissão, tem 47% dos activos no sector secundário, valor superior à taxa regional (36%), 23% no primário (32% na região) e 30% no terciário (32% na região).

A repartição concelhia daqueles valores revela uma forte dependência do sector primário em Pombal, enquanto para os restantes, é o secundário o que absorve maior volume de população activa: 47% na Batalha, 48% em Leiria, 71% na Marinha Grande e 51% em Porto de Mós.

4. A utilização do solo na área do agrupamento evidencia proporções semelhantes, para a actividade agrícola (45,8%), ligeiramente inferior à média da Região (47,7%), e para a florestal (43,6%), superior ao valor regional (35,4%). Os incultos ocupam no agrupamento 10,6% da área total, sendo de 16,7% o valor médio da Região Centro.

O concelho da Batalha regista a maior ocupação agrícola (55,6% da área total), e a Marinha Grande a maior mancha florestal (73,9% da área total); relativamente a incultos é Porto de Mós o que detém uma percentagem mais elevada (40,0%).

5. Trata-se duma área com predomínio de pequena e muito pequena exploração agrícola: dimensão média de 2,20 ha, portanto, inferior à Região Centro (3,62 ha).

As explorações agrícolas estão fortemente pulverizadas, comportando em média 8 blocos, o que representa 2 750 m^2 por parcela, para 4 200 m^2 na Região Centro.

6. Os 542 estabelecimentos industriais no agrupamento empregam 26 050 activos o que representa, respectivamen-

te, 18,6% e 21,9% dos valores globais da Região. O número de activos por unidade, 48,1, é superior à média regional (40,9).

7. A Marinha Grande é o concelho com menor diversificação (vidros e cristalaria, plásticos e moldes para plásticos) e Leiria o que detém uma maior diversidade (alimentares, produtos eléctricos, madeiras, cerâmicas, plásticos , confecções). Na Batalha e Porto de Mós encontram-se unidades fabris ligadas sobretudo ao aproveitamento de recursos naturais existentes (madeiras e cerâmicas) bem como de têxteis, particularmente em Mira D'Aire (Porto de Mós). No concelho de Pombal estão localizadas indústrias ligadas à transformação de madeiras e tratamento de resinas (de implantação mais antiga), bem como empresas de produtos alimentares, cerâmicas e metalomecânicas.

8. A dotação da área em infraestruturas urbanísticas (redes de água, esgotos, energia eléctrica e recolha de lixos) apresenta-se relativamente desequilibrada e insuficiente. Apenas 40% da população tem acesso ao abastecimento público domiciliário de água e só 17% é servida por rede de esgotos. O sistema de recolha de lixos abrange 52% da população da área. A cobertura de energia eléctrica é satisfatória (97% da população está servida); apenas o concelho de Pombal evidencia carências (11% da população ainda não tem acesso a esta infraestrutura).

9. A localização da área confere-lhe uma acessibilidade potencial considerável tanto no contexto regional como nacional. No entanto, as condições da rede viária existente (E.N. 1, E.N. 109, E.N. 113, E.N. 242) tem funcionado co

mo estrangulamento dos tempos de percurso nomeadamente nas ligações a Lisboa, a Oeste e à Figueira da Foz. É ao nível das estradas municipais que se detectam as principais carências: a rede viária local é má, particularmente no que se refere a ligações interconcelhias (Leiria-Marinha Grande) e intraconcelhias (Pombal e Porto de Mós).

10. O equipamento terciário dos principais centros da área do Pinhal Litoral permite estabelecer uma hierarquia, cujo lugar principal é ocupado por Leiria, que é simultaneamente o centro administrativo mais importante (capital do distrito). Regista-se, no entanto, a tendência para se estabelecer um eixo de desenvolvimento, Batalha/Leiria/ /Marinha Grande, que na área do agrupamento revela capacidade para apoiar o desenvolvimento da actividade económica . Os restantes centros, dada a sua dimensão demográfica, podem considerar-se de uma maneira geral satisfatoriamente equipados.

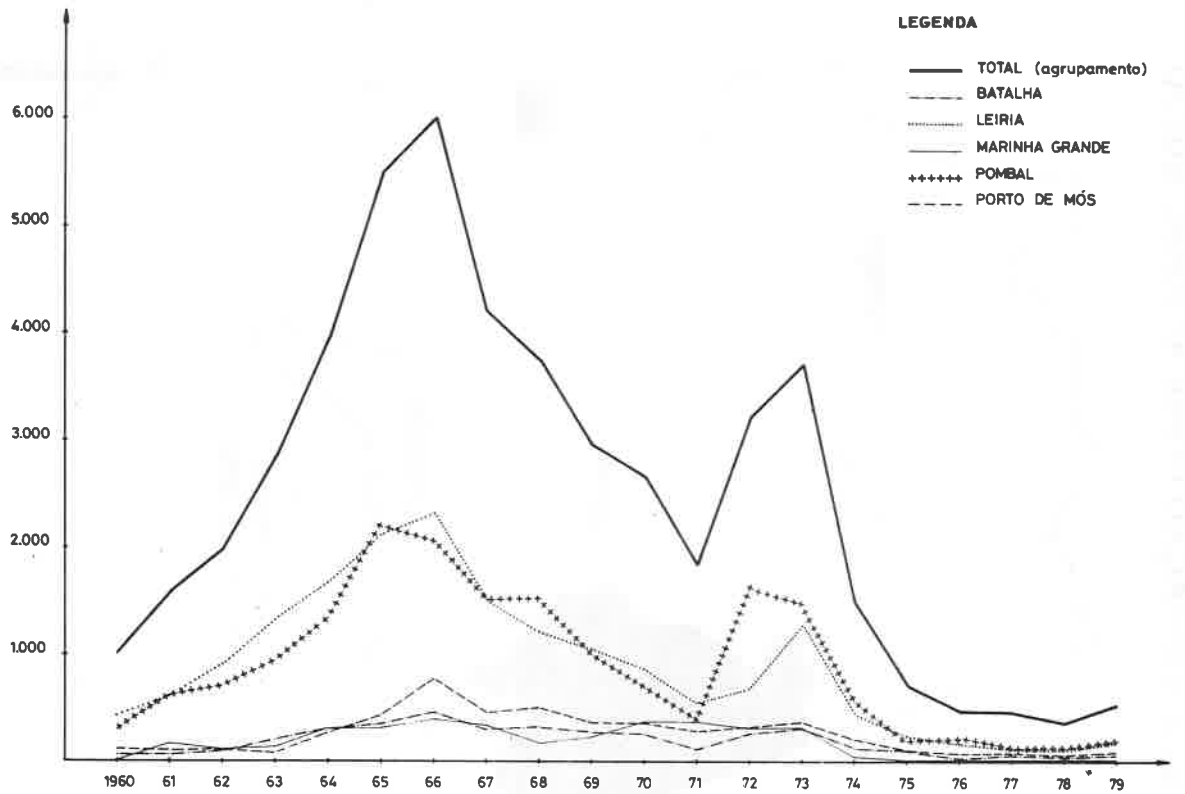
2. POPULAÇÃO

1. O agrupamento de concelhos de Leiria registou na década de 1960 um decréscimo populacional (-2,5%), explicado em grande parte pelo forte surto emigratório - Fig. 1, assistindo-se no período seguinte (1970/81) a uma recuperação (11,6%). A análise ao nível de concelho (Fig. 2 e 3) permite-nos verificar que, exceptuando os concelhos da Marinha Grande (14,4% e 33,4%) e de Pombal (-4,7% e -5,9%), os restantes aproximam-se da tendência média do agrupamento. Com efeito, os concelhos da Batalha (-11,8% e 3,4%), Leiria (-3,3% e 20,3%) e Porto de Mós (-3,8% e 6,3%) após terem registado um decréscimo (1960/70) apresentaram posteriormente uma recuperação (1970/81).

2. Em 1981 a densidade populacional, quer do agrupamento (124,0 hab/Km^2), quer dos concelhos (Batalha= 121,6; Leiria= 170,9; Marinha Grande= 172,5; Pombal= 85,8; Porto de Mós= 81,9) era superior à apurada para a Região Centro (75,2 hab/Km^2) - Fig. 4.

3. A evolução da estrutura etária, de 1970 para 1981, fez-se no sentido do reforço no escalão etário dos 15-64 anos (de 61,2% para 64,1%) e, em menor escala, dos $\geq$ 65 anos (de 8,1% para 10%), em detrimento do escalão 0-14 anos (de 30,7% para 25,9%). Por outro lado, o peso dos inactivos nos activos (Coeficiente de Dependência), à semelhança da tendência manifestada pela Região Centro (de 64,5% para 61,8%), diminuiu de 63,4% para 56,1%, devido fundamentalmente à erosão verificada no escalão etário mais baixo em função de quebras sensíveis na taxa de natalidade e do reforço do escalão de idade activa.

Fig. 1 **EMIGRAÇÃO**



FONTE: INE

Fig.2 VARIAÇÃO POPULACIONAL 60/70

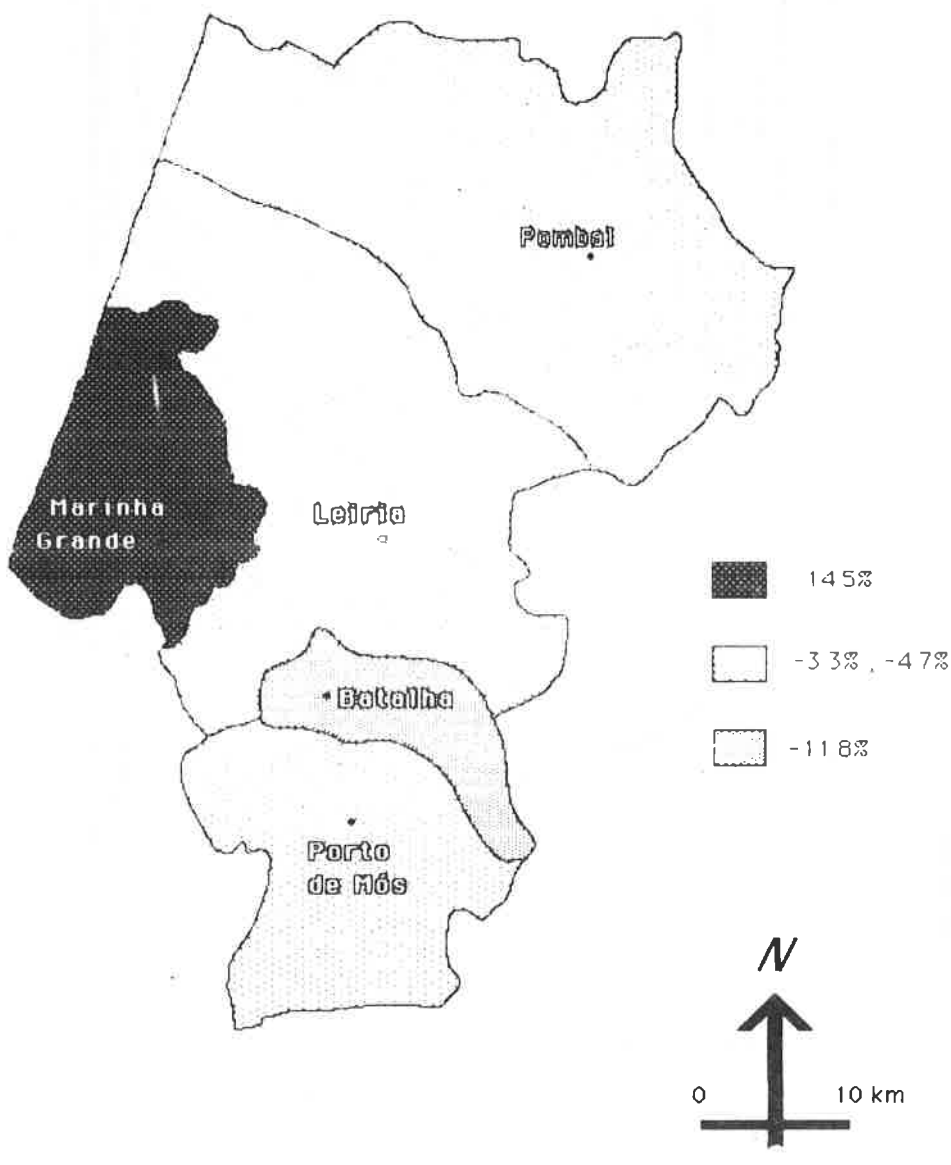


Fig. 3 VARIAÇÃO POPULACIONAL 70/81

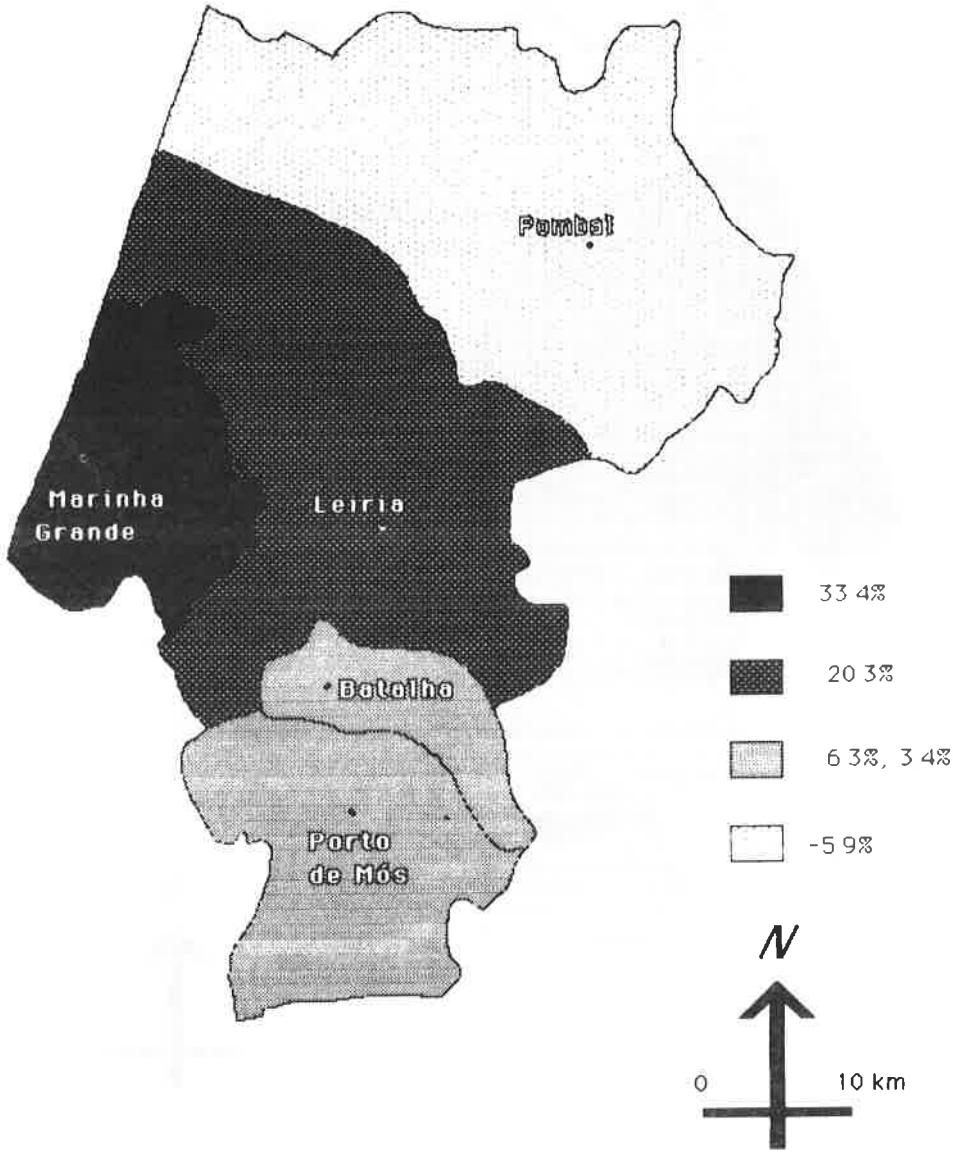
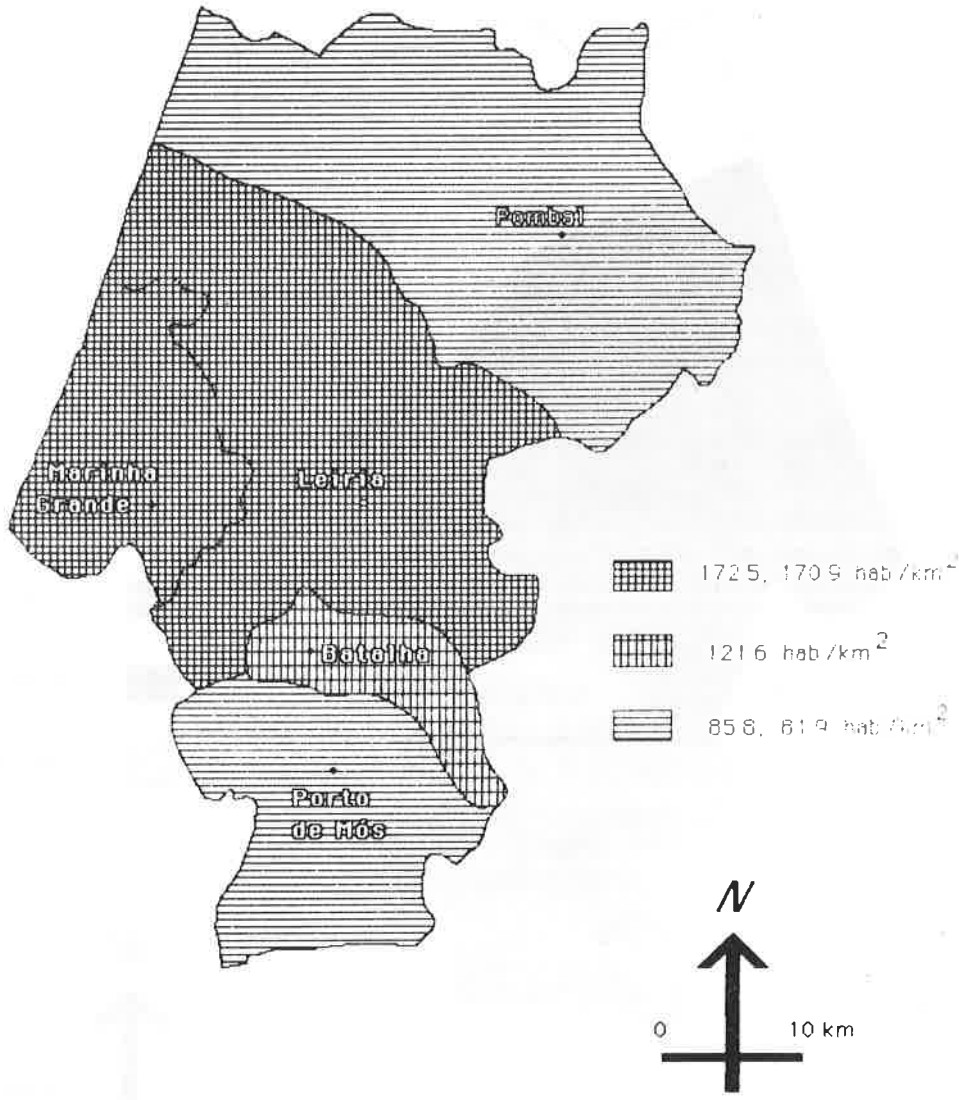


Fig.4 DENSIDADE POPULACIONAL (1981)



4. A população activa da área do Pinhal Litoral regista entre 1970 e 1981 um acréscimo bruto de 30,3%, superior ao da população total, 11,6%. A repartição sectorial daquela evolução - Fig. 5 - evidencia um reforço dos sectores secundário (de 39% para 47%) e terciário (de 24% para 30%), em detrimento do primário (de 37% para 23%), enquadrando-se na tendência manifestada pela Região Centro.

Exceptuando os concelhos da Marinha Grande, que já detinha elevada (41%) taxa de actividade, deu-se um aumento significativo da população activa nos restantes concelhos, resultando maior uniformidade: cerca de 39% da população de cada um dos concelhos é activa com profissão.

As alterações mais marcadas ocorreram nos concelhos da Batalha e de Pombal que viram o peso da população agrícola reduzida de 50% para 25% no primeiro caso e de 67% para 48% no segundo. Todavia Pombal continua a ser o concelho do agrupamento que detém maior percentagem de população agrícola (48%). Foi particularmente o sector secundário aquele que captou maior volume de activos libertos pelas actividades do sector primário (Fig. 6).

FIG. 5 - POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE

1960-70-81

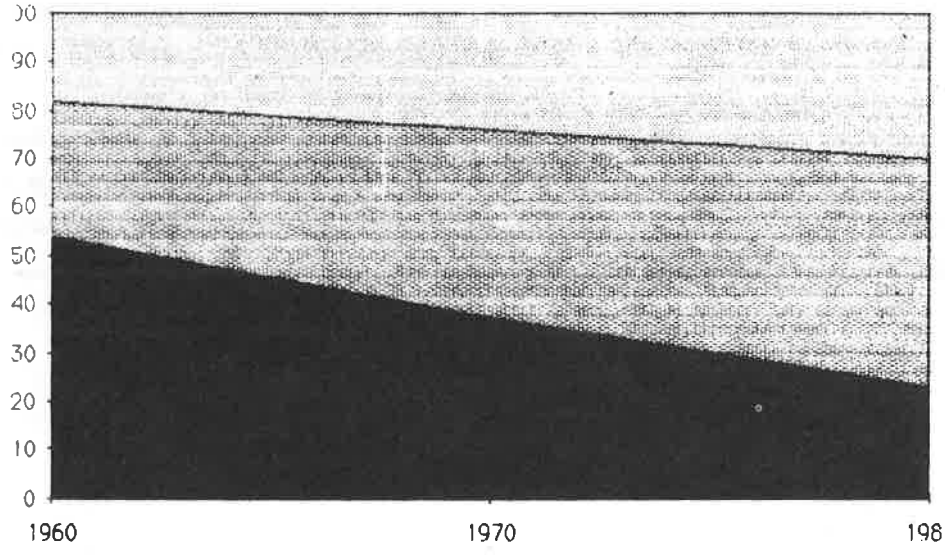
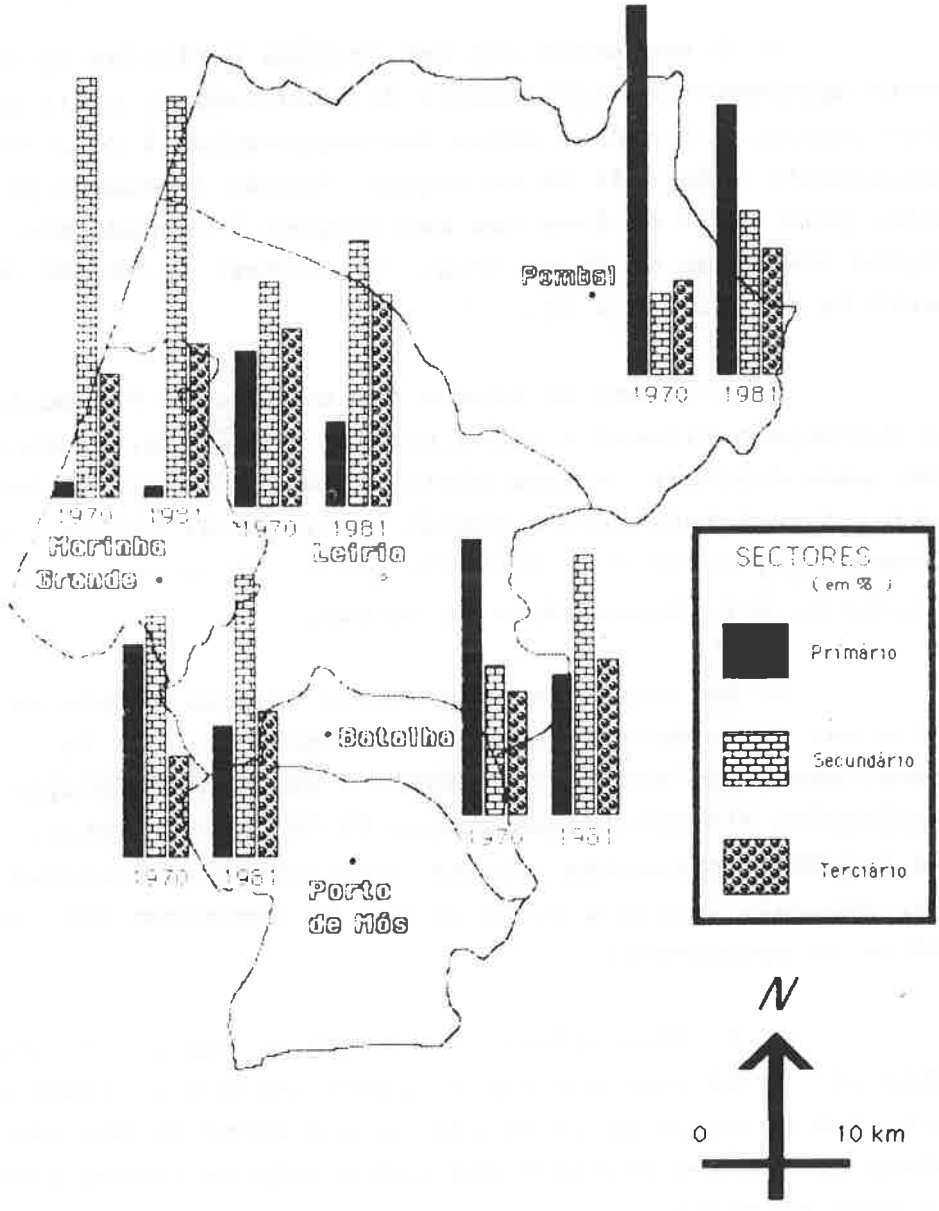


Fig.6 ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA



3. BASE ECONÓMICA

3.1. AGRICULTURA

1. A estrutura das explorações agrícolas no agrupamento apresenta-se ligeiramente diferenciada da média da Região Centro; a dimensão média das explorações é de 2.20 ha no agrupamento e de 3.62 ha na Região. Abunda a pequena propriedade, pois 67.3% da área das explorações é ocupada por explorações com menos de 20 ha (Fig. 7); destas, 42.5% têm uma superfície inferior a 2 ha.

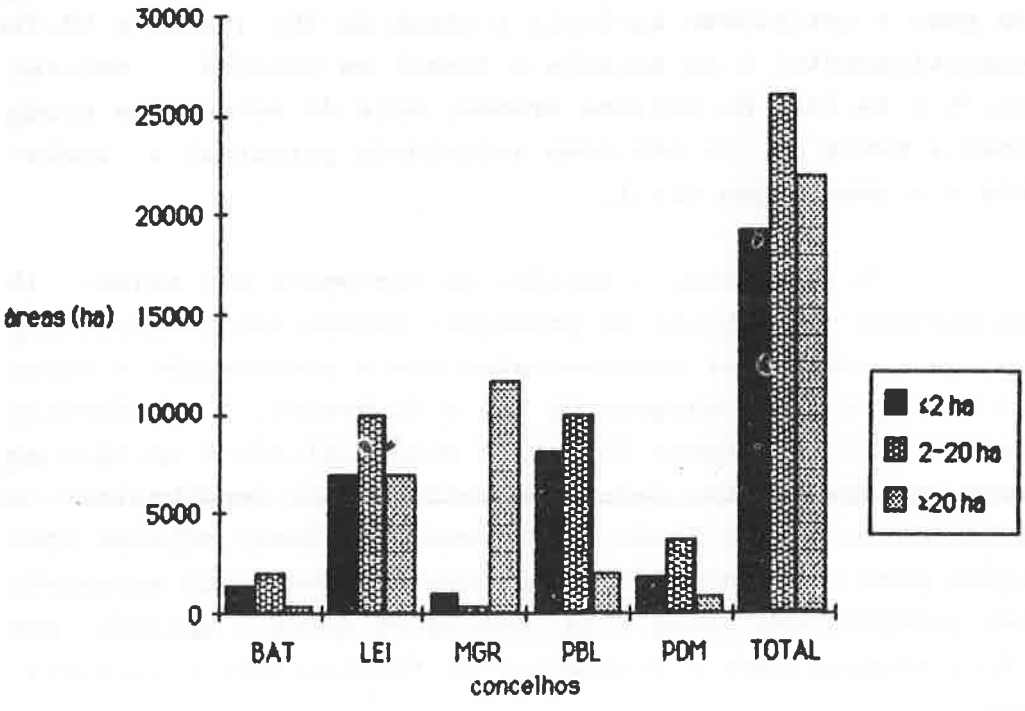
2. O número de blocos por exploração é semelhante ao da Sub-Região Litoral e ambos revelam tendência, ainda que ténue, para diminuir. A área média de cada bloco (0.27 ha) é inferior à registada para a Região Centro (0.42 ha); a grande fragmentação do terreno agrícola constitui um dos mais sérios obstáculos à racionalização do sector.

3. Marinha Grande apresenta valores médios da superfície das explorações e dos blocos superiores aos do agrupamento, ainda que tal ocorra devido à existência de apenas 6 explorações florestais que ocupam 89.0% da área total. Batalha e Pombal apresentam valores ligeiramente inferiores à média, enquanto Leiria e Porto de Mós se aproximam dos valores médios do agrupamento.

4. A conta própria é a forma de exploração predominante (62.9% da área das explorações) sendo mais comum em explorações de menos de 20 ha. Batalha e Porto de Mós são os concelhos em que a exploração por conta própria assume importância mais relevante.

Fig. 7 -

ESTRUTURADAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NO PINHAL LITORAL



O agricultor isolado é largamente dominante, sobretudo nos concelhos de Pombal e Marinha Grande. Leiria, Batalha e Porto de Mós são os que apresentam maior densidade de empresas agrícolas.

A agricultura a tempo parcial assume nesta área expressão significativa: 55.2% dos produtores agrícolas trabalham na sua exploração a menos de 50%. Destes, 41.2% têm na indústria e construção civil a sua actividade principal. É na Marinha Grande e Leiria que encontramos os valores mais altos para a actividade agrícola a menos de 50% (93.2% e 59.3%, respectivamente) e na Batalha e Pombal os valores menores (44.7% e 44.1%). Na Marinha Grande, mais de metade dos produtores a menos de 50% têm como actividade principal a indústria e a construção civil.

5. A batata, o feijão, as forragens e o milho, já com elevado valor bruto de produção, evidenciam potencialidades, que poderão ser incrementadas com a reconversão e expansão do regadio das margens do Lis e do Arunca. A modernização das infraestruturas de rega e enxugo aliada a um mais correcto emparcelamento, poderá contribuir para rendibilizar o investimento já ali feito. Neste contexto serão criadas condições para o desenvolvimento da horticultura, que apresenta boas perspectivas nesta área. Refira-se ainda a aptidão que a área encerra para o incremento da fruticultura e floricultura.

6. A fragmentação das explorações agrícolas associada a antiquadas técnicas de exploração têm constituído um entrave ao desenvolvimento racional do sector nesta área. Os baixos níveis de alfabetização, o envelhecimento e a fraca mo

bilidade da população agrícola têm sido obstáculos à modernização e inovação do sector. No entanto a generalidade dos concelhos apresenta potencialidades a ter em conta nomeadamente em culturas cujas produções já têm algum significado. Trata-se dos casos da vinha, batata, milho, hortícolas e forragens que dadas as condições existentes deverão ser devidamente incrementadas.

3.2. SILVICULTURA

1. O agrupamento tem grandes potencialidades florestais, 74.9% da sua área possui tal aptidão, percentagem ainda mais elevada que a da Região Centro (67.9%). A utilização actual do solo é praticamente equilibrada entre a agro-pecuária (44.5%) e a silvicultura (52.6%). Daqui se infere a necessidade de analisar a eventual reconversão de terrenos de ocupação agrícola em áreas florestais.

2. Embora as espécies mais significativas sejam o pinheiro bravo e o eucalipto, esta é uma das áreas onde a indesejável proliferação desta última espécie é incipiente e fácil de controlar, sendo o objectivo prioritário uma efectiva política de florestação com base em resinosas.

3. A mancha florestal da área constitui uma forte potencialidade a explorar e expandir. Alimenta já, e dentro da área, algumas indústrias que poderão ser incrementadas face às necessidades dos nossos principais mercados. No entanto, uma ausência de ordenamento florestal, as dificuldades de acesso à floresta, tanto para exploração como para o combate

a incêndios, e as deficientes formas de extracção e comercialização têm sido dos mais fortes estrangulamentos do sub-sector.

3.3. PECUÁRIA

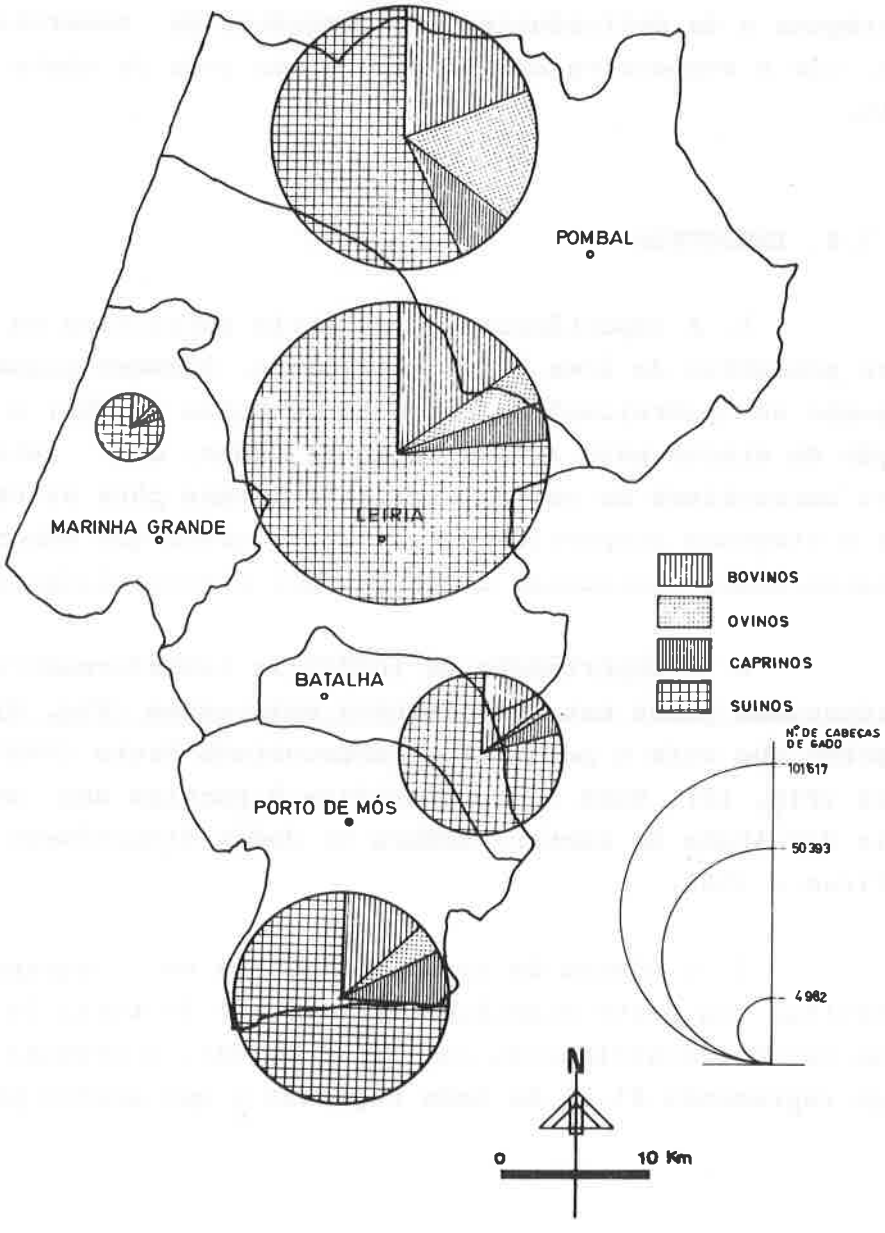
1. O agrupamento ocupa lugar de destaque no panorama pecuário da Região (Fig. 8), destacando-se a importância do gado suíno, quer pelo número de efectivos (31.6% do total regional), quer pelo valor de produção, que é o mais elevado de todo o sector primário.

No que se refere ao gado bovino (14.6% do valor da Região), existem boas perspectivas no sentido de expandir a respectiva produção.

2. Em termos globais são os concelhos de Leiria e Pombal os que detêm o número mais elevado de cabeças de gado, embora Porto de Mós e Batalha registem apreciáveis quantitativos tendo em conta as respectivas áreas concelhias. As perspectivas de aumento dos efectivos pecuários ligam-se directamente à expansão das áreas de pastagem particularmente nos concelhos que detenham melhores condições para aquele tipo de culturas. Refira-se o caso de Porto de Mós onde se têm feito algumas experiências positivas neste sentido.

3. A existência de numerosas explorações de suínos assim como a aptidão que a área tem demonstrado para a exploração de bovinos constitui uma das potencialidades da pecuária. Dada a configuração morfológica do sector SE da área

Fig.8 - EFECTIVOS PECUÁRIOS



afigura-se possível desenvolver a criação de pequenos ruminantes que até à data têm pouca expressão.

Os principais estrangulamentos deste sub-sector situam-se ao nível da insuficiente produção própria de forragens e de deficiências nos circuitos de comercialização, com a respectiva articulação a uma rede de abate de frio.

3.4. INDÚSTRIA

1. A importância da indústria extractiva na estrutura produtiva da área é insignificante. Assumem alguma expressão as "pedreiras" do concelho de Porto de Mós; a exploração de areias para a fabricação de vidro, dos calcários para correctivos de solos, argilas e margas para as cerâmicas e cimentos respectivamente, são recursos que embora já considerados, apresentam ainda grandes potencialidades.

2. A importância da indústria transformadora é evidenciada pelos estabelecimentos existentes (Fig. 9), pelo emprego que cria e pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB) que gera (Fig. 10). Este facto justifica à partida uma análise mais detalhada do sector, embora os dados disponíveis se refiram a 1980.

3. O número de estabelecimentos no agrupamento constitui uma parte significativa (18.6%) do total da Região Centro, contribuindo com 19.8% do VAB. O pessoal ao serviço representa 21.9% do todo regional o que aponta para uma

Fig. 9 - Número de Estabelecimentos e Pessoal ao Serviço na Indústria Transformadora

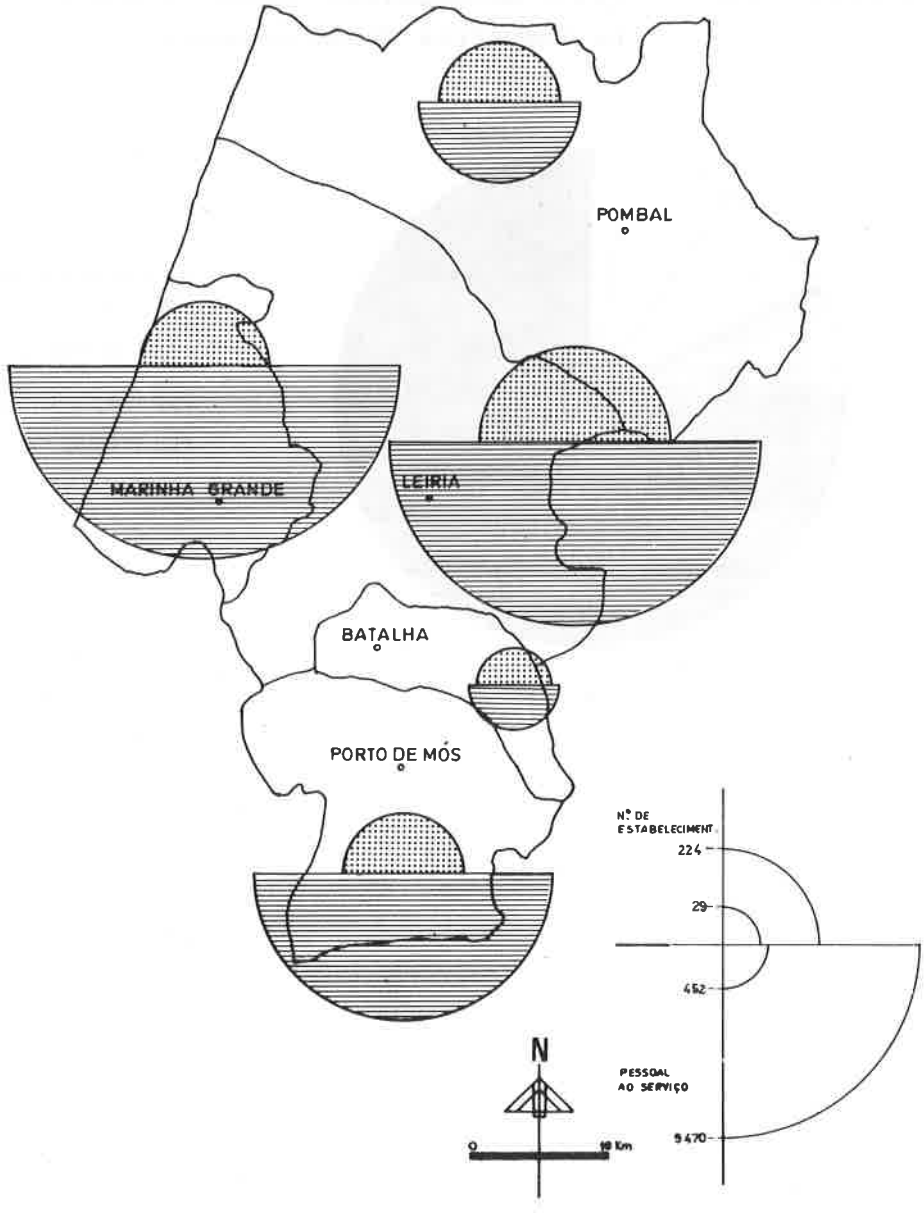
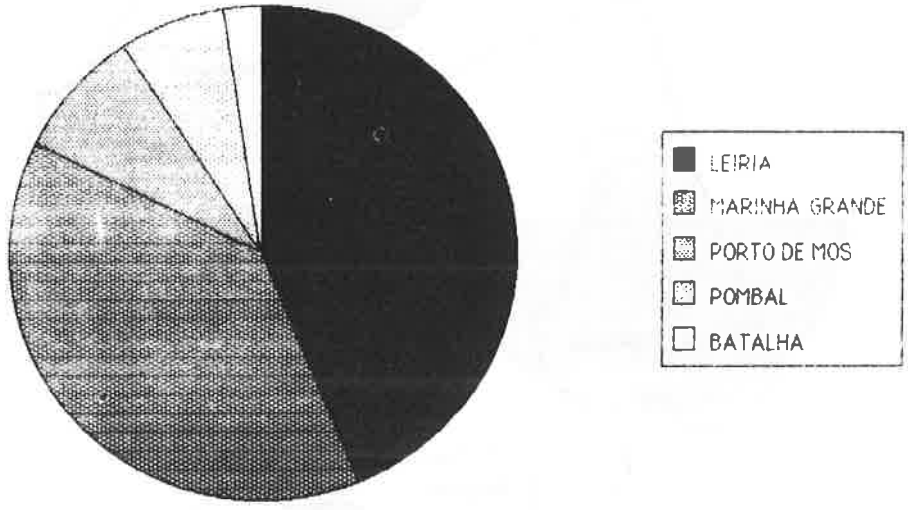


FIG. 10 - Valor Acrescentado Bruto (V.A.B.) na Indústria Transformadora



dimensão média das unidades fabris superiores à da Região (48.1 contra 40.9 empregados). Os valores mais altos ocorrem na Marinha Grande e Porto de Mós; os mais baixos na Batalha e em Pombal. Leiria e Marinha Grande concentram 82.7% do VAB industrial do agrupamento.

4. A relação (VAB/População) mostra que são a Marinha Grande, Leiria e Porto de Mós os concelhos mais industrializados, registando 91.8% da mão-de-obra industrial da área. Trata-se de uma área com um grau de industrialização superior à média regional sendo os ramos mais importantes, pela sua contribuição no VAB, as químicas (47.6%), os minerais não-metálicos (38.3%) e as madeiras (19.9%).

5. O processo de industrialização da área reveste-se de características diferenciadas de concelho para concelho, tanto no aspecto espacial como temporal. Assim a mais antiga e concentrada ocupação ocorre na Marinha Grande onde se verifica também a maior especialização (vidros e cristais). No início dos anos 70, começa a dar-se uma progressiva reconversão que favoreceu o aparecimento de unidades ligadas à fabricação de plásticos e moldes para plásticos.

Os ramos implantados na Batalha e Porto de Mós ligam-se sobretudo ao aproveitamento de recursos naturais existentes (madeiras e cerâmicas), e ao evoluir de actividades de raíz artesanal (têxteis).

Pombal distingue-se dos restantes concelhos por apresentar uma forte dependência da actividade agrícola, registando até ao início dos anos 70 uma incipiente e dispersa actividade industrial ligada a algumas facilidades de

transporte (Linha do Oeste e do Norte) e ao aproveitamento dos recursos naturais, nomeadamente os florestais: algumas unidades de transformação de madeiras e transformação de resinas. É apenas a partir do final da década de 60 (1968) que se regista uma significativa e diversificada expansão industrial (alimentares, plásticos, cerâmicas), nomeadamente na sede de concelho, apoiada pela criação de uma área industrial infraestruturada.

As vantagens locativas do concelho de Leiria favoreceram, sobretudo na década de 60, um considerável desenvolvimento industrial caracterizado por uma maior diversificação (rações, alimentares, produtos eléctricos, cimentos, madeiras, cerâmicas e plásticos) e por uma distribuição espacial mais difusa.

6. A concentração ou diversificação industrial daqueles concelhos foi medida pelos coeficientes de localização e índices de diversificação calculados em função do emprego e do VAB. Relativamente ao emprego, a maior especialização ocorre na Marinha Grande e Porto de Mós enquanto que em relação ao VAB, surge naquele último e em Pombal. Leiria e Batalha, registam relativamente ao VAB maior grau de diversificação.

7. A existência de matérias primas, de mão-de-obra qualificada e de uma boa localização em relação aos principais mercados, conferem a esta área boas potencialidades para a implantação industrial. No entanto, a dificuldade de modernização de alguns sectores em crise, em particular o vidro e os têxteis, embora afectando também as cerâmicas e

alimentares, tem sido um entrave ao desenvolvimento racional do sector industrial. Paralelamente a fraca mobilidade profissional da mão-de-obra local, em virtude de deficiências de formação, adaptação e reciclagem tem dificultado a desejável modernização.

A carência de terrenos infraestruturados para a implantação industrial e, nalguns sectores, estrangulamentos de ordem administrativa-institucional dificultam a expansão industrial da área.

3.5. TURISMO

1. O turismo pode vir a ser um factor de desenvolvimento da área, visto que é uma actividade que já ocupa um lugar de destaque no seu contexto económico, encerrando ainda algumas potencialidades. Refiram-se, a propósito, as grutas de Mira d'Aire, as praias e os monumentos, a proximidade de Fátima e a existência das termas de Monte Real[1].

2. Do ponto de vista da oferta turística, há carências no sector hoteleiro (parque envelhecido e com reduzido número de unidades de qualidade), embora se registe algum dinamismo ao nível dos investimentos previstos (21.33% dos projectos de índole turística da Região Centro apreciados na Direcção Geral de Turismo de 1982 a 1984 referem-se a esta área).

3. A procura tem características sazonais, com maior intensidade nos meses de Verão. Nesta estação, a capacidade de alojamento da área é consideravelmente alargada em

(1) Consideradas pela Direcção Geral de Turismo, Grupo de Trabalho para o Ordenamento Turístico do Território, com as mais importantes de todo o País.

particular nas termas e praias. Importa promover o aparecimento de novas iniciativas durante a estação baixa, de forma a permitir uma maior rendibilização do equipamento existente. A realização de congressos e projectos de animação cultural seriam acções a desenvolver com vista àquele objectivo. O número de hóspedes nas unidades hoteleiras mostra que a maior procura ocorre no Litoral e em Leiria, sendo constituída maioritariamente por nacionais. Segundo os elementos fornecidos pelos postos de turismo da área é considerável o número de turistas estrangeiros a solicitar aqueles serviços. A fixação deste turismo de passagem poderia ser concretizada se o parque hoteleiro fosse qualitativamente melhorado. Paralelamente, o reforço de outras infraestruturas de apoio (parques de campismo, restaurantes, etc.) poderia aumentar a capacidade de atracção da área.

4. As perspectivas do sector são boas, se forem rapidamente concretizadas algumas medidas, das quais destacamos a abertura ao tráfego civil do Aeroporto de Monte Real e a realização das infraestruturas de apoio ao sector.

4. COMÉRCIO E SERVIÇOS. HIERARQUIA URBANA E ÁREAS DE INFLUÊNCIA

1. A partir da ocorrência de funções centrais privadas e públicas nos aglomerados do agrupamento, foi possível estabelecer uma hierarquia para cada um dos sectores, revelando a importância relativa dos lugares centrais da área.

2. No sector privado estão incluídas todas as unidades de comércio e serviços, sendo Leiria o centro melhor equipado (84 funções centrais e 623 unidades funcionais) seguindo-se-lhe Marinha Grande e Pombal com 56 f.c. - 396 u.f. e 35 f.c. - 124 u.f. respectivamente. As restantes sedes de concelho (Batalha e Porto de Mós) ocupam o 6º e 8º lugares da hierarquia com 33 e 26 f.c. e 74 e 55 u.f..

3. As funções do sector público não se relacionam tão estreitamente com o dinamismo económico local, decorrendo antes da hierarquia já existente na Administração Pública e das procuras sociais. Assim, a importância administrativa dos lugares (sedes de freguesia, concelho ou distrito) bem como os aumentos nos consumos colectivos (saúde, ensino, segurança social, lazer) determina por si o tipo de equipamento a instalar.

Dentro da área, é Leiria (sede de distrito) o centro com maior número de funções (82), seguindo-se-lhe as restantes sedes de concelho, com pequenas variações entre si: Pombal e Porto de Mós (29 funções) e Batalha e Marinha Grande (27 funções).

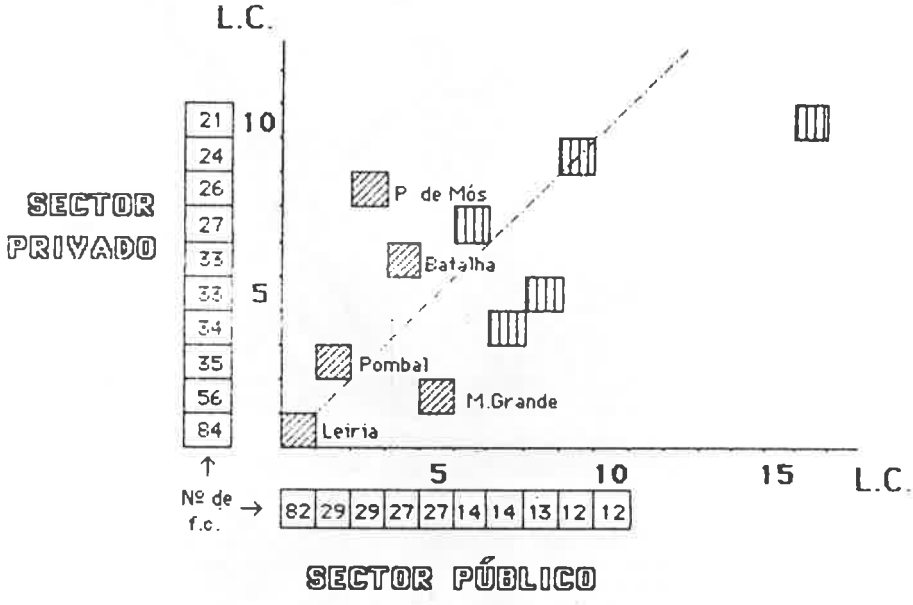
4. A comparação das duas hierarquias revela o posicionamento de cada um daqueles centros relativamente a uma situação perfeita, definida pelo segmento da recta central da Fig. 11. Leiria é o primeiro em ambas as hierarquias; Pombal e Batalha não se afastam muito do padrão médio, evidenciando no entanto alguma insuficiência no equipamento funcional privado. Porto de Mós é a sede de concelho mais carente naquele sector, enquanto o dinamismo económico da Marinha Grande não tem sido acompanhado pelo desenvolvimento do sector público.

5. Directamente relacionado com o equipamento funcional de cada centro e as respectivas acessibilidades - Fig. 12 - (distância - tempo), cada um daqueles centros principais apresenta maior ou menor capacidade de desenvolver áreas de influência. Para bens de natureza mais específica (algumas especialidades médicas por exemplo) - Fig. 13 - Leiria atrai as populações de praticamente toda a área com excepção dos concelhos de Marinha Grande e Pombal; este facto liga-se, por um lado, ao bom equipamento que cada um daqueles centros apresenta (2º e 3º lugares da hierarquia) e, por outro, à boa acessibilidade que aquele último tem relativamente a Coimbra.

A aquisição de bens de consumo mais correntes (farmácia, confecções-Fig. 14, móveis, electrodomésticos-Fig. 15) evidencia que as 5 sedes de concelho e nalguns casos certas sedes de freguesia têm capacidade para servir as populações locais.

6. Decorrendo da análise que tem vindo a ser feita e considerando o território do agrupamento um sub-sistema do todo regional e ainda de acordo com proposta da rede urbana para a Região Centro, deverá ser incrementada a localização de equipamentos e serviços de nível sub-regional em Leiria, em articulação com o desenvolvimento do já referido eixo Batalha/Leiria/Marinha Grande.

FIG. 11 - Comparação das Hierarquias dos Sectores Público e Privado



- Sedes de concelhos

- Outros lugares

L.C. - Lugares centrais

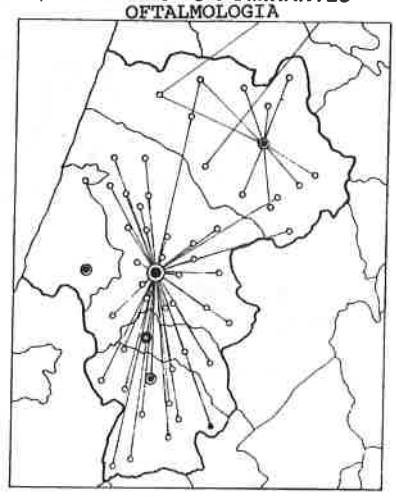
f.c. - Funções centrais

FIG. 12 - ISÓCRONAS DE LEIRIA

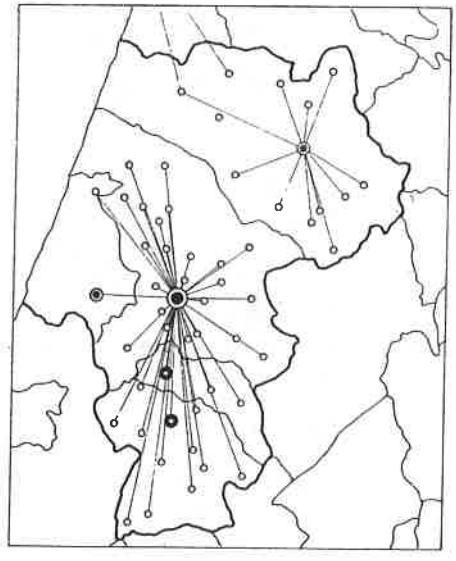


FIG. 13 - PREFERÊNCIAS DOMINANTES

OFTALMOLOGIA



RADIOGRAFIA



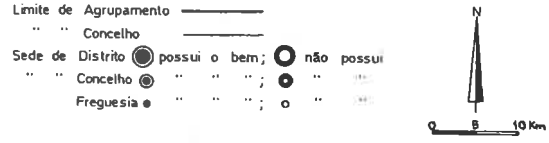
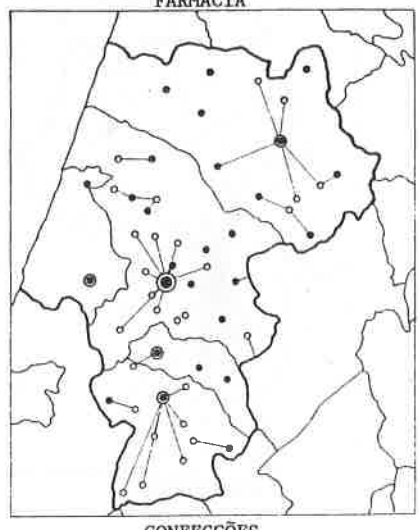
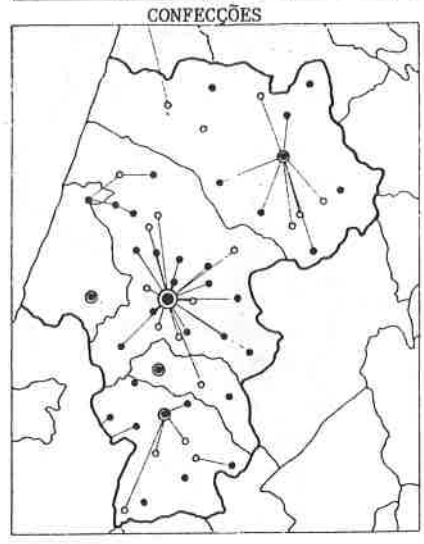


FIG. 14- PREFERENCIAS DOMINANTES

FARMÁCIA



CONFECÇÕES



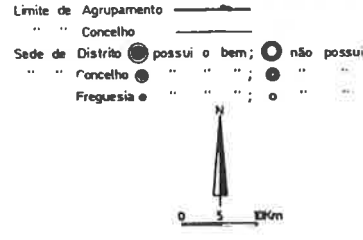
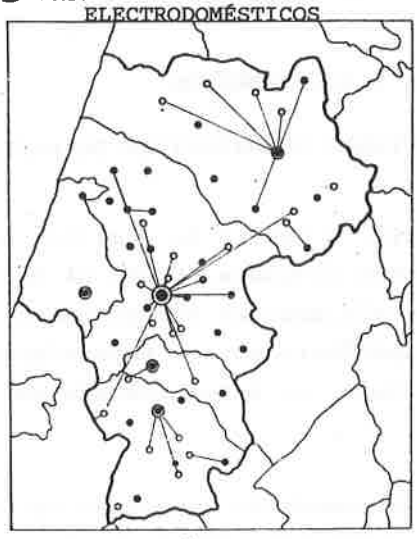
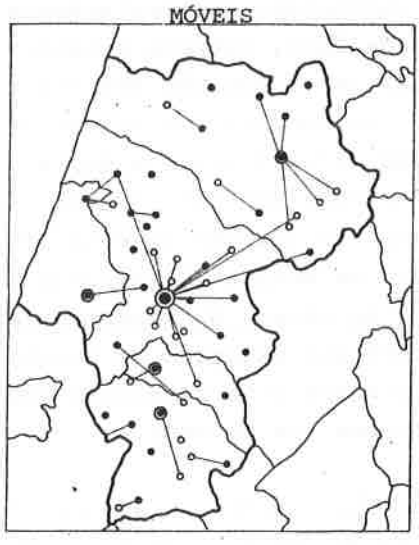


FIG. 15 PREFERENCIAS DOMINANTES

ELECTRODOMÉSTICOS



MÓVEIS



Limite de Agrupamento
" " Concelho
Sede de Distrito possui o bem; não possui
" " Concelho " " " ; " " "
Freguesia " " " ; " " "

N

0 5 10 Km

5. INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

5.1. INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS DE BASE

1. Em 1981, o número de famílias era superior ao número de alojamentos ocupados, tanto na Região Centro como no agrupamento. Os alojamentos não ocupados (20% do número total) não estão disponíveis por se encontrarem em más condições de habitabilidade, ou serem residências de emigrantes ou secundárias.

2. Relativamente às condições de habitabilidade, verificam-se fortes carências, particularmente no que diz respeito à existência de água, retrete e banho: 29,5% dos alojamentos não têm água, 24,4% não têm retrete e 40,6% não têm banho, valores que, no entanto, se situam abaixo dos encontrados para a Região (37,9%, 34,1% e 53,6%). Pombal é o concelho em que as condições são mais graves - praticamente metade dos alojamentos não dispõem de água (49,7%), nem de retrete (44,9%) e mais de metade (58,8%) não têm banho. Nos restantes concelhos os níveis de cobertura aproximam-se das médias do agrupamento com excepção de Leiria e Marinha Grande que detêm percentagens de alojamentos com aqueles requisitos bastante superiores às da área.

3. A promoção directa ou através das autarquias de construção de habitação, assim como das infraestruturas urbanísticas subjacentes é uma das necessidades prementes do sector. Por outro lado seria desejável que se desenvolvessem formas de recuperação do parque habitacional em mau estado de conservação.

4. O abastecimento de água domiciliária servia em termos médios, 41,6% da população em 1981. Os concelhos da Marinha Grande (60%), Porto de Mós (60%) e Leiria (44%) apresentam um índice acima da média, enquanto a Batalha (30%) e Pombal (14%) se situavam abaixo do valor médio. Apenas 17% da população era servida por rede de esgotos. Leiria (23%) e Marinha Grande (21%) detinham um índice superior à média enquanto que Porto de Mós (12%), Pombal (10%) e Batalha (5%), se situavam a um nível inferior.

5. O sistema de recolha de lixos serve 52% da população do agrupamento embora a cobertura a nível de concelho seja relativamente desequilibrada: enquanto as populações da Marinha Grande, Batalha e Porto de Mós se encontram servidas praticamente a 100%, as de Leiria (42%) e Pombal (16%) estão precariamente contempladas.

6. Em 1981, com excepção do concelho de Pombal (89%), todos os restantes concelhos possuíam uma cobertura integral de energia eléctrica. Todavia é necessário proceder à manutenção da rede existente, bem como avançar com novos investimentos como resposta a novas solicitações.

5.2. INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1. No que concerne à rede viária nacional existente saliente-se pela importância que evidenciam a E.N. 1 (que liga os dois maiores centros populacionais do País e que atravessa os concelhos de Porto de Mós, Batalha, Leiria e Pombal) bem como a E.N. 109 (Leiria/Figueira da Foz), E.N. 113 (Leiria/Fátima), E.N. 237 (Figueira da Foz/Pombal/Caste-

lo Branco) e a E.N. 242 (Marinha Grande/Nazaré). Qualquer daqueles eixos apresenta um mau estado de conservação, perfis antiquados e traçados deficientes, o que não permite boa acessibilidade não apenas dentro do agrupamento mas também intra-regiões. Quanto à rede viária municipal (901,1 Km de rede no agrupamento) é Leiria o concelho que apresenta o maior número de Kms de rede (346,2 Km), embora seja também o segundo concelho em termos de área. Refira-se o esforço apreciável de investimento neste domínio por parte das autarquias locais com vista ao desenvolvimento sócio-económico da área. Pontualmente este agrupamento tem beneficiado de comparticipações da parte do Estado no âmbito da rede viária quando esta apresenta um interesse supra-municipal.

2. Existe, no entanto, um desfasamento da rede viária (nacional e municipal) face às necessidades actuais, que pode ser aferido, entre outros, pelo aumento do tráfego médio diário. Também uma provável abertura da Base Aérea de Monte Real ao tráfego civil exigirá uma particular atenção, como resposta adequada às solicitações que irá suscitar.

3. A linha férrea mais importante (maior intensidade do fluxo de mercadorias e pessoas) do País - a linha do Norte (Lisboa-Porto) - atravessa apenas o concelho de Pombal. Este concelho e os de Leiria e Marinha Grande são atravessados pela linha do Oeste (Lisboa-Figueira da Foz) que apresenta deficiências de ordem vária, que urge corrigir, sob pena de se comprometer o desenvolvimento sócio-económico.

4. No agrupamento de concelhos de Leiria encontra-se instalada a Base Aérea de Monte Real cuja abertura ao tráfego civil se prevê a curto prazo. A ser concretizada, esta medida funcionará como factor de dinamismo para a região,

não só no âmbito dos sectores instalados e vocacionados para a exportação, mas também no domínio do turismo.

5. Relativamente às redes telefónica e postal, pode afirmar-se que a cobertura da área é já satisfatória, sobretudo se a compararmos com outras áreas do País. Apesar disso, foram detectados alguns estrangulamentos, a saber:

- o número de postos principais de telefone em lista de espera representa 7,0% do total da área abrangida pelos C.T.T., valor superior ao parque já existente (3,4%);
- Pombal e Batalha são os concelhos com o mais baixo número de postos de telefone por 100 habitantes (5 e 5,5 respectivamente) sendo de 7,5 a média do agrupamento.

A distribuição postal no agrupamento é satisfatória, com uma taxa de cobertura de 100%.

A rede de telex resulta da importância que a implantação industrial tem no seu desenvolvimento.

6. No domínio das comunicações são de destacar duas experiências piloto a nível nacional a decorrer na área deste programa:

- Em Maio de 1984 foi iniciado o lançamento do 1º cabo de fibras ópticas dos C.T.T. para servir o feixe regional Leiria-Marinha Grande, que irá permitir a digitalização da rede;

- Entre 1981 e 1982 teve lugar a reorganização dos percursos de distribuição postal introduzindo-se o binómio giro automóvel/baterias de caixas de correio individual.

5.3. SAÚDE

1. As deficiências encontradas ao nível dos serviços de saúde, dizem respeito à insuficiência de centros de assistência e à pouca diversidade dos serviços prestados. O número de habitantes por médico e enfermeiro, revela-se satisfatório, pois varia entre 1 061 em Leiria e 1 259 na Batalha no primeiro caso e entre 1 117 na Marinha Grande e 1 787 em Leiria no segundo.

A taxa de mortalidade infantil varia entre 1.4 na Marinha Grande e 3.1 em Porto de Mós, enquanto a percentagem de partos sem assistência, evidencia que é em Pombal (20) Batalha (7) e Porto de Mós (0,3), onde surgem as maiores carências.

2. Apontam-se como acções prioritárias a construção de centros de saúde em Pombal e Batalha, bem como o hospital distrital de Leiria.

5.4. EDUCAÇÃO E DESPORTO

1. A cobertura escolar da área apresenta algumas lacunas, devido ao excesso de lotação dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente o secundário, havendo carências a su-

prir nos próximos anos em ordem a um correcto dimensionamento dos equipamentos.

A taxa de analfabetismo reforça a ideia já explanada anteriormente de que Pombal (36,1) é o concelho com indicações mais negativas no quadro sócio-económico do agrupamento (28.7) de taxa de analfabetismo.

3. A existência e dinamização dos cursos técnico-profissionais e profissionais e da Escola Superior de Educação de Leiria são dois significativos passos recentemente dados no sentido de ultrapassar as deficiências na formação da população local.

Quanto às instalações desportivas, verifica-se que existem em significativo número de freguesias, ainda que haja uma excessiva predominância de campos de grandes jogos.

II - OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

A promoção do desenvolvimento da estrutura produtiva e a melhoria das condições de vida das populações, constituem o pano de fundo para a definição dos objectivos de desenvolvimento da área de actuação deste sub-programa. Neste contexto apresentamos como objectivos principais:

1. Redução da taxa de desemprego e absorção da nova procura. A criação de novos postos de trabalho deverá ter em conta a desejável redução de activos do sector primário (para 15%), a estabilização do secundário ($\pm$ 45%) e um ligeiro aumento do terciário (40%).

2. Criação de acções de formação profissional tendo em vista a reconversão do sector agrícola, a modernização da indústria e a expansão/modernização do sector terciário . Torna-se também premente no campo da formação profissional , desenvolver meios para incorporar os conhecimentos tecnológicos de que os emigrantes retornados são portadores, no desenvolvimento das actividades económicas da área.

3. Construção de cerca de 7 000 novos fogos, tendo em conta que a estimativa do aumento da população da área em 5 anos é de 20 000 habitantes.

4. Colmatar as lacunas existentes no domínio das infraestruturas básicas, nomeadamente a electrificação e dotação de redes de água e esgotos a fogos não servidos.

5. Dotar a área de equipamentos de saúde e ensino de forma a maximizar o seu acesso das populações.

6. Melhorar as acessibilidades internas e externas da área através da implementação do troço de auto-estrada, do aumento da rede fundamental e complementar, da expansão da rede municipal e do incremento da viação rural. No âmbito das

infraestruturas de transporte consideramos ainda objectivo de destaque a implementação de um estudo de melhoria da linha do Oeste e da necessidade da abertura do aeroporto de Monte Real ao tráfego civil.

7. Lançar estudos para a avaliação dos recursos hidroagrícolas e aproveitamento das infraestruturas (de regadio e enxugo) já implantadas.

8. Desenvolver as experiências de digitalização da sub-rede de comunicações e avaliação de seu impacto nas actividades económicas locais.

9. Criação de solo infraestruturado para utilização industrial.

10. Promover o enquadramento institucional das acções a desenvolver através da criação de adequada estrutura intermunicipal e da melhoria dos circuitos intra e inter-regionais afectos aos organismos sectoriais da Administração Pública, existentes na área.

III - ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO:

O atingir dos objectivos enunciados depende em grande medida da promoção de acções globais e específicas no âmbito da Administração Pública, cuja implementação cabe aos níveis Central e Local daquela Administração. No primeiro caso, as acções previstas circunscrevem-se no domínio das infraestruturas e equipamentos, a cargo do Ministério do Equipamento Social; no segundo, são as autarquias locais as promotoras de acções específicas de desenvolvimento directamente ligadas à melhoria das condições de vida das populações locais, e ao apoio da estrutura produtiva.

1. Ao nível das acções previstas pelo M.E.S. referiram-se as relacionadas com a melhoria de acessibilidades e das condições de circulação, cujo investimento representa 55.5% do total previsto para a sub-região. Serão executadas beneficiações e reforços na E.N. 1[1] e E.N. 237[2] ($I.C._8$) nomeadamente nos troços que atravessam o agrupamento (ligação Pombal-Ansião) aumentando consideravelmente a acessibilidade do Pinhal Litoral tanto no sentido longitudinal como transversal. Estão também previstas melhorias na rede viária local de forma a facilitar as ligações entre as sedes de concelho da área e as destes aos concelhos limítrofes (Alcobaça, Figueira da Foz, Vila Nova de Ourém entre outros).

2. O investimento apresentado no âmbito da electrificação representa 6.2% do total e diz respeito a amplia-

---

(1) Esta E.N. será Itinerário Principal até que seja construído o respectivo lanço de Auto-Estrada, passando então para a rede complementar - ($I.C._2$).

(2) I.C.8 - Figueira da Foz-Pombal-Ansião-Figueiró dos Vinhos - Pedrógão Grande-Sertã-Castelo Branco.

ções necessárias na subestação e rede subterrânea de Leiria, bem como à implementação de uma subestação de transformação e reforços na rede que serve as áreas de características mais rurais nesta sub-região.

3. No âmbito dos equipamentos, são apresentados projectos da responsabilidade das Direcções Gerais de Edifícios e Monumentos Nacionais, das Construções Escolares e Construções Hospitalares. No primeiro caso, trata-se da construção do Comando Distrital da P.S.P. que representa 6.8% do investimento total, e no segundo incluem-se Escolas Preparatórias e Secundárias em áreas subequipadas, absorvendo 23.5% do investimento previsto. As Construções Hospitalares vão ter a seu cargo o Centro de Saúde da Batalha, através da Administração Regional de Saúde, a construção do Hospital Distrital de Leiria com capacidade de 500 camas e o Hospital Psiquiátrico, cujos montantes globais representam 8.3% do investimento.

4. Ao nível das acções mais específicas, são as autarquias locais as entidaddes que se têm mostrado mais dinâmicas na promoção do bem estar social e no apoio à actividade produtiva. Assim, e segundo as prioridades atribuídas aos projectos candidatos a financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, constata-se que são para as infra-estruturas básicas - abastecimento de água (51.3%), drenagem e tratamento de esgotos (37.1%) - que se canaliza o maior volume de investimento, em consonância com as carências apresentadas e com o quadro de objectivos proposto [3].

---

(3) Cfr. Objectivos de Desenvolvimento pág. , ponto 4 e 6.

PROJECTOS AUTÁRQUICOS APRESENTADOS A FINANCIAMENTO DO FEDER

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO		CUSTO TOTAL DO PROJECTO	1984	TOTAL ELEGÍVEL	1985/86	1985	1986	1987
ÁGUA	PREÇOS CORRENTES	404 999	8 000	396 999	314 929	133 934	180 995	82 070
	50% FEDER			198 500	157 465	66 967	90 498	41 035
ESGOTOS	PREÇOS CORRENTES	293 045		293 045	270 085	87 872	182 214	22 959
	50% FEDER	146 523		146 523	135 043	43 936	91 107	11 480
REDE VIÁRIA	PREÇOS CORRENTES	92 059		92 059	56 231	18 768	37 463	35 828
	50% FEDER	46 030		46 030	28 116	9 384	18 732	17 914
TOTAIS	PREÇOS CORRENTES	790 103		782 103	641 245	240 574	400 672	140 857
	50% FEDER			391 054	320 624	120 287	200 337	70 429

A implementação da rede viária nesta sub-região absorve 11.6% do pedido a concurso e vem complementar a nível local as acções já referidas da Administração Central. Pretende-se fundamentalmente melhorar as ligações intra e inter concelhias em termos de tempo, segurança e comodidade e apoiar a actividade produtiva existente (entrada e escoamento de produtos) bem como atrair novas iniciativas.

5. A satisfação das necessidades básicas da área, tem um reflexo muito positivo no desenvolvimento da respectiva estrutura económica, uma vez que irá colmatar carências e resolver problemas ao nível dos sectores produtivos, nomeadamente o agrícola e industrial. Está também presente a preocupação de ultrapassar estrangulamentos, de ordem ambiental (lançamento de efluentes industriais em cursos de água que irão servir algumas áreas de regadio), bem como de promover a acessibilidade a áreas de implantação industrial, que nesta sub-região, se apresenta muito difusa.

Para além dos projectos mencionados e que recobrem as áreas do saneamento básico e infraestruturas rodoviárias, refira-se ainda a existência de outros, também de iniciativa autárquica, relativos ao apoio à actividade produtiva. Aqui se enquadram alguns loteamentos industriais bem como projectos no domínio do sector turístico, cuja viabilidade será reforçada depois da supressão das carências existentes ao nível das infraestruturas básicas.

IV. ANEXO ESTATÍSTICO

A N E X O S

QUADRO 1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DENSIDADES POPULACIONAIS

	ÁREA (Km^2)	POPULAÇÃO			VARIAÇÃO (em %)			DENSIDADE POPULACIONAL		
		1960	1970	1981	60/70	70/81	60/81	1960	1970	1981
BATALHA	103,56	13.811	12.178	12.588	(11,8)	3,4	(8,9)	133,4	117,6	121,6
LEIRIA	564,66	82.988	80.241	96.517	(3,3)	20,3	16,3	147,0	142,1	170,9
MARINHA GRANDE	181,37	20.483	23.449	31.284	14,5	33,4	52,7	112,9	129,3	172,5
POMBAL	626,36	59.931	57.113	53.727	(4,7)	(5,9)	(10 4)	95,7	91,2	85,8
PORTO DE MÓS	264,88	21.220	20.412	21.700	(3,8)	6,3	2,3	80,1	77,1	81,9
TOTAL (AGRUPAMENTO)	1.740,83	198.433	193.393	215.816	(2,5)	11,6	8,8	114,0	111,1	124,0
REGIÃO CENTRO	23.270,77	1.880.764	1.665.818	1.750.885	(11,4)	5,1	(6,9)	80,8	71,6	75,2

FONTES: ÁREA - Comissão Nacional do Ambiente

POPULAÇÃO - Recenseamentos da População (INE)

QUADRO 2

COMPOSIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO

1970

GRUPOS ETÁRIOS / CONCELHOS	0-14 anos	%	15-64 anos	%	⩾65 anos	%	TOTAL	COEFICIENTE DE DEPENDÊNCIA
BATALHA	3.760	32,0	6.955	59,2	1.040	8,8	11.755	69,0
LEIRIA	25.380	32,2	47.545	60,2	6.025	7,6	78.950	66,1
MARINHA GRANDE	6.515	27,9	15.085	64,6	1.750	7,5	23.350	54,8
POMBAL	17.100	30,0	35.140	61,8	4.650	8,2	56.890	61,9
PORTO DE MÓS	5.850	28,8	12.335	60,8	2.105	10,4	20.290	64,5
TOTAL (AGRUPAMENTO)	58.605	30,7	117.060	61,2	15.570	8,1	191.235	63,4
REGIÃO CENTRO	418.260	27,9	911.955	60,8	170.355	11,3	1.500.570	64,5

1981

GRUPOS ETÁRIOS / CONCELHOS	0-14 anos	%	15-64 anos	%	65 anos	%	TOTAL	COEFICIENTE DE DEPENDÊNCIA
BATALHA	3.089	24,5	8.167	64,9	1.332	10,6	12.588	54,1
LEIRIA	26.100	27,1	61.994	64,2	8.423	8,7	96.517	55,7
MARINHA GRANDE	7.994	25,5	20.591	65,9	2.699	8,6	31.284	51,9
POMBAL	13.410	24,9	33.719	62,8	6.598	12,3	53.727	59,3
PORTO DE MÓS	5.314	24,5	13.803	63,6	2.583	11,9	21.700	57,2
TOTAL (AGRUPAMENTO)	55.907	25,9	138.274	64,1	21.635	10,0	215.816	56,1
REGIÃO CENTRO	422.663	24,2	1082.408	61,8	245.814	14,0	1.750.885	61,8

FONTE: Recenseamento Geral da População, 1970/1981, INE.

QUADRO 3

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA COM PROFISSÃO

1970

	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO		TOTAL DA POPULAÇÃO ACTIVA	POP.ACTIVA / POP. TOTAL (em %)
	VAL. ABSOLUTOS	%	VAL. ABSOLUTOS	%	VAL. ABSOLUTOS	%		
BATALHA	1.875	50	1.030	27	855	23	3.760	30,9
LEIRIA	7.425	28	10.385	40	8.270	32	26.080	32,5
MARINHA GRANDE	305	3	7.175	75	2.145	22	9.625	41,0
POMBAL	11.825	67	2.595	15	3.175	18	17.595	30,8
PORTO DE MÓS	2.780	38	3.185	44	1.295	18	7.260	35,6
TOTAL (AGRUPAMENTO)	24.210	38	24.370	38	15.740	24	64.320	33,2
REGIÃO CENTRO	258.985	46	155.640	27	150.220	27	564.845	33,9

1981

	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO		TOTAL DA POPULAÇÃO ACTIVA	POP.ACTIVA / POP. TOTAL (em %)
	VAL. ABSOLUTOS	%	VAL. ABSOLUTOS	%	VAL. ABSOLUTOS	%		
BATALHA	1.221	25	2.289	47	1.400	28	4.910	39,0
LEIRIA	5.626	15	17.785	48	13.844	37	37.255	38,6
MARINHA GRANDE	237	2	8.647	71	3.341	27	12.225	39,1
POMBAL	10.105	48	6.424	30	4.639	22	21.168	39,4
PORTO DE MÓS	1.922	23	4.358	51	2.174	26	8.454	38,9
TOTAL (AGRUPAMENTO)	19.111	23	39.503	47	25.398	30	84.012	38,9
REGIÃO CENTRO	213.259	32	241.468	36	210.893	32	665.620	38,0

FONTE: Recenseamento da População (INE).

QUADRO 4

ESTRUTURA COMPARADA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (1968 e 1979)

	ANO	EXPLORAÇÕES		BLOCOS		DIMENSÃO MÉDIA DAS EXPLORAÇÕES (HA)	DIMENSÃO MÉDIA DOS BLOCOS (HA)
		Nº	ÁREA (HA)	Nº	Nº MÉDIO POR EXPLORAÇÃO		
AGRUPAMENTO	1968	30 501	74 435	280 371	9.2	2.44	0.27
	1979	30 537	67 277	242 865	8.0	2.20	0.27
SUB-REGIÃO LITORAL	1968	117 796	251 561	996 158	8.5	2.14	0.25
	1979	117 572	273 051	967 289	8.2	2.32	0.28
REGIÃO CENTRO	1968	295 571	1 114 734	2 461 169	8.3	3.77	0.45
	1979	279 804	1 011 562	2 398 903	8.6	3.62	0.42
CONTINENTE	1968	811 656	4 974 157	5 162 428	6.4	6.13	0.96
	1979	783 945	5 182 770	4 937 019	6.3	6.61	1.05

FONTES: Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, INE, 1968.
Recenseamento Agrícola, INE, 1979.

QUADRO 5

ESTRUTURA DAS POPULAÇÕES AGRÍCOLAS (1979)

	CLASSES DE ÁREA (HA)	EXPLORAÇÕES		BLOCOS		DIMENSÃO MÉDIA DAS EXPLORAÇÕES (HA)	DIMENSÃO MÉDIA DOS BLOCOS (HA)
		Nº	ÁREA (HA)	Nº	Nº MÉDIO POR EXPLORAÇÃO		
BATALHA	0-2	1 627	1 397	9 779	6.0	0.86	0.14
	2-20	475	2 019	6 589	13.9	4.25	0.31
	⩾20	7	356	224	32.0	50.86	1.59
	TOTAL	2 109	3 772	16 592	7.8	1.79	0.23
LEIRIA	0-2	8 506	6 884	45 913	5.4	0.81	0.15
	2-20	2 302	9 906	33 823	14.7	4.30	0.29
	⩾20	46	6 977	1 262	27.4	151.67	5.53
	TOTAL	10 854	23 767	80 998	7.5	2.19	0.29
MARINHA GRANDE	0-2	3 004	1 072	6 214	2.1	0.36	0.17
	2-20	78	372	592	7.6	4.77	0.63
	⩾20	6	11 701	40	6.7	1 950.17	292.53
	TOTAL	3 088	13 145	6 846	2.2	4.26	1.92
POMBAL	0-2	8 728	8 033	66 833	7.7	0.92	0.12
	2-20	2 560	10 030	45 358	17.7	3.92	0.22
	⩾20	36	2 050	1 167	32.4	56.94	1.76
	TOTAL	11 324	20 113	113 358	10.0	1.78	0.18
PORTO DE MÓS	0-2	2 323	1 869	13 447	5.8	0.80	0.14
	2-20	821	3 689	11 293	13.8	4.49	0.33
	⩾20	18	922	331	18.4	51.22	2.79
	TOTAL	3 162	6 480	25 071	7.9	2.05	0.26
AGRUPAMENTO	0-2	24 188	19 255	142 186	5.9	0.80	0.14
	2-20	6 236	26 016	97 655	15.7	4.17	0.26
	⩾20	113	22 006	3 024	26.8	194.74	7.27
	TOTAL	30 537	67 277	242 865	8.0	2.20	0.27

FONTE: Recenseamento Agrícola, INE, 1979.

QUADRO 6 - OCUPAÇÃO DO SOLO

	ÁREA TOTAL (km^2) (a)	ÁREA AGRÍCOLA (km^2)	ÁREA FLORESTAL (km^2)	ÁREA INCULTOS (km^2)	TAXA DE ARBORIZAÇÃO (%)	TAXA DE INCULTOS (%)	ÁREAS POR ESPÉCIES MAIS SIGNIFICATIVAS (km^2)		
							PINHEIROS BRAVO E MANSO	EUCALIPTO	CARVALHO
BATALHA	103,56	57,6	28,9	17,1	27,9	16,5	25,9	1,0	1,5
LEIRIA	564,66	277,5	268,8	18,4	47,6	3,3	252,6	13,2	0,0
M. GRANDE	181,37	33,0	134,1	14,3	73,9	7,9	132,8	1,0	-
POMBAL	626,36	305,7	291,9	28,8	46,6	4,6	269,4	18,0	1,7
P. DE MÓS	264,88	124,0	35,3	105,6	13,3	39,9	26,9	2,8	4,7
AGRUPAMENTO	1 740,83	797,8	759,0	184,2	43,6	10,6	707,1	36,0	7,9
%	7,5	7,2	9,2	4,7			9,9	5,2	3,4
REGIÃO CENTRO	23 270,77	11 108,6	8 266,3	3 895,9	35,5	16,7	7 141,3	686,6	229,7
%	100	100	100	100			100	100	100

FONTES: "Distribuição da Floresta em Portugal Continental, 1980" (baseado no levantamento aerofotogramético de 1972), M.A.P., Secretaria de Estado do Fomento Agrário, 1981

(a) Comissão Nacional do Ambiente

QUADRO 7 - EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E FORMAS DE EXPLORAÇÃO

CONCELHOS	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA NÃO RECENSEADA * (HA)	ÁREA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (HA)	ÁREA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS				ÁREA DE EXPLORAÇÕES PRIVADAS QUANTO À FORMA (HA)			ÁREA DE EXPLORAÇÕES TOTALMENTE POR CONTA PRÓPRIA (HA)		
				Classes de Área	Área Agro-Pecuária (HA)	Área Florestal (HA)	Área de Incultos (HA)	Conta Própria	Arrendamento	Outras Formas	Em explorações com mais de 20 HA	Em explorações com menos de 20 HA	TOTAL
BATALHA	10 356	6 584	3 772	0-2	1 108	215	74	3 660	63	49	357	3 117	3 474
				2-20	1 456	526	37						
				⩾20	174	181	1						
				Total	2 738	922	112						
LEIRIA	56 466	32 699	23 767	0-2	4 479	1 964	441	17 176	829	221	1 196	13 783	14 979
				2-20	5 009	4 555	342						
				⩾20	539	6 415	23						
				Total	10 027	12 934	806						
MARINHA GRANDE	18 137	4 992	13 145	0-2	810	187	75	1 698	87	21	362	1 269	1 631
				2-20	122	246	4						
				⩾20	6	11 695	0						
				Total	938	12 128	79						
POMBAL	62 636	42 523	20 113	0-2	5 390	2 313	330	18 870	454	796	1 608	14 961	16 569
				2-20	5 191	4 655	184						
				⩾20	653	1 343	54						
				Total	11 234	8 311	568						
PORTO DE MÓS	26 488	20 008	6 480	0-2	1 492	186	191	6 239	204	42	844	4 828	5 672
				2-20	2 815	663	211						
				⩾20	675	244	3						
				Total	4 982	1 093	405						
AGRUPAMENTO	174 083	106 806	67 277	0-2	13 279	4 865	1 111	47 643	1 637	1 129	4 367	37 958	42 325
				2-20	14 593	10 645	778						
				⩾20	2 047	19 878	81						
				Total	29 919	35 388	1 970						
ÁREA DAS EXPLORAÇÕES NO AGRUPAMENTO											22 006	45 271	67 277

FONTE: Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979.

* Área de incultos não incluídos nas explorações agrícolas, de ocupação urbana, etc.

QUADRO 8 - POTENCIALIDADES DO SOLO

	ÁREA TOTAL (a)		CAPACIDADE AGRÍCOLA		CAPACIDADE FLORESTAL		CAPACIDADE SILVO-PASTORÍCIA		SEM CAPACIDADE	
	(Km^2)	%	(Km^2)	%	(Km^2)	%	(Km^2)	%	(Km^2)	%
BATALHA	103.56	100	22.5	21.7	71.3	68.8	9.8	9.5	-	0.0
LEIRIA	564.66	100	164.0	29.0	392.3	69.5	5.2	0.9	3.2	0.6
M. GRANDE	181.37	100	14.2	7.8	165.4	91.2	1.8	1.0	-	0.0
POMBAL	626.36	100	140.2	22.4	470.6	75.1	13.0	2.1	2.6	0.4
P. DE MÓS	264.88	100	38.7	14.6	204.8	77.3	21.4	8.1	-	0.0
AGRUPAMENTO	1 740.83	100	379.6	21.8	1 304.4	74.9	51.2	3.0	5.8	0.3
%	7.5		7.3		8.3		4.7		0.5	
R. CENTRO	23 270.77	100	5 165.7	22.2	15 795.2	67.9	1 092.5	4.7	1 217.4	5.2
%	100		100		100		100		100	

FONTES: "A REGIÃO CENTRO, CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO", CCRC, 1981, com adaptações.

(a) - COMISSÃO NACIONAL DO AMBIENTE.

QUADRO - 9

PRINCIPAIS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIAS
(1977)

PRODUTOS	VALOR DE PRODUÇÃO (10^3 esc.)	% DO TOTAL DA REGIÃO CENTRO
AGRICULTURA		
Milho em grão	86 268	8.3
Folhas e bandeiras	6 400	7.2
Arroz em casca	7 777	4.7
Batata	154 008	4.3
Fava seca	10 402	21.9
Feijão seco	44 226	7.5
Grão de bico	5 208	12.9
Forragens	170 394	8.4
Vimes	5 215	50.0
Plantações e viveiros	58 663	21.1
Aguardentes não preparadas	24 950	15.5
Vinho comum	103 655	13.2
Azeite	11 262	3.0
SILVICULTURA		
Madeira para pasta	53 260	8.5
Madeira em toros n.e.	104 955	10.0
Lenha e desperdícios	22 185	10.4
Resina de pinheiro	59 628	10.4
PECUÁRIA		
Gado bovino jovem	62 988	9.8
Gado bovino adulto	156 071	11.3
Gado ovino	32 184	3.7
Gado caprino	11 309	4.4
Gado suíno	852 615	23.4
Galináceos do campo	17 996	10.0
Coelhos	21 156	13.6
Ovos do campo	21 450	7.0
Leite de vaca	43 299	2.2
Leite de ovelha	6 694	3.8
Leite de cabra	6 453	5.5

FONTE: Projecto de matrizes regionais intersectoriais, "Regionalização da produção do sector primário para 1977".

QUADRO 10 - EFECTIVOS PECUÁRIOS (1979)

	BOVINOS	OVINOS	CAPRINOS	SUÍNOS
BATALHA	4 097	411	1 295	22 127
LEIRIA	15 207	4 436	4 253	77 721
M. GRANDE	600	157	166	4 059
POMBAL	14 147	12 131	5 105	41 879
P. DE MÓS	6 398	2 328	4 304	37 363
AGRUPAMENTO	40 449	19 463	15 123	183 149
%	14.6	4.4	5.7	31.6
R. CENTRO	276 184	446 884	267 104	579 453
%	100	100	100	100

FONTE: Recenseamento Agrícola, INE, 1979.

QUADRO 11 - CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS

CONCELHOS	ACTIVIDADE PRINCIPAL DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS QUE SE DEDICAM À SUA EXPLORAÇÃO A MENOS DE 50%							ACTIVIDADE SECUNDÁRIA DOS PRODUTORES QUE SE DEDICAM À SUA EXPLORAÇÃO A MAIS DE 50%							Nº Total de Produtores Agrícolas	Produtores a menos de 50% / Total de Produtores x 100	Pop. Agrícola Trabalhando nas explorações Agrícolas		Índice de Envelhecimento da População Agrícola (Pop. + 50 anos / Pop. Total) x 100
	Noutras Explorações Agrícolas	Pesca	Indústria e Construção Civil	Comércio e Turismo	Outras Actividades	Sem Actividade	Total	Noutras Explorações Agrícolas	Pesca	Indústria e Construção Civil	Comércio e Turismo	Outras Actividades	Sem Actividade	Total			Total	Com mais de 50 anos	
BATALHA	83	-	372	61	298	131	945	153	-	53	16	158	788	1 168	2 113	44.7	4 065	1 272	31.3
LEIRIA	398	7	2 694	426	1 626	1 291	6 442	519	20	343	94	280	3 163	4 419	10 861	59.3	24 687	6 686	27.1
MARINHA GRANDE	39	43	1 532	101	324	847	2 886	4	1	10	4	26	165	210	3 096	93.2	6 396	2 154	33.7
POMBAL	360	17	1 695	271	1 948	718	5 009	1 093	4	231	96	351	4 566	6 341	11 350	44.1	29 162	7 552	25.9
PORTO DE MÓS	98	2	685	168	392	308	1 653	86	3	131	36	120	1 224	1 600	3 253	50.8	6 783	2 100	31.0
AGRUPAMENTO	978	69	6 978	1 027	4 588	3 295	16 935	1 855	28	768	246	935	9 906	13 738	30 673	55.2	71 093	19 764	27.8

FONTE: Recenseamento Agrícola do Continente, INE, 1979.

QUADRO 12 - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (1980)

	Nº de Estabelecimentos	%	Pessoal ao Serviço	%	Empregados / Estabelecimento	FBCF 10^3 esc.	VAB 10^3 esc.	%	VAB / Empregados 10^3 esc.	VAB / Habitante (1981) 10^3 esc.
BATALHA	29	5.4	452	1.7	15.6	75 201	200 273	2.3	443.1	13.9
LEIRIA	224	41.3	8 712	33.4	38.9	682 732	3 721 449	43.7	427.2	38.6
MARINHA GRANDE	104	19.2	9 470	36.4	91.1	610 141	3 321 322	39.0	350.7	106.2
POMBAL	98	18.1	1 682	6.5	17.2	146 667	571 423	6.7	339.7	10.6
PORTO DE MÓS	87	16.1	5 734	22.0	65.9	277 144	710 694	8.3	123.9	32.8
AGRUPAMENTO	542	100	26 050	100	48.1	1 791 885	8 525 161	100	327.3	39.5
% NA R. CENTRO	18.6	-	21.9	-	-	18.0	19.8	-	-	-
REGIÃO CENTRO	2 912	-	119 092	-	40.9	9 970 844	43 079 295	-	361.7	24.6

FONTE: Estatísticas Industriais, INE.

QUADRO 13

DIVERSIFICAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL

(1980)

	COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO RELATIVO AO EMPREGO [0, 1[	COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO RELATIVO AO VAB [0, 1[	ÍNDICE DE DIVERSIFICAÇÃO RELATIVO AO VAB DIV MÁX=500 DIV MÍN=900	DIVERSIFICAÇÃO COMPARADA OU CORRIGIDA [- 0.681, 1.000[
BATALHA	0.4016	0.4209	781.6	0.503
LEIRIA	0.3746	0.3570	748.6	0.364
M. GRANDE	0.5038	0.4385	818.6	0.658
POMBAL	0.3800	0.5012	806.8	0.608
P. DE MÓS	0.4605	0.4762	822.2	0.673
AGRUPAMENTO	0.2817	0.3397	754.1	0.387
R. CENTRO	0.0000	0.0000	662.0	0.000

QUADRO 14 - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA A 2 DÍGITOS SEGUNDO A C.A.E. (1980)

	ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS			TÊXTEIS; VESTUÁRIO E COURO			MADEIRA E CORTIÇA			PAPEL, ARTES GRÁFICAS E EDITORIAIS			INDÚSTRIAS QUÍMICAS (BORRACHAS E PLÁSTICOS)			PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS			PRODUTOS METÁLICOS, MÁQUINAS E MATERIAL DE TRANSP.		
	Nº Est.	PESSOAL	10^3 VAB esc.	Nº Est.	PESSOAL	10^3 VAB esc.	Nº Est.	PESSOAL	10^3 VAB esc.	Nº Est.	PESSOAL	10^3 VAB esc.	Nº Est.	PESSOAL	10^3 VAB esc.	Nº Est.	PESSOAL	10^3 VAB esc.	Nº Est.	PESSOAL	10^3 VAB esc.
BATALHA	7	35	8 417	*	*	*	8	65	14 481	-	-	-	3	41	71 398	8	242	72 726	*	*	*
% Total Concelho			4.2						7.2			0.0			35.7			36.3			
LEIRIA	49	1 312	539 958	6	164	54 105	66	1 476	292 521	7	417	310 463	43	2 439	1 224 690	35	2 303	1 095 346	18	601	204 366
% Total Concelho			14.5			1.5			7.9			8.3			32.9			29.4			5.5
MARINHA GRANDE	12	106	18 962	-	-	-	12	214	69 371	6	197	77 579	20	1 404	481 118	24	5 385	1 849 252	29	1 933	750 995
% Total Concelho			0.6			0.0			2.1			2.3			14.5			55.7			22.6
POMBAL	34	232	46 524	*	*	*	25	318	71 265	*	*	*	16	384	136 464	19	650	290 677	*	*	*
% Total Concelho			8.1						12.5						23.9			50.9			
PORTO DE MÓS	11	83	15 576	19	4 065	299 055	14	163	32 717	*	*	*	4	51	30 978	38	1 342	326 005	*	*	*
% Total Concelho			2.2			42.1			4.6						4.4			45.8			
AGRUPAMENTO	113	1 768	629 437	28	4 308	367 440	125	2 236	480 355	16	649	395 666	86	4 319	1 944 648	124	9 922	3 634 006	49	2 616	999 564
%	13.0	25.3	12.3	8.7	12.8	4.7	17.6	19.6	19.9	9.0	9.5	7.3	39.1	50.1	47.6	34.1	41.7	38.3	19.4	15.0	13.3
REGIÃO CENTRO	868	14 449	5 130 337	321	33 655	7 896 306	710	11 426	2 419 242	171	6 854	5 421 128	220	8 627	4 085 155	364	23 816	9 494 824	253	17 478	7 517 560
%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS, INE, 1980.

* - Não divulgado por motivo de sigilo estatístico

QUADRO 15 - TURISTAS ATENDIDOS NOS POSTOS DA "REGIÃO DE TURISMO DE LEIRIA" NA ÁREA DO AGRUPAMENTO

		1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		TOTAL ANO	
		TURISTAS NACIONAIS	TURISTAS ESTRANG.	TURISTAS NACIONAIS	TURISTAS ESTRANG.	TURISTAS NACIONAIS	TURISTAS ESTRANG.	TURISTAS NACIONAIS	TURISTAS ESTRANG.	TURISTAS NACIONAIS	TURISTAS ESTRANG.
BATALHA	1983	202	160	368	859	867	2 938	182	284	1 619	4 241
	1984	220	190	359	1 081	827	4 059	390	571	1 796	5 901
LEIRIA	1983	540	369	1 107	1 569	3 290	5 998	583	621	5 520	8 557
	1984	357	161	908	1 518	3 889	7 319	648	787	5 802	9 785
MARINHA GRANDE	1983	-	-	-	-	1 017	1 373	-	-	1 017	1 373
	1984	-	-	-	-	1 123	1 592	-	-	1 123	1 592
POMBAL	1983	241	114	431	309	435	295	320	153	1 427	871
	1984	203	48	245	83	471	258	201	42	1 120	431
PORTO DE MÓS	1983	234	59	141	91	282	416	90	28	747	594
	1984	60	29	142	99	368	557	119	48	689	733
TOTAL DO AGRUPAMENTO	1983	1 217	702	2 047	2 828	5 891	11 020	1 175	1 086	10 330	15 636
	1984	840	428	1 654	2 781	6 678	13 785	1 358	1 448	10 530	18 442

FONTE: REGIÃO DE TURISMO DE LEIRIA - ROTA DO SOL.

QUADRO 16

POPULAÇÃO ABRANGIDA POR INFRAESTRUTURAS BÁSICAS (1981)

CONCELHOS	ÁGUA	ESGOTOS	RECOLHA DE LIXO	ELECTRICIDADE
BATALHA	30%	5%	99%	100%
LEIRIA	44%	23%	42%	100%
MARINHA GRANDE	60%	21%	100%	100%
POMBAL	14%	10%	16%	89%
PORTO DE MÓS	60%	12%	91%	100%
AGRUPAMENTO	40%	17%	52%	97%

FONTE: Administração Local em Números, 1984, MAI/SEDR e SEAA

QUADRO 17

REDE VIÁRIA MUNICIPAL

CONCELHOS	EXTENSÃO DA REDE (km's)	KM's / ÁREA CONCELHIA
BATALHA	130,1	1,26
LEIRIA	346,2	0,61
MARINHA GRANDE	65,5	0,36
POMBAL	173,3	0,28
PORTO DE MÓS	186,0	0,70
AGRUPAMENTO	901,1	0,52

FONTE: Administração Local em Números, 1984, MAI / SEDR e SEAA

QUADRO 18 - HABITAÇÃO

CONCELHOS	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE ALOJAMENTOS		ALOJAMENTOS OCUPADOS													
		OCUPADOS	TOTAL	C/ RETRETE	%	S/ RETRETE	%	COM ÁGUA NO ALOJAMENTO	%	COM ÁGUA NO EDIFÍCIO	%	SEM ÁGUA	%	COM BANHO	%	SEM BANHO	%
BATALHA	3 750	3 695	4 691	2 686	72,7	1 009	27,3	2 593	70,2	109	2,9	993	26,9	2 191	59,3	1 504	40,7
LEIRIA	27 350	26 853	32 359	22 570	84,1	4 283	15,9	20 620	76,8	491	1,8	5 742	21,4	18 347	68,3	8 506	31,7
MARINHA GRANDE	9 554	9 327	11 940	8 548	91,6	779	8,4	7 175	76,9	147	1,6	2 005	21,5	6 263	67,1	3 064	32,9
POMBAL	16 694	16 548	22 156	9 112	55,1	7 436	44,9	7 986	48,3	339	2,0	8 223	49,7	6 810	41,2	9 738	58,8
PORTO DE MÓS	6 676	6 575	7 841	4 689	71,3	1 886	28,7	4 785	72,8	173	2,6	1 617	24,6	3 784	58,0	2 791	42,0
AGRUPAMENTO	64 024	62 998	78 987	47 605	75,6	15 393	24,4	43 159	68,5	1 259	2,0	18 580	29,5	37 395	59,4	25 603	40,6
REGIÃO CENTRO	539 376	526 881	682 439	347 034	65,9	179 847	34,1	315 967	60,0	11 111	2,1	199 803	37,9	244 547	46,4	282 334	53,6
CONTINENTE	2 803 028	2 688 128	3 290 621	2 090 829	77,8	597 299	22,2	1 919 230	71,4	51 186	1,9	717 712	26,7	1 559 297	58,0	1 128 831	42,0

FONTE: Recenseamento da População e da Habitação, INE, 1981.

QUADRO 19 - TELECOMUNICAÇÕES

CONCELHOS	POSTOS PRINCIPAIS DE TELEFONE				Nº DE POSTOS PÚBLICOS DE TELEFONE	POSTOS DE TELEX		
	Nº TOTAL	POR 100 HAB	POR 100 RESIDÊNCIAS	LISTA DE ESPERA		Nº TOTAL	POR 1000 HAB	LISTA DE ESPERA
BATALHA	767	5.5	16.3	246	25	15	1.1	1
LEIRIA	8 689	9.1	28.8	2 116	148	173	1.8	7
MARINHA GRANDE	2 656	8.6	23.8	790	28	91	3.0	2
POMBAL	2 644	5.0	11.7	1 153	142	22	0.4	2
PORTO DE MÓS	1 470	6.8	18.6	388	36	22	1.0	1
AGRUPAMENTO %	16 226 3.4	7.5	20.5	4 693 7.0	379 3.1	323 2.1	1.5	13 1.8
TOTAL DA ÁREA ABRANGIDA PELOS C.T.T. %	471 318 100	7.3	18.5	66 750 100	12 354 100	15 149 100	2.3	716 100

FONTE: Telecomunicações no distrito de Leiria, C.T.T.,
Direcção Regional de Telecomunicações do Centro, Maio 1984.

QUADRO 20 - REDE POSTAL

CONCELHOS	REDE DE ESTABELECIMENTOS				TRÁFEGO/HABITANTE (10^3 objectos/hab)
	ESTAÇÕES		POSTOS a)		
	FIXAS	BEC (*)	CORREIO	VENDA DE SELOS	
BATALHA	1	-	8	46	24
LEIRIA	7	-	121	111	87
MARINHA GRANDE	3	2	20	18	46
POMBAL	6	-	93	47	25
PORTO DE MÓS	3	-	13	69	31
AGRUPAMENTO	20	2	255	291	-
DISTRITO	42	3	457	536	41

FONTE: Os Correios no Distrito de Leiria, CTT, sem data.

(*) Balcões exteriores do correiro que funcionam fora das Estações de Correio, Telégrafo e Telefone (B.E.C. = Balcão Exterior Comum).

(a) Apenas são distribuidores e não receptores.

QUADRO 21 - SAÚDE

CONCELHOS	MÉDICOS							ENFERMEIROS		CENTROS DE SAÚDE		CAMAS		
	De Saúde Pública	DE CARREIRA		EXTRA-CARREIRA		Habitantes / Médico	* Médicos em Falta 1981	Lugares do Quadro	Existentes	Sedes	Extensões	Centros de Saúde Mental	Hospitais tipo Distrital	Camas Hospitalares / 1000 habitantes
		Lugares do Quadro	Existentes	Clínica Médica	Especialidades									
BATALHA	-	10	8	2	-	1 259	8	10	9	1	2	-	-	0.00
LEIRIA	10	66	38	26	17	1 061	-	66	54	1	19	150	216	2.24
MARINHA GRANDE	-	22	18	4	7	1 079	13	25	28	1	4	-	-	0.00
POMBAL	5	36	29	10	6	1 075	28	42	41	1	13	-	100	1.86
PORTO DE MÓS	1	15	9	6	2	1 206	16	17	15	1	8	-	-	0.00
AGRUPAMENTO	16	149	102	48	32	1 090	65	160	147	5	46	150	316	1.46

CONCELHOS	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL 1979	% DE PARTOS SEM ASSISTÊNCIA	
		1979	1982*
BATALHA	2.4	20	7
LEIRIA	2.1	8	0
MARINHA GRANDE	1.4	8	0
POMBAL	2.6	17	20
PORTO DE MÓS	3.1	3	0.3

FONTES: "Alguns Elementos de Avaliação dos Centros de Saúde do Distrito de Leiria", ARS - LEIRIA, Dez. 1984

* - Administração Local em Números 1984, MAI, SEDR e SEAA.

QUADRO 22 - EDUCAÇÃO

CONCELHOS	ENSINO BÁSICO			ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR	CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS E CURSOS PROFISSIONAIS EM 1985/1986		TAXA DE ANALFABETISMO
	ESCOLAS PRIMÁRIAS	ESCOLAS PREPARATÓRIAS	POSTOS DE TELESCOLA			EXISTENTES	PREVISTOS	1981 %
BATALHA	26	1	2	-	-	-	-	28.8
LEIRIA	115	3	23	3	1*	. Téc. de Contabilidade e Gestão . Construção Civil	. Téc. Inst. Electr. . Téc. de Obras . C.Civil (pós-laboral)	26.0
MARINHA GRANDE	24	2	1	2	-	. Téc. de Manutenção Mecânica . Fresadores	. Electricidade	24.8
POMBAL	101	2	26	1	-	. Téc. de Manutenção Mecânica	. Aux. Administrativo	36.1
PORTO DE MÓS	33	2	2	2	-	-	-	27.6
AGRUPAMENTO	299	10	54	8	1	5	5	28.7

* Escola Superior de Educação de Leiria

FONTES: Administração Local em Números 1984, MAI - SEDR e SEAA;
Instituto de Tecnologia Educativa
Ministério da Educação;
Comissão Regional do Centro para o Ensino Técnico-Profissional.

QUADRO - 23

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS NO AGRUPAMENTO DE LEIRIA

CONCELHOS	Nº FREGUESIAS TOTAL	FREGUESIAS COM INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	FREGUESIAS SEM INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	Nº DE INSTALAÇÕES						
				CAMPOS GRANDES JOGOS (⩾ 90x45)	CAMPOS PEQUENOS JOGOS (⩽ 90x45)	PISTAS DE ATLETISMO	PISCINAS COBERTAS	PISCINAS DESCOBERTAS	SALAS DE DESPORTO (PAVILHÕES, GINÁSIOS)	TOTAL
BATALHA	3	3	-	7	3	-	-	-	1	11
LEIRIA	25	22	3	44	45	1	-	2	13	105
MARINHA GRANDE	2	2	-	13	11	-	1	1	7	33
POMBAL	14	11	3	13	16	-	-	2	2	33
PORTO DE MÓS	13	10	3	12	2	-	1	-	3	18
AGRUPAMENTO	57	48	9	89	77	1	2	5	26	200

FONTE: Elementos para a elaboração da "CARTA DESPORTIVA NACIONAL", DGD - Leiria

RAIA

ÍNDICE

Pág.

INTRODUÇÃO 359

I - CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 365

1. Esboço Físico do Território 367

1.1. Geologia e Pedologia 367

1.2. Clima 372

2. População 378

3. Actividades Produtivas 381

3.1. Agricultura 362

3.2. Indústria Extractiva 392

3.3. Indústria Transformadora 393

3.4. Turismo e Comércio 398

4. Infraestruturas e Equipamento 400

4.1. Infraestruturas de Transporte 400

4.2. Infraestruturas Básicas 403

4.3. Equipamento Social 404

II - OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO 411

III - ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO 417

1. Sectores Produtivos 419

1.1. Agricultura 419

1.2. Indústria Extractiva 423

1.3. Indústria Transformadora 424

1.4. Turismo 426

Pág.

2. Infraestruturas e Equipamento 427

2.1. Infraestruturas de Transporte 427
2.2. Infraestruturas Básicas 431
2.3. Equipamento Social 432

IV - ANEXO ESTATÍSTICO 433

INTRODUÇÃO

A Raia, área de fronteira da Região Centro com a Espanha, abrange 11 concelhos - Meda, Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Pinhel, Sabugal, Guarda, Penamacor, Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão - que perfazem 32,2% da superfície regional, contando em 1981 com 201 480 habitantes ou seja, 11,5% da população total da região.

É uma área pouco densa, 27 hab/km^2, e onde se tem vindo a assistir a um esvaziamento progressivo da população fundamentalmente devido à emigração - na década de 60 houve um decréscimo populacional de 26%, sendo de 15% a taxa de emigração legal, e na década de 70, que é já de recuperação populacional tanto ao nível do Continente como da Região Centro, perdeu ainda 4,5% da população.

As causas desta desertificação reportam-se à existência de uma estrutura produtiva ineficaz onde a interioridade da área e a sua consequente má acessibilidade ao todo nacional são o principal bloqueio ao desenvolvimento, à inovação, à captação do investimento, e à existência paralela de elevados índices de carências sociais que, no seu conjunto, não permitem atingir os padrões mínimos de qualidade de vida de uma população.

É caracterizada por uma forte componente agro-pecuária (40,3% do total dos activos) e por um baixo grau de industrialização (dos 26,6% dos activos do secundário, apenas 13% respeitam a indústria transformadora), estrutura produtiva esta que não tem mesmo assim sido convenientemente valorizada, a analisar pelo baixo nível de rendimento global que apresenta (30,6 contos/activo contra os 56 contos/activo observados em média na Região Centro).

ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO DA RAIA CENTRAL PORTUGUESA



No entanto é uma área com alguns recursos endóge nos susceptíveis de serem potenciados quer no domínio a- grícola (integral aproveitamento das capacidades agrícola, silvícola e florestal dos solos), quer industrial (ren dibilização dos minérios e rochas existentes e fomento de unidades de transformação de matéria-prima agrícola e flo restal da área) ou ainda turístico (exploração das poten cialidades paisagísticas, cinegéticas, piscícolas e ter- mais e valorização do património cultural histórico e ar quitectónico em que a área é ricamente dotada).

De salientar também o facto de aqui se situar a maior fronteira terrestre do país - Vilar Formoso - em termos de mercadorias (41% do total de tráfego que atra- vessa o território Português) que constitui, além disso, o acesso mais directo à Europa quer por rodovia quer por ferrovia. A entrada de Portugal para o Mercado Comum vi- rá empolar ainda mais esse movimento e, naturalmente, os efeitos indirectos que lhe são adjacentes e que se sen- tem, aliás, já hoje, na parte norte da Raia. Por outro lado, sendo Portugal e Espanha futuros membros da Comuni dade, será lógico supor que venha a haver um estreitamen to de relações comerciais entre os dois países, que viré certamente beneficiar toda a economia desta área ao lon- go dos seus 200 km de contacto fronteiriço.

A finalizar, refiram-se dois outros factores que se estimam de enorme vantagem ao desenvolvimento da Raia e que se prendem com a forte componente emigratória que aqui se viveu. Trata-se do aproveitamento do retorno dos emigrantes que começa a ter alguma expressão, tanto no aspecto da mão-de-obra muitas vezes possuidora de certa

especialização técnica e que até ao momento não tem sido convenientemente explorada, como no da disponibilidade financeira resultante do seu aforro que não tem também encontrado, por parte da administração portuguesa, o estímulo e a orientação necessários à implementação de qualquer tipo de investimento.

I - CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

1. ESBOÇO FÍSICO DO TERRITÓRIO

1.1. GEOLOGIA E PEDOLOGIA

1.1.1. A Zona Raiana em estudo, é um espaço geográfico de limites físicos imprecisos, que se desenvolve na Região Centro entre os rios Douro (ao Norte dos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa) e o Tejo (ao Sul dos concelhos de Idanha, Castelo Branco e Vila Velha do Ródão), constituíndo a delimitação administrativa um dos critérios para a definição desta área, sobretudo nas faixas Oeste e Leste (neste caso a fronteira Luso-Espanhola).

O planalto de Castela-a-Velha, "uma das superfícies de erosão mais perfeitas do mundo" (1), prolonga-se em território português em ambos os lados da fronteira.

Poder-se-ão no entanto definir duas regiões a partir da organização da rede de drenagem hidrográfica - bacia do Côa e bacia do Tejo - separação esta que é reforçada pela quase coincidência dum rebordo de erosão de orientação NW e SE.

Quer para Norte como para Sul desta linha, o contacto entre a superfície de Meseta, por um lado, e a superfície inferior das Serras da Estrela e Malcata, por outro, sugere uma deslocação tectónica com uma amplitude de 100/150 m, suficientemente antiga, para que antes da dissecação quaternária tenha ocorrido novo retoque da Meseta, penetrando em golfos nos compartimentos levantados.

Assim, e no que se refere ao traçado Norte da Meseta, mais conhecida por nordeste da Beira, esta superfície da aplanamento magnificamente conservada, em que a

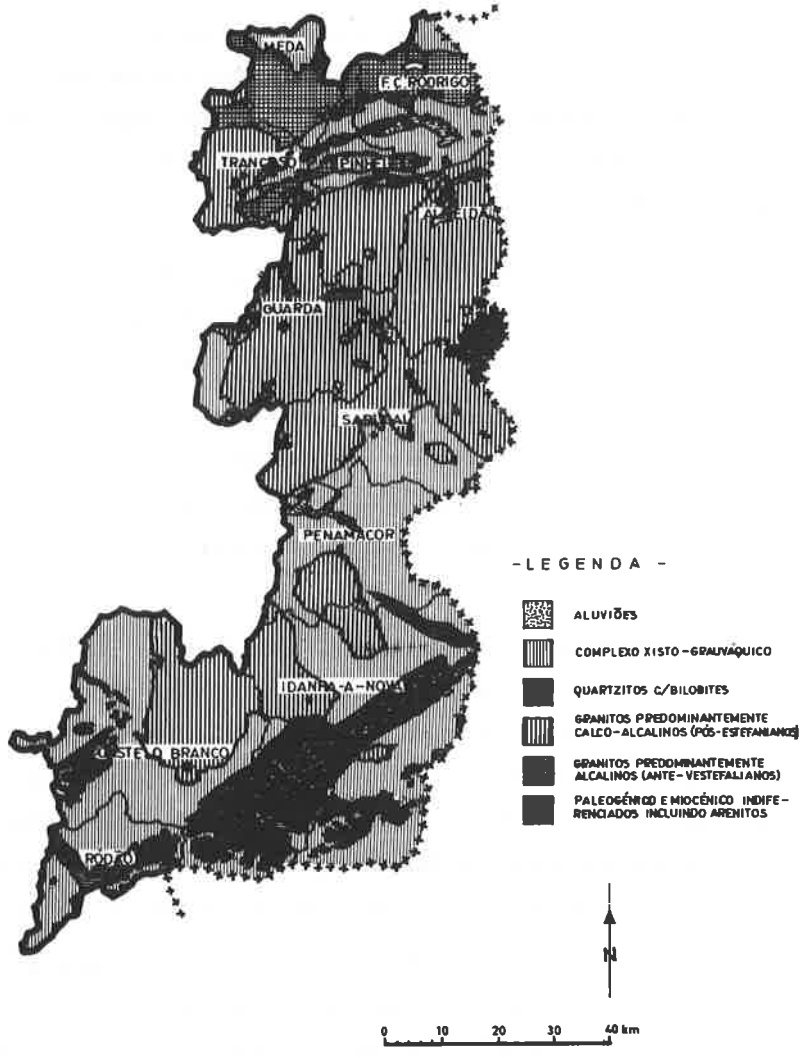
---

(1) P.Birot.

ESBÔÇO GEOLÓGICO DO TERRITÓRIO RAIANO

EXTRAIDO DA CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL

ESCALA 1 : 500 000



platitude é quase perfeita (sobretudo entre o Côa e a fronteira), é perceptível o balançamento desta superfície para NW a norte do paralelo da Guarda acentuando-se este pendor para norte da Latitude de Almeida (o desnível varia entre os 800-450 m, numa distância de aprox. 50 km).

O Vale do Côa, que a montante da confluência do rio Noémi (pelas imediações de Bademalos) começa a correr em vale encaixado (entre os 100/150 m), divide a sub-Meseta Norte em 2 sectores, cujos estados se apresentam distintos: o oriental, em que o planalto perde a sua rigidez (sobretudo a sul do alinhamento de relevos de Marofa), "sendo entalhado por um feixe de vales que rebaixam ou estreitam os interflúvios planos" (1).

Tal como a diferenciação geomorfológica entre os sectores ocidental a leste da sub-Meseta Norte, também a distribuição fito-ecológica do "carvalho pardo da Beira" - Quercus tozza - ajuda a compreender as correlações entre a variação climatérica e variação de latitude, aliada às condições pedológicas, numa área de transição natural entre o Sul e o Norte, num percurso com alguma extensão física. Na parte mais ao sul - a partir da encosta N da Guardunha - e central (abrangendo os concelhos da Covilhã, Guarda, Sabugal, Trancoso, Pinhel e parte sul da Mêda), "o carvalho da Beira forma constantemente elemento importante da arborização espontânea, preponderando mesmo em muitas partes sobre o castanheiro, com o qual é quase constante a sua mistura. "Ao descer da Guarda para Foz Côa, torna-se muito notável das imediações de Marialva e Barreira (paralelo formado para estas duas fregue-

---

(1) Brum Ferreira, PLANALTOS E MONTANHAS DO NORTE DA BEIRA.

sias com a linha da serra da Marofa), o rápido desaparecimento, dali para o N, das moitas e árvores de Quercus Tozza, e a sua substituição por moita rasteira de azinho sobre terrenos xistosos, facto constante até Foz Côa"(1).

Apesar das diferenciações climáticas, geológicas - natureza de solos - cobertura vegetal, o rio Côa, ao drenar esta secção N da Meseta, constitui um traço de ligação entre o conjunto dos concelhos que constituem a sua bacia hidrográfica - Nordeste da Beira ou Beira Transmontana.

Também o factor altitude (a curva de nível dos 700 m estabelece uma transição) contribui para a distinção entre 2 sub-regiões: no Sul, dispõem-se os planaltos da Guarda, Almeida, Sabugal e ainda as zonas limítrofes de Pinhel e Trancoso (este concelho, formando conjunto com uma área mais vasta e que integra Moimenta da Beira, Penedono, e Sernancelhe), tornando-se o clima mais rigoroso a partir daquele limiar altimétrico, denotando já a influência continental da zona castelhana, onde as acentuadas amplitudes de oscilação térmica são a característica principal. Esta sub-região é conhecida na tradição popular pelo nome de Riba-Côa ou Terra Fria Beirôa.

Para Norte, onde é bem sensível a transição para a região duriense, e a uma menor altitude média, os concelhos de Pinhel, Mêda e Figueira de Castelo Rodrigo , constituem a sub-região do Baixo-Côa ou Terra Quente, em que o vinho, azeite, figueiras e amendoeiras são produtos típicos deste microclima, tal como se verifica nos concelhos adjacentes à margem N do Douro.

---

(1) Amorim Girão, Esboço duma CARTA REGIONAL DE PORTUGAL

"A Beira Meridional, ao Sul da serra da Gardunha, é a verdadeira Beira Baixa" (1), pois é de facto para sul da cumeada desta Serra que a "facies" alentejana, com seus dilatados plainos, se começa a definir".

Retomando o critério oro-hidrográfico (como base de separação/diferenciação das duas regiões que estabelecemos), o concelho de Penamacor estabelece a transição entre a Beira Transmontana e a Beira Baixa, com uma fisionomia mais aproximada desta última, havendo a salientar na paisagem aspectos únicos na geomorfologia de Portugal - paisagem de Inselbrg's (montes, ilhas ou relevos de pediment, de 200 - 300 m, acima da altitude média da superfície de fundo e que também já afloram na Cova da Beira). Toda a área que medeia entre o planalto da Guarda/Sabugal e a Guardunha, estabelecendo contacto gradual a leste, desenvolve-se uma bacia tectónica de abatimento, e constitui um interessante fenómeno de encravamento regional, com fisionomia diversa de qualquer paisagem regional - Cova da Beira.

A Beira Baixa, é acima de tudo, uma zona de transição entre o Portugal do Norte e o Portugal do Sul, transição esta que dificilmente se distinguirá do Alentejo , constatando-se mais uma vez (tal como ao Norte e Sul do Douro) que nem um rio da importância do Tejo, está longe de poder constituir uma boa delimitação regional. A "facies Alentejana" interpenetra-se nesta área da Beira Interior, de tal maneira existem semelhanças na paisagem humanizada que se estabelece num quadro natural em que os elementos físicos reproduzem um ambiente ecológico pouco diferenciável do Alentejo.

---

(1) Amorim Girão, Esboço duma CARTA REGIONAL DE PORTUGAL

1.2. CLIMA

1.2.1. Temperatura

Sendo a Beira Interior uma zona periférica relativamente à massa continental ibérica e onde as influências atlânticas chegam práticamente sem efeito, esta área apresenta, assim, índices de aridez de valores consideráveis (sobretudo nos meses de estiagem em que o balanço hídrico é nitidamente deficitário - de Maio a Outubro).

Comparando as figuras relativas aos valores médios das temperaturas com os valores médios anuais de insolução verifica-se que é na faixa contígua à fronteira que existem os máximos de horas de insolação e temperatura. Também se constata que a partir da correlação entre estes dois elementos de clima, a transição entre a Beira Interior e a Beira Baixa é identificada pelo isotérmico dos 15º C a que corresponde a linha de 2900 h de insolação anual para sul da qual existe um aumento progressivo destes valores. Quanto ao restante território, e em especial o Nordeste da Beira, verifica-se que os valores térmicos são mais baixos, a que não será alheio o facto da sua maior altitude a partir da zona planáltica da Guarda, Almeida e Sabugal.

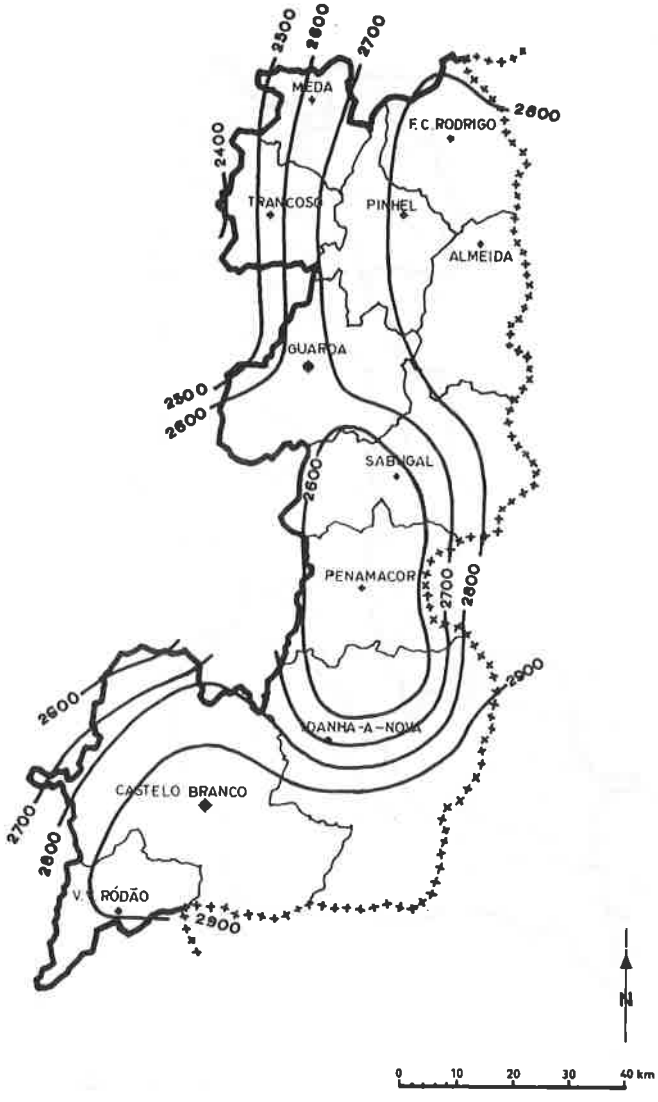
1.2.2. Precipitação

A quantidade de água precipitada na Beira Interior em termos de área abrangida.

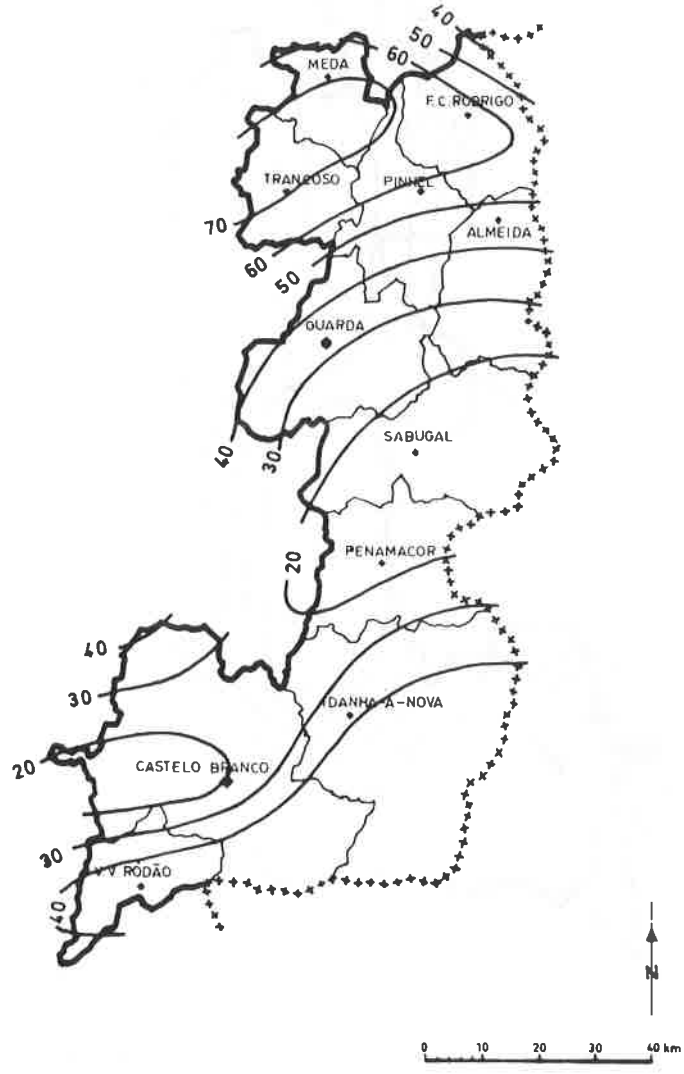
Assim, à excepção da parte sul, e confirmando a zona de transição para o Alentejo, em que os valores são

INSOLAÇÃO

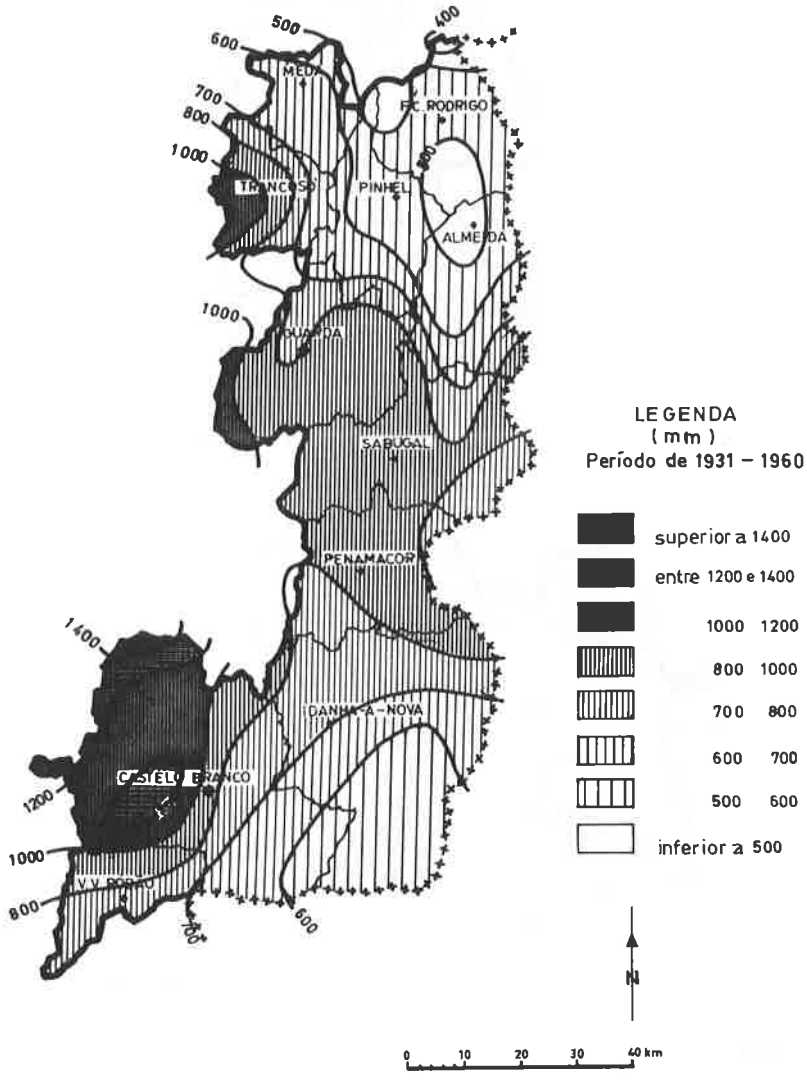
VALORES MEDIOS ANUAIS
(nº de horas)
1931 — 1960



GEADA - Nº Dias no Ano
Valores médios anuais (dia)
Período 1941-60



PRECIPITAÇÃO – QUANTIDADE TOTAL



PRECIPITAÇÃO



inferiores a 75 dias; toda a restante área fica abrangida entre os 75 e os 100 dias numa distribuição que oscila entre os 800-1000 mm (na parte central - concelhos da Guarda, Sabugal e Penamacor) variando sucessivamente para valores mais baixos quer para Norte quer para Sul destes concelhos (os valores mínimos situam-se entre os 500 -600 mm, à excepção duma área circunscrita à volta de Almeida) abaixo dos 500 mm.

2. POPULAÇÃO

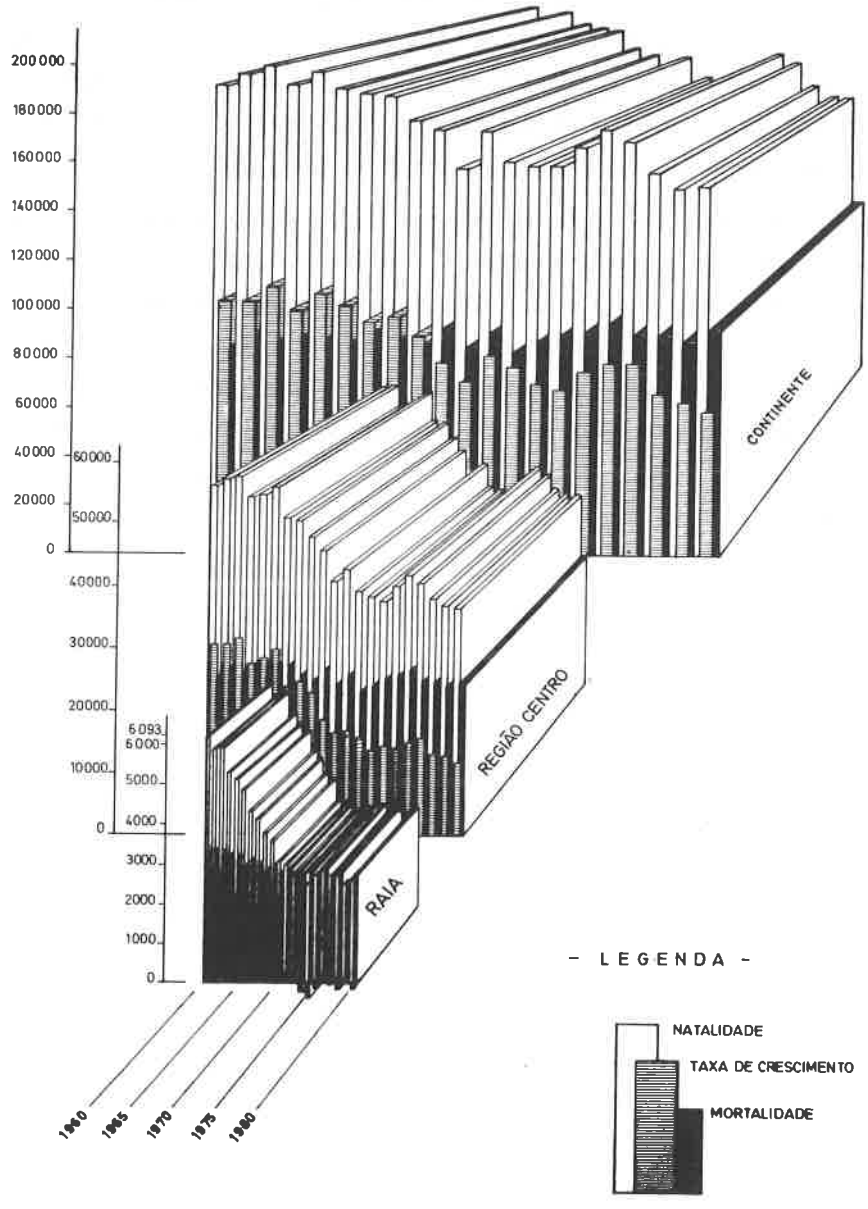
A área Raiana conta actualmente com 201 480 habitantes (11,5% do total regional) que se encontram dispersos no território segundo uma densidade populacional de 26,8 hab/km^2.

É uma sub-região que tem sofrido um contínuo decréscimo populacional que se acentuou na década de 60, de recessão demográfica em todo o Continente (o país perdeu 2,1% da população e a Região Centro 9,3%) e que teve aqui um dos seus reflexos extremos a avaliar pela diminuição de 26% dos residentes desta área. Na década de 70, que é já de recuperação populacional seja a nível do Continente seja da Região Centro a Raia sofre ainda uma perda de 4,5% da população.

Apesar de o sul da região suportar tradicionalmente um elevado débito de migrantes para Lisboa, o motor principal deste êxodo foi o fenómeno migratório para o estrangeiro (só a emigração legal foi, na década de 60, responsável pelo decréscimo de 13% dos residentes Raianos) que, com a saída dos grupos etários mais jovens, influenciou o comportamento das taxas de crescimento populacional na área levando a que, a partir de 1973, elas tivessem valores negativos.

Assiste-se assim à existência na Raia, em 1981, de uma elevada taxa de dependentes (65%) sobretudo se se comparar com o equivalente regional (38%), dependentes esses que têm uma repartição sensivelmente equitativa entre jovens e idosos.

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO



No concernente ao emprego esta área tem uma taxa de actividade de 34% dos quais 40,5% trabalham no sector primário (40,3% na agricultura), 26,6% no sector secundário (13% na indústria transformadora e 13% na construção e obras públicas) e 32,8% no sector terciário (18,5% em serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais e 9,3% no comércio).

A taxa de desemprego em 1981 é de 5,4% semelhante à da Região Centro, atingindo sobretudo os grupos etários mais jovens (66% dos desempregados situam-se no escalão etário dos 15 aos 24 anos e 14% no dos 25 aos 34 anos). Referindo-se à formação dos desempregados verifica-se que 95% frequentou o ensino secundário ou mesmo o propedêutico (36%) e que 1,4% tem cursos médios ou superiores.

3. ACTIVIDADES PRODUTIVAS

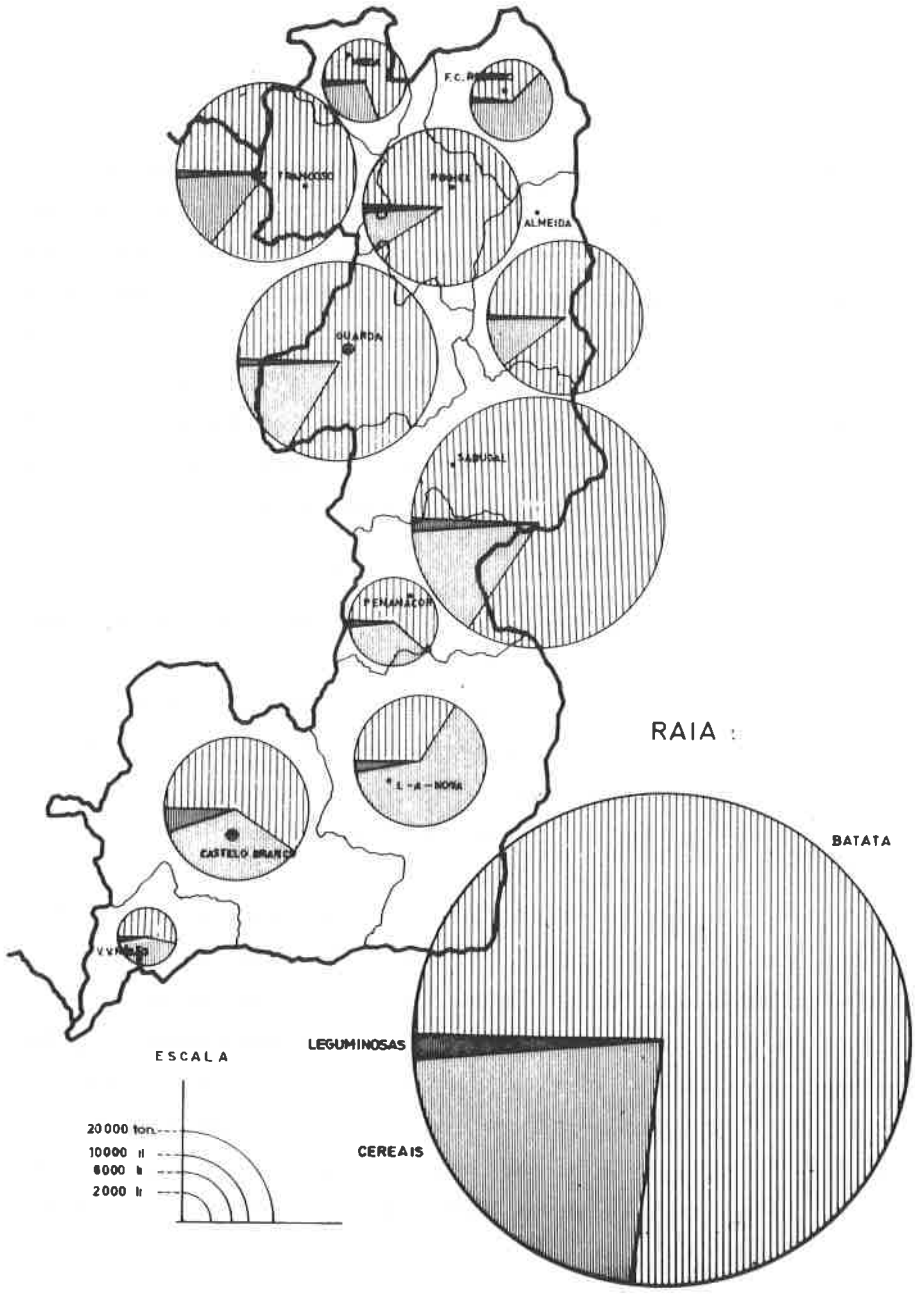
3.1. AGRICULTURA

Muito embora tenha havido entre 1968 e 1979 um decréscimo de 35% do número de activos agrícolas, tal não significa, como aparentemente se poderia supor, que tenha existido uma reconversão sectorial da mão-de-obra Raiana, uma vez que simultaneamente se verificou uma diminuição de 17% das explorações agrícolas, ou seja, de menos 19 507 ha agricultados. A análise permite concluir que foi o enorme peso da componente emigratória que se fez sentir nesta área o principal responsável pela diminuição da mão-de-obra agrícola.

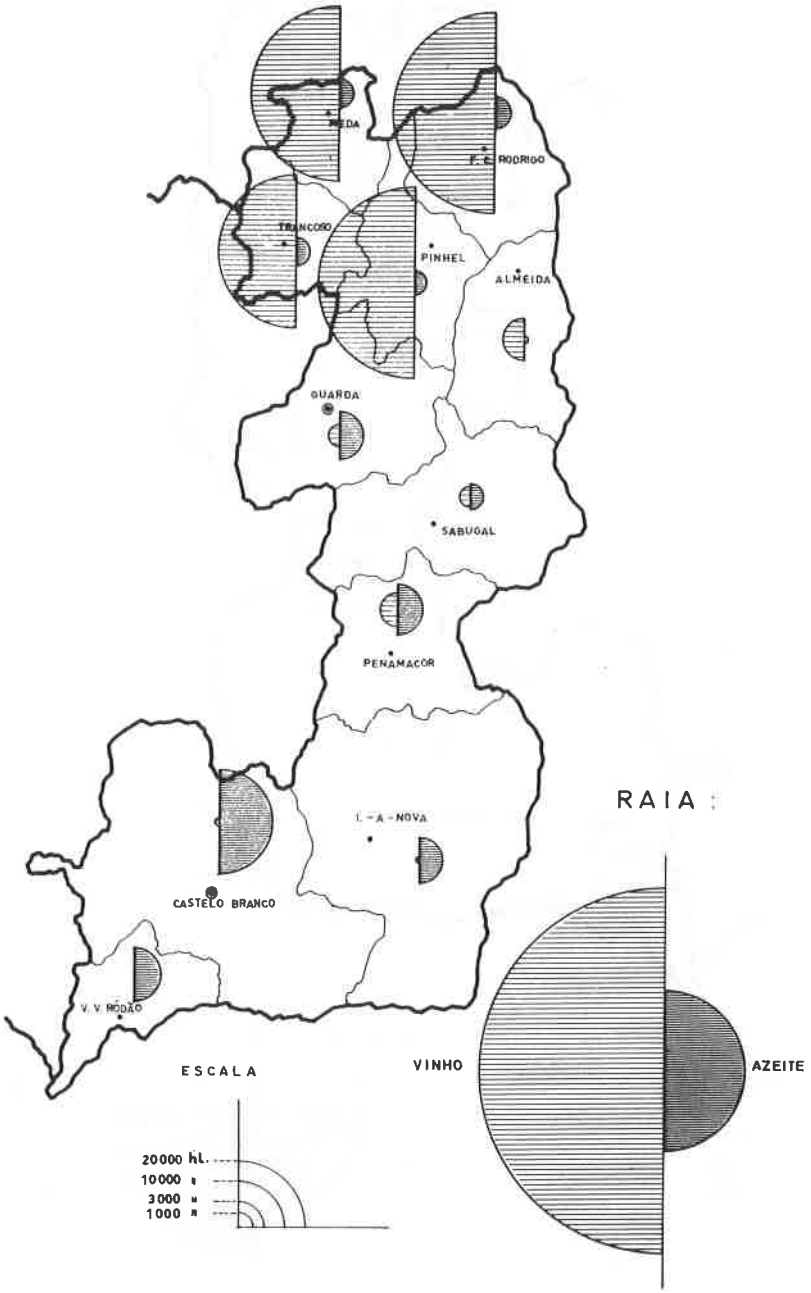
Ainda assim a Raia continua a ser uma área essencialmente agrícola (40,3% do total de activos) apesar de os níveis de rendimento deste sector serem bastante baixos. Em 1977, 71% da área agricultada teve rendimentos inferiores aos da Região Centro chegando mesmo a ser, em 57% da área de cereais, inferiores a metade.

As principais produções da área são o azeite dos concelhos do sul, particularmente o de Castelo Branco , que corresponde a 65% do total produzido regionalmente , o vinho (21% de participação na Região) sobretudo dos concelhos de Pinhel, Meda e Figueira de Castelo Rodrigo, a batata (2 % da produção regional), as leguminosas e os cereais - trigo, cevada, centeio, aveia e milho. Como culturas de relevo importa ainda salientar os pomares

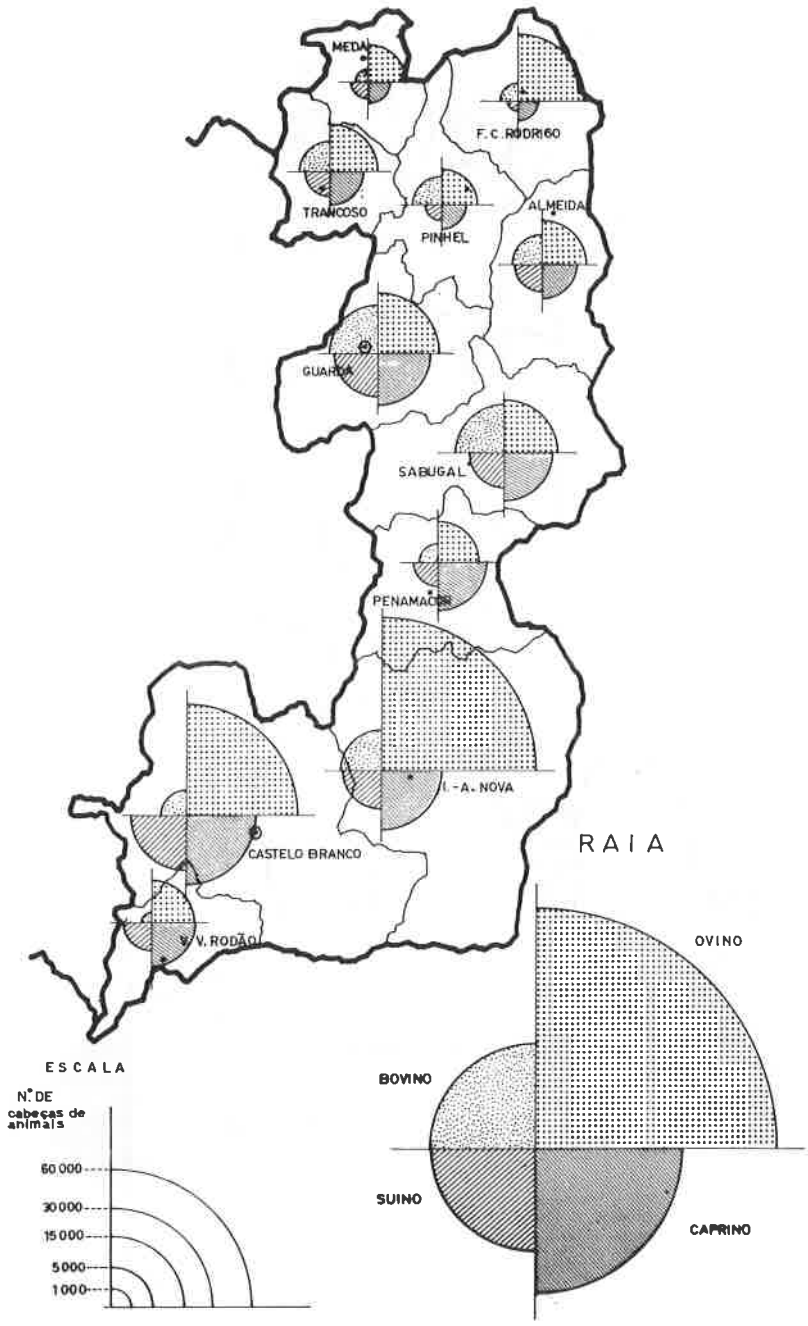
PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS



PRODUÇÃO DE VINHO E AZEITE



NÚMERO DE CABEÇAS DE ANIMAIS



(4 731 ha) com expressão nos concelhos do norte, sendo de destacar os de frutos secos, nomeadamente a ocupação de 2% de amendoeiras e 2% de castanheiros.

Quanto à pecuária os ovinos e caprinos são o gado mais representativo, respectivamente 40,4% e 25% das existências da Região Centro, representatividade essa que é sobretudo devida aos concelhos de Idanha-a-Nova e Castelo Branco. Os bovinos, com uma média de 3,2 cabeças por exploração, apenas integram 12,8% do efectivo regional, correspondendo os suínos, com 2,3 cabeças por exploração, a 6% do total de animais da Região Centro. Refira-se, a propósito, que 40% da alimentação dos animais é efectuada à base de rações industriais devido à falta de produção de forragens.

Além dos problemas de ordem administrativa e institucional existentes em todo o território nacional poderão apontar-se, como específicos desta área e responsáveis pela sua fraca produtividade agrícola, os seguintes:

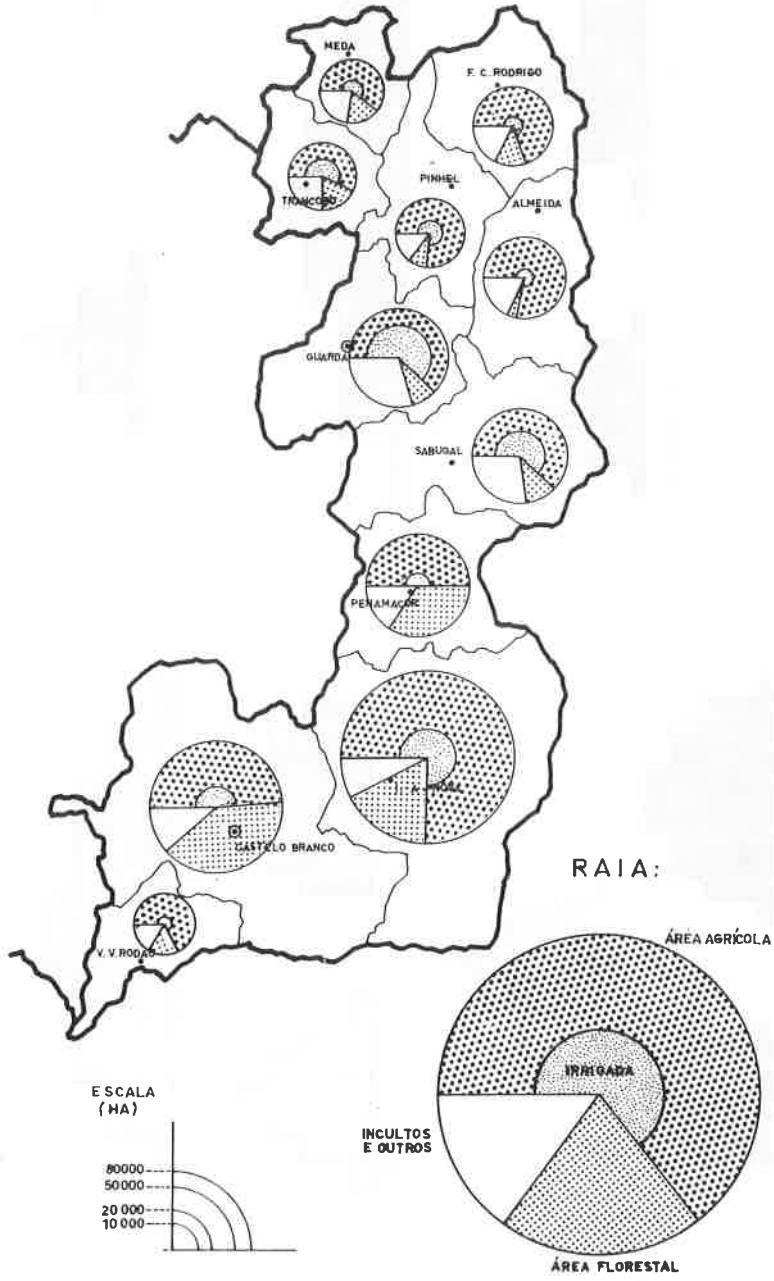
- a má utilização dos solos - apesar de a superfície agro-florestal Raiana ter capacidade para 76% de florestas, 11% de terras agrícolas e 11% de terrenos para a prática silvo-pastorícia, em 1979, além de ser apenas utilizada 43,6% do total da superfície agro-florestal, a utilização dos solos repartia-se por 28% em área agrícola, 9% em área florestal e os restantes 6,6% de terrenos incultos. Acrescente-se, além disto, que se assiste na Raia a uma fraca utilização de terra em termos de intensificação agrícola.

- a diminuta superfície irrigada - somente 15,4% do total da superfície agrícola da Raia é irrigada, o correspondente a 0,95 ha de área irrigada por exploração. No que se refere à colocação das águas nos terrenos o sistema de elevação é o mais comum, sendo a rega por gravidade efectuada em apenas 26% das explorações. Em relação à proveniência das águas, 78% respeitam a poços, nascentes e furos, 19% a cursos de água e apenas 3% a barragens. Quanto ao sistema de rega, o mais corrente (98% dos casos) é por infiltração ou alagamento dos terrenos, o que conduz, obviamente, a avultadas perdas em água e energia, consequência da não disponibilidade nesta área de tecnologia mais moderna e, bem assim, de uma desadequada formação dos agricultores.

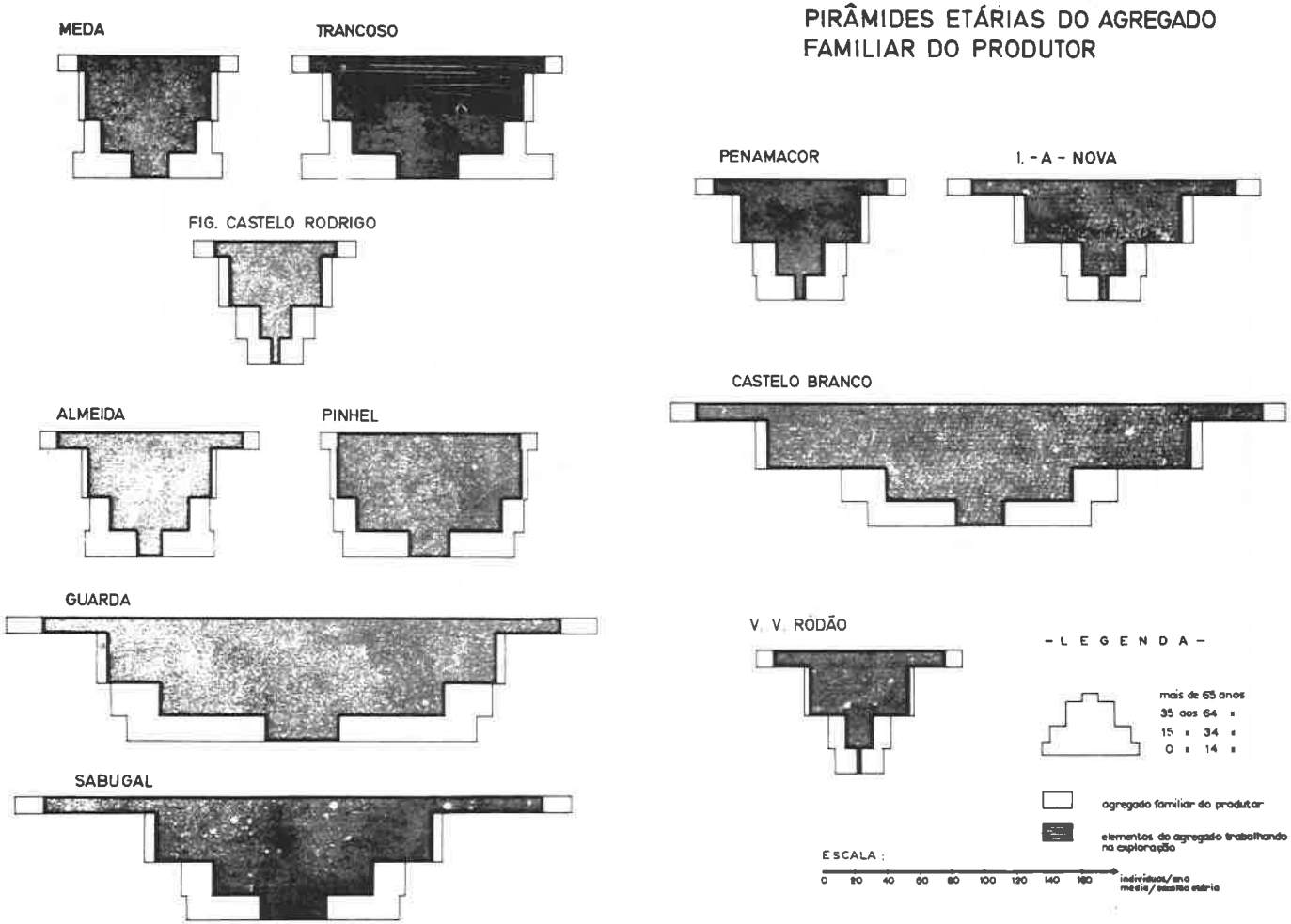
- a envelhecida estrutura da mão-de-obra agrícola - as pirâmides etárias do agregado familiar do produtor, que representa 90% do trabalho agrícola efectuado nesta área, encontram-se invertidas em todos os concelhos, verificando-se uma intervenção da ordem dos 24% dos activos de mais de 65 anos, 52% dos que se situam entre os 35 a 64 anos e um nitidamente menor empenhamento nos trabalhos agrícolas por parte dos escalões etários mais jovens.

- a falta de formação e de apoio técnico dos agricultores - os activos agrícolas na maioria dos casos não possuem qualquer formação técni-

ÁREAS DAS EXPLORAÇÕES SEGUNDO A UTILIZAÇÃO DA TERRA



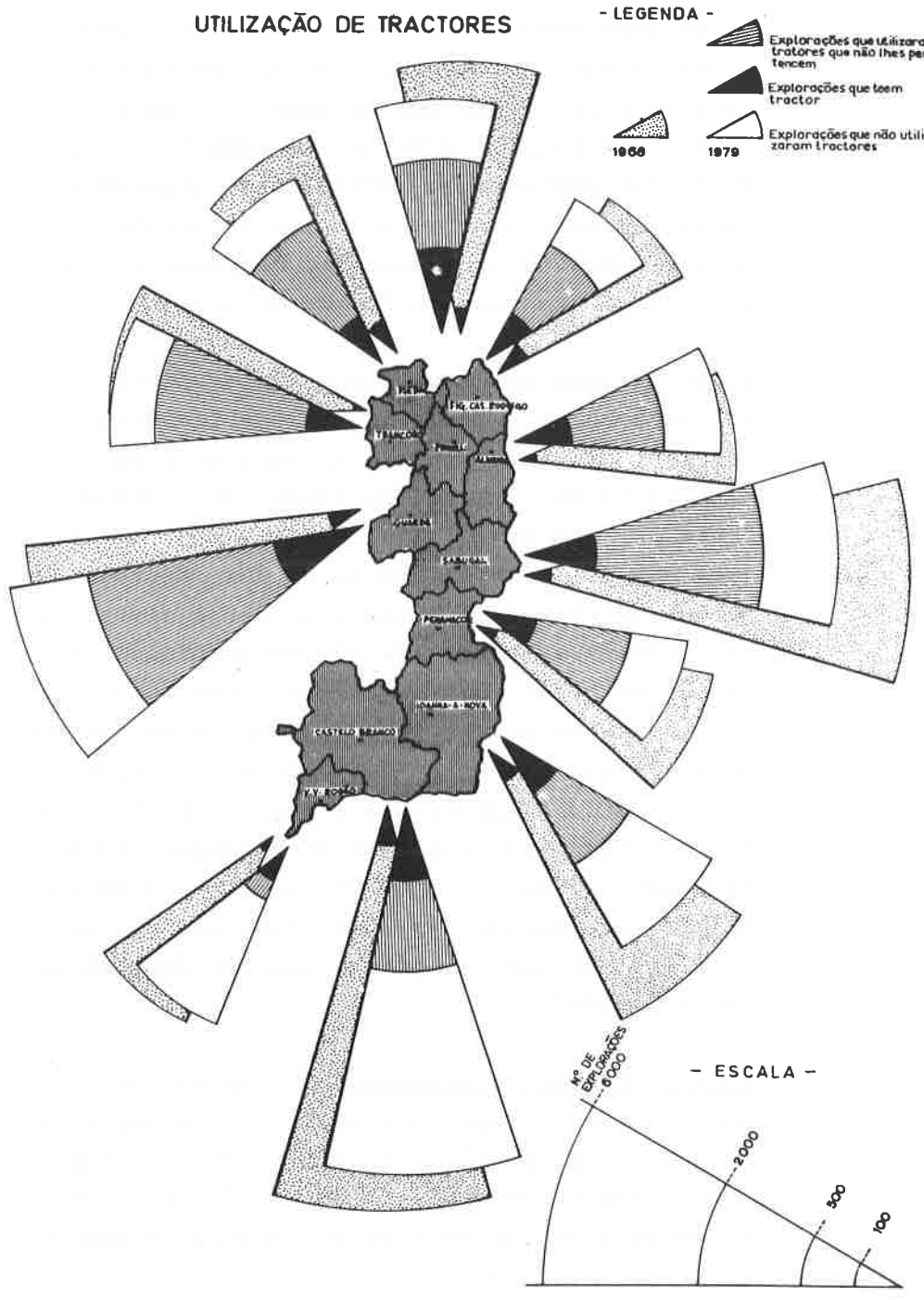
PIRÂMIDES ETÁRIAS DO AGREGADO FAMILIAR DO PRODUTOR



ca de base nem beneficiam de formação profissional adequada, tão pouco sendo apoiados tecnicamente pelos agentes de desenvolvimento em função. Refira-se, a título de exemplo, que 96,4% das explorações agrícolas existentes não fazem qualquer tipo de controle de gestão, 3,2% apenas registam as receitas e despesas e somente 0,4% têm uma contabilidade organizada.

- a dificuldade no acesso ao crédito - somente 3% das explorações agrícolas Raianas recorrem ao crédito, tal se devendo à morosidade e burocracia verificadas na sua obtenção, às elevadas taxas de juro praticadas, à falta de apoio técnico e à deficiente informação dos agricultores. Tais razões permitem elucidar a distribuição percentual observada nos empréstimos efectuados em 1979 - 24% através de créditos bancários e apenas 9% através de créditos do estado. De salientar também a desajustada aplicação do investimento creditício - 23% para despesas correntes, 19% para aquisição de animais, 18% para compra de máquinas e 17% para compra de terrenos - sem dúvida resultante das imensas dificuldades com que os agricultores se deparam na sua actividade.

- o baixo índice de mecanização - apesar da área média por exploração ser na Raia de 8,8ha e de o terreno ser propício à utilização de máquinas, o índice de mecanização é baixo a avaliar pelos dados de 1979 em que apenas 7% das ex


UTILIZAÇÃO DE TRACTORES
- LEGENDA -
Explorações que utilizaram tratores que não lhes pertencem
Explorações que teem tractor
Explorações que não utilizaram tractores
1968
1979
- ESCALA -
Nº DE EXPLORAÇÕES
6.000
2.000
500
100

plorações possuía tractor, 80% das charruas eram de tracção animal, e por cada propriedade com material próprio 5,6 utilizavam equipamento alugado. A título de comparação, enquanto que nesta zona se observa o valor de 111ha/tractor, na globalidade da Região Centro ele é de 59 ha/tractor e na CEE de 19,2 ha/tractor.
Esta falta de mecanização é aliás suficientemente perceptível se se lançar mão do indicador unidade de trabalho agrícola cujo valor médio é, nesta área, de 4,6 ha/UTA, dando ideia de uma agricultura tipo tradicional, bem diferente da praticada na Europa e nomeadamente em França onde este indicador é de 16ha/UTA.

3.2. INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Embora com recursos minerais - existem nesta área jazidas quer de minérios (urânio, estanho, tungsténio , lítio, tântalo e titânio) quer de rochas, nomeadamente o granito e o xisto - o seu aproveitamento não tem sido valorizado para tanto contribuindo:

- o insuficiente conhecimento das reservas existentes e o fraco aproveitamento das áreas de exploração tanto em profundidade como em extensão por falta de equipamento tecnológico apropriado.

- a falta de especialização técnica e estética da mão-de-obra na transformação final dos produtos.

- a predominância de unidades de redùzida dimensão e exacerbado individualismo destituídas de uma gestão eficiente, de tecnologia adequada e de capacidade financeira o que, aliado a uma ineficaz organização comercial, se traduz em incapacidade de penetração e competitividade nos mercados externos.

- o desajuste da legislação em vigor e finalmente a ausência de normalização de produtos para a construção civil que, a existir e devidamente apoiada normativamente no incentivo à preservação do traço arquitectónico-cultural tradicional, permitiria o desenvolvimento do sector no fabrico de produtos em série a baixos custos médios de produção.

3.3. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

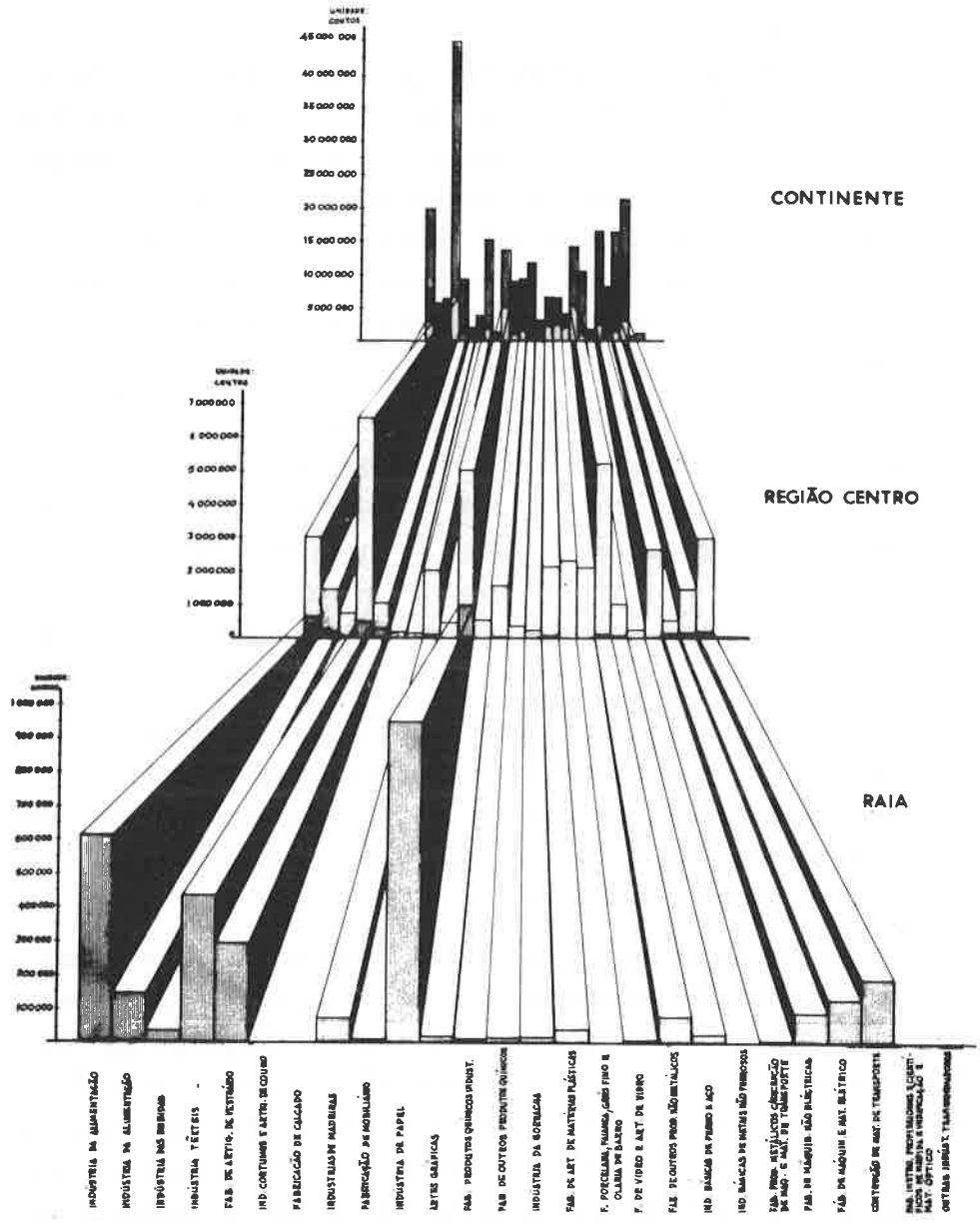
A zona Raiana apresenta um baixo grau de industrialização (14,2 contos/hab), sendo os concelhos da Guarda e Castelo Branco (e obviamente Vila Velha de Ródão por intermédio da celulose) os que sobretudo cotribuem para essa média. De facto, dos 265 estabelecimentos recenseados na Raia em 1980, 67% encontram-se em Castelo Branco e Guarda, compreendendo 78% do total de pessoal ao serviço deste sector na área.

Além do fraco contributo no conjunto da Região Centro, onde em 1980 a Raia apenas participou com 6% do VAB total regional, os índices de rentabilidade observados nesta área para a indústria transformadora (302 contos/activo) são também substancialmente inferiores aos obtidos em média quer no Continente (412 contos/activo), quer na própria Região Centro (362 contos/activo).

No tocante aos ramos de actividade, os mais implantados são os alimentares, os têxteis e o vestuário, que conjuntamente perfazem 58% e 52% respectivamente do total da mão-de-obra e do VAB da área, concorrendo a celulose com 8% da mão-de-obra e 33% do VAB.

À excepção das indústrias alimentares, de vestuário e de fabrico de máquinas e construção de equipamento e material de transporte, que têm rendimentos da ordem dos 534, 345 e 395 contos/activo, respectivamente, os restantes ramos instalados na Raia apresentam baixos índices de productividade, nomeadamente os têxteis, que apesar da sua grande implantação têm vindo a observar rendimentos sucessivamente menores, denotando a necessidade

VALOR ACRESCENTADO BRUTO
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA - **1980**-



de reconversão.

Como principais factores de justificação do fraco grau de industrialização e da baixa produtividade empresarial desta área podem citar-se, além do clima conjuntural desfavorável, os seguintes:

- a existência de uma rede viária deficiente e consequente má acessibilidade da área - a rede viária que existe tem características de antiguidade de traçado e de um mau estado de conservação generalizado, conduzindo a que haja uma má acessibilidade desta área aos centros de mercado e de aprovisionamento em matérias primas, facto este que se traduz em um empolamento dos custos de transporte para as empresas. Este factor é tanto mais grave quanto se sabe que as variáveis que mais afectam a decisão do local de implantação das unidades industriais são, segundo os empresários da área, a existência de uma boa infraestrutura de transporte (11,5%), a facilidade de aprovisionamento em matéria-prima (9,2%) e a proximidade dos principais mercados (7,2%).

- a falta de qualificação da mão-de-obra - a análise das profissões dos trabalhadores da indústria transformadora Raiana permite concluir que a maioria do pessoal deste sector não possui qualquer tipo de formação técnica. Com efeito, 77,8% são manobradores de máquinas e condutores de veículos (33% dos quais são mulheres) 23,5%

pertencem aos serviços de limpeza, protecção e segurança (58,3% de mulheres) e somente 22,3% (18% de mulheres) respeitam a pessoal técnico ou que trabalha sob a orientação de especialistas de profissões científicas e técnicas. Acrescente-se, além disto, haver uma diminuta intervenção no domínio da formação profissional, mau grado algumas acções que têm vindo já a empreender-se.

- a carência de infraestruturas de apoio à indústria - à excepção do loteamento industrial de Castelo Branco cuja 1ª fase se encontra concluída e onde já estão implantadas algumas unidades, do parque industrial da Guarda ainda em fase de acabamento e das zonas industriais do Sabugal (onde ainda falta a instalação de electricidade e a rede de água e esgotos) e de Trancoso (com a 1ª fase também já concluída e algumas indústrias em funcionamento) não existe, em toda a área, qualquer tipo de apoio de infraestruturas às indústrias que se queiram implantar. Sabe-se, por outro lado, que a existência de infraestruturas e o baixo custo de terrenos influenciam em cerca de 8,6% a localização das empresas industriais, razão que levará a incentivar a difusão deste tipo de acções no restante território ainda não coberto como catalizador do investimento industrial e racionalizador na utilização do solo urbano.

- Refira-se, a finalizar, as necessidades de re-

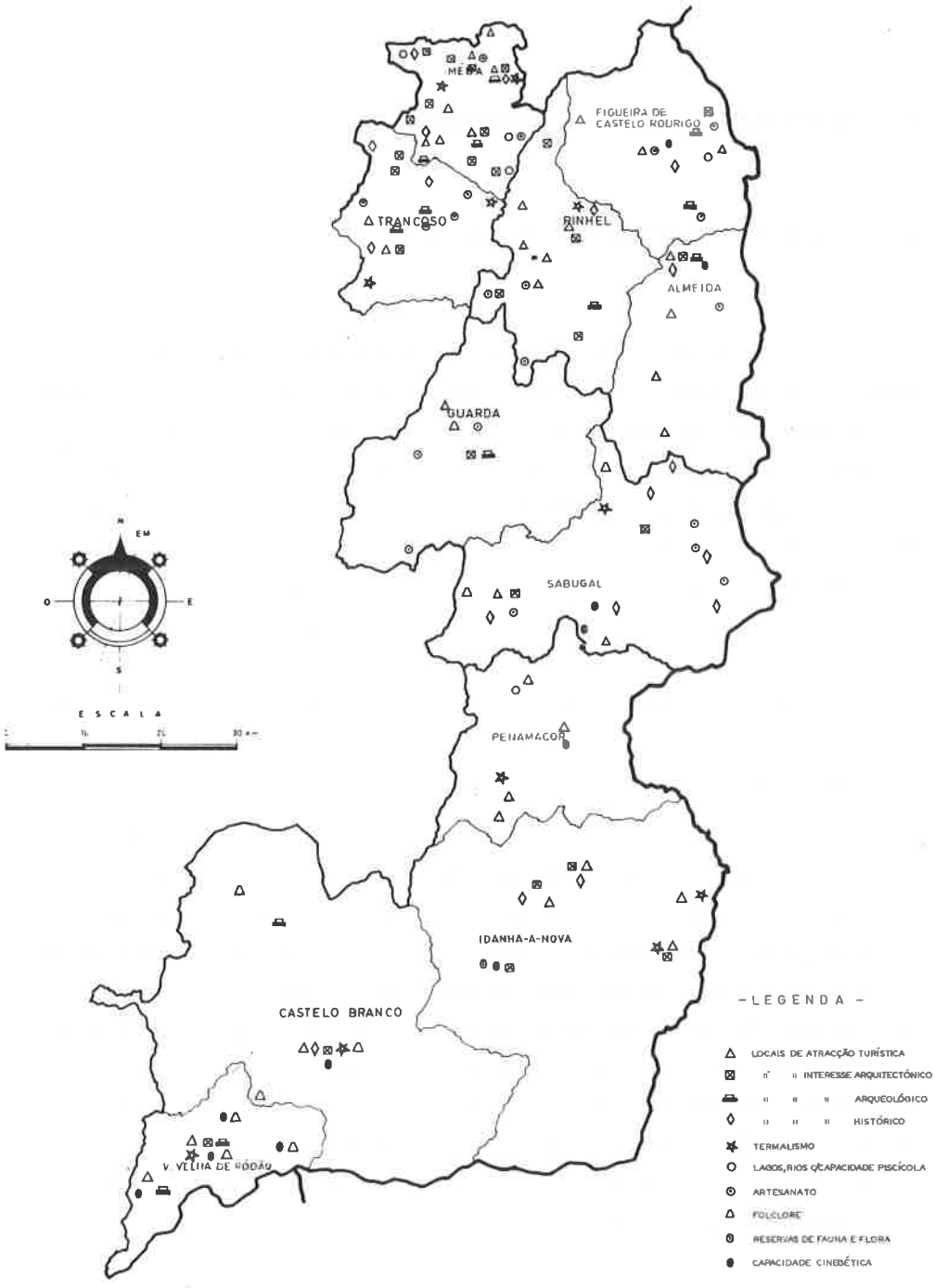
conversão de algumas indústrias de estrutura e equipamento obsoletos tendo em vista os modernos padrões de concorrência que se deparam com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (o caso do mobiliário e dos têxteis , por exemplo), e de uma melhor informação e actualização tecnológica dos empresários permissiva ao ajustado enquadramento empresarial internacional.

3.4. TURISMO E COMÉRCIO

Embora com algumas potencialidades para o desenvolvimento do turismo de que se destacam os naturais recursos para a prática de desportos náuticos, pesca e caça, a actividade termal, a diversificação paisagística , a abundante riqueza patrimonial histórico-arquitectónica e o artesanato, não tem apesar disso a Raia tido o incremento necessário ao seu integral aproveitamento, a avaliar pela taxa de crescimento médio anual de hóspedes de 3,7%.

As razões que estão na base de tal desaproveitamento prendem-se quer com a falta de infraestruturas turísticas, nomeadamente hoteleiras (à excepção da Guarda, Castelo Branco e Monfortinho não existem em toda a área, alojamentos capazes de satisfazerem as necessidades elementares dos utentes), quer com a má acessibilidade generalizada desta zona ao exterior, quer ainda com a falta de acessos rodoviários aos locais de interesse turístico e com a diminuta divulgação e promoção do turismo da área.

No que respeita ao comércio, a Raia tem uma participação de apenas 6,9% no total da importância das vendas comerciais da Região Centro, concentrando-se em Castelo Branco e Guarda 59% do comércio por grosso e 47% dos hotéis e restaurantes desta sub-região.


MEDA
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
TRANCOSO
PINHEL
ALMEIDA
GUARDA
SABUGAL
PENAMACOR
IDANHA-A-NOVA
CASTELO BRANCO
V. VELHA DE RÓDÃO
N
E M
O
E
S
E S C A L A
- L E G E N D A -
LOCAIS DE ATRACÇÃO TURÍSTICA
" " INTERESSE ARQUITECTÓNICO
" " " ARQUEOLÓGICO
" " " HISTÓRICO
TERMALISMO
LAGOS, RIOS C/CAPACIDADE PISCÍCOLA
ARTESANATO
FOLCLORE
RESERVAS DE FAUNA E FLORA
CAPACIDADE CINEGÉTICA

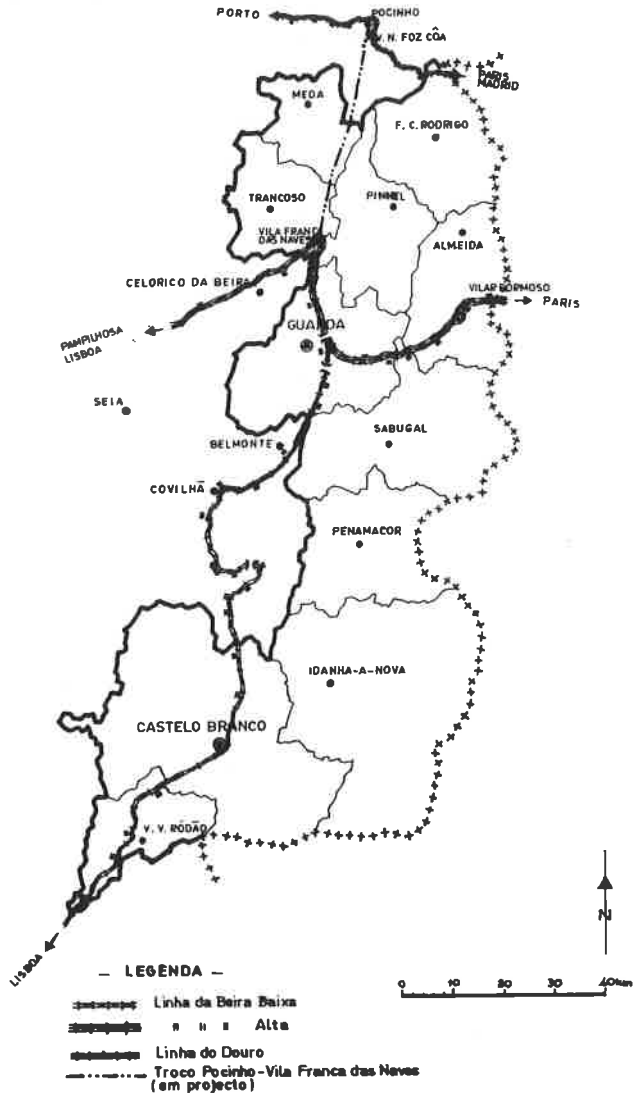
4. INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

4.1. INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE

O sistema rodoviário da zona da Raia é caracterizado pela existência de estradas de traçado antigo, com numerosas curvas de pequeno raio e faixas de rodagem de 5 metros de largura média, características estas que são ainda agravadas pelo generalizado estado de degradação em que as cias se encontram. Este conjunto de elementos, além de prejudicar a normal conservação do material circulante e obstar a circulação do tráfego em aceitáveis condições de segurança, causa graves restrições nas velocidades de operação dos veículos alongando os tempos de percurso para valores em muito discordantes das distâncias quilométricas a transpor.

Por outro lado, a média de veículos automóveis por habitante nesta área em 1980 era da ordem dos 0,05 , tal significando uma enorme dependência da população em relação aos transportes públicos no acesso à prestação de bens e serviços. Dado que existe uma diminuta frequência de carreiras diárias de transporte de passageiros, a acessibilidade das populações aos equipamentos sociais apresenta-se também fraca - cerca de 31% da população Raiana, em média, não consegue alcançar estes serviços em menos de 90 minutos, que é considerado o limite temporal máximo exequível para tal.

REDE FERROVIÁRIA



No que concerne a rede ferroviária, ela enferma também de idênticos problemas de antiguidade de traçado e degradação das vias, o que impõe fortes restrições às circulações em termos de velocidade permitida e da carga rebocada por eixo. Para dar uma ideia, das duas linhas de caminho de ferro que servem a Raia, a linha da Beira Baixa apenas permite velocidades médias comerciais que variam entre um mínimo de 33 km/hora e um máximo de 40 km/hora, valores que na linha da Beira Alta oscilam entre os 40 e os 60 km/hora. Se a tal se aliar a desadequação que se virifica existir em termos de oferta, facilmente se compreenderá a fraca solicitação dos utentes (passageiros e mercadorias) por este meio de transporte comparativamente à procura por transporte rodoviário.

Verifica-se assim ser a má acessibilidade das populações Raianas observada quer aos centros de mercado e de aprovisionamento em matérias-primas quer aos equipamentos, um claro obstáculo ao desenvolvimento da área, na medida em que reforça a sua natural interioridade e a torna pouco atractiva tanto à fixação da população como à captação de capitais dinamizadores de economia local, que preferem localizar-se em zonas mais prósperas e mais acessíveis aos polos de desenvolvimento.

4.2. INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

As condições de habitabilidade na Raia são também bastante precárias, bastando para tanto dizer-se que em 1981, 11% da população ainda não é servida por electricidade, 39% não é servida por água, 61% não é servida por esgotos e 48% não é servida por um sistema de recolha de lixos.

Acrescente-se, além disso, que 44,4% das famílias Raianas vivem em alojamentos sem água canalizada, 51,2% em alojamentos sem retrete, 63,8% em alojamentos sem banho, e que 81% dos alojamentos habitados têm uma lotação superior à considerada normal.

4.3. EQUIPAMENTO SOCIAL

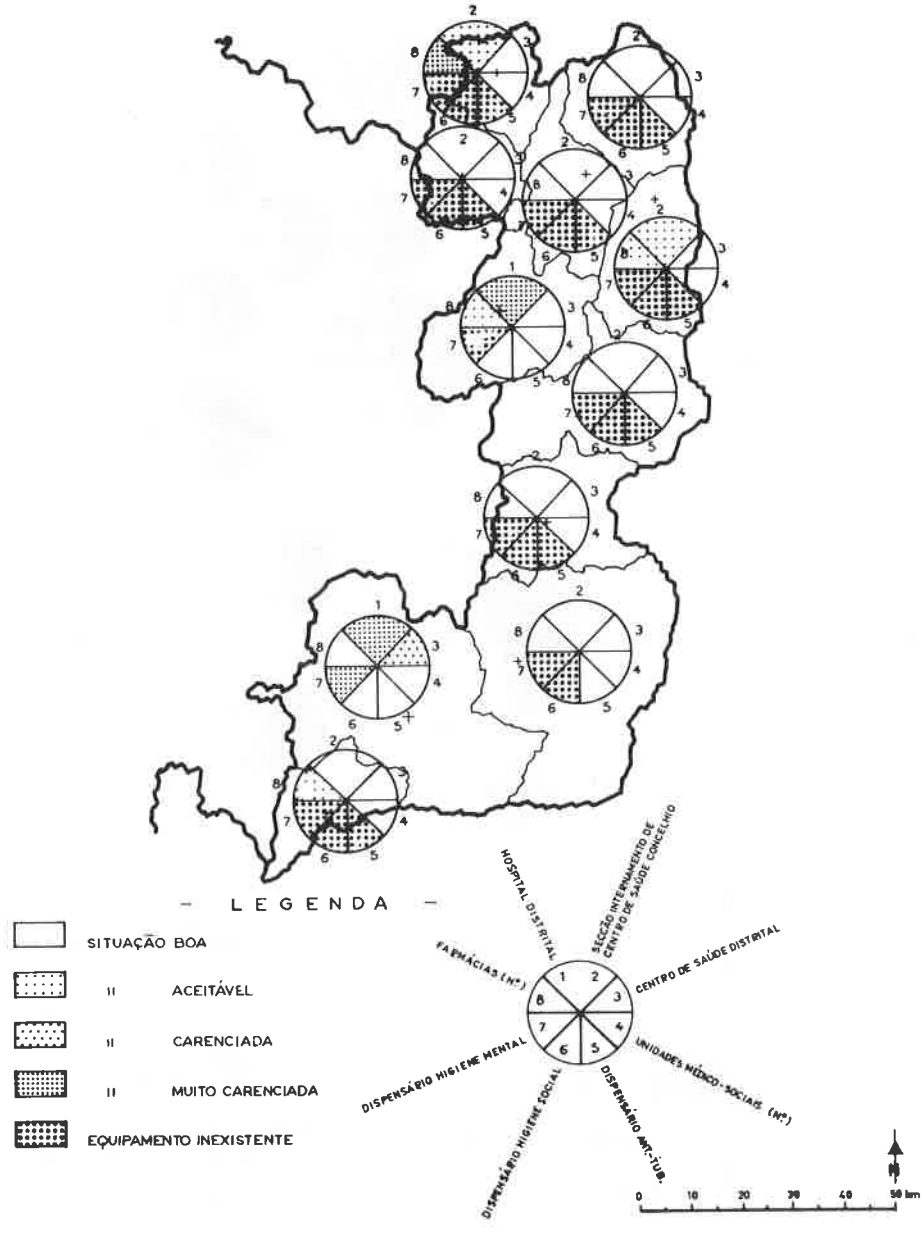
No que respeita aos equipamentos, os de saúde apenas cobrem 60% das necessidades em camas, havendo uma carência de 34% em médicos e 39% de pessoal paramédico , razões que levam a que existam valores de demoras médias de internamento e de consultas médicas completamente díspares das aceitáveis pelas normas da organização mundial de saúde.

No equipamento de ensino verifica-se haver falta de salas, tanto no preparatório (50) como no secundário (256), estando razoavelmente satisfeitas as necessidades mais prementes no ensino primário e superior.

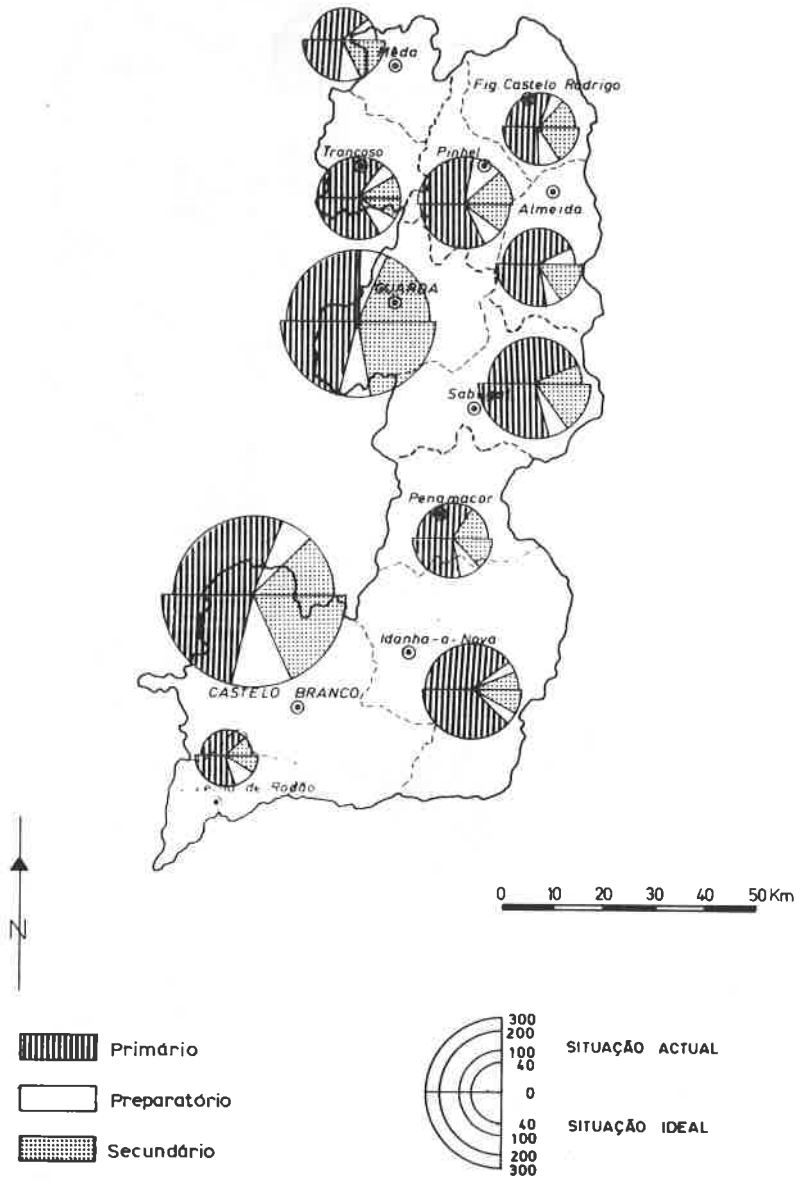
Quanto às unidades de segurança social existem também enormes carências que implicam que o equipamento de 3ª idade apenas preste assistência a 2% dos idosos Raianos, cobrindo o equipamento de jovens 49% e 31% respectivamente das necessidades em creches e jardins de infância.

Em relação às instalações desportivas esta área encontra-se também extremamente depauperada, apenas satisfazendo 46% das necessidades existentes com um excedente em média de 28% de utentes por equipamento, pelo que se estima em 116 o número global das diversas unidades a implantar.

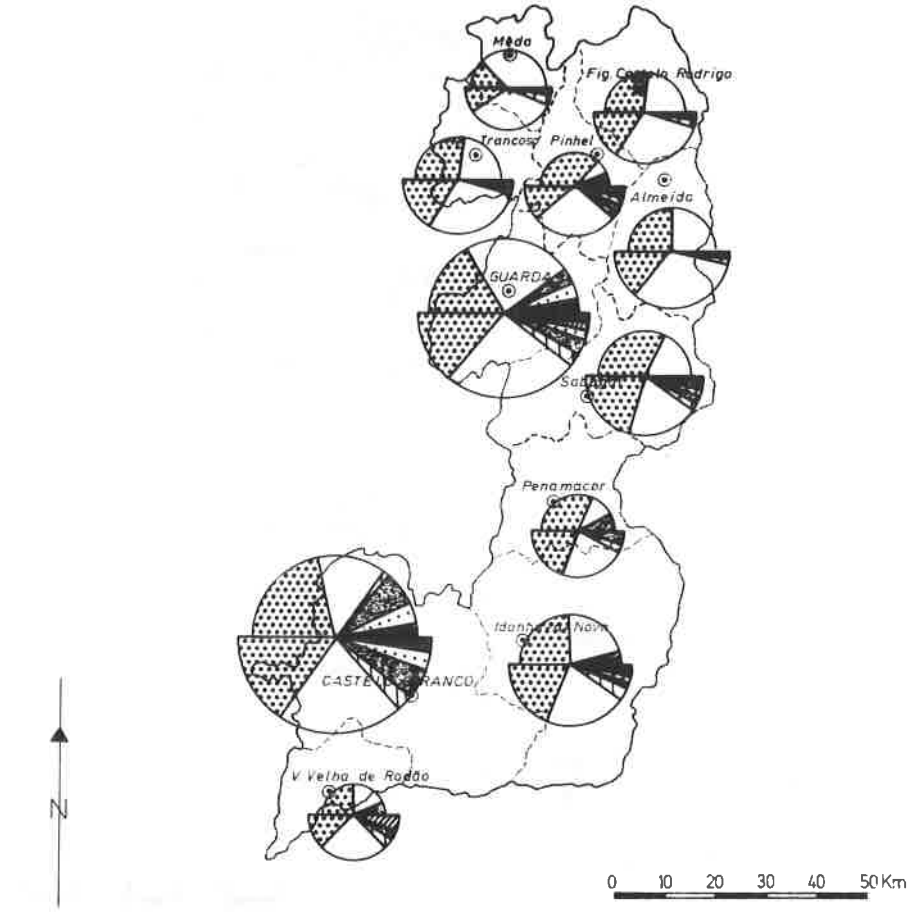
SITUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE



SITUAÇÃO DO EQUIPAMENTO ESCOLAR
(Nº de salas de aula)



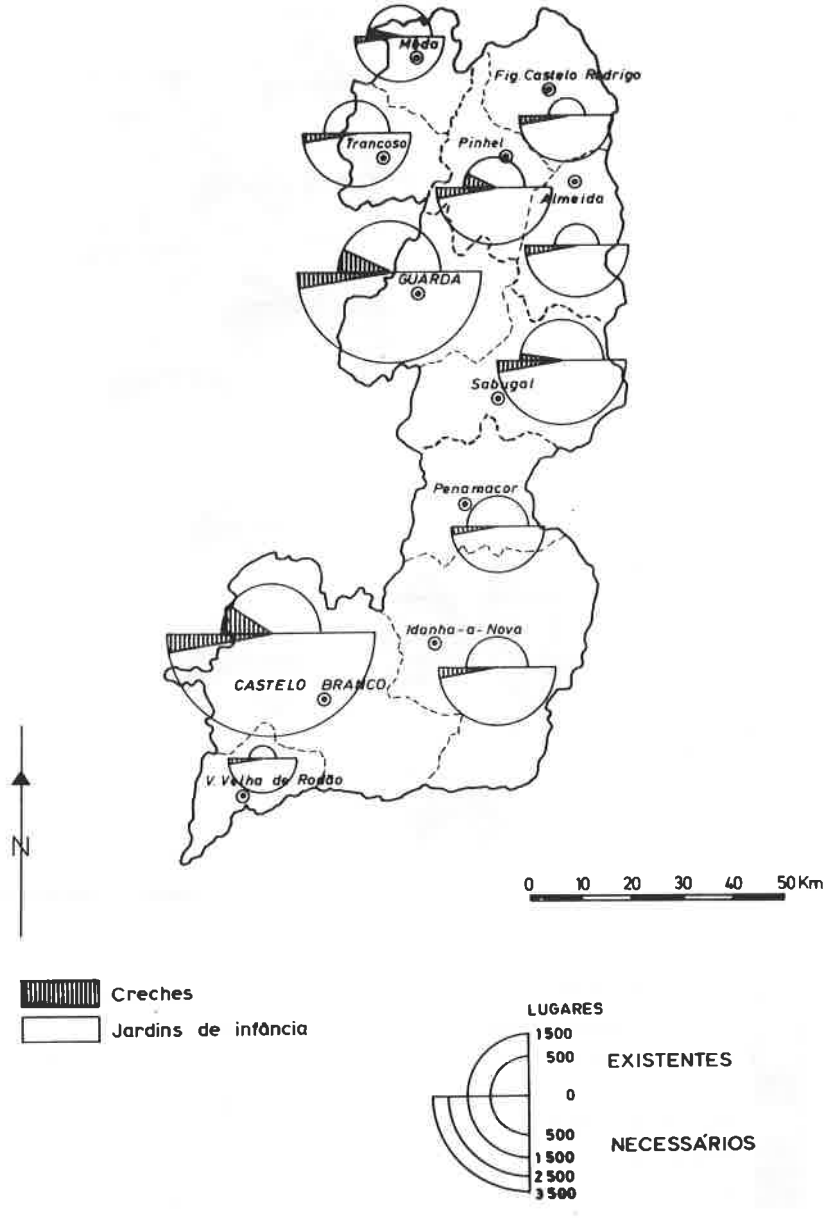
SITUAÇÃO DO EQUIPAMENTO DESPORTIVO



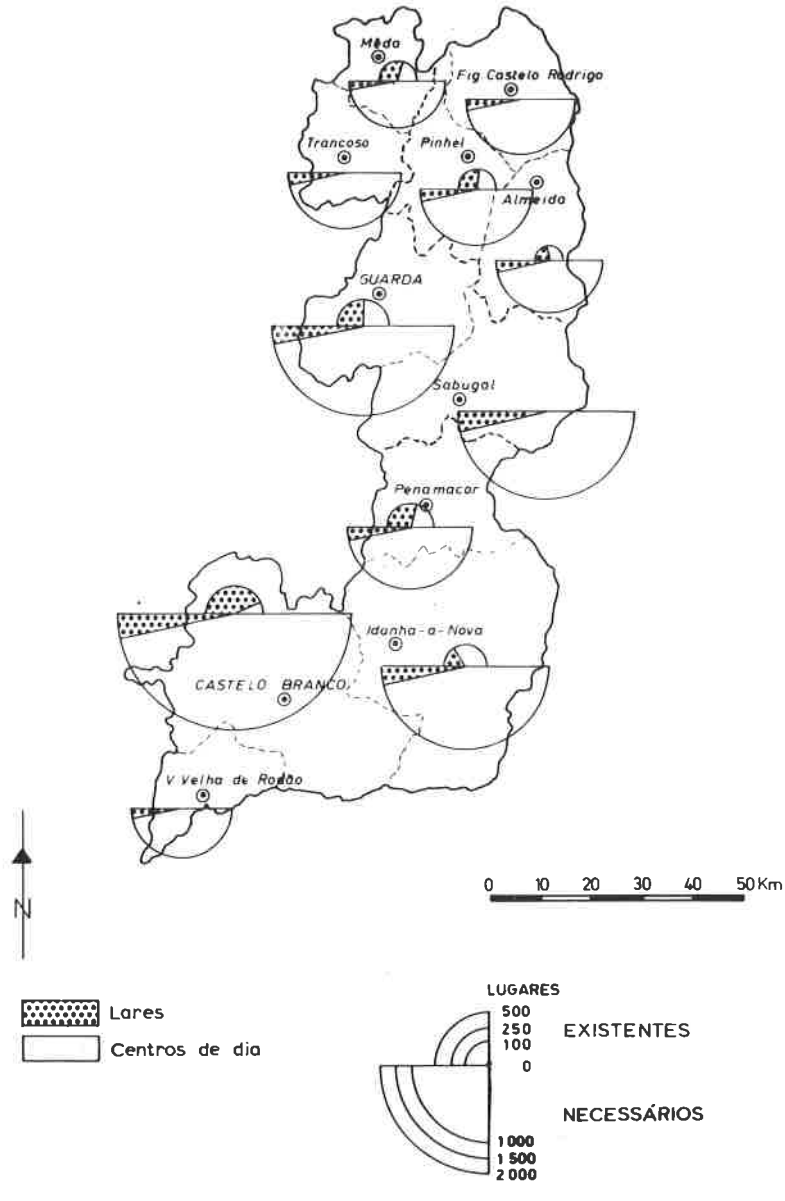
Campos de grandes jogos
" " pequenos jogos
Pista de atletismo
Ginásio
Pavilhão gimnodesportivo
Tanques de natação
Piscinas

Unidades
50
30
10
0
10
80
EXISTENTE
PRECONIZADO PELA D. G. D.

SITUAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE INFÂNCIA E JUVENTUDE



SITUAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE IDOSOS



II. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

- Um primeiro objectivo de desenvolvimento desta área respeita à valorização dos seus recursos naturais, o que implica o integral aproveitamento dos solos com capacidade agrícola, silvícola e florestal e a utilização das potencialidades hidrológicas, a exploração das jazidas de minérios e rochas existentes, a transformação da matéria prima local, e a mobilização dos recursos de índole turística em que a área é promitente - termas, cursos de água para a prática da pesca ou de desportos náuticos, caça, património arquitectónico e histórico construído, etc.

- A rendibilização da base económica através do crescimento da produtividade e dos níveis globais de rendimento dos diferentes sectores de actividade por forma a assegurar a estabilidade das comunidades é outro objectivo a atingir.

- O aumento da eficácia das explorações agrícolas sobretudo quando envolvam produções que apresentem condições de vantagem comparativa em relação a outras áreas do país ou até ao exterior e a preservação da riqueza florestal de modo a evitar a sua destruição por incêndios serão outros objectivos a assinalar no domínio agro-florestal.

- A melhoria e modificação do sistema funcional das empresas industriais artesanais viabilizando-as e encorajando-as a uma melhor adaptação à evolução da procura e da tecnologia e à pressão concurrencial externa, por um lado, e o favorecimento, por outro, de condições tendentes à atracção de novos investimentos produtivos, são imperativos à preservação e à criação de empregos estáveis nesta zona e ao desenvolvimento do seu sector industrial.

- A criação de infraestruturas e equipamento de apoio ao sector do turismo tendo em atenção o carácter de ruralidade da área e a preservação do seu ambiente cultural e urbano, é um objectivo indispensável ao crescimento futuro deste sector e ao assegurar de novos postos de trabalho na área.

- A promoção do artesanato e a criação de condições favoráveis à instalação e estabilidade dos artesãos é um objectivo a um tempo complementar e incentivador do sector do turismo, contributo no aproveitamento da mão-de-obra existente e valorizador dos aspectos sócio-culturais desta área.

- A melhoria das acessibilidades internas, ao restante território nacional e ao exterior, além de reduzir o actual isolamento em que vivem as populações Raianas, constitui um factor motivante à fixação e captação de novos capitais produtivos que se pensa remediará o peso que até à data se tem feito sentir no desenvolvimento desta área, em grande parte consequência da mediocridade das comunicações existentes.

- A maior aproximação e intercâmbio sócio-económico com a Europa e fundamentalmente com a Espanha é também um dos objectivos de desenvolvimento desta área, pela manifesta vantagem que os 200 km de contacto fronteiriço apresentam comparativamente a outras regiões do país, e pelo benefício que um tal adensamento de relações traria sobretudo às populações Raianas de ambos os países.

- A dotação de infraestruturas básicas e de equipamento social às populações da área, além de permitir satisfazer as elementares necessidades que são direito de qualquer cidadão seria uma forma de aí fixar a população e de lhe aduzir os quadros técnicos indispensáveis ao bom funcionamento da sua estrutura sócio-económica.

- A criação de mecanismos destinados a aproveitarem localmente os recursos financeiros provenientes do aforro dos emigrantes dela originários, hoje desviados pelo sistema vigente para regiões mais favorecidas, é outro objectivo de importância crucial ao desenvolvimento desta área.

III. ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

1. SECTORES PRODUCTIVOS

1.1. AGRICULTURA

- A valorização da actividade agrícola na Raia passa, em primeiro lugar, pelo incentivo da pecuária dos pequenos ruminantes para produção de queijo, leite e carne, sendo para tanto necessária a reconversão das forragens e pastagens (aproveitando as áreas de regadio e sequeiro com rotações alternadas de afolhamentos e prados em sucessões culturais adequadas) e o estudo do melhoramento genético dos animais existentes.
  A reconversão da floresta, a reflorestação das áreas com capacidade e a racionalização no aproveitamento dos seus produtos seria outra vertente a ter em conta na rentabilização do sector primário da Raia.

- Uma das acções a empreender seria assim a modernização e melhoramento dos pequenos e médios regadios que se encontram em estado de degradação ou não completamente aproveitados (cita-se como exemplo o caso do perímetro de rega de Idanha).

  Por outro lado haveria que fomentar-se a instalação de novos regadios por forma a aumentar a actual e diminuta área regada, através, por exemplo, da criação de associações de regantes que participassem activamente na sua construção e manutenção. Neste contexto, encontra-se neste momento adjudicada a construção da barragem de Marateca

(que se integra no grande projecto hídrico do Campo Albicastrense) que, além de servir para o abastecimento de água a Castelo Branco, poderá vir eventualmente a regar 1 500 ha . Doutra parte encontra-se também em curso a inventariação das necessidades de obras de pequena hidráulica cuja realização em muito contribuirá para o melhor aproveitamento das explorações existentes.

- A construção de infraestruturas de apoio aos vários sectores da agricultura, por exemplo para preparação e conservação dos produtos hortícolas, de secagem e preparação de sementes, de armazéns para recolha de cereais, de parques de recolha e controle sanitário dos animais, de serviços de protecção da mancha florestal contra incêndios, etc, é outra acção que importa levar a cabo.

  Refira-se, a propósito, que integrados na rede nacional de abate, que tem como objectivo a racionalização das estruturas de abate e a circulação de carnes para garantir o abastecimento público em condições higio-técnicas e funcionais compatíveis, foram localizados na área dois matadouros regionais de capital misto - Alcains com capacidade para 7 500 ton., e Guarda para 6 000 ton.. Em relação à situação actual haveria que se apoiar a construção do matadouro da Guarda, cujo projecto de implantação se encontra já realizado e que além de outros servirá os concelhos Raianos de Meda , Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Guarda e Sabugal, assim como a construção de algumas infraestruturas em falta no matadouro de Alcains (que na área serve os concelhos de Castelo Branco, Idanha e Penamacor), nomeadamente a execução de um entreposto de câma

ras para conservação de 500 ton. de congelados e a implantação de uma estação de tratamento de sub-produtos. Também a modernização das tradicionais infraestruturas de transformação deveria incentivar-se no sentido de melhorar a qualidade dos produtos e aumentar a sua rentabilidade. Cita-se, por exemplo, o interesse que a renovação dos lagares tradicionais de azeite com equipamento tecnológico adequado à sua laboração a menores custos e ao aproveitamento dos seus sub-produtos teria nesta área, tendo em conta o seu elevado peso na produção agrícola global.

- A implementação de um serviço de facto de extensão rural capaz de apoiar tecnicamente os agricultores e de promover a sua associação com vantagem seria outra das acções imprescindíveis ao bom funcionamento da agricultura da área.

- De igual forma haveria que modernizar-se as explorações agrícolas Raianas difundindo, duma parte, a aplicação de técnicas culturais hoje quase desconhecidas e doutra incentivando, através da introdução de adequado equipamento mecânico, a sua intensificação.

- A dinamização de modernos circuitos de comercialização de produtos fazendo uso de cooperativas específicas de produtores seria outra acção a empreender.

- A reorganização e reorientação creditícia que tivesse em conta as características ecológicas e económicas das regiões, por um lado, e que por outro incentivasse a inovação e diversificação cultural, a modernização tecnológica das explorações, a utilização de energias renováveis, a prática para-agrícola, a formação profissional dos activos agrícolas e a respectiva selecção e renovação seria outra acção crucial ao desenvolvimento do sector.

- Outro dos meios necessários ao progresso agrícola seria o apoio à investigação dentro da óptica de uma maior e mais directa participação com produtores e técnicos de desenvolvimento.
  O apoio à Escola Superior Agrária de Castelo Branco (em fase de instalação) dotando-a de condições passíveis de uma integração na realidade sectorial envolvente, seria um contributo importante ao bom encaminhamento desta acção.

1.2. INDÚSTRIA EXTRACTIVA

- A realização de estudos tendentes à exploração de jazidas de minérios e rochas com aceitáveis índices de rentabilidade seria uma das acções primordiais neste domínio.
- O estímulo à reorganização e associação de empresas no sentido de criar estruturas com capital adequado e capazes de responder à procura e competitividade dos mercados externos seria outra acção importante neste sector.
- Outra seria a criação de linhas creditárias para suporte de aquisição de maquinaria apropriada e para apoio à formação e qualificação de mão-de-obra, essencial na transformação final do produto.
- A instauração por parte dos organismos competentes, de normas tendentes à utilização, na construção civil, dos materiais tradicionais seria também uma maneira de apoiar o desenvolvimento deste sector, minimizando, além do mais, a degradação do património construído que há já tempos se vem sentido com grande acuidade.
- O apoio à iniciativa da construção do museu do canteiro de Alcains, mostruário vivo das diferentes qualidades de granitos existentes na zona e suas respectivas possibilidades de transformação, e a criação simultânea de uma escola de aprendizagem desta arte directamente ligada às empresas artesanais instaladas na área seria uma das formas de conjugar, a um tempo, a promoção do produto, a formação e dignificação profissional e a consolidação empresarial.

1.3. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

- A realização dos loteamentos industriais da Guarda e de Castelo Branco e das zonas industriais do Sabugal e Trancoso e o incentivo à criação de zonas industriais nos restantes concelhos onde não existam será uma das acções a empreender no respeitante a este sector. Pensa-se que o facto de se facultar aos empresários a aquisição de terrenos infraestruturados (abastecimento de água e energia eléctrica, saneamento, comunicações, rede viária e eventualmente zonas para armazéns e edifícios de carácter administrativo ou colectivo de apoio logístico aos loteamentos) a preços compatíveis , possa constituir um atractivo à localização de indústrias na área, além de funcionar como um instrumento selectivo de ordenamento do território.

- Outra das acções fundamentais ao desenvolvimento da indústria transformadora da área será o apoio aos centros de formação profissional da Guarda e de Castelo Branco ainda a funcionar com enormes deficiências por dificuldades sobretudo financeiras.

- A dinamização das associações industriais existentes como difusoras quer das inovações que se vão sucedendo nos vários ramos de actividade quer de informação actualizada sobre feiras de indústrias nacionais e estrangeiras e sobre a ocorrência de acções de formação e de gestão, podendo inclusivamente vir a desempenhar funções de consultoria em estudos de prospecção de merca-

do e quejandos, de interesse crucial para os empresários, seria também uma acção a promover.

- O desenvolvimento da rede de telecomunicações em que a área Raiana é também carente (a média de postos principais instalados é de 5,4/100 habitantes e 1,4/km^2) seria outra das acções a levar a cabo tendo em vista a dinâmica da economia local e o normal quotidiano da actividade produtiva.

1.4. TURISMO

- A instalação de infraestruturas hoteleiras na área, hoje quase inexistentes ou quando existem incapazes de satisfazerem as necessidades elementares dos utilizadores e o incremento na construção de equipamento e infraestruturas turísticas complementares que aproveitem integralmente as potencialidades que a zona oferece neste domínio são acções capitais ao despoletamento do sector.

- A realização de um roteiro turístico da Raia com indicação sobre as capacidades de lazer que aí se oferecem (caça, pesca, desporto, termas, arquitectura, património histórico, paisagem, artesanato, gastronomia) será uma maneira eficaz de promover o turismo desta área.

- Outra será através da incentivação do turismo rural, pouco desenvolvido no país e sobretudo nesta área, pela sua natural adequação às características deste tipo de actividade.

- O apoio a agências turísticas que promovessem circuitos dentro da área, de enfoque variado, desde o cultural e histórico ao ecológico e desportivo deverá ser uma forma de impulsionar o sector.

- A dinamização do artesanato local tradicional através de um apoio financeiro aos artesãos e da criação de circuitos comerciais funcionais seria também, pensa-se, um motivo acrescentado de atracção do turismo.

2. INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

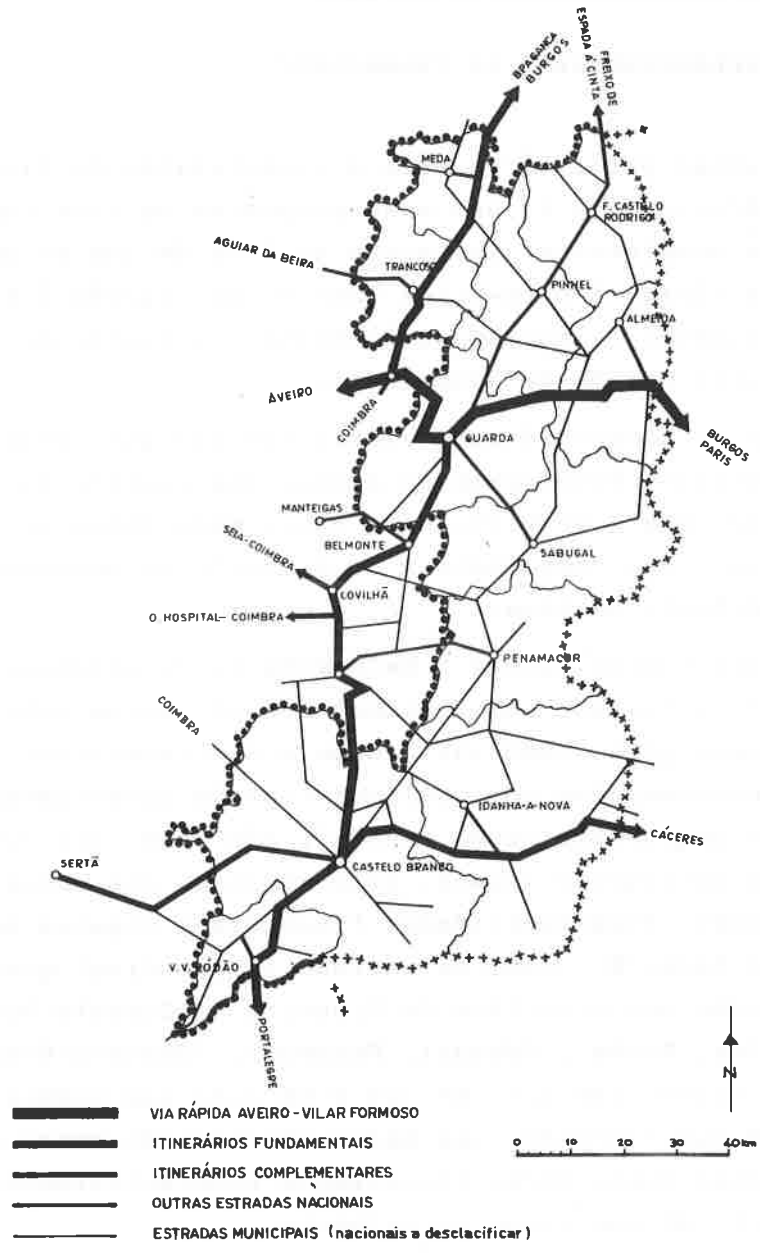
2.1. INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE

- Uma acção prioritária será a viabilização do Plano Rodoviário da J.A.E. nas suas propostas de rede fundamental e complementar inscritas na área de que se destaca a via rápida Aveiro-Vilar Formoso de ligação à Europa, e a ligação Coimbra-Castelo Branco, actualmente em deplorável estado de degradação.

  Ainda no tocante à rede viária haveria que reabilitar as estradas municipais de acesso aos centros de prestação de bens e serviços e de igual modo melhorar toda a viação rural complementar ao projecto de desenvolvimento agrícola da área.

  Importa também apoiar o melhoramento de algumas estradas do interesse sub-regional que por serem consideradas pelo plano rodoviário como a desclassificar, não são contempladas com qualquer tipo de investimento por parte da administração central, não tendo por outro lado as autarquias locais, pelo avultado das obras a empreender, disponibilidades financeiras capazes de lhes fazer face. É o caso da estrada longitudinal que liga as sedes dos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Pinhel, Sabugal, Penamcor, Idanha-a-Nova e Castelo Branco (EN 221, EN 324 e EN 233) que permitiria , desde que renovada, uma maior comunicação entre as populações desta área, minimizando substancialmente o isolamento em que vivem actualmente.

REDE RODOVIÁRIA



- Outra das acções a realizar será a implantação de um terminal TIR-TIF próximo da fronteira internacional de Vilar-Formoso para serviços de grupagem e desgrupagem de mercadorias, carga completa e contentores que, além de reduzir os gastos de tempo e combustível, seria susceptível de adúzir à área novas indústrias e serviços afins.

- O melhoramento das actuais infraestruturas fronteiriças de acordo com a sua funcionabilidade e área de influência seria outra acção a desenvolver, no sentido de uma acentuação no intercâmbio entre as populações portuguesas e espanholas que em muito frutificaria as bases económicas locais. Nesta perspectiva, e além do apoio às fronteiras existentes de interesse nacional como Vilar Formoso ou regional como Barca d'Alva e Segura, propunha-se a abertura em regime contínuo da de Monfortinho, que apesar de ter também um carácter regional viria beneficiar directamente o sector do turismo desta sub-região (nomeadamente valorizando as infraestruturas e equipamento instalado nas termas de Monfortinho) bem como a abertura de postos fronteiriços de âmbito localizado em regime descontínuo - Escarigo no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, Lageosa e Aldeia da Ponte no concelho do Sabugal, Penamacor e Monte Fidalgo no concelho de Vila Velha de Ródão.

- No que se refere à rede ferroviária, não pode também deixar de inscrever-se como acção indispensável à melhoria dos transportes e acessibilidades desta área a renovação das linhas férreas da Beira Baixa e Beira Alta que a atravessam nos sentidos longitudinal e trans-

versal, pese embora o seu efeito ter mais impacto nacional e regional.

- A construção dos aeródromos da Guarda e Castelo Branco, que já motivou algumas diligências entre a administração central e as edilidades locais, será outro contributo à maior acessibilidade desta zona ao exterior, neste momento fora da área de influência das infraestruturas aeroportuárias existentes.
  Pensa-se além disto que a contrução destas infraestruturas constituiria uma acção importante na preservação da riqueza florestal na medida em que permitiria incluir 31,2% da área florestal do país no raio de alcance de 50 km de um aeródromo.

2.2. INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

- No tocante a esta matéria deveriam fornecer-se às populações Raianas as condições de vida básicas por forma a colmatar a desvantagem social existente no momento em relação a outros nacionais, tal pressupondo a dotação em infraestruturas de saneamento básico - água e esgotos - de sistemas de recolha de lixos e de energia eléctrica a aglomerados populacionais ainda não servidos.

2.3. EQUIPAMENTO SOCIAL

- No que respeita ao equipamento social, uma primeira acção seria a de facultar às populações serviços de saúde compatíveis com as necessidades de equipamento e de pessoal observadas.

- De igual forma se indicam acções que visem dotá-las do equipamento necessário para os diferentes graus de ensino onde se verifica haver faltas.

- Quanto ao equipamento de segurança social, deveriam minimizar-se, pelo menos, as enormes carências de creches, jardins de infância e lares e centros de dia para a 3ª idade.

- Em relação ao equipamento desportivo, as necessidades a médio prazo apontam também, e de acordo com as normas da Direcção Geral dos Desportos, para a implantação de várias unidades respeitantes às diferentes práticas desportivas.

IV. ANEXO ESTATÍSTICO

CONCELHOS	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1864	1950	1960	1970	1981
MEDA	9 246	13 697	12 378	9 960	8 964
TRANCOSO	15 684	20 632	18 224	13 685	13 099
F.C. RODRIGO	12 180	14 912	13 237	8 945	9 140
ALMEIDA	13 346	17 480	16 107	10 735	10 524
PINHEL	16 218	22 270	20 293	14 375	14 328
SABUGAL	25 143	43 513	38 062	22 975	18 927
GUARDA	33 066	51 468	48 994	36 245	40 360
PENAMACOR	9 027	18 860	16 659	12 290	9 524
IDANHA-A-NOVA	16 346	33 439	30 418	20 580	16 101
CASTELO BRANCO	29 668	63 305	63 091	54 435	54 908
VILA-V-RÓDÃO	4 728	9 568	8 039	6 695	5 605
RAIA	184 652	309 144	285 502	210 920	201 480
REGIÃO CENTRO	1 153 858	1 907 127	1 820 792	1 652 185	1 750 885
CONTINENTE	3 927 392	7 921 919	8 292 975	8 123 310	9 336 760

FONTE: X Recenseamento da População, INE
XI Recenseamento da População, INE
XII Recenseamento da População, INE

CONCELHOS	ÁREAS (km^2)	POPULAÇÃO 1981	DENSIDADE POPULACIONAL (Habs/Km^2)
MEDA	297	8 964	30,2
TRANCOSO	371	13 099	35,3
F.C. RODRIGO	504	9 140	18,1
ALMEIDA	514	10 524	20,5
PINHEL	480	14 328	29,9
SABUGAL	827	18 927	22,9
GUARDA	709	40 360	56,9
PENAMACOR	627	9 524	15,2
IDANHA-A-NOVA	1 417	16 101	11,4
CASTELO BRANCO	1 430	54 908	38,4
VILA-V-RÓDÃO	329	5 605	17,0
RAIA	7 505	201 480	26,8
REGIÃO CENTRO	23 271	1 750 885	75,2
CONTINENTE	88 826	9 336 760	105,1

FONTE: XII Recenseamento da População, INE - 1981
Administração Local em Números 1980 - MAI

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO 1981

CONCELHOS	GRUPOS ETÁRIOS							
	0 - 14	%	15 - 34	%	35 - 64	%	≥ 65	%
MEDA	2 086	23.3	2 314	25.8	3 018	33.7	1 546	17.3
TRANCOSO	3 153	24.1	3 193	24.4	4 483	34.2	2 270	17.3
F. C. RODRIGO	1 789	19.6	2 112	23.1	3 335	36.5	1 904	20.8
ALMEIDA	2 291	21.8	2 544	24.2	3 618	34.4	2 071	19.7
PINHEL	3 237	22.6	3 666	25.6	5 043	35.2	2 382	16.6
SABUGAL	3 350	17.7	4 124	21.8	6 693	35.4	4 760	25.2
GUARDA	9 028	22.4	11 804	29.3	13 570	33.6	5 958	14.8
PENAMACOR	1 674	17.6	1 942	20.4	3 537	37.1	2 371	24.9
IDANHA-A-NOVA	2 407	15.0	2 926	18.2	6 079	37.8	4 689	29.1
CASTELO BRANCO	10 920	19.9	14 920	27.2	19 928	36.3	9 140	16.7
VILA-V-RÓDÃO	901	16.1	1 178	21.0	2 083	37.2	1 443	25.7
RAIA	40 836	20.3	50 723	25.2	71 387	35.4	38 534	19.1
REGIÃO CENTRO	422 663	24.1	493 774	28.2	588 634	33.6	245 814	14.0

FONTE: XII Recenseamento da População 1981

COEFICIENTES DE DEPENDÊNCIA 1981

CONCELHOS	TOTAL (%)	DE JOVENS (%)	DE IDOSOS (%)
MEDA	68	39	29
TRANCOSO	71	41	30
F. C. RODRIGO	68	33	35
ALMEIDA	71	37	34
PINHEL	64	37	27
SABUGAL	75	31	44
GUARDA	59	36	23
PENAMACOR	68	39	29
IDANHA-A-NOVA	75	41	34
CASTELO BRANCO	72	45	27
VILA-V-RÓDÃO	71	41	30
RAIA	65	33	32
REGIÃO CENTRO	38	24	14

* EMIGRAÇÃO LEGAL

CONCELHOS	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
MÊDA	49	37	56	25	53	225	348	286	266	142	60	23	29	38	18	13	4	11	20	20	21
TRANCOSO	104	158	100	159	137	371	514	374	303	193	173	82	83	92	47	17	18	14	34	54	69
F.C.RODRIGO	92	94	110	59	40	206	292	284	204	69	50	17	28	49	11	8	8	2	12	21	9
ALMEIDA	70	95	114	165	288	865	713	338	170	90	52	25	47	52	16	2	4	8	7	26	25
PINHEL	127	118	136	82	126	287	465	411	354	203	152	74	79	98	31	12	13	13	15	42	80
SABUGAL	340	350	39	494	1 287	2 719	2 358	1 166	823	214	76	39	38	88	24	17	10	35	76	93	80
GUARDA	239	253	246	298	791	1 358	1 263	902	701	378	276	130	170	196	141	32	79	79	75	80	69
PENAMACOR	14	23	49	55	224	538	497	400	289	115	61	31	29	75	28	11	4	2	6	9	9
IDANHA-A-NOVA	9	3	6	10	49	271	429	337	276	146	140	26	60	94	40	4	20	8	13	17	14
C.BRANCO	57	78	150	278	603	1 321	1 204	1 204	948	440	410	152	176	336	120	48	49	43	63	71	61
V.V.RODÃO	17	16	11	14	10	39	41	49	105	29	44	18	20	23	3	2	6		1	1	4
RAIA	1 118	1 225	1 017	1 641	3 608	8 200	8 425	5 751	4 439	2 019	1 496	617	759	1 141	479	166	215	215	322	434	449
REGIÃO CENTRO	7 307	8 719	9 244	11 261	15 696	26 914	34 026	25 160	20 925	16 604	16 582	10 240	13 082	20 107	9 972	3 982	3 419	3 760	4 388	5 979	5 968
CONTINENTE	32 318	33 526	53 539	59 519	55 646	89 056	120 239	92 502	80 452	70 165	66 360	50 400	54 084	79 517	43 397	24 811	19 469	19 543	22 112	26 318	25 207
CONTINENTE (EMIGRAÇÃO CLANDESTINA)	414	1 270	4 671	14 451	30 636	27 918	12 595	13 778	23 697	83 171	106 907	100 797	50 392	40 502	26 876	20 106	—	—	—	—	—

FONTE : 1960 a 1967 - Anuário Demográfico
1968 a 1974 - Estatísticas Demográficas
1975 a 1980 - Resultados Provisórios da Divisão de Estatística Demográfica do INE

POPULAÇÃO ACTIVA - 1970/1981

SECTORES DE ACTIVIDADE	PRIMÁRIO					SECUNDÁRIO					TERCIÁRIO					TOTAL				
	70	%	81	%	% (70-81)	70	%	81	%	% (70-81)	70	%	81	%	% (70-81)	70	%	81	%	% (70-81)
MEDA	2 350	69,7	2 090	61,7	-11%	460	13,7	646	19,1	+40%	560	16,6	653	19,3	+17%	3 370	100	3 389	100	+0.6%
TRANCOSO	4 465	79,8	2 900	63,7	-35%	395	7,1	700	15,4	+77%	735	13,1	956	21,0	+30%	5 595	100	4 556	100	-19%
F. C. RODRIGO	1 720	64,9	1 305	49,6	-24%	325	12,3	627	23,8	+93%	605	22,8	701	26,6	+16%	2 650	100	2 633	100	-0.6%
ALMEIDA	2 565	70,7	1 549	47,6	-40%	240	6,6	523	16,1	+74%	825	22,7	1 184	36,4	+44%	3 630	100	3 256	100	-10%
PINHEL	3 435	74,8	3 478	63,6	+1%	465	10,1	931	17,0	+100%	695	15,1	1 056	19,3	+52%	4 595	100	5 465	100	+19%
SABUGAL	5 120	73,8	4 306	64,1	-16%	670	9,7	1 194	17,8	+78%	1 150	16,6	1 214	18,1	+6%	6 940	100	6 714	100	-3%
GUARDA	6 575	50,0	4 277	28,7	-35%	2 685	20,4	4 612	31,0	+72%	3 900	29,6	6 013	40,4	+54%	13 160	100	14 902	100	+13%
PENAMACOR	2 660	67,9	1 591	53,6	-40%	585	14,9	658	22,2	+12%	670	17,1	722	24,3	+8%	3 915	100	2 971	100	-24%
IDANHA-A-NOVA	5 025	72,5	2 477	55,4	-51%	620	9,0	848	19,0	+37%	1 285	18,5	1 146	25,6	-11%	6 930	100	4 471	100	-35%
C. BRANCO	7 745	40,6	3 597	18,7	-54%	5 135	26,9	6 916	36,0	+35%	6 200	32,5	8 678	45,2	+40%	19 080	100	19 191	100	+1%
V. V. DO RODÃO	1 465	59,3	448	27,2	-69%	585	23,7	752	45,7	+29%	420	17,0	446	27,1	+6%	2 470	100	1 646	100	-33%
RAIA	43 125	59,6	28 018	40,5	-35%	12 165	16,8	18 407	26,6	+51%	17 045	23,6	22 769	32,9	+34%	72 335	100	69 194	100	-4%
REGIÃO CENTRO	258 985	45,9	213 365	32,0	-18%	155 640	27,6	241 478	36,2	+55%	150 220	26,6	211 735	31,8	+41%	564 845	100	666 578	100	+18%

FONTE: RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO - INE

REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA
PELAS DIVISÕES SEGUNDO A C.A.E.
1970 - 1980

	DIVISÕES	70	81	% (70/81)
PRIMÁRIO	1. AGRICULTURA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	43 065	27 875	- 35,3
	2. INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	60	143	+ 83,0
SECUNDÁRIO	3. INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	6 985	8 972	+ 28,5
	4. ELECTRICIDADE, GÁS E ÁGUAS	135	353	+161,5
	5. CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	5 045	9 082	+ 80,0
TERCIÁRIO	6. COMÉRCIO POR GROSSO E RETALHO, RESTAURANTE E HOTÉIS	4 420	6 440	+ 45,7
	7. TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	1 965	2 425	+ 23,4
	8. BANCOS E OUTRAS INST. FINANCEIRAS, SEGUROS SOBRE IMÓVEIS, E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	420	1 032	+145,7
	9. SERVIÇOS PRESTADOS À COLECTIVIDADE, SERVIÇOS SOCIAIS E SERVIÇOS PESSOAIS	8 500	12 829	+ 50,9
	0. ACTIVIDADES MAL DEFINIDAS	1 740	43	- 97,5
	TOTAL	72 335	69 194	- 4,3

FONTE: XII Recenseamento da População - INE

CONCELHOS	POP. ACTIVA TOTAL	DESEMPREGADOS TOTAL	TAXA DE ACTIVIDADE (%)	TAXA DE DESEMPREGO (%)
MEDA	3 389	150	38.8	4.3
TRANCOSO	4 556	260	36.8	5.4
F. C. RODRIGO	2 633	218	30.6	7.8
ALMEIDA	3 256	262	33.4	7.4
PINHEL	5 465	159	39.3	2.8
SABUGAL	6 714	36	35.7	5.1
GUARDA	14 902	784	38.9	5.0
PENAMACOR	2 971	213	33.4	6.7
IDANHA-A-NOVA	4 471	356	30.0	7.4
CASTELO BRANCO	19 191	1 025	36.8	5.1
VILA-V-RÓDÃO	1 646	111	31.4	6.3
RAIA	69 194	3 901	36.2	5.4
REGIÃO CENTRO	666 578	38 527	40.3	5.5
CONTINENTE	3 659 940	276 386	42.2	7.0

FONTE: XII Recenseamento da População, INE 1981

POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR GRUPOS ETÁRIOS - 1981

CONCELHOS	15 - 24	25 - 34	35 - 49	50 - 65
MEDA	100	14	13	5
TRANCOSO	165	17	21	17
F. C. RODRIGO	117	36	30	30
ALMEIDA	190	29	18	7
PINHEL	106	19	10	8
SABUGAL	273	33	9	7
GUARDA	486	141	59	39
PENAMACOR	151	14	21	17
IDANHA-A-NOVA	223	44	39	30
CASTELO BRANCO	663	171	71	39
VILA V. RÓDÃO	82	7	7	6
RAIA	2 556	525	298	205

FONTE: XII Recenseamento da População, INE - 1981

POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR HABILITAÇÕES LITERÁRIAS - 1981

CONCELHOS	Não sabendo ler nem escrever	Sabe ler e escrever S/ frequência	Primário + Preparatório	Secundário + Propdêutico	Cursos Médios	Curso Superior
MEDA	3	-	100	43	2	2
TRANCOSO	6	2	187	62	2	1
F. C. RODRIGO	3	-	130	84	-	1
ALMEIDA	8	-	158	93	1	2
PINHEL	5	-	96	57	1	-
SABUGAL	6	-	225	129	1	2
GUARDA	24	3	426	319	4	8
PENAMACOR	6	-	138	67	-	2
IDANHA-A-NOVA	35	3	230	86	2	-
CASTELO BRANCO	27	1	545	426	8	18
VILA V. RÓDÃO	6	-	75	30	-	-
RAIA	129	9	2 310	1 396	21	36

FONTE: XII Recenseamento da População, INE - 1981

CONCELHOS	OCUPAÇÃO DOS SOLOS				
	TOTAL		ÁREA		
	Nº EXPL.	ÁREA	AGRÍCOLA	FLORESTAS	INCULTOS E OUTROS
MÊDA	2 107	11 488	7 009	1 890	2 584
TRANCOSO	3 133	13 459	7 726	2 369	3 364
F. C. RODRIGO	1 694	19 188	13 356	2 400	3 432
ALMEIDA	2 157	20 611	16 159	588	3 864
PINHEL	2 821	14 789	11 330	1 240	2 219
SABUGAL	4 971	26 009	16 124	2 711	7 174
GUARDA	6 252	29 696	18 429	2 374	8 893
PENAMACOR	2 104	32 915	16 533	13 778	2 604
I-A-NOVA	2 831	88 583	66 879	15 099	6 605
C. BRANCO	6 694	55 676	27 401	21 830	6 445
V. V. DE RÓDÃO	1 786	10 960	7 368	1 885	1 707
RAIA	36 550	323 374	208 314	66 164	48 896

FONTE: RECENSEAMENTO AGRÍCOLA - 1979 - INE

CONCELHOS	ÁREA DE TERRAS AGRÍCOLAS							
	C/ TERRA ARÁVEL LIMPA		C/ CULTURAS PERMANENTES		C/ PRADOS E PASTAGENS PERMANENTES		TOTAL	IRRIGADA
	TOTAL	IRRIGADA	TOTAL	IRRIGADA	TOTAL	IRRIGADA		
MÊDA	3 157	740	3 567	131	284	140	7 009	1 011
TRANCOSO	4 966	1 761	1 934	153	827	197	7 726	2 111
F. C. RODRIGO	6 704	408	5 530	219	1 125	111	13 356	738
ALMEIDA	8 705	964	1 330	86	6 125	62	16 159	1 112
PINHEL	5 445	1 115	4 471	310	1 413	55	11 330	1 480
SABUGAL	10 088	3 160	1 843	254	4 191	1 890	16 124	5 304
GUARDA	13 300	5 919	1 960	752	3 170	837	18 429	7 508
PENAMACOR	12 279	831	2 889	180	1 364	46	16 533	1 057
IDANHA-A-NOVA	52 491	6 745	9 215	1 203	5 173	451	66 879	8 395
C. BRANCO	16 608	2 283	10 610	438	180	21	27 401	2 742
V. V. DE RODÃO	2 359	459	5 009	98	1	-	7 368	557
RAIA	136 102	24 367	48 358	3 824	23 853	3 810	208 314	32 001

FONTE: RECENSEAMENTO AGRÍCOLA 1979

DIVISÃO DA PROPRIEDADE - 1979

CONCELHOS	TOTAL				MAIS DE 20 HA				MENOS DE 20 HA			
	Nº EXPL.	SUPERFÍCIE	BLOCOS		Nº EXPL.	SUPERFÍCIE	BLOCOS		Nº EXPL.	SUPERFÍCIE	BLOCOS	
			TOTAL	MÉDIA/EXPL.			TOTAL	MÉDIA/EXPL.			TOTAL	MÉDIA/EXPL.
MÊDA	2 107	11 488	11 012	5,2	35	2 925	313	8,9	2 072	8 563	10 699	5,16
TRANCOSO	3 133	13 459	23 598	7,5	47	2 191	598	12,7	3 083	11 238	22 994	7,5
F. C. RODRIGO	1 694	19 118	14 221	8,3	121	10 460	2 282	18,9	1 571	8 657	11 919	7,8
ALMEIDA	2 157	20 611	21 091	9,7	108	10 128	2 297	21,3	2 047	10 483	18 792	9,2
PINHEL	2 821	14 789	25 663	9,1	77	3 160	1 508	19,6	2 744	11 629	24 155	8,8
SABUGAL	4 971	26 009	53 178	10,7	58	4 409	1 064	18,3	4 911	21 600	52 107	10,6
GUARDA	6 252	29 696	46 349	7,4	106	6 191	2 228	21,0	6 143	23 500	44 117	7,2
PENAMACOR	2 104	32 915	12 949	6,1	89	24 808	863	9,7	2 013	8 107	12 084	6,0
I-A-NOVA	2 831	88 583	10 194	3,6	328	79 222	2 539	7,7	2 490	9 360	7 460	3,0
C. BRANCO	6 694	55 676	41 076	6,1	223	37 632	2 900	13,0	6 469	18 044	38 174	5,9
V. V. DE RÓDÃO	1 786	10 960	13 096	7,3	64	3 910	1 003	15,7	1 710	7 050	12 079	7,1
RAIA	36 550	323 374	259 628	7,1	1 256	185 036	17 595	14,0	35 253	138 231	254 580	7,2
REGIÃO CENTRO	279 804	1 011 468			3 179	424 537			276 625	587 025		

FONTE: RECENSEAMENTO AGRÍCOLA 1979

VARIAÇÃO NO Nº DE EXPLORAÇÕES E RESPECTIVAS ÁREAS ENTRE 1968 E 1979

CONCELHOS	TOTAL		MAIS DE 20 HA		MENOS DE 20 HA	
	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA
MÊDA	- 674	- 2 855	- 41	- 140	- 633	- 2 222
TRANCOSO	- 58	+ 1 986	- 14	- 449	- 44	+ 2 030
F. C. RODRIGO	- 448	- 6 073	- 146	- 1 651	- 302	- 4 422
ALMEIDA	- 195	- 15 348	- 434	- 6 760	+ 239	- 8 588
PINHEL	- 785	- 3 733	- 54	- 3 275	- 731	- 458
SABUGAL	-2 319	- 12 805	- 172	- 5 958	-2 147	- 6 847
GUARDA	+ 711	- 9 309	- 350	-10 158	+1 061	+ 849
PENAMACOR	- 716	+ 240	- 86	+ 2 477	- 630	- 2 237
I-A-NOVA	-1 716	- 12 825	- 354	- 8 852	- 362	- 3 973
C. BRANCO	-1 271	- 48 081	- 302	-40 663	- 969	- 7 418
V. V. DE RÓDÃO	- 231	- 10 775	- 78	-10 069	- 153	- 706
RAIA	-7 702	-119 507	-2 001	-85 502	-5 701	-34 005

EXPLORAÇÕES SEGUNDO A FORMA DE EXPLORAÇÃO E RESPECTIVAS ÁREAS (FONTE - RECENSEAMENTO AGRÍCOLA 1979)

CONCELHOS	TOTAL		FORMAS DE EXPLORAÇÃO SIMPLES														FORMAS DE EXPLORAÇÃO MISTAS							
			TOTAL		CONTA PRÓPRIA		RENDA FIXA				CAMPANHA		ARRENDAMENTO RENDA VARIÁVEL		OUTRAS		TOTAL		CONTA PRÓPRIA	RENDA FIXA		CAMPANHA	RENDA VARIÁVEL	OUTROS
							AO ESTADO		A OUTROS											ESTADO	OUTROS			
	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	ÁREA	ÁREA	ÁREA	ÁREA	ÁREA	ÁREA
MÉDA	2 107	11 488	1 335	7 136	1 281	6 883	-	-	25	185	-	-	23	82	8	8	772	4 353	1 730	-	1 277	3	685	456
TRANCOSO	3 133	13 458	1 524	8 058	1 403	5 434	2	2	74	464	-	-	7	45	38	113	1 609	7 403	3 582	7	2 332	2	873	529
F. C. -RODRIGO	18 811	18 188	1 218	12 370	1 160	10 795	-	-	46	1 124	-	-	-	-	8	451	478	6 818	3 057	45	3 224	8	10	475
ALMEIDA	2 157	20 611	1 492	10 903	1 450	10 808	1	4	27	85	-	-	4	180	10	48	685	9 708	4 182	8	4 485	28	355	840
PENHEL	2 821	14 788	2 075	10 415	2 028	8 842	-	-	26	415	-	-	10	21	13	37	746	4 376	2 483	1	1 053	2	409	431
SABUGAL	4 871	28 008	2 979	15 592	2 887	14 043	-	-	47	1 482	-	-	7	25	38	82	1 892	10 413	6 565	19	2 118	2	281	1 449
GUARDA	8 252	29 886	4 488	20 380	4 014	18 742	2	4	337	1 323	3	13	20	34	90	274	1 786	8 306	4 927	21	3 085	7	307	877
PENAMACOR	2 104	32 915	1 564	19 744	1 488	18 885	-	-	63	770	-	-	10	41	23	48	540	13 172	5 705	8	6 028	175	939	280
I-A-NOVA	2 831	88 583	2 338	60 883	2 017	41 892	5	5 171	287	13 815	12	68	11	88	27	48	492	27 722	8 368	2 774	15 358	813	253	356
C. BRANCO	8 884	55 876	8 323	45 855	8 101	33 358	81	1 836	83	7 385	9	3 120	1	1	38	44	371	8 820	2 216	885	5 415	32	882	583
V. V. DE RÓDÃO	1 788	10 880	1 700	10 011	1 884	8 857	-	-	5	854	-	-	-	-	1	-	88	848	651	-	213	-	38	46
RAIA	38 550	323 374	27 013	219 338	25 501	178 438	101	7 117	1 002	27 822	24	3 201	93	488	282	1 183	9 537	104 040	43 456	3 580	44 821	874	5 313	6 202

POPULAÇÃO AGRICOLA FAMILIAR SEGUNDO OS ESCALÕES ETÁRIOS

CONCELHOS	TOTAL		0-14 ANOS		15-34 ANOS		35-64 ANOS		MAIS DE 65 ANOS	
	HM	TRAB. NA EXPL.	HM	TRAB. NA EXPL.	HM	TRAB. NA EXPL.	HM	TRAB. NA EXPL.	HM	TRAB. NA EXPL.
MÊDA	6 542	4 715	1 369	374	1 550	1 174	2 530	2 311	1 093	856
TRANCOSO	10 201	7 412	2 299	573	2 395	1 855	3 847	3 540	1 660	1 444
F. C. RODRIGO	4 566	3 005	501	85	965	413	2 097	1 750	1 003	757
ALMEIDA	6 384	4 647	1 134	235	1 454	974	2 461	2 293	1 335	1 145
PINHEL	8 823	6 700	1 569	370	2 314	1 804	3 608	3 403	1 332	1 123
SABUGAL	13 544	10 738	1 943	604	2 735	1 957	5 466	5 103	3 400	3 074
GUARDA	19 039	14 532	3 221	680	4 663	3 508	7 516	7 165	3 619	3 179
PENAMACOR	5 762	4 020	795	107	1 158	598	2 521	2 239	1 288	1 076
I-A-NOVA	6 950	5 169	666	81	1 063	550	3 292	2 903	1 929	1 635
C. BRANCO	17 480	14 147	2 042	447	3 398	2 318	8 262	7 874	3 778	3 508
V. V. RÓDÃO	4 480	3 290	437	40	746	337	2 029	1 851	1 268	1 062
RAIA	103 771	78 375	15 976	3 596	22 461	15 488	43 629	40 432	21 705	18 859

FONTE: RECENSEAMENTO AGRÍCOLA DE 1979

UNIDADES — SUPERFÍCIE - HECTAR
PRODUÇÃO - TONELADAS (vinho e azeite - hectolitros)
RENDIMENTO - TONELADAS/HECTAR

PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS - FONTE: ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS 1977

CONCELHOS	TRIGO			MILHO			CENTEIO			AVEIA			CEVADA		
	SUPERFÍCIE	PRODUÇÃO	RENDIMENTO POR HA	SUPERFÍCIE	PRODUÇÃO	RENDIMENTO POR HA	SUPERFÍCIE	PRODUÇÃO	RENDIMENTO POR HA	SUPERFÍCIE	PRODUÇÃO	RENDIMENTO POR HA	SUPERFÍCIE	PRODUÇÃO	RENDIMENTO POR HA
MÉDA	420	356,8	0,876	182	127,1	0,698	1 251	848,0	0,518	-	-	-	88	46,4	0,472
TRANCOSO	288	241,4	0,901	1 998	748,8	0,378	8 387	1 381,9	0,183	-	-	-	131	62,3	0,476
P. E. RODRIGO	2 584	1 220,7	0,478	68	28,2	0,427	2 386	886,0	0,375	-	-	-	205	88,5	0,432
ALMEIDA	857	580,8	0,654	454	172,3	0,380	1 781	685,8	0,388	-	-	-	127	48	0,378
PINHEL	248	232,0	0,935	842	348,7	0,415	1 514	552,7	0,365	-	-	-	82	33,6	0,412
SABUGAL	404	538,4	1,333	4 486	2 838,5	0,833	5 580	1 743,5	0,312	-	-	-	295	178,6	0,605
GUARDA	148	123,9	0,840	1 498	473,8	0,317	8 231	2 977,5	0,478	-	-	-	317	78,2	0,247
PENAMACOR	843	328,4	0,387	488	384,4	0,732	2 738	847,8	0,310	224	85,7	0,383	28	18,4	0,706
I-A-NOVA	4 284	1 840,8	0,384	3 310	3 134,0	0,947	1 105	306,1	0,277	2 189	534,9	0,243	765	362,1	0,480
C. BRANCO	884	322,8	0,472	3 885	2 525,8	0,650	1 805	825,4	0,487	1 308	493,1	0,377	132	57,6	0,436
V. V. DE RÓDÃO	48	38,8	0,751	407	428,3	1,047	885	187,7	0, 53	288	120,3	0,421	50	31,5	0,630
RAIA	10 677	5 827,8	0,532	17 822	11 388,8	0,835	33 307	11 015,5	0,331	4 017	1 234	0,307	2 228	1 003,2	0,450
R. CENTRO		11 829,5	0,805 [a]		101 844,0	1,187 [b]		40 154,8	0,444 [b]		8 710,5	0,256 [b]		3 388,7	0,488 [b]

CONCELHOS	FAVA			FEIJÃO			GRÃO DE BICO			BATATA			VINHO	AZEITE
	SUPERFÍCIE	PRODUÇÃO	RENDIMENTO POR HA	SUPERFÍCIE	PRODUÇÃO	RENDIMENTO POR HA	SUPERFÍCIE	PRODUÇÃO	RENDIMENTO POR HA	SUPERFÍCIE	PRODUÇÃO	RENDIMENTO POR HA	PRODUÇÃO	
MÉDA	1	0,7	0,700	186	47,4	0,255	9	4,8	0,533	318	2 536,4	8,533	31 615	1 004
TRANCOSO	32	13,4	0,382	412	162,0	0,393	104	47,8	0,459	2 879	14 006,8	7,987	25 935	990
P. E. RODRIGO	4	1,2	0,300	24	4,7	0,200	85	29,2	0,344	151	1 377,5	9,123	42 868	1 400
ALMEIDA	7	3,0	0,429	81	13,9	0,164	113	13,5	0,119	1 043	12 208,9	11,705	3 994	170
PINHEL	8	1,9	0,317	422	140,3	0,332	46	16,5	0,358	586	12 567,6	21,841	39 694	730
SABUGAL	8	1,5	0,250	2 708	505,7	0,187	333	86,9	0,260	3 861	29 479,2	7,841	551	860
GUARDA	31	9,0	0,290	818	180,8	0,106	215	52,9	0,246	2 242	18 004,9	8,677	651	2 380
PENAMACOR	8	4,1	0,513	506	87,5	0,173	43	7,2	0,167	406	2 786,4	6,868	1 422	2 570
I-A-NOVA	61	25,4	0,418	1 359	193,6	0,142	423	52,1	0,123	214	3 219,3	15,043	166	2 640
C. BRANCO	28	13,0	0,464	3 094	617,7	0,200	158	23,0	0,144	1 374	7 242,1	5,271	100	11 840
V. V. DE RÓDÃO	14	8,0	0,571	147	37,2	0,253	30	4,0	0,133	115	821,4	6,013	-	3 030
RAIA	203	81,2	0,400	9 861	1 988,6	0,203	1 560	337,8	0,217	12 287	106 534,9	8,7	144 711	27 360
R. CENTRO		2 519,7	0,484 [b]		12 594,1	0,151 [b]		1 140,1	0,225 [b]		469 842,8	9,668 [b]	677 091	42 420

[a] REGIÃO CENTRO SEM O AGRUPAMENTO DE CASTELO BRANCO

EXPLORAÇÕES COM POMAR E RESPECTIVAS ÁREAS

CONCELHOS	LARANJEIRAS		TANGERINEIRAS		LIMOEIRO		OUTROS CITRINOS		MACIEIRAS				PEREIRAS				MARMELEIROS		PESSEGUEIROS		CEREJEIRAS		AMEIXIEIRAS		DAMASQUEIROS	
									TOTAL		REGADIO		TOTAL		REGADIO											
	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA
MEDA	2	1	-	-	-	-	-	-	186	157	121	112	21	13	16	11	3	2	5	1	-	-	-	-	-	-
TRANCOSO	-	-	-	-	-	-	-	-	167	151	141	133	6	4	8	6	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
F. C. RODRIGO	8	29	-	-	-	-	-	-	104	218	82	200	8	24	8	24	1	1	-	-	2	1	1	1	-	-
ALFEIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	88	78	78	68	3	2	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
PINHEL	-	-	-	-	-	-	1	-	287	258	262	258	15	6	14	6	6	5	2	3	-	-	-	-	-	-
SABUGAL	-	-	-	-	-	-	1	-	323	174	285	160	32	9	10	8	-	-	23	9	3	-	2	-	-	-
GUARDA	5	4	-	-	-	-	-	-	342	352	316	341	28	18	28	18	-	-	28	9	10	5	-	-	-	-
PENAMACOR	28	10	3	-	-	-	2	-	138	82	102	68	28	15	21	12	4	2	16	6	4	1	3	1	2	-
I-A-NOVA	138	63	8	4	1	-	1	-	88	58	75	52	70	68	57	54	8	58	74	68	4	2	8	1	5	5
C. BRANCO	217	52	56	4	3	-	3	3	218	55	178	38	80	23	65	18	11	11	98	26	21	7	9	-	3	-
V. V. DE RODÃO	22	7	4	-	7	1	-	-	45	27	30	23	10	2	7	1	3	1	5	1	4	-	2	-	-	-
RAIA	420	166	71	8	11	1	8	3	1 975	1 818	1 673	1 455	284	183	244	158	37	81	248	145	49	16	26	3	10	5

CONCELHOS	FIGUEIRAS		AMENDOEIRAS		CASTANHEIROS		AVELEIRAS		NOGUEIRAS		OUTRAS ARVORES DE FRUTO	
	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA	Nº EXPL.	ÁREA
MEDA	-	-	246	267	68	49	-	-	3	-	-	-
TRANCOSO	1	-	11	2	256	138	1	1	2	-	8	2
F. C. RODRIGO	-	-	286	845	68	88	-	-	1	4	3	12
ALFEIDA	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
PINHEL	-	-	73	87	4	11	-	-	-	-	-	-
SABUGAL	-	-	3	1	783	487	-	-	1	-	1	2
GUARDA	-	-	2	3	373	210	-	-	1	1	1	-
PENAMACOR	3	2	8	5	181	141	-	-	1	-	2	8
I-A-NOVA	64	26	1	-	20	18	-	-	-	-	13	46
C. BRANCO	41	3	3	-	2	-	-	-	-	-	24	27
V. V. DE RODÃO	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	8	51
RAIA	109	31	818	1 101	: 806	1 103	1	1	7	5	61	148

FONTE - RECENSEAMENTO AGRÍCOLA - 1979

CONCELHOS	VIDEIRAS				OLIVEIRAS			
	TOTAL		UVA DE MESA		TOTAL		PARA CONSERVA	
	Nº DE EXPL.	ÁREA	Nº DE EXPL.	ÁREA	Nº DE EXPL.	ÁREA	Nº DE EXPL.	ÁREA
MÊDA	1 793	2 285	7	12	729	791	7	3
TRANCOSO	1 663	1 208	10	4	758	428	13	2
F.C. RODRIGO	1 261	2 015	11	23	942	2 317	7	235
ALMEIDA	1 672	1 040	1	-	61	207	4	1
PINHEL	2 641	3 474	8	7	569	645	9	33
SABUGAL	2 925	898	9	4	466	283	5	2
GUARDA	2 275	823	7	2	844	532	9	7
PENAMACOR	1 164	525	11	3	1 315	2 076	25	30
I-A-NOVA	534	388	11	52	1 729	8 344	361	1 208
C. BRANCO	1 842	723	10	8	5 087	9 671	49	164
V.V. RODÃO	104	62	3	1	1 638	4 854	11	25
RAIA	17 874	13 441	88	116	14 138	30 150	500	1 715

FONTE: Recenseamento Agrícola 1979-INE

Nº DE EXPLORAÇÕES COM ANIMAIS E RESPECTIVO NÚMERO DE CABEÇAS

CONCELHOS	BOVINOS					OVINOS		CAPRINOS		SUÍNOS		
	Nº DE EXPL.	Nº TOTAL DE CABEÇAS	FÊMEAS		MACHOS	Nº DE EXPL.	Nº DE CABEÇAS	Nº DE EXPL.	Nº DE CABEÇAS	Nº DE EXPL.	Nº DE CABEÇAS	FÊMEAS REPRODUTORAS
			TOTAL	LEITEIRAS								
MÊDA	428	847	799	277	48	102	4 984	408	1 517	560	850	43
TRANCOSO	1 395	2 994	2 791	1 669	201	200	7 247	991	3 313	898	1 781	229
F. C. RODRIGO	204	1 070	932	676	138	115	13 521	98	1 448	41	381	55
ALMEIDA	448	3 405	3 115	1 933	287	93	6 129	491	3 47[illegible]	536	2 308	173
PINHEL	1 223	2 636	2 564	1 752	71	81	4 753	393	1 89[illegible]	596	987	145
SABUGAL	2 607	7 725	7 054	4 915	614	318	9 061	1 465	7 30[illegible]	2 324	4 316	374
GUARDA	2 709	7 578	6 854	4 654	692	315	11 737	2 044	8 69[illegible]	2 947	6 408	661
PENAMACOR	448	1 186	1 015	374	169	73	5 028	778	7 162	899	1 481	102
I-A-NOVA	473	5 357	3 757	1 645	1 577	451	73 582	1 234	10 923	1 721	4 064	471
C. BRANCO	641	2 260	1 528	761	792	474	38 635	2 614	15 543	3 302	9 337	1 004
V. V. RÓDÃO	110	240	153	72	87	68	5 433	797	5 845	855	2 417	309
RAIA	11 196	35 298	30 562	18 728	4 613	2 290	180 410	11 313	67 093	14 679	34 330	3 566
REGIÃO CENTRO		276 184					446 884		267 194		579 453	

INVENTÁRIO FLORESTAL POR PRINCIPAIS ESPÉCIES - 1974 (UNIDADES - 1.000 HA)

CONCELHOS	RESINOSAS				FOLHOSAS							
	TOTAL	PINHEIRO BRAVO	PINHEIRO MANSO	RESINOSAS DIVERSAS	TOTAL	EUCALIPTO GLOBULUS	SOBREIRO	AZINHEIRA	CASTANHEIRO	CARVALHO	FOLHOSA DIVERSAS	OUTROS MISTOS
MÊDA	3,50	3,50	-	-	1,28	-	0,43	0,01	0,28	0,49	0,07	0,19
TRANCOSO	10,43	10,43	-	-	1,33	-	-	0,01	0,69	0,24	0,39	0,17
F. C. RODRIGO	2,12	2,12	-	-	3,75	0,01	1,93	0,17	0,21	0,47	0,96	0,14
ALMEIDA	2,77	2,77	-	-	5,13	-	0,25	0,83	0,05	3,63	0,37	1,60
PINHEL	5,11	5,10	0,01	-	2,43	-	0,87	0,42	0,02	0,67	0,45	1,11
SABUGAL	12,80	12,76	-	0,04	10,15	0,02	-	-	2,68	7,20	0,25	0,87
GUARDA	14,42	14,42	-	-	4,74	0,01	0,01	0,21	1,91	1,79	0,81	1,27
PENAMACOR	5,10	5,01	-	0,09	4,44	0,99	1,77	0,79	0,26	0,59	0,04	0,06
I-A-NOVA	3,91	3,90	0,01	-	38,03	3,70	6,40	22,22	0,07	1,10	0,54	0,07
C. BRANCO	25,57	25,56	0,01	-	1,17	0,03	0,01	-	0,21	0,90	0,02	0,03
V. V. RÓDÃO	4,51	4,51	-	-	4,85	0,88	2,29	1,65	-	0,03	-	-
RAIA	90,24	90,08	0,03	0,13	77,3	5,64	13,96	30,31	6,38	17,11	3,90	5,51

FONTE: ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS - 1979

CONCELHOS	EXPL. QUE RECORREM AO CRÉDITO	ORIGEM DO CRÉDITO						APLICAÇÃO DO CRÉDITO					EXPLORAÇÕES COM	
		ORGANIZAÇÕES DA LAVOURA	CAIX. DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	BANCÁRIO	ESTADO	PARTICULARES	FORNECEDORES	DESPESAS CORRENTES	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS	AQUISIÇÃO DE ANIMAIS	AQUISIÇÃO DE TERRAS	OUTROS	CONTABILIDADE PRÓPRIA	SIMPLES REGISTO DE RECEITAS E DESPESAS
MÊDA	28	4	4	11	5	54	-	10	16	10	28	28	8	26
TRANCOSO	220	7	2	41	11	164	4	54	33	48	61	75	14	42
F.C. RODRIGO	20	1	4	13	2	1	1	8	6	6	2	6	18	51
ALMEIDA	32	1	1	6	-	25	-	10	10	8	11	3	3	24
PINHEL	45	1	1	14	3	23	5	25	10	2	8	13	3	110
SABUGAL	201	10	5	21	9	163	2	75	48	24	34	41	6	61
GUARDA	223	14	5	56	16	134	14	38	34	48	35	83	12	198
PENAMACOR	27	9	3	6	-	12	-	7	6	9	7	5	11	75
I-A-NOVA	158	22	27	56	53	29	11	77	48	73	22	23	45	403
C. BRANCO	77	6	5	51	3	20	5	12	27	28	18	21	25	152
V.V. DE RODÃO	23	3	1	13	2	5	-	2	3	3	2	12	4	24
RAIA	1 104	78	58	290	104	630	42	318	241	259	228	310	149	1 166

FONTE: Recenseamento Agrícola 1979-INE

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA - 1980

	Nº DE ESTABELE-CIMENTOS	PESSOAL AO SERVIÇO	V.B.P.	V.A.B.
MÊDA	8	23	11 367	4 107
TRANCOSO	10	58	15 208	7 189
F. CASTELO RODRIGO	7	165	202 200	41 044
ALMEIDA	6	60	50 811	17 293
PINHEL	9	70	47 015	17 009
SABUGAL	20	234	170 702	55 425
GUARDA	52	2 020	2 895 021	630 240
PENAMACOR	7	35	20 599	7 899
IDANHA-A-NOVA	13	178	176 243	4 303
CASTELO BRANCO	125	3 394	4 147 932	1 085 406
VILA V. DE RÓDÃO	8	641	1 674 823	991 887
RAIA	265	6 878	9 411 921	2 861 802
REGIÃO CENTRO	2 952	119 092	135 675 847	43 078 705
CONTINENTE	14 053	678 092	869 958 984	279 477 575

FONTE: Estatísticas Industriais, 1980 - INE

	POPULAÇÃO RESIDENTE 1981	V.A.B. Industrial 1980 (contos)	V.A.B. / POPULAÇÃO
MÊDA	8 964	4 107	0,46
TRANCOSO	13 099	7 189	0,55
F. CASTELO RODRIGO	9 140	41 044	4,49
ALMEIDA	10 524	17 293	1,64
PINHEL	14 328	17 009	1,19
SABUGAL	18 927	55 425	2,93
GUARDA	40 360	630 240	15,62
PENAMACOR	9 524	7 899	0,93
IDANHA-A-NOVA	16 101	4 303	0,27
CASTELO BRANCO	54 908	1 085 406	19,77
VILA V. DE RÓDÃO	5 605	41 752*	7,45*
		991 887	176,96
RAIA	201 480	1 911 667*	9,49*
		2 861 802	14,20
REGIÃO CENTRO	1 750 885	43 078 705	24,60
CONTINENTE	9 336 760	279 477 575	29,93

FONTE: XII Recenseamento Geral da População - 1981 - INE
Estatísticas Indústrias - 1980 - INE

* - Sem a fábrica da PORTOCEL

	CONSUMOS ELÉCTRICOS - 1981 (KWH)	
	TOTAL	INDÚSTRIA
MÊDA	2 611,4	248,6
TRANCOSO	4 476,3	853,2
F. CASTELO RODRIGO	4 930,1	1 781,0
ALMEIDA	5 041,1	2 461,7
PINHEL	6 434,1	2 516,7
SABUGAL	6 810,4	1 404
GUARDA	40 767,5	19 838,3
PENAMACOR	2 281,4	214,4
IDANHA-A-NOVA	5 340,2	777,5
CASTELO BRANCO	40 068,9	15 572,9
VILA V. DE RÓDÃO	3 022,3	1 480,0
RAIA	121 783,7	47 148,3
REGIÃO CENTRO	2 709 508,5	1 881 816,0

FONTE: Estatísticas das Instalações Eléctricas, INE - 1981

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA - 1980

RAMOS DE ACTIVIDADE / CONCELHOS	3.1.1. Indústria de Alimentação			3.1.2. Indústria da Alimentação			3.1.3. Indústria de Bebidas			3.2.1. Indústria dos Texteis			3.2.2. Fabricação de Artigos de Vestuário			3.2.3. Indúst. de Curtumes de Artº de Couro		
	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab
MEDA	5	16	3989	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANCOSO	4	19	4240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F. C. RODRIGO	5	113	29142	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALMEIDA	4	42	7428	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PINHEL	4	28	8799	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SABUGAL	11	38	10010	-	-	-	1	55		-	-	-	2	105		-	-	-
GUARDA	12	104	296837	-	1	-	2	50		15	863	197301	-	-	-	-	-	-
PENAMACOR	4	25	6303	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I - A - NOVA	10	156	282	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C. BRANCO	33	587	206493	2	167		2	16		28	936	236477	8	752	279840	-	-	-
V.V. DO RODÃO	5	79	41103	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAIA	98	1197	515074	2	168		5	132	31544	43	1799	433778	10	857	295801	-	-	-
R. CENTRO	755	10490	2988552	45	1575	1449160	88	2384	791134	250	28223	6541052	58	4908	1085116	11	316	144046
CONTINENTE	3086	52145	19503375	[illegible]	6414	5696001	212	8819	6211068	1208	142977	44868494	457	41545	8329137	188	9265	2088155

RAMOS DE ACTIVIDADE / CONCELHOS	3.2.4. Fabricação de Calçado			3.3.1. Serrações e Trabalhos de Madeira			3.3.2. Fabricação de Mobiliário de Madeira			3.4.1. Indústria do Papel			3.4.2. Artes Gráficas			3.5.1. Fab. de Prod. Químicos Industriais		
	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab
MEDA	-	-	-	2	8		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANCOSO	-	-	-	5	35	2993	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F. C. RODRIGO	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALMEIDA	-	-	-	1	2		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PINHEL	-	-	-	3	5	237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SABUGAL	-	-	-	4	15	670	1	1		-	-	-	--	1		-	-	-
GUARDA	-	-	-	5	113	25845	--	1	--	-	-	-	3	22	2943	-	-	-
PENAMACOR	-	-	-	2	8		1	4		-	-	-	-	-	-	-	-	-
I - A - NOVA	-	-	-	1	5	138	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C. BRANCO	-	-	-	22	257	39731	1	30		-	-	-	5	45	8083	1	25	
V.V. DO RODÃO	-	-	-	--	5	64	-	-	-	1	548		-	-	-	1	-	-
RAIA	-	-	-	45	448	70008	3	45	7530	1	548		8	88	11123	1	25	
R. CENTRO	2	207		628	10216	2002781	82	1210	418481	34	4831	4975681	139	1923	445447	54	2338	1541741
CONTINENTE	417	17920	4301065	2328	43389	15780578	725	14233	5245804	225	17939	13725995	974	24471	8805821	149	14188	9283990

FONTE: Indústria Transformadora - INE - 1980

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA - 1980

RAMOS DE ACTIVIDADE / CONCELHOS	3.5.2. Fab. de outros Produtos Químicos			3.5.5. Indústria de Borracha			3.5.8. Fab de Artigos de Matéria Plástica			3.6.1 Fab. Porcel Faiança Grés Fino e Olar de Barro			3.6.2 Fab. de Vidro e Artigo de Vidro			3.6.9. Fab. de outros Produtos não Metálicos		
	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab
MÉDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	0
TRANCOSO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	46	
F. C. RODRIGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	18	
ALMEIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	37	
PINHEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	
SABUGAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	88	20310
GUARDA	1	17	5344	-	-	-	1	11		-	-	-	-	-	-	-	-	-
PENAMACOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I - A - NOVA	2	16		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C. BRANCO	2	7		2	24		1	26		-	-	-	3	14	3274	6	134	24987
V.V. DO RODÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	
RAIA	5	41	10211	2	25		2	37		-	-	-	3	14	3274	21	344	70988
R. CENTRO	55	934	308670	32	681	202708	79	4674	2032038	37	5558	2283176	33	6521	2074298	294	11737	5137352
CONTINENTE	517	24682	11468720	184	7402	2812982	276	15440	8495131	83	12501	6485022	115	11288	4359886	1005	34838	14430018

FONTE: Indústria Transformadora - INE - 1980

RAMOS DE ACTIVIDADE / CONCELHOS	3.7.1 Indústria Básicas de Ferro e Aço			3.7.2. Indúst. Básica de Metais não Ferrosos			3.8.1. Fabricação de Produtos Metálicos			3.8.2. Fab. de Máquinas não Eléctricas			3.8.3. Fab. de Máq. e Mat. Eléctrico			3.8.4. Construção de Material de Transporte			3.8.5. Fab. de Instrumentos Profissionais			3.9.0. Outras Indústrias Transformadoras		
	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab	Estab.	Emprego	Vab
MÉDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANCOSO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F. C. RODRIGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALMEIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PINHEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SABUGAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GUARDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	79		1	219		1	451		-	-	-	-	-	-
PENAMACOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I - A - NOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C. BRANCO	1	127		-	-	-	2	4		5	230	73454	-	-	-	1	24	2890	-	-	-	-	-	-
V.V. DO RODÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAIA	1	127		-	-	-	2	4		7	309	89040	1	219		2	475		-	-	-	-	-	-
R. CENTRO	23	2114	1809850	12	558	218740	104	5754	2632971	39	1528	507549	76	2405	1417830	80	7739	2947352	3	52	11760	5	117	18652
CONTINENTE	108	17308	10384624	101	4430	1659887	672	41187	18125249	289	21750	8077726	171	31001	15936007	280	44973	21132491	35	1892	527221	82	3037	978983

ESTABELECIMENTOS E REMUNERAÇÕES NO COMÉRCIO - 1976

	6. COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO, RESTAURANTES E HOTÉIS		6.1. COMÉRCIO POR GROSSO		6.2. COMÉRCIO A RETALHO		6.3. RESTAURANTES E HOTÉIS	
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	REM. ILÍQUIDAS PAGAS (contos)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	REM. ILÍQUIDAS PAGAS (contos)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	REM. ILÍQUIDAS PAGAS (contos)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	REM. ILÍQUIDAS PAGAS (contos)
MÊDA	87	39 249	8	9 108	56	28 248	23	1 893
TRANCOSO	164	155 965	7	24 636	106	125 657	51	5 672
F. C. RODRIGO	89	45 472	2	...	66	29 004	21	5 968
ALMEIDA	125	82 860	5	27 592	75	49 656	45	5 612
PINHEL	145	195 756	8	133 610	99	57 356	38	4 790
SABUGAL	276	111 604	8	31 119	183	68 376	85	12 109
GUARDA	528	1 071 854	22	237 843	332	777 128	174	56 883
PENAMACOR	111	44 033	2	...	70	41 018	39	2 543
I - A - NOVA	243	82 210	2	...	151	42 533	90	37 040
C. BRANCO	789	1 591 096	39	389 641	346	1 129 169	204	72 286
V.V. DE RODÃO	111	37 150	-	-	79	32 485	32	4 665
RAIA	2 668	3 457 249	103	853 549	1 763	2 380 630	802	209 463
R. CENTRO	29 105	57 798 290	1 761	23 302 186	20 962	31 605 946	6 382	2 890 158

FONTE: Recenseamento à Distribuição e Serviços - INE - 1977

CONCELHOS	Nº FAMÍLIAS	TOTAL ALOJAMENTOS	Nº ALOJAMENTOS OCUPADOS	Nº ALOJAMENTOS ALUGADOS	Nº ALOJAMENTOS C/ LOTAÇÃO NORMAL	TOTAL EDIFÍCIOS
MEDA	2 977	4 136	2 906	494	611	4 041
TRANCOSO	4 284	5 843	4 235	655	893	5 754
F. C. RODRIGO	3 286	4 485	3 227	569	616	4 367
ALMEIDA	3 634	5 394	3 519	609	692	5 113
PINHEL	4 773	6 342	4 682	662	978	6 089
SABUGAL	7 190	12 080	7 146	539	1 383	12 130
GUARDA	12 878	17 893	12 555	4 144	2 619	14 593
PENAMACOR	3 702	6 074	3 653	532	690	5 985
IDANHA-A-NOVA	6 503	11 418	6 476	1 179	1 234	11 284
C. BRANCO	18 922	25 203	18 548	5 695	3 290	20 906
V. V. RÓDÃO	2 209	3 518	2 176	323	277	3 392
RAIA	70 358	102 386	69 423	15 401	13 283	93 654
R. CENTRO	702 398	879 684	684 764	174 919	139 995	790 848
CONTINENTE	2 803 028	3 257 707	2 655 104	1 169 663	638 824	2 398 912

Fonte: XII Recenseamento da População e II da Habitação, INE, 1981.

CONCELHOS	Nº FAMÍLIAS	Nº FAMÍLIAS EM ALOJAMENTO S/ RETRETE	Nº FAMÍLIAS EM ALOJAMENTO S/ BANHO	Nº FAMÍLIAS EM ALOJAMENTO S/ ÁGUA CANALIZ.
MEDA	2 977	1 852	2 135	1 269
TRANCOSO	4 284	2 717	3 237	2 536
F. C. RODRIGO	3 286	2 016	2 331	1 379
ALMEIDA	3 634	1 949	2 377	1 849
PINHEL	4 773	3 215	3 613	2 867
SABUGAL	7 190	4 786	5 413	4 252
GUARDA	12 878	6 054	7 641	5 736
PENAMACOR	3 702	2 094	2 548	1 537
IDANHA-A-NOVA	6 503	4 120	5 201	4 190
C. BRANCO	18 922	6 210	8 862	4 564
V. V. RÓDÃO	2 209	1 015	1 503	1 070
RAIA	70 358	36 028	44 861	31 249
R. CENTRO	702 398	222 146	371 197	261 079
CONTINENTE	2 803 028	606 111	1 155 260	729 731

Fonte: XII Recenseamento da População e II da Habitação, INE, 1981

CONCELHOS	POPULAÇÃO RESIDENTE	ÁGUA			ESGOTOS		RECOLHA LIXOS	
		CONSUMO (1 000 m3)	POP. SERVIDA TOTAL	%	POP. SERVIDA TOTAL	%	POP. SERVIDA TOTAL	%
MEDA	8 964	104	6 351	70,9	3 087	34,4	7 341	81,9
TRANCOSO	13 099	67	5 219	39,8	3 189	24,4	3 525	26,9
F. C. RODRIGO	9 140	270	6 080	66,5	2 781	30,4	2 074	22,7
ALMEIDA	10 524	195	4 559	43,3	3 894	37,0	3 894	37,0
PINHEL	14 328	96	7 235	50,5	2 414	16,8	2 222	15,5
SABUGAL	18 927	203	8 362	41,2	491	2,6	4 780	25,3
GUARDA	40 360	925	26 539	65,8	18 674	46,3	26 200	64,9
PENAMACOR	9 524	112	8 253	86,7	3 372	35,4	8 525	89,5
IDANHA-A-NOVA	16 101	133	5 759	35,8	3 248	20,2	6 424	39,9
C. BRANCO	54 908	1 262	42 096	76,7	35 243	64,2	36 496	66,5
V. V. RÓDÃO	5 605	90	2 913	52,0	1 917	34,2	2 783	49,7
RAIA	201 480	3 457	123 366	61,2	78 310	38,9	104 264	51,8
R. CENTRO	1 750 885	30 432	866 182	49,5	409 888	23,4	925 053	52,8
CONTINENTE	9 336 760		5 768 181	61,8	4 426 519	47,4		

Fonte: XII Recenseamento da População e II da Habitação - Resultados Provisórios, INE, 1981.

CONCELHOS	ELÈCTRICIDADE					
	POP. SERVIDA		CONSUMO (MWH)		KM DE LINHA A.T.	POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO
	TOTAL	%	TOTAL	DOMÉSTICO		
MEDA	8 372	93,4	2 611,4	1 227,9	119,5	28
TRANCOSO	11 436	87,3	4 476,3	2 134	168,2	58
F. C. RODRIGO	8 821	96,5	4 930,1	1 781	94,0	24
ALMEIDA	10 524	100	5 041,1	2 461,7	138,5	45
PINHEL	14 029	97,9	6 434,4	2 516,7	185,3	56
SABUGAL	17 866	94,4	6 810,4	3 269,6	210,6	68
GUARDA	36 774	91,1	40 767,5	12 227,2	315,7	153
PENAMACOR	8 776	92,1	2 281,1	1 362,7	50,7	16
IDANHA-A-NOVA	13 970	86,8	5 340,2	2 248	200,2	26
C. BRANCO	44 810	81,6	40 068,9	16 315,4	246,5	69
V. V. RÓDÃO	4 337	77,4	3 022,3	956,8	99,3	21
RAIA	179 742	89,2	121 783,7	46 501	1 828,2	564
R. CENTRO	1 621 722	92,6	2 709 508,5	519 276,8	13 794,2	5 970
CONTINENTE	8 647 903	92,6	14 496 524,1	3 408 995	42 946,6	18 601

Fonte: - XII Recenseamento da População e II de Habitação - Resultado Provisório, INE.
- Estatísticas das Instalações Eléctricas, 1981

ENSINO PRIMÁRIO

CONCELHOS	Nº ESTABELECIMENTOS EXISTENTES	CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO EXISTENTE	POPULAÇÃO ESCOLAR	RELAÇÃO ALUNOS/SALA	RELAÇÃO ALUNOS/PROF.	EXCESSO DE POP. ESCOLAR FACE AO EQUIPAMENTO EXISTENTE	Nº DE SALAS NECESSÁRIAS
MÊDA	26	1 025	775	19	17	-	-
TRANCOSO	48	1 575	1 157	18	17	-	-
FIG. CASTELO RODRIGO	18	825	640	19	19	-	-
ALMEIDA	32	1 275	793	16	16	-	-
PINHEL	43	1 675	1 211	18	17	-	-
SABUGAL	56	2 475	1 152	12	14	-	-
GUARDA	88	3 250	3 182	25	18	-	-
PENAMACOR	15	975	615	16	21	-	-
IDANHA-A-NOVA	26	2 050	905	11	18	-	-
CASTELO BRANCO	65	4 250	3 757	22	21	-	-
V.VELHA-DE-RODÃO	15	600	302	13	14	-	-

FONTE: Direcção do Distrito Escolar de Castelo Branco
Direcção do Distrito Escolar da Guarda (1983)

ENSINO PREPARATÓRIO

CONCELHOS	Nº ESTABELECIMENTOS EXISTENTES	CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO EXISTENTE	POPULAÇÃO ESCOLAR	RELAÇÃO ALUNOS/SALA	RELAÇÃO ALUNOS/PROF.	EXCESSO DE POP. ESCOLAR FACE AO EQUIPAMENTO EXISTENTE	Nº DE SALAS NECESSÁRIAS
MÊDA	1	300	414	35	12	114	5
TRANCOSO	1	275	360	33	14	85	3
FIG. CASTELO RODRIGO	1	275	317	29	13	42	2
ALMEIDA	1	200	199	25	12	- 1	-
PINHEL	1	450	372	21	12	- 78	- 3
SABUGAL	1	350	440	31	11	90	4
GUARDA	1	900	1 073	30	14	173	7
PENAMACOR	1	425	269	16	8	- 156	- 6
IDANHA-A-NOVA	1	200	234	29	11	34	1
CASTELO BRANCO	2	1 200	2 158	45	13	958	38
V.VELHA-DE-RODÃO	1	200	163	20	9	- 37	- 1

FONTE: Direcção do Distrito Escolar de Castelo Branco
Direcção do Distrito Escolar da Guarda (1983)

ENSINO SECUNDÁRIO

CONCELHOS	Nº ESTABELECIMENTOS EXISTENTES	CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO EXISTENTE	POPULAÇÃO ESCOLAR	RELAÇÃO ALUNOS/SALA	RELAÇÃO ALUNOS/PROF.	EXCESSO DE POP. ESCOLAR FACE AO EQUIPAMENTO EXISTENTE	Nº DE SALAS NECESSÁRIAS
MÊDA	-	-	-	-	-	714	29
TRANCOSO	1	425	355	21	11	- 70	- 3
FIG. CASTELO RODRIGO	1	425	513	30	14	88	4
ALMEIDA	-	-	-	-	-	722	29
PINHEL	1	675	538	20	12	- 137	- 5
SABUGAL	-	-	-	-	-	1 244	50
GUARDA	2	2 475	3 450	35	18	975	39
PENAMACOR	-	-	-	-	-	481	19
IDANHA-A-NOVA	1	325	461	35	11	136	5
CASTELO BRANCO	2	1 875	3 909	52	17	2 034	81
V.VELHA-DE-RODÃO	-	-	-	-	-	189	8

FONTE: Direcção do Distrito Escolar de Castelo Branco
Direcção do Distrito Escolar da Guarda (1983)

SITUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

CONCELHOS	HOSPITAIS DISTRITAIS			SECÇÕES DE INTERNAMENTO DOS CENTROS SAÚDE INTEGRADOS			CENTROS DE SAÚDE INTEGRADOS		POSTOS DE SAÚDE	UNIDADES MÉDICO - - SOCAIS	DISPENSÁRIO ANTI-TUBERCULOSE	DISPENSÁRIOS DE HIGIENE		FARMÁCIAS		
	Nº	Nº CAMAS	CAMAS NECES	Nº	Nº CAMAS	CAMAS NECES	DISTRITAIS	CONCELHIOS				SOCIAL	MENTAL	Nº	Nº DE P.MED.	Nº FAR. NECES.
MÊDA				1	12	3		1	1	2				1		1
TRANCOSO				1	45			1		5				4	1	
F.C.RODRIGO				1	24			1		4				3		
ALMEIDA				1	13	4		1	1	2				2		1
PINHEL				1	24			1		5				4		
SABUGAL				1	22	9		1	1	14				4		
GUARDA	1	400	200				1			13	1	1		6	4	
PENAMACOR				1	12	4		1		1				2	5	
IDANHA-A-NOVA				1	44			1		10	1			3	5	
CASTELO BRANCO	1	330	58				1			12	1	1	1	10	5	
VILA-V-RODÃO				1	18			1		2				1		1

FONTE : Contribuição para o Estudo da Beira Interior - CEP (1978)

CONCELHOS	PESSOAL MÉDICO E PARAMÉDICO					
	NÚMERO DE MÉDICOS			NÚMERO DE ENFERMEIROS		
	NECESSÁRIOS	RESIDENTES	EM FALTA	NECESSÁRIOS	RESIDENTES	EM FALTA
MÊDA	9	2	7	13	7	6
TRANCOSO	13	6	7	14	10	4
F.C.RODRIGO	9	8	1	13	6	7
ALMEIDA	11	4	7	16	6	10
PINHEL	14	4	10	15	5	10
SABUGAL	19	4	15	18	11	7
GUARDA	41	39 (16 clín.Gerais)	2	21	16	5
PENAMACOR	9	2	7	*	7	*
IDANHA-A-NOVA	16	7	9	*	9	*
CASTELO BRANCO	54	72 (19 clín.Gerais)	0	*	34	*
VILA-V-RODÃO	5	2	3	*	5	*
RAIA	200	150	68	*	116	*

* Não há ainda normas da Direcção Geral de Saúde

FONTE : Número de Médicos - INE 1981

Número de Enfermeiros - Administração Regional de Saúde da Guarda e Castelo Branco - 1983

CONSULTAS MÉDICAS

CONCELHOS	CENTROS DE SAÚDE INTEGRADOS				UNIDADES MÉDICO-SOCIAIS		TOTAL	
	DISTRITAIS		CONCELHIOS		NÚMERO	CONSULTAS	NÚMERO	CONSULTAS
	Nº CONSULTA	CONSULTAS/ HABITANTE	Nº CONSULTA	CONSULTAS/ HABITANTE	CONSULTAS	/HABITANTE	CONSULTAS	/HABITANTE
MÊDA			6 888	0,74	15 334	1,65	22 222	2,39
TRANCOSO			4 738	0,34	29 545	2,13	34 283	2,47
F.C.RODRIGO			1 912	0,19	17 091	1,74	19 003	1,93
ALMEIDA			3 268	0,31	17 594	1,67	20 862	1,98
PINHEL			4 778	0,32	26 566	1,80	31 344	2,12
SABUGAL			3 392	0,17	61 307	3,14	64 699	3,31
GUARDA	8 370	0,20			97 434	2,34	105 804	2,54
PENAMACOR					11 405	1,14	11 405	1,14
IDANHA-A-NOVA			3 419	0,23	31 468	2,07	4 887	2,30
CASTELO BRANCO	11 718	0,21			77 847	1,42	89 565	1,63
VILA-V-RODÃO			859	0,15	5 420	1,06	6 279	1,21

FONTE : Contribuição para o Estudo da Beira Interior - CEP (1978)

EQUIPAMENTO EXISTENTE

EQUIPAMENTO / CONCELHOS	CRECHES		JARDINS DE INFÂNCIA		CENTROS DE DIA		LARES PARA IDOSOS		ESCOLAS PARA DEFECIENTES	
	Nº	CAPACIDADE	Nº	CAPACIDADE	Nº	CAPACIDADE	Nº	CAPACIDADE (CAMAS)	Nº	CAPACIDADE
MÊDA	1	20	11	370	1	20	1	30	-	-
TRANCOSO	-	-	13	410	-	-	-	-	-	-
F.C.RODRIGO	-	-	4	130	-	-	-	-	-	-
ALMEIDA	1	5	3	175	1	15	1	10	-	-
PINHEL	2	50	8	330	1	20	1	22	-	-
SABUGAL	2	30	19	580	-	-	-	-	-	-
GUARDA	4	135	23	875	2	61	1	60	1	40
PENAMACOR	-	-	11	335	2	40	2	50	-	-
IDANHA-A-NOVA	-	-	10	305	2	40	1	20	-	-
CASTELO BRANCO	4	155	12	730	1	20	2	120	1	28
V.V. DO RÔDÃO	-	-	1	30	-	-	-	-	-	-
RAIA	14	395	115	4.270	10	216	9	312	2	68

FONTE: MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS E
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (Sómente para 77% dos Jardins de Infância)

EQUIPAMENTO NECESSÁRIO (*)

EQUIPAMENTO / CONCELHOS	(1) CRECHES		JARDINS DE INFÂNCIA				CENTROS DE DIA	LAR PARA IDOSOS	ESCOLA DE DEFICIENTES
	Nº DE UNIDADES	CAPACIDADE	A MÉDIO PRAZO		A LONGO PRAZO		CAPACIDADE	CAPACIDADES (CAMAS)	CAPACIDADE
			Nº DE SALAS	CAPACIDADE	Nº DE SALAS	CAPACIDADE			
MÊDA	1	36	9	222	18	445	369	25	533
TRANCOSO	1 a 2	52	13	323	26	645	540	36	774
F.C.RODRIGO	1	37	9	228	18	457	458	31	548
ALMEIDA	1	43	11	267	21	534	470	31	641
PINHEL	2	58	14	360	29	721	506	34	865
SABUGAL	2 a 3	77	19	479	38	959	1.239	83	1.150
GUARDA	4 a 6	163	41	1.021	82	2.043	1.347	90	2.451
PENAMACOR	1	37	9	234	19	467	632	42	560
IDANHA-A-NOVA	2	64	16	398	32	797	1.128	75	956
CASTELO BRANCO	5 a 8	217	54	1.357	109	2.713	2.186	146	3.256
V.V. DO RÔDÃO	1 (2)	22	6	137	11	275	386	26	330
RAIA	21 a 28	804	201	5.027	402	10.054	9.258	617	12.065

* De acordo com as normas preconizadas pelo Ministério dos Assuntos Sociais

(1) - A unidade mínima tem capacidade para 25 crianças e a máxima 50. Nas situações em que haja alternativa deverá atender-se às circunstâncias locais.

(2) - Embora não tenha dimensão mínima (25 crianças) justifica-se a sua criação por não haver mais nenhuma no concelho.

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS EXISTENTES - 1982

CONCELHOS	RECINTOS DESCOBERTOS					RECINTOS COBERTOS			
	CAMPOS DE GRANDES JOGOS ($>90X45\ m^2$)	CAMPOS DE PEQUENOS JOGOS ($>40X20\ m^2$)	CAMPOS DE PEQUENOS JOGOS ($<40X20\ m^2$)	PISTAS DE ATLETISMO	PISCINA	GINÁSIO	PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO	TANQUES DE APRENDIZAGEM NATAÇÃO	PISCINAS
MÊDA	3	7	2	-	-	-	-	-	-
TRANCOSO	7	5	1	-	-	-	-	-	-
F.C.RODRIGO	7	1	5	-	-	-	-	-	-
ALMEIDA	7	2	5	-	-	-	-	-	-
PINHEL	5	1	-	-	1	-	-	-	-
SABUGAL	11	7	1	-	-	-	-	-	-
GUARDA	15	14	7	-	1	3	3	1	1
PENAMACOR	6	3	-	-	-	2	-	-	-
IDANHA-A-NOVA	11	8	1	-	-	1	-	-	1
CASTELO BRANCO	23	9	5	1	2	7	5	1	-
VILA-V-RODÃO	4	3	-	-	-	1	-	-	-
RAIA	99	60	27	1	4	14	8	2	2

FONTE: Direcção Geral de Desportos - Delegação da Guarda e de Castelo Branco.

CONCELHOS	NÚMERO DE HABITANTES POR UNIDADE DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO	
	EXISTENTE	IDEAL *
MÊDA	889	741
TRANCOSO	1 075	759
F.C. RODRIGO	1 142	761
ALMEIDA	1 186	628
PINHEL	2 402	759
SABUGAL	1 065	799
GUARDA	1 104	851
PENAMACOR	849	778
IDANHA-A-NOVA	759	637
CASTELO BRANCO	1 180	920
VILA-V-RODÃO	687	458
RAIA	1 081	782

* de acordo com as normas preconizadas pela Direcção Geral de Desportos.

CONCELHOS	POSTOS PRINCIPAIS EXISTENTES EM 1981	P.P. / 100 HAB.	P.P./Km^2
MÊDA	258	2,9	0,9
TRANCOSO	426	3,3	1,1
FIG.CAST.RODRIGO	334	3,7	0,7
ALMEIDA	455	4,3	0,9
PINHEL	598	4,1	1,2
SABUGAL	680	3,5	0,8
GUARDA	2 265	5,5	3,2
PENAMACOR	307	3,3	0,5
IDANHA-A-NOVA	812	5,1	0,6
VILA V.ª RODÃO	243	4,4	0,7
CASTELO BRANCO	4 440	8,2	3,1
RAIA	10 818	5,4	1,4

FONTE: C.T.T. - 1981.

CONCELHOS	ACESSIBILIDADE DAS POPULAÇÕES ÀS SEDES DE CONCELHO (%) EM TRANSPORTE COLECTIVO DE PASSAGEIROS		
	FORTE	FRACA	MUITO FRACA
MÊDA	—	85,2	14,8
TRANCOSO	17,0	53,0	29,9
F.C.RODRIGO	—	68,6	31,4
ALMEIDA	—	48,7	51,3
PINHEL	—	78,3	21,7
SABUGAL	14,4	36,3	49,3
GUARDA	20,0	55,8	24,2
PENAMACOR	27,5	69,0	3,5
IDANHA-A-NOVA	16,3	39,6	44,1
CASTELO BRANCO	47,2	38,1	14,7
V.V.DE RÓDÃO	40,8	42,6	16,6

FONTE : Áreas de Influência dos Centros Urbanos Fluxos Rodviários, Transportes de Passageiros - CEP (1978)

SERRA DA ESTRELA/ALTO MONDEGO

ÍNDICE

Pág.

I. INTRODUÇÃO 483

II. ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA 489

1. População e Povoamento 492

1.1. Evolução da População Residente e Densidade Populacional 492

1.2. Emigração 498

1.3. Povoamento (Rede Urbana) 500

1.4. Estrutura Etária da População 502

1.5. Estrutura da População Activa e População Activa Desempregada 505

2. Actividades Económicas 510

2.1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária 510

2.1.1. A ocupação do solo 510

2.1.2. Agricultura 510

2.1.3. Silvicultura 517

2.1.4. Pecuária 519

2.2. Indústria Extractiva 522

2.3. Indústria Transformadora 524

2.4. Comércio e Serviços 530

2.5. Turismo e Artesanato 533

3. Infraestruturas e Equipamentos 536

3.1. Habitação 536

3.2. Saneamento Básico e Energia Eléctrica 543

3.3. Infraestruturas de Transporte 549

3.4. Saúde 552

3.5. Educação 557

3.6. Corporações de Bombeiros 562

Pág.

III. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO 563

1. Objectivos Gerais 565

2. Objectivos Sectoriais 567

2.1. Infraestruturas 567
2.2. Sector Primário 568
2.3. Sector Industrial 569
2.4. Equipamentos 570
2.5. Serviços 570
2.6. Turismo e Artesanato 570

IV. MEDIDAS E ACÇÕES 573

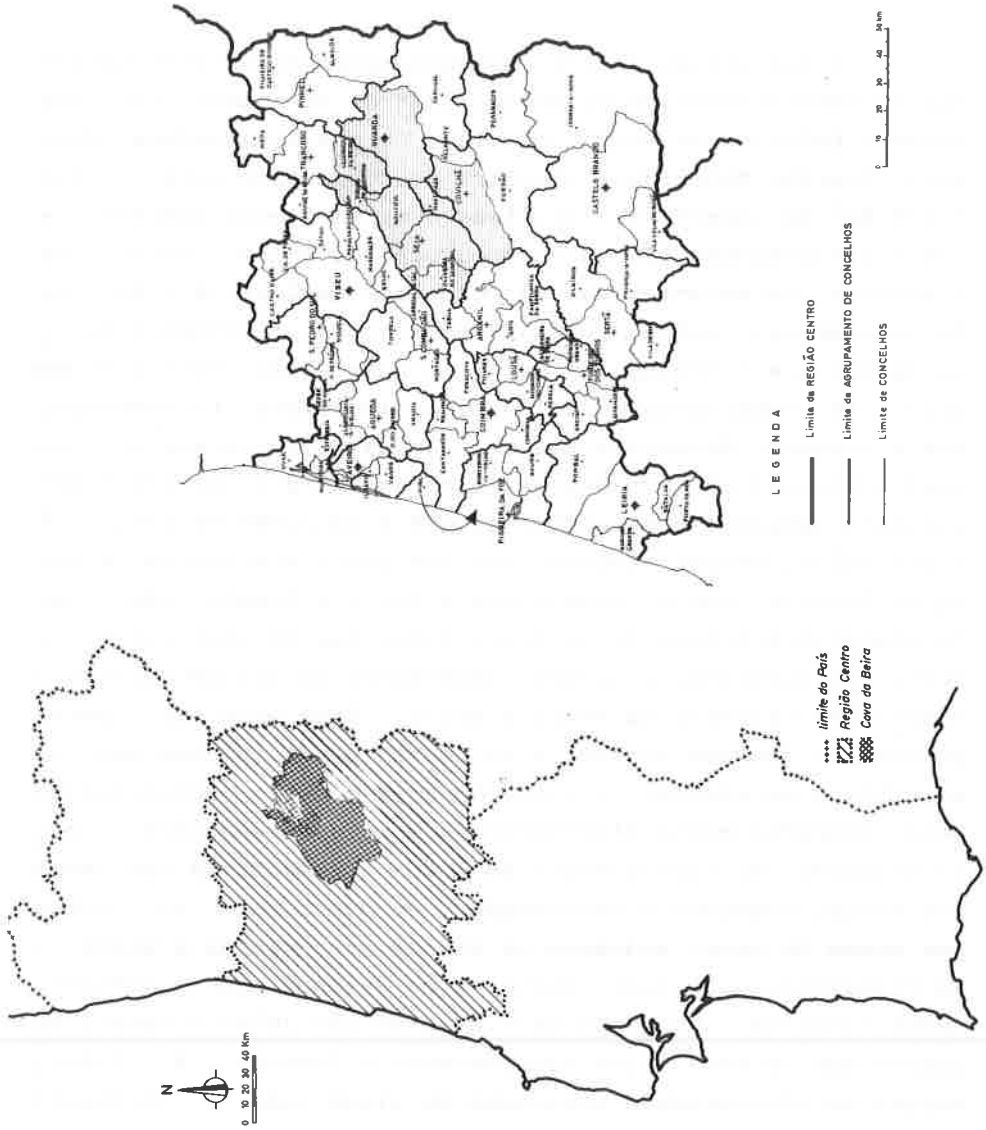
V. ANEXO ESTATÍSTICO 579

I. INTRODUÇÃO

A sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela situa-se no centro-interior da Região Centro, abrangendo oito concelhos: Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital e Seia com 2.724 Km^2 de superfície (11,7% da área da Região Centro) e 196.612 habitantes (11,2% da população da Região Centro). Saliente-se, no entanto, que os concelhos da Covilhã e da Guarda inserem-se, também, noutras sub-regiões, o primeiro na Cova da Beira e o segundo na Raia. A sub-região constituiu uma área de contrastes morfológicos, climáticos, fitogeográficos e humanos. Apresenta uma morfologia muito irregular na qual sobressai as cumeadas da Serra da Estrela. As altitudes oscilam, sensivelmente, entre os 250 e os 2.000 metros. É constituída, essencialmente, por uma parte montanhosa (a Serra da Estrela) que se desenvolve a Sul e a Sueste, uma parte planáltica (planalto da Beira Alta) que se desenvolve a Norte e a Noroeste, e algumas depressões de origem tectónica (bacias de Celorico da Beira e Seia). Esta área faz parte do chamado "Maciço Antigo" e as rochas predominantes são os granitos e os xistos. O clima da área é muito condicionado pela orografia muito diversificada e pelas exposições muito díspares. Em termos muito sucintos apresenta-se com Invernos frios, chuvosos e prolongados, em que o solo se cobre por vezes de neve, enquanto os Estios são quentes e secos. As Primaveras são muito curtas e os Outonos são climaticamente incertos. Os meses mais quantes são Julho e Agosto enquanto que os mais frios são Dezembro e Janeiro. A distribuição da pluviosidade acompanha de algum modo o movimento

FIG. 1 — LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO REGIONAL

— ALTO MONDEGO — SERRA DA ESTRELA —



do relevo, coincidindo as áreas de maior pluviosidade com as áreas mais montanhosas onde a pluviosidade anual ultrapassa os 2.000 mm, enquanto noutras áreas dos concelhos da Guarda e Celorico da Beira os valores baixam para números entre 500 e 1.000 mm. As águas das chuvas e das neves ou se infiltram no solo dando origem a numerosas nascentes espalhadas por toda a Serra ou alimentam directamente cursos de água, tornando esta área uma das mais importantes do País quanto à existência de recursos hídricos. A rede hidrográfica tem uma importância fundamental pois aqui nascem alguns dos principais rios da Região Centro e do País, caso do Mondego e do Zêzere, os quais com os seus afluentes drenam toda a sub-região.

Os limites da sub-região respeitam por um lado a homogeneidade que esteve subjacente à delimitação do Parque Natural da Serra da Estrela e por outro teve-se em conta a existência de uma Associação de Municípios da qual fazem parte todos os concelhos, à excepção da Covilhã. O presente programa de desenvolvimento tem como linhas de força quatro preocupações fundamentais:

- O incremento da ovinicultura e do fabrico do Queijo da Serra, produto artesanal de grande qualidade, fonte de rendimento de uma parte significativa da população agrícola, com grandes possibilidades nos mercados internacionais. Criar condições para que esta potencialidade possa vir a constituir um sólido apoio à promoção sócio-económica das populações rurais;

- Viabilização ou reconversão da indústria têxtil, em crise, em virtude do grande peso económico que representa nalguns dos concelhos considerados;

- Aproveitamento das potencialidades turísticas que a sub-região encerra, susceptíveis de desenvolver este sector como seja a existência de montanha, albufeiras, lagoas, termas, património histórico-cultural e artesanato, etc.;
- Reflorestação de áreas significativas devastadas pelos incêndios com base em folhosas e resinosas, nomeadamente castanheiros, carvalhos e pinheiros e florestação de outras áreas de fraca aptidão agrícola ou incultas, tendo em atenção as exigências do Parque Natural da Serra da Estrela na sua área de actuação e os terrenos necessários a pastagens.

II. ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA

FIG. 2 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA

– Concelhos e Freguesias –



1. População e Povoamento

1.1. Evolução da população residente e densidade populacional

Na análise dos elementos referentes à evolução da população desde o 1º Recenseamento (1864) até ao último (1981), verificamos que houve tendências evolutivas diferentes. Num primeiro período (1864-1911) deu-se um crescimento gradual que foi quebrado no período seguinte (1911-1920) em que houve um decréscimo caracetrístico do período da 1ª Guerra Mundial. A esta evolução negativa seguiu-se um período até 1950 em que houve um crescimento mais acentuado. Neste último ano a população da sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela atingiu o valor máximo (245.430 habitantes). Depois de 1950 e até ao último recenseamento, verificou-se novamente um decréscimo populacional, mais acentuado na década de 1960-1970 (menos 38.429 habitantes), o que está relacionado com a emigração que se dirigiu essencialmente para os países da Europa Ocidental e que de uma maneira geral foi mais intensa nos concelhos menos industrializados. No período seguinte (1970-1981) o decréscimo populacional foi muito fraco, notando-se mesmo em alguns concelhos uma ligeira recuperação: casos de Gouveia, Guarda e Oliveira do Hospital.

No período considerado (1864-1981), constata-se que houve concelhos que perderam população, caso de Celorico da Beira e Fornos de Algodres (-21%) e ligeiros

FIG. 3 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO

1864 – 1981

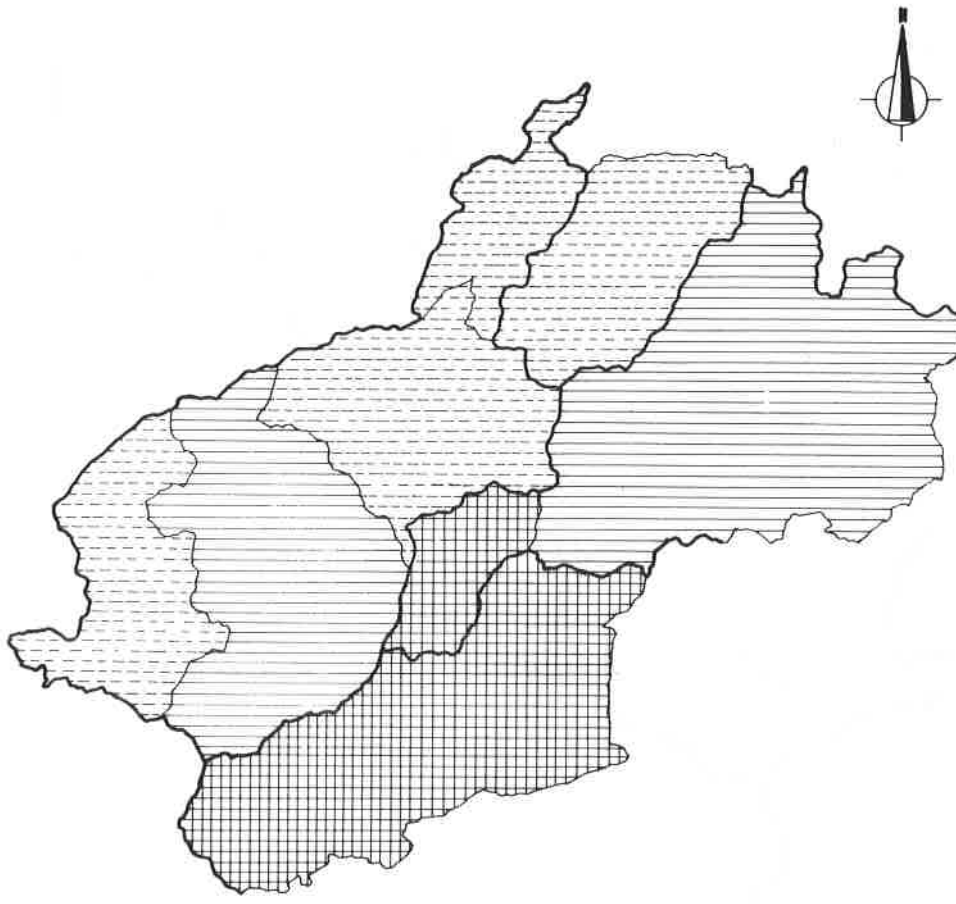




FIG. 4 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO
1960 — 1970

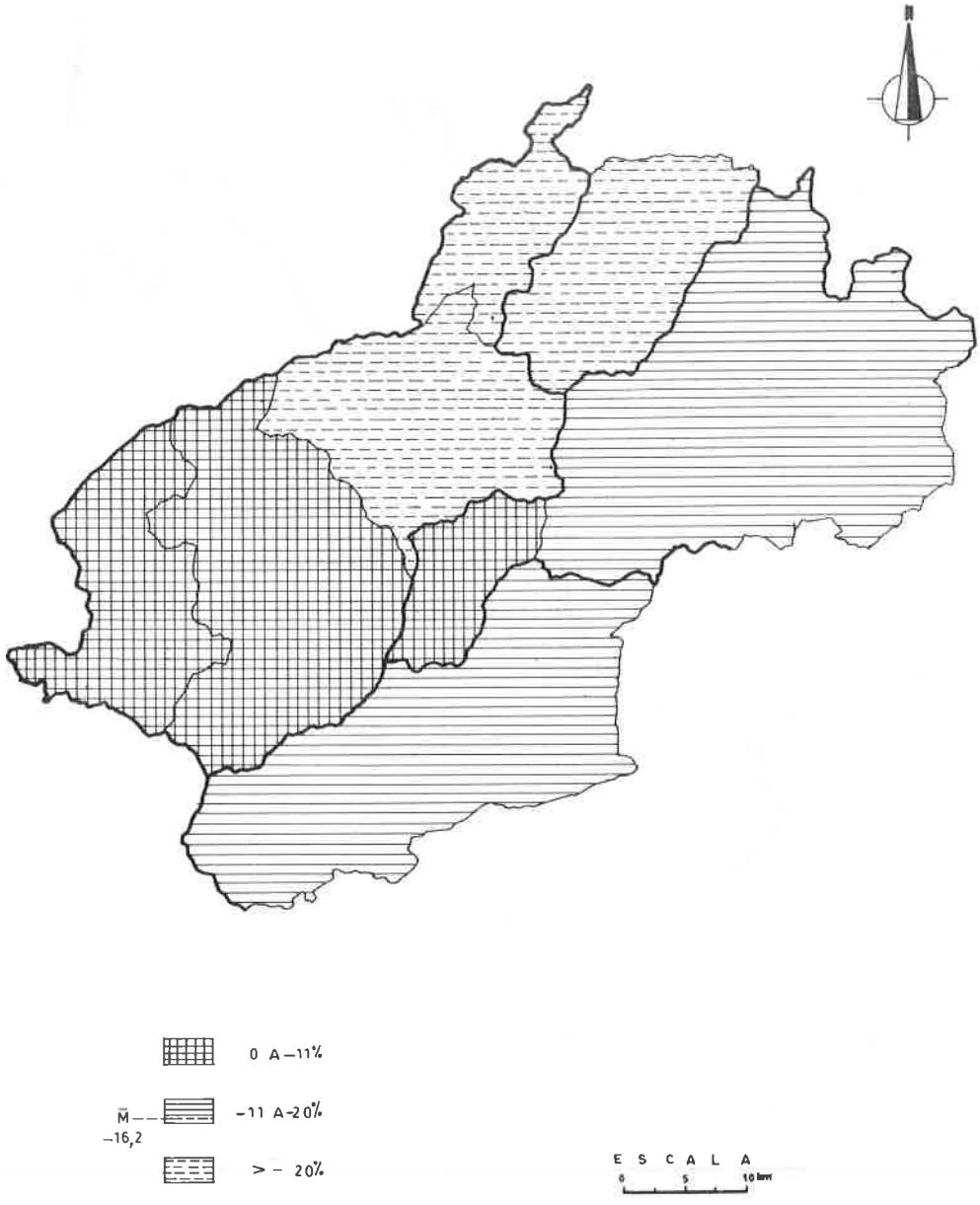


FIG. 5 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO

1960 – 1981

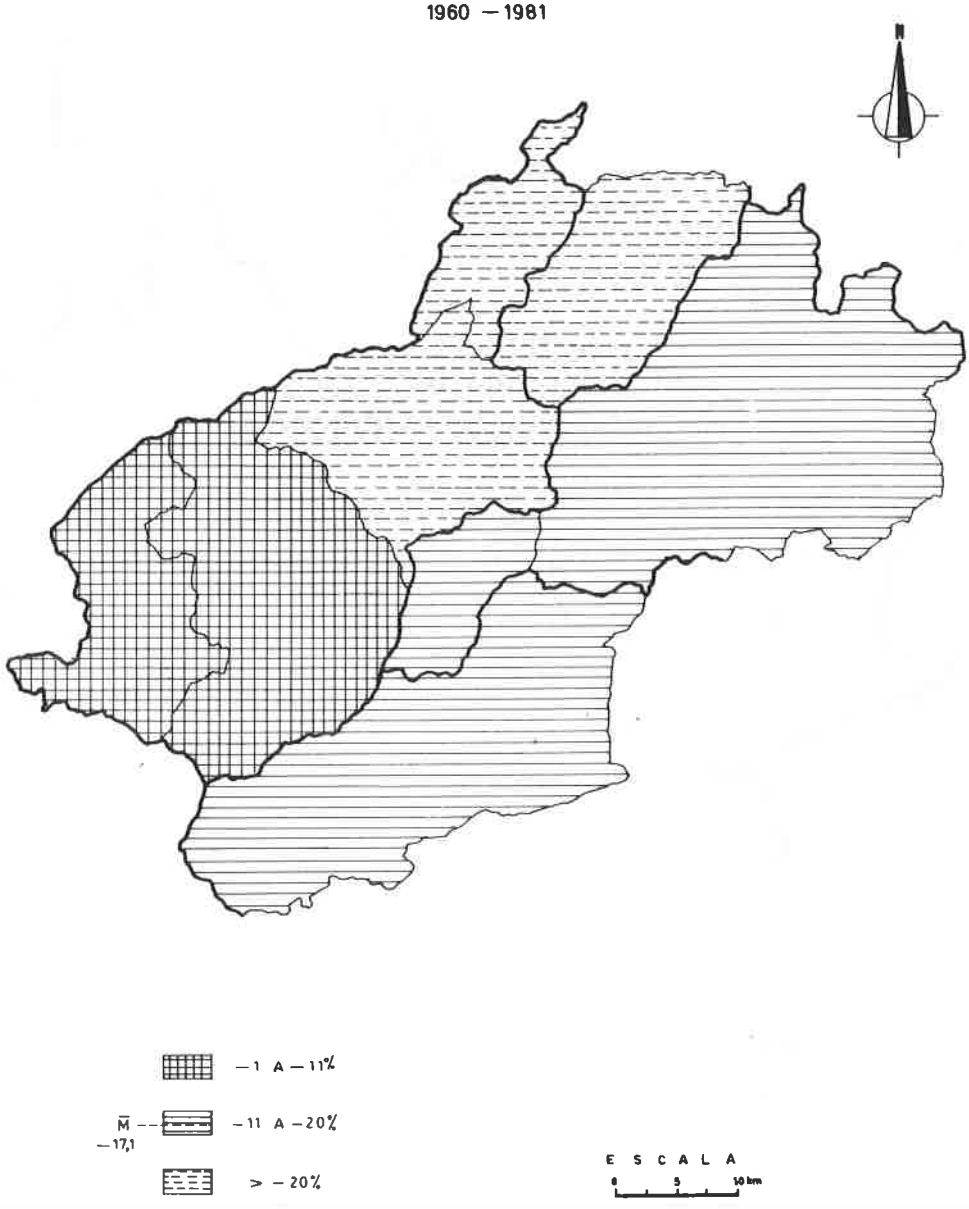


FIG. 6 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO
1970 – 1981

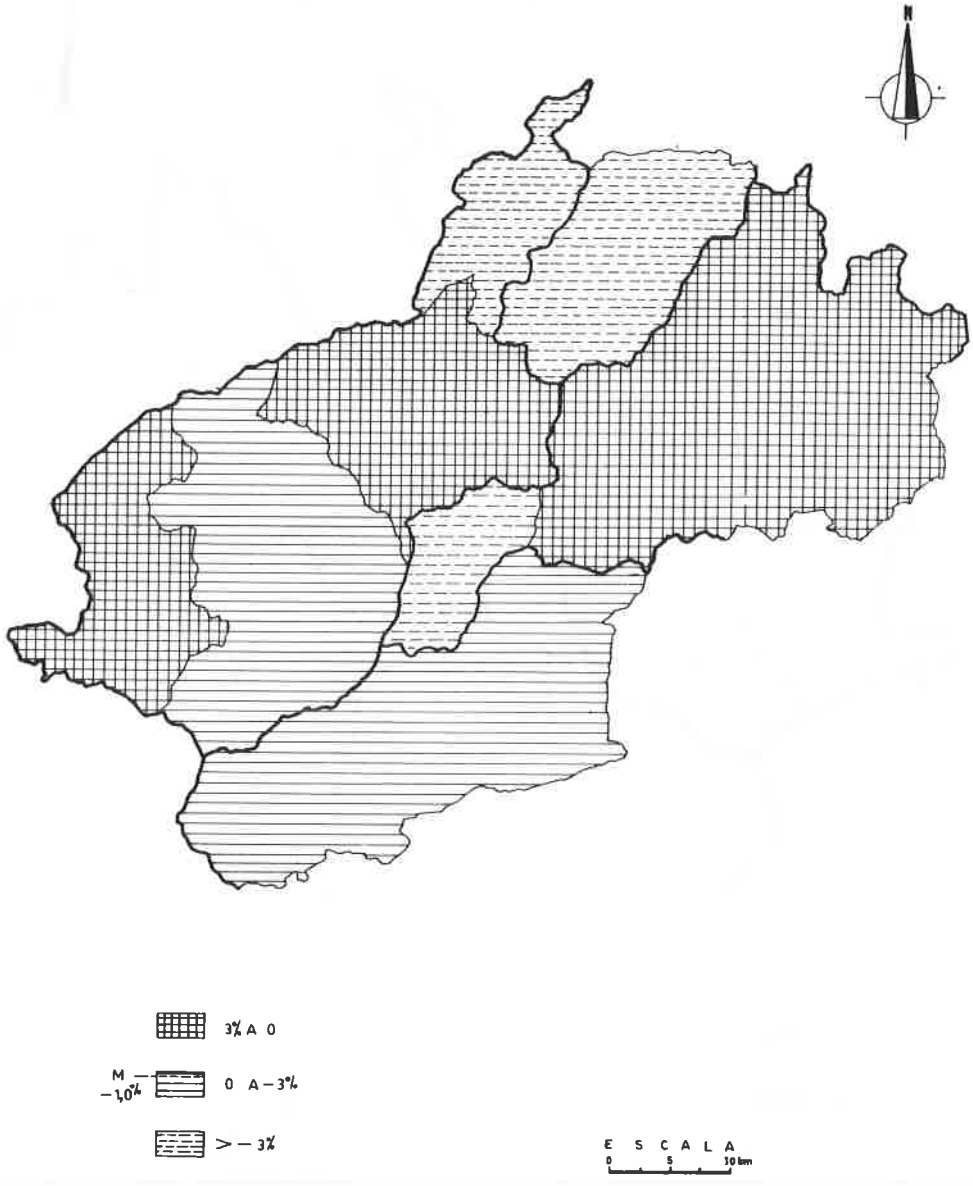
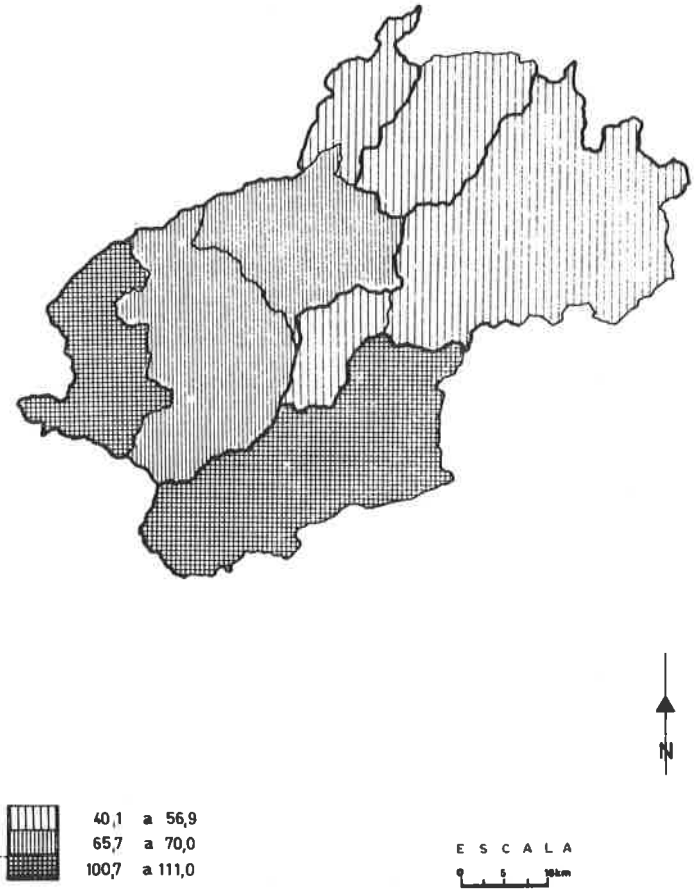


FIG. 7 – DENSIDADE DA POPULAÇÃO
– 1 9 8 1 –



decréscimos nos concelhos de Gouveia e Oliveira do Hospital (respectivamente -4% e -2%). Contrariamente, nos outros concelhos houve uma variação positiva, destacando-se o concelho da Covilhã que viu a sua população mais do que duplicar (+108%), enquanto que os concelhos de Manteigas, Guarda e Seia (+57%, +22% e +15%, respectivamente) tiveram um acréscimo populacional menos significativo.

No que diz respeito à densidade populacional da área do Alto Mondego/Serra da Estrela passa-se de 87,1 habitantes por Km^2 em 1960 para 72,2 Hab/Km^2 em 1981).

Em 1981 verificamos que há apenas dois concelhos que apresentam valores acima da densidade geral da sub-região: Covilhã (111 Hab/Km^2) e Oliveira do Hospital (100,7 Hab/Km^2). Os restantes concelhos apresentam densidades bastante inferiores, com destaque para os concelhos de Celorico da Beira e Manteigas onde a densidade populacional pouco ultrapassa os 40 Hab/Km^2.

1.2. Emigração

Os dados relativos ao fenómeno migratório referem-se exclusivamente à emigração legal o que torna difícil avaliar o verdadeiro significado da emigração na sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela.

No período de 20 anos desde 1964 a 1983 saíram legalmente desta sub-região, 29.789 habitantes, dos

quais 58,0% no quinquénio de 1964 a 1968, 26,5% no de 1969 a 1973, 10,1% no de 1974 a 1978 e 5,4% no de 1978 a 1983. Estes valores dão-nos, apenas, uma ideia do verdadeiro significado da emigração nos anos 60 e princípios de 70, pois em grande parte, esta efectuou-se de uma maneira clandestina. A taxa emigratória determinada para as duas décadas antes e após 1974 reforça a ideia já explanada anteriormente, corresponde a 12,7% para a década de 1964 a 1973 e apenas 2,3% para a década de 1974 a 1983.

Verificamos que o fenómeno migratório denota importância diferencial de concelho para concelho e conforme os períodos considerados. Na década de 1964 a 1973 os concelhos da Covilhã (16,3%), Celorico da Beira (15,9%), Gouveia (15,6%) e Guarda (15,5%) são os que apresentam uma taxa emigratória com um valor superior enquanto na década seguinte (1974-1983) são os concelhos de Celorico da Beira (7,4%), Gouveia (5,2%), Fornos de Algodres (4,6%) e Seia (2,6%) os que apresentam aquela taxa mais elevada.

As alterações mais significativas nas taxas correspondentes a cada um destes períodos deram-se nos concelhos da Covilhã (16,3% para 1,4%) e da Guarda (15,5% para 1,4%).

Convém salientar que alguns concelhos apresentam uma imigração legal menos forte, caso de Oliveira do Hospital, sobretudo porque a migração foi mais intensa no sentido dos principais centros urbanos ou dos concelhos mais industrializados, nomeadamente Lisboa.

1.3. Povoamento (Rede Urbana)

Na sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela destacam-se dois centros urbanos, Guarda e Covilhã, que do ponto de vista populacional (respectivamente 13.118 e 22.192 habitantes em 1981) e pela especificidade das suas funções e equipamentos são consideradas a um nível superior. Estes dois centros polarizam áreas que vão muito além da sub-região em análise e apresentam características diferentes pois o primeiro é capital distrital, possuindo um conjunto de serviços e funções características destas sedes administrativas (nível sub-regional), enquanto que o segundo apresenta-se como polo industrial com uma dimensão urbana importante (centro sub-regional especial). Note-se, que a cidade da Guarda aparece numa situação de inferioridade relativamente às restantes capitais de distrito da Região Centro, sendo necessário tomar medidas de modo a melhorar o equipamento. No contexto de integração europeia, esta cidade, apresenta excelentes potencialidades para a localização de certas actividades.

As sedes de concelho Seia (3.617 habitantes), Gouveia (3.436 habitantes), Oliveira do Hospital (3.011 habitantes), Manteigas (3.030 habitantes), Celorico da Beira (2.087 habitantes) e Fornos de Algodres (1.143 habitantes) constituem um conjunto de centros intermédios , embora com uma menor capacidades de polarização, assumem, no contexto sub-regional, uma importância fundamental.

Em função da sua centralidade, Seia é o centro

que apresenta melhores condições para a implantação de serviços e equipamentos que apoiem e promovam as actividades económicas e o bem estar das populações, o que foi determinante na preferência para sede de agrupamento (nível supraconcelhio).

As aglomerações de Gouveia e Oliveira do Hospital apresentam, tal como Seia, dimanismo industrial considerável e desenvolvimento económico muito semelhante, e portanto, aparecem como centros complementares ou mesmo alternativos para sectores onde seja possível desconcentrar equipamentos.

As sedes de concelho Manteigas, Celorico da Beira e Fornos de Algodres, encontram-se num nível inferior (nível concelhio) mas não deixam de ter importância dentro da área que polarizam. Manteigas é um concelho onde existe uma actividade industrial (têxtil) com peso relativo considerável a par da criação de gado (ovino e caprino) e do aproveitamento florestal. Celorico da Beira e Fornos de Algodres são concelhos cuja base económica assenta quase exclusivamente no sector primário.

Existem, ainda, outros centros que pela actividade económica implantada, dimensão demográfico/funcional e localização assumem uma importância fundamental nos diversos concelhos como é o caso de S. Romão e Loriga (concelho de Seia), Vila Nova de Tázem (concelho de Gouveia) e Unhais da Serra (concelho da Covilhã) entre outros.

A boa articulação de toda a sub-região do Alto

Mondego/Serra da Estrela com as cidades da Guarda, Covilhã e mesmo Viseu, tanto no aspecto económico como em termo de acessibilidade, fará com que, para a procura de bens e serviços de nível regional, as populações desta sub-região se repartam pelas áreas de influência de cada um daqueles centros de acordo com a especificidade dos respectivos equipamentos.

1.4. Estrutura Etária da População

Em 1981, a população apresentava-se, de um modo geral, muito envelhecida, devido à forte erosão sofrida nos estratos etários correspondentes aos menores de 15 anos e dos 15 a 34 anos representando, respectivamente, 23,2% e 28,5%. O estrato dos 35 a 64 anos é o maior com 33,3% da população residente, enquanto o valor inferior corresponde ao estrato dos mais de 65 anos com 15% da população residente.

O coeficiente de dependência ($CD = \frac{Pop(0-14)+Pop\ (+65)}{Pop\ (15-64)}$) que representa de maneira simplificada a importância da distribuição da população por grupos etários, pois quanto maior for este índice, maior desequilíbrio se verifica entre os conjuntos de pessoas que produzem e não produzem riqueza, apresenta algumas variações entre os diversos concelhos. Assim, os concelhos em que os escalões etários menos produtivos apresentam valores mais elevados correspondem aos de Celorico da Beira e Fornos de Algodres com um índice de 0,75, enquanto que os conce

FIG. 8 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

1981

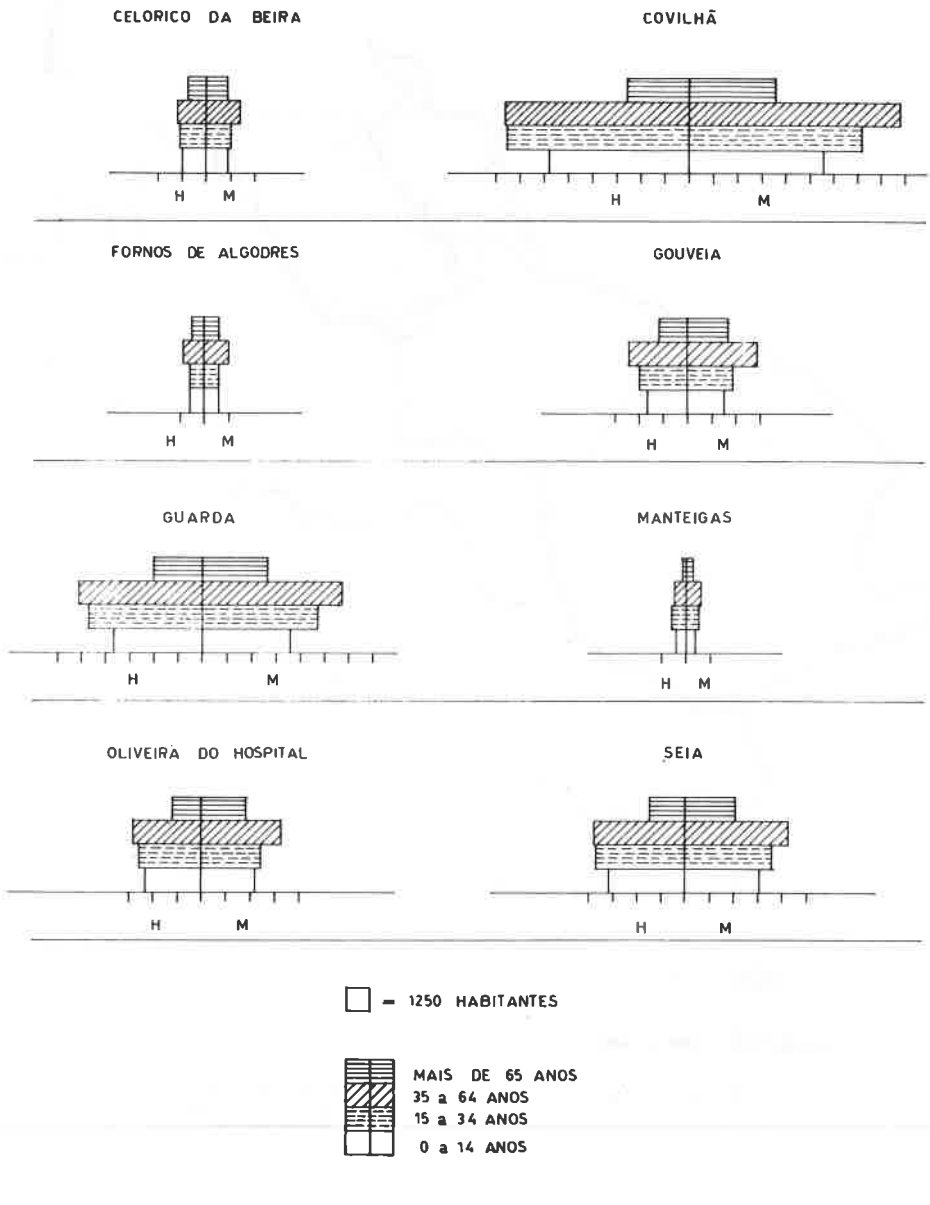
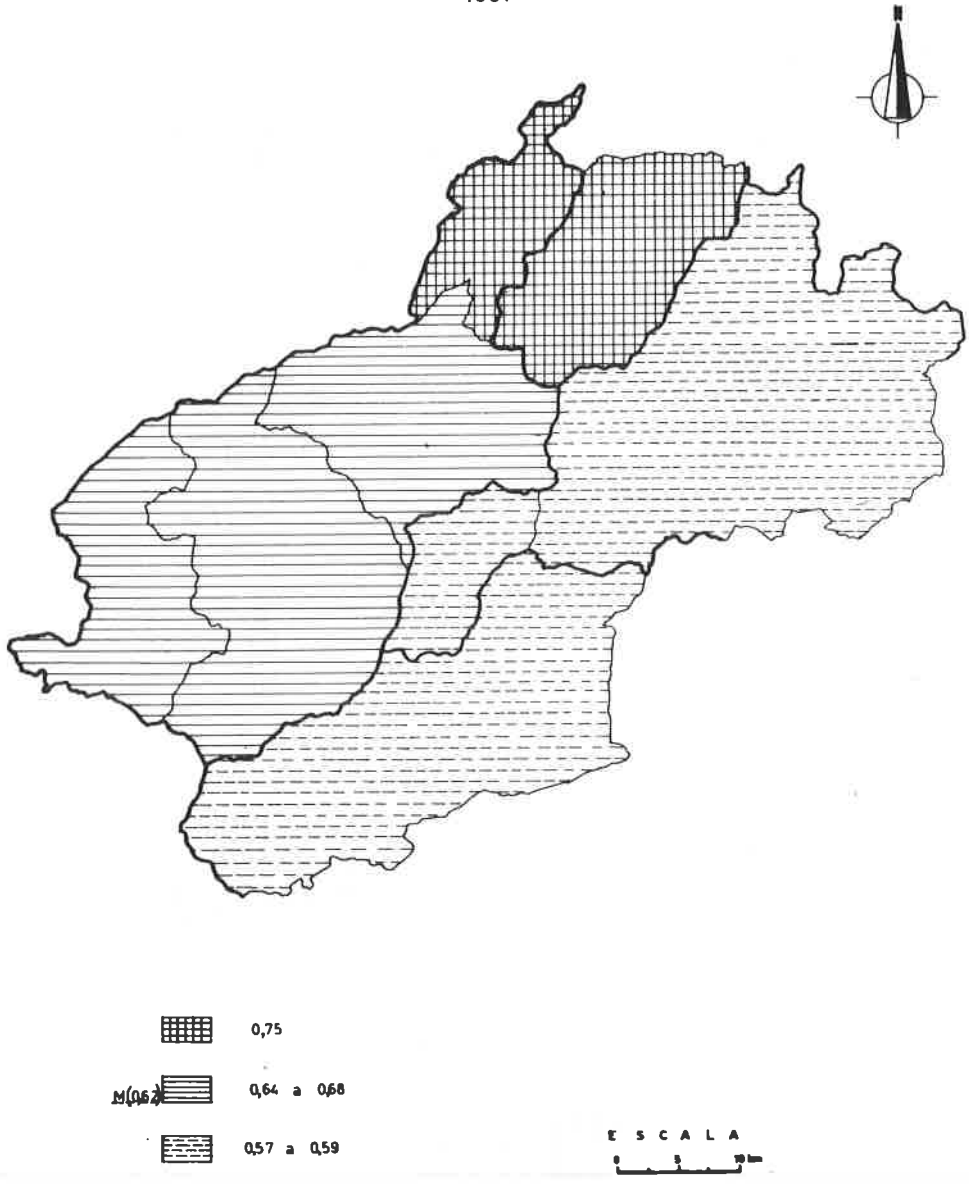


FIG. 9 – COEFICIENTE DE DEPENDÊNCIA

1981



lhos da Covilhã, Manteigas e Guarda podem ser considerados como demograficamente mais dinâmicos, pois apresentam índices de 0,57 a 0,59.

1.5. Estrutura da População Activa e População Activa Desempregada

A população activa desta sub-região era em 1981 de 71.125 habitantes, o que corresponde a 36,2% da população residente.

De 1960 a 1970 verificamos que a população activa sofreu um decréscimo de 16,9%, ligeiramente superior ao da população residente, 16,2%.

De 1970 a 1981, a população activa aumentou 3,2% enquanto que a população residente decresceu 1,0%.

O Sector Primário, absorvia em 1960 quase metade da população activa (49%). Em 1970 este sector sofreu em termos absolutos e percentuais um forte decréscimo (menos 13.758 activos) continuando, no entanto, a ser o sector predominante (39%). Em 1981 o número de activos do sector primário decresceu para 26,2%.

O Sector Secundário que em 1960 já representava 30,7% da população activa observa em 1970 um significativo acréscimo (38%) que corresponde ao aumento de 1.426 activos. Ainda ao longo dos anos 70 se verifica a expansão do secundário, que em 1981 se apresenta predominante: 44,4%.

Finalmente o Sector Terciário é aquele que se apresenta mais constante quer em termos absolutos, quer em termos percentuais. Tanto em 1960 como em 1970 este sector ocupava a última posição, representando no primeiro ano 20,5% dos activos e no segundo 23,0%, embora se tenha verificado um ligeiro decréscimo em termos absolutos (menos 918 activos). Em 1981 ultrapassou o sector primário, passando agora a ocupar a segunda posição com 29,4% da população activa, verificando-se um acréscimo de 5.069 activos relativamente a 1970.

Constata-se que em 1981 o sector secundário é predominantemente em todos os concelhos à excepção de Fornos de Algodres e Celorico da Beira, onde domina o primário (56,4% e 53,9%, respectivamente) e da Guarda onde o terciário é o mais representativo (40,2%). Os concelhos de Manteigas, Covilhã e Seia são essencialmente industriais com, respectivamente 58%, 53,7% e 53,4% no sector secundário.

FIG. 11 — REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA
POR SECTORES DE ACTIVIDADE

— 1 9 7 0 —

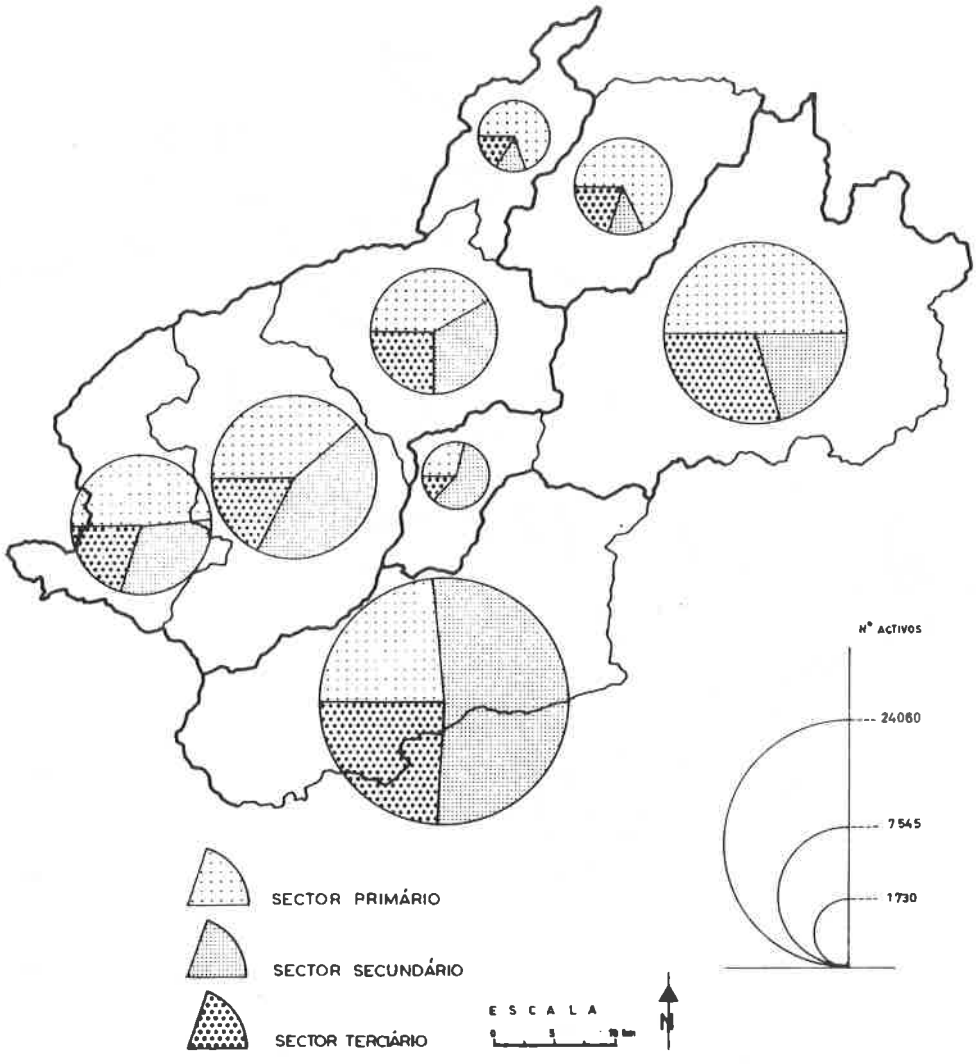


FIG. 10 — REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA
POR SECTORES DE ACTIVIDADE

— 1960 —

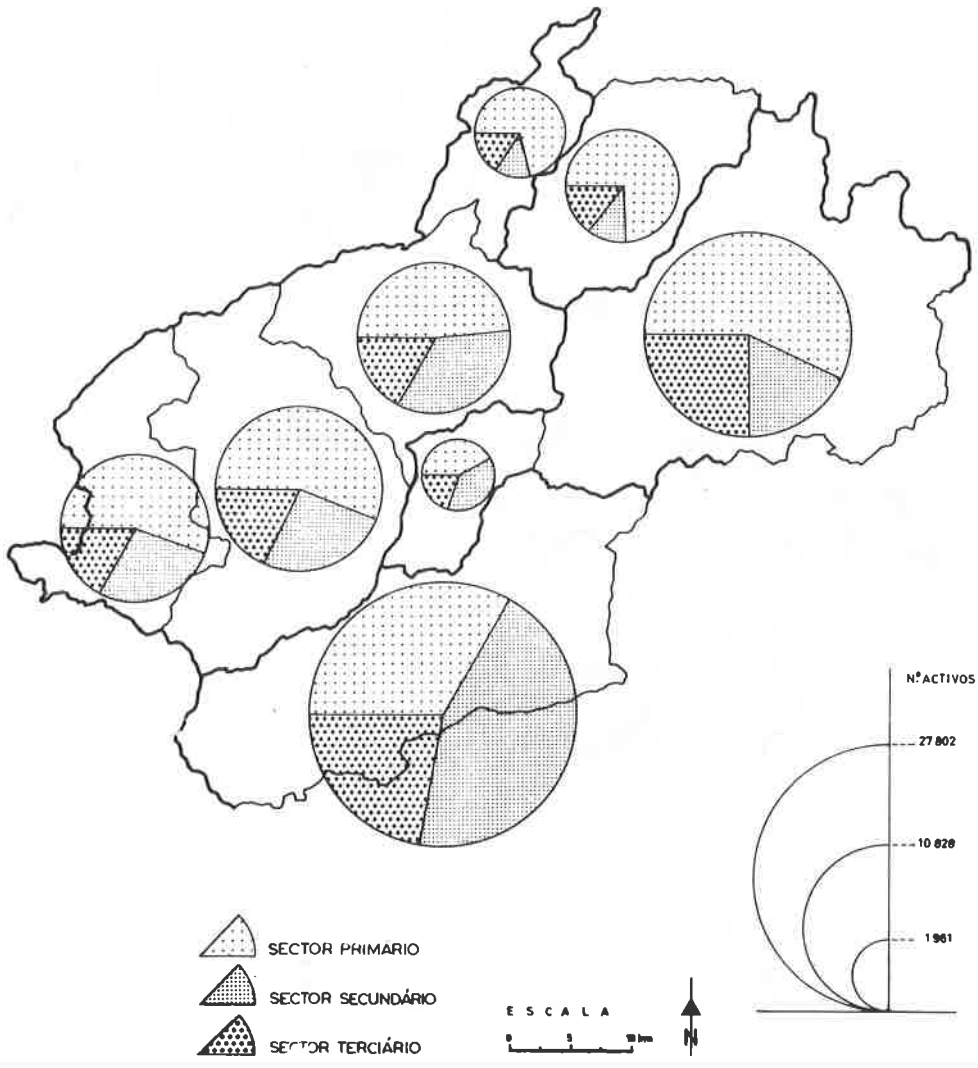
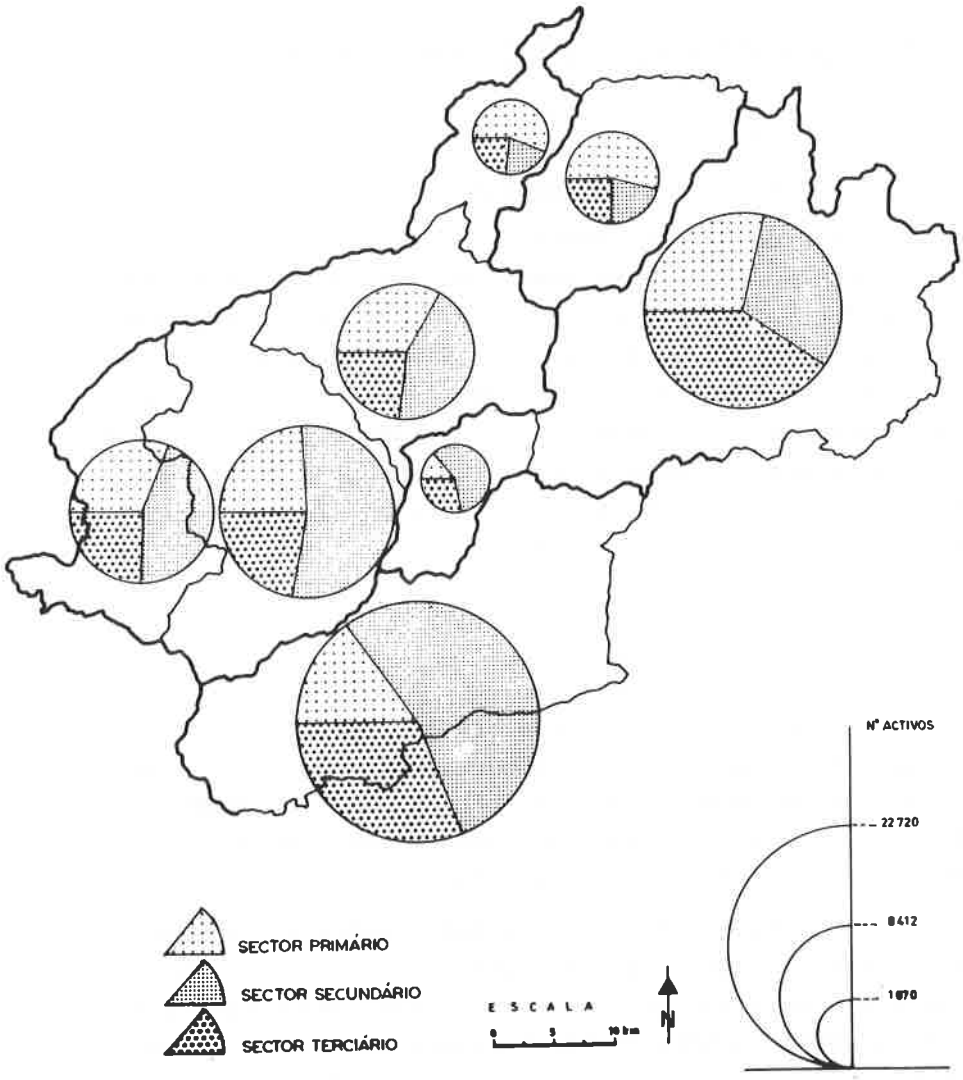


FIG. 12 — REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA
POR SECTORES DE ACTIVIDADE

— 1981 —



2. ACTIVIDADES ECONÓMICAS

2.1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária

2.1.1. A ocupação do solo

A área agro-florestal utilizada no conjunto dos oito concelhos que constituem a sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela é de 67.070 ha, o que corresponde a cerca de 25% do total da superfície. Cerca de metade da área agro-florestal é considerada terra arável limpa, 14,1% encontra-se ocupada por culturas permanentes, 6,3% por pastagens permanentes e os restantes 29,6% correspondem às matas e florestas. Em toda esta área existem 25.526 explorações agrícolas.

2.1.2. Agricultura

O número total de explorações agrícolas com terra na sub-região é de 25.512 correspondendo uma área de 99.053 ha. Apenas 296 explorações (1,2%) possuem mais de 20 ha e ocupam 36.146 ha o que corresponde a cerca de 36,5% da superfície agrícola total.

O conjunto das explorações existentes na sub-região subdivide-se em 135.415 blocos o que corresponde a uma média de 5,3 blocos por exploração, valor este inferior à Região Centro (8,6). O número de blocos correspondente ao número de explorações com mais de 20 ha é de 3.804 o que dá uma média de 14,1 blocos por exploração, enquanto que o número de blocos nas explorações com me

nos de 20 ha é de 131.611 corresponde a uma média de 5,2 blocos por exploração. No total das explorações destaque para o concelho da Guarda que apresenta 7,4 blocos por exploração.

A estrutura das explorações agrícolas na sub-região apresenta valores ligeiramente superiores aos valores verificados para a Região Centro. Assim, a superfície média das explorações para a sub-região é de 3,88 ha, enquanto para a Região Centro é de 3,62 ha. A área média de cada bloco 0,73 ha também é superior à registada para a Região Centro, 0,42 ha.

A superfície média das explorações na sub-região é superior à Região Centro, devido ao facto de possuirem uma maior superfície de mato e floresta como se pode ver no concelho de Manteigas, onde a superfície média das explorações atinge um valor máximo (15,97 ha), sendo o concelho cuja superfície utilizada nas explorações apresenta uma maior cobertura de mato e florestas. Oliveira do Hospital, Seia e Celorico da Beira são os concelhos onde a superfície média das explorações é bastante baixa apresentado valores inferiores à Região Centro.

Relativamente às dimensões dos blocos, estes atingem os valores inferiores nos concelhos de Seia e Oliveira do Hospital o que constitui um sério obstáculo ao desenvolvimento do sector agrário.

A conta própria é a forma de exploração da terra dominante na sub-região pois corresponde a cerca de 60,0% do número de explorações e a 69,4% da área das ex

FIG. 13 – Nº MEDIO DE BLOCOS POR EXPLORAÇÃO
1979

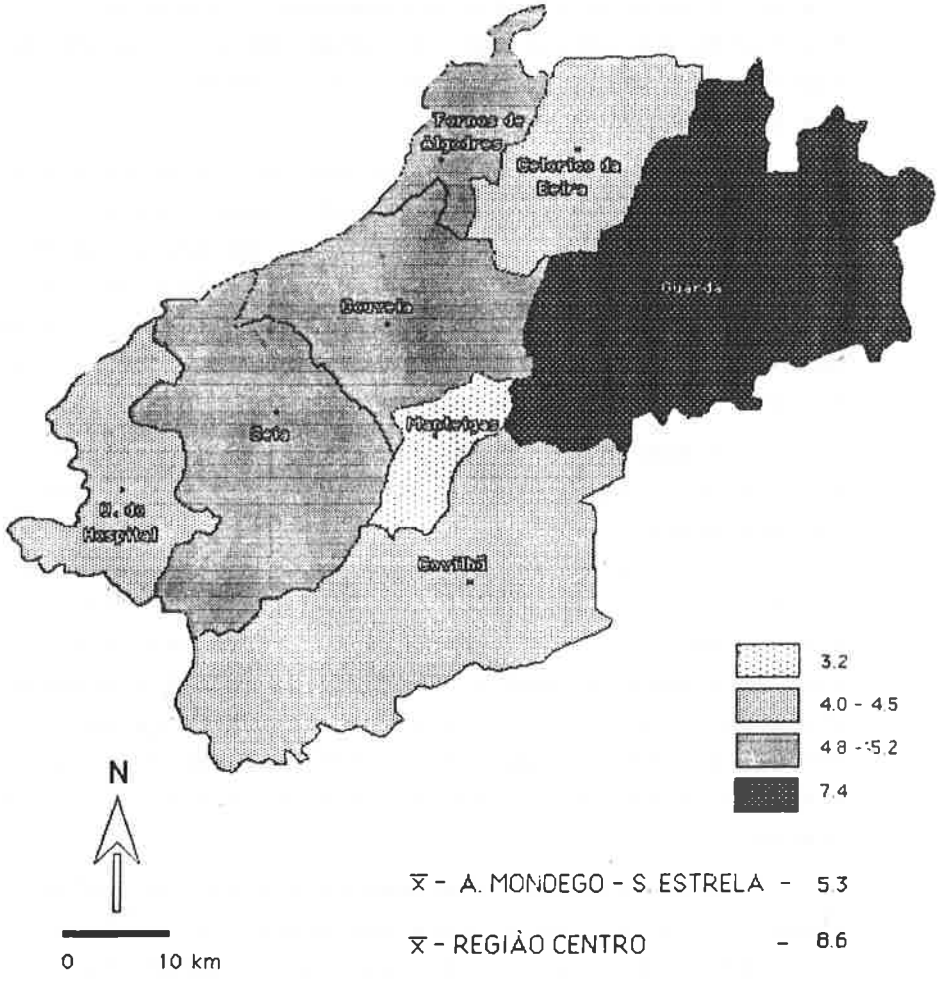


FIG. 14- SUP. MEDIA DAS EXPLORAÇÕES

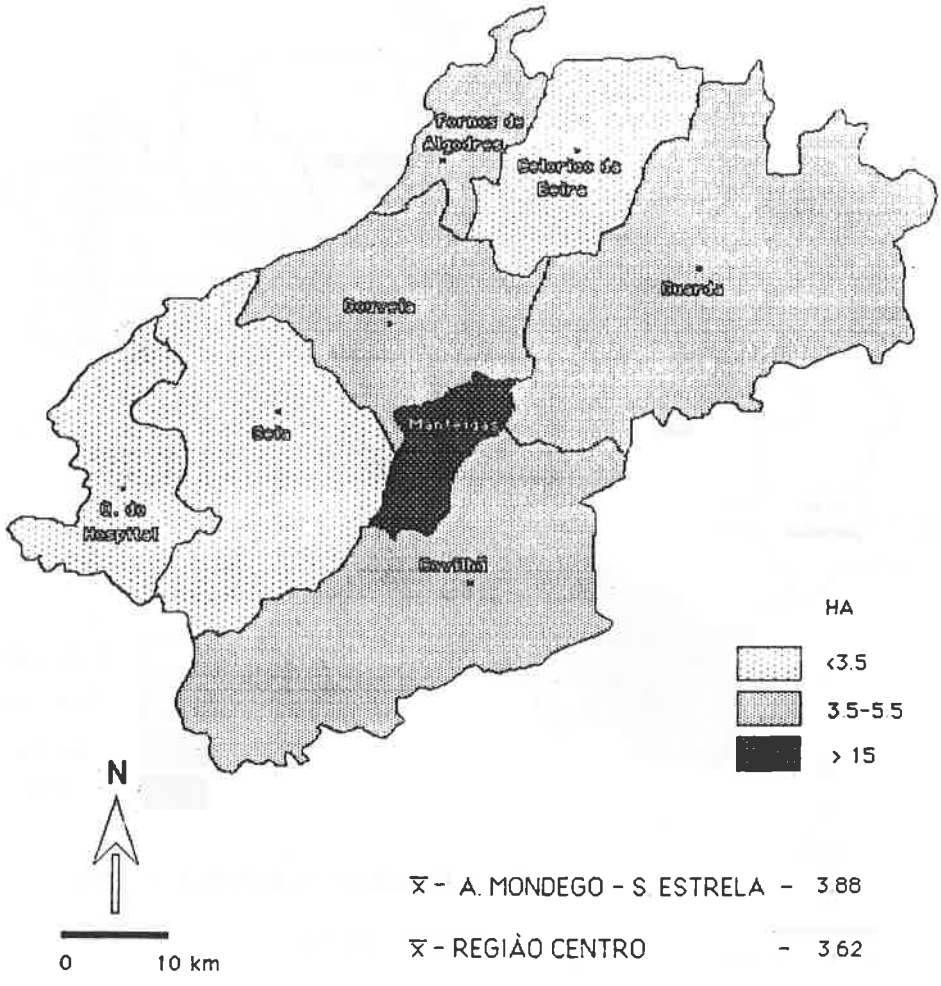


FIG.15 - SUP. MEDIA DOS BLOCOS
1979

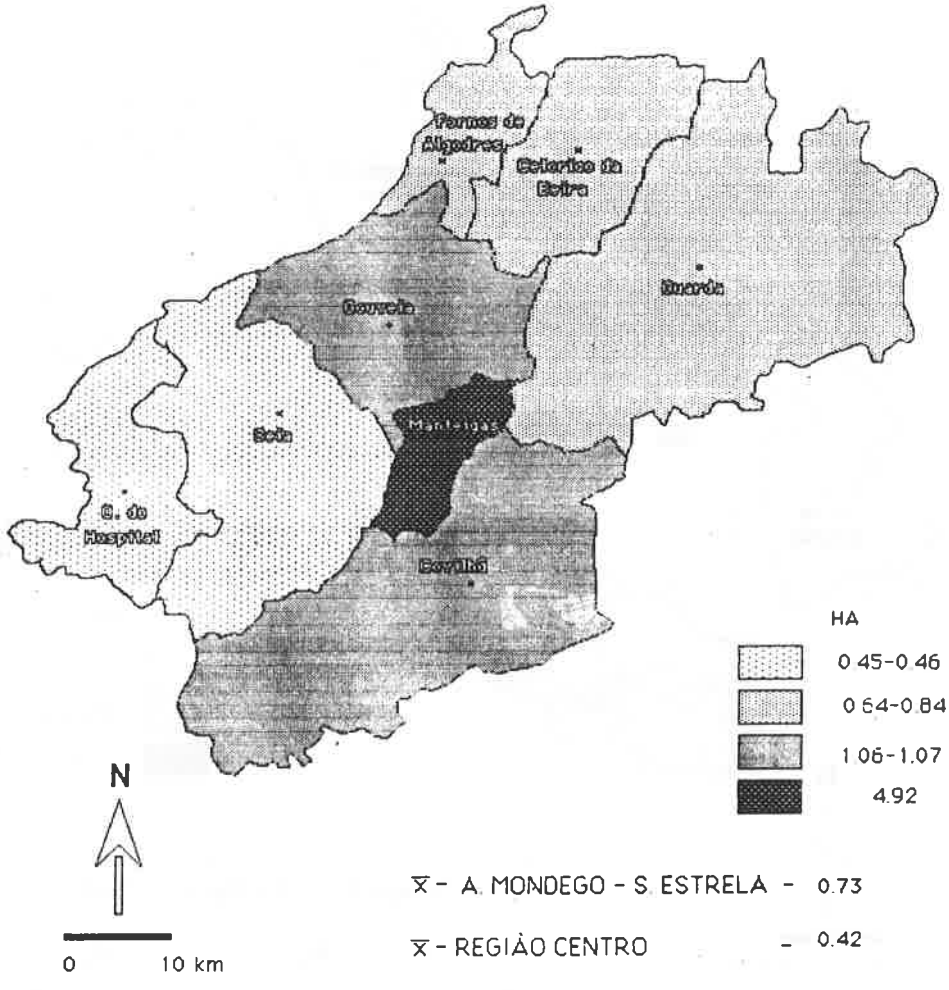
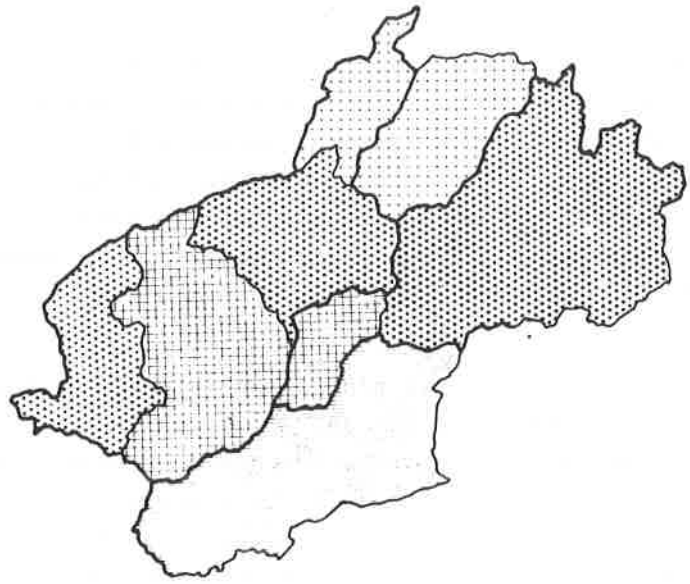
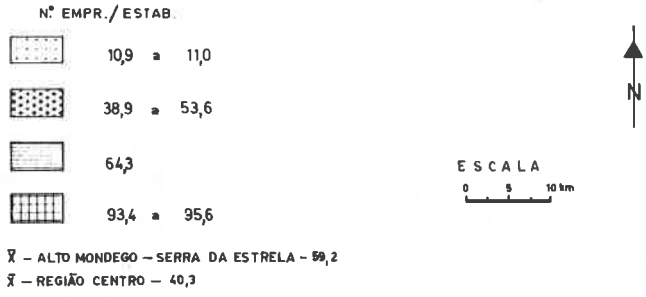


FIG. 16 – EMPREGADOS/ESTABELECIMENTOS

— 1980 —





X̄ – ALTO MONDEGO – SERRA DA ESTRELA – 59,2

X̄ – REGIÃO CENTRO – 40,3

plorações. Segue-se-lhe a forma de exploração mista com 25,3% do número de explorações e 22,0% da área. O arrendamento apresenta uma menor expressão, 12,9% do número de explorações e 7,9% da área.

A população que trabalha no total das explorações atinge os 58.030 habitantes o que corresponde a 2,3 trabalhadores por exploração. Apenas 458 explorações (1,8%) possui mão-de-obra agrícola permanente utilizando 1.281 trabalhadores. A mão-de-obra agrícola eventual ocorre em 13.729 explorações (53,8%) e assegurou no ano agrícola de 1978/1979 um número total de jornas de 457.281.

As produções desta sub-região fazem-se essencialmente nas áreas planálticas, deprimidas e de vale . Destacamos as seguintes produções e a respectiva percentagem no contexto da Região Centro: centeio (25,6%), batata (15,3%), vinho (11,0%), forragens (9,6%), feijão seco (8,9%) e milho (5,3%). Outras produções com algum significado são o azeite, as frutas, o trigo e os produtos hortícolas. O centeio tem maior expressão nas regiões planálticas dos concelhos da Guarda e Celorico da Beira (65% do total da sub-região). A batata destaca-se nos concelhos da Covilhã e Guarda (56,5% do total da sub-região). O vinho sobressai nos concelhos da Covilhã e Gouveia (92% do total da sub-região). As forragens têm uma maior produção nos concelhos da Guarda e Covilhã (54% da sub-região). O feijão seco, nos concelhos de Celorico da Beira e Guarda (38% da sub-região). O milho tem produção relevante nos concelhos da Covi-

lhã e Oliveira do Hospital (47% do total da sub-região). Note-se que as produções de batata, vinho, forragens e milho que se destacam no concelho da Covilhã são feitas essencialmente, na sub-região da Cova da Beira. A produção de vinho do Dão abrange, ainda, algumas áreas de concelhos da sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela como é o caso de Gouveia e Oliveira do Hospital e as perspectivas para este produto são as mesmas indicadas na sub-região Dão/Lafões.

O envelhecimento, o baixo nível de alfabetização e a fraca mobilidade dos agricultores são estrangulamentos importantes ao desenvolvimento do sector agrícola. Também a fragmentação das explorações, em algumas áreas, e a falta de mecanização constituem obstáculos que é urgente ultrapassar. Acentue-se, no entanto, o facto de algumas culturas terem algum significado na sub-região, nomeadamente o centeio, a batata e o vinho. A cultura de forragens que já hoje se apresenta como uma potencialidade deve ser desenvolvida com vista a um maior incremento da pecuária.

2.1.3. Sivicultura

A produção silvícola assume, já hoje, uma excepcional importância na Região Centro como factor de desenvolvimento de vastas áreas do interior. No caso da sub-região Alto Mondego/Serra da Estrela a superfície coberta pela floresta está bastante aquem daquela que a-

presenta pctencialidades neste campo.

A expansão, que se defende para esta área, deve ser feita à custa de terrenos incultos e de terrenos hoje utilizados na agricultura e cuja aptidão agrícola se mostra insuficiente. Deve ser uma expansão que tenha em vista um perfeito equilíbrio com terrenos ocupados por pastagens permanentes tão importantes para o pastoreio da Serra da Estrela. Nas terras mais altas da Serra deve-se recorrer a uma espécie de grande adaptabilidade, a "Pseudotsuga".

A espécie que predomina nesta sub-região é o pinheiro bravo, embora apareçam ainda importantes tufos de castanheiros, carvalhos e eucaliptos.

A produção de castanha denota uma importância fundamental nesta sub-região pois apresenta 27,8% do total produzido em toda a Região Centro. Note-se, no entanto, que só o concelho da Guarda representa 74,1% do total de produção deste produto em toda a sub-região. A produção de resina de pinheiro e a madeira em toros assumem, também, uma certa importância pois cada um destes produtos representa 10,6% da produção total na Região Centro. No caso da resina de pinheiro queremos destacar os concelhos de Seia, Covilhã e Oliveira do Hospital que no seu conjunto absorvem 65,2% do total da produção da sub-região. No caso da madeira em toros, os concelhos de Seia, Covilhã, Oliveira do Hospital e Guarda destacam-se ap produzirem no seu conjunto 76,3% do total da sub-região.

Relativamente à produção de madeira para papel o seu significado é menor pois apenas representa 6,1% do total da Região Centro. Os concelhos mais importantes nesta produção são Seia, Covilhã e Oliveira do Hospital que no seu conjunto produzem 65,2% do total da sub-região.

Para além dos pontos já apontados e que achamos fundamentais para um maior desenvolvimento de produção silvícola queremos ainda apontar para a necessidade de uma política de ordenamento florestal com a introdução de espécies e a construção de caminhos florestais que facilitarão o combate a incêndios. Outros factores que constituem estrangulamentos neste sub-sector são as deficientes formas de extracção e comercialização e ainda a escassez de unidades industriais que permitam a transformação para junto da produção.

Para além da importância dos produtos florestais em si, queremos ainda citar algumas produções associadas que poderão ser desenvolvidas nesta área. É o caso das essências aromáticas, caça e apicultura. Esta última actividade deveria ser fortemente estimulada através de um projecto de desenvolvimento elaborado pelas autoridades competentes.

2.1.4. Pecuária

A pecuária na sub-região do Alto Mondego/ Serra da Estrela destaca-se, essencialmente, pela importância que o gado ovino apresenta não só no número de cabeças como também pelo valor de produção assinalável para es-

ta espécie e para o leite produzido o qual é orientado pa.. produção do Queijo da Serra cuja qualidade lhe confere possibilidades de fácil difusão na Europa.

A ovinicultura, actividade tradicional, comum a todos os concelhos que constituem esta sub-região é no aspecto sócio-económico prioritária no âmbito de qualquer programa de desenvolvimento para esta área.

Verificamos que o número das diversas espécies pecuárias na sub-região representam em relação ao total regional as seguintes percentagens: gado ovino 15,8%, caprino 9,9%, galináceos 9,9%, bovinos 4,7% e suínos 2,6%.

Quanto ao valor das produções pecuárias na sub-região, destaca-se o valor do leite de ovelha com 14,9% do total regional, seguindo-se-lhes a produção de ovos e a produção de gado ovino com 13,6% e 13,4% do mesmo total. A produção de coelhos com 10,8% também assume certa importância.

A produção de ovos destaca-se nos concelhos de Seia e Fornos de Algodres com 63,1% da produção sub-regional. A produção de coelhos detém nos concelhos de Fornos de Algodres e Oliveira do Hospital 56,2% da produção subregional. A produção de leite de cabra assume maior importância nos concelhos de Covilhã e Guarda com 70,7% da produção subregional. A produção de galináceos é maior nos concelhos de Seia, Oliveira do Hospital e Gouveia que detém no seu conjunto 61,9% da produção subregional. A produção de gado bovino expressa-se de modo

relevante no concelho da Guarda com 55,6% da produção subregional. Finalmente o gado suíno que tem maior significado nos concelhos da Guarda, Covilhã e Oliveira do Hospital que no seu conjunto representam 76,5% da produção total da sub-região.

As perspectivas de aumento dos efectivos pecuários ligam-se directamente à melhoria das pastagens e ao ordenamento e desenvolvimento agro-silvo-pastoril.

As boas aptidões desta sub-região para a criação de gado ovino, ligado ao fabrico de queijo da Serra constitui a base de desenvolvimento de toda a actividade pecuária e uma potencialidade que se deve desenvolver. No entanto, afigura-se-nos possível fomentar a criação de outras espécies como o gado bovino, caprino, suíno e animais de capoeira com vista à produção de carne.

Os principais obstáculos deste sub-sector situam-se ao nível da existência de novas pastagens e melhoria das existentes: produção de forragens; sanidade e melhoria genética do gado; deficiente preparação técnica e capacidade empresarial dos criadores de gado, acentuado pelo envelhecimento da população activa deste sub-sector; falta de medidas de fomento pecuário nomeadamente no financiamento da actividade pecuária e deficiências nos circuitos de comercialização.

2.2. Indústria Extractiva

Apesar da indústria extractiva assumir, em Portugal, um pequeno significado no contexto da actividade produtiva, já no âmbito do Alto Mondego/Serra da Estrela assim não sucede pelo peso que apresentam as Minas da Panasqueira cujo couto mineiro se situa no concelho da Covilha e se prolonga pelo concelho da Pampilhosa da Serra (sub-região do Pinhal).

Embora nesta sub-região se detectem a existência de vários minerais metálicos em coutos mineiros e minas, estas estão quase na totalidade paradas por esgotamento e outras por não possuirem, actualmente, interesse económico.

As Minas da Panasqueira apresentam uma importância relevante pois delas se extraem volfrâmio e estanho cujo rendimento atinge os 2 milhões de contos por ano. O volfrâmio aqui extraído é considerado o melhor do mundo e determina o preço deste minério nos mercados internacionais. Este metal, outrora muito utilizado na indústria de armamento é hoje aplicado no fabrico de aços especiais e tem sido essencialmente destinado a exportação. Do nosso ponto de vista devia-se procurar instalar unidades fabris de transformação a localizar próximo das áreas de extracção, numa perspectiva de desenvolvimento desta sub-região criando novos postos de trabalho. O estanho tem sido utilizado, essencialmente, nas empresas siderúrgicas para produção de folha-de-flandres e tem sido destinado, exclusivamente para consumo nacional.

Apesar da crescente mecanização que se tem verificado nas Minas da Panasqueira o pessoal ao serviço nestas minas, ainda hoje, é considerável (3.865 em 1957, 1.235 em 1972 e 1.400 em 1983). Queremos ainda acentuar que os recursos mineiros detectados ainda suportam um período dilatado de anos para os níveis actuais de extracção.

Relativamente aos minerais não metálicos registam-se em algumas áreas desta sub-região afloramentos de granitos, quartzo e feldspatos susceptíveis de aproveitamento comercial.

2.3. Indústria Transformadora

A sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela tem uma forte componente industrial, comparativamente a outras áreas do interior, mas de certo modo com uma estrutura muito concentrada tanto sectorial como geograficamente. O sector dominante é o têxtil que tem como principal polo de localização a cidade da Covilhã. Estes factos determinam uma análise mais detalhada da indústria transformadora, embora os últimos dados disponíveis correspondam a 1980.

O número de estabelecimentos na sub-região era de 311 o que correspondia a 10,5% do total da Região Centro, contribuindo para 8,0% da Formação Bruta de Capital Fixo (F.B.C.F.) e gerando 11,2% do Valor Acrescentado Bruto (V.A.B.) dos totais regionais. O pessoal ao Serviço era de 18.420 trabalhadores correspondendo 15,5% do todo regional o que aponta para uma dimensão média das unidades industriais superior à da Região (59,2 contra 40,3). O concelho da Covilhã detém 42,1% do número de estabelecimentos existentes na sub-região, 45,7% do pessoal ao serviço e 48,7% do V.A.B., o que denota uma grande concentração da indústria transformadora. A dimensão média das unidades fabris é superior à média sub-regional nos concelhos de Seia, Manteigas e Covilhã (respectivamente com 95,6, 93,4 e 64,3) e apresenta valores mais baixos nos concelhos de Fornos de Algodres (11,0) e Celorico da Beira (10,9). A relação V.A.B./Emprego que na sub-região é de 262,8 é inferior ao da Região Centro

(363,1), apresentando valores relevantes nos concelhos de Fornos de Algodres (405,1), Guarda (312,0) e Oliveira do Hospital (306,9) e detectando-se os valores mais baixos nos concelhos de Seia (173,2) e Celorico da Beira (57,9). Quanto à relação V.A.B./População que mostra o grau de industrialização do concelho, verificamos que a sub-região apresenta um valor (24,6) ligeiramente inferior ao da Região Centro (24,7). Os concelhos com um maior grau de industrialização são Manteigas (40,8) e Covilhã (38,7) enquanto que Fornos de Algodres (5,4) e Celorico da Beira (0,4) apresentam valores inferiores.

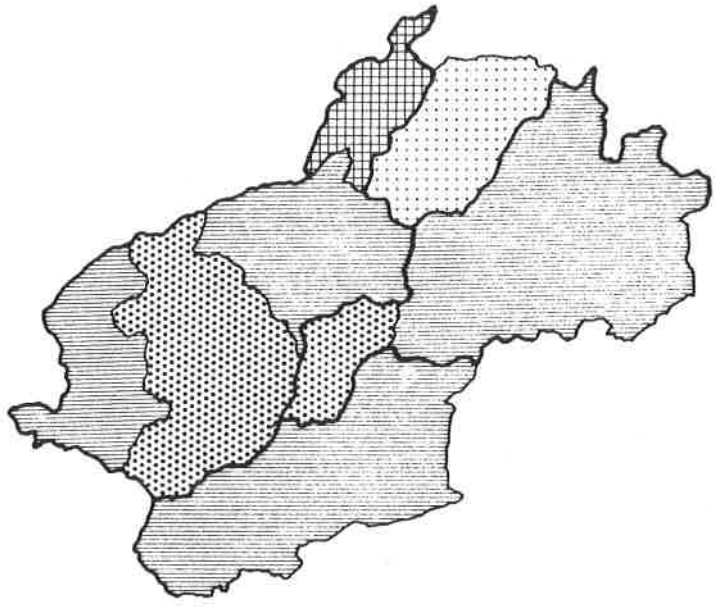
Os diversos ramos de actividade da indústria transformadora apresentam uma implantação espacial e quantitativa diferente na sub-região da Serra da Estrela.

O ramo mais representativo são as indústrias têxteis, do vestuário e do couro (3.2), que ocorrem em todos os concelhos à excepção de Celorico da Beira e Fornos de Algodres. Este ramo representa 41,5% do número de estabelecimentos, 84,7% do pessoal ao serviço, 63,1% da F.B.C.F. e 80,6% do V.A.B. dos totais sub-regional. Note-se que mais de metade dos números destes estabelecimentos (58,9%) se encontram localizados no concelho da Covilhã. A dimensão média das unidades fabris deste ramo (121 empregados/unidade) é superior aos outros ramos e ao valor da Região Centro (104,8).

Os ramos da Indústria da Alimentação, Bebidas e Tabacos (3.1) e das Indústrias da Madeira e da Cortiça (3.3) aparecem representados em todos os concelhos que constituem a sub-região.

FIG. 17 – VAB / EMPREGO

— 1980 —



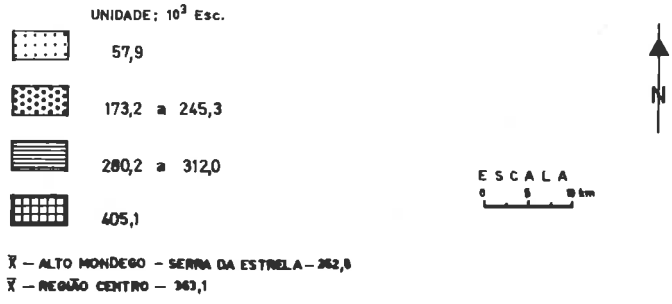
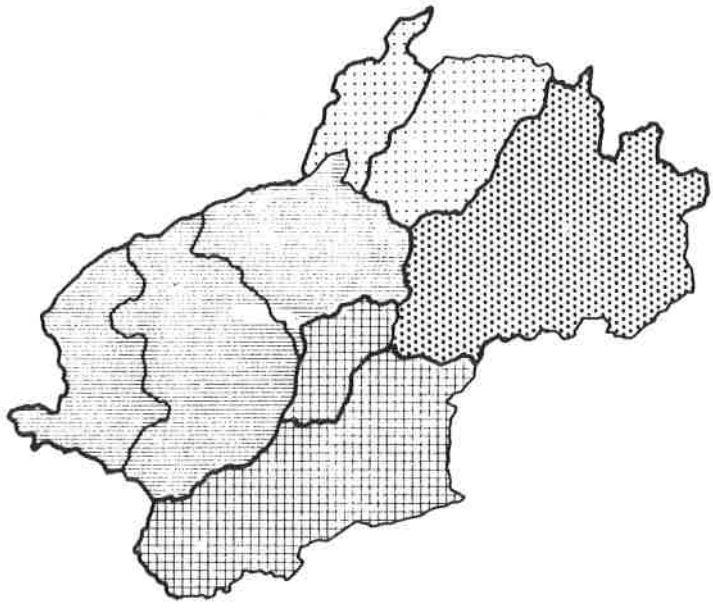


FIG. 18 - VAB/POPULAÇÃO

— 1980 —



UNIDADE : 10^3 Esc.

0,4 a 5,4

15,6

21,5 24,6

38,7 40,8

$\bar{X}$ — ALTO MONDEGO — SERRA DA ESTRELA 24,6

X — REGIÃO CENTRO — 24,7

N

ESCALA

0 5 10 km

O primeiro representa 25,7% do número de estabelecimentos, 3,4% do pessoal ao serviço, 4,2% do F.B.C.F. e 2,6% do V.A.B. dos totais sub-regional.. Tem um maior número de estabelecimentos nos concelhos da Covilhã (25), Guarda, Seia (14 cada), Gouveia (10) e Oliveira do Hospital (8). Estas unidades fabris na sub-região apresentam uma dimensão média muito baixa (7,9) inferior à Região Centro (16,7). O segundo, ligado ao aproveitamento de um recurso natural existente (madeira) corresponde a 17,7% do número de estabelecimentos, 4,9% do pessoal ao serviço, 6,0% do F.B.C.F. e 7,4% do V.A.B. dos totais sub-regional. Possui um maior número de estabelecimentos nos concelhos da Covilhã (17) e Oliveira do Hospital (15). A dimensão média destas unidades fabris para a sub-região (16,3) é ligeiramente superior às da Região Centro (16,1).

Dos outros ramos implantados na sub-região queremos destacar as indústrias de fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte (3.8) pelo valor registado respeitante a F.B.C.F. (23,7% do total da sub-região), do V.A.B. (7,1%) do Pessoal ao Servico (4,6%). A implantação deste ramo dá-se, predominantemente no concelho da Guarda. A dimensão média das unidades fabris para a sub-região (95,3) é superior à Região Centro (69,4).

Os ramos que ocorrem na sub-região mas que apresentam uma expressão menos saliente são as indústrias de papel, artes gráficas e edição de publicações (3.4); as indústrias dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão (3.6);

as indústrias químicas dos derivados de petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico (3.5); as indústrias metalúrgicas de base (3.7). A dimensão média das unidades fabris de todos estes ramos na sub-região é inferior ao respectivo valor regional.

A existência de matérias-primas (madeiras, produtos alimentares), de mão-de-obra mediamente qualificada em alguns sectores (têxtil, alimentação, madeira e fabricação de vestuário), de uma boa localização (proximidade da fronteira de Vilar Formoso), de centros urbanos que poderão apoiar o necessário desenvolvimento industrial, do parque industrial da Covilhã e de loteamentos implantados ou projectados (Guarda, Celorico da Beira, Seia, Gouveia, Fornos de Algodres e Oliveira do Hospital), conferem a esta área boas potencialidades para a implantação industrial.

A dificuldade de reconversão de alguns sectores em crise, nomeadamente os têxteis, a fraca mobilidade da mão-de-obra local em virtude de deficiências de formação, adaptação e reciclagem, o aparecimento espontâneo de novas iniciativas empresariais, ausência de um sistema de crédito que facilite o investimento ou de um mecanismo institucional que leve à constituição de capitais próprios de envergadura suficiente, são estrangulamentos que dificultam a expansão industrial na área.

2.4. Comércio e Serviços

Para uma melhor compreensão da distribuição do comércio e dos serviços na Região do Alto Mondego/Serra da Estrela , estabeleceram-se duas hierarquias de lugares centrais, uma para o sector privado e outra para o sector público.

Consideramos, apenas, os lugares com mais de 10 funções centrais em cada sector o que corresponde aos lugares mais bem equipados e que, portanto, ocupam uma posição hierárquica superior. Registe-se, o facto, de que nessas hierarquias não excluirmos lugares do concelho da Covilhã ligados à Região da Cova da Beira, uma vez que esta nossa análise foi feita a partir da hierarquia dos oito concelhos a serem caracterizados.

A hierarquia dos Lugares Centrais, pela ocorrência de funções centrais do sector privado, a partir de quatro indicadores: número de funções centrais, número de unidades funcionais, matéria colectável e população em 1981, individualizaram-se quatro níveis hierárquicos.

No primeiro nível surgem as duas cidades da Covilhã e Guarda pelo número de funções centrais, respectivamente 62 e 59, e ainda, pelos outros três indicadores, que se destacam nitidamente dos restantes lugares.

O segundo nível é constituído por quatro lugares centrais, todos eles sedes de concelho, dos quais se ressalta Seia (sede do agrupamento de concelhos) com 54 funções centrais enquanto que Gouveia, Celorico da Beira e Oliveira do Hospital apresentam respectivamente 47, 43 e 42 funções centrais.

Fazem parte do terceiro nível, três lugares centrais: Tortozendo, Fornos de Algodres e Manteigas, respectivamente com 37, 36 e 35 funções centrais. Destaca-se o facto de Tortozendo que possui uma função administrativa inferior (sede de freguesia), aparecer uma posição hierárquica superior às duas sedes de concelho, Fornos de Algodres e Manteigas. Isto denota que estes dois lugares centrais apresentam um equipamento terciário

mais débil, e, consequentemente, com mais limitada capacidade de fornecer serviços às populações que administrativamente deles dependem.

Finalmente o quarto nível compreende 42 lugares, que à excepção da Estação da Guarda, Barracão, Canhoso e Barroca Grande, correspondem a lugares sedes de freguesia. Neste escalonamento, torna-se difícil individualizar certos níveis hierárquicos, embora seja nítida uma diferença no número de unidades funcionais entre lugares do nível superior, S. Romão e Vila Nova de Tázem com 26 e 25 funções centrais e lugares de nível inferior , como Folhadosa e Rio Torto apenas com 10 funções centrais. Quanto aos quatro lugares que não possuem qualquer função administrativa e que aparecem neste nível, correspondem a situações de localização muito especial: Estação da Guarda e Canhoso, respectivamente, nos subúrbios da Guarda e Covilhã; Barracão no cruzamento de várias rodovias e linha do caminho de ferro da Beira Baixa, e Barroca Grande nas proximidades das Minas da Panasqueira.

A hierarquia dos lugares centrais pela ocorrência de funções centrais do sector público foi obtida a partir de dois indicadores: número de funções centrais e população em 1981. Distinguimos, também, quatro níveis hierárquicos.

No primeiro nível surge a cidade da Guarda com 62 funções, número bastante elevado, que evidencia de imediato o seu papel de capital de distrito.

O segundo nível faz parte a cidade da Covilhã com 48 funções, colocando este centro numa posição bastante relevante em relação às restantes sedes de concelho. Muitas destas funções são delegações de organismos centrais ligados fundamentalmente aos sectores do trabalho e da indústria.

O terceiro nível é constituído pelas restantes seis sedes de concelho que se escalonam relativamente ao número de funções centrais do seguinte modo: Celorico da Beira (28), Manteigas (27), Gouveia (26), Seia (24), são as mais bem equipadas enquanto Fornos de Algodres (21) e Oliveira do Hospital (10) possuem uma estrutura funcional mais débil.

O quarto nível hierárquico é formado pelos restantes 25 lugares centrais que possuem entre 10 e 15 funções centrais do sector público. São todos sedes de freguesia e a sua importância funcional advém do facto de possuírem, além de outras, as mais simples funções centrais do sector administrativo.

2.5. Turismo e Artesanato

O turismo pode vir a ser um factor fundamental no desenvolvimento económico na sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela pois esta área encerra algumas potencialidades susceptíveis de desenvolver o afluxo turístico tanto de nacionais como até de estrangeiros.

O aspecto fundamental é a existência da montanha com toda uma série de condições naturais que podem ser aproveitadas (como a existência de neve em alguns meses do ano) , nomeadamente no campo recreativo e desportivo (por exemplo: montanhismo, campismo, fotografia, caça, pesca, desportos náuticos e, eventualmente, os de neve. etc.). A existência de barragens e albufeiras vêm acentuar a possibilidade de prática dos desportos náuticos e pesca. A ocorrência de um valioso património histórico-cultural (Antas, Dolmens, Estações e Ruínas Arqueológicas, Castelos, Castros, Monumentos Religiosos, Estátuas, Pontes, Fontes, Pelourinhos, Paços , Solares, etc.) reforça a possibilidade de se criarem circuitos turísticos dentro da sub-região. A existência de casas tipicamente serranas, com possibilidades de serem recuperadas para alojamento de estrangeiros e nacionais (turismo de habitação). A ocorrência de água minero-medicinais em quatro locais nos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã , Manteigas e Oliveira do Hospital é outra potencialidade susceptível de desenvolvimento turístico, pois as estâncias termais de Manteigas e Unhais da Serra apresentam, já hoje, uma frequência de aquistas com algum significado e com possibilidade de um desenvolvimento maior.

Para responder ao incremento que se deseja no capítulo do turismo deve-se colmatar as graves carências no parque hoteleiro que se apresenta com um reduzido número de unidades de qualidade e bastante envelhecido. Na sub-região

do Alto Mondego/Serra da Estrela detectámos 52 estabelecimentos hoteleiros com 1.080 quartos e 1.892 camas, destacando-se os concelhos da Covilhã e da Guarda que no seu conjunto possuem 61,5% das unidades, 62,7% dos quartos e 58,6% das camas do total existente na área. Os concelhos de Fornos de Algodres e Gouveia apresentam-se como os mais carenciados.

Verificamos que na sub-região predominam os estabelecimentos de baixa classificação, fraca qualidade e envelhecidos, que geralmente são de pequena dimensão com um reduzido número de quartos e de camas. As pensões de 1 e 2 estrelas representam 61,5% das unidades, 44,4% dos quartos e 38,0% das camas. O conjunto das pensões de 3 e 4 estrelas e hoteis de 1 e 2 estrelas correspondem a 19,2% das unidades, 21,8% dos quartos e 23,6% das camas. As pousadas e estalagens equivalem a 11,5% das unidades, 11,7% dos quartos e 13,3% das camas. Finalmente as unidades de maior dimensão que são os hoteis de 3 e 4 estrelas, representam 7,7% das unidades, 22,2% dos quartos e 25,2% das camas. O número de parques de campismo existentes (cinco em toda a sub-região) também é escasso de tal modo que, em certos locais privilegiados, a prática de "campismo selvagem" dá uma imagem degradante de áreas inseridas no Parque Natural da Serra da Estrela. Os parques de campismo, existentes, localizam-se, um no concelho de Celorico da Beira (Lageosa do Mondego - lctação 600), dois no concelho da Guarda (cidade da Guarda - lotação 220 e Valhelhas - lotação não especificada) e dois no concelho de Oliveira do Hospital (S. Gião - lotação 250 e Ponte das Três Entradas - lotação 150). No concelho de Gouveia está prevista a construção de dois parques de campismo: Vale de Rossim e Curral Negro que correspondem a dois lugares mais procurados por campistas e caravanistas. Outras medidas devem ser tomadas com vista ao desenvolvimento turístico como seja: a melhoria das vias de comunicação de acesso à Serra, a criação de instituições de apoio à prá

tica das actividades desportivas e culturais, a construção de infraestruturas de apoio turístico (piscinas, restaurantes, postos de venda de artesanato, etc.), aumentar o número de operadores turísticos na sub-região e publicitar, adequadamente, as verdadeiras potencialidades da sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela.

O artesanato na sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela apresenta-se muito diversificado e muito espalhado em toda a área. Entre as diversas expressões artesanais existentes queremos salientar o fabrico do queijo da Serra da Estrela, o mais afamado e apreciado de todos os queijos regionais portugueses. O queijo "Serra da Estrela" fabrica-se há mais de 600 anos e é um produto de alta qualidade que pertence ao património cultural da sub-região e que urge proteger na sua genuídade, melhorando as condições higio-sanitárias de fabrico valorizando-o como factor importante na promoção turística regional. Também outras formas artesanais muito características da área como sejam o fabrico de enchidos de carne de porco, artigos de vime, artigos de madeira, artigos de latoaria, olaria, cantaria e tecelagem manual, entre outros, apresentam perspectivas de expansão desde que sejam devidamente apoiadas e se tomem medidas em relação a estrangulamentos deste sub-sector.

Do nosso ponto de vista as principais medidas a tomar com vista ao incremento da actividade artesanal na sub-região seriam: o apoio financeiro às actividades artesanais mais carenciadas, o incentivo à criação de associações de artesãos com vista à defesa dos seus interesses, a formação de jovens artesãos através da criação de escolas de artesanato e de outros meios possíveis de aprendizagem de técnicas de manufactura, a revisão da carga fiscal, a criação de circuitos de comercialização e postos de venda de apoio ao turismo local e a adaptação da produção aos interesses da vida moderna.

3. INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

3.1. Habitação

Em 1981 existiam, na sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela, 83.985 alojamentos dos quais 61.567 foram considerados alojamentos ocupados. Os alojamentos não ocupados (26,7% do número total) correspondem a residências de emigrantes, residências secundárias (uso sazonal), residências para aluguer e venda e residências em más condições de habitabilidade. O número de famílias era superior ao número de alojamentos ocupados tanto na sub-região como em todos os oito concelhos que a constituem. As famílias partilhando o mesmo alojamento eram 1.962 (3,1% do total de famílias). Estes indicadores denotam a falta de habitações, problema que é agravado se pensarmos que muitos dos alojamentos considerados ocupados não oferecem condições razoáveis de habitabilidade na sub-região, pois 13,9% dos alojamentos não têm electricidade, 39,2% não têm água, 44,8% não têm retrete e 59,2% não têm instalações de banho, valores que são superiores aos encontrados para a Região Centro (11,9%, 37,9% , 34,1% e 53,6%) e para o Continente (10,0%, 26,7%, 22,2% e 42,0%). Os concelhos mais rurais, Fornos de Algodres e Celorico da Beira, são os que apresentam as piores condições de habitabilidade pois apresentam, respectivamente, 29,5% e 28,1% dos alojamentos ocupados sem electricidade, 55,0% e 43,6% sem água, 59,4% e 56,5% sem retrete e 71,4% e 68,1% sem banho. No concelho de Oliveira do Hospital ocorrem fortes carências, nomeadamente, em alojamentos ocupados sem instalação de banho (67,7%) e sem água (54,6%).

FIG.19 - FAMILIAS PARTILHANDO O MESMO ALOJ.

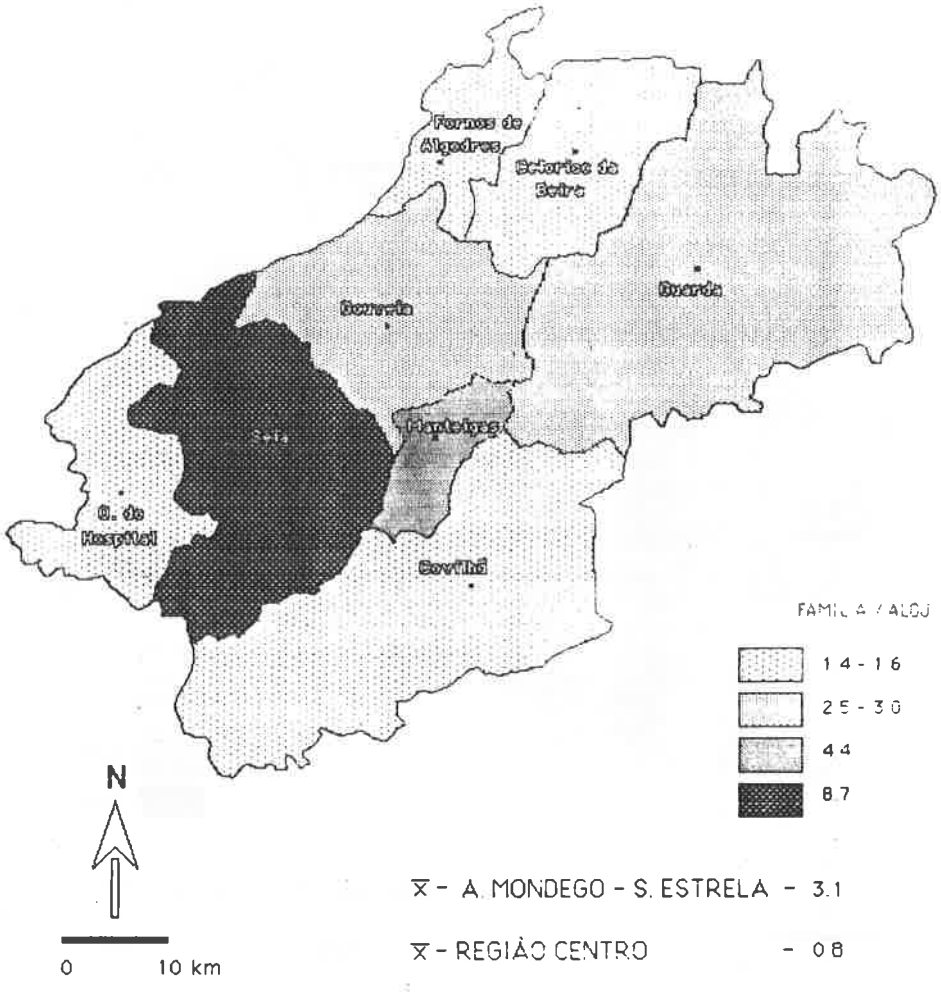


FIG.20 - ALOJAMENTOS OCUP. COM ELECTRICIDADE

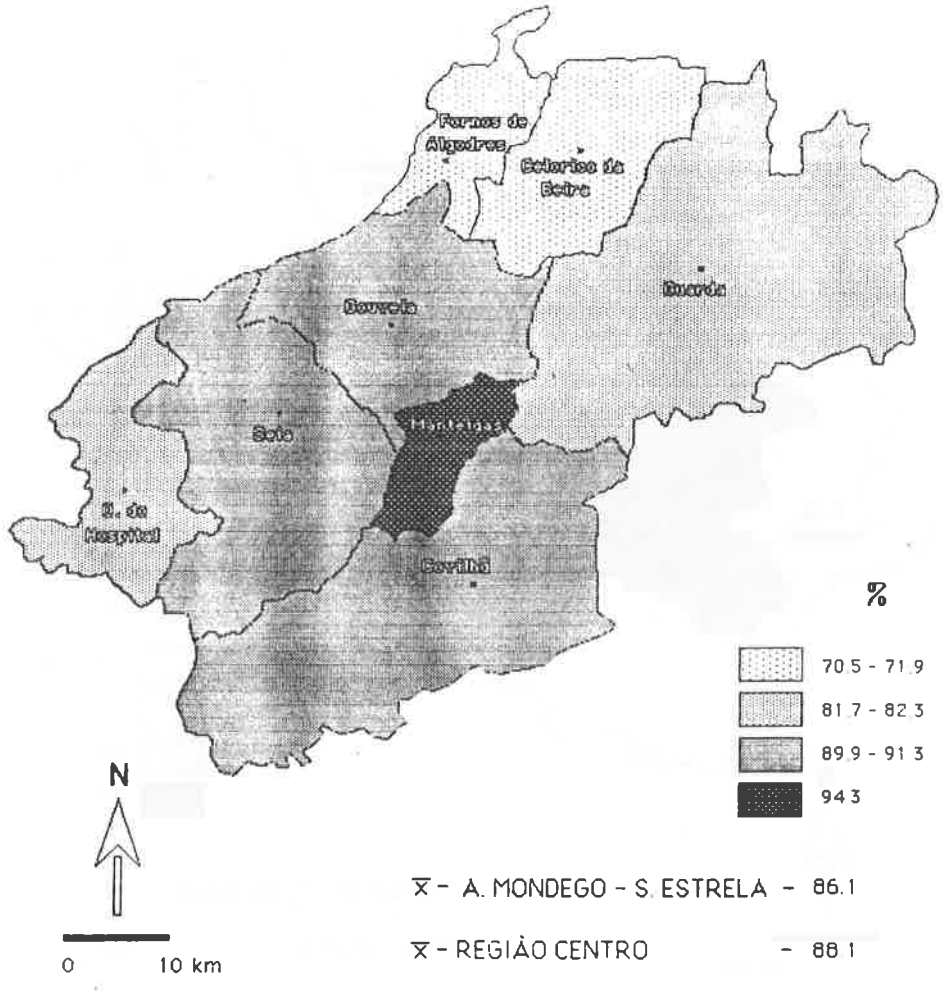


FIG.21 - ALOJAMENTOS OCUP. COM AGUA

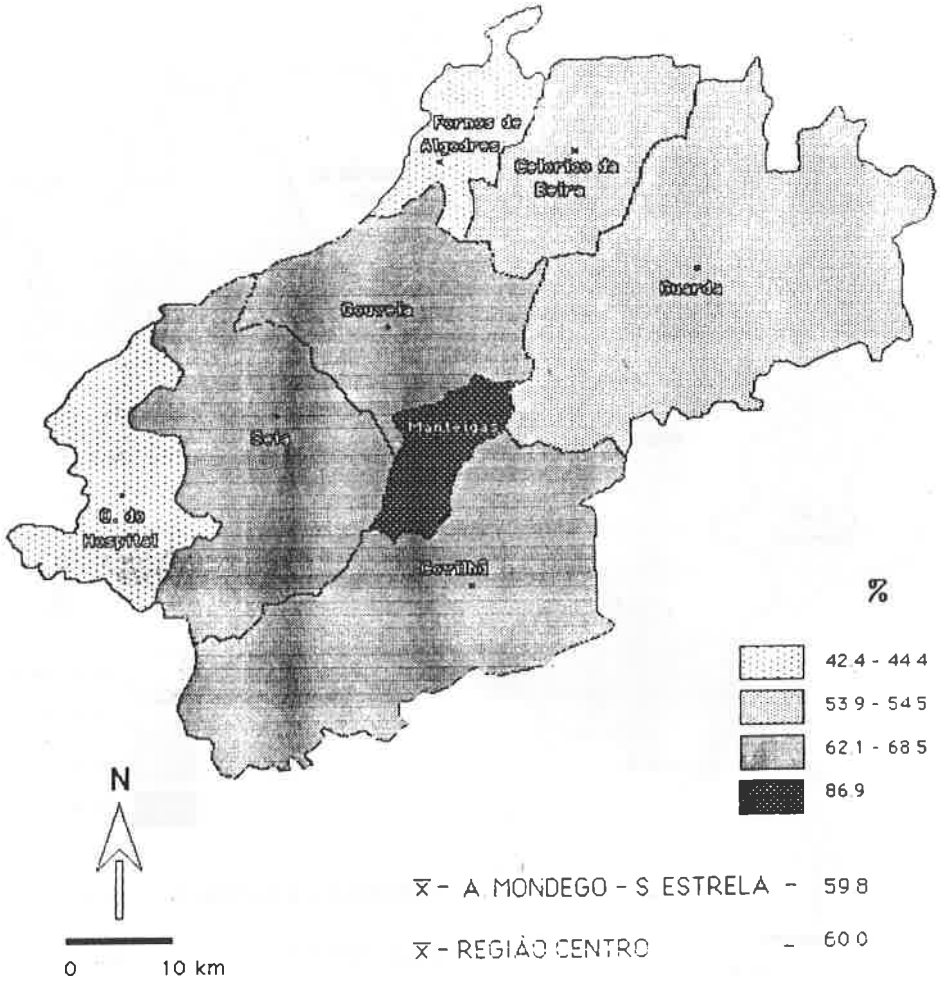


FIG. 22- ALOJAMENTOS OCUP. COM RETRETE

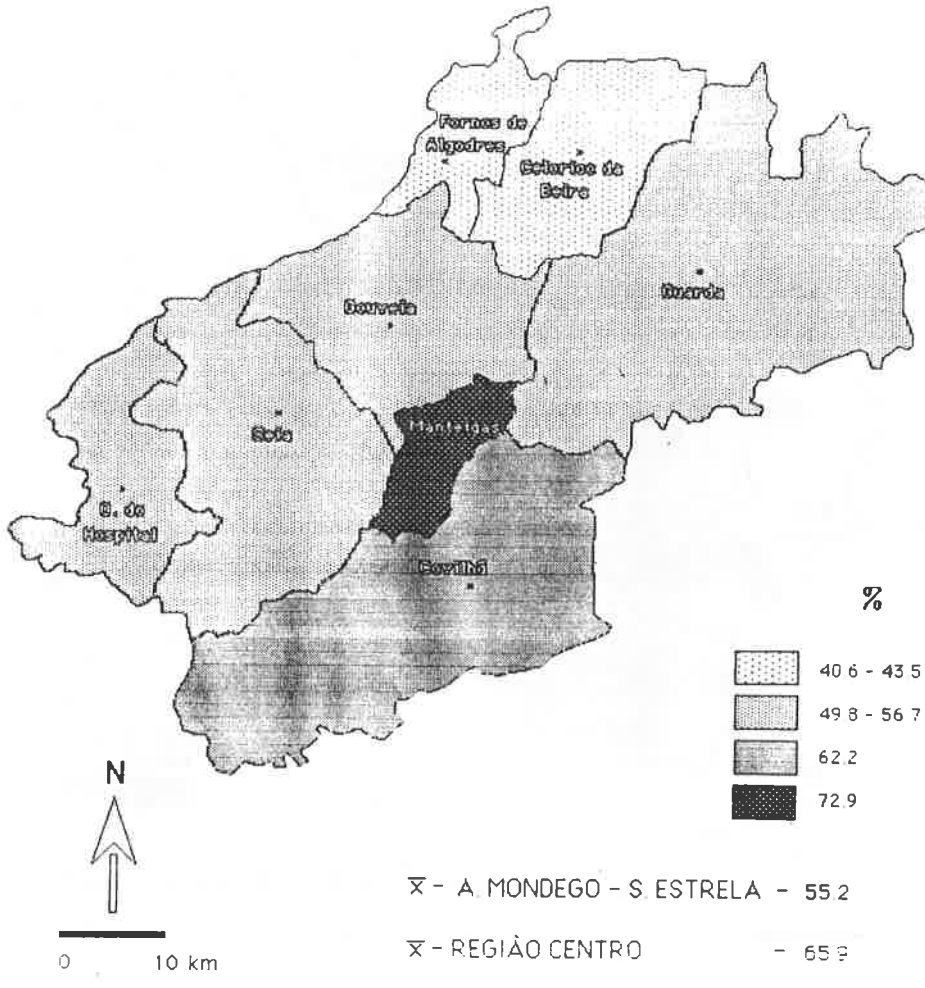


FIG. 23 - ALOJAMENTOS OCUP. COM BANHO

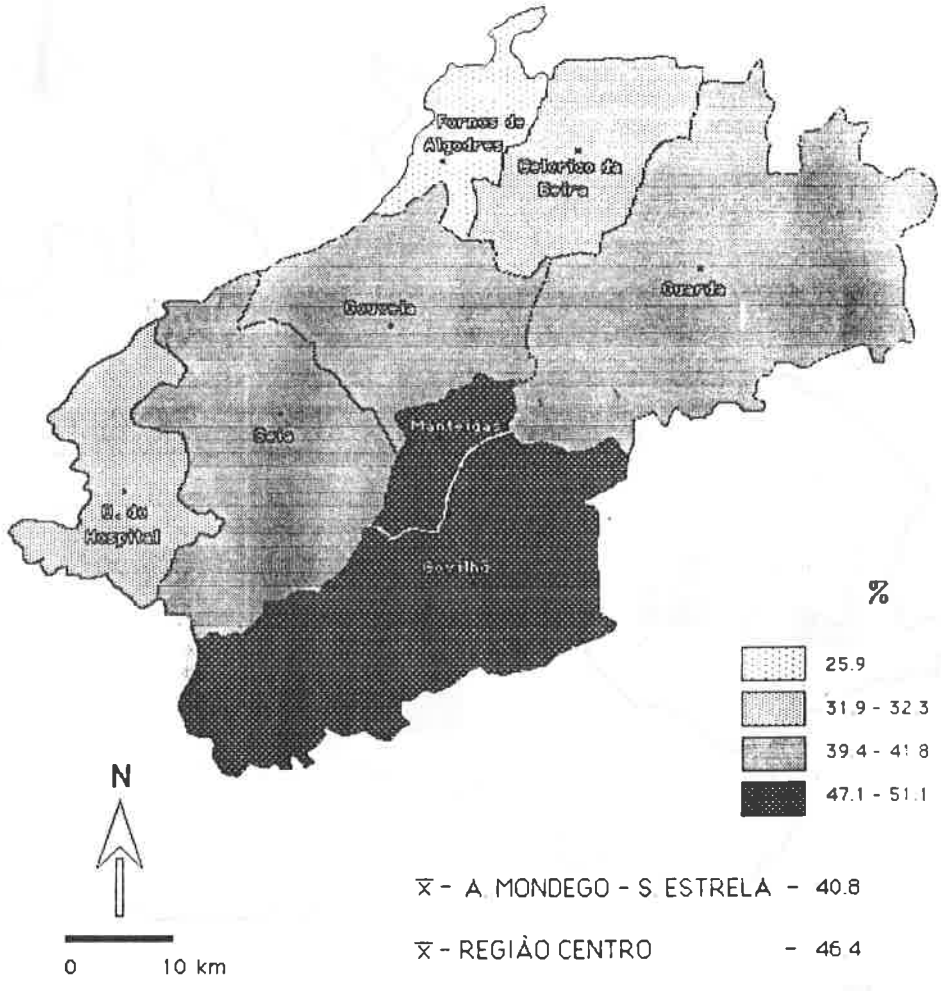
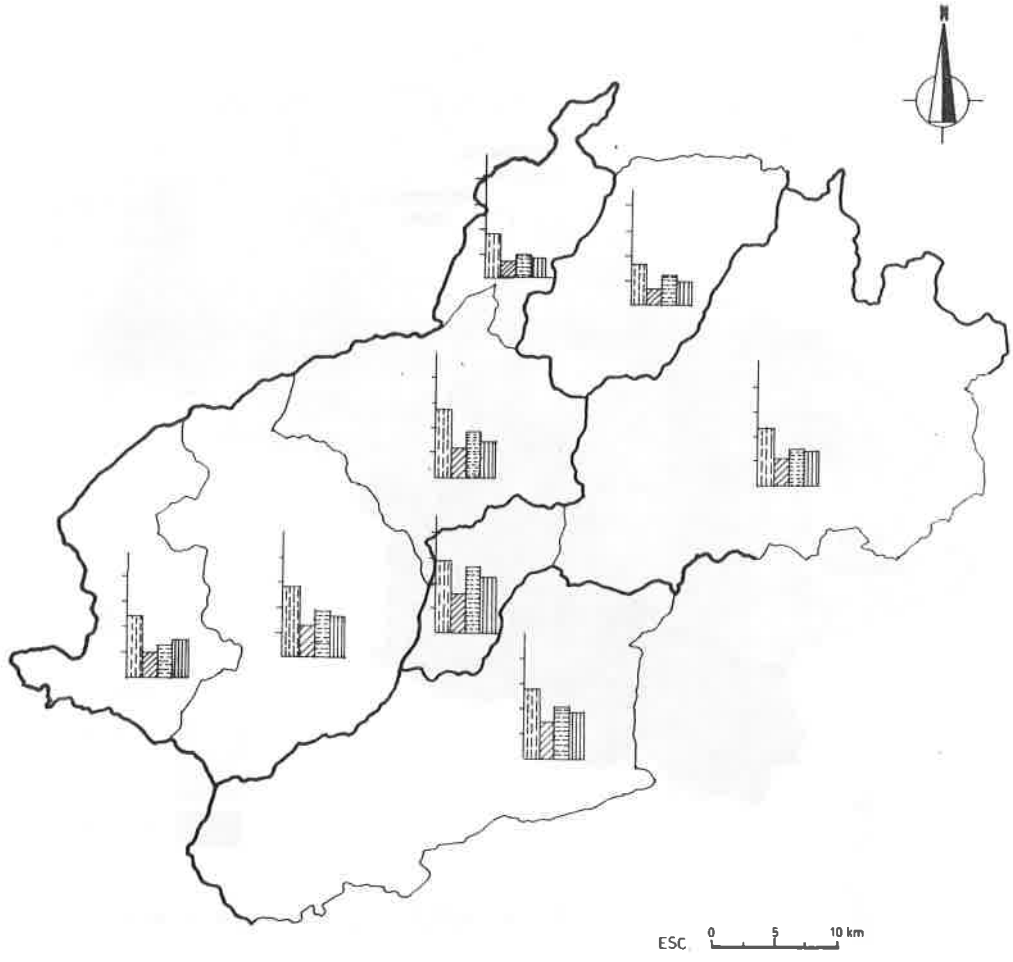


FIG.24– SITUAÇÃO DOS ALOJAMENTOS EM PERCENTAGEM



Os concelhos de Manteigas, Covilhã e Seia detêm percentagens para os quatro indicadores de carências de habitabilidade sempre inferiores à média da sub-região.

Relevo para o concelho de Manteigas que apresenta os valores mais baixos: 5,7% dos alojamentos sem electricidade, 12,1% sem água, 27,1% sem retrete e 48,9% sem banho. Estes valores são sempre inferiores às médias da Região Centro e no caso dos alojamentos sem electricidade e sem água são inferiores aos do Continante.

Torna-se necessário tomar algumas medidas no sector habitacional tais como a construção directa ou através das autarquias de novas construções, a recuperação do parque habitacional degradado e a construção de infraestruturas de apoio a este sector.

3.2. Saneamento Básico e Energia Eléctrica

A população servida por água na sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela em 1981 era de 121.580 pessoas o que correspondia a 61,8% da população total. Destaque para o concelho de Manteigas que apresenta um índice muito acima da média (86,2%) enquanto que menos de metade da população dos concelhos de Fornos de Algodres (43,9%) e Oliveira do Hospital (45,3%) é abastecida por água domiciliária. Na sub-região o consumo médio per capita foi de 29 m^3, apresentando-se valores superiores nos concelhos de Celorico da Beira (50 m^3), Manteigas (40 m^3) e Guarda (39 m^3) enquanto que os concelhos de Gouveia (12 m^3), Oliveira do Hospital (13 m^3) e Seia (17 m^3) detinham os valores inferiores .

A população abrangida com esgotos, na sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela, em 1981 era de 78.932 pessoas o que correspondia a 40,1% da população total. Apenas nos concelhos de Manteigas e Covilhã com mais de metade da população se encontra servida por esta infraestrutura (respectivamente 78,6% e 51,7%) enquanto que as populações dos concelhos de Fornos de Algodres (17,3%), Oliveira do Hospital (17,8%) e Celorico da Beira (20,3%) estão precariamente servidas.

A população contemplada por electricidade em 1981 na sub-região, era de 176.874 pessoas o que representava 90,0% da população total. Os concelhos de Seia (95%), Manteigas (91,6%) e Guarda (91,1%) detinham um índice superior à média, enquanto que os concelhos de Fornos de Algodres (82,1%), Oliveira do Hospital (86,6%) e Celorico da Beira (88,0%) representavam percentagens inferiores. O consumo doméstico de electricidade na sub-região foi de 61.347,5 Kwh correspondendo a um consumo médio per capita de 0,35 Kwh. Destaque para a Covilhã (0,47 Kwh per capita), único concelho que apresenta um valor superior à média enquanto que os concelhos de Fornos de Algodres (0,19 Kwh per capita) e Celorico da Beira (0,20 Kwh per capita) apresentavam os valores inferiores.

É de salientar o esforço importante que as autarquias têm feito nos últimos anos para resolver o problema do saneamento básico e de electrificação das populações da sub-região. No entanto, carências de vária ordem ainda subsistem especialmente em áreas rurais.

No que confere ao abastecimento de água torna-se necessário o reforço de capacidade financeira municipal de modo a levar esta infraestrutura a lugares que ainda a não possuem, nomeadamente aos aglomerados mais importantes populacionalmente e ainda para se proceder à manutenção da rede existente. Esta sub-região apresenta-se com grandes

FIG.25 - POP. SERVIDA COM AGUA AO DOMICILIO

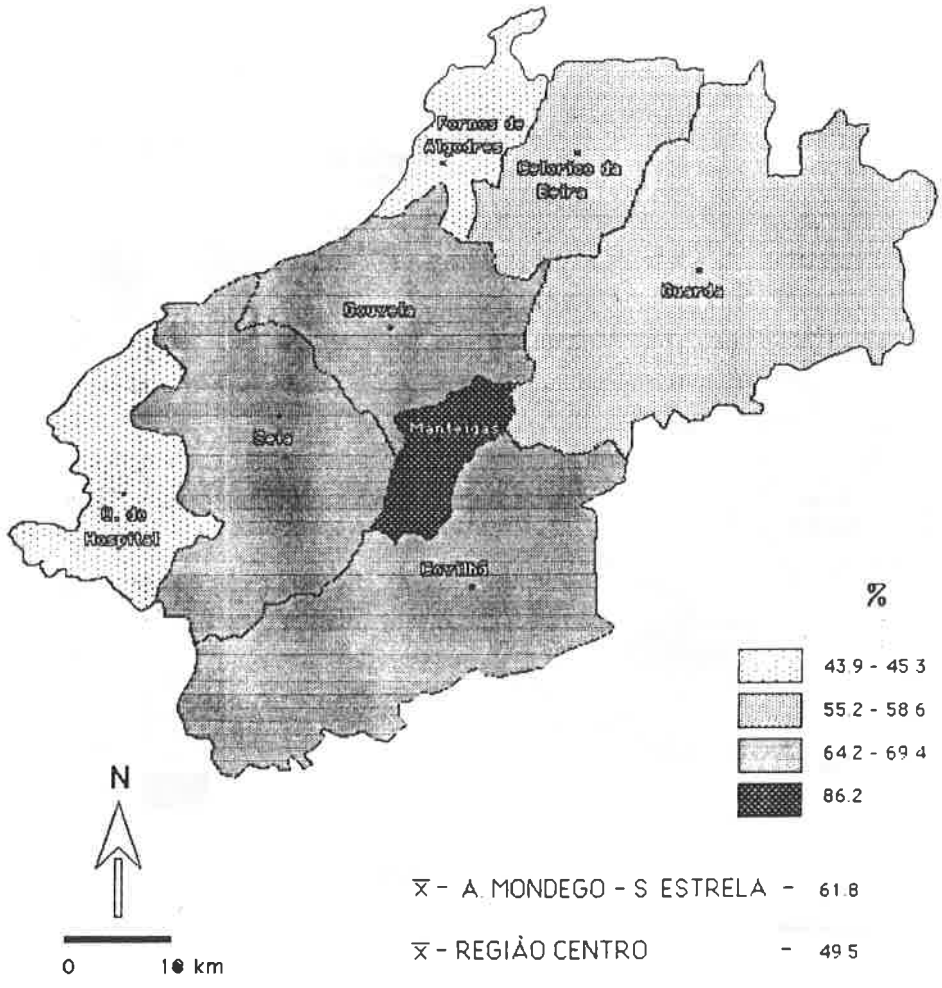


FIG.26 – POP. SERVIDA POR ESGOTOS
1981

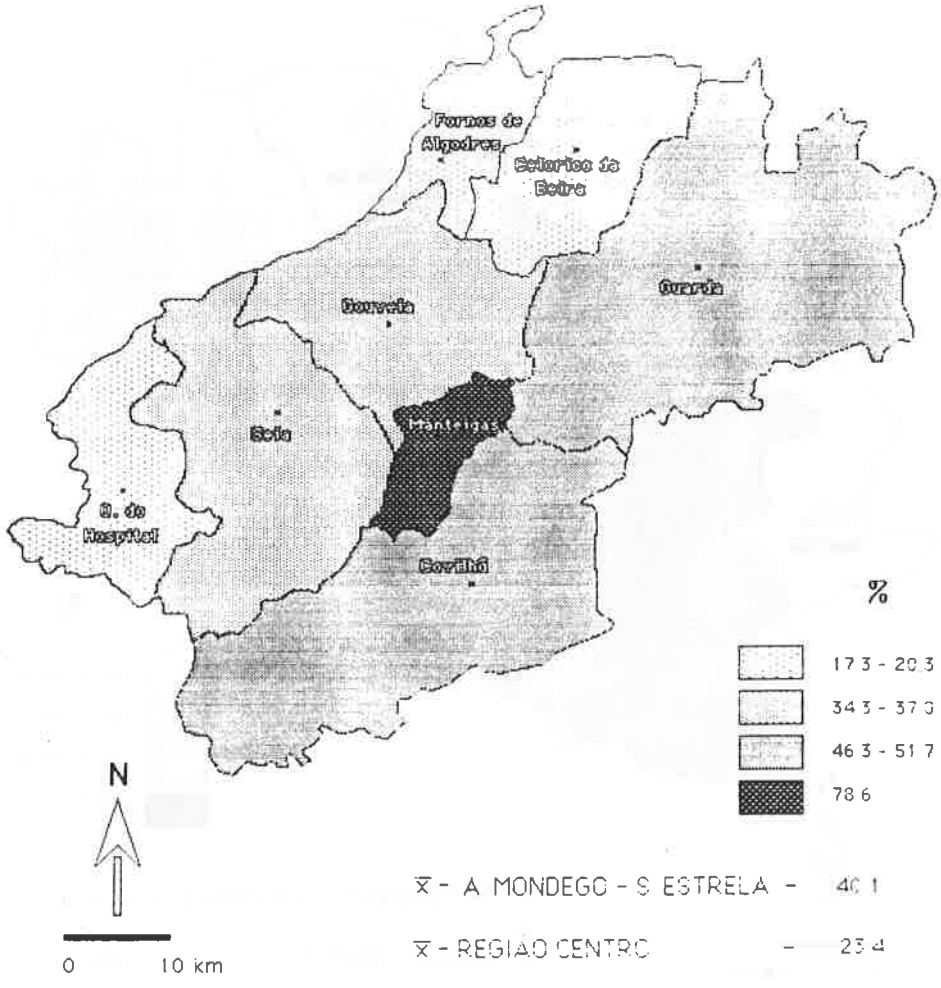


FIG. 27 - POPULAÇÃO SERVIDA COM ELECTRICIDADE

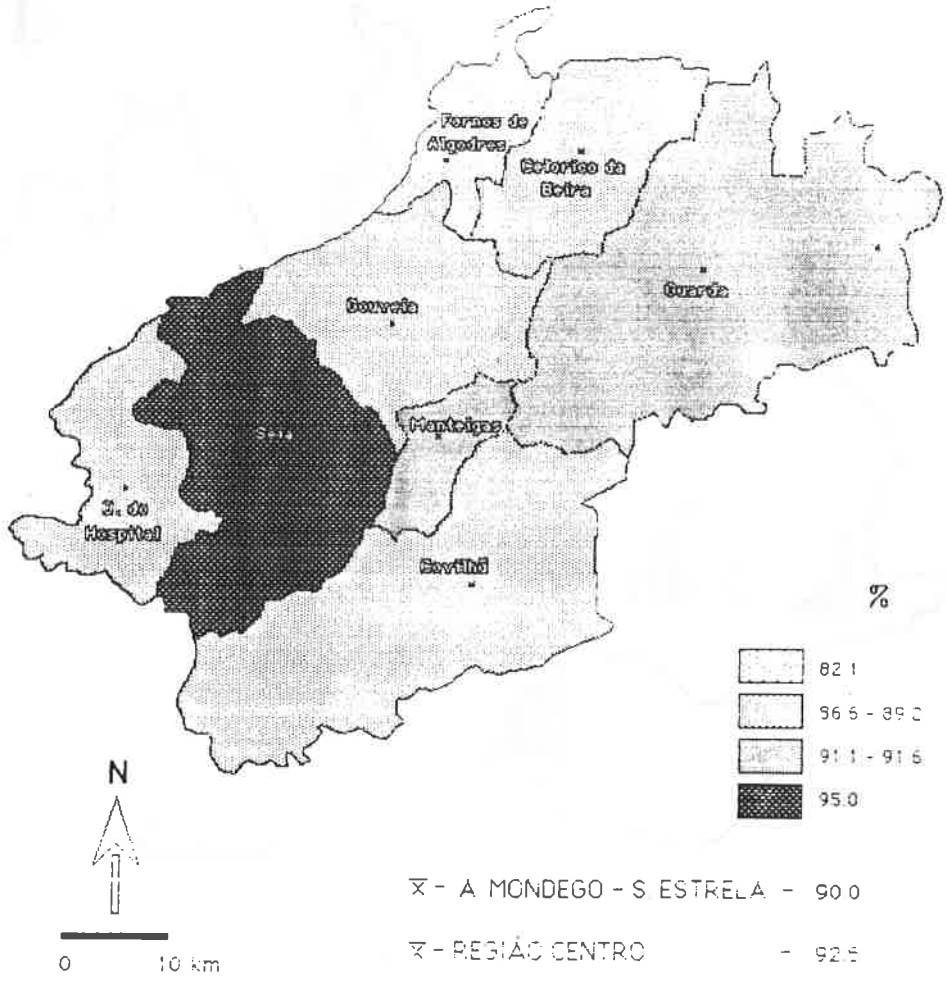
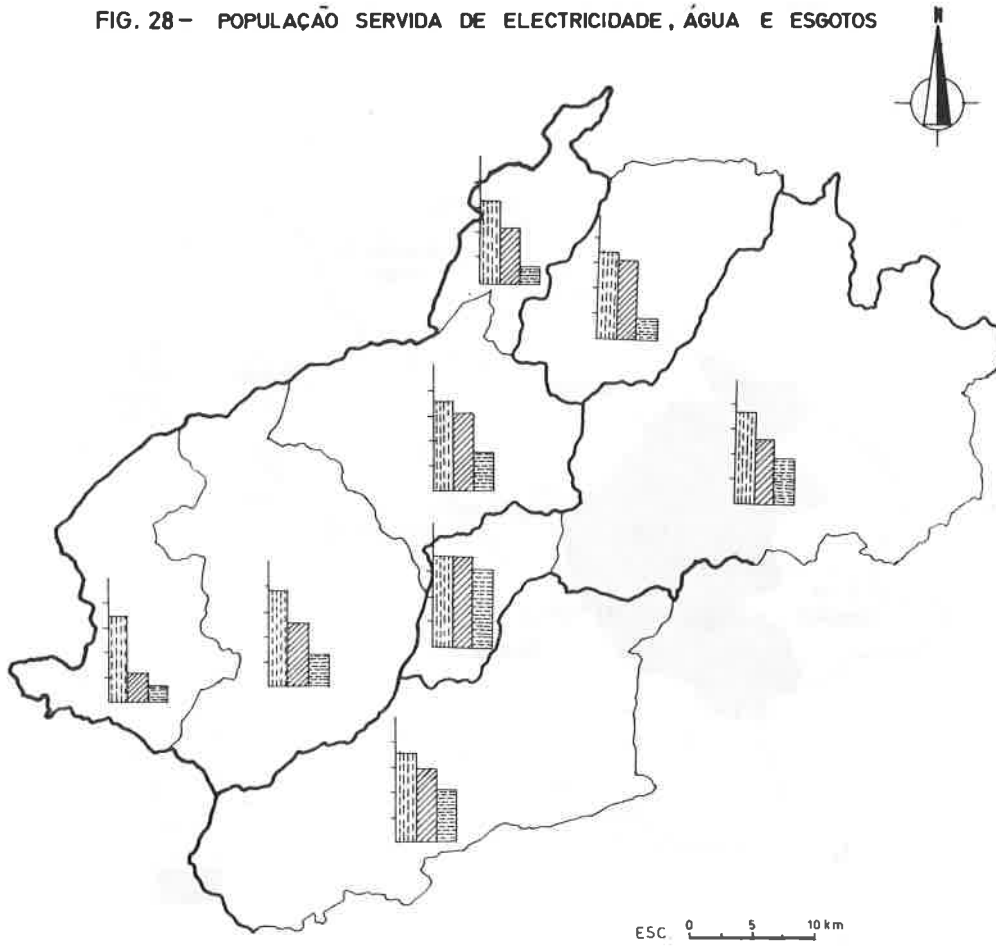


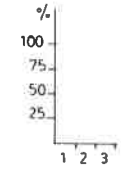
FIG. 28 – POPULAÇÃO SERVIDA DE ELECTRICIDADE, ÁGUA E ESGOTOS



1 % DE POPULAÇÃO SERVIDA DE ELECTRICIDADE

2 % DE POPULAÇÃO SERVIDA DE ÁGUA

3 % DE POPULAÇÃO SERVIDA DE ESGOTOS



capacidades aquíferas e torna-se necessário a construção de depósitos que possam responder ao consumo em situação de seca.

Quanto à drenagem e tratamento de esgotos a situação presente tem de considerar-se francamente insatisfatória. Torna-se necessário aumentar a rede de esgotos de modo a servir especialmente os aglomerados maiores e, por ser uma sub-região que insere um Parque Natural, é fundamental a construção de estações de tratamento de esgotos e em casos muito isolados de fossas sépticas de modo a preservar o meio ambiente.

Não obstante, as percentagens de população servidas por electricidade serem muito elevadas, impõem-se um esforço no sentido de possibilitar que todas tenham acesso a esta infraestrutura tão necessária à melhoria da qualidade de vida das populações. Assim apontamos para a total electrificação dos lugares através da ligação à rede já existente, ou no caso de lugares de pequena dimensão e isolados a partir de microcentrais-hidroeléctricas ou geradores. Também se torna necessário um melhoramento ou modernização dos equipamentos que constituem estas infraestruturas.

3.3. Infraestruturas de transporte

A sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela é servida por três tipos de rede de transporte: rodoviária, ferroviária e aeroportuária.

A sub-região é servida por várias estradas que fazem parte da rede rodoviária nacional salientando-se pela importância que evidenciam a Fstrada Nacional nº 17 (Estrada da Beira) que liga Coimbra a Celorico da Beirá, atravessando uma área que apresenta um relevante dinamismo económico (concelhos de Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia). Nesta im-

portante via de penetração no interior, com intenso tráfego de viaturas de todos os tipos, justificava-se que em alguns troços se promova a beneficiações como: rectificação de curvas, alargamento de faixas e melhoramentos de piso e de bermas. A Estrada Nacional nº 16 que liga Aveiro a Vilar Formoso, passando entre outras localidades, por Viseu, Mangualde, Fornos de Algodres, Celorico da Beira e Guarda, serve a parte Norte da sub-região. As deficiências apresentadas por esta via poderão ser brevemente resolvidas através da construção da via rápida Aveiro-Vilar Formoso, tornando mais fáceis as ligações de toda a parte Norte da Região Centro com os portos de Aveiro e Figueira da Foz e a fronteira de Vilar Formoso e contribuirá- simultaneamente, para uma mais fácil localização industrial e desenvolvimento regional. Outra via importante na sub-região é a Estrada Nacional nº 230, especialmente a parte que liga Venda de Galizes à Covilhã, pois apresenta-se como um dos principais acessos da Estrada da Beira àquela cidade. Nesta via torna-se indispensável o melhoramento dos troços Venda de Galizes-Vide e Unhais da Serra-Tortozendo. Entre outras ligações importantes existentes na sub-região indicamos mais as seguintes, todas sobre estradas nacionais:

- a ligação Seia-Estrada Nacional nº 230 (sobre a E. N. 231) passando por S. Romão e Loriga;

- a ligação Seia-Covilhã (sobre a E.N. 239) passando por Sabugueiro, Torre e Penhas da Saúde;

- a ligação Gouveia-Manteigas (sobre a E.N. 232) passando por Penhas Douradas.

Qualquer destes eixos são estradas de traçado antigo, com numerosas curvas, muito estreitas e quase sempre muito degragadas a necessitar reparação. Estas deficiências

nas estradas, muitas vezes acentuadas pelo carácter acidentado do relevo, tem sido um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento mais expressivo da sub-região.

A sub-região, em 1979, possúia 897,5 Km de rede viária municipal, sendo respectivamente os concelhos da Guarda (218,9 Km), Oliveira do Hospital (151,6 Km), Seia (135,9 Km) e Covilhã (133,9 Km) aqueles que possuiam um maior número de Km de rede. Saliente-se, que, nos últimos anos, tem havido um esforço apreciável das autarquias locais na construção e conservação de estradas municipais com vista a ligar aglomerados populacionais mais isolados ou que permitam um melhor acesso a lugares de interesse turístico, à floresta e aos terrenos agrícolas.

Detecta-se, actualmente, que as autarquias têm grandes dificuldades físicas e financeiras em resolver as imensas carências existentes neste tipo de infraestruturas, o que poderá ser agravado, a breve prazo, caso a J.A.E. desclassifique grande parte da rede viária nacional em municipal, como aponta a proposta do Plano Rodoviário Nacional.

Quanto ao caminho de ferro, apena a parte nordeste da sub-região é servida por esta infraestrutura através de duas linhas, de via única, que entroncam junto à cidade da Guarda - a linha da Beira Alta e a linha da Beira Baixa. A linha da Beira Alta tem uma extensão de 252 Km e apresenta dois traços distintos: o primeiro, da Figueira da Foz à Pampilhosa (50 Km) e um segundo da Pampilhosa a Vilar Formoso (202 Km), que representa o principal eixo de tráfego internacional do País. É este segundo troço que serve a sub-região ao atravessar os concelhos de Gouveia (parte Norte), Fornos de Algodres, Celorico da Beira e Guarda. As características técnicas deste percurso são razoáveis, em comparação com outras

linhas do caminho de ferro nacional, não se encontrando restrições de velocidade superiores a 60 Km/h e no que respeita a carga rebocada. A linha da Beira Baixa tem uma extensão de 212 Km e faz a ligação entre os dois principais eixos ferroviários internacionais, a linha da Beira Alta (Guarda) e a linha do Leste (Abrantes). Esta via, atravessa a parte Sul do concelho da Guarda, encontra-se actualmente num elevado estado de degradação o que origina grandes dificuldades de exploração. Existem fortes restrições quer em termos de velocidade quer no que respeita a carga rebocada. Devido às deficiências apontadas, verificamos que a linha da Beira Baixa não responde às necessidades reais e potenciais da região que atravessa, o que torna necessário a sua reconstrução.

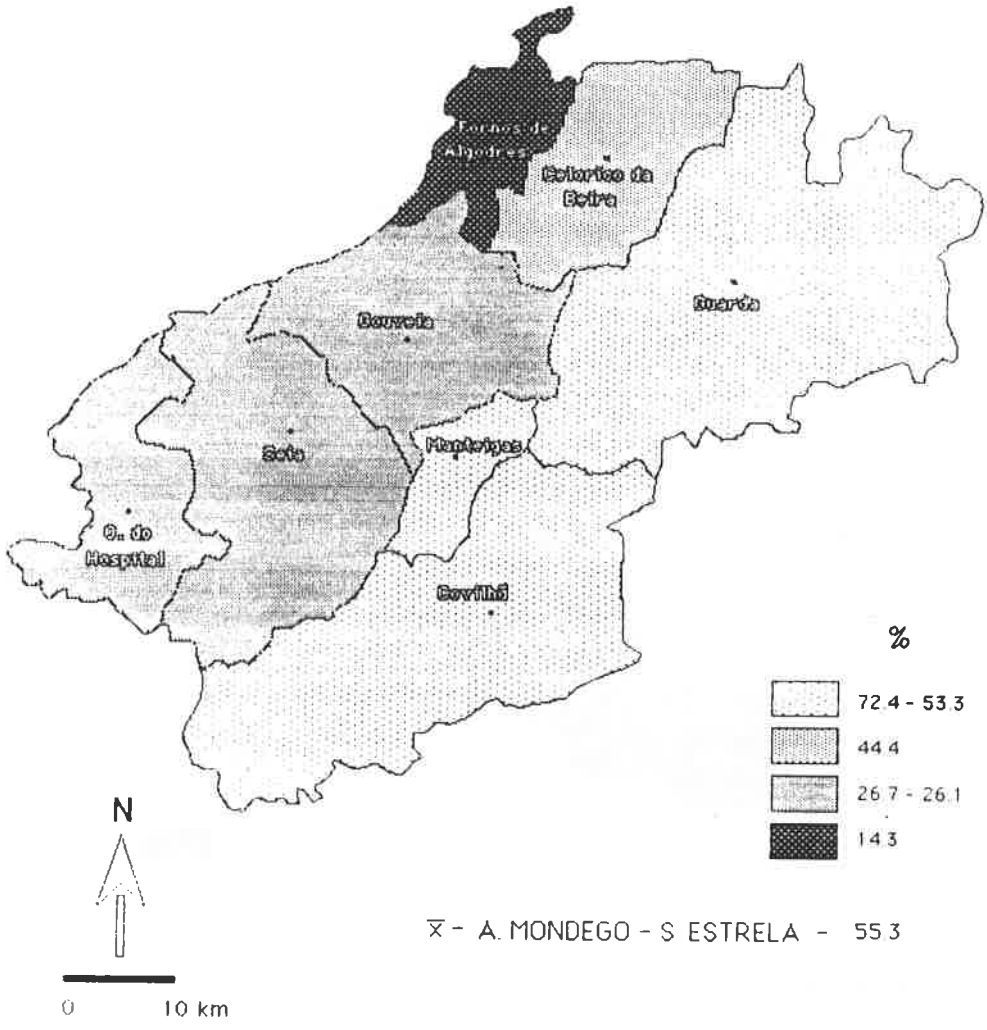
A sub-região possui um aérodromo na Covilhã que permite um mais rápido acesso aos principais centros do País. Este aeródromo é pertença da Câmara Municipal da Covilhã e debate-se com vários problemas, nomeadamente, de manutenção . Actualmente é servido por carreiras da TAP Regional utilizando aeronaves de pequena capacidade.

3.4. Saúde

Na sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela existem dois hospitais sub-regionais: o da Covilhã e da Guarda e centros de saúde em todas as sedes de concelho. Nestes estabelecimentos de saúde, existem 975 camas, das quais 81,6% se encontram nos hospitais da Guarda e Covilhã.

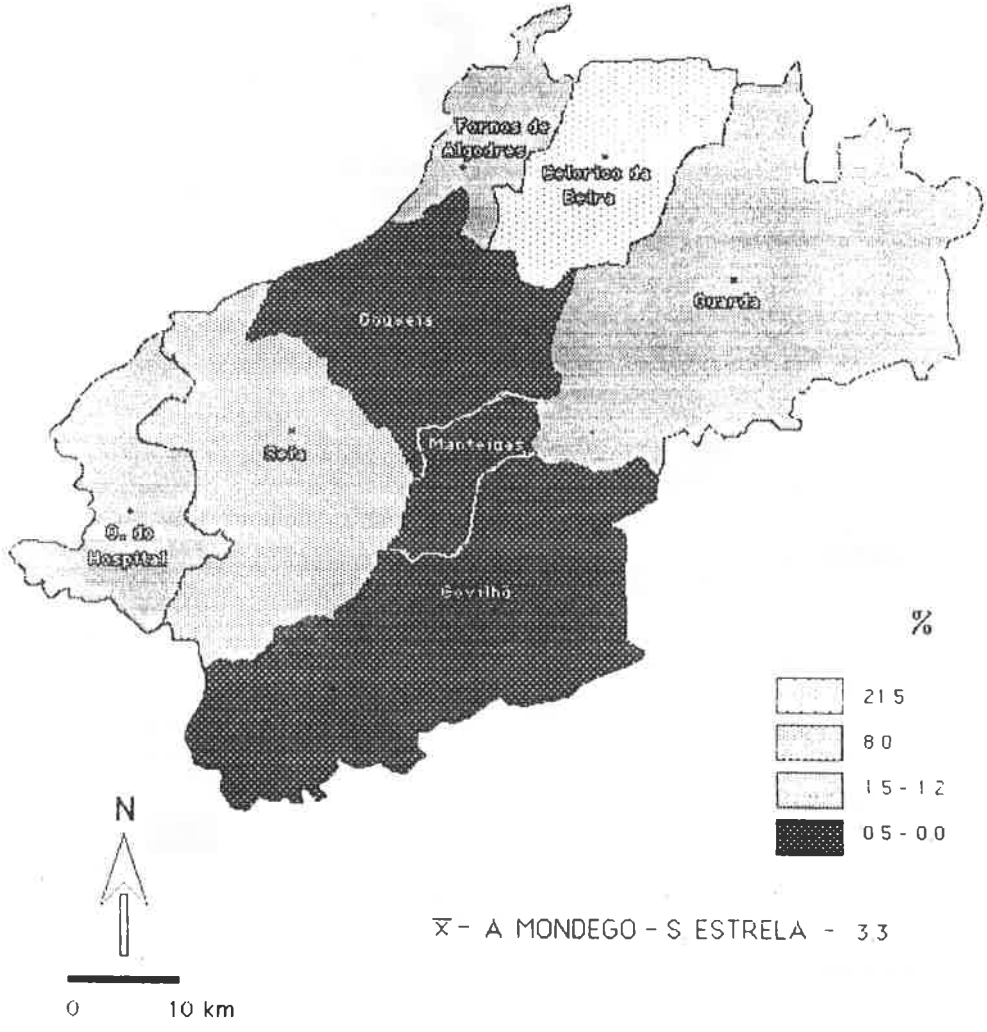
O número de lugares no quadro para os médicos era de 295, dos quais, apenas 44,7% se encontravam preenchidos. Esta precária situação de falta de médicos era maior nos concelhos da Guarda (72,4% de médias em falta), Manteigas (60,0%) e Covilhã (53,3%). Detecta-se que o problema de falta de mé

FIG.29 - MEDICOS EM FALTA



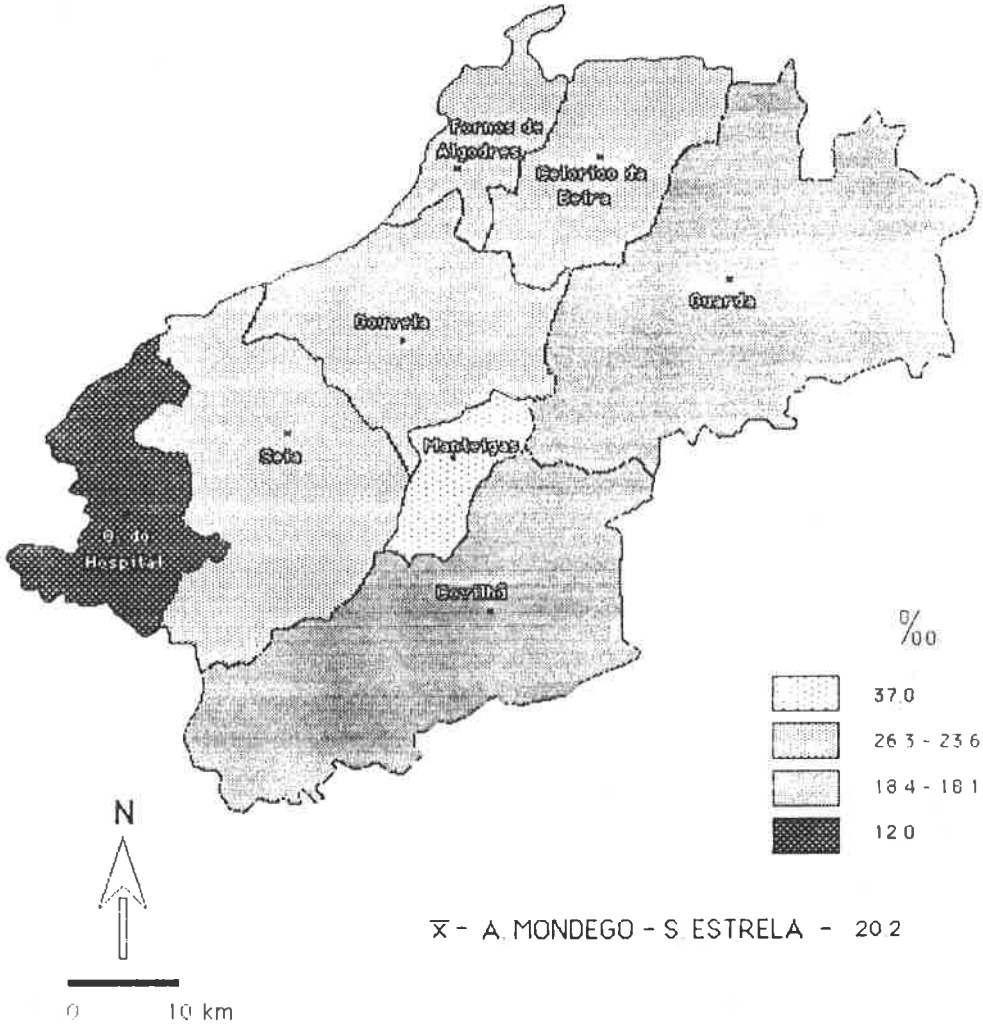
$\bar{x}$ - A. MONDEGO - S ESTRELA - 55.3

FIG. 30 - PARTOS SEM ASSISTENCIA
1983



$\bar{x}$ - A MONDEGO - S ESTRELA - 3 3

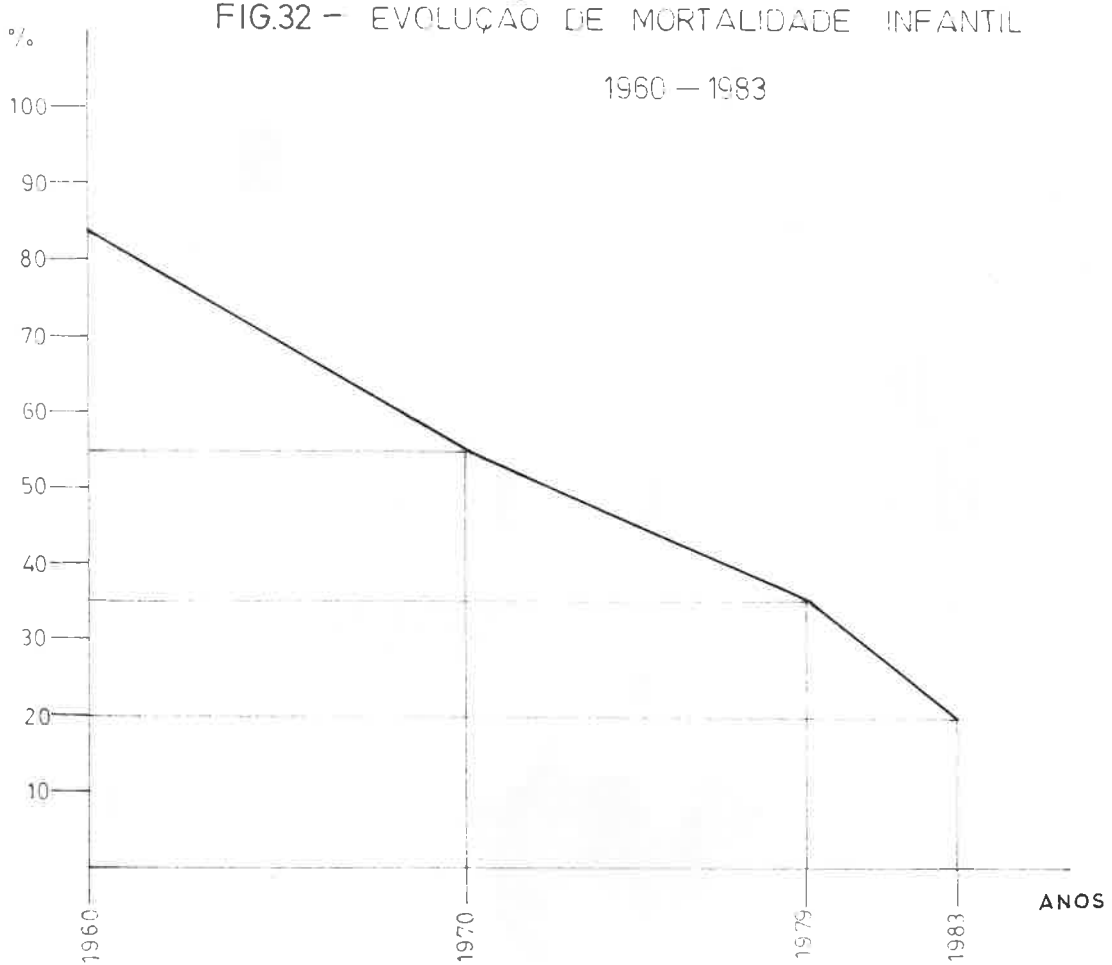
FIG.31 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL
1983



$\bar{x}$ - A. MONDEGO - S. ESTRELA - 20.2

FIG.32 – EVOLUÇÃO DE MORTALIDADE INFANTIL

1960 — 1983



dicos advêm, essencialmente, da falta de especialistas (68,8% contra 39,3% dos de clínica geral).

Na sub-região, em 1983, o número total de partos (2.636) foi superior ao número total de óbitos (2.356). Este facto verificou-se em todos os concelhos, à excepção de Fornos de Algodres e Gouveia, onde o número de óbitos (respectivamente 95 e 248) foi superior ao número de partos (respectivamente de 81 e 213). A percentagem de partos sem assistência na sub-região foi de 3,3%, destacando-se os concelhos de Celorico da Beira (21,5%) e Seia (8,0%). O número de fetos-mortos foi de 29 em toda a sub-região, sendo os concelhos da Covilhã (11), Oliveira do Hospital e Seia (6 cada), os que apresentavam um valor superior.

Na sub-região a taxa de mortalidade infantil que em 1960 era de 84‰ decresceu sucessivamente para 55,6‰ em 1970, 35,8‰ em 1979 e 20,2‰ em 1983. Neste último ano apenás os concelhos de Oliveira do Hospital (12,0‰), Guarda (18,1‰) e Covilhã (18,4‰) apresentavam valores inferiores à média da sub-região.

Os problemas mais graves, que no sector da saúde, afetam a sub-região do Alto Modego/Serra da Estrela são as carências de recursos humanos, nomeadamente, de especialistas e ainda as condições precárias de alguns estabelecimentos de saúde em instalações e equipamentos.

3.5. Educação

Na sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela detectamos 354 estabelecimentos de ensino oficial dos quais 93,8% do ensino primário, 3,1% do preparatório, 2,3% do secundário e os restantes 0,8% do médio e superior.

Existem estabelecimentos de ensino básico oficial (primário e preparatório) em todos os concelhos, salientando-se pe

lo seu elevado elevado número a Guarda (91 do primário e 1 do preparatório), Seia (64 do primário e 2 do preparatório) e Covilhã (54 do primário e 3 do preparatório). Os estabelecimentos do ensino secundário oficial ocorrem em todos os concelhos à excepção de Celorico da Beira, onde o ensino secundário é leccionado no estabelecimento de ensino preparatório e em Fornos de Algodres e Manteigas, ondeexistem externatos com ensino secundário.

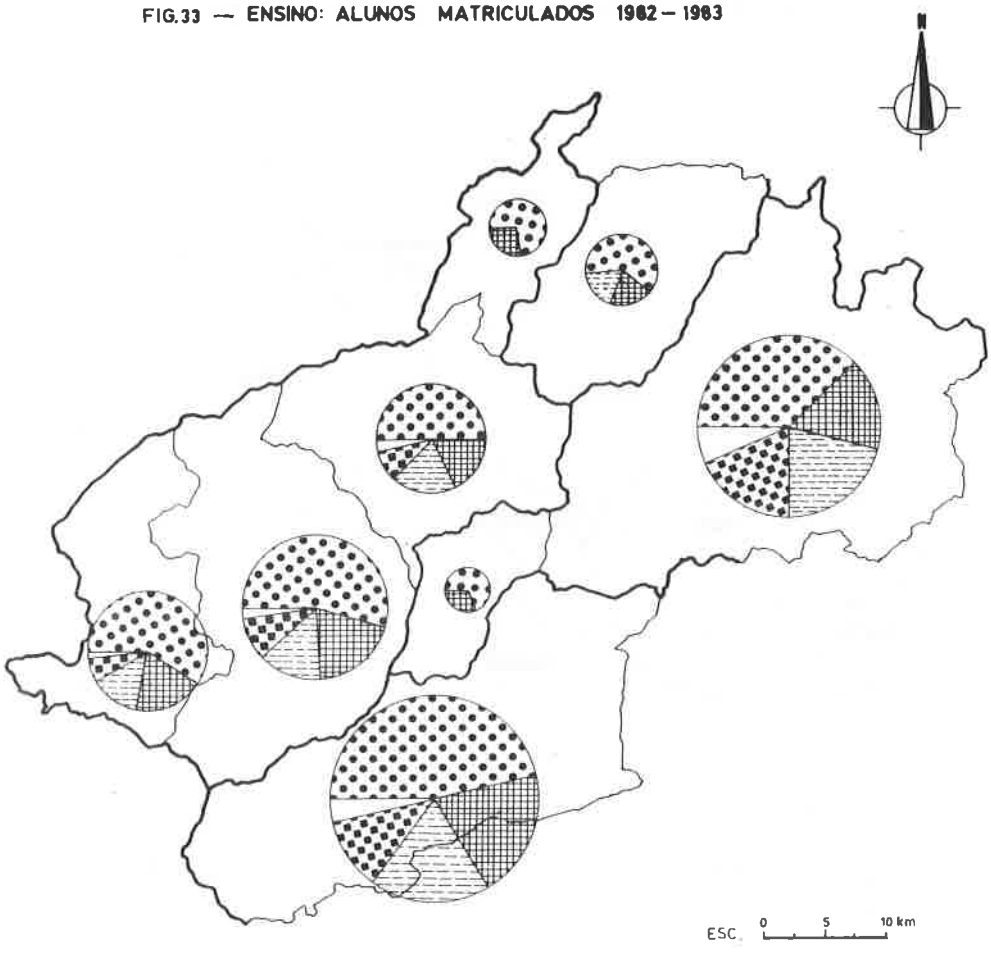
Quanto aos estabelecimentos de ensino médio e superior, aparecem-nos dois no concelho da Guarda: a Escola do Magistério Primário e a Escola de Enfermagem; e um no concelho da Covilhã: O Instituto Universitário da Beira Interior (com os curde Engenharia Têxtil, Química, Mecânica, Electromecânica, Civil, de Gestão e do Papel e Matemática/Informática). Existe, ainda, o Centro de Formação Profissional da Guarda.

As matrículas nos estabelecimentos oficiais de ensino básico, secundário e 12º ano, no ano lectivo de 1982/83, na sub-região, atingiam 33.835 alunos, dos quais 49,2% do ensino primário, 19,0% no ensino preparatório, 17,3% no secundário geral, 11,2% no secundário completo e 3,3% no 12º ano.

Os concelhos da Covilhã e da Guarda detinham no seu conjunto 55,7% desta população escolar, enquanto que os concelhos de Manteigas, Fornos de Algodres e Celorico da Beira, representavam apenas 8,4%.

Relativamente à taxa de analfabetismo, verificamos que os dois concelhos menos industrializados, Fornos de Algodres e Celorico da Beira, detêm valores mais elevados, respectivamente 30,5% e 29,7%. Os outros concelhos apresentam valores que vão desde 21,8% e 24,4%, destacando-se os concelhos de Manteigas (21,8%), Guarda (22,3%) e Seia (22,4%) que apresentam os valores mais baixos. Estes valores, embora elevados, podem-se

FIG.33 — ENSINO: ALUNOS MATRICULADOS 1962 — 1963



ENSINO PRIMÁRIO

ENSINO PREPARATÓRIO

ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO

12ª ANO

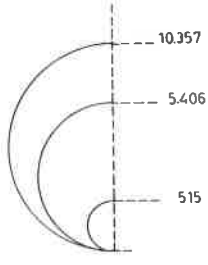
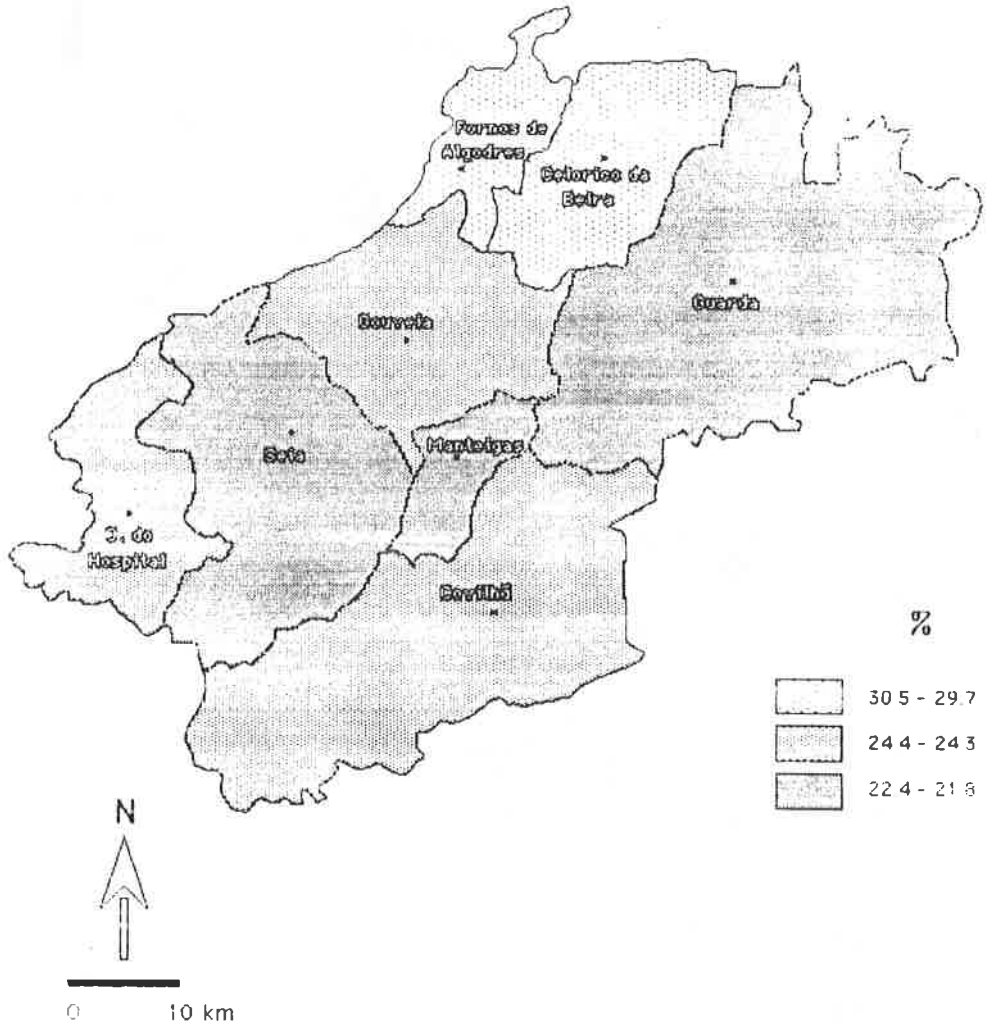


FIG. 34- TAXA DE ANALFABETISMO



considerar satisfatórios, nomeadamente, se compararmos com outras áreas do interior (média do Distrito da Guarda - 38,2%). A cobertura escolar na sub-região apresenta pontualmente lacunas. O ensino primário, atendendo ao número de escolas existentes e à sua distribuição territorial, apresenta-se numa situação privilegiada em relação aos outros graus, embora nalguns casos em condições deficientes O ensino preparatório deve-se estender a outras localidades que justifiquem, de modo a reduzir a deslocação dos alunos. No ensino secundário oficial deve-se construir estabelecimentos nos concelhos onde não existam (Fornos de Algodres e Manteigas) e criar e dinamizar os cursos técnicos profissionais de acordo com as actividades económicas mais importantes na área. No aspecto de formação profissional, a existência na cidade da Guarda das escolas de Enfermagem e do Magistério Primário e o Centro de Formação Profissional, embora algo de positivo, não é suficiente para ultrapassar as dificiências neste campo. Quanto ao ensino superior, o Instituto Universitário da Beira Interior na Covilhã é muito importante, não só para esta sub-região, como para outras limítrofes. Haverá que apoiar os diversos cursos ministrados e viabilizar outros que se enquadrem nas perspectivas do desenvolvimento da área (produção florestal, etc.).

A reconversão da Escola do Magistério Primário da Guarda em Escola Superior de Educação e a criação de um Instituto Politécnico, nesta cidade, cujas actividades se esperam que arranquem brevemente, serão dois passos importantes na formação de técnicos.

3.6. Corporações de Bombeiros

O Serviço de Bombeiros é um dos equipamentos mais importantes, na sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela, atendendo ao número elevado de incêndios que todos os anos devastam a mancha florestal existente. Ocorrem dezasseis corporações de Bombeiros Voluntários que se distribuem pelos oito concelhos do seguinte modo: o concelho de Gouveia possui quatro , o da Guarda e de Seia ocorrem três em cada um dos concelhos, o de Oliveira do Hospital aparece com duas, e os restantes detectam-se apenas uma em cada concelho.

É urgente apoiar estas corporações, nomeadamente, em equipamentos e instalações de forma a tornar mais eficaz o serviço que prestam não só em defesa da floresta como da população em geral.

III - OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

1. OBJECTIVOS GERAIS

- Implementar um programa de desenvolvimento da ovinicultura, actividade de grande peso económico na sub-região, nomeadamente através da produção artesanal do Queijo da Serra, produto de inegáveis qualidades, consequentemente de alto valor comercial e com grandes possibilidades no mercado internacional.

- Diversificar o tecido industrial, aproveitando os recursos locais existentes, nomeadalente, os minerais, florestais, pecuários e agrícolas, através da implantação de unidades industriais nos loteamentos e parques industriais existentes ou em construção. Reestruturar as empresas têxteis com possibilidade de viabilização económica através da introdução de modernas tecnologias de modo a conferir-lhes a necessária competitividade.

- Dinamizar o turismo na Serra da Estrela aproveitando as potencialidades existentes e implantando as infraestruturas necessárias ao seu desenvolvimento.

- Proceder ao povoamento silvícola adequado e ordenado de áreas com aptidão florestal e actualmente agricultadas, incultas ou devastadas pelos incêndios.

- Reforçar o tecido produtivo da sub-região de modo a existir boas condições para a fixação das populações através da criação de novos postos de trabalho.

- Melhorar as acessibilidades tanto no interior da sub-região como no resto do país, através da dotação de equipamentos e infraestruturas necessárias.

- Aumentar a qualidade de vida das populações, designadamente, quanto às condições de habitabilidade.

- Aproveitar os recursos financeiros locais (remessas dos emigrantes e poupanças dos naturais) em proveito e desenvolvimento da sub-região.

2. OBJECTIVOS SECTORIAIS

INFRAESTRUTURAS

- Expandir a rede viária municipal e de viação rural com vista a um melhor aproveitamento das potencialidades económicas da sub-região (turismo, floresta e agricultura) e a ligação mais fácil a lugares mais isolados.

- Melhorar os sistemas de rede viária nacional e municipal, existentes na área, que se apresentam com um traçado antigo, com numerosas curvas, estreitas e em mau estado de conservação de modo a melhorar as acessibilidades internas e externas da sub-região.

- Melhorar e modernizar as vias ferroviárias que servem a sub-região de modo a criar melhores condições de comodidade, segurança e velocidade e consequentemente contribuir para uma maior utilização do caminho de ferro por passageiros e mercadorias.

- Dotar os lugares de pequena e média dimensão das redes de abastecimento de água e de esgotos e construir estações de tratamento de esgotos, especialmente, nas áreas inseridas no Parque Natural da Serra da Estrela.

- Completar a electrificação dos lugares não servidos por esta infraestrutura e possibilitar a sua utilização a um maior número de explorações agrícolas.

- Ampliar a recolha de lixo a todos os aglomerados da sub-região e o seu aproveitamento através da gestão integrada feita pela Associação de Municípios.

- Construir as infraestruturas necessárias às diversas áreas industriais em construção ou em projecto.

- Fomentar a construção da habitação social em centros mais carenciados e recuperar o parque habitacional degradado.

SECTOR PRIMÁRIO

- Fomentar a ovinicultura para aumentar o fabrico do Queijo da Serra da Estrela, melhorando as tecnologias empregues e apoiando a comercialização de qualidade.

- Desenvolver a criação de outras espécies pecuárias, gado bovino, caprino, suíno e animais de capoeira com vista à produção de carne.

- Aumentar as potencialidades silvícolas da sub-região através da florestação e reflorestação de áreas de aptidão florestal com o repovoamento de espécies adequadas tendo em atenção as exigências do Parque Natural da Serra da Estrela.

- Promover e apoiar algumas produções associadas à floresta, nomeadamente, a apicultura, a caça e essências aromáticas numa área com vocação natural.

- Aumentar os níveis de produtividade, rendimento e produção nas áreas com aptidão agrícola (ver Programas de Desenvolvimento do Dão-Lafões e Cova da Beira).

- Melhorar a utilização de recursos humanos através de acções de formação profissional e apoio técnico, apoiando especialmente os jovens agricultores.

- Lançar circuitos de comercialização agrícola de modo a proteger os agricultores a jusante e a montante da produção.

- Aproveitar as potencialidades hídricas da sub-região através da construção de barragens e pequenos regadios e melhorando os existentes.

SECTOR INDUSTRIAL

- Viabilizar ou reconverter a indústria têxtil, com grande implantação na sub-região, de modo a dar uma resposta adequada à crise que o sector atravessa.

- Aproveitar os recursos locais de modo a intensificar e a diversificar a actual estrutura industrial.

- Incentivar e promover a localização de novas unidades nos parques e loteamentos industriais existentes ou que os municípios da área têm previstos.

- Dinamizar a capacidade de iniciativa empresarial local.

- Adequar e qualificar a mão-de-obra face a eventuais alterações dos mercados de trabalho.

EQUIPAMENTOS

- Colmatar as graves carências de recursos humanos verificados nos estabelecimentos de saúde.

- Melhorar as condições de alguns estabelecimentos de saúde, nomeadamente, em instalações e equipamentos.

- Alargar a cobertura escolar nos diversos graus de ensino a lugares que o justifiquem de acordo com o sistema de povoamento e a população escolar.

- Criar e dinamizar os cursos técnico-profissionais e de formação profissional de acordo com as actividades económicas mais importantes na sub-região.

SERVIÇOS

- Modernizar os serviços existentes tanto no sector privado como no sector público, aumentando-lhes a capacidade e a eficiência.

- Dotar a sub-região de serviços essenciais de modo a atingir o desenvolvimento dos sectores produtivos.

TURISMO E ARTESANATO

- Colmatar as graves carências de infraestruturas hoteleiras (hotéis, pensões, restaurantes, cafés) e de outras infraestruturas de apoio à actividade turística (piscinas, postos de turismo e postos de venda de artesanato).

- Modernizar o parque hoteleiro existente.

- Criar novos parques de campismo de modo a acabar com a prática do "campismo selvagem" tendo em atenção os requisitos enunciados pelo Parque Natural da Serra da Estrela.

- Recuperar habitações com possibilidades de alojar turistas nacionais ou estrangeiros (turismo de habitação).

- Aumentar o número de operadores turísticos na sub-região e publicitar, adequadamente, as verdadeiras potencialidades.

- Implementar uma série de circuitos turísticos que possibilitem visitar locais de maior interesse, nomeadamente, do ponto de vista paisagístico, histórico-cultural, gastronómico, etc.

- Promover e defender o património natural, histórico e cultural.

- Incrementar a actividade termal, construindo infraestruturas de apoio.

- Criar instituições de apoio à prática das actividades desportivas e culturais.

- Incentivar, divulgar e comercializar as diversas expressões artesanais genuínas da sub-região.

IV. MEDIDAS E ACÇÕES

Na sub-região do Alto Mondego/Serra da Estrela foram seleccionados 36 investimentos municipais para apresentação ao concurso do FEDER em função dos recursos disponíveis e das prioridades autárquicas. Estes investimentos inserem-se em três grandes grupos de projectos:

- Infraestruturas básicas
- Infraestruturas de transporte
- Infraestruturas de apoio às actividades produtivas.

O projecto de infraestruturas básicas compreende seis sub-projectos concelhios que envolvem, fundamentalmente, investimentos (16) em cáptação e abastecimento de águas ao domicílio, drenagem e tratamento de esgotos.

O projecto de infraestruturas de transporte é composto por seis sub-projectos concelhios que consistem em investimentos (13) no melhoramento, construção e pavimentação de estradas e caminhos municipais.

O projecto de infraestruturas de apoio às actividades produtivas (indústria e turismo) engloba cinco sub-projectos concelhios que correspondem a investimentos (7) em loteamentos industriais, parques de campismo e num complexo jardim-piscina de importância fundamental para o turismo. Apenas no concelho de Celorico da Beira não foram seleccionadas acções que se enquadram neste grupo de projectos.

Relativamente a acções do âmbito da Administração Central e Regional apenas temos conhecimento de um programa relativo à ovinicultura, produção e comercialização do Queijo da Serra elaborado pelos Gabinetes de Planeamento das Direcção Regionais da Agricultura da Beira Litoral e da Beira Interior. Este programa, com um período de implementação entre 1985 e 1989, é composto por diversos projectos componentes com a respectiva programação financeira anual.

De acordo com os objectivos a atingir apontados neste relatório, propõem-se ainda as seguintes acções prioritárias:

- Programa de restruturação do sector têxtil
- Programa de ordenamento do turismo
- Programa de apoio e desenvolvimento das diversas formas artesanais existentes
- Programa de florestação e reflorestação
- Programa de promoção e apoio à apicultura.

Tendo em vista melhorar as acessibilidades, as condições de vida das populações, apoiar e desenvolver as actividades produtivas da sub-região propõem-se as seguintes medidas no domínio das infraestruturas e equipamentos:

- Melhorar as estradas nacionais, nomeadamente a EN 17 (Estrada da Beira) de grande importância para a sub-região.
- Melhorar as linhas ferroviárias que servem a sub-região (linha da Beira Alta e linha da Beira Baixa).

- Melhorar os serviços de transporte e de comunicação prestados pelas empresas públicas que operam na sub-região nomeadamente a Rodoviária Nacional, CP e CTT-TLP.

- Melhorar os estabelecimentos de saúde existentes na sub-região (hospitais sub-regionais e centros de saúde) de acordo com um prévio levantamento de carências.

- Melhorar em instalações e equipamentos os estabelecimentos de ensino existentes e construir-se outros de modo a obter-se uma cobertura correcta dos diversos graus de ensino na sub-região.

- Efectuar cursos de formação profissional nos domínios das mais importantes actividades económicas existentes.

- Aumentar os equipamentos de segurança social, nomeadamente, creches, jardins de infância, internatos, lares, centros de dia e equipamentos para deficientes.

- Melhorar as infraestruturas desportivas e culturais existentes e construir outras de forma a garantir às colectividades o desenvolvimento das suas actividades.

- Equipar e apoiar, convenientemente, as diversas corporações de bombeiros existentes.

V. ANEXO ESTATÍSTICO

QUADRO 1

DIVISÃO ADMINISTRATIVA; População e Densidade Populacional em 1981

	CLASSIFICAÇÃO DOS CONCELHOS 1984 (2)	ÁREA DOS CONCELHOS Km^2 1982 (3)	NÚMERO DE FREGUESIAS 1984 (4)	ÁREA MÉDIA DAS FREGUESIAS Km^2 1982 (5)	POPULAÇÃO RESIDENTE 1981 (6)	DENSIDADE POPULACIONAL 1981 (7)
CELORICO DA BEIRA	R_2	251	21	12,0	10 269	40,9
COVILHÃ	U_1	549	28	19,6	60 945	111,0
FORNOS DE ALGODRES	R_3	131	16	8,2	6 594	50,3
GOUVEIA	R_1	290	22	13,2	19 045	65,7
GUARDA	R_1	709	54	13,1	40 360	56,9
MANTEIGAS	R_2	112	3	37,3	4 493	40,1
OLIVEIRA DO HOSPITAL	R_1	234	20	11,7	23 554	100,7
SEIA	R_1	448	28	16,0	31 352	70,0
TOTAL	———	2 724	192	14,2	196 612	72,2

Fonte: MAI - SEDR e SEAA - Administração Local em Números - 1984.

QUADRO 2

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM VALORES ABSOLUTOS

CONCELHOS	ANOS DE RECENSEAMENTO											
	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
CELORICO DA BEIRA	13 049	14 463	15 474	15 820	15 934	15 045	14 880	16 484	16 732	14 930	11 386	10 269
COVILHÃ	29 368	33 998	47 968	44 427	48 400	45 583	49 934	60 608	68 522	72 957	62 014	60 945
FORNOS DE ALGODRES	8 304	9 259	9 477	10 147	9 953	9 657	9 730	10 507	10 645	9 035	6 925	6 594
GOUVEIA	19 738	21 192	23 022	24 641	25 539	23 599	23 724	27 321	27 673	25 210	18 514	19 045
GUARDA	33 006	36 280	40 205	41 910	44 010	41 909	43 014	47 862	51 468	48 994	39 741	40 360
MANTEIGAS	2 855	3 300	3 802	4 134	4 073	3 802	4 080	4 863	5 390	5 276	4 717	4 493
OLIVEIRA DO HOSPITAL	24 137	25 482	26 741	27 324	27 869	26 992	26 030	28 421	29 038	26 287	23 525	23 554
SEIA	27 236	29 274	30 640	31 929	33 154	32 684	31 281	34 392	35 962	34 436	31 874	31 352
TOTAL	157 693	173 248	197 329	200 332	208 932	199 271	202 673	230 458	245 430	237 125	198 696	196 612

FONTE: INE, Recenseamentos da População

QUADRO 3

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM NÚMEROS

Índice (1864=100)

CONCELHOS	ANOS DE RECENSEAMENTO											
	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
CELORICO DA BEIRA	100	111	119	121	122	115	114	126	128	114	87	79
COVILHÃ	100	116	163	151	165	155	170	206	233	248	211	208
FORNOS DE ALGODRES	100	112	114	122	120	116	117	127	128	109	83	79
GOUVEIA	100	107	117	125	129	120	120	138	140	128	94	96
GUARDA	100	110	122	127	133	127	130	145	156	148	120	122
MANTEIGAS	100	116	133	145	143	133	143	170	189	185	165	157
OLIVEIRA DO HOSPITAL	100	106	111	113	115	112	109	118	120	109	97	98
SEIA	100	107	112	117	122	120	115	126	132	126	117	115
TOTAL	100	110	125	127	132	126	129	146	156	150	126	125.

FONTE: INE, Recenseamentos da População

QUADRO 4

POPULAÇÃO, VARIAÇÃO E DENSIDADES POPULACIONAIS

CONCELHOS	POPULAÇÃO			VARIAÇÃO (em valor absoluto e em %)			DENSIDADE		
	1960	1970	1981	60/70	60/81	70/81	1960	1970	1981
CELORICO DA BEIRA	14 930	11 386	10 269	-3 544 -23,7%	-4 661 -31,2%	-1 117 -9,8%	59,5	45,4	40,9
COVILHÃ	72 957	62 014	60 945	-10 943 -15,0%	-12 012 -16,5%	-1 069 -1,7%	132,9	113,0	111,0
FORNOS DE ALGODRES	9 035	6 925	6 594	-2 110 -23,4%	-2 441 -27,0%	-331 -4,8%	69,0	52,9	50,3
GOUVEIA	25 210	18 514	19 045	-6 696 -26,6%	-6 165 -24,5%	531 2,9%	86,9	63,8	65,7
GUARDA	48 994	39 741	40 360	-9 253 -18,9%	-8 634 -17,6%	619 1,6%	69,1	56,1	56,9
MANTEIGAS	5 276	4 717	4 493	-559 -10,6%	-783 -14,8%	-224 -4,7%	47,1	42,1	40,1
OLIV. DO HOSPITAL	26 287	23 525	23 554	-2 762 -10,5%	-2 733 -10,4%	29 0,1%	112,3	100,5	100,7
SEIA	34 436	31 874	31 352	-2 562 -7,4%	-3 084 -9,0%	-522 -1,6%	76,9	71,1	70,0
TOTAL	237 125	198 696	196 612	-38 429 -16,2%	-40 513 -17,1%	-2 084 -1,0%	87,1	72,9	72,2

FONTE: INE, Recenseamentos da População

QUADRO 5

EMIGRAÇÃO LEGAL

CONCELHOS	Emigração Legal					Taxa Emigratória - %	
	1964/1968	1969/1973	1974/1978	1979/1983	Total de 1964/1983	1964/1973 / 1970	1974/1983 / 1981
Celorico da Beira	1.127 43,8%	685 26,6%	570 22,1%	193 7,5%	2.575 100%	15,9	7,4
Covilhã	7.713 70,4%	2.387 21,8%	535 4,9%	320 2,9%	10.955 100%	16,3	1,4
Fornos de Algodres	393 33,4%	481 40,9%	218 18,5%	85 7,2%	1.177 100%	12,6	4,6
Gouveia	1.491 38,4%	1.392 35,9%	570 14,7%	425 11,0%	3.878 100%	15,6	5,2
Guarda	5.015 74,7%	1.150 17,1%	381 5,7%	168 2,5%	6.714 100%	15,5	1,4
Manteigas	264 68,6%	83 21,6%	27 7,0%	11 2,8%	385 100%	7,4	0,9
Oliveira do Hospital	389 32,8%	519 43,8%	199 16,8%	78 6,6%	1.185 100%	3,9	1,2
Seia	895 30,7%	1.201 41,1%	511 17,5%	313 10,7%	2.920 100%	6,6	2,6
Total dos oito Concelhos	17.287 58,0%	7.898 26,5%	3.011 10,1%	1.593 5,4%	29.789 100%	12,7	2,3

FONTE: Boletins da Junta da Emigração, Boletins da Secretaria de Estado da Emigração e Estatísticas demográficas

QUADRO 6

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO (Homens e Mulheres) - 1981

CONCELHOS	POPULAÇÃO RESIDENTE														
	De menos de 15 anos			De 15 a 34 anos			De 35 a 64 anos			De mais de 65 anos			TOTAL		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
CELORICO DA BEIRA	1 198	1 185	2 383	1 334	1 278	2 612	1 497	1 758	3 255	903	1 116	2 019	4 932	5 337	10 269
COVILHÃ	7 344	6 988	14 332	9 372	8 993	18 365	9 539	10 970	20 509	3 221	4 518	7 739	29 476	31 469	60 945
FORNOS DE ALGODRES	756	698	1 454	793	722	1 515	1 053	1 209	2 262	604	759	1 363	3 206	3 388	6 594
GOUVEIA	2 066	1 950	4 016	2 452	2 372	4 824	3 030	3 624	6 654	1 473	2 078	3 551	9 021	10 024	19 045
GUARDA	4 561	4 467	9 028	5 893	5 911	11 804	6 404	7 166	13 570	2 549	3 409	5 958	19 407	20 953	40 360
MANTEIGAS	499	494	993	720	712	1 432	651	761	1 412	274	382	656	2 144	2 349	4 493
OLIV. DO HOSPITAL	2 887	2 799	5 686	3 224	3 097	6 321	3 573	4 153	7 726	1 509	2 312	3 821	11 193	12 361	23 554
SEIA	3 928	3 887	7 815	4 563	4 503	9 066	4 656	5 359	10 015	1 795	2 661	4 456	14 942	16 410	31 352
TOTAL	23 239	22 468	45 707	28 351	27 588	55 939	30 403	35 000	65 403	12 328	17 235	29 563	94 321	102 291	196 612

FONTE: INE, Recenseamentos da População, 1981

QUADRO 7

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO - 1981

CONCELHOS	POPULAÇÃO RESIDENTE										Coeficiente de Dependência
	Total		De menos de 15 anos		De 15 a 34 anos		De 35 a 64 anos		De mais de 65 anos		
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
CELORICO DA BEIRA	10 269	100	2 383	23,2	2 612	25,4	3 255	31,7	2 019	19,7	0,75
COVILHÃ	60 945	100	14 332	23,5	18 365	30,1	20 509	33,7	7 739	12,7	0,57
FORNOS DE ALGODRES	6 594	100	1 454	22,0	1 515	23,0	2 262	34,3	1 363	20,7	0,75
GOUVEIA	19 045	100	4 016	21,1	4 824	25,3	6 654	34,9	3 551	18,7	0,66
GUARDA	40 360	100	9 028	22,4	11 804	29,2	13 570	33,6	5 958	14,8	0,59
MANTEIGAS	4 493	100	993	22,1	1 432	31,9	1 412	31,4	656	14,6	0,58
OLIV. DO HOSPITAL	23 554	100	5 686	24,2	6 321	26,8	7 726	32,8	3 821	16,2	0,68
SEIA	31 352	100	7 815	24,9	9 066	28,9	10 015	32,0	4 456	14,2	0,64
TOTAL	196 612	100	45 707	23,2	55 939	28,5	65 403	33,3	29 563	15,0	0,62

FONTE: INE, Recenseamentos da População, 1981

QUADRO 8

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA

CONCELHOS	1960				1970				1981			
	Total	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário
CELORICO DA BEIRA	4 795	3 576	535	684	3 480	2 370	410	700	3 207	1 729	672	806
	100	74,6	11,1	14,3	100	68,1	11,8	20,1	100	53,9	21,0	25,1
COVILHÃ	27 802	9 247	12 444	6 111	24 060	5 610	12 650	5 800	22 720	3 461	12 194	7 065
	100	33,3	44,7	22,0	100	23,3	52,6	24,1	100	15,2	53,7	31,1
FORNOS DE ALGODRES	3 080	2 218	379	483	2 015	1 415	275	325	2 197	1 238	453	506
	100	72,0	12,3	15,7	100	70,3	13,6	16,1	100	56,4	20,6	23,0
GOUVEIA	9 026	4 375	3 113	1 538	6 290	2 620	2 080	1 590	6 964	2 342	3 021	1 601
	100	48,5	34,5	17,0	100	41,7	33,0	25,3	100	33,6	43,4	23,0
GUARDA	16 991	9 705	3 024	4 262	13 160	6 575	2 685	3 900	14 868	4 277	4 612	5 979
	100	57,1	17,8	25,1	100	50,0	20,4	29,6	100	28,8	31,0	40,2
MANTEIGAS	1 961	824	763	374	1 730	495	1 015	220	1 670	227	969	474
	100	42,0	38,9	19,1	100	28,6	58,7	12,7	100	13,6	58,0	28,4
OLIV. DO HOSPITAL	8 412	4 654	2 339	1 419	7 545	3 655	2 385	1 505	8 412	2 652	3 732	2 028
	100	55,3	27,8	16,9	100	48,4	31,6	20,0	100	31,5	44,4	24,1
SEIA	10 828	6 049	2 867	1 912	10 625	4 150	4 650	1 825	11 087	2 697	5 915	2 475
	100	55,9	26,5	17,6	100	39,0	43,8	17,2	100	24,3	53,4	22,3
TOTAL	82 895	40 648	25 464	16 783	68 905	26 890	26 150	15 865	71 125	18 623	31 568	20 934
	100	49,0	30,7	20,3	100	39,0	38,0	23,0	100	26,2	44,4	29,4

FONTE: INE, Recenseamentos da População

QUADRO 9

POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA - 1981

	TOTAL		POPULAÇÃO ACTIVA CIVIL A EXERCER UMA PROFISSÃO								DESEMPREGADA					
			Total		Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário		Total		Procurando o 1º Emprego		Procurando novo Emprego	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
CELORICO DA BEIRA	3 480	33,9	3 207	100	1 729	53,9	672	21,0	806	25,1	209	100	132	63,2	77	36,8
COVILHÃ	25 339	41,6	22 720	100	3 461	15,2	12 194	53,7	7 065	31,1	2 220	100	1 311	59,1	909	40,9
FORNOS DE ALGODRES	2 359	35,8	2 197	100	1 238	56,4	453	20,6	506	23,0	125	100	56	44,8	69	55,2
GOUVEIA	7 561	39,7	6 964	100	2 342	33,6	3 021	43,4	1 601	23,0	480	100	285	59,4	195	40,6
GUARDA	15 925	39,5	14 868	100	4 277	28,8	4 612	31,0	5 979	40,2	784	100	533	68,0	251	32,0
MANTEIGAS	1 872	41,7	1 670	100	227	13,6	969	58,0	474	28,4	172	100	110	64,0	62	36,0
OLIV. DO HOSPITAL	9 070	38,5	8 412	100	2 652	31,5	3 732	44,4	2 028	24,1	546	100	342	62,6	204	37,4
SEIA	12 434	39,7	11 087	100	2 697	24,3	5 915	53,4	2 475	22,3	1 187	100	936	78,9	251	21,1
TOTAL	78 040	39,7	71 125	100	18 623	26,2	31 568	44,4	20 934	29,4	5 723	100	3 705	64,7	2 018	35,3

FONTE: INE, Recenseamentos da População, 1981

QUADRO Nº 10

NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E SUPERFÍCIE UTILIZADA

Unidade: Ha

CONCELHOS	TOTAL DE EXPLORAÇÕES	SUPERFÍCIE UTILIZADA									
		TOTAL		Terra arável limpa		Culturas Permanentes		Pastagens Permanentes		Matas e Florestas	
	Número	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%
CELORICO DA BEIRA	2 173	6 225	100	4 719	75,8	572	9,2	387	6,2	549	8,8
COVILHÃ	4 384	13 842	100	4 933	35,6	2 852	20,6	219	1,6	5 836	42,2
FORNOS DE ALGODRES	1 674	4 354	100	2 037	46,8	746	17,1	123	2,8	1 449	33,3
GOUVEIA	2 598	5 134	100	2 410	46,9	1 356	26,4	247	4,8	1 126	21,9
GUARDA	6 252	20 803	100	13 300	63,9	1 960	9,4	3 170	15,3	2 374	11,4
MANTEIGAS	227	514	100	101	19,7	83	16,1	19	3,7	311	60,5
OLIVEIRA DO HOSPITAL	4 229	8 173	100	3 129	38,3	379	4,7	10	0,1	4 650	56,9
SEIA	3 989	8 025	100	2 898	36,1	1 532	19,1	66	0,8	3 526	44,0
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	25 526	67 070	100	33 527	50,0	9 480	14,1	4 241	6,3	19 821	29,6

Fonte: Recenseamento Agrícola do Continente, 1979.

QUADRO Nº 11

NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E RESPECTIVAS SUPERFÍCIES POR CLASSES DE ÁREAS E CONCELHOS

CONCELHOS	ATÉ 20 HA		MAIS DE 20 HA		TOTAL	
	Nº de Expl.	Sup.(ha)	Nº de Expl.	Sup.(ha)	Nº de Expl.	Sup.(ha)
CELORICO DA BEIRA	2 138	5 935	34	1 438	2 172	7 373
COVILHÃ	4 324	7 916	58	13 080	4 382	20 996
FORNOS DE ALGODRES	1 644	4 547	30	2 000	1 674	6 547
GOUVEIA	2 572	8 090	25	5 182	2 597	13 272
GUARDA	6 143	23 500	106	6 191	6 249	29 691
MANTEIGAS	224	311	2	3 297	226	3 608
OLIVEIRA DO HOSPITAL	4 215	5 942	14	2 470	4 229	8 412
SEIA	3 956	6 666	27	2 488	3 983	9 154
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	25 216	62 907	296	36 146	25 512	99 053

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola de 1979.

QUADRO Nº 12

NÚMERO DE BLOCOS E NÚMERO MÉDIO DE BLOCOS POR EXPLORAÇÃO POR CLASSES DE ÁREAS E CONCELHOS

CONCELHOS	NAS EXPLORAÇÕES ATÉ 20 HA		NAS EXPLORAÇÕES COM MAIS DE 20 HA		NO TOTAL DAS EXPLORAÇÕES	
	Nº de Blocos	Número Médio de Blocos por Exploração	Nº de Blocos	Número Médio de Blocos por Exploração	Nº de Blocos	Número Médio de Blocos por Exploração
CELORICO DA BEIRA	8 598	4,0	154	4,5	8 752	4,0
COVILHÃ	19 204	4,4	530	9,1	19 734	4,5
FORNOS DE ALGODRES	8 375	5,1	353	11,8	8 728	5,2
GOUVEIA	12 270	4,8	117	4,7	12 387	4,8
GUARDA	44 117	7,2	2 228	21,0	46 345	7,4
MANTEIGAS	721	3,2	12	6,0	733	3,2
OLIVEIRA DO HOSPITAL	18 073	4,3	131	9,4	18 204	4,3
SEIA	20 253	5,1	279	10,3	20 532	5,2
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	131 611	5,2	3 804	14,1	135 415	5,3

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola, 1979.

QUADRO Nº 13

SUPERFÍCIE MÉDIA DAS EXPLORAÇÕES, SUPERFÍCIE MÉDIA DOS BLOCOS E PERCENTAGEM DA SUPERFÍCIE DAS EXPLORAÇÕES NA SUPERFÍCIE TOTAL

CONCELHOS	SUPERFÍCIE MÉDIA DAS EXPLORAÇÕES (HA)	SUPERFÍCIE MÉDIA DOS BLOCOS (HA)	PERCENTAGEM DA SUPERFÍCIE DAS EXPLORAÇÕES NA SUPERFÍCIE TOTAL
CELORICO DA BEIRA	3,40	0,84	29,38
COVILHÃ	4,79	1,06	38,24
FORNOS DE ALGODRES	3,91	0,75	49,98
GOUVEIA	5,11	1,07	45,77
GUARDA	4,75	0,64	41,88
MANTEIGAS	15,97	4,92	32,21
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1,99	0,46	35,95
SEIA	2,30	0,45	20,43
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	3,88	0,73	36,36
REGIÃO CENTRO	3,62	0,42	-

Fonte: INE Estatísticas Agrícolas 1979.

QUADRO Nº 14

NÚMERO DAS EXPLORAÇÕES, SEGUNDO A FORMA DE EXPLORAÇÃO DA TERRA

CONCELHOS	CONTA PRÓPRIA			ARRENDAMENTO			CONTA PRÓPRIA E ARRENDAMENTO			OUTRAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO			TOTAL DE EXPLORAÇÕES		
	Até 20 ha	Mais de 20 ha	Total de Expl.	Até 20 ha	Mais de 20 ha	Total de Expl.	Até 20 ha	Mais de 20 ha	Total de Expl.	Até 20 ha	Mais de 20 ha	Total de Expl.	Até 20 ha	Mais de 20 ha	Total de Expl.
CELORICO DA BEIRA	791	5	796	496	13	509	765	16	781	86	0	86	2 138	34	2 172
COVILHÃ	3 229	45	3 274	494	5	499	525	7	532	76	1	77	4 324	58	4 382
FORNOS DE ALGODRES	702	16	718	292	3	295	590	11	601	60	0	60	1 644	30	1 674
GOUVEIA	1 326	15	1 341	237	4	241	968	5	973	41	1	42	2 572	25	2 597
GUARDA	3 945	68	4 013	351	10	361	1 758	27	1 785	89	1	90	6 143	106	6 249
MANTEIGAS	152	2	154	19	0	19	52	0	52	1	0	1	224	2	226
OLIVEIRA DO HOSPITAL	2 541	11	2 552	862	1	863	741	2	743	71	0	71	4 215	14	4 229
SEIA	2 438	23	2 461	493	1	494	987	3	990	38	0	38	3 956	27	3 983
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	15 124	185	15 309	3 244	37	3 281	6 386	71	6 457	462	3	465	25 216	296	25 512

Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas, 1979.

QUADRO Nº 15

SUPERFÍCIE DAS EXPLORAÇÕES, SEGUNDO A FORMA DE EXPLORAÇÃO DA TERRA

CONCELHOS	CONTA PRÓPRIA			ARRENDAMENTO			CONTA PRÓPRIA E ARRENDAMENTO			OUTRAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO			TOTAL DE EXPLORAÇÕES		
	Até 20 ha	Mais de 20 ha	Total de Expl.	Até 20 ha	Mais de 20 ha	Total de Expl.	Até 20 ha	Mais de 20 ha	Total de Expl.	Até 20 ha	Mais de 20 ha	Total de Expl.	Até 20 ha	Mais de 20 ha	Total de Expl.
CELORICO DA BEIRA	1 850	273	2 123	1 492	484	1 976	2 448	681	3 129	146	0	146	5 936	1 438	7 374
COVILHÃ	5 898	12 227	18 125	760	361	1 121	1 208	462	1 670	51	30	81	7 917	13 080	20 997
FORNOS DE ALGODRES	1 786	1 458	3 244	761	91	852	1 915	452	2 367	87	0	87	4 549	2 001	6 550
GOUVEIA	5 309	4 624	9 933	691	217	908	2 045	309	2 354	44	33	77	8 089	5 183	13 272
GUARDA	14 979	3 763	18 742	774	600	1 374	7 554	1 747	9 301	193	81	274	23 500	6 191	29 691
MANTEIGAS	213	3 297	3 510	16	0	16	81	0	81	1	0	1	311	3 297	3 608
OLIVEIRA DO HOSPITAL	3 943	2 235	6 178	815	100	915	1 104	135	1 239	81	0	81	5 943	2 470	8 413
SEIA	4 553	2 336	6 889	587	41	628	1 493	111	1 604	35	0	35	6 668	2 488	9 156
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	38 531	30 213	68 744	5 896	1 894	7 790	17 848	3 897	21 745	638	144	782	62 913	36 148	99 061

Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas, 1979.

QUADRO Nº 16

POPULAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA PERMANENTE E EVENTUAL

CONCELHOS	POPULAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS		MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA PERMANENTE		MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA EVENTUAL	
	Total	Trabalhando na Exploração	Explorações	Trabalhadores	Explorações	Número total de jornas no ano agrícola de 1978-1979
CELORICO DA BEIRA	7 096	5 252	16	48	1 506	44 189
COVILHÃ	13 019	9 881	116	353	1 645	63 665
FORNOS DE ÁLGODRES	5 315	3 768	30	70	1 262	48 000
GOUVEIA	8 100	5 853	54	91	1 716	106 888
GUARDA	19 039	14 532	107	238	1 970	58 056
MANTEIGAS	683	422	5	12	102	4 333
OLIVEIRA DO HOSPITAL	13 595	9 134	84	358	2 789	47 606
SEIA	14 051	9 188	46	111	2 739	84 544
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	80 898	58 030	458	1 281	13 729	457 281

Fonte: Recenseamento Agrícola do Continente de 1979.

QUADRO Nº 17

ALGUMAS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS

Valor: 1.000 Esc.

	Centeio	Milho em grão	Batata	Vinho	Forragens	Feijão seco	TOTAIS
Celorico da Beira	11 885	7 135	45 878	233	21 572	11 372	98 075
Covilhã	1 832	12 828	165 762	32 851	44 128	8 260	265 661
Fornos de Algodres	4 805	4 325	17 067	701	12 315	3 194	42 407
Gouveia	1 948	5 491	31 246	22 949	15 712	4 565	81 911
Guarda	13 875	2 606	145 007	575	61 380	8 508	231 951
Manteigas	1 042	1 360	15 004	463	2 801	564	21 234
Oliveira do Hospital	663	12 719	36 916	2 577	14 783	7 899	75 557
Seia	3 544	8 104	94 009	204	22 334	8 052	136 247
Total dos oito concelhos	39 594	54 568	550 889	60 553	195 025	52 414	953 043
% na Região Centro	25,6	5,3	15,3	11	9,6	8,9	-

Fonte: Projecto de matrizes regionais e intersectoriais
"Regionalização da Produção do Sector Primário para 1977".

QUADRO Nº 18

ALGUMAS PRODUÇÕES SILVÍCOLAS

Valor: 1.000 Esc.

CONCELHOS	MADEIRA PARA PASTA	MADEIRA EM TOROS	RESINA DE PINHEIRO	CASTANHA	TOTAL
Celorico da Beira	1 920	5 127	2 940	421	10 408
Covilhã	8 920	24 803	14 094	5 421	53 238
Fornos de Algodres	2 028	6 222	3 251	421	11 922
Gouveia	3 366	9 615	5 258	1 883	20 122
Guarda	4 586	14 817	7 283	37 129	63 815
Manteigas	1 526	5 272	2 446	1 473	10 717
Oliveira do Hospital	6 838	18 515	10 558	-	35 911
Seia	9 369	26 187	14 951	3 356	53 863
Total dos oito concelhos	38 553	110 558	60 781	50 104	259 996
% na Região Centro	6,1	10,6	10,6	27,8	-

Fonte: Projecto de matrizes regionais e intersectoriais "Regionalização da Produção do Sector Primário para 1977".

QUADRO Nº 19

GADO E ANIMAIS DE CAPOEIRA

(NÚMERO DE CABEÇAS)

CONCELHOS	BOVINOS		SUÍNOS		OVINOS		CAPRINOS		GALINHAS POEDEIRAS E/OU REPRODUTORAS
		Dos quais vacas leiteiras		Dos quais porcas reprodutoras		Dos quais ovelhas com 6 meses e mais		Dos quais cabras com 6 meses e mais	
CELORICO DA BEIRA	667	329	759	28	15 530	13 041	2 480	2 141	96 031
COVILHÃ	2 818	1 591	3 873	641	8 623	7 299	5 063	4 079	22 652
FORNOS DE ALGODRES	648	240	719	91	6 747	6 237	2 088	1 923	26 258
GOUVEIA	365	113	555	157	9 324	7 439	2 391	1 909	95 356
GUARDA	7 546	4 654	6 293	661	11 734	8 873	8 508	6 549	367 496
MANTEIGAS	73	27	43	5	821	506	427	356	1 602
OLIVEIRA DO HOSPITAL	307	102	1 552	406	6 122	5 551	1 883	1 780	37 660
SEIA	589	160	1 397	315	11 539	9 447	3 504	2 917	108 626
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	13 013	7 216	15 191	2 304	70 440	58 393	26 344	21 654	755 681
% NA REGIÃO CENTRO	4,7	-	2,6	-	15,8	-	9,9	-	9,5

Fonte: Recenseamento Agrícola do Continente de 1979.

QUADRO Nº 20

ALGUMAS PRODUÇÕES PECUÁRIAS

Valor: 1.000 esc.

CONCELHOS	Gado Bovino Jovem	Gado Bovino Adulto	Gado Ovino	Gado Suíno	Galináceos do Campo	Coelhos do Campo	Ovos	Total	Leite de Cabra	Leite de Ovelha
Celorico da Beira	1 730	3 142	16 681	6 899	431	354	2 274	31 511	913	4 316
Covilhã	9 131	13 615	13 901	37 947	941	1 999	3 008	80 542	3 661	4 419
Fornos de Algodres	2 019	3 142	8 340	5 175	344	5 560	9 159	33 739	815	2 120
Gouveia	815	1 571	11 121	5 175	1 032	1 213	2 422	23 399	1 049	3 292
Guarda	18 830	40 846	15 291	43 122	835	1 668	4 865	125 466	2 457	4 034
Manteigas	385	-	1 390	1 725	152	152	784	4 588	431	234
Oliveira do Hospital	3 140	3 142	9 036	25 873	1 049	3 876	1 952	48 068	1 004	3 446
Seia	2 691	3 142	15 291	13 799	2 313	1 971	17 029	56 236	1 620	4 117
Total dos oito concelhos	38 800	68 600	91 051	139 715	7 097	16 793	41 493	403 549	8 655	26 478
% na Região Centro	6,0	5,0	13,4	5,1	6,7	10,8	13,6	-	7,4	14,9

Fonte: Projecto de matrizes regionais e intersectoriais
"Regionalização da Produção do Sector Primário para 1977".

QUADRO 21

Recursos Minerais

CONCELHOS	
Celorico da Beira	Estanho:Ribeira de Moes (Celorico da Beira), Santa Maria, Do Cáparo, Vilhagre (Celorico), São Pedro, Valagota nºs 1 e 2 (Corti ço da Serra)
Covilhã	Estanho: Recheira, Vale da Horta (Barco), Lameiras nºs 3 e 5 (Vale Formoso); Estanho e Titânio: Galvão (Vale Formoso); Volfrâmio: Peixeiro nº 1 (Cortes do Meio), Cambões de Baixo, Cova de Cruz, Madurrada nº 2 (S.Jorge da Beira); Volfrâmio e Estanho: Couto Mineiro da Panasqueira (Aldeia de São Francisco de Assis e São Jorge da Beira), Cabeço da Argamela, Pedra Alta nº 1 (Barco), Torgais (S. Jorge da Beira), Malhoeira e Cabeçadas (Sarzedo);
Fornos de Algodres	-
Gouveia	Estanho: Serra do Gato nº 2 (Folgosinho), Saibro, Vale de Santo Isidoro, Vale de Santo Isidoro nº2 (Melo); Estanho e Titânio: Maré nºs 1 e 2 (Nabais) e Salgueiro (Ribamondego); Estanho e Volfrâmio: Barranco (Figueiró da Serra); Quartzo e Feldspato: Romilaxe nº1 (s. Paio), Tapada do Lobo nº2 (Vila Franca da Serra); Volfrâmio: Sargaçal de Baixo (Aldeias) e Maria Soares (Folgosinho);

Gouveia (Cont.)	Volfrâmio e Arsénio: Ladeira de Cramão (Folgosinho); Volfrâmio, Glucínio, Quartzo e Feldspato: Seixinhos (S.Paio); Volfrâmio e Quartzo: Barranco das Paredes (Aldeias).
Guarda	Chumbo: Barroca da Valenta (Valhelhas); Estanho: Ameirinho, Boqueirão, Carvalhal, Charneca, Lameiras nºs 1 e 2, Porto de Sabugal nº 2, Quarelas e Tapada dos Mortuórios(Gonçalo), Barrocas de Caminho de Monte Novo (Piega), Ceara, Marquesa das Mantas, Boas Vistas, Quinta dos Montes, Quinta da Teixeira, Torre, Vendas nºs 1 e 2 (Vela), Cabeço Alto nº 1, Maranhão, Quinta da Pêssega, Quinta da Pêssega nº 2, Serra de Bois nºs 1, 2, 3, 5 e 7 e Serra do Gato (Videmonte); Estanho, Feldspato e Quartzo: Feital (Casal da Cinza); Estanho e Lítio:Quinta do Lagedo, Alvarrões nº 25 (Gonçalo, Seixo Amarelo e Vela), Alvarrões nº 28 (Gonçalo); Estanho, Tântalo, Nióbio e Titânio: Quinta da Levada (Vela; Estanho e Titânio: Cavalheira nºs 1 e 3, Galindra (Gonçalo), Perquito nº 1 (Vela); Estanho e Volfrâmio: Torrinhas (Pega), Cabeça Alta nº 2 (Videmonte); Lítio: Alvarrões nº 27 (Gonçalo) Alvarrões nº 26 (Gonçalo e Seixo Amarelo), Alvarrões nº 22 e 23 (Vela);

Guarda (Cont.)	Urânio: Quinta dos Besteiros , Quinta Nova nº 2 (Benespera), Coita da Casa Nova, Coita da Casa Nova nºs 2 e 3 (Santana da Azinha); Volfrâmio: Granja nº 2 (Pera Soares), Cabris (Trinta).
Manteigas	Quartzo: Seixo Branco nº 5 (Manteigas - Santa Maria).
Oliveira do Hospital	-
Seia	Estanho: Ribeira de Sarnados (Tourais), Pedras do Estanho (Vila Cova-à-Coelheira); Estanho e Titânio: Calina nºs 1 e 2, Chaveiral nºs 1 e 2 (Paranhos) Lameirão nº 3, Pontinha nºs 4 e 5 (Pilhanços); Estanho e Volfrâmio: Vales (Valezim e Vila Cova), Couto Mineiro do Malhão (Sazes da Beira); Quartzo e Feldspato: Quinta da Pelada nº 1 (Lages).

FONTE: Anuário Geral de Portugal, 1983

QUADRO Nº 22

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA 1980

CONCELHOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	%	PESSOAL AO SERVIÇO	%	Nº DE EMPR. Nº ESTABELEC.	FORMAÇÃO BRUTA DO CAPITAL FIXO (FBCF) 10^3 ESC.	%	VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) 10^3 ESC.	%	VAB / EMPREGO 10^3 ESC.	VAB / POPULAÇÃO 1981 10^3 ESC.
CELORICO DA BEIRA	7	2,2	76	0,4	10,9	3 864	0,5	4 398	0,1	57,9	0,4
COVILHÃ	131	42,1	8 417	45,7	64,3	193 060	24,1	2 358 669	48,7	280,2	38,7
FORNOS DE ALGODRES	8	2,6	88	0,5	11,0	2 053	0,3	35 648	0,7	405,1	5,4
GOUVEIA	28	9,0	1 500	8,1	53,6	133 205	16,6	442 574	9,2	295,0	23,2
GUARDA	52	16,7	2 020	11,0	38,9	240 566	30,0	630 240	13,0	312,0	15,6
MANTEIGAS	8	2,6	747	4,1	93,4	12 701	1,6	183 255	3,8	245,3	40,8
OLIVEIRA DO HOSPITAL	36	11,6	1 653	9,0	45,9	87 164	10,9	507 328	10,5	306,9	21,5
SEIA	41	13,2	3 919	21,2	95,6	127 863	16,0	678 705	14,0	173,2	24,6
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	311	100	18 420	100	59,2	800 476	100	4 840 817	100	262,8	24,6
%	10,5		15,5			8,0		11,2			
REGIÃO CENTRO	2 952	-	119 092	-	40,3	9 970 285	-	43 242 017	-	363,1	24,7
%	100		100			100		100			

FONTE: INE, Estatísticas Industriais de 1980 (dados não publicados)

QUADRO Nº 23

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM 1980, SEGUNDO O CÓDIGO C.A.E.

C.A.E. / CONCELHOS	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	TOTAL
CELORICO DA BEIRA	3	-	3	1	-	-	-	..	-	7
COVILHÃ	25	76	17	5	1	3	1	3	-	131
FORNOS DE ALGODRES	4	-	4	-	-	-	-	-	-	8
GOUVEIA	10	11	4	3	..	-	-	-	-	28
GUARDA	14	15	5	3	4	7	-	4	-	52
MANTEIGAS	2	4	1	1	-	-	-	-	-	8
OLIVEIRA DO HOSPITAL	8	7	15	-	2	2	-	2	-	36
SEIA	14	16	6	2	2	..	1	-	-	41
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	80	129	55	15	9	12	2	9	-	311
%	25,7	41,5	17,7	4,8	2,9	3,9	0,6	2,9	-	100
REGIÃO CENTRO	868	321	710	177	220	364	35	252	5	2 952

Fonte: INE, Estatísticas Industriais de 1980 (dados não publicados).

QUADRO Nº 24

PESSOAL AO SERVIÇO EM 1980, SEGUNDO O CÓDIGO DA C.A.E.

C.A.E. / CONCELHOS	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	TOTAL
CELORICO DA BEIRA	58	-	7	3	-	-	-	(8)	-	76
COVILHÃ	206	7 921	135	71	6	20	1	57	-	8 417
FORNOS DE ALGODRES	28	-	60	-	-	-	-	-	-	88
GOUVEIA	51	1 409	11	28	(1)	-	-	-	-	1 500
GUARDA	155	863	114	22	28	89	-	749	-	2 020
MANTEIGAS	13	705	25	4	-	-	-	-	-	747
OLIVEIRA DO HOSPITAL	46	1 076	467	-	7	13	-	44	-	1 653
SEIA	72	3 634	76	14	24	(3)	96	-	-	3 919
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	629	15 608	895	142	66	125	97	858	-	18 420
%	3,4	84,7	4,9	0,8	0,4	0,7	0,5	4,6	-	100
REGIÃO CENTRO	14 449	33 655	11 426	6 854	8 627	23 816	2 670	17 478	117	119 092

Fonte: INE, Estatísticas Industriais de 1980 (dados não publicados).

QUADRO Nº 25

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO EM 1980, SEGUNDO O CÓDIGO DA C.A.E.

Unid.: 10^3 esc.

C.A.E. / CONCELHOS	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	TOTAL
CELORICO DA BEIRA	3 684	-	180	..	-	-	-	..	-	3 864
COVILHÃ	1 353	177 709	8 207	3 104	..	950	..	1 737	-	193 060
FORNOS DE ALGODRES	1 373	-	680	-	-	-	-	-	-	2 053
GOUVEIA	2 002	130 478	450	275	..	-	-	-	-	133 205
GUARDA	6 866	28 553	8 793	1 700	6 235	1 395	-	187 024	-	240 566
MANTEIGAS	400	11 095	1 206	..	-	-	-	-	-	12 701
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1 520	57 531	25 658	-	..	1 422	-	1 033	-	87 164
SEIA	16 135	99 687	2 539	..	1 434	..	8 068	-	-	127 863
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	33 333	505 053	47 713	5 079	7 669	3 767	8 068	189 794	-	800 476
%	4,2	63,1	6,0	0,6	0,9	0,5	1,0	23,7		100
REGIÃO CENTRO	1 897 443	1 392 244	570 966	1 137 130	1 015 317	1 936 793	339 337	1 677 131	3 924	9 970 285

FONTE: INE, Estatísticas Industriais de 1980 (dados não publicados).

QUADRO Nº 26

VALOR ACRESCENTADO BRUTO EM 1980, SEGUNDO O CÓDIGO C.A.E.

Unid.: 10^3 esc.

C.A.E. / CONCELHOS	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	TOTAL
CELORICO DA BEIRA	3 553	-	762	83	-	-	-	..	-	4 398
COVILHÃ	33 615	2 255 802	33 593	17 202	289	1 348	69	16 751	-	2 358 669
FORNOS DE ALGODRES	17 167	-	18 481	-	-	-	-	-	-	35 648
GOUVEIA	9 465	427 332	649	5 128	..	-	-	-	-	442 574
GUARDA	35 313	197 301	25 846	2 943	28 991	20 310	-	319 536	-	630 240
MANTEIGAS	2 268	179 428	1 140	419	-	-	-	-	-	183 255
OLIVEIRA DO HOSPITAL	7 255	217 555	270 790	-	484	2 539	-	8 705	-	507 328
SEIA	16 594	621 680	8 525	3 252	5 105	421	23 128	-	-	678 705
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	125 230	3 899 098	359 786	29 027	34 869	24 618	23 197	344 992	-	4 840 817
%	2.6	80,6	7,4	0,6	0,7	0,5	0,5	7,1		100
REGIÃO CENTRO	4 791 341	8 096 317	2 688 152	5 424 342	4 085 214	9 494 499	1 128 692	7 516 608	16 852	43 242 017

FONTE: INE, Estatísticas Industriais de 1980 (dados não publicados).

QUADRO Nº 27

NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS POR ESTABELECIMENTO EM 1980, SEGUNDO O CÓDIGO C.A.E.

C.A.E. / CONCELHOS	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	TOTAL
CELORICO DA BEIRA	19,3	-	2,3	3,0	-	-	-	..	-	10,9
COVILHÃ	8,2	104,2	7,9	14,2	6,0	6,7	1,0	19,0	-	64,3
FORNOS DE ALGODRES	7,0	-	15,0	-	-	-	-	-	-	11,0
GOUVEIA	5,1	128,1	2,8	9,3	..	-	-	-	-	53,6
GUARDA	11,1	57,5	22,8	7,3	7,0	12,7	-	187,3	-	38,9
MANTEIGAS	6,5	176,3	25,0	4,0	-	-	-	-	-	93,4
OLIVEIRA DO HOSPITAL	5,8	153,7	31,1	-	3,5	6,5	-	22,0	-	45,9
SEIA	5,1	227,1	12,7	7,0	12,0	..	96,0	-	-	95,6
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	7,9	121,0	16,3	9,5	7,3	10,4	48,5	95,3	-	59,2
REGIÃO CENTRO	16,7	104,8	16,1	38,7	39,2	65,4	76,3	69,4	23,4	40,3

FONTE: INE, Estatísticas Industriais de 1980 (dados não publicados).

ANEXO

CÓDIGO DA C.A.E.

3.1. - Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos.

3.2. - Indústrias Têxteis, do Vestuário e do Couro.

3.3. - Indústrias da Madeira e da Cortiça.

3.4. - Indústrias do papel, artes gráficas e edição de publicações.

3.5. - Indústrias Químicas dos derivados de petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico.

3.6. - Indústria dos Produtos Minerais Não Metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão.

3.7. - Indústrias Metalúrgicas de base.

3.8. - Indústrias de Fabricação de Produtos Metálicos e de Máquinas, Equipamento e Material de Transporte.

3.9. - Outras Indústrias Transformadoras.

QUADRO Nº 28

HIERARQUIA DOS LUGARES CENTRAIS PELA OCORRÊNCIA DAS FUNÇÕES CENTRAIS DO SECTOR PRIVADO (LUGARES COM 10 OU MAIS FUNÇÕES CENTRAIS)

Nº DE ORDEM	LUGARES CENTRAIS	CONCELHO A QUE PERTENCE	Nº DE FUNÇÕES CENTRAIS 1974	Nº DE UNIDADES FUNCIONAIS 1974	MATÉRIA COLECTÁVEL 1974	POPULAÇÃO 1981
1	COVILHÃ	Covilhã	62	567	27 394,5	22 192
2	GUARDA	Guarda	59	445	26 885,9	13 118
3	SEIA	Seia	54	160	6 448,0	3 617
4	GOUVEIA	Gouveia	47	128	7 695,8	3 436
5	CELORICO DA BEIRA	Celorico da Beira	43	143	2 029,6	2 087
6	OLIVEIRA DO HOSPITAL	Oliveira do Hospital	42	89	10 245,6	3 011
7	Tortozendo	Covilhã	37	125	4 669,0	2 774
8	FORNOS DE ALGODRES	Fornos de Algodres	36	72	1 197,4	1 143
9	MANTEIGAS	Manteigas	35	113	1 243,3	3 030
10	S. Romão	Seia	26	62	800,8	2 588
11	Vila Nova de Tazém	Gouveia	25	46	421,7	1 359
12	Arcozelo da Serra	Gouveia	23	32	246,1	1 091
13	Teixoso	Covilhã	22	57	959,6	2 084
14	Loriga	Seia	22	48	865,8	1 760
15	Estação da Guarda	Guarda	21	47	1 784,5	1 723
16	Paranhos da Beira	Seia	21	40	1 026,8	1 291
17	Unhais da Serra	Covilhã	19	40	884,5	1 746
18	Paúl	Covilhã	17	34	512,2	1 480
19	Lagares da Beira	Oliveira do Hospital	17	29	761,1	1 678
20	Ervedal da Beira	Oliveira do Hospital	16	21	496,0	1 964
21	Aldeia do Carvalho	Covilhã	15	49	678,9	1 078
22	Avô	Oliveira do Hospital	15	17	273,0	785
23	Casegas	Covilhã	14	23	96,5	924
24	S. Jorge da Beira	Covilhã	13	31	132,1	877
25	Pera Boa	Covilhã	13	21	158,5	568
26	Vide	Seia	13	19	217,2	236

.../...

.../...

Nº DE ORDEM	LUGARES CENTRAIS	CONCELHO A QUE PERTENCE	Nº DE FUNÇÕES CENTRAIS 1974	Nº DE UNIDADES FUNCIONAIS 1974	MATÉRIA COLECTÁVEL 1974	POPULAÇÃO 1981
27	Famalicão	Guarda	12	43	184,7	722
28	Gonçalo	Guarda	12	29	158,7	960
29	Barracão	Guarda	12	19	140,1	322
30	Erada	Covilhã	12	18	69,7	776
31	Pilhanços	Seia	12	17	167,5	794
32	Melo	Gouveia	12	17	144,5	456
33	Tourais	Seia	12	17	86,9	484
34	Carrapichana	Celorico da Beira	11	22	61,3	323
35	Canhoso	Covilhã	11	20	292,9	1 136
36	Vales do Rio	Covilhã	11	19	128,4	802
37	Sobral de S. Miguel	Covilhã	11	19	60,7	913
38	Lageosa do Mondego	Celorico da Beira	11	15	225,6	731
39	Dominguiso	Covilhã	10	25	249,5	1 005
40	Cativelos	Gouveia	10	19	289,7	653
41	Trinta	Guarda	10	18	181,6	622
42	Ferro	Covilhã	10	17	176,3	890
43	Figueirô da Granja	Fornos de Algodres	10	17	70,8	502
44	Santa Marinha	Seia	10	17	66,6	761
45	Peso	Covilhã	10	16	201,4	744
46	Vale Formoso	Covilhã	10	16	100,0	525
47	S. Martinho	Seia	10	16	64,0	710
48	Sameiro	Manteigas	10	16	19,9	532
49	Barroca Grande	Covilhã	10	13	149,4	1 899
50	Folhadosa	Seia	10	12	29,5	475
51	Rio Torto	Gouveia	10	11	115,9	656

QUADRO Nº 29

HIERARQUIA DOS LUGARES CENTRAIS PELA OCORRÊNCIA DE FUNÇÕES CENTRAIS DO SECTOR PÚBLICO (LUGARES COM MAIS DE 10 FUNÇÕES CENTRAIS)

Nº DE ORDEM	LUGARES CENTRAIS	CONCELHO A QUE PERTENCE	Nº DE FUNÇÕES CENTRAIS 1974	POPULAÇÃO 1981
1	GUARDA	Guarda	62	13 118
2	COVILHÃ	Covilhã	48	22 192
3	CELORICO DA BEIRA	Celorico da Beira	28	2 087
4	MANTEIGAS	Manteigas	27	3 030
5	GOUVEIA	Gouveia	26	3 436
6	SEIA	Seia	24	3 617
7	FORNOS DE ALGODRES	Fornos de Algodres	21	1 143
8	OLIVEIRA DO HOSPITAL	Oliveira do Hospital	19	3 011
9	Tortozendo	Covilhã	15	2 774
10	Paúl	Covilhã	13	1 480
11	Teixoso	Covilhã	12	2 084
12	Loriga	Seia	12	1 760
13	Gonçalo	Guarda	12	960
14	Unhais da Serra	Covilhã	11	1 746
15	Vila Nova de Tazém	Gouveia	11	1 359
16	Casegas	Covilhã	11	924

Nº DE ORDEM	LUGARES CENTRAIS	CONCELHO A QUE PERTENCE	Nº DE FUNÇÕES CENTRAIS 1974	POPULAÇÃO 1981
17	Avô	Oliveira do Hospital	11	785
18	Lageosa do Mondego	Celorico da Beira	11	731
19	Tourais	Seia	11	484
20	Rochoso	Guarda	11	432
21	Alvoco da Serra	Seia	11	427
22	Vide	Seia	11	236
23	S. Romão	Seia	10	2 588
24	Seixo da Beira	Oliveira do Hospital	10	2 142
25	Ervedal da Beira	Oliveira do Hospital	10	1 964
26	Lagares da Beira	Oliveira do Hospital	10	1 678
27	Paranhos da Beira	Seia	10	1 291
28	Sandomil	Seia	10	790
29	Santa Marinha	Seia	10	761
30	Famalicão	Guarda	10	722
31	Torrozelo	Seia	10	617
32	Melo	Gouveia	10	456
33	Sobral Pichorro	Fornos de Algodres	10	154

QUADRO Nº 30

ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS

CONCELHOS	H_4 e H_3			H_2 e H_1 P_4 e P_3			P_2 e P_1			Pousadas e Estalagens			TOTAL			4	5
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3		
CELORICO DA BEIRA	1	45	88	-	-	-	3	49	88	-	-	-	4	24	176	1	600
COVILHÃ	1	38	75	4	71	124	9	187	249	2	56	112	16	352	560	-	-
FORNOS DE ALGODRES	-	-	-	-	-	-	1	10	20	-	-	-	1	10	20	-	-
GOUVEIA	-	-	-	-	-	-	1	17	33	1	7	14	2	24	47	-	-
GUARDA	1	105	210	2	55	104	13	165	234	-	-	-	16	325	548	2	220*
MANTEIGAS	1	52	104	1	19	38	1	9	15	1	12	24	4	92	181	-	-
OLIVEIRA DO HOSPITAL	-	-	-	1	44	88	3	37	69	1	16	32	5	97	189	2	400
SEIA	-	-	-	2	46	92	1	5	10	1	35	69	4	86	171	-	-
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	4	240	477	10	235	446	32	479	718	6	126	251	52	1 080	1 892	5	1 220

1 - Nº de estabelecimentos

2 - Nº de quartos

3 - Nº de camas

4 - Nº de Parques de Campismo

5 - Lotação dos Parques de Campismo

* Valor referente, apenas, a um Parque de Campismo

FONTES: Guia Hoteleiro de Portugal, Região de Turismo da Serra da Estrela e Câmaras Municipais

QUADRO Nº 31

ÁGUAS MINERO-MEDICINAIS

DESIGNAÇÃO DAS ÁGUAS MINERO--MEDICINAIS	LOCALIZAÇÃO		COMPOSIÇÃO QUÍMICA	INDICAÇÃO MÉDICA
	FREGUESIA	CONCELHO		
TERMAS DE STO. ANTÓNIO (a)	Forno Telheiro	Celorico da Beira	?	Tratamento de doenças de pele e estômago
UNHAIS DA SERRA	Unhais da Serra	Covilhã	Sulfúrica sódica	Tratamento hemorroidal, reumatismo e doenças de pele
CALDAS DE MANTEIGAS E FONTE SANTA	S. Pedro	Manteigas	Sulfúrica sódica	Tratamento de doenças da pele, aparelho respiratório, hemorroidal e doenças das senhoras
CALDAS DE S. PAULO E PONTÃO DA RAPADA (a)	Penalva de Alva	Oliveira do Hospital	Sulfúrica sódica	Tratamento das doenças do reumatismo

(a) - Não existe estância termal em actividade.

QUADRO Nº 32

ACTIVIDADE TERMAL

DESIGNAÇÃO DAS TERMAS	INSCRIÇÕES NAS TERMAS		VALOR DAS INSCRIÇÕES (CONTOS)		VALOR DOS TRATAMENTOS (CONTOS)	
	1981	1982	1981	1982	1981	1982
MANTEIGAS	377	360	92	118	108	125
UNHAIS DA SERRA	306	300	59	54	420	443

FONTE: Boletim de Minas, Julho/Setembro, 1983

QUADRO Nº 33

LOCALIZAÇÃO DE ALGUNS TIPOS DE ARTESANATO

LOCALIZAÇÃO		TIPO DE ARTESANATO
CONCELHO	FREGUESIA/LUGAR	
CELORICO DA BEIRA	Santa Maria	Latoeiro
	Vale de Azares	Cestaria em verga
COVILHÃ	Peso	Tecelagem manual de mantas e passadeiras
	Unhais da Serra	Pífaros em madeira
FORNOS DE ALGODRES	Juncais	Olaria
GOUVEIA	Folgosinho	Mantas e camisolas de pastor
	Gouveia	Bordados
	Gouveia	Tecelagem em algodão
	Gouveia	Tanoeiro
	Nespereira	Canteiro
GUARDA	Aldeia Viçosa	Fabricação de tapetes e vassouras em palha
	Famalicão da Serra	Fabricação de cadeiras em pau e verga
	Famalicão da Serra	Empalhador de garrafões
	Famalicão da Serra	Fabricação de albardas
	Famalicão da Serra	Crochê
	Famalicão da Serra e Gonçalo	Fabricação de cestos em verga
	Guarda	Fabricação de figuras em barro
	Guarda-Gare	Curtumes
	Jarmelo	Cutelaria
	Maçaínhas	Fabricação de campaínhas em bronze
	Porto de Carne	Pirotecnia
	Trinta	Tecelagem em lã
	Videmonte	Fabricação de brinquedos em madeira

LOCALIZAÇÃO		TIPO DE ARTESANATO
CONCELHO	FREGUESIA/LUGAR	
MANTEIGAS	Manteigas	Canteiro em granito
	Manteigas	Trabalhos em ferro
	Manteigas (Sta. Maria)	Fabricação de casacos típicos de pastor
	Manteigas (Sta. Maria)	Escultura em gesso e talha manual
	Manteigas (S. Pedro)	Fabricação de garfos e colheres em madeira (cocharras)
	Manteigas (S. Pedro)	Trabalhos em carneira
	Manteigas (S. Pedro)	Tecelagem de colchas, tapetes e almofadas
	Manteigas (S. Pedro)	Trabalhos em raízes de urze, animais e outros
	Manteigas (S. Pedro)	Pirogravura e objectos decorativos em madeira
	Manteigas (S. Pedro)	Fabricação de artigos de latoaria
OLIVEIRA DO HOSPITAL	S. Gião	Fabricação de cestos em madeira
	S.Paio de Gramaços	Fabricação de objectos em latão
SEIA	Loriga	Sapatos de ourelo
	Paranha da Beira	Olaria
	Sameice	Cestos de mesa em cordearia e madeira
	Sta. Marinha	Fabricação de lareiras de fogo
SUB-REGIÃO DA SERRA DA ESTRELA		Fabricação artesanal do Queijo da Serra

QUADRO Nº 34

CONDIÇÕES NOS ALOJAMENTOS

CONCELHOS	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE ALOJAMENTOS		ALOJAMENTOS OCUPADOS									Famílias partilhando o mesmo alojam.
		TOTAL	OCUPADOS	C/ Retrete	S/ Retrete	C/ água no alojamento	C/ água no edifício	Sem água	Com banho	Sem banho	Com elec tricidade	Sem electri-cidade	
CELORICO DA BEIRA	3 380	5 670	3 349	1 457 43,5	1 892 56,5	1 825 54,5	64 1,9	1 460 43,6	1 067 31,9	2 282 68,1	2 408 71,9	941 28,1	55 1,6
COVILHÃ	19 086	24 564	18 904	11 762 62,2	7 142 37,8	12 946 68,5	152 0,8	5 806 30,7	8 913 47,1	9 991 52,9	16 979 89,8	1 925 10,2	288 1,5
FORNOS DE ALGODRES	2 209	3 372	2 193	891 40,6	1 302 59,4	929 42,4	58 2,6	1 206 55,0	567 25,9	1 626 74,1	1 546 70,5	647 29,5	30 1,4
GOUVEIA	6 450	8 386	6 365	3 168 49,8	3 197 50,2	3 953 62,1	52 0,8	2 360 37,1	2 507 39,4	3 858 60,6	5 785 90,9	580 9,1	160 2,5
GUARDA	12 878	17 893	12 644	6 622 52,4	6 022 47,6	6 820 53,9	113 0,9	5 711 45,2	5 065 40,1	7 579 59,9	10 411 82,3	2 233 17,7	389 3,0
MANTEIGAS	1 423	1 846	1 386	1 011 72,9	375 27,1	1 205 86,9	14 1,0	167 12,1	708 51,1	678 48,9	1 307 94,3	79 5,7	62 4,4
OLIVEIRA DO HOSPITAL	7 328	9 888	7 247	3 689 50,9	3 558 49,1	3 213 44,4	75 1,0	3 959 54,6	2 342 32,3	4 905 67,7	5 918 81,7	1 329 18,3	117 1,6
SEIA	9 944	12 366	9 479	5 376 56,7	4 103 43,3	5 890 62,1	99 1,1	3 490 36,8	3 962 41,8	5 517 58,2	8 652 91,3	827 8,7	861 8,7
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	62 698	83 985	61 567	33 976 55,2	27 591 44,8	36 781 59,8	627 1,0	24 159 39,2	25 131 40,8	36 436 59,2	53 006 86,1	8 561 13,9	1 962 3,1
REGIÃO CENTRO	539 376	682 439	526 881	347 034 65,9	179 847 34,1	315 967 60,0	11 111 2,1	199 803 37,9	244 547 46,4	282 334 53,6	464 035 88,1	62 846 11,9	?
CONTINENTE	2 803 028	3 290 621	2 688 128	2 090 829 77,8	597 299 22,2	1 919 230 71,4	51 186 1,9	717 712 26,7	1 559 297 58,0	1 128 831 42,0	2 418 633 90,0	269 495 10,0	?

FONTE: INE, Recenseamento da População, 1981.

QUADRO Nº 35

POPULAÇÃO ABRANGIDA POR ÁGUA E ESGOTOS E CONSUMOS DE ÁGUA EM 1981

CONCELHOS	POPULAÇÃO RESIDENTE	ÁGUA				ESGOTOS	
		População Servida		Consumos (1.000 m^3)		População Servida	
		Nº	%	Total	Per capita	Nº	%
CELORICO DA BEIRA	10 269	5 669	55,2	283	0,050	2 087	20,3
COVILHÃ	60 945	42 312	69,4	1 476	0,035	31 490	51,7
FORNOS DE ALGODRES	6 594	2 897	43,9	72	0,025	1 143	17,3
GOUVEIA	19 045	12 224	64,2	148	0,012	7 057	37,0
GUARDA	40 360	23 659	58,6	925	0,039	18 674	46,3
MANTEIGAS	4 493	3 872	86,2	155	0,040	3 532	78,6
OLIVEIRA DO HOSPITAL	23 554	10 658	45,3	135	0,013	4 200	17,8
SEIA	31 352	20 289	64,7	348	0,017	10 749	34,3
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	196 612	121 580	61,8	3 542	0,029	78 932	40,1

Fonte: INE, Recenseamento da População 1981 e Estatísticas Industriais 1981.

QUADRO Nº 36

POPULAÇÃO SERVIDA DE ELECTRICIDADE E CONSUMOS DOMÉSTICOS EM 1981

CONCELHOS	POP. RESIDENTE	POP. SERVIDA		CONSUMOS DOMÉSTICOS (MWH)	
		Nº	%	TOTAL	PER CAPITA
CELORICO DA BEIRA	10 269	9 035	88,0	1 811,5	0,20
COVILHÃ	60 945	54 346	89,2	25 676,2	0,47
FORNOS DE ALGODRES	6 594	5 416	82,1	1 040,6	0,19
GOUVEIA	19 045	16 994	89,2	5 086,9	0,30
GUARDA	40 360	36 774	91,1	12 227,2	0,33
MANTEIGAS	4 493	4 117	91,6	1 050,7	0,26
OLIVEIRA DO HOSPITAL	23 554	20 400	86,6	4 815,1	0,24
SEIA	31 352	29 792	95,0	9 639,3	0,32
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	196 612	176 874	90,0	61 347,5	0,35

Fonte: INE, Recenseamento da População 1981, Est. Instalações Eléctricas.

QUADRO Nº 37

REDE VIÁRIA MUNICIPAL E NÚMERO DE VEÍCULOS

CONCELHOS	REDE VIÁRIA MUNICIPAL KM (1979)	Nº DE VEÍCULOS (1981)	Nº DE PESSOAS POR VEÍCULO (1981)
CELORICO DA BEIRA	99,4	581	17,7
COVILHÃ	133,9	6 464	9,4
FORNOS DE ALGODRES	54,9	344	19,2
GOUVEIA	85,4	1 598	11,9
GUARDA	218,9	5 415	7,5
MANTEIGAS	17,5	336	13,4
OLIVEIRA DO HOSPITAL	151,6	1 714	13,7
SEIA	135,9	2 275	13,8
TOTAL	897,5	18 727	10,5

FONTE: MAI, SEDR e SEAA, Administração Local em Números 1984.

QUADRO Nº 38

MÉDICOS E Nº DE CENTROS DE SAÚDE EM 1983

CONCELHOS	CL. GERAL		ESPECIALIDADES		TOTAL		% DE MÉDICOS EM FALTA	Nº HOSPITAIS SUB-REGIONAIS	Nº DE CENTROS DE SAÚDE	Nº DE CAMAS
	Lugares Quadro	Lugares Preenchidos	Lugares Quadro	Lugares Preenchidos	Lugares Quadro	Lugares Preenchidos				
CELORICO DA BEIRA	7	4	2	1	9	5	44,4	-	1	18
COVILHÃ	41	18	49	24	90	42	53,3	1	1	276
FORNOS DE ALGODRES	5	5	2	1	7	6	14,3	-	1	12
GOUVEIA	13	9	2	2	15	11	26,7	-	1	36
GUARDA	28	14	99	21	127	35	72,4	1	1	521
MANTEIGAS	3	2	2	0	5	2	60,0	-	1	10
OLIVEIRA DO HOSPITAL	17	13	2	1	19	14	26,3	-	1	42
SEIA	21	17	2	0	23	17	26,1	-	1	60
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	135	82	160	50	295	132	55,3	2	8	975

Fonte: Administrações Regionais de Saúde; MAI - SEDR e SEAA - Administração Local em Números Contributo para a Regionalização dos Serviços de Saúde, 1983.

QUADRO Nº 39

OUTROS INDICADORES DE SAÚDE EM 1983

CONCELHOS	TOTAL DE ÓBITOS (1983)	TOTAL DE PARTOS (1983)	PARTOS SEM ASSISTÊNCIA (1983)		FETOS MORTOS (1983)
			Nº	%	
CELORICO DA BEIRA	134	158	34	21,5	0
COVILHÃ	674	821	4	0,5	11
FORNOS DE ALGODRES	95	81	1	1,2	1
GOUVEIA	248	213	1	0,5	3
GUARDA	492	551	7	1,3	2
MANTEIGAS	49	53	0	0	0
OLIVEIRA DO HOSPITAL	295	335	5	1,5	6
SEIA	369	424	34	8,0	6
TOTAL DOS OITO CONCELHOS	2 356	2 636	86	3,3	29

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1983
INE, Estatísticas de Saúde, 1983

QUADRO Nº 40

MORTALIDADE INFANTIL

Permilagem ‰

	1960			1970			1979			1983		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
CELORICO DA BEIRA	394	31	78,6	193	8	41,4	144	5	34,7	161	4	24,8
COVILHÃ	1 641	166	101,2	997	57	57,2	961	29	30,2	814	15	18,4
FORNOS DE ALGODRES	193	14	72,5	113	13	115,0	74	3	40,5	81	2	24,7
GOUVEIA	441	19	43,0	248	13	52,4	206	10	48,5	212	5	23,6
GUARDA	1 142	127	111,2	610	33	54,0	540	21	38,9	553	10	18,1
MANTEIGAS	127	6	47,2	89	4	44,9	57	2	35,1	54	2	37,0
OLIVEIRA DO HOSPITAL	550	29	52,7	405	11	27,1	348	12	34,5	332	4	12,0
SEIA	797	52	65,2	564	40	70,9	325	13	40,0	419	11	26,3
TOTAL	5 285	444	84,0	3 219	179	55,6	2 655	95	35,8	2 626	53	20,2

1 - Nados vivos

2 - Nº de óbitos com menos de 1 ano

3 - Taxa de mortalidade infantil (‰)

FONTE: INE, Estatísticas Demográficas.

QUADRO Nº 41

Nº DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E TÁXA DE ANALFABETISMO
(1982-83)

CONCELHOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS DO ENSINO BÁSICO		ENSINO SECUNDÁRIO	OUTROS	TOTAL	TAXA DE ANALFABETISMO %
	PRIMÁRIO	PREPARATÓRIO				
CELORICO DA BEIRA	31	1	a)	-	32	29,7
COVILHÃ	54	3	3	1	61	24,4
FORNOS DE ALGODRES	19	1	b)	-	20	30,5
GOUVEIA	26	1	1	-	28	24,4
GUARDA	91	1	2	2	96	22,3
MANTEIGAS	3	1	b)	-	4	21,8
OLIVEIRA DO HOSPITAL	44	1	1	-	46	24,3
SEIA	64	2	1	-	67	22,4
TOTAL	332	11	8	3	354	-

a) Existe Ensino Secundário agregado a um estabelecimento de Ensino Preparatório
b) Existe um Externato que lecciona Ensino Secundário

FONTE: INE, Anuário Estatístico 1983; INE, Recenseamento da População 1981.

QUADRO Nº 42

ENSINO: ALUNOS MATRICULADOS 1982-1983

	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO PREPARATÓRIO	ENSINO SEC. GERAL	ENSINO SEC. COMPLETO	12º	TOTAL
CELORICO DA BEIRA	905	291	264	-	-	1 460
COVILHÃ	4 837	2 055	1 912	1 170	383	10 357
FORNOS DE ALGODRES	618	235	-	-	-	853
GOUVEIA	1 540	552	599	282	84	3 057
GUARDA	3 202	1 365	1 804	1 606	518	8 495
MANTEIGAS	355	160	-	-	-	515
OLIVEIRA DO HOSPITAL	2 221	695	505	230	41	3 692
SEIA	2 971	1 073	761	495	106	5 406
TOTAL	16 649	6 426	5 845	3 783	1 132	33 835

FONTE: Direcção Geral Escolar

QUADRO Nº 43

CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS, 1983

CONCELHOS	CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS	
	Voluntários	Municipais
CELORICO DA BEIRA	1	-
COVILHÃ	1	-
FORNOS DE ALGODRES	1	-
GOUVEIA	4	-
GUARDA	3	-
MANTEIGAS	1	-
OLIVEIRA DO HOSPITAL	2	-
SEIA	3	-
TOTAL	16	-

FONTE: MAI, SEDR e SEAA, Administração Local em Números 1984

Composto e Impresso
na Secção de OFFSET da
Comissão de de Coordenação
da Região Centro
Maio 1986
Tiragem: 750 exemplares